UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VALÉRIA DA CRUZ VIANA LABREA

Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder

Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013

Imagem e texto: TT Catalão

Brasília

2014

VALÉRIA DA CRUZ VIANA LABREA

Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder

Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013

TESE DE DOUTORADO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/Universidade de Brasília - UnB, na área de concentração **Educação**, linha de pesquisa ***Educação Ambiental e Educação do Campo*** como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Brasília

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder
Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 a 2013

TESE DE DOUTORADO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/Universidade de Brasília - UnB, na área de concentração **Educação**, linha de pesquisa ***Educação Ambiental e Educação do Campo*** como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.
Aprovada por:

_____
Leila Chalub Martins, Doutora (Universidade de Brasília - UnB)
(Orientadora)

_____
Stella Maris Bortoni, Doutora (Universidade de Brasília - UnB)
(Examinadora interna)

_____
Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi, Doutora (Universidade de Brasília - UnB)
(Examinadora externa)

_____
Patrícia Silva Dorneles, Doutora (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
(Examinadora externa)

_____
Frederico Augusto Barbosa da Silva, Doutor (Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - Ipea) - (Examinador externo)

_____
Vera Lessa Catalão, Doutora (Universidade de Brasília - UnB)
(Examinadora interna - suplente)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1015263.

Labrea, Valéria da Cruz Viana.
L126r Redes híbridas de cultura : o imaginário no poder : cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva : 2004 a 2013 / Valéria da Cruz Viana Labrea. -- 2014.
353 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.
Inclui bibliografia.
Orientação: Leila Chalub Martins.

1. Cultura Viva (Programa). 2. Análise do discurso. 3. Centros culturais. 4. Difusão cultural. 5. Política e cultura - Brasil. 6. Linguagem e cultura. I. Martins, Leila Chalub. II. Título.

CDU 801:37

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese de doutorado e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte deste projeto de doutorado pode ser reproduzido sem a autorização por escrito da autora.

Valéria da Cruz Viana Labrea

AGRADECIMENTOS

Fazer uma tese requer tempo, leituras, paciência, silêncio, escuta, um certo ensimesmamento, e, no *entremeio*, muitas conversas e trocas, sempre sobre um único e mesmo tema. Sou particularmente feliz porque percorri esses anos em ótima companhia, rodeada de amor e de afeto. Minha casa e as mesas dos bares de Brasília foram excelentes *laboratórios* onde pude trocar ideias, adensar algumas questões e abandonar tantas outras. Assim, vale reconhecer e nomear as parcerias mais constantes. Sou gratíssima:

Ao meu marido, Renan. Seu amor, sua presença, sua paciência, seus questionamentos e a leitura atenta dos meus textos me mostram que a *ética do cuidado* é um fato em minha vida. Renan é o responsável pelo fato de nossa família passar pelo tempo da tese de forma tão tranquila e amorosa.

Aos meus filhos Nícolas, Pedro, Caetano e Isadora, pela presença plena de amor e de afeto em minha vida e pela paciência com que encaram o tempo que subtrai na nossa vida para dedicar ao doutorado.

Aos meus pais, Vitorino e Elisabete, e irmãos Marcelo e Maurício, pela vida compartilhada e constante motivação. A confiança inabalável de minha família em minha capacidade sempre me acompanhou e determinou meu caminho no mundo. Sou especialmente grata pela presença na minha vida da tia Eulália e da tia Maria que, junto com minha mãe, fizeram o necessário para que eu pudesse chegar até aqui. A vida me levou para bem longe de casa, mas levo no coração a presença destas mulheres que são meu exemplo de resiliência, persistência e resistência.

À minha orientadora, Leila Chalub, por acolher e confiar na minha ideia, me dando o espaço necessário para construir e reconstruir a trajetória de pesquisa..

À presença em minha vida de meus amigos e minhas amigas querid@s. Partilhamos a vida e o que nos resta de utopia, colorindo com muito vinho, risadas e histórias mal contadas a aridez de Brasília. Michelle Milhomem, Liliana Salvo, Dermeval Luiz, *Bira* Fidelis, Fernando Braga, Antonia Rangel, Adrianna Figueiredo, Ana Laura Lobato, Juliano Serra, Frederico Barbosa, Débora Lerrer, Mara Carine, Rosana Gonçalves,

Sumaya Dounis, Claudia Bandeira, Patrícia Dorneles, Fátima Makiuchi, Elisa Guaraná, Catarina Ribeiro, Raimundo Chacon agradeço a presença, o afeto, a amizade, a diferença e a diversidade dos pontos de vista, as conversas absolutamente necessárias para dar perspectiva a minha reflexão. Muitas das suas ideias aparecem neste estudo e agora são minhas também, são nossas e reconheço e agradeço o muito de cada um que ficou em mim.

Ao TT Catalão por dispor, com a generosidade que o acompanha e caracteriza, de suas fotos e textos para compor os discursos do Cultura Viva.

Aos meus colegas de trabalho, nos vários setores que trabalhei no Ministério da Cultura, no Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas e na Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência de República. Esses lugares de trabalho são também *lugares de aprendizado*, muito em função da presença de pessoas comprometidas com o que fazem e de projetos que buscam mudar a realidade da parte da sociedade que precisa urgentemente dessa mudança. Muitos colegas de trabalho moldaram meu olhar e agradeço o privilégio de ser parte dessas equipes.

Agradeço especialmente a generosidade da equipe e coordenação do Cultura Viva - em suas diversas formações. Aprendi com essas pessoas que reconhecer os limites da política não significa negar possibilidades.

Aos muitos pontos e pontões de cultura, pesquisadores e gestores que tiraram um tempo em sua atribulada rotina para responder aos meus questionamentos. Suas respostas detalhadas, impregnadas de verdade e sabedoria conduziram essa tese e espero honrar a confiança e suas trajetórias. Também sou grata aos vários ponteiros que conheci e com quem troquei saberes-e-fazeres, nesses anos de Cultura Viva, pois suas narrativas me mostraram que *ética e estética* são dimensões da ação política e cultural transformadora que todos buscamos.

Os erros, como de costume, são todos meus.

RESUMO

Este estudo, a partir da escola francesa da Análise do Discurso, descreve diferentes *efeitos de sentidos* que os discursos sobre *rede* e *gestão compartilhada* produzem. Estes discursos são formulados inicialmente pelos gestores do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura e passam a formar sua *memória discursiva*. No espaço de interlocução entre os gestores e os pontos e pontões de cultura, a *memória discursiva* é ressignificada a partir de *processos parafrásicos e de processos polissêmicos de produção de sentidos*. Estes discursos contribuem para a qualificação e a ampliação de um campo epistêmico comprometido com um projeto societário que não desperdice a experiência e a diversidade social e cultural brasileira. Nessa perspectiva, os sujeitos políticos são também sujeitos do conhecimento que é produzido nos *pequenos mundos de sentido*, vinculados a experiências comunitárias e tecnologias sociais colaborativas. As redes articuladas pelo Estado como estratégia de gestão compartilhada conformam *redes híbridas*, caracterizadas pela *elisão do político,* pela *permeabilidade* e por uma *política do silêncio.* As redes de cultura são *híbridas* porque discursivamente apresentam os valores contra-hegemônicos, mas estruturam-se de modo hierárquico, como as redes hegemônicas. A análise do discurso indica uma assimetria estrutural entre os sujeitos que constituem as redes. Essa assimetria pode ser apreendida a partir da análise do discurso produzido em diferentes posições-sujeito.

Palavras-chave: análise do discurso, redes híbridas, permeabilidade, elisão do político, política do silêncio, ponto de cultura, programa Cultura Viva.

ABSTRACT

This study, from the French school of Discourse Analysis, describes the different sense/meaning effects that the speeches on network and shared management produce. These speeches are initially formulated by the Ministério da Cultura managers of the Programa Cultura Viva and come to give form to their discursive memory. In the space of dialogue between the managers and the culture points and pontoons, discursive memory is re-signified starting from paraphrasic processes and polysemyc processes of meaning production. These discourses contribute to the quality and expansion of an epistemic field committed to a societary design that does not waste the experience and the Brazilian social and cultural diversity. From this perspective, the political subjects are also subjects of knowledge that is produced in the small *worlds of sense/meaning,* linked to community experiences and collaborative social technologies. Networks articulated by the state as a shared management strategy form *hybrid networks*, characterized by the contraction/alteration *of the sense of politics, permeability and by a policy of silence.* The culture networks are hybrid because discursively present the counter-hegemony values, but are structured in a hierarchical fashion, as the hegemonic networks. Discourse analysis indicates a structural asymmetry between the subjects that make up the networks. That asymmetry can be understood from the analysis of discourse produced from different subject-positions.

Keywords: Discourse analysis, hybrid networks, permeability, contraction/alteration of the sense of politics, silence policy, point of culture, Live Culture Program.

RESUMÉ

Cette étude, à partir de l'école française d'Analyse du Discours, décrit différentes *figures de style* que les discours au sujet des *réseaux* et de la *gestion partagée* produisent. Ces discours sont formulés initialement par les dirigeants du Programa Cultura Viva du Ministério da Cultura, dont au fur et à mesure ils constituent la mémoire discursive. Au sein de l'espace d'interlocution entre les dirigeants et les points et pontons de culture, la mémoire discursive est resignifiée à partir de processus paraphrastiques et de processus polysémiques de production de sens. Ces discours contribuent à la qualification et l'ampliation d'un champ épistémique engagé dans un projet sociétal qui ne gaspille ni l'expérience ni la diversité sociale et culturelle brésilienne. Dans cette perspective, les sujets politiques sont également des sujets du savoir produit dans les *petits mondes de sens*, liés à des expériences communautaires et à des technologies sociales collaboratives. Les réseaux articulés par l'État comme stratégie de gestion partagée forment des *réseaux hybrides*, caractérisés par l'*élision du politique*, par la *perméabilité* et par une *politique du silence*. Les réseaux de culture sont *hybrides* parce qu'au niveau du discours ils présentent des valeurs contre-hégémoniques, en revanche leur structure, tout comme les réseaux hégémoniques, est hiérarchique. L'analyse du discours indique une asymétrie structurelle entre les sujets qui constituent les réseaux. Cette asymétrie peut être appréhendée à partir de l'analyse du discours produit dans différentes positions-sujets.

Mots-clés : analyse du discours, réseaux hybrides, perméabilité, élision du politique, politique du silence, point de culture, Programme Culture Vivante.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD - Análise do Discurso
AGU - Advogacia-Geral da União
BAC - Base de Apoio à Cultura
CD - Cultura Digital
CNC - Conferência Nacional de Cultura
CNPdC - Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CEU - Centro de Artes e Esportes Unificado
CGU - Controladoria-Geral da União
CONSEGI - Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico
CP - Condição de produção
CPC - Centro Popular de Cultura
CUCA - Circuito Universitário de Cultura e Arte
DEM - Democratas (partido político)
DISOC - Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
DOU - Diário Oficial da União
EF - Espaço de formulação
EI - Espaço de interlocução
FD - Formação discursiva
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FI - Formação imaginária
FISL - Fórum Internacional do Software Livre
FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNARTE - Fundação Nacional das Artes
Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco
GT - Grupo de Trabalho
GA - Grupo Aglutinador
IBCTI - Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
IPTI - Instituto de Pesquisas em Tecnologia
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPF - Instituto Paulo Freire
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDA - Lei de Direitos Autorais
LGBT ou LGBTTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LPP/UERJ - Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

MinC - Ministério da Cultura
ML - Modelo Lógico
MCP - Movimento Cultural Popular
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MONDIACULT - Conferência Mundial sobre Políticas Culturais
NTICs - Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
OID - Oficina de Inclusão Digital
ONG - Organização Não-Governamental
OP - Orçamento Participativo
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PC - Ponto de Cultura
PCV - Programa Cultura Viva
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PMC - Programa Mais Cultura
PNC - Plano Nacional de Cultura
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
RD - Recorte Discursivo
RH - Recursos Humanos
RR - Representação Regional (do MinC)
RT - Reunião Temática
SCC - Secretaria de Cidadania Cultural
SCDC - Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural
SECULT - Secretaria de Cultura
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SNC - Sistema Nacional de Cultura
SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SPPC - Secretaria de Programas e Projetos Culturais
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas Para a Educação a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

OBJETIVOS 21

HIPÓTESE DE TRABALHO 22

JUSTIFICATIVA 23

ESTRUTURA 26

INSERÇÃO NO CAMPO CULTURAL 29

1 DISPOSITIVO ANALÍTICO, TEÓRICO E METODOLÓGICO 35

1.1 DISPOSITIVO ANALÍTICO: O ARQUIVO 35
1.1.1 A CONSTRUÇÃO DO CORPUS DISCURSIVO 37
1.1.1.1 ESPAÇO DE FORMULAÇÃO 38
1.1.1.2 ESPAÇO DE INTERLOCUÇÃO 46
1.2 DISPOSITIVO TEÓRICO 48
1.2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS OU TODA HISTÓRIA TEM UM COMEÇO 48
1.2.2 A ANÁLISE DO DISCURSO: A EXTERIORIDADE É CONSTITUTIVA DA LÍNGUA 49
1.2.3 O INÍCIO: PÊCHEUX 53
1.2.4 DISCURSO: OBJETO TEÓRICO DA AD 54
1.2.5 TEXTO: UNIDADE DE ANÁLISE DO DISCURSO 63
1.2.6 SUJEITO 66
1.3 DISPOSITIVO METODOLÓGICO: CARTOGRAFIA SOCIAL 69

2 A POLÍTICA CULTURAL DO GOVERNO LULA DETERMINAM AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO MINC 74

3 CULTURA VIVA, PROGRAMA NACIONAL DE ARTE, EDUCAÇÃO, CIDADANIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA 96

3.1 ALGUMAS IDEIAS PARA SE PENSAR O DISCURSO POLÍTICO POPULISTA: A LÍNGUA DE VENTO 107

4 OS CONCEITOS ESTRUTURANTES E A MEMÓRIA DISCURSIVA: O MESMO EM TODO LUGAR 120

4.1 A MEMÓRIA DISCURSIVA: O RITUAL DISCURSIVO DE CONTINUIDADE 139

5 A NOÇÃO POLISSÊMICA DE REDE NO PCV: A REDE COMO *METÁFORA* 146

5.1 A SOCIEDADE EM REDE, AS REDES HEGEMÔNICAS E AS REDES CONTRA-HEGEMÔNICAS: A DANÇA DOS SENTIDOS 146

5.1.1 AS REDES E A TEORIA: CONFLUÊNCIA E ALTERIDADE 147
5.1.2 AS REDES DE MOVIMENTOS E OS NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL 153
5.2 ENTRE AS REDES VIVIDAS E AS IMAGINADAS 157
5.2.1 DA REDE DE PONTOS AOS PONTOS DE REDE: AS ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR OS ENTRAVES DA GESTÃO 162
5.2.2 CULTURA DIGITAL E OS PONTÕES: A ÉTICA HACKER 163
5.2.3 AÇÕES TUXÁUA E INTERAÇÕES ESTÉTICAS 173
5.2.4 AS TEIAS 177
5.3 A REDE COMO *METÁFORA*: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA COM QUEM? 185

6 ESPAÇO DE INTERLOCUÇÃO: PEQUENOS MUNDOS DE SENTIDO 192

6.1 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA 192
6.1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE HIBRIDISMO, ELISÃO DO POLÍTICO E A POLÍTICA DO A FIM 215
6.2 OFICINAS DE AVALIAÇÃO SITUACIONAL DO IPEA 222
6.2.1 A PESQUISA DO IPEA COM OS PONTOS DE CULTURA 239
6.3 O REDESENHO DO PROGRAMA CULTURA VIVA E A REDE DE GOVERNANÇA 241
6.4 A PESQUISA COM OS PONTOS DE CULTURA EM 2013 278
6.5 PEQUENOS MUNDOS DE SENTIDO 300

7 AS REDES E SEU AVESSO: A REDE SOCIAL HÍBRIDA E O ESTADO NO MEIO DO CAMINHO 306

7.1 ARTICULANDO A NARRATIVA: REDE HÍBRIDA 320

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 325

ANEXOS I A III 341

INTRODUÇÃO

> Eu ouço as vozes, eu vejo as cores, eu sinto os passos de outro Brasil que vem ai.
>
> **Gilberto Freyre**

Nos últimos anos, surgiram várias experiências que permitem vislumbrar uma *tendência* na política cultural de dar voz e visibilidade a grupos culturais antes invisíveis para a sociedade[1], criando novos discursos e narrativas. São experiências, que em minha leitura, dialogam com que Boaventura Santos (2006a) denomina *sociologia das emergências*, pois mostram um futuro de possibilidades já existentes, *plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, concretizadas através das atividades de cuidado* (p.116). Estas iniciativas passam pela afirmação do poder da experiência, utilizando-a para construir lugares de pertença e enraizamento, *pequenos mundos de sentido*.

Seus sujeitos principais são agentes culturais oriundos das periferias urbanas, zonas rurais, povos e comunidades tradicionais, comunidades indígenas e comunidades quilombolas, grupos sociais que até pouco tempo atrás eram invisíveis, subalternos e considerados irrelevantes como produtores de cultura, saberes e conhecimentos nos discursos produzidos pela ciência hegemônica, mas que hoje, articulados em redes culturais e protagonistas de políticas públicas que contemplam suas especificidades, conseguem dar maior visibilidade e legitimar seu discurso, seus fazeres e seus saberes, ao menos para parte da sociedade, criando uma tensão onde, até pouco tempo atrás existia somente o *silêncio* e a *opacidade*.

Seus projetos trazem para cena cultural contemporanea indígenas cineastas e roteiristas que produzem vídeos, documentários, roteiros de ficção nas aldeias; redes de índios *on-line* para elaboração de pautas e demandas políticas comuns; criação de software livre em línguas autóctones, permitindo que crianças e jovens sejam alfabetizados digitalmente em sua língua indígena materna; registro de histórias e cantos de quilombolas, povos de terreiro e Mestres e Mestras do saber popular em equipamento audiovisual; registro de histórias de vida e de memória social em documentários e em

---

[1] Utilizo o termo sociedade tal como a entende a sociologia: um sistema específico de relações de sociais associadas à modernidade (GIDDENS:1991).

[2] O Ministério da Cultura (MinC) é formado por suas secretarias, instituições vinculadas e representações regionais. Atualmente sua composição é a seguinte: Secretarias - Secretaria de Políticas Culturais (SPC),

textos; *streaming* de eventos e festas a partir de plataformas on-line e software livre; criação de acervos - de vídeos, áudio, textos, fotos - em plataformas digitais livres; rádios livres e comunitárias; webTV; teleconferências; produção coletiva de performances artísticas ancoradas em meio digital; produção de softwares de licença livre e código aberto; redes e ativistas da cultura digital que são oriundos dos povos e comunidades tradicionais - indígenas, quilombolas, povos de terreiro, caboclos, ribeirinhos, entre outros inúmeros exemplos.

Um espaço especialmente fértil para observar estes *pequenos mundos* atuando é o Programa Cultura Viva (PCV) do Ministério da Cultura (MinC)[2], em que projetos culturais comunitários recebem recursos[3] financeiros e equipamento multimídia[4] do Estado para, ao menos discursivamente, *continuar fazendo o que fazem*. A ideia do Estado investir em projetos que já contam com o reconhecimento e o respaldo da comunidade foi uma alternativa do Governo Federal à tendência até então de investimento em projetos pontuais e sem continuidade ou em estruturas culturais de médio e grande porte. O equipamento multimídia vem como um incentivo à articulação em *redes*[5] e à inserção dos novos pontos de cultura na Ação Cultura Digital[6] (CD), também desenvolvida no Programa. A CD é uma estratégia para potencializar e dar visibilidade às ações desenvolvidas localmente e para que os pontos tivessem condições de se apropriar dos equipamentos e das novas tecnologias disponíveis.

As redes de pontos e pontões de cultura[7] são construídas a partir de uma política

---

[2] O Ministério da Cultura (MinC) é formado por suas secretarias, instituições vinculadas e representações regionais. Atualmente sua composição é a seguinte: Secretarias - Secretaria de Políticas Culturais (SPC), Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), Secretaria do Audiovisual (SAV), Secretaria de Economia Criativa (SEC), Secretaria de Articulação Institucional (SAI), Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC). Instituições vinculadas - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan; Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, Agência Nacional do Cinema – Ancine, Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, Fundação Cultural Palmares – FCP, Fundação Nacional de Artes – Funarte, Fundação Biblioteca Nacional – BN. Representações Regionais no Norte (PA, AC), Nordeste (PE, BA), Sul (RS), Sudeste (SP, RJ, MG) e Centro-Oeste (DF).

[3] No primeiro edital os pontos de cultura receberam R$ 150.000,00 e a partir do segundo edital passaram a receber R$185.000,00 ao longo de 03 parcelas anuais.

[4] O equipamente multimídia era composto por microcomputador, mini-estúdio de gravação de CDs, câmera digital, ilha de edição e o que mais for importante para o Ponto de Cultura (BRASIL:2005a).

[5] Mais adiante, apresento diversas e diferentes concepções do conceito de redes que permeiam o discurso institucional e os discursos dos pontos e pontões de cultura, além de breve esplanação da teoria de redes na literatura sociológica contemporânea.

[6] No *Capítulo O Programa Cultura Viva,* caracterizo a Ação Cultura Digital, desenvolvida no PCV.

[7] Os Pontos de Cultura são grupos informais e entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, de natureza/finalidade cultural, que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades: a) Selecionados por edital público e conveniado preferencialmente com governos estaduais, municipais ou

pública, são estimuladas pelo Governo Federal e são organizadas a partir de vários espaços de encontros: reuniões, fóruns, comissões, Teias[8], grupos de discussão virtual, grupos de trabalhos (on-line e presencial). De maneira geral, o PCV denomina *rede* todos os espaços de participação social ampliada, independente do formato, do objetivo e de como é organizado e de como o poder é distribuído e (com)partilhado. A rede, no meu entendimento, é uma *metáfora* que busca enfatizar a participação social e a gestão compartilhada como forma de governo. E a rede como *metáfora* se caracteriza pelo *hibridismo* e esse, por sua vez, se caracteriza pelo entremeio, pela dualidade, pela dicotomia, pela convivência no mesmo espaço de argumentação de ideias que habitam lugares sociais e ideológicos diferentes. É trabalho da *memória discursiva*[9] e social naturalizar esses diferentes lugares.

O MinC, com o Cultura Viva, pretende não só dar recursos financeiros a projetos culturais de grupos sociais até então periféricos e excluídos das políticas culturais, como articulá-los em redes e fomentar *circuitos culturais* entre os integrantes das redes e suas comunidades, ampliando a visibilidade desses novos sujeitos em suas comunidades e para a sociedade em geral. As redes são pensadas idealmente como um espaço ou esfera pública[10] (HABERMAS: 2003) para a articulação de circuitos culturais.

---

consórcios intermunicipais; b) Reconhecidos como pontos a partir de processos de certificação (editais, concursos ou incubadora de projetos); c) O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade.
Pontões de cultura são entidades jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos, de natureza/finalidade cultural, que desenvolvem e articulam atividades culturais, nos eixos da informação, comunicação e educação, em parceria com as redes temáticas da cidadania e da diversidade cultural e/ou os Pontos de Cultura. Os Pontões são selecionados por edital público e conveniados diretamente com a Secretaria e/ou com entes federados e outros instrumentos jurídicos de repasse (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al: 2012b, p.16).

[8] A Teia é o encontro nacional dos Pontos de Cultura, e também encontros regionais das entidades que integram o Programa Cultura Viva. No âmbito nacional, acumula quatro edições: Teia 2006: Venha Se Ver e Ser Visto, São Paulo (SP) Teia 2007: Tudo de Todos, Belo Horizonte (MG) Teia 2008: Iguais na Diferença, Brasília (DF) Teia 2010: Tambores Digitais, Fortaleza (CE). O encontro nacional tem como objetivo reunir representantes e integrantes dos Pontos de Cultura em uma grande comunhão. Entre as premissas do evento estão a ruptura de hierarquias culturais e a construção de novas legitimidades no processo de transformação de um Brasil a desesconder e se revelar. Fonte: http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/teia/, acesso em 29/01/2013.

[9] Sobre esse assunto recomenda-se a leitura de ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. Caracterizo a memória discursiva no item *4.1 Memória discursiva: o mesmo em todo lugar*, desta tese.

[10] Tomo nesse estudo a ideia de esfera pública tal como Habermas, ao longo de sua reflexão, a cunhou: um espaço comunicativo legítimo em que a sociedade e o Estado estão juntos e há possibilidade de o poder político se tornar poder público. Utilizo essa referência principalmente porque nos estudos sobre participação social realizados por pesquisadores brasileiros, essa é a referência e a matriz de sentido predominante, mesmo sabendo das limitações teóricas de tal conceito: idealização da sociedade como um grupo homogêneo, sem contradições ou complexidade, etc.

Circuito cultural é um fluxo de atividades culturais articuladas, incluindo produção, transmissão e recepção (consumo ou reconhecimento), realizadas por agentes culturais (do teatro, da dança, do audiovisual, das artes plásticas, da literatura, da cultura popular) e articuladas por formas de organização social (Estado, mercado e sociedade). Os circuitos associam sistematicamente agentes culturais e instituições que regulam a comunicação entre eles, seja na forma de trocas monetárias ou simbólicas, seja na produção de regras (BRUNER:1985). A ideia de circuito cultural surge na primeira pesquisa avaliativa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) que utiliza o conceito para descrever as práticas dos Pontos de Cultura nas redes do Cultura Viva.

> O conceito de circuito cultural serviu de referência analítica. Havia a dúvida se ele serviria para descrever efetivamente as práticas. O conceito deveria ser usado de forma mais extensa. Analiticamente o conceito de circuito apresentava uma vantagem. Ao descrever a cultura como um conjunto de práticas instáveis, moleculares, se desfaz do peso do próprio conceito de cultura, seus inevitáveis e múltiplos *interlocutores ocultos.* Estes se constituem de ideias gerais, imagens, metáforas que compõem o inconsciente analítico e político das reflexões a respeito de cultura – estado, nação, república, democracia, povo etc. A proposta aqui é em parte descrever as práticas. Elas são plurais, descentralizadas, locais, instáveis, dinâmicas e abertas. Os circuitos culturais permitem limpar o terreno; a estratégia não era prescindir daqueles referenciais gerais, que têm suas funções, mas estabelecer a cultura como objeto de política pública, mas com delimitação própria e operativa (BARBOSA DA SILVA:2011, p.20).

As redes são uma *aposta* do governo federal, a partir da gestão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, para criar espaços de *participação social ampliada* e para fortalecer a política pública e seu programa de governo. O MinC e o Cultura Viva se inserem nesse fluxo e, principalmente a partir da Ação da Cultura Digital, no período de 2004 a 2010, criam inúmeras redes territoriais, virtuais e temáticas.

A ideia do MinC era que os pontos de cultura ampliassem e potencializassem as *redes locais*, formadas para fortalecer circuitos culturais locais e regionais, enraizados nos territórios e articular espaços de trocas e processos formativos presenciais. A característica das redes locais são as *relações presenciais* e *ações articuladas*. A partir da Ação Cultura Digital, da atuação dos pontões e dos eventos organizados pela Secretaria os pontos se ligariam a outros pontos e pontões e passariam também a participar de *redes mais amplas, temáticas, nacionais*, cuja principal característica são as *relações virtuais*, a partir de grupos on-line, blogs, sites e outros espaços criados na internet. Estas várias redes - locais, regionais, temáticas, nacionais - são denominadas genericamente, Rede

Nacional do Pontos de Cultura. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) mapeou em 2012, 19 redes temáticas, 19 redes estaduais e 02 redes latino-americanas de Pontos de Cultura. Este mapeamento não considerou as redes que integram pontos e instituições que não fazem parte do Programa - como os pontos de leitura, desenvolvido pela Diretoria de Livro, Leitura e Literatura da Fundação Biblioteca Nacional, os pontos de memória do IBRAM, os pontos de salvaguarda do IPHAN, os pontos de cultura indígena da FUNAI, que dialogam com a política da SCDC, mas desenvolvem suas próprias metodologias e objetivos.

Os discursos sobre os conceitos de rede e gestão compartilhada do PCV, em um primeiro momento formulados no âmbito da SCDC/MinC, são apropriados pelos pontos e pontões de cultura e, a partir dai, repetidos, reformulados, adaptados, partes esquecidas, partes silenciadas, mostrando como se (con)forma a *memória discursiva* do Programa. A proposta deste estudo é acompanhar as transformações e as derivas de sentido produzidas pelas noções de *rede e gestão (pública) compartilhada*, ao conectar cadeias de sentidos em *redes de formulação* que compõem estes discursos, explicitando a relação do sujeito com a *memória discursiva.* As *redes de formulação* são compostas por recortes discursivos que mostram um *continuum* de textos que são repetidos ao longo da gestão, tanto por pontos e pontões, quanto pelos gestores do PCV e fazem parte da *memória discursiva* do programa. Denomino genericamente *gestores* aqueles que trabalham na administração pública: ocupante de cargo de natureza especial, servidor comissionado, servidor efetivo, servidor cedido ou requisitado, consultor, funcionário terceirizado, bolsista, estagiário. Prefiro este termo à burocrata, o nome a eles atribuídos pelas teorias da adminitração pública. Além disso, é o modo como eles próprios se nomeiam.

A *memória discursiva* pode ser entendida como os *já-ditos* que, de alguma forma se relacionam, determinam e atualizam o discurso sobre o papel que desempenham as redes no Programa Cultura Viva. Foucault (1969) dirá que há um *domínio de memória*, formado por enunciados que não são mais discutidos, não se questiona seu valor de verdade nem sua validade, eles *já estão postos* e *em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade, descontinuidade histórica* (idem:65). A memória discursiva também é formada por imagens fotográficas que, neste estudo, considera-se discurso pois articula texto e imagem.

O *domínio de memória* do Programa Cultura Viva é constituído a partir de dois espaços distintos, que denomino *espaço de formulação (EF)* e *espaço de interlocução*[11] *(EI)*. Identifico EF com o *discurso institucional* do Programa e o que considero seu *discurso fundador*[12]*-,* e EI com os *discursos* produzidos pelos pontos e pontões de cultura e parceiros do Programa sobre EF. O discurso fundador, segundo Eni Orlandi (1993a) é formado por *enunciados que se cristalizam no imaginário social*, tornando-se referências básicas sobre determinado assunto.

O *discurso institucional* descreve a proposta de funcionamento do Programa e um *desenho idealizado* de funcionamento dos pontos e pontões de cultura. Os discursos dos pontos e pontões descrevem como eles *interpretam e se apropriam destes conceitos e do desenho* do PCV e os *traduzem* em seus modos de vida, seus saberes e fazeres, suas práticas e suas metodologias. Os pontos, pontões e gestores do PCV construíram *narrativas* sobre o Programa e elas refletem os lugares sociais e ideológicos de cada sujeito - que denomino *espaço de argumentação* - e mostram os diferentes níveis de entendimento que circulam na *formação discursiva*[13] que compõem o PCV, os interesses que se sobrepõem, os jogos políticos, a disputa pelo sentido e pelo poder, na *tensão entre as necessidades dos pontos e pontões e os limites de resposta por parte do Estado*. Essa narrativa pode ser apreendida pela análise do discurso que ela produz e poderá ajudar no entendimento do que se quer dizer quando diferentes sujeitos, em diferentes posições sociais, referem-se às redes e a gestão compartilhada concretizada no PCV e quando esses sujeitos repetem o mesmo enunciado e produzem sentidos bem diversos.

Ao observar e descrever o que dizem e o que fazem (ou dizem que fazem) os protagonistas vinculados às redes do Programa Cultura Viva chega-se a uma descrição *empírica* do funcionamento de uma rede de cultura que, em muitas vezes, se opõe e contradiz à rede *idealizada discursivamente* pela Secretaria em seu espaço institucional. A rede empírica ora se aproxima, ora se afasta das descrições das teorias de rede[14], mas possui características próprias porque *transita entre as estruturas e valores das redes hegemônicas e das contra-hegemônicas igualmente*. As teorias de rede em geral

---

[11] No *Capítulo I Dispositivo analítico, metodológico e teórico* descreverei e caracterizarei estes dois espaços.
[12] No *Capítulo I Dispositivo analítico, metodológico e teórico* aprofundo a ideia de discurso fundador.
[13] No *Capítulo I Dispositivo analítico, metodológico e teórico* descreverei o que se entende por formação discursiva e as demais noções que orientam esta pesquisa.
[14] Como propõem Castells (1999), Giddens (1991), Santos (2005; 2007).

descrevem ou redes *hegemônicas,* moldadas no modelo neoliberal hierárquico e verticalizado da globalização capitalista ou *contra-hegemônicas,* articuladas pelos movimentos sociais que se apropriam do modelo, mas o utilizam de forma horizontal, para criar processos emancipatórios.

As redes de cultura denomino *híbridas*, *pois discursivamente são dicotômicas, se filiam ao discurso característico dos processos contra-hegemônicos, mas, na prática, muitas vezes se organizam de forma tradicional, hierárquica e verticalizada*. Ao considerar todo espaço de participação social como uma instância da rede, ao mesmo tempo que a amplia - tudo é rede - também a despolitiza porque não discute ou problematiza o modo como estes espaços se estuturam e o que eles representam - há o que denomino *elisão do político* (LABREA:2009, p.66). A *elisão do político* permite que o espaço de formulação produza *no fio do mesmo discurso* um campo semântico onde convivem formulações que evidenciam conceitos aparentemente excludentes: *características de redes contra-hegemônicas e hegemônicas se mesclam, se fundem ao tornar o mesmo, espaços que são diferentes*. Isso é possível a partir de processos de silenciamento. A rede silencia sobre essas (e outras) questões, evitando a polêmica, despolitizando e naturalizando a desigualdade e a hierarquia de muitos de seus espaços.

A questão de quem ocupa os espaços de argumentação na rede aponta para outra característica das redes formadas por Estado e sociedade: a *permeabilidade*. Este termo, cunhado por Marques (2000) diz respeito às relações de proximidade entre os membros do Estado e alguns membros das redes e suas influências mútuas. Ele demonstra, em seu estudo, que em algumas redes são as relações pessoais entre os gestores estatais e os membros da sociedade e os interesses de um ou de outro que definem o rumo dos investimentos, a escolha dos projetos, a priorização das atividades, os lugares de argumentação e por isso não há alternância entre os enredados e os interesses pessoais se sobrepõem aos coletivos. Isso limita, evidentemente, a atuação política das redes.

As redes do PCV são *organizadas e mantidas pelo Estado e habitadas pela sociedade civil sem a devida explicitação dos lugares sociais*, do modo como o Estado irá responder institucionalmente às demandas e expectativas que elas geram. As redes dos pontos e pontões de cultura que se reuniram nas Teias deram origem *ao Movimento dos Pontos de Cultura, ao Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e à Comissão Nacional*

dos Pontos de Cultura e esses espaços hierárquicos se mantém em grande parte com verbas públicas e com a presença do Estado e essa opção torna opaca como se dá a *gestão compartilhada* - o que é compartilhado e em que termos, bem como as questões de autonomia, protagonismo, empoderamento e sustentabilidade das entidades.

Outra questão que aparece fortemente no discurso institucional é a apropriação por parte do Estado do discurso próprio aos movimentos sociais, tornando-o o discurso estatal sem a necessária reforma e adequação dos instrumentos políticos disponíveis. A força do discurso cria um *imaginário social contra-hegemônico*, que propõe mudar o desenho do Estado e suas prioridades, mas as estruturas estatais e a legislação não acompanham essas mudanças. É a *língua de vento* (COURTINE:1993) da política que se instala. Um discurso que ressoa, penetra, reforça imaginário, mas não produz mudanças e se esvai em si mesmo. Estas questões que envolvem tanto as opções e apostas do governo quanto as formas dos pontos e pontões de cultura se relacionarem com a política sinalizam que a *hibridização* nas redes é um tema ainda opaco, pouco explorado nas ciências sociais e estudos culturais e demanda uma reflexão específica com a qual esta tese pretende contribuir.

Em uma abordagem *pós-colonial*[15] (SANTOS:2007), parto do pressuposto que existem novas práticas culturas e sociais que surgem da experiência vivida em rede, do saber-fazer que se encontram nos campos da cultura e da educação e produzem tecnologias sociais inovadoras, que operam em um contexto igualmente novo e que as teorias sobre transformação social atualmente disponíveis não dão conta adequadamente desta novidade política, cultural e educacional.

OBJETIVOS

> Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento.
>
> **Boaventura de Sousa Santos**

1. Descrever e analisar os diferentes *efeitos e deslizamentos de sentidos* que os discursos sobre *rede* e *gestão compartilhada* (re)produzem no *espaço de*

[15] Adiante será explicitada a elaboração de Boaventura Sousa Santos sobre o pós-colonialismo.

formulação (EF) e no *espaço de interlocução* (EI) e o que eles apontam sobre a efetividade da política cultural desenvolvida pelo Ministério da Cultura no período de 2004 a 2013, especificamente o Programa Cultura Viva. Para isso, busca-se entender, de um lado, as *apostas, as estratégias, os limites e as possibilidades* das políticas públicas culturais com foco no direito, cidadania, diversidade e participação cultural, em um governo de base popular e, de outro, analisar como os gestores públicos e os agentes culturais, após seu ingresso no programa, se organizam, se articulam e o que produzem conjuntamente nas redes.

2. Refletir sobre a efetividade da estratégia discursiva do governo federal de utilizar a metodologia de articulação de redes solidárias, como instrumento de participação social e quais os sentidos produzidos no âmbito estatal e na sociedade civil. Este objetivo trata do que se entende por *gestão compartilhada* e quais são os *espaços de participação social* oferecidos pelo Estado que permeiam o discurso institucional do MinC e do governo federal.

HIPÓTESE DE TRABALHO

No início, nós ousamos.

Mãe Lúcia de Oyá,
Ponto de Cultura Coco de Umbigada

Tenho como hipótese de trabalho que *as redes articuladas pelo Estado como estratégia de participação e gestão social ampliada* conformam *redes híbridas*, caracterizadas pela *elisão do político,* pela *permeabilidade* e por uma *política do silêncio.* Estas características são conformadas pelo modo como o governo se coloca nas redes. As redes de cultura são *híbridas* porque no *espaço de formulação* os discursos que são produzidos pelo governo reproduzem os valores *contra-hegemônicos*, característicos das redes organizadas pelos movimentos sociais, mas no *espaço de interlocução* os discursos produzidos pelos pontos e pontões de cultura demonstram que as redes estruturam-se de modo vertical, hierárquico, característicos das *redes hegemônicas*. A análise preliminar do arquivo indica uma distância entre o dizer e o fazer que mostra que existe uma assimetria estrutural entre os sujeitos que constituem as redes. Essa assimetria pode ser apreendida a partir da análise do discurso em diferentes posições-sujeito inscritas em dois

espaços enunciativos: *espaço de formulação e espaço de interlocução*.

JUSTIFICATIVA

> Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já não têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia... E se não ousarmos fazê-la, teremos ficado para sempre, à margem de nós mesmos.
>
> **Fernando Pessoa**

Ao propor cartografar e analisar os discursos produzidos pelos gestores públicos e agentes culturais protagonistas de políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal para serem analisados, debatidos e credibilizados na universidade, em um curso de doutorado, busca-se ampliar a espacialidade do aprendizado, porque entendo que os *sujeitos das políticas* são igualmente *sujeitos de conhecimento* e possuem estratégias relevantes do ponto de vista cognitivo para superar suas dificuldades, a partir de experiências locais e enraizadas, conectadas em redes de relações. As teorias sobre transformação social atualmente disponíveis não dão conta adequadamente desta *novidade* política e cultural, pois os protagonistas destas políticas operam em um contexto político ainda pouco estudado que denomino metaforicamente *pequenos mundos*, porque quero enfatizar que são conhecimentos e práticas singulares. É necessário pois, mapear estas experiências - tornar visíveis estes *pequenos mundos*, analisá-los, entendê-los - e este estudo espera contribuir - ao menos parcialmente - neste processo cartográfico.

A teoria de redes ainda não produziu uma reflexão que dê conta da complexidade e dos paradoxos que envolvem a apropriação de uma tecnologia social contra-hegemônica e emancipatória pelo Estado, que tende à regulação e busca a hegemonia política. Dessa tensão surge uma rede com características singulares: vive no *entremeio*, pois é simultaneamente *espaço cultural* que pretende articular diversas linguagens artísticas (música, dança, teatro, literatura, culturas popular, cultura digital, cinema), *espaço formativo e educativo* (de troca de saberes e fazeres e tecnologias sociais) e *espaço de articulação política* (no caso, a interlocução entre Estado e sociedade), em que o projeto compartilhado muitas vezes não é claro e carece de reflexão conceitual. Este

estudo propõe se ocupar da descrição das *redes híbridas*, caracterizando-as, ao descrever e analisar seu funcionamento, considerando as condições para sua sustentabilidade, a partir do *discurso* que é produzido sobre elas.

No país, de modo geral, há necessidade de estudos voltados para análise e compreensão das políticas culturais, como enfatiza Calabre (2005):

> No Brasil não temos tradição de realização de estudos de políticas públicas, em especial em áreas como a da cultura. Ao revisitarmos, ainda que superficialmente, as ações do Estado no âmbito da cultura, nessas últimas quatro décadas, verificamos uma série de iniciativas na direção da elaboração de linhas de atuação política, que inúmeras vezes foram abandonadas e retomadas com pequenas alterações por governos que se seguiram. Esse processo de eterno recomeçar, de experiências que poucos rastros deixaram, de ausência de registros, de pouca sistematicidade nas ações, gerou alguns efeitos perversos, com grandes desperdícios de recursos financeiros e humanos. Em um tempo de constantes inovações tecnológicas que facilitam a disponibilização e a democratização das informações, torna-se tarefa inadiável o resgate das ações do governo na área da cultural (CALABRE: 2005, p.9).

Adoto como *dispositivo teórico e analítico* a orientar a reflexão a escola francesa de Análise do Discurso (AD) porque essa disciplina amplia possibilidades interpretativas ao distinguir o *dispositivo teórico de interpretação* – posto na produção bibliográfica[16] existente - do *dispositivo metodológico e analítico* - construído pelo analista em cada análise particular, a partir da formulação de questões condutoras. Assim, existe uma teoria do discurso cujo método e noções fazem *a mediação entre a descrição e a interpretação*, mas não existe um dispositivo analítico padrão, *a priori*, ele é construído pelo analista em interlocução com outras disciplinas e campos do saber que o ajudem a compreender e responder sua questão a partir do trabalho com o simbólico e a interpretação.

Proponho articular o dispositivo analítico à produção de diferentes autores, dispersos em várias disciplinas, mas priorizo *os documentos institucionais produzidos pelos formuladores da política* que organizaram a *teoria do programa,* entendida como "*a descrição das idéias, hipóteses e expectativas que constituem a estrutura do programa e o seu funcionamento esperado"* porque nela estão explicitados os conceitos e noções que orientam a política pública, "*não só para identificar o que o programa espera*

---

[16] Sugiro a leitura dos seguintes textos sobre a teoria da Análise do Discurso: GADET, F. e HAK, T. (1997); ORLANDI, Eni P. (1988; 1993; 1996, 1999; 2003).

alcançar, mas para entender como espera alcançar" (CASSIOLATO:2010, p.3). Em Saravia, encontra-se o conceito de *política pública* adotado neste estudo:

> Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, E.; FERRAREZI, E: 2006, p.28-9).

O Ipea avalia as políticas públicas considerando três planos, o cognitivo, o normativo e o operacional:

> No plano cognitivo destacam-se ideias, princípios, valores e representações. No exame desse ponto, contemplamos as ideias de protagonismo, autonomia, diversidade, cultura livre, republicanismo, equidade, participação, etc. As explicações, as justificativas e a enunciação de problemas também se desdobram neste plano. Já o plano normativo mobiliza a cultura política para explicitar como traduzir os vários aspectos do plano cognitivo. Nele encontramos discursos, debates, conferências, seminários, reuniões, estratégias, objetivos, etc. Por fim, no plano operacional destacamos a formulação das políticas públicas e seu desenho, implementação e execução, bem como sua avaliação e monitoramento. Aqui localizamos os planos de ação, os editais, as transferências, a produção de documentos e as normas estabelecendo critérios etc. (BARBOSA DA SILVA:2011, p.17-8).

Neste estudo, busco referências principalmente,

1. no *discurso institucional*, produzido no governo federal, que traduz um *entendimento, uma proposição ou uma posição de governo em determinado assunto*. Destaca-se o discurso formulado no MinC, nos documentos públicos (publicações, relatórios, etc.) e as análises e avaliações sobre a política pública produzida pelo Ipea. Entendo que o discurso do MinC apresenta a teoria do programa, seus valores, resultados esperados, o desenho da política cultural desenvolvida pela instituição. O Ipea é a instituição responsável no governo federal por fazer a avaliação da implementação das políticas públicas. Estes dois olhares, ao meu ver, se complementam porque juntos abordam vários

aspectos importantes da política pública;

2. nas *análises realizadas pelos pesquisadores* que tomaram o MinC e seus programas como objetos de estudo, porque nestes diversos artigos, teses, dissertações, monografias encontram-se importantes reflexões sobre diferentes aspectos da política e
3. nos *depoimentos dos pontos e pontões de cultura* que produzem uma narrativa que reflete diferentes níveis de entendimentos e de apropriação da política pública e como eles se traduziram nas práticas das entidades.

Ao mapear e organizar esse material construo um arquivo que contribui no esforço de compor uma visão *pós-colonialista*, ao valorizar a produção de conhecimento a partir de análise de experiências concretas. Boaventura de Sousa Santos define pós-colonialismo:

> Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram instituidas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. (…) A perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, **a partir das margens as estruturas de poder e de saber são mais visiveis.** Dai o interesse desta perspectiva pela geopolitica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz. (SANTOS: 2004, p.8).

A abordagem pós-colonialista considera a heterogeneidade que constitui as identidades e territórios de nossa época e realiza um diálogo entre os saberes, entendido como um *procedimento de tradução* (SANTOS: 2007, p.39), ou seja, *traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem "canibalização", sem homogeneização"* articulando estes saberes oriundos de diferentes lugares com os conhecimentos produzidos no país sobre as experiências locais. *O que estou propondo é uma tradução recíproca: eu traduzo e você traduz, e nós nos traduzimos reciprocamente* (op.cit., p.43).

ESTRUTURA

> Passava os dias ali, quieto, no meio das coisas miúdas.

E me encantei.

Manoel de Barros

No **Capítulo I Dispositivo analítico, teórico e metodológico,** apresento o dispositivo analítico e a construção dos dois espaços - EF e EI - que o arquivo privilegia. Um breve histórico da AD e a teoria do discurso são descritas e tento mostrar as especificidades do meu lugar teórico: o sujeito não é empírico, mas uma *posição enunciativa,* assim não se questiona A ou B porque se entende que qualquer um que ocupe aquela posição (re)produziria o mesmo discurso; não interessa e não se analisa as *intenções ou motivações* do sujeito, mas busca compreender o *efeito de sentido* que o discurso produz a partir de dadas condições de produção; a AD entende de um modo *particular* algumas palavras que no uso comum tem um outro sentido: sujeito, texto, leitor, sentido e procuro esclarecer o que quero dizer quando digo estas palavras neste estudo. Finalizo esse capítulo com a proposta de cartografia social como método de organização e escrita textual.

O **Capítulo II A política cultural do Ministério da Cultura no Governo Lula** tem como objetivo mostrar as *condições de produção do discurso do MinC*, relacionando-o com um *continuum discursivo* que organiza uma *matriz de sentidos* possíveis. O discurso do MinC resulta de um contexto mais amplo: a Constituição Federal de 1988[17] que, em diálogo com a *tendência* ocidental - traduzida nos vários documentos da ONU - de ampliar o conceito de cultura, entendendo-o em um sentido antropológico que contempla a diversidade, o direito e a cidadania cultural e a participação social; a proposta de cultura do PT para o governo federal - que dialoga com as inúmeras experiências de descentralização da cultura nos governos municipais e estaduais; a política cultural desenvolvida nas gestões anteriores. Procuro caracterizar esses elementos a fim de compreender melhor o que pode ou não ser dito no discurso do ministério. É um capítulo, breve, introdutório, que se vale das muitas análises já produzidas.

O **Capítulo III Cultura Viva, Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária** procura caracterizar o *discurso fundador* do programa,

---

[17] Acesse o documento in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 20/07/2013.

a partir dos *elementos presentes nos textos* produzidos pelo conjunto de gestores que dizem a política. Procuro mostrar que o programa pode ser entendido em vários níveis: de um lado o *discurso fundador* que mobiliza um imaginário de desenho idealizado da política, de outro, o discurso que é produzido quando se vai a campo a fim de saber em que o dizer coincide com o fazer. Ambos os discursos - o fundador e o da gestão, materializado em elementos recortados da primeira avaliação do programa que o Ipea realiza - são discursos institucionais, produzidos no governo federal e ambos são referência quando se fala do programa. O *discurso fundador* se mostra como um *discurso político populista* e finalizo o capítulo em sua descrição.

No **Capítulo IV Os conceitos estruturantes: o discurso circular sobre si mesmo** descreve o que se convencinou chamar de conceitos estruturantes - o conjunto de ideias-forças que mobilizam a política - e a teoria do programa. Estas ideias serão apropriadas e repetidas tanto no espaço de formulação quanto no de interlocução e irão produzir a *memória discursiva* do Cultura Viva.

O **Capítulo V O espaço de formulação: o discurso fundador** apresenta a noção polissêmica de rede que permeia o *discurso fundador* do PCV, a partir de dez categorias mapeadas nos documentos institucionais. Neste capítulo procuro mostrar que a SCDC convencionou chamar de rede todos os espaços presenciais e virtuais e os eventos realizados, embora dialogue institucionalmente prioritariamente com instâncias formais e representativas.

No **Capítulo VI Espaço de interlocução: pequenos mundos de sentido**, procuro mostrar como os pontos e pontões de cultura dialogam com o discurso fundador a partir de diferentes posições-sujeito em quatro momentos: o Seminário Internacional do PCV em 2009 que, junto com a primeira pesquisa de avaliação do programa produzida pelo Ipea sinaliza a necessidade de alinhamento da política em função dos problemas de gestão, a segunda pesquisa do Ipea, realizada com pontos e pontões ainda na gestão de Célio Turino e que mostra uma assimetria contundente entre o que se diz e o que se faz no programa, o projeto de Redesenho do PCV, já na nova gestão, e a pesquisa que realizei em 2013 com pontos e pontões a fim de verificar se havia mudanças importantes na compreensão das noções de redes e gestão compartilhada do CV.

Por fim, no **Capítulo VII**, busco articular as narrativas contidas em EF e EI e dialogar com as teorias de redes a fim de responder aos meus objetivos de pesquisa. Segue-se a bibliografia e os anexos.

INSERÇÃO NO CAMPO CULTURAL

> O mundo se move, vive e se oferece ao nosso conhecimento graças a uma estrutura ordenada daquilo que, no entanto, muda sem cessar. *A Realidade é, então, racional*, mas sua racionalidade é múltipla, estruturada em níveis. É a lógica do terceiro incluído que permite à nossa razão passar de um nível ao outro. Os níveis de Realidade correspondem a níveis de compreensão, numa fusão do saber e do ser.
> O Terceiro Oculto, entre o Sujeito e o Objeto, não admite, todavia, qualquer racionalização. *A Realidade também é, então, transrracional*. O terceiro Oculto condiciona a circulação da informação não somente entre o Objeto e o Sujeito, mas também entre os diferentes níveis de Realidade do Sujeito e entre os diferentes níveis de Realidade do Objeto. A descontinuidade entre os diferentes níveis é compensada pela continuidade da informação portada pelo Terceiro Oculto.
>
> **Basarab Nicolescu**

Creio que interessa, logo de início, explicitar o lugar de onde falo. Meu lugar *teórico* é a Análise do Discurso e a Cartografia Social é *método* que utilizo para pensar a (des)(re)organização do arquivo e orientar a escrita do meu texto. Quando falo da política pública, falo do lugar de analista do discurso: não sou socióloga, não sou cientista social, não sou especialista em gestão pública, não sou comunicóloga e não tenho pretensões de ocupar esses lugares. Assumo, desde já, o limite deste estudo: proponho *cartografar e analisar discursos* e *habitar o espaço de entremeio entre a descrição e a interpretação*. Busco entender o que foi dito (ou escrito), a partir da *condições de produção do discurso* e ver quais *efeitos de sentidos* ele produz[18] e como estes diferentes sentidos afetam a política e parte da sociedade que com ela se relaciona. Para isso mobilizo noções e categorias das ciências sociais e políticas, dialogo com o discurso da gestão produzido no

[18] Apresento a teoria do discurso e a cartografia social no Capítulo I.

governo federal - que considero o *interlocutor oculto* (ou o *terceiro incluído*[19], nos termos de Nicolescu) - porque a AD permite estes cruzamentos entre disciplinas a fim de entender as especificidades de *seu* objeto de estudo: o **discurso**.

Assim, o sujeito que me interessa não é o *sujeito empírico*, mas uma *posição enunciativa.* Mesmo quando me refiro, por exemplo, a recortes discursivos que são vinculados à posição-autor (nomeada) de Gilberto Gil, Juca Ferreira, Célio Turino, compreendo que estou me referindo a *posição-sujeito* que eles ocupam na *formação discursiva* do MinC - ou seja, acredito que dadas as *condições de produção* do discurso é a FD que determina *o que pode ou não ser dito*. Tampouco me debruço sobre *motivações ou intencionalidades* deste ou aquele sujeito empírico, procuro descrever e analisar *efeitos de sentidos* que os discursos produzem a partir de *determinadas posições enunciativas*. Da mesma forma quando relaciono *dizer e fazer* permaneço no *nível discursivo* - analiso o *discurso* que propõe uma *prática ou um modo de fazer a política acontecer* e analiso os discursos que dizem se essa prática foi ou não realizada. Acredito que a AD pode contribuir para a compreensão do discurso da política cultural ao descrever as condições amplas e imediatas em que ele ocorre e os sentidos que (re)produz no âmbito governamental e na sociedade.

Minha formação acadêmica e experiência profissional me levaram a ocupar espaços no governo federal em que imagino que contribuo para a qualificação da política a partir de formação e mobilização de espaços de participação social, organização de comunidades de aprendizagem[20] e processos formativos. Sempre busquei relacionar a vida acadêmica com a profissional e a tomei como objeto de reflexão, em particular as redes. A experiência de *enredada*, em um primeiro momento em redes organizadas pelos movimentos sociais e depois nas redes mobilizadas na parceria entre Estado e sociedade

---

[19] Em *Contradição, lógica do terceiro incluído e níveis de realidade*, (http://cetrans.com.br/textos/contradicao-logica-do-terceiro-incluido-e-niveis-de-realidade.pdf), Basarab Nicolescu parte da *filosofia do terceiro incluido* de Stéphane Lupasco e a introduz na abordagem da transdisciplinaridade fundada sobre a noção de níveis de realidade. Tive oportunidade de conhecer e dialogar com a transdisciplinaridade nas aulas do curso de mestrado ministradas pelas professoras Maria de Fátima Makiuchi e Isabel Zaneti a quem agradeço pela ampliação do olhar.

[20] A comunidade de aprendizagem é uma metodologia de aprendizagem colaborativa, baseada no diálogo igualitário entre todos os participantes, pressupõe três noções essenciais: a existência de um espaço, que pode um espaço físico ou virtual de partilha e construção das aprendizagens; a existência de um processo de aprendizagem que se suporta no apoio mútuo entre os seus membros e se caracteriza pela colaboração, interação, pertença a um grupo e sentimento de partilha de saberes e experiências e ainda pela definição do conceito de aprendizagem como sendo um processo de construção que se edifica ao longo de um percurso (CATELA:2011).

(às vezes como sociedade e às vezes como staff do governo), permitiu ocupar diferentes posições em redes estruturadas de modo bem diverso e creio que é importante refletir sobre os sentidos que esses espaços produzem, o que eles permitem construir e suas limitações.

Entre 2000 e 2003[21], fiz parte da organização de três edições do Fórum Social Mundial[22], seguidas de duas edições do Fórum Mundial de Educação[23] e assumi a coordenação geral do I e II FórumZINHO Social Mundial[24], do I Encontro Internacional de Contadores de História e da Reunião da Carta da Terra[25]. Estes eventos altermundistas me introduziram no mundo das *redes contra-hegemônicas* que lutam por *um outro mundo possível* e me mostraram a potência e as possibilidades de troca e aprendizagem que as redes permitem. Estes eventos não seriam possíveis a não ser em *rede solidária e colaborativa*, e traduzi a força e o sentido transformador destas experiências na reflexão

---

[21] Na década de 1990 fui professora da rede pública de ensino e, simultaneamente, participei de uma rede de educadores populares que atuava em espaços públicos em Porto Alegre e oferecia oficinas de contação de histórias, arte-educação, educação ambiental, entre outras. Também fiz parte de um grupo de extensão universitária que desenvolvia projetos nos assentamentos de reforma agrária e fui responsável por diversos processos de formação de professores nas escolas itinerantes do MST. Desenvolvi vários projetos com meninos e meninas de rua, com comunidade LGBT, organizei eventos, seminários, oficinas, cursos de formação de professores. Este conjunto de atividades me levaram até o Fórum Social Mundial.

[22] O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Fonte: forumsocialmundial.org.br. Trabalhei como voluntária no I e II FSM, junto ao Comitê Gaúcho do FSM.

[23] O Fórum Mundial de Educação é um movimento pela cidadania planetária e pelo direito universal à educação. Constitui-se em um espaço de constante diálogo entre todas e todos os que, no mundo globalizado, levam adiante projetos de educação popular e de enfrentamento ao neoliberalismo, seja em esferas públicas, governamentais ou não, coletivas ou de pesquisa. Fonte:forummundialeducacao.org. Participei da coordenação do II FME.

[24] As duas edições dos FórumZINHO Social Mundial foram eventos altermundistas, voltadas às crianças e educadores populares. Sua organização foi descentralizada, em rede, envolvendo oficineiros e educadores de vários países. As oficinas e demais atividades foram precedidas por eventos denominados "preparatórias"que envolviam criancas em espaços públicos da cidade. Foram realizadas "preparatórias" mensalmente em Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro, Palma de Maiorca e diversas cidades do país. O projeto do FórumZINHO foi indicado em 2002 ao Prêmio Educação pela Paz da UNESCO e ao Prêmio da Carta da Terra em 2005. Fui a coordenadora-geral do I e II FórumZINHO. O relato do II FórumZINHO pode ser acessado em: http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=of_forumzinho_por.

[25] O Projeto do I FórumZINHO Social Mundial foi indicado ao Prêmio Educação pela Paz da UNESCO em 2002 e ao Prêmio Carta da Terra 2000-2005. Os demais projetos foram indicados ao Prêmio Carta da Terra 2000-2005. Produzimos uma versão da Carta da Terra para Crianças que foi adotada pela Iniciativa da Carta da Terra como referência em educação pra sustentabilidade. O Canal Futura e a UNICEF, no documentário **Criança 2000** que mapeou experiências transformadoras em educação no mundo todo, ao tratar da América Latina escolheram o projeto do FórumZINHO como *case*, em função dele ser uma ação contínua de arte-educação, educação ambiental e educação popular em espaços públicos da cidade. Um relato destas expeirência foi apresentada na ONU pelo presidente da UNICEF, as versões em várias línguas foram amplamente reproduzidas e isso nos levou para o Fórum Social Europeu e a desenvolver um projeto com o governo da Catalunha e Ilhas Baleares, na Espanha. Também desenvolvemos várias oficinas de Educação pela Paz nas escolas da UNESCO na Europa.

produzida durante a especialização em gestão ambiental[26], realizada em 2007, quando refleti sobre as estratégias de articulação em redes para organizar eventos transnacionais novomundistas de caráter crítico e emacipatório.

Em 2003 vim para Brasília, no primeiro ano da gestão do Presidente Lula, e aqui me deparei com *redes* que denominei *híbridas* - na falta de um nome melhor, tendo que diferenciá-las e compelida a dizer que estas redes não eram contra-hegemônicas, antes seu revés - habitadas igualmente pela sociedade e governo. No mestrado estudei a Rede Brasileira de Educação Ambiental[27] em que ficou claro que esta *parceria* entre governo e sociedade conforma estruturas aptas tanto para protagonizar processos emancipatórios quanto para colonizar as iniciativas da sociedade. Foi o primeiro momento em que percebi que o *hibridismo*, entendido como o contato e a *mistura* dos interesses do Estado e da sociedade, conforma redes que não são hegemônicas, tampouco contra-hegemônicas, mas se situam em espaços de *entremeio*, em constante reformulação. Depois que conheci o funcionamento da REBEA, sua vinculação à agenda estatal e seus processos que se diziam claros, mas eram extremamente opacos, me perguntei se as redes seriam o espaço mais adequado para o diálogo com o Estado, em função das características do hibridismo. Lembro que na banca de defesa do mestrado, Philippe Layrargues disse que uma das características do híbrido na biologia é que ele não vai além de si mesmo, é estéril.

Esta ideia de esgotamento de um projeto me pareceu adequada ao desenho de rede estudada no mestrado, mas a dimensão utópica das redes contra-hegemônicas poderia prevalecer, acredito, se houvesse maior clareza dos papéis sociais e explicitação dos interesses diferentes que marcam a presença de Estado e sociedade nas redes formadas no Governo Lula. Este é o desafio que está posto para as redes híbridas: irem além de si mesmas, enraizarem.

No início de 2009 conheci o Programa Cultura Viva, quando fui selecionada como consultora para organizar o Seminário Internacional. Como não sabia nada sobre o CV, coletei tudo que já tinha sido publicado sobre ele no MinC para ler, conhecer as

---

[26] LABREA, Valéria da Cruz Viana. **Redes de aprendizagem: um outro espaço educativo é possível. A experiência do FórumZINHO Social Mundial**. Brasília: SENAC, 2007. (Monografia de especialização). Orientação da Profa. Dra. Izabel Zanetti.

[27] LABREA, Valéria da Cruz Viana. **A "vanguarda que se auto-anula" ou a ilusão necessária: o sujeito enredado. Cartografia subjetiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental 2003-2008.** Brasília, Centro de Desenvolvimento Ssutentável, Universidade de Brasília, 2009. (Dissertação de Mestrado) Orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi.

ideias e a estrutura e fui aos eventos que a secretaria organizava. Quem se vem da militância conhece o poder da *mística*, do ritual, dos tambores, das bênçãos, da fala que convence, do sentimento de pertencimento. Mesmo sabendo disso tudo, fiquei literalmente encantada com tudo que li, vi e ouvi nos eventos do CV.

Com o sentimento de que estava no lugar certo na hora certa - e já com planos para o doutorado -, iniciei a organização de meu arquivo sobre o PCV, conheci e integrei a *rede de pesquisadores*, fiz um primeiro banco de teses, produzi o seminário e as publicações, participei de mais eventos do que posso me lembrar, organizei a metodologia do conselho consultivo do programa e as duas reuniões que foram feitas com este grupo de notáveis dos saberes acadêmicos e dos saberes populares. Iniciei minha própria trajetória no CV[28] e ela me levaria dos eventos e publicações (2009) à gestão das ações (2010), aos processos cartográficos e formação de redes (2011) e à tentativa de alinhar a política (2012). Continuei minha interlocução com o PCV, em 2013, agora *do lado de fora*, como doutoranda. Em 2014 colaboro com a SCDC na construção do desenho metodológico da Teia.

Ao todo, cerca de 5 anos profundamente envolvida com o programa, no trabalho e nos estudos, mapeando os elementos que irão construir minha *metanarrativa*[29] sobre a ideia de rede do CV. Assim, desde já, assumo minha interpelação e nesse espaço de reflexão todas as escolhas são arbitrárias, oriundas de um sujeito desejante e totalmente implicado na pesquisa, pois a *posição-autora* que construo não é *neutra ou imparcial*, ao contrário, no período de 2009 a 2012 colaborei para construir, consolidar e mudar a política cultural e mesmo de fora, continuo esse esforço seja na reflexão acadêmica, seja no trabalho desenvolvido na Secretaria Nacional de Juventude.

Ao longo desse período modifiquei meu olhar sobre as apostas iniciais do PCV, ao confrontá-las com os resultados obtidos, com o conhecimento sobre gestão cultural

---

[28] Entre 2009 e 2010 fui consultora do PNUD na SCDC/MinC, responsável pel desenho metodológico e organização do Seminário Internacional do PCV e suas publicações, organizei na Teia 2010 o II Encontro do Conselho Consultivo do PCV (o primeiro foi no Seminário), conheci e passei a integrar a Rede de Pesquisadores do PCV; em 2010 fui coordenadora das ações cultura digital, escola viva, agente de cultura, pontinhos, griô, economia viva e cultura e saúde. Em 2011 trabalhei na Diretoria de Livro, Leitura e Literatura e fiz a cartografia da cadeia produtiva do livro e mapeei os pontos de leitura, organizei uma série de encontros e eventos que resultaram em um grupo de discussões virtual, denominado de Rede dos Pontos de Leitura. Em 2012 integrei o grupo de pesquisadores contratados pelo IPEA para o Projeto de Redesenho do PCV. Desde 2013 trabalho como consultora na Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, no projeto do Participatório, Observatório Participativo da Juventude.

[29] No Capítulo I descreverei a proposta de metanarrativa.

que adquiri em vários processos formativos, com a perspectiva de manter a potência, mas vinculá-la a um processo de gestão menos problemático para os pontos e gestores. Assim, ao descrever e compreender os sentidos produzidos nos discursos do/sobre o PCV dou sentido a minha própria trajetória profissional e acadêmica. Ao questionar algumas opções adotadas, questiono a mim mesma. E ao procurar desvelar identidades e territórios para a gestão pública cultural, busco reafirmar minha própria identidade e território nesse campo.

Ao ampliar a reflexão sobre as *redes híbridas* nessa pesquisa, busco entender o contexto do discurso produzido sobre as redes do Cultura Viva - que são fomentadas e mantidas a partir de uma política pública. Organizá-las é uma proposta do Estado e isso modifica a configuração do que se denomina rede. Assim, acredito que existem várias dimensões do *hibridismo* para refletir teoricamente a partir do funcionamento práxico e discursivo das redes e ver que arranjos foram feitos (se foram feitos) para dar conta destas questões (se elas apareceram, se não, quais são as questões). Iniciei minha reflexão sobre as redes na especialização em gestão cultural[30] e pretendo finalizá-la na tese de doutorado.

A análise do discurso, em meu entendimento, pode se somar aos estudos já elaborados nesta temática e contribuir, em sua especificidade, para entender estes processos que envolvem o Estado e a sociedade, dando evidência a elementos pouco desenvolvidos nas reflexões sobre políticas públicas, como a questão do sujeito e as diferentes posições enunciativas que ele ocupa, os diferentes níveis de realidade e de entendimento que os efeitos de sentido de um texto produzem a partir das condições de produção do discurso. O resultado deste esforço de compreensão é esta tese. Os caminhos percorridos me levaram do *encantamento* à *crítica* e depois à *reafirmação do encantamento e da necessidade da crítica*. Neste lugar permaneço. Espero com este estudo fechar um ciclo de aprendizagem e, quem sabe, me abrir para outras e novas indagações.

---

[30] LABREA, Valéria da Cruz Viana. **Cultura Viva: redes temáticas e rede de governança como estratégia de participação social ampliada.** São Paulo: Fundação Itaú Cultural; Girona, Espanha: Universidad de Girona, 2012. (Monografia de Especialização). Orientadores: Prof. Dr. Teixeira Coelho e Prof. Dr. Alfons Martinell.

1 DISPOSITIVO ANALÍTICO, TEÓRICO E METODOLÓGICO

> Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões.
>
> **Paul Henry**

1.1 DISPOSITIVO ANALÍTICO: O ARQUIVO

> Mas o que é um dispositivo? É, antes de mais nada, uma meada, um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de diferentes naturezas (...) Destrinchar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é traçar um mapa, cartografar, agrimensar terras desconhecidas, e é o que [Foucault] chama de 'trabalho de campo'.
>
> **Gilles Deleuze**

A ideia de *arquivo* adotada neste estudo apresenta-se em Foucault[31], que dirá que um *arquivo é um sistema de enunciados* (2000: p.148-149) que permite analisar as relações entre o discurso (verbal e não-verbal) e outros domínios. O discurso, como pondera Eni Orlandi (1993), pode ser verbal ou não-verbal. O verbal é formado por textos e o não-verbal por imagens, no caso desta pesquisa, fotografias. Para Foucault um *enunciado* é uma *função* (op.cit:p.98), a *função enunciativa* que é exercida por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e permitem que ele seja enunciado[32]. Não é a organização de um acúmulo de textos ou de imagens, linear, cronológico, que tende à totalidade, a fim de esgotar um assunto, mas ao contrário, organiza uma *rede de formulações* que é marcada por certas regularidades que definem o sistema de seu funcionamento.

> Entre a língua que define o sistema de construção das frases possíveis e o corpus que recolhe as palavras pronunciadas, o arquivo define um nível particular; o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados (...). Não tem o peso da tradição, não constitui uma biblioteca (...), entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formulação e da transformação de enunciados (FOUCAULT:2000, p.150).

---

[31] Foucault, segundo Gregolin (2004), desenvolveu um projeto epistemológico ligado, principalmente, às relações entre saber e poder na história da sociedade ocidental e sua obra se organiza em três fases (p.53-54). Na fase "arquealógica" busca compreender as transformações históricas dos saberes que possibilitaram o surgimento das ciências humanas; na fase "genealógica" tenta compreender as relações entre os saberes e os poderes; por fim estudou a construção histórica da subjetividade, em uma "ética e estética da existência"(p.54).

[32] Cfe. Foucault (200: p.89 a 121).

Para Foucault, a *arqueologia* que organiza o arquivo não visa a nenhum começo ou busca pela origem do discurso, mas busca *descrever a função enunciativa* e a *formação discursiva* a qual pertencem *os discursos como práticas específicas no elemento do arquivo* (FOUCAULT:2000, p.151). Principalmente para não se confundir a arqueologia com uma história das ideias, ele propõe alguns princípios: a arqueologia busca relacionar os discursos, enquanto práticas que obedecem regras, que são da ordem do repetível às suas condições de produção, ou seja, entende o discurso em sua dimensão de *acontecimento*: mesmo tendo sido enunciado repetidamente, um texto ou uma imagem nunca são os mesmos porque mudam suas condições de produção e a posição-sujeito do enunciador e porque ele mantém relações com outros enunciados. Em sua especificidade, é uma análise diferencial das modalidades de discursos, que não se preocupa com o que o autor queria dizer, mas busca descrever o funcionamento do discurso enquanto um objeto passível de ser teorizado (FOUCAULT:2000, p.159-160). Ela trabalha fora da linearidade e busca na descontinuidade, nas brechas, no emaranhado de fatos discursivos anteriores a um acontecimento que, ao mesmo tempo, o explicam e determinam (GREGOLIM:2004, p.77).

No caso dessa pesquisa, o arquivo é formado pelo *corpus discursivo* organizado a partir de *recortes textuais e imagens fotográficas*. Orlandi (2010) afirma que a imagem é *discurso* - linguagem não-verbal - e *carrega o deslocamento de sentidos*, tem *pontos de deriva*, *incide em outros discursos*. Dessa maneira funciona articulada com o verbal na construção da *memória discursiva*, fortalece a *função de símbolo* do discurso que caracteriza o CV, se vincula a uma posição-sujeito e dessa posição compõe parte das narrativas que criam uma *realidade da representação*, um recorte que cria uma versão da realidade, como se fosse **o** real e colabora para fortalecer a *poética da política* e faz parte do *exercício de imaginação* que é o desenho idealizado da política. As fotografias são imagens atravessadas pela memória e fragmentos deliberado do cotidiano, dos encontros entre os pontos de cultura e o Estado. A ideia de *recorte* adotada neste trabalho se apresenta em Orlandi (1996). Para ela, *o recorte é uma unidade discursiva*, ou seja, fragmento textual que relaciona a linguagem às suas condições de produção, ou seja, diz respeito aos interlocutores e seus lugares sociais. Para a autora, a noção de recorte não é segmental, *recorte é pedaço*, isto é, o recorte é *um fragmento da situação discursiva que*

pode apreender a incompletude como constitutiva do sentido e condição da linguagem (ORLANDI, 1996: p.139-140).

Foucault (1969: p.25) entende que os recortes são *categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado de outros que com eles mantém relações complexas.* Neste estudo, a proposta é recortar vários fragmentos textuais e imagens que sejam representativas das questões colocadas nos objetivos de pesquisa, a fim de que sejam analisadas e interpretadas à luz das noções mobilizadas.

1.1.1 A construção do corpus discursivo

> Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão do que somos e fazermos.
>
> **Foucault, sobre o arquivo.**

Neste estudo, se distingue o *corpus empírico*, no caso, constituído pela *totalidade da produção discursiva* realizada no período de 2004 a 2013, entre todos os protagonistas do Cultura Viva e *o corpus discursivo*, o *arquivo* que, no gesto de interpretação do analista, *representa* essa totalidade - porque não se pretende a análise exaustiva, tendendo à *completude* (ORLANDI:1989, p.32), mas estipula-se *arbitrariamente* um número de sequências discursivas e fotografias, visando uma amostra representativa, cujos resultados serão considerados extensivos ao campo discursivo de referência (INDUSRKY:1997, p.48), ou, nos termos de Foucault, o arquivo.

> Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise (ORLANDI: 2000, p.66-67).

É importante destacar que o trabalho de seleção dos recortes discursivos que irão compor o arquivo é, ele próprio, objeto de análise prévia: *decidir, entre a totalidade de textos já produzidos, considerados dados empíricos, aqueles que serão mobilizados* (ORLANDI: 2000, p.65-66). Isso pressupõe do analista o trabalho de construção de um

arquivo que tenha condições de responder, ao menos parcialmente, às questões postas nos objetivos de pesquisa e possa descrever o modo como os discursos funcionam a partir de diferentes lugares sociais o que isso significa do ponto de vista da gestão de uma política pública.

O *corpus discursivo* mobilizado para este estudo traz sequências discursivas oriundas de dois espaços: o *espaço de formulação (EF)* e o *espaço de interlocução (EI)* (LABREA:2009), que juntos, compõem o arquivo. Cunhei esses dois termos para organizar duas categorias distintas, uma, EF, relaciono à memória discursiva e a relações parafrásicas e o outro, EI, à dinâmica paráfrase e polissemia. Apresento abaixo a descrição desses dois espaços.

1.1.1.1 Espaço de formulação

> Somos mestiços. Não apenas etnicamente mestiços. Somos culturalmente mestiços. Dançando o Aruanã sob a lua; rezando numa capela de Nossa Senhora Chestokova; curvadas sobre a almofada da renda de bilros; trocando objetos e valores no Moitará; depositando ex-votos aos pés dos nossos santos; sambando na avenida; contemplando a pedra barroca tocada pela eternidade do Aleijadinho; dobrando a gaita numa noite de frio, no sul; tocados pela décima corda da viola sertaneja; possuídos pelo frevo e o maracatu nas ladeiras de Olinda e Recife; atados à corda do Círio de Nazaré; o coração de tambores percutindo nas ruas do Pelourinho ou no sapateado do cateretê; girando a cor e a vertigem do Boi de Parintins e de São Luiz; digerindo antropofagicamente o hip hop no caldo da embolada ou do jongo. Somos irremediavelmente mestiços. A lógica da homogeneização nos oprime. Por isso gingamos o corpo, damos um passe e seguimos adiante como num drible de futebol ou numa roda de capoeira que, sem deixar de ser luta, tem alma de dança e de alegria. Como formular um projeto de Políticas Públicas de Cultura que contemple esse mosaico imperfeito?
>
> **A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas de cultura** (PT:2002).

O *espaço de formulação (EF)* se compõe dos discursos materializados nos textos dos documentos, imagens fotográficas e publicações oficiais da SCDC/MinC, no período de

2004 a 2013, que visam dar visibilidade e fazer circular a *teoria do programa* e passam a constituir o *discurso que contém a memória institucional* do PCV. É um arquivo que organiza um *continuum* discursivo, marcado pela paráfrase e reiteração do conteúdos semânticos. Alguns textos tem seus autores explicitados e outros são documentos institucionais do MinC.

O *espaço de formulação* tem como característica a *paráfrase*, a estabilidade e a repetição do mesmo discurso. Foucault (2000: p.123) diz que a formulação é um acontecimento que é *demarcável segundo critérios espaço-temporais e que pode sempre ser relacionada a um autor.* A paráfrase é um recurso intertextual no qual um texto é elaborado a partir do conteúdo de um texto anterior, mantendo, contudo, seu conteúdo semântico inalterado ou muito próximo do sentido anterior ou original. Na perspectiva discursiva, a paráfrase garante a estabilidade dos sentidos, mantendo no fluxo do discurso a atualidade de referências já antes mencionadas.

EF se ancora em uma *posição-sujeito dominante* (LABREA:2009). A *posição-sujeito dominante* representa o *sujeito universal* da FD e o discurso que determina os sentidos que circulam no espaço de formulação e que se mantém como memória discursiva. Esta posição-sujeito se identifica com o discurso do poder, é estável e determina as ações políticas da rede e sua identidade coletiva (LABREA:2009, p.62).

O período estudado atravessa três gestões presidenciais, quatro gestões ministeriais e quatro secretários, como pode-se observar no Quadro 1 abaixo:

Presidente	Ministro	Secretário
Luis inácio Lula da Silva (2003-2010)	Gilberto Gil (2003-2008) Juca Ferreira (2008-2010)	Célio Turino (2004-2010) TT Catalão (2010-2011)
Dilma Rousseff (2011-2014)	Ana de Hollanda (2011-2012) Marta Suplicy (desde 2012)	TT Catalão (2010-2011) Marta Porto (2011) Márcia Rollemberg (desde 2011)

Quadro 1 - Presidentes do Brasil, Ministros da Cultura e Secretários de Cidadania e Diversidade Cultural no período de 2003 a 2012. Fonte: MinC - Elaboração da Autora

Identifico a origem da *memória discursiva* do PCV na publicação **Cultura Viva; Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**[33] (2004 e

33 Uma versão atualizada desta publicação foi lançada na TEIA 2010 sob o título de **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania; Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sociocultural**

2005a) porque ela é o primeiro documento público que apresenta a teoria do programa, seus conceitos estruturantes e ações propostas. As publicações organizadas posteriormente dialogarão necessariamente com esse texto, os discursos proferidos pelos gestores da política repetirão literalmente trechos inteiros dos textos que lá estão, as imagens terão textos que fixarão ideias-forças defendidas neste *discurso fundador* do Programa Cultura Viva. Para a AD, *discurso fundador* é aquele que *cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui uma memória outra* (ORLANDI: 1993, p.13).

Também serão considerados na análise as publicações e os DVDs das Teias (BRASIL:2006a e BRASIL:2007, respectivamente), as duas edições do **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL:2009b e BRASIL:2010b) e a montagem de textos e imagens **Ruptura CONtradição** de TT Catalão que foi sendo construída ao longo das gestões e cria uma *poética* para o CV. Esse arquivo reúne as falas do Presidente Lula, do Ministro Gilberto Gil e do Secretário-Executivo Juca Ferreira, dos Secretários de Cidadania Cultural Célio Turino e TT Catalão e as imagens discursivas que apontam as diretrizes e as prioridades de públicos e territórios, o novo modo de organizar as políticas culturais, as rupturas com as gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o conceito ampliado de cultura - no sentido *antropológico* - e o novo léxico que vai modificar o campo a partir de metáforas poderosas - *do-in antropológico, tradição e invenção, ruptura e contradição*, *popular e erudito, intervenções agudas nas profundezas dos brasis urbano e rural*, *autonomia, protagonismo, redes*. O *discurso do poder*, a partir de então, é outro, se coloca como uma novidade no campo cultural e o Programa Cultura Viva irá se formar a partir destas condições de produção.

O discurso do PCV *traduz* e *funda* esse novo olhar sobre a política cultural em ação: os pontos de cultura passam a ser o *locus* privilegiado para observar a cultura em suas diferentes manifestações. Segundo Orlandi, o *discurso fundador* organiza espaços de *identidade histórica*, constitui uma *memória que passa a ser institucional e legítima*:

> Cria **tradição de sentidos** projetando-se para frente e para trás, **trazendo o novo para efeito do permanente**. Instalando-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o **efeito do novo que no entanto se arraiga na memória permanente** (sem limite).

---

para o Brasil (2010) e este texto será uma importante referência para essa análise.

> Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (ORLANDI: 1993, p.14, grifo meu).

Outra característica importante do discurso fundador é que ele é "*reconhecido como tal"* (ORLANDI:1993, p.18), ele é *citado* ou *reproduzido literalmente ou em forma de paráfrases* em novos textos que o definem como **"a"** referência quando o assunto é o Programa Cultura Viva.

Entende-se que o discurso fundador organiza uma memória em *documentos textuais e documentos fotográficos* e estabelece uma versão ou um sentido que prevalece sobre as outras versões possíveis e esta produção sempre é regulada pelo contexto sócio-histórico e pela ideologia. Ou seja, a organização de um arquivo e do que ele deve ou não conter, é uma **questão política**, é uma decisão de quem controla as condições de produção do discurso. No caso, o gestor e formulador da política.

> (...) a acumulação de documentos não é um processo natural, posto que há uma seleção do que é considerado relevante permanecer no arquivo, ou não. Já os princípios de organicidade e unicidade não significam o documento como prova, mas sim, como integrante de uma **rede de memória que o significa e estabelece um vínculo entre os documentos, constituído no contexto de sua produção.** O conceito de memória perpassa os documentos, tanto pela AD que aponta a memória constitutiva do dizer quanto pela História que os considera materiais de memória social (FERRAREZI; ROMÃO: 2007, p.156, grifo meu).

Para fins de pesquisa, considero que o PCV viveu dois momentos fundantes, o primeiro no período de 2004 a 2010 no qual se articulam a *política e a estética*[34], *o populismo*[35] *e o popular*, criando um poderoso imaginário social[36] que alia Estado e sociedade em torno de um projeto comum. O segundo momento se conforma em meados

---

[34] Esta percepção surgiu depois de ler Jacques Rancière (2000) que relaciona estética e política. **Para ele, a estética define os espaços do que é dizível, do que deve ser visto e valorizado na política.** A política é essencialmente estética e está fundada sobre o mundo sensível, assim como a expressão artística. Um regime político, nestes termos, é democrático apenas se incentivar a multiplicidade de manifestações dentro da comunidade (RANCIÈRE: 2000, p.13).

[35] No *Capítulo III*, caracterizo o discurso do PCV como um discurso político populista.

[36] O campo clássico de estudo do imaginário social é formado por três autores: Marx com a intenção desmistificante e utilizando o conceito de ideologia; Dukheim demonstrando a relação entre as estruturas sociais e as representações coletivas e o modo como estas estabelecem a coesão social e Weber mostrando a questão do sentido que os atores sociais atribuem às suas ações. O campo é ampliado com a contribuição da psicanálise mostrando a imaginação como uma atividade necessária ao indivíduo, da antropologia estrutural mostrando como a cultura pode ser considerada como um sistema simbólico, pela história das mentalidades e por outras disciplinas (cf. BACKSO: 1985, p.306s). O imaginário sai do campo das belas-artes e passa ser aplicado no domínio da vida social. O imaginário perpassa todas as sociedades, confundindo-se com os mitos e os ritos, pois os guardiões do imaginário social são também os guardiões do sagrado. Enquanto nas sociedades ditas "primitivas" os mitos possuem implicações ideológicas na sociedade moderna, racional e técnica, as ideologias escondem os mitos, pois o imaginário social é racionalizado e instrumentalizado (cf. BACKSO: 1985, p.300).

de 2010 e se instala de modo definitivo a partir de 2011 em que a política, ao menos para alguns segmentos, é despida parcialmente de seu simbolismo e avaliada nos termos da gestão e a partir dai redesenhada. Esses dois momentos são importantes e complementares se pensarmos a política pública em *termos administrativos* em que é necessário articular todos esses elementos para que ela funcione bem. A tentativa de readequá-la aos instrumentos disponíveis (Siconv[37], Lei 8.666/1993[38] e demais legislações), depois da comprovada dificuldade em executá-la em outros termos, é um processo de amadurecimento que, idealmente, visa a consolidação da política. Mas não é esse entendimento que prevalece porque esse realinhamento vem acompanhado da *desprioritização do Programa Cultura Viva pelo MinC*. Os novos programas prioritários são os desenvolvidos pela Secretaria de Economia Criativa[39] e o direito dos criadores na gestão Ana de Hollanda e os CEUs da Cultura[40] na gestão de Marta Suplicy.

No período de 2004 a 2010 o Cultura Viva vive seu período áureo, de implementação e experimentação dos limites da política. É a fase dos vários editais, das muitas ações simultaneas, dos *slogans*, dos *textos-manifestos*, das imagens que produzem uma *poética*, da federalização, dos eventos, das Teias, dos encontros que cristalizaram a política, em que se vê Estado e grupos culturais aliados para que a política se consolide.

---

[37] O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) é uma ferramenta eletrônica que reúne e processa informações sobre as transferências de recursos do Governo Federal para órgãos públicos e privados sem fins lucrativos. Esse repasse acontece por meio de contratos e convênios destinados à execução de programas, projetos e ações de interesse comum.Conforme definido pela Portaria Interministerial n° 127/2008, os procedimentos referentes à seleção, formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas dos contratos e convênios são realizados diretamente no Siconv. https://www.convenios.gov.br/siconv/, acesso em 16/09/2013.

[38] A Lei 8.666/1991 institui normas para licitações e contratos da Administração Pública http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm, acesso em 16/09/2013.

[39] Criada pelo Decreto 7743, de 1º de junho de 2012, a Secretaria da Economia Criativa (SEC) tem como missão conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. O objetivo é tornar a cultura um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro. Fonte: http://www2.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/economia-criativa-2/, acesso em 16/09/2013.

[40] Em março de 2010, o Governo Federal lançou a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. A PEC - Praça do Esporte e da Cultura, agora denominada CEUs - Centros de Artes e Esportes Unificados - compõe o PAC 2 no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública. Até 2014 serão inaugurados 360 (trezentos e sessenta) CEUs nas 27 (vinte e sete) unidades da federação. O objetivo das CEUs Centros de Artes e Esportes Unificados é integrar num mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio-assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. A concepção, objetivos e projetos arquitetônicos de referência dos CEUs foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e interministerial que desenvolveu três modelos de CEUs, previstos para terrenos com dimensões mínimas de 700m², 3.000m² e 7.000m². Fonte: http://ceus.cultura.gov.br, acesso em 16/09/2013.

Este é o período em que a *memória discursiva* do Programa é reiterada tanto pelo governo quanto pela sociedade. Embora a política enfrente sérios problemas desde o início da gestão, todos mapeados e amplamente documentados - atrasos sistemáticos nas parcelas dos convênios, problemas na prestação de contas, contingenciamentos, alta rotatividade dos recursos humanos, fragilidades nos processos - essas questões são entendidas como resultado da *inabilidade dos instrumentos* do Estado em dialogar com pequenas entidades. Os instrumentos são inadequados para o público do PCV e por isso essa tensão. O foco da política está na *potência* dos pontos de cultura e nas mudanças que eles podem promover nas comunidades.

Para a AD, o período de 2004 a 2010, mostra que a *forma-sujeito dominante* que organiza o que *pode e deve ser dito* na *formação discursiva* do MinC é estável e as *posições de sujeito* - tanto dos gestores quanto da grande parte dos pontos de cultura - mostram diferentes modos de identificação com os saberes da FD, mas não há rupturas no fio da narrativa, há polissemia e paráfrases que consolidam o discurso. O trabalho de construção da memória discursiva é intenso e transmite a ideia de pertença - todos os *espaços de interlocução* são ocupados de modo aparentemente indistinto por Estado e sociedade - e dai se tem a rede de formulações que acompanha o Cultura Viva.

O segundo momento do PCV se inicia em 2011. A partir dai há uma reformulação e uma reorganização dos saberes da *forma-sujeito* que organizam a FD do MinC, e muda o espaço de argumentação e os interlocutores preferenciais. O diálogo não se dá mais pelas redes, que perdem espaço e força política, mas principalmente a partir de instâncias formais de participação e representação. A *forma-sujeito* que representa a posição enunciativa dos novos gestores prioriza a gestão, o aspecto formal da política e a partir dai organiza um novo conjunto de enunciados que passam a circular. A nova *forma-sujeito* retoma o *discurso fundador* e utiliza a *memória discursiva* do Programa para dar *respaldo* às novas ações agora prioritárias.

Uma parcela dos pontos de cultura, por sua vez, se colocam em uma *posição-sujeito dissidente* e reiteram o discurso característico da gestão passada com foco na *potência*. É necessário esclarecer que a *posição-sujeito dissidente* é dissidente em relação à *nova forma-sujeito* que organiza a FD do MinC, pois sua identificação continua sendo com o *discurso fundador*. A *posição-sujeito dissidente* é plural, organiza novas e

diferentes posições enunciativas, formando uma *nova rede de formulação* que habita o espaço de interlocução e se contrapõe à concepção dominante. Esta rede de formulação apresenta questionamentos em vários graus de intensidade e níveis de problematização diferenciados. Em comum, somente a resistência do sujeito em se deixar enquadrar (LABREA:2009,p.90-1). Ambas, *forma-sujeito* e *posição-sujeito dissidente*, invocam a *memória discursiva*, com propósitos políticos bem diferentes: uma busca redesenhar o PCV e a outra mantê-lo em sua forma *original.*

Um cenário de embate e disputa pelo sentido se instala e o que poderia ser um processo se torna uma *ruptura*: ou é potência ou é gestão. Aparentemente não há possibilidade de potência e gestão no mesmo discurso. Cria-se um *efeito de exclusão* e muitos pontos e pontões de cultura não mais se reconhecem na política. A análise subsequente vai indicar se a partir dai se instaura duas formações discursivas para falar do PCV ou se ambas as formulações convivem na mesma FD.

Em 2011, Ana de Hollanda assume o MinC e com a chegada de uma nova gestão mudam as prioridades do ministério. Essa reorganização argumentativa e práxica do MinC segue a nova orientação da Presidenta Dilma Rousseff: a erradicação da miséria, a aposta do governo é em geração de renda, emprego, trabalho e educação. Um sinal de que a orientação argumentativa e práxica da política se modificou é dado no discurso de posse da nova Ministra em que se enfatiza que embora a Presidenta Dilma tenha se comprometido a continuar a obra do Presidente Lula, *continuar não é repetir*. Para a nova Ministra, continuar é *avançar* e os sentidos deste avanço são dados desde o início de sua gestão: estar vinculada aos objetivos de governo da Presidenta Dilma, relacionar educação e cultura, fomentar a economia da cultura e, principalmente, defender os direitos do criador. A nova Ministra logo ao chegar retirou do site do MinC o selo da Creative Commons - licença que libera a divulgação de conteúdos na internet sem cobrança de direitos por parte dos autores -, e decidiu revisar o anteprojeto de reforma da Lei de Direitos Autorais que fora preparado na gestão anterior e isso repercutiu de forma muito negativa nas redes e na mídia.

O discurso de Ana de Holanda instaura uma *ruptura* com a gestão anterior e há *descontinuidade* na gestão da política. Por parte do MinC, embora se mantenha *discursivamente* o vínculo com o que já foi feito, as práticas traduzem uma nova

orientação que é entendida pelos pontos e pontões de cultura como um *retrocesso*. Não são somente os pontos de cultura que avaliam que a gestão retrocedeu. Juca Ferreira, em 2012, faz a seguinte afirmação:

> É fácil constatar isso. É óbvio que há um retrocesso, um desinvestimento, a desestruturação de uma frente de trabalho importante. Não vi argumento sustentável que justifique o retrocesso do programa Pontos de Cultura. (...) Porque, apesar de ser um governo de continuidade, houve uma ruptura inexplicável na área cultural. Há uma perda do que foi investido, das conquistas realizadas. Fui andar na rua em Salvador e vi pessoas pedindo: Salve os pontos de cultura.
> (cfe. http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1065045-gestao-de-ana-de-hollanda-e-desastre-afirma-ex-ministro-da-cultura.shtml, acesso em 04/10/2013).

Célio Turino em um artigo intitulado *O desmonte do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma* (2013) reafirma a impressão de desmonte e questiona:

> Passados nove anos desde a formulação inicial do programa, o Cultura Viva está reduzido a algumas centenas de Pontos de Cultura que efetivamente receberam algum recurso no período de doze meses, além do estrangulamento aos Pontões de Cultura, que não mais recebem recursos (e que tinham um papel estratégico na consolidação de redes temáticas ou territoriais, como redes horizontais de formação, difusão e articulação entre os próprios Pontos de Cultura), bem como os editais para as Ações do programa foram praticamente abandonadas (exceto Interações Estéticas, em edital realizado pela Funarte, para intercambio entre artistas profissionais e Pontos de Cultura). Há que perguntar: o que representou todo este esforço em conceituação, gestão e aplicação desta política pública e qual o motivo de o programa Cultura Viva estar sofrendo tamanho retrocesso nos tempos atuais? (cfe. http://revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/, acesso em 02/01/2014).

O sentimento por parte dos pontos de cultura é que há uma ênfase na gestão da política, uma priorização dos usos dos instrumentos, em detrimento da *potência* e de tensionar os mecanismos de Estado, para modificá-los. Um primeiro movimento da nova gestão é organizar um cronograma para o pagamento dos convênios e editais atrasados, cancelar vários editais por erros em sua condução e perda de prazos, se debruçar no *passivo* deixado. Ou seja, enfatizar os aspectos conflitantes da política.

Os pontos e pontões de cultura, nas redes agora esvaziadas de gestores, entendem que a opção por priorizar aspectos formais da política *criminaliza* os pontos de cultura, produz um *discurso da incompetência* que enfatiza as dificuldades em dialogar com os intrumentos. Os ponteiros inauguram uma nova *posição-sujeito dissidente* e criam um

espaço de *resistência* que busca dar visibilidade ao que fazem para além de planos de trabalho e relatórios de prestação de contas e uma *outra narrativa* se instala. O *espaço de formulação* se caracteriza, assim, como um espaço que produz uma *versão que prevalece,* que é apropriada, recontada, atualizada e ressignificada no *espaço de interlocução* e é dessa tensão que são produzidos os sentidos do PCV.

1.1.1.2 Espaço de interlocução

> Oh marinheiro é hora
> É hora de trabalhar
> É o céu, é a terra, é o ar
> Oh marinheiro olha o balanço do mar.
>
> **Marinheiro, Cantiga Popular**

O *espaço de interlocução* (EI) aponta que a constituição do sentido não se dá sem contradições ou disputas e co-existem diferentes modos de significar os sujeitos e a história porque os discursos são caracterizados pela diferença, sendo atravessados por diferentes posições-sujeito. Contrapondo-se ao discurso fundador, gestores, pontos e pontões produzem *deslizamentos* de sentido, resistindo à homogeneização e a tendência do EF a estabilizar sentidos (LABREA:2009, p.97).

O *espaço de interlocução* (EI) é representado pelos *recortes discursivos* produzidos pelos pontos e pontões de cultura e pelos gestores do programa, bem como demais parceiros e interlocutores que produzem *narrativas* sobre o Cultura Viva. O arquivo organizado nesse espaço é composto pelos seguintes recortes discursivos:

- depoimentos colhidos entre os participantes do Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, realizado em 2009;
- as duas publicações organizadas para o Seminário Internacional do Programa Cultura Viva;
- depoimentos dos Pontos e Pontões de Cultura que participaram das Oficinas de Avaliação Situacionais, realizadas pelo Ipea em 2010;

- memória e relato das Reuniões Temáticas do Grupo de Trabalho Cultura Viva e diálogos Virtuais, realizadas conjuntamente pela SCDC/MinC e Disoc/Ipea em 2012[41];
- questionário com questões sobre o funcionamento das redes e da gestão compartilhada, lançado em 2013;
- a interlocução entre os membros das redes temáticas do Programa Cultura Viva.

Além deste material, serão referências os relatórios e as publicações produzidos pelos Pontos e Pontões de Cultura, a bibliografia da Rede de Pesquisadores do Programa Cultura Viva, os produtos dos consultores da SCDC, os Relatórios Técnicos e de Gestão da SCDC, as pesquisas produzidas pelo IPEA.

O espaço de interlocução se caracteriza pela abertura tanto para a *paráfrase* quanto para a interpretação, a diferença e a *polissemia*, sendo articulado a partir de diferentes posições de sujeito. A *polissemia* relaciona-se com a possibilidade de um mesmo enunciado adquirir outros sentidos, a partir de um contexto linguístico ou extralinguístico. Na perspectiva discursiva, a polissemia aponta o trabalho de interpretação do sujeito do discurso e que o sentido sempre pode ser outro, ele é opaco, não é dado pelo texto, mas construído na relação entre língua, história e ideologia.

Foucault (2000) dirá que a interlocução - entendida como o processo enunciativo, a *enunciação* de um discurso - é realizada pelas pessoas *autorizadas* a fazê-la e é um acontecimento (discursivo) situado e datado, singular, mas que deixa passar um certo número de constantes pelos quais se pode reconhecer o *espaço de formulação* com o qual dialoga e que atualiza.

Ao mobilizar estes dois espaços – de formulação e interlocução – assumo, com Orlandi, que os dois *eixos constitutivos do dizer* – de constituição e de formulação – transitam entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente.

> Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se

[41] Estes eventos serão detalhados e contextualizados adiante.

> diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação (ORLANDI: 2000, p. 36).

Orlandi (2000: p.37-38), associa a paráfrase à produtividade e a polissemia à criatividade, sendo que a produtividade é a reiteração de processos já cristalizados, é dizer o mesmo de forma diferente e a criatividade passa pela re-interpretação, a ruptura com o processo de produção de variedade do mesmo. Nesta análise entende-se que a reiteração do mesmo se dá, principal mas não exclusivamente, no *espaço de formulação*, a partir dos processos parafrásicos em torno do discurso fundador, da memória institucional que é atualizada e repetida constantemente. Relaciona-se à criatividade o *espaço de interlocução*, pois é na reformulação, questionamento, recriação e ressignificação do discurso fundador, que se tensiona o já estabelecido, abrindo espaço para que novos discursos se instalem e que o simbólico e o político se confrontem. Outra questão importante que diz respeito ao EI é que *a paráfrase, quando enunciada por sujeitos em diferentes lugares sociais, produz polissemia.*

> Decorre daí a afirmação que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos e os sujeitos não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico (ORLANDI:2000, p.38).

1.2 DISPOSITIVO TEÓRICO

> Não é deslocando a direção do nosso olhar iludido que conseguimos torná-lo lúcido e calmo. É criando em nós um novo modo de olhar e de sentir.
>
> **Fernando Pessoa**

1.2.1 Considerações iniciais ou toda história tem um começo

> E cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça.
>
> **Benveniste**

Neste capítulo falarei de língua e de discurso. Estas palavras, de tanto uso, em tantos sentidos e contextos diferentes, vinculadas a teorias e ao uso comum têm seu *sentido*

banalizado. Esse movimento dos sentidos para quem optou por uma teoria que reivindica justamente que *o sentido sempre pode ser outro – mas não qualquer um*, confirma o fato de que é no uso, no dia-a-dia, na vida que as palavras adquirem seus sentidos, e eles são provisórios, flutuantes, sempre dispostos a se transformarem em algo não previsto. Nesta perspectiva, há sempre a possibilidade de não se entender, há a possibilidade do equívoco, as palavras se tornam outras, se transformam na relação dialógica entre quem fala (ou escreve) e quem ouve (ou lê).

Para falar de língua e discurso é necessário, em Análise do Discurso (AD), falar também de outros conceitos fundantes: texto, sentido, formação discursiva, formação ideológica e sujeito. Não há como falar de um excluindo outro. Por isso, falarei também dessas noções, como elas funcionam na AD e como elas vão ajudar a compreender o arquivo mobilizado nesse estudo.

A Análise do Discurso (AD), lugar de onde falo, ao observar o funcionamento do discurso, não se interessa apenas pelo sistema lingüístico mas, principalmente, pela prática da linguagem pelo homem. Por isso em AD não se estuda a fala como pensada no par língua/fala saussuriano[42], em que ela é homogênea, realizada por um falante imaginário e ideal. É o discurso que interessa. Interessa porque nele a língua e a história se encontram para produzir sentidos, afetando a realidade do homem, tornando possível tanto o mesmo quanto a diferença conviverem no mundo. É pela linguagem que o homem se constitui como sujeito do seu dizer e é desse lugar que ele se significa e dá significado a sua vida. A linguagem é, assim, o fundamento da cultura humana.

1.2.2 A Análise do Discurso: a exterioridade é constitutiva da língua

Não há ritual sem falhas.

Pêcheux

[42] Saussure constitui a língua como objeto da lingüística no *Curso de Lingüística Geral* (2002), deixando para a fala o individual, o subjetivo. Rompe com a posição historicista do século XIX ao dar às relações internas o caráter definidor para a língua. Ou seja, a língua é constituída de *signos* e estes se definem pelas relações que mantém entre si, sem recurso a nada que seja do exterior. Para Saussure o que interessa é o valor do signo, o que nele não é outro signo.

Neste estudo não é objetivo recuperar toda a produção teórico-analítica da escola francesa da Análise do Discurso, essa memória está dispersa[43] em vários trabalhos já publicados. No entanto, se tem presente a historicidade das formulações da teoria do discurso e suas especificidades, as chamadas três fases[44] da AD na França, que recobrem um período entre 1969 e 1983, dai por diante sua reconfiguração e atualização. A AD, ao se estabelecer no Brasil, novamente adquire características próprias que adiante irei destacar.

A AD se transforma porque acompanha transformações radicais na sociedade ocidental: "*a fragmentação das esquerdas, a crise do marxismo e do estruturalismo, a transformação da economia em função da globalização e, principalmente, o surgimento de várias identidades que resultam dessas transformações sociais"* (GREGOLIN: 2004, p.154). Estas transformações apontam, nas palavras de Eni Orlandi (2011), *novas formas históricas de existência na discursividade e novas formas históricas de assujeitamento*. A globalização traz consigo uma revolução tecnológica e a reestruturação da sociedade em rede[45] e a AD teve que rever seus fundamentos e colocar a *heterogeneidade* como uma característica estruturante do discurso.

Ao compor o dispositivo analítico e teórico deste estudo, destaca-se aqui a contribuição de Michel Pêcheux e o grupo de pesquisadores[46] que o acompanhava e de

---

[43] Para um aprofundamento nas formulações da AD, indico as seguintes leituras: GADET, F. e HAK, T.:1997; ORLANDI:1996; 1999; PÊCHEUX:1990; 1995.

[44] A primeira época da Análise do Discurso na França vai de 1969 a 1975, iniciada com a publicação de **Analyse automatique du discours**, de Pêcheux. É marcadamente centrada na relação que Pêcheux estabelece com Louis Althusser, acerca do conceito de ideologia. O objeto de análise constituía-se de grandes textos políticos escritos e os dispositivos de análise se voltavam unicamente para eles. A principal preocupação desse período pousava na questão do método estruturado, e isso pode ser facilmente observado na segunda parte do **Analyse automatique**, cujo destaque se volta para os cálculos matemáticos e algoritmos que descrevem o dispositivo de análise automatizada do processo discursivo, que se realizava através da ajuda de recursos informáticos para o processamento de grandes quantidades de corpora. Daí deriva a pergunta: Qual é, então, o papel do analista? A ele cabia interpretar os dados obtidos após a automatização, relacionando-os com a) a ideologia; b) com os sujeitos; e c) com o histórico-social. Devia-se extrair disso tudo uma formulação do tipo: naquele momento histórico, naquele lugar, estava em jogo a questão X, para a qual convergiam enunciados do tipo A, B e C; contra o qual se posicionavam outros, do tipo D, E e F. O marco de transição da primeira época para a segunda é o livro **Les vérités de la palice** (1975), que constitui uma crítica à semântica formal, reiterando as teses althusserianas e a questão do sujeito assujeitado. É como que uma última defesa de Pêcheux ao período de 1969 a 74, e, por isso, **Les vérités de la palice** representa uma obra de fechamento. Foi adicionado à sua edição de língua inglesa, cerca de três anos mais tarde, um anexo denominado *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* (1995), em que Michel Pêcheux revê algumas formulações e desconstrói a teoria lá presente (MAZZOLA:2009,p.10). A terceira fase da AD, que explicita o afastamento com posições dogmáticas anteriores, tem como marco o Colóquio *Matérialites Discursives*, em 1980, realizado em Nanterre (GREGOLIN:2004, p. 154).

[45] A caracterização da sociedade em rede será feita no próximo capítulo.

[46] Pêcheux, como bem lembra Gregolin (2004), trabalhava coletivamente e podemos citar P. Henry, M. Plont, F.

Michel Foucault, que sem ser analista de discurso e estar vinculado principalmente às questões da História e da Filosofia, contribuiu para a atualização do campo, a partir dos diálogos teóricos com Pêcheux[47]. A vertente brasileira[48] está presente principalmente na contribuição de Eni Orlandi e o grupo de analistas de discurso que ela formou[49].

É da leitura do **Curso de Linguística Geral** (2002) que a Análise do Discurso parte[50], com Pêcheux, para criticar o famoso corte epistemológico que separou língua e fala, excluindo o sentido[51] e o sujeito dos estudos da linguagem. A Análise de Discurso Francesa é uma disciplina que trabalha com as relações de contradição existentes entre três campos do saber: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A AD não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pelo Marxismo e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Ela interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia, materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI: 1996). Assim, desloca-se o objeto de estudo: não mais a língua, como os linguistas, tampouco a fala a-historicizada, mas sim o *discurso*, em que podemos observar o homem falando e capturando sentidos em sua trajetória. A década de 1960 era uma época de releituras:

Gadet, C. Fuchs, L. Leon, A. Badiou, J.J. Courtine, C. Normand, D. Maldidier, J. Authier, entre outros, como autores profícuos nas três fases da AD na França.

[47] Para conhecer os " diálogos e duelos" entre Pêcheux e Foucault, recomenda-se a leitura de Gregolin (1994).

[48] Sobre esse assunto recomendo as seguintes leituras:

INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos: Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni P. *A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.* Disponível em: WWW.discurso.ufrgs.br, acesso em 10/12/2012.

ORLANDI, Eni P. A *Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil.* In: **Cad.Est.Ling.,** Campinas, (42): 21-40, Jan./Jun. 2002.

[49] Destaca-se nesse estudo a contribuição de Freda Indursky, Maria Cristina Leandro Ferreira, Bethania Mariani, Suzzi Lagazzi, Maria do Rosário Gregolin e, a partir delas, dos analistas que compõem o campo da AD no Brasil na contemporaneidade.

[50] Assinalo aqui que essa leitura radical de Pêcheux vai ser modalizada em **A língua inatingível; o discurso na história da Linguística** (GADET; PÊCHEUX: 2004)**.**

[51] No CLG o objeto da Lingüística é a língua, definida como um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 2002:p.17) e sua unidade é o signo visto como uma entidade de duas faces, unindo um conceito - o significado - a uma imagem acústica - o significante. A questão da significação fica posta como uma relação interna ao sistema (id., p.79-80). Na palavra não há sentido em si, o sentido deriva do sistema. O significado de um signo é o que os outros significados não são, ou seja, a significação não é uma representação de um signo em relação ao mundo, aos objetos fora da língua, mas está vinculado a noção de língua como um sistema de valores puros (id.,p.130). Os valores são definidos negativamente por suas relações - ser o que os outros não são. Assim, na língua só existem diferenças, sem termos positivos (p.139).

Marx feita por Althusser, Saussure por Pêcheux, Freud por Lacan[52] e todos se encontram na AD. Este encontro criou um "*efeito subversivo, que trazia a promessa de uma revolução cultural e, na AD, uma nova maneira de ouvir a política"* (GREGOLIN:2004, p.32-3).

> Quatro nomes, fundamentalmente, estão no horizonte da AD derivada de Pêcheux e vão influenciar suas propostas: Althusser com sua releitura das teses marxistas; Foucault com a noção de formação discursiva, da qual derivam vários outros conceitos (interdiscurso; memória discursiva; práticas discursivas); Lacan e sua leitura das teses de Freud sobre o inconsciente, com a formulação de que ele é estruturado por uma linguagem; Bakhtin e o fundamento dialógico da linguagem, que leva a AD a tratar da heterogeneidade constitutiva do discurso (GREGOLIN: 2003, p. 25).

A AD caracteriza-se por problematizar conceitos já estabelecidos, referindo os conhecimentos produzidos dentro da linguística àqueles trabalhados em outros campos do saber, assim como por uma reavaliação constante de seus pressupostos e re-elaboração de métodos a fim de dar conta da complexidade do objeto que se propõe a analisar. A AD, como bem lembra Leandro Ferreira (2006), é uma disciplina de conhecimento sobre a linguagem que permite alterar, modificar a experiência, a ação e o comportamento das pessoas. Isso a faz uma disciplina de intervenção no meio social, político e histórico.

A seguir apresento as noções de *discurso, formação discursiva, formação ideológica, texto, sentido* e *sujeito,* pois estas categorias[53] permitirão entender as condições de produção dos discursos sobre o Cultura Viva, em seus diferentes espaços.

---

[52] Para conhecer a inserção da AD na história do estruturalismo francês e as releituras, recomendo a leitura de Dosse (1993; 1994).

[53] A ideia de categoria, tal como apresentada em FICHTNER (in LABREA:2010,p.17, grifo meu) me parece adequada a este projeto:

A categoria poderia ser usada ao mesmo tempo como meio ou instrumento da análise. Categorias têm um potencial metodológico enorme. (...) As premissas são:

• Categorias não se podem inventar ou definir cognitivamente na escrivaninha de um filósofo, de um intelectual. Elas são resultados de um **processo histórico-social**. A universalidade sua é, literalmente, trabalhada e elaborada pela sociedade. A sua universalidade é resultado de uma "prova prática", de uma experiência prática.

• Categorias não se desenvolvem, primariamente, como formas ou modelos de pensar, mas como **modelos de atividades**. Elas são programas extremamente generalizados de atividade humana. A história ou a construção de categorias é um processo de atuar, que se realiza nos diferentes contextos da vida material e ideal de uma sociedade.

• Na sua **forma conceitual e lingüística** o status de ser categoria desses esquemas ou modelos de atividades torna-se explicito. Neste nível se realiza uma transformação especifica, um trabalho particular. Formas e resultados de uma prática se transformam numa **relação explícita de um conhecimento ou de uma relação entre conhecimentos**. Aqui eles tornam-se em objetos ideais, quer dizer em categorias.

1.2.3 O início: Pêcheux

> Em esse punto se conjugam lo imposible y la contradicción, manifestando lo real de la história.
>
> **Pêcheux & Gadet**

Cabe à Pêcheux o *gesto fundador* (MALDIDIER: 2010) da escola francesa de Análise do Discurso com a publicação **Análise automática do discurso**, de 1969 (ADD-69). Para entender a conjuntura da constituição deste campo terei esse texto como referência e dialogarei com textos que foram gerados como resposta e/ou complemento a ele[54]. Vou seguir a ordem de formulações, como Pêcheux estabeleceu neste texto, ao mesmo tempo em que acrescentarei as reformulações feitas posteriormente para, assim, poder entender desde o início até o momento atual, os movimentos de interpretação que deram o formato que hoje norteia a teoria do discurso.

A AD foi concebida como um dispositivo que coloca em relação o campo da língua e o campo da sociedade aprendida pela história em um período em que o estruturalismo ainda era pouco criticado pela Lingüística, chamada de ciência-piloto das ciências humanas[55]. A AD "*nasce na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável*" (GADET; HAK: 1997, p.8). Existe, para Pêcheux, uma ligação entre a prática política e o

---

[54] Os textos a que me refiro estão reunidos, traduzidos para o português, em **Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux,** organizada por F. Gadet e T. Hak, publicada pela Editora da UNICAMP em 1997.

[55] A partir do estabelecimento da Lingüística como uma ciência autônoma formaram-se várias escolas de estudiosos que são tributários do trabalho de Saussure: os estudos do Círculo Lingüístico de Praga, formado, principalmente em torno dos estudos de Fonologia, Semiologia, Lingüística e Poética, Estruturalismo, Estética, tendo à frente nomes como Jakobson, Trubetzkói, Mathesius, Mukarovský, Tynianov, Propp, Wellek, entre outros; a investigação de Chomsky com a Gramática Gerativa, que tem como objetivo fazer ciência natural de um módulo da mente humana, concebe a teoria da linguagem no quadro de um mentalismo funcionalista e é um exemplo do cognitivismo simbólico; Labov e a Teoria da Variação mostra que existe relação entre o uso da língua e a estrutura social dos falantes e que essa relação é passível de ser quantificada, havendo regras gerais; na passagem da frase para o texto, sem no entanto sair do sistema, contemplando um contexto situacional temos Halliday e Hasan, teóricos da Lingüística Textual, ciência da estrutura e do funcionamento dos textos que começou a se desenvolver na Europa, principalmente na Alemanha na década de 1960; estudos da teoria da Enunciação de Benveniste e, mais recentemente, Ducrot, que tentam ver a subjetividade na língua; Austin, Searle e Grice e a teoria dos Atos de Fala, entre outros.

discurso porque ele não concebe a linguagem como um mero instrumento de comunicação para troca de informações[56].

Pêcheux percebe que interagir pela linguagem significa realizar uma atividade discursiva: dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico e em determinada circunstância de interlocução[57]. Isso significa que as escolhas feitas ao produzir um discurso não são aleatórias – ainda que possam ser inconscientes -, mas decorrentes das condições de produção em que o discurso é realizado.

1.2.4 Discurso: objeto teórico da AD

> As relações sociais se significam na reprodução e não-ruptura, através da emergência de falas desorganizadas que significam lugares onde sentidos faltam, incidências de novos processos de significação que perturbam ao mesmo tempo a ordem do discurso e a organização do social.
>
> **Eni Orlandi**

Pêcheux estabelece que o discurso é *"efeito de sentidos entre interlocutores que enviam para lugares determinados na estrutura de uma formação social"* (PÊCHEUX: 1997,

---

[56] Jakobson (1969) enfatizou em seus trabalhos o caráter comunicativo da linguagem, relacionando o estudo da Lingüística com a teoria matemática da comunicação e a teoria da informação. Para ele qualquer fala envolve uma mensagem e quatro elementos que lhe são conexos: o emissor, o receptor, o tema da mensagem e o código utilizado. A relação entre os quatro elementos é variável, decorrendo que dessa variação se teriam as diferentes funções da linguagem: cognitiva, poética, metalingüística, etc.

[57] Nesse sentido, é interessante a reflexão de Lacerda que, ao ver os resultados da primeira pesquisa avaliativa do Programa Cultura Viva, pondera que ela foi uma demanda do MinC: *A pesquisa realizada pelo IPEA é de inegável importância para o desenvolvimento do próprio Programa, além de ser uma base avaliativa para as políticas culturais empreendidas pela atual gestão de uma forma geral. Porém, não podemos olvidar de que essa pesquisa foi solicitada pelo mesmo órgão que seleciona os projetos e realiza o repasse de recursos aos Pontos de Cultura selecionados, o Ministério da Cultura. Fico me perguntando se os entrevistados, gestores dos Pontos de Cultura conveniados ao MinC, ao responderem as questões colocados pela pesquisa, não se perguntaram (assim como eu) se suas respostas influenciariam na tomada de decisões quanto a continuidade dos repasses de recursos por parte do poder público. A forma como a atual gestão vem conduzindo o Programa Cultura Viva aponta para uma provável negação desse questionamento, mas se pensarmos que esses dados servirão de referência para gestões vindouras, talvez a cautela seja necessária. Muitas das questões colocadas a esses gestores pela pesquisa do IPEA tiveram como objetivo sondar o nível de apropriação, por parte dos Pontos de Cultura, dos valores que norteiam e baseiam o Programa Cultura Viva: autonomia, empoderamento, protagonismo e gestão em rede. Podemos supor que muitas das respostas supervalorizaram os processos de incorporação desses valores, seja pelo entusiasmo individual do gestor, ou até mesmo pela intimidação causada pela pesquisa e sua possível vinculação a futuras seleções de renovações de convênios com o Ministério, prática comum haja vista a estreiteza dos recursos da pasta* (LACERDA in LABREA et al:2009,p.56). Ou seja, percebe que o sentido poderia ser outro, dependendo de quem ocupa as posições argumentativas, que o poder simbólico atravessa e constitui o discurso ou a leitura que se fará do documento.

p.82). Por *efeito de sentido* entende-se que o sentido sempre pode ser outro, dependendo do lugar social em que os interlocutores se inscrevem.

> Não há um centro, que é literal e suas margens que são os efeitos de sentido. **Só há margens. Por definição**. Todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. O que existe, então, é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o literal (ORLANDI: 1996, p.158, grifo meu).

Geralmente, o que ocorre é que um sentido[58] se institucionaliza, adquirindo prestígio como **o** sentido possível, sendo os outros considerados como decorrentes desse sentido *primeiro*. Na verdade, os *sentidos possíveis* se processam pelo viés da interlocução. Entende-se a partir daí que a língua não é transparente e o sentido não é evidente: o sentido é uma construção de um *efeito de evidência* que deriva de um gesto de interpretação inscrito em um contexto histórico determinado.

Pêcheux concebe a língua como heterogênea e opaca, propondo uma *"mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores à região da lingüística atual"* (PÊCHEUX: 1997, p.73). Ou seja, a exterioridade - entenda-se a história, a ideologia - é constitutiva da língua e não pode ser dela alijada. Deve-se então, necessariamente, remeter a língua em uso - o discurso - às suas condições de produção (CP) para daí se chegar a um possível efeito de sentido.

---

[58] O sentido é estudado tradicionalmente pela Semântica. Vou passar rapidamente, para situar o leitor, pelas principais discussões sobre a questão do sentido: sentido como representação do mundo, como condição de verdade, a distinção entre sentido e referência, o sentido e os usos da língua, sentido e subjetividade. As semânticas formais colocam a questão do sentido de um enunciado como *uma relação com o que ele representa do mundo, com os objetos*. Considera-se também *o conceito de verdade*, concebido por Tarski, sendo a verdade definida como um acordo entre o que é dito e a realidade. Aí veríamos uma relação entre o lingüístico (no caso, o enunciado) e o mundo extralingüístico (que seria a realidade) (GUIMARÃES, 1995:24). Frege distingue *sentido e referência*, isto é, distingue o modo pelo qual uma expressão (um nome) designa algo (seu sentido) do objeto designado (sua referência). Para ele, a *referência* é um objeto perceptível e o *sentido* é o modo de apresentar um objeto enquanto a serviço, de modo igual, daqueles que falam uma língua dada (ibidem:27). Grice, coloca em discussão a relação do usuário da linguagem com a linguagem, estabelecendo o domínio da *pragmática*. Para ele o *uso* da linguagem é que constitui o sentido do que se diz, considerando-se a situação em que se fala e a intenção de quem fala. Austin, em **Quando dizer é fazer** (1962), tratou a linguagem como ação, onde o sentido de uma palavra são seus usos nos jogos de linguagem em que participa, construindo, assim, a *teoria dos atos de fala.* Searle, segue a hipótese austiniana de que falar é realizar certos atos. Ele vê como equivalentes a realização de atos de linguagem e a significação das frases usadas para realizar tais atos. Basta dizer para significar o que se quer significar. Benveniste através do estudo da significação, de modo geral, e da subjetividade, mais particularmente, mostra que a língua tem formas que possibilitam a alguém assumir-se como locutor, apropriando-se da linguagem, fundando, por este viés, sua subjetividade e constituindo o outro como seu interlocutor (INDURSKY, 1998:9). A semântica argumentativa, disciplina que se forma em torno dos estudos de Ducrot, mostra que a argumentação é vista como uma relação de sentidos na linguagem, isto é, mostra que o locutor constrói seu ponto de vista e orienta as conclusões de sua argumentação, a partir do uso dos operadores argumentativos. Além disso, os operadores argumentativos indicam diferentes vozes – polifonia - no mesmo enunciado, sendo possível identificar com qual dos diferentes pontos de vista o locutor se identifica (LABREA:2002b).

As condições de produção mostram a conjuntura em que um discurso é produzido, bem como suas contradições. As CP remetem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. As relações de força entre esses lugares sociais encontram-se representadas no discurso por uma série de *"formações imaginárias que designam o lugar que o destinador e o destinatário atribuem a si e ao outro",* construindo desse modo o imaginário social (PÊCHEUX: 1997, p. 82).

A linguagem é concebida, nessa perspectiva, como mediação entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação que é o discurso torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que está inserido. Saber como os discursos funcionam mobiliza, segundo Orlandi (2000:10), um jogo duplo da memória: o da *memória institucional* que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da *memória que esquece*, que torna possível a ruptura, o diferente e que um novo discurso emerja. A AD busca compreender como os sentidos são produzidos, qual sua relação com o simbólico e com o político e como a ideologia[59] se materializa na língua, quais as *marcas* e as *pistas* que o trabalho da ideologia deixa em um texto.

Um discurso entendido com um processo não tem início, nem fim, pois ele sempre é baseado em algo que já foi dito antes e é evocado e re-significado no momento de enunciação, a partir da inscrição do sujeito em determinada formação discursiva (FD).

Foucault (2000) dirá que uma formação discursiva (FD) é um conjunto de enunciados que se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. Ducrot afirma que a realização de um

---

[59] A AD adota a ideia de ideologia, como está posto em Althusser (1983) que a entende como uma relação imaginária que os homens mantém com as suas condições reais de existência. A difusão da ideologia dominante se dá a partir dos aparelhos ideológicos de Estado (religião, escola, família, jurídico, político, sindical, informação, cultura, etc.). Partindo do pressuposto de que as ideologias têm existência material, elas passam a ser estudadas não mais como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do materialismo histórico: um importante pilar epistemológico sobre o qual se erigirá a Análise do Discurso (MAZZOLA: 2009,p.09). É interessante conhecer o texto de Jean-Jacques Courtine, que participou ativamente do grupo de Michel Pêcheux, **O discurso inatingível: marximo e linguística** *(1965-1985)* que recoloca as questões de Althusser, pois se a chamada luta de classes pertence a uma tradição já esgotada, Pêcheux, principalmente em **Semântica e discurso** (1995), tenta revitalizar a teoria do discurso, inserindo-a a uma tradição que busca compreender a realidade histórica e política e trabalhar por sua transformação. Ou seja, o esgotamento das ideias althusserianas, em um mundo em processo de transformação e inserção na globalização, não esgota a teoria do discurso e a recoloca em termos mais atuais. No Brasil, a AD irá desenvolver características próprias, focando mais na análise política que linguística. Sobre essa questão sugiro a leitura de Leandro Ferreira (2006) e Leandro Ferreira; Indursky (2007).

enunciado é um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. *O enunciado para este autor é um segmento de discurso* (1987: p.168). Ele tem, pois, como o discurso, um lugar e uma data, um produtor e um ou vários ouvintes. *É um fenômeno empírico, observável e não se repete* (DUCROT:1987, p.13). Um enunciado pode ser constantemente repetido, mas sempre dentro de determinadas condições de produção entendidas como um *conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definem em uma dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa* (FOUCAULT:2000, p.136). Uma FD é essencialmente lacunar em função do sistema de formação de suas estratégias, podendo ser individualizadas através desse sistema. *Uma FD não é o texto ideal, contínuo e sem asperezas. É um espaço de dissensões múltiplas, um conjunto de oposições cujos níveis e papéis devem ser descritos* (FOUCAULT: 2000, p.192). Para ele, o discurso é constituído pelos enunciados que provém de uma mesma FD (idem:p.146). Pêcheux e Fuchs retomam a noção de FD elaborada por Foucault e a introduzem no quadro epistêmico da AD. Indursky (2003:p.04) aponta uma diferença fundamental em relação à abordagem de Foucault e Pêcheux: Foucault afasta a noção de ideologia na análise dos enunciados, já Pêcheux entende que a ideologia é o critério fundamental para definir o pertencimento de um enunciado a uma FD e para delimitar suas fronteiras.

> Isso supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada em si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (PÊCHEUX: 1997, p.79).

Para Pêcheux e Fuchs, as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS: 1997, p.166-7).

> Consequentemente, o sentido de uma manifestação discursiva é decorrente de sua relação com determinada FD. Por outro lado, uma mesma sequência discursiva inserida em diferentes FD produzirá sentidos diversos. Tal fato explica-se porque o sentido se constitui a partir das relações que as diferentes expressões mantêm entre si, no interior de cada FD, a qual, por sua vez, está determinada pela Formação Ideológica de que provém (INDURSKY, 1997:32).

Para Courtine, as formações ideológicas (FI) representam posições sociais. Ele fala em formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto a outras na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento (COURTINE:1981, p.33-35). Assim, podemos compreender porque as mesmas palavras produzem diferentes efeitos de sentidos no momento em que se inscrevem em diferentes FI. As FI comportam necessariamente como um dos seus componentes uma ou várias FD (PÊCHEUX: 1997, p.166).

Para tornar mais claro como funciona, na perspectiva discursiva, a constituição dos sentidos a partir da inscrição em diferentes FDs, tomo como exemplo os efeitos de sentido de *continuidade,* uma palavra presente no discurso de dois Ministros de Estado da Cultura em governos do PT. Ambos se vinculam a uma mesma FI, mas os sujeitos enunciadores pertencem a FD distintas, ocupam diferentes posição-sujeito e, por isso, produzirão sentidos que vão em diferentes direções. Assim, *falando a mesma coisa*, a partir de uma outra posição-sujeito, *falam outra coisa*.

Juca Ferreira, dois anos após assumir o MinC, ao fazer um balanço de sua gestão, diz que procurou dar *continuidade* ao programa do Ministro Gil. Diz ele: "*continuidade não é mesmice. Tudo o que está em movimento deixa de ser o que era para ser outra coisa; o movimento impõe iss*o" (ALMEIDA et alii: 2013, p.217). Em sua gestão, ele não modificou as áreas prioritárias, aprofundou, ampliou e adensou a política desenvolvida inicialmente por seu antecessor.

Ana de Hollanda, em seu discurso de posse, anuncia:

> Durante a campanha presidencial vitoriosa, a candidata Dilma lembrou muitas vezes que **sua missão era continuar a grande obra do presidente Lula.** Mas nunca deixou de dizer, com todas as letras, que **"continuar não é repetir". Continuar é avançar no processo construtivo.** E quando queremos levar um processo adiante, a gente se vê na fascinante obrigação de **dar passos novos e inovadores.** Este será um dos nortes da nossa atuação no Ministério da Cultura: **continuar – e avançar** (HOLLANDA:2011, grifo meu).

A Ministra deu novos rumos à política cultural, reiterando a *continuidade*:

> É claro que vamos dar continuidade a iniciativas como os Pontos de Cultura, programas e projetos do Mais Cultura, intervenções culturais e urbanísticas já aprovadas ou em andamento – como as ações urbanas previstas no PAC2[60],

[60] Sobre o PAC: Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos

> com suas praças, jardins, equipamentos de lazer e bibliotecas. E as obras do PAC das cidades históricas, destinadas a iluminar memórias brasileiras. Enfim, minha gestão jamais será sinônimo de abandono do que foi ou está sendo feito. Não quero a casa arrumada pela metade. (...)
> Quero adiantar, também, que o Ministério da Cultura vai estar organicamente conectado – em todas as suas instâncias e em todos os seus instantes – ao programa geral do governo da presidenta Dilma. (...)
> Erradicar a miséria, assim como **ampliar a ascensão social**, é melhorar a vida material de um grande número de brasileiros e brasileiras. (...) É preciso, por isso mesmo, **ampliar a capacidade de consumo cultural** dessa multidão de brasileiros que está ascendendo socialmente.
> (...) Porque é necessário **democratizar tanto a possibilidade de produzir quanto a de consumir**. (...) Em suma, o que nós queremos e precisamos fazer é o **casamento da ascensão social e da ascensão cultural**. Para acabar com a fome de cultura que ainda reina em nosso país. (...) Arquitetura é cultura. Urbanismo é cultura. (...) Se o Ministério da Educação quer mais cultura nas escolas, o Ministério da Cultura quer estar mais presente, mediando o encontro essencial entre a comunidade escolar e a cultura brasileira. (...) **não podemos deixar no desamparo, distante de nossas preocupações, justamente aquele que é responsável pela existência da arte e da cultura.** Visões gerais da questão cultural brasileira, discutindo estruturas e sistemas, **muitas vezes obscurecem – e parecem até anular – a figura do criador e o processo criativo**. Se há um pecado que não vou cometer, é este (HOLLANDA:2011, grifo meu).

Este é um aspecto interessante para a análise do discurso: o mesmo conteúdo semântico - *continuidade* - em relação de *paráfrase* - continuidade não é mesmice e continuidade não é repetir - a partir da inscrição em diferentes FDs produzem diferentes *efeitos de sentido:* um enunciado vai em direção da *ruptura* e o outro se insere em um *continuun* e reitera o *discurso fundador*. Assim fica evidente que *dizer o mesmo* em diferente posição-sujeito, produz *polissemia*.

Isso acontece porque *"os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes - em sujeito de seu discurso - pelas formações discursivas que se definem pela relação que possuem com as formações ideológicas"* (PÊCHEUX:1997, p.145). A formação discursiva é constituída por um conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas regras de formação, isto é, os textos que fazem parte desta

---

em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e ajudou o Brasil a gerar um volume recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período. Teve importância fundamental para o país durante a grave crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Fonte: http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac, acesso em 18/01/2014.

formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica.

Para entender a relação entre uma FD e uma FI é importante entender que as FDs organizam vários domínios de saber que determinam os enunciados que podem e devem ser ditos, dentro de dada conjuntura e estes são constituídos a partir de sua vinculação com a história e com a ideologia. Neste sentido, o domínio de saber delimita o conjunto dos elementos de saber que pertencem ao interior da FD e o conjunto dos elementos que não pertencem, fixando assim o que é exterior a ela. Assim, há um constante movimento de reconfiguração provocado pelo deslocamento de suas fronteiras onde a FD incorpora novos saberes e recusa outros.

Em **Semântica e Discurso** (1995) Pêcheux introduz a ideia de que na FD ocorrem repetições mas também *transformações* e a *heterogeneidade constitui a FD*, apontando o caráter intrinsecamente contraditório que regula as condições de produção do discurso (INDURSKY:2003, p.03). Pêcheux mostra que há três maneiras de o sujeito da enunciação se relacionar ou, em suas palavras, *tomar posição* (PÊCHEUX:1995, p.214), em relação à produção de conhecimento, às práticas políticas e à forma-sujeito ou sujeito universal que é a posição que no interior da FD organiza essas práticas.

Uma maneira seria o sujeito da enunciação se identificar completamente com os saberes da FD ao se colocar na *mesma posição da forma-sujeito* ou sujeito universal. Outra forma é *o sujeito da enunciação ir contra o sujeito universal* e se posicionar em relação ao efeito de evidência ideológico que conforma a FD (PÊCHEUX:1995, p.213-4). É a partir dessa contra-identificação que surgem as diferentes posições-sujeito na FD e que novos e diversos saberes são introduzidos e produzem deslocamentos e transformações no seu interior (INDURSKY:2003). Quando a *divergência com os saberes de uma FD é intranstornável*, há a desidentificação com a FD. Nesse caso o sujeito do enunciado irá filiar-se a uma outra FD e assujeitar-se a outra forma-sujeito (PÊCHEUX:1995, p.217).

O discurso fundador do Programa Cultura Viva se vincula à formação discursiva do MinC (FD-MinC2003-2010) e dialoga diretamente com a *forma-sujeito* que organiza os enunciados em torno das ideias de democracia e direito cultural, da visão antropológica de cultura, da formulação de política culturais que contemplem as dimensões simbólica, cidadã e econômica. A proposta do MinC é interiorizar e

federalizar as ações e isso redefine públicos e territórios prioritários. O PCV é enunciado a partir de uma posição-sujeito que se identifica com os valores desta FD e introduz uma proposta de concretizar essas ideias. Por sua vez, a FD-MinC se vincula a Formação Ideológica[61] identificada com o projeto político do Partido dos Trabalhadores e suas diretrizes de governo[62] e que compõe, assim, um domínio de saber composto por um discurso que descreve desde a formulação da política até os diversos modos em que ela se vincula aos saberes e fazeres de Pontos e Pontões de Cultura, no espaço de interlocução.

Em 2011 há um deslocamento e uma reconfiguração no domínio de saber e na forma-sujeito que organiza a FD-MinC que resulta do deslocamento e reconfiguração da FI-Governo com a eleição da Presidenta Dilma Rousseff[63]. Desde o início a nova Ministra da Cultura aponta novas direções, como já mencionado anteriormente: Procultura, o Vale Cultura e a modernização da Lei de Direitos Autorais (LDA), aumento do orçamento para a cultura, a partir de mecanismos como a aprovação da PEC 150[64], ampliação do consumo cultural, programa do livro popular, cultura nas escolas, escola de animação em audiovisual, economia criativa[65]. Não é difícil perceber que a forma-sujeito da FD-MinC2003-2010 não coincide com a da nova gestão. Essa nova FD-MinC2011-2014 vai trazer uma série de modificações e um novo léxico para a gestão e, consequentemente, para os pontos e pontões de cultura, afetando as relações já estabelecidas e os canais de participação social.

Uma certa estabilidade do espaço de formulação se mantém até 2010. O campo cultural, desde então, está em maior disputa do que até então e em constante reorganização e, no caso do Programa Cultura Viva, a política está sendo parcialmente reconstruída. As FDs que regulam estes espaços - uma como memória discursiva, outra

---

[61] Para entender melhor, pode-se pensar que a FI-Governo organiza diferentes FD que se traduzem nos diferentes Ministérios e instituições vinculadas que executam, a partir dos seus objetivos e especificidades as diretrizes de governo.

[62] Governo do Presidente Lula: http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/sintese-politica/sintese-politica-versao-impressa, acesso em 11/07/2013.

[63] Governo da Presidente Dilma Rousseff: http://www2.planalto.gov.br/presidenta/diretrizes-de-governo, acesso em 11/07/2013.

[64] Emenda Constitucional, aprovada pela Comissão Especial de Tramitação, garante a vinculação de receitas para a área da Cultura. A PEC 150/2003 determina que, anualmente, 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios, advindos de receitas resultantes de impostos, sejam aplicados diretamente em Cultura. Fonte: http://www.jornaldeteatro.com.br/materias/politica-cultural/587-aprovada-a-pec-150, acesso em 01/02/2014.

[65] Fonte: http://www.culturaemercado.com.br/politica/ana-de-hollanda-apresenta-prioridades-da-cultura-a-parlamentares/, acesso em 04/10/2013.

com a força da narrativa da nova gestão - não são estanques, movimentam-se e suas fronteiras são reconfiguradas o tempo todo, pois diferentes saberes as atravessam.

O espaço de interlocução é ainda mais complexo porque a partir de 2011 uma narrativa de resistência à nova gestão se instala. Pode-se perceber a partir daí diferentes modos de se relacionar com a forma-sujeito da FD-MinC, alguns se identificam mais, outros menos e muitos rompem totalmente com o discurso ministerial, ao compreender que este discurso, por sua vez, rompe com as diretrizes da gestão Gil/Juca.

Soma-se a isto, a expansão do Programa Cultura Viva, a sua descentralização para as esferas estaduais e municipais, a ausência de uma metodologia integradora, a adaptação dos conceitos para diferentes realidades, o esvaziamento, por parte do Estado, dos espaços de interlocução. A partir de 2011 os documentos que se agregaram ao espaço de formulação foram produzidos a partir de diferentes posições-sujeito e absorvidos por outras FD. Ou seja, há inúmeros gestos de leitura e de interpretação em torno do discurso do PCV e um dos objetivos deste estudo é entender *o que se quer dizer quando sujeitos de diferentes posições e diferentes FD repetem o mesmo discurso* (o da gestão passada), quais os efeitos de sentido produzidos ao repetir o mesmo enunciado em diferentes condições de produção e, paradoxalmente, afirmar estar mantendo **o** sentido original.

Há em torno do discurso fundador do Programa um efeito de já-dado, de sentido evidente que não necessita ser elucidado ou redesenhado[66], pois é bom o suficiente. Essa posição de resistência desqualifica qualquer outro gesto de interpretação é, em minha leitura, uma opção política que muitos pontos de cultura adotaram para se opor e resistir às mudanças que diferentes gestores do PCV introduziram no programa.

Essas questões mostram que há diferentes modos de se relacionar com o saber, com o conhecimento. Pêcheux referia-se ao conhecimento científico e no caso do PCV trata-se de um conhecimento que dialoga com o científico, que o pauta e é pautado por ele, mas o atravessa: é o discurso do poder em sua forma mais explícita, pois é o discurso da política governamental.

---

[66] O Redesenho do Cultura Viva é uma necessidade identificada pelo Ministério da Cultura, a partir da realização das duas pesquisas do IPEA sobre os Pontos de Cultura e a análise dos resultados encontrados. Essa quetão será mhor detalhada no item 6.3 desta tese. (Fonte: http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/redesenho-2/, acesso em 04/10/2013).

1.2.5 Texto: unidade de análise do discurso

> Uma parte de mim é todo mundo: outra parte é ninguém: fundo sem fundo.
> Uma parte de mim é multidão: outra parte estranheza e solidão.
> Uma parte de mim pesa, pondera: outra parte delira.
> Uma parte de mim é permanente: outra parte se sabe de repente.
> Uma parte de mim é só vertigem: outra parte, linguagem.
> Traduzir-se uma parte na outra parte - que é uma questão de vida ou morte - será arte?
>
> **Tradução, Ferreira Gular**

O objeto teórico da AD é o discurso e sua unidade de análise é o texto, pois através dele chega-se ao discurso porque este manifesta-se materialmente através de textos. Para Guimarães (1995: p.65)**,** o texto é uma unidade empírica com começo, meio e fim e uma unidade de análise que deve ser pensada no processo discursivo. O texto é atravessado por várias posições do sujeito, sendo, também, uma dispersão de discursos. O texto constitui a representação do sujeito na posição-autor que procura criar a ilusão da unidade textual ao mesmo tempo em que procura criar a ilusão de unidade do sujeito**,** pois esta posição assume como suas as palavras que de direito são do interdiscurso.

> Por interdiscurso entende-se a instância de formação, repetição, transformação dos elementos de saber de uma FD, em função das posições ideológicas que ela representa em uma conjuntura determinada. Dito de outra forma: o interdiscurso é o lugar de formação do preconstruído e funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de preconstruídos que lhe são exteriores, provocando redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida FD (INDURSKY: 1997, p.35-6).

Indursky (2001) fez um estudo exemplar sobre a heterogeneidade e a incompletude constitutiva do texto. Para esta autora, o texto é heterogêneo, um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, pois, além da relação lingüística, mantém relação com a exterioridade, vale dizer, com o contexto, intertexto e interdiscurso. As relações contextuais remetem o texto para o contexto sócio-econômico, político, cultural e histórico em que é produzido, determinando as condições de sua produção e a

intertextualidade é a retomada/releitura que um texto produz sobre outro texto, dele apropriando-se para transformá-lo e assimilá-lo. O processo de intertextualidade lança o texto a uma origem possível e aponta para outros textos que têm a mesma matriz e também para textos que ainda não foram produzidos, mas que participarão da mesma família textual.

Indursky (2001) explica em seu trabalho que o efeito de unidade que encontramos em um texto é dado a partir da tessitura ou *costura* dos diversos recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas mobilizados pelo sujeito-autor que organiza este material heterogêneo e disperso e essas diferentes vozes a partir de sua posição-sujeito, produzindo a textualização desses elementos que, ao serem aí recontextualizados, se naturalizam, *apagando* as marcas de sua procedência. A autora acrescenta que este trabalho discursivo de textualização é o responsável pelo *efeito de textualidade*, do qual decorre outro efeito essencial, o de homogeneidade do texto. O *efeito de textualidade* é uma qualidade discursiva que deriva da inserção e textualização de recortes discursivos provenientes de outros textos, de outros discursos, enfim, do interdiscurso. O texto, com estas características constitutivas, seria, nas palavras de Indursky, uma *heterogeneidade provisoriamente estruturada*.

O *sujeito-leitor*, no momento em que instaura o processo de leitura, vai se confrontar com o leitor virtual (ORLANDI: 1999, p.9). O leitor real pode identificar-se ou não com esse leitor imaginário. O sujeito-leitor também ocupa uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, com ela identificando-se ou não (INDURSKY: 1999, p.5). Acrescente-se a isso a história de leituras e de outros discursos que ressoam desde o interdiscurso, atravessando-se na sua leitura (idem: p.7) e as determinações históricas e ideológicas e vamos perceber que os sentidos não são evidentes e que, considerando estes e outros aspectos, "*não se pode pretender que o autor controle a significação, que esta seja transparente, nem há garantias que o leitor vá ler no texto aquilo que o autor pretendeu"* (ORLANDI: 1999, p.22).

A leitura pode ser *parafrástica*, quando se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) de um sentido que se supõe ser o do texto (dado pelo autor) e pelo retorno constante a um mesmo dizer sedimentado, ou *polissêmica*, que se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto. A polissemia aponta para um rompimento que desloca o

mesmo, o garantido, o sedimentado (ORLANDI: 1996, p.27). *"Essa é a tensão básica do discurso, tensão entre texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o mesmo e o diferente"* (id.: p.27).

Outros aspectos fazem parte da atribuição de sentido de um texto: Orlandi diz que na produção de leitura há de se considerar a *incompletude* e dela derivam outras duas: o *implícito* e a *intertextualidade*. Na leitura considera-se tanto o que está dito quanto aquilo que não está dito, mas também está significando – relação entre o que o texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer. E considera-se a relação de um texto com outros (existentes, possíveis e imaginários) – relação entre o que o texto diz e o que os outros textos dizem (ORLANDI:1999, p.11). Os sentidos que podem ser lidos, não estão necessariamente no texto. Os sentidos passam pela relação com outros textos, pois todo discurso nasce em outro e aponta para outro (id.: p.18).

Esta é uma questão importante no que se refere a este estudo, pois, como já mencionei, há um *trabalho de interpretação* que sugere que no *espaço de formulação* do discurso do Cultura Viva, ou seja, no texto do PCV os sentidos são evidentes, todos entendem *o mesmo* da mesma forma, como se todos os interlocutores estivessem na mesma posição do *sujeito-autor*. Nada mais ilusório. O chamado *sentido dominante ou literal*, na verdade, é produto da história, produzindo a institucionalização de um sentido em relação aos outros possíveis. Este sentido se legitima e aparece como o literal, o sentido primeiro do qual os outros derivam. Ora, a institucionalização dos sentidos não é lingüística, mas sim histórica e nela está posto o jogo de poder que existe na língua, onde os sentidos se naturalizam muitas vezes para a manutenção e perpetuação de determinadas condições. No caso do PCV, a manutenção da política.

Há ainda de se considerar, quando se fala em atribuição de sentidos a um texto, dois fatos: *toda leitura tem sua história* e *todo leitor tem sua história de leituras*. Explico. Quando digo que toda leitura tem sua história, assumo, junto com Orlandi (1999: p.41), o postulado de que *um mesmo texto, em diferentes épocas, é passível de diferentes leituras e estas leituras que serão possíveis numa época não o serão em uma outra.* Isto demonstra que a leitura é produzida em acordo com determinações do contexto sócio-histórico e ideológico e há, portanto, de acordo com estas determinações, leituras previsíveis para um texto pois "*os sentidos se sedimentam segundo as condições de*

produção e as relações intertextuais" (idem: p.42). Estas indicam como um texto deve ser lido, indicam a leitura *legítima*.

Considera-se importante o fato de que cada leitor tem sua história de leitura e estas leituras já feitas dirigem a compreensão de cada leitor, influenciando a produção do sentido. Ora, quanto mais se lê, maior é a possibilidade de o leitor escapar da leitura previsível, dada pelo autor. Mas, ao mesmo tempo, daí pode resultar a imprevisibilidade que é a possibilidade de novas leituras, de ler-se um texto de várias maneiras.

1.2.6 Sujeito

> A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.
>
> **Hills**

Pêcheux concebe que a AD deve ter ancoragem em uma teoria do sujeito (GADET; HAK: 1997, p.9), concebido não como um indivíduo mas como uma *posição* entre outras. Assim, o sujeito é um *efeito ideológico* pois qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. Althusser, a origem dessa concepção de sujeito que Pêcheux traz para o quadro teórico da AD, diz ainda que "*nada se torna um sujeito, mas aquele que é chamado* (a ocupar um lugar na formação social) *é sempre já-sujeito"* (HENRY: 1997, p.30).

Pêcheux mediou a concepção do sujeito althusseriana por outras, formuladas por Foucault e Lacan, mais ligadas à linguagem e ao signo: para Foucault ser sujeito é *ocupar uma posição enquanto enunciador*. O sujeito de Foucault é o sujeito "*da ordem do discurso"* (HENRY: 1997, p.33). Lacan, por sua vez, "*concebe o sujeito como aquele do inconsciente estruturado como uma linguagem. A linguagem é a condição do inconsciente, aquilo que introduz para todo ser falante uma discordância com sua própria realidade"* (HENRY: 1997, p.34). A formulação de sujeito para a AD vai sair deste *entremeio*: é uma posição de enunciador atravessada pelo inconsciente e pela ideologia. O sujeito em AD é fragmentado: a *forma-sujeito* pode ocupar várias posição-

sujeito diferente dentro da FD, quando um novo saber é introduzido provocando deslocamentos ou acomodações.

A Análise do Discurso questiona o sujeito como ser único, central, origem e fonte do sentido, porque na sua fala outras vozes também falam, é uma construção polifônica que se constitui a partir de muitas vozes e está marcado pela ilusão de autonomia. O sujeito deixa de ser um *eu* marcado pela subjetividade que o situa como centro e senhor de seu discurso, e se constitui na interação deste *eu* com o *tu*. O sujeito se constitui no e pelo discurso, na sua relação com o outro, na permanente oposição entre interioridade e exterioridade. Não há um sujeito centro e origem de seu discurso, mas diversas posições-sujeito que, por sua vez, relacionam-se com determinadas formações discursivas e ideológicas. "*O sujeito, pois, pensa que domina o que diz mas, de fato, é determinado, sem se dar conta, a dizer o que seu lugar na formação social impõe que seja dito* (INDURSKY, 1998: p.11).

A "*ideologia interpela os indivíduos em sujeitos* (ALTHUSSER, 1983:p.96), isto é, ela faz com que cada indivíduo inconscientemente seja levado a se identificar ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social. Contudo, o sujeito tem a impressão de que é senhor da própria vontade. A isto é que se denomina assujeitamento ideológico ou sujeito assujeitado.

Os processos discursivos não têm origem no sujeito, pois este está determinado pela formação discursiva em que está inscrito (INDURSKY, 1997). O sujeito é afetado por dois tipos de esquecimentos[67], criando uma realidade discursiva ilusória. O sujeito se coloca como fonte e origem exclusiva do sentido do seu discurso. Por esta ilusão discursiva, o sujeito rejeita, apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva. Ele esquece que seu conhecimento vem de outro lugar, ele pensa que é a fonte do seu dizer mas, reproduz o que já está dito no interior da FD. O sujeito tem a ilusão de que é ele o criador de seu discurso. Na verdade, o sujeito não produz sentidos, ele se identifica com determinados sentidos que estão postos no

---

[67] Esta formulação pertence a segunda fase da AD na França que vai de 1975 a 1980. Pêcheux publica Les vérites de la palice (1995) e um artigo em conjunto com Catherine Fuchs de 1975. Esse artigo, denominado "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas", em conjunto com outros textos, dá início à segunda época da AD (cfe. Mazzola: 2009,p.13). Para Gregolin (2004: p. 62), nessa época Pêcheux refina análise das relações entre língua, discurso, ideologia e sujeito, formulando sua teoria dos dois esquecimentos: sob a ação da interpelação ideológica, o sujeito pensa que é a fonte do dizer, pois este se apresenta como uma evidência.

interior de uma FD. De natureza inconsciente e ideológica – aí o ponto de articulação da linguagem com a teoria da ideologia - é uma "*zona inacessível ao sujeito"*, sendo por isso o lugar constitutivo da subjetividade (PÊCHEUX, 1997, p.177). Sobre o esquecimento nº 1 Pêcheux diz:

> Trata-se da defasagem entre uma e outra formação discursiva, a primeira servindo de algum modo de matéria-prima representacional para a segunda, como se a discursividade desta matéria-prima se esvanecesse aos olhos do sujeito falante. (...) É o processo pelo qual uma seqüência discursiva concreta é produzida, ou reconhecida como sendo um sentido para um sujeito, se apaga, ele próprio, aos olhos do sujeito (PÊCHEUX, 1997:168-9).

Além disso, o sujeito acredita que domina seu discurso, que escolhe livremente entre o que é dito e o que deixa de ser dito, elegendo algumas formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase e "esquece", oculta outras. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento que tem da realidade. Isto se passa num nível pré-consciente ou consciente na medida em que o sujeito retoma seu discurso para explicitar a si mesmo o que diz, para formulá-lo adequadamente, para aprofundar o que pensa, utilizando-se de "estratégias discursivas". Pêcheux formula da seguinte maneira o esquecimento nº 2:

> Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o dito e em conseqüência rejeitar o não-dito. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é selecionado e tornado preciso aos poucos e o que é rejeitado. Desse modo se acha desenhado num espaço vazio o campo de "tudo que teria sido possível ao sujeito dizer (mas não o diz)" ou o campo de "tudo a que se opõe o que o sujeito disse". Essa zona do "rejeitado" pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona (PÊCHEUX, 1997:175-6).

A idéia de que o sujeito é o centro ou origem do sentido constitui para a AD uma "ilusão necessária" que constrói o sujeito. A Análise do Discurso, no entanto, não só se posiciona criticamente em relação a essa ilusão, recusando-se a reproduzi-la, como retoma a noção de "*dispersão do sujeito"* de Foucault (2000), ao reconhecer o desdobramento de papéis segundo as várias posições que o sujeito ocupa dentro de um mesmo texto. É isso que leva Orlandi e Guimarães (1986) a conceberem o "*discurso como uma dispersão de textos e o texto como uma dispersão do sujeito"*. Por texto, enquanto dispersão do sujeito, entenda-se a perda da centralidade de um sujeito uno que passa a ocupar várias posições enunciativas, por discurso enquanto dispersão de textos

entenda-se a possibilidade de um discurso estar atravessado por várias formações discursivas.

1.3 DISPOSITIVO METODOLÓGICO: CARTOGRAFIA SOCIAL

> Diferente é o rizoma, *mapa e não decalque.* Fazer o mapa, não o decalque. (...) Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (...) Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre "ao mesmo". Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida "competência".
>
> **Deleuze & Guattari**

A cartografia (ROLNIK:1989; DELEUZE;GUATARI:1995) é o *método de organização textual* desse estudo e busca mostrar *diferentes vozes* organizadas em diferentes recortes discursivos compostos por *textos, fotografias, citações e narrativas* sobre o Programa Cultura e compor, assim, uma *metanarrativa* - uma narrativa que contém e atravessa diferentes narrativas, que se vira sobre si mesma - em que a *polifonia* é a principal característica. Na cartografia a posição-autor é mais uma posição entre outras, é quem organiza o texto e produz um recorte possível da realidade.

A ideia de *polifonia* se encontra em Bakhtin. Esse filósofo da linguagem emprega o conceito na análise da ficção dostoievskiana e sugere que a mesma colocava em jogo uma multiplicidade de vozes ideologicamente distintas, as quais resistiam ao discurso autoral. Conforme Scorsolini-Comin *et al.* (2008: p. 6), Bakhtin utiliza *polifonia* para descrever o discurso que resulta de uma trama de diferentes vozes, sem que nunca exista a dominação de uma voz sobre as outras. Uma das características do *dialogismo* é

conceber a unidade do mundo como polifônica, na qual a recuperação do coletivo se faz via linguagem, sendo a presença do outro constante. A linguagem, na concepção bakhtiniana, é uma realidade intersubjetiva e essencialmente dialógica, em que o indivíduo é sempre atravessado pela coletividade (cfe. PIRES; TAMANINI-ADAMES:2010). Essa ideia de polifonia, transposta para a perspectiva discursiva permite pensar a cartografia como metanarrativa em que diversas vozes estão presentes.

O texto que compõe este estudo é marcado pela "*heterogeneidade enunciativa"* (AUTHIER-REVUZ:1990), tanto a *"mostrada como a constitutiva"*, em que a presença do outro - os diferentes interlocutores: outros pesquisadores que analisam o PCV, os pontos de cultura, os gestores -, é referência constante.

A heterogeneidade enunciativa é proposta por Authier-Revuz (1990), que toma como base para sua pesquisa os estudos de Bakhtin sobre a polifonia. Para ela, todo discurso é heterogêneo e as marcas *palpáveis* de outros discursos são, então, heterogeneidades mostradas em *negociação* com a heterogeneidade constitutiva. Em Authier-Revuz, a noção de *heterogeneidade enunciativa* é apresentada como sendo de dois tipos: a *constitutiva* e a *mostrada* (sendo a última marcada ou não marcada). Elas são consideradas como processos distintos: o primeiro refere-se *"aos processos reais de constituição de um discurso"*; o segundo, aos *"processos de representação, num discurso, de sua constituição"* (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.32).

No caso da heterogeneidade constitutiva a presença do outro não é óbvia e não deixa marcas visíveis. Authier-Revuz (idem, p. 26), toma os casos de heterogeneidade mostrada como *"formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso"*. Ela ainda considera a existência de dois tipos de enunciados: aqueles que mostram a heterogeneidade, com marcas explícitas, e aqueles cujas marcas não são mostradas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada, temos as glosas enunciativas, o discurso relatado (formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto), as aspas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada, mas não marcada, temos a ironia, o discurso indireto livre, etc, que contam com o *"outro dizer",* sem explicitá-lo, para produzir sentidos (cfe. AUTHIER-REVUZ:1990, 1998, 2004).

A heterogeneidade será mapeada - como citação ou recorte discursivo - compondo os espaços de formulação e de interlocução, pois entendo que são essas diferentes narrativas que mostram e conduzem a direção da metanarrativa que é o estudo.

Dialogo com a produção acadêmica produzida sobre o MinC e o PCV. E construo um lugar enunciativo - a posição-autor -, em que tento um recuo crítico. As leituras de várias teses e dissertações apontam que a *identificação plena deixa lacunas analíticas*. Como exemplo, em vários textos analíticos de cunho acadêmico pesquisados, parte-se somente do que é dito. O dito vira um fato discursivo. O dito substitui os dados. Assim *são várias as pesquisas que simplesmente afirmam as redes ou a gestão compartilhada e transformadora do PCV, sem descrever ou caracterizar esses espaços, sem mostrar o que se entende por rede, o que é compartilhado ou transformado*. Essa leitura ingênua e o visível encantamento com as ideias do programa, na minha perspectiva, é parcialmente responsável por cristalizar a memória discursiva, em que o dito vira fato. Nessa tese busco mediar meu encantamento com o recuo crítico e por isso busco na gestão um mediador possível para ancorar o imaginado no vivido.

Evito deliberadamente as paráfrases - comum na academia e que esconde o que vem do outro - a habilidade em criar paráfrases fosse uma pré-condição para ser reconhecido como autor - e utilizo as citações para ilustrar, defender ou contrapor uma posição enunciativa. Essa prática não é valorizada na academia, assim como não é o uso da primeira pessoa do singular, mas entendo que assumir a autoria por suas próprias palavras - ou nos termos da AD, assumir sua total identificação com uma posição-sujeito e dai construir uma posição de autoria - e reconhecer a heterogeneidade enunciativa - o discurso outro - é fundamental para se entender os processos discursivos que proponho analisar.

Para entender o discurso do PCV creio que é necessário acompanhar as transformações e as derivas de sentido que este discurso produz e, quando possível ir além do discurso, questionando-o em seu efeito de evidência[68]. Para fazer isso, optei por

---

[68] Outra estratégia analítica é buscar a origem desse discurso. Ou seja, sua FD. Se parto do princípio de que o sujeito só diz o que pode ser dito a partir de sua vinculação a uma FD, qual a FD? Qual a forma-sujeito que organiza o que pode ou não ser dito? Quem define o que ou não ser dito no PCV e no MinC? Quais as condições de produção deste discurso? No PCV o discurso, aparentemente, basta a si mesmo, tem origem no próprio gestor. Nada mais enganador. As ideias eloquentes, as frases feitas, os textos-manifestos, os clichês abundam e reforçam um imaginário de cunho emancipatório, libertário, vanguarda e até mesmo revolucionário. Essas ideias

cartografar os sentidos que circulam nos espaços de formulação e de interlocução. Mas não é suficiente. É preciso mediar esses sentidos por um outro discurso, que será meu *interlocutor oculto* ou *leitor ideal*, o da gestão pública. À margem das narrativas dos gestores e dos Pontos, a burocracia produz sua própria narrativa[69] e abre para a polissemia. Articular o EF e EI ao discurso da burocracia tampouco é suficiente. Porque existem vários planos narrativos[70] que se encontram e desencontram, encobrem e revelam sentidos. Na fala conseguimos, com alguma confusão, intercalar os planos: inicia-se um assunto, que transborda em outro que remete a uma lembrança e volta-se para o assunto inicial com alguma tranquilidade. No texto, literalmente linear, é mais complicado e por isso optei pelas *notas de rodapé* para incluir comentários, indicar leituras que complementam o texto, inserir narrativas alternativas, mostrar outras interpretações de alguns conceitos ou ideias expostas no texto. Enfim, as notas de rodapé constituem uma parte importante do meu texto, complementam e aprofundam algumas ideias.

A cartografia que organiza essa metanarrativa é o instrumento que me permite dar visibilidade aos diferentes efeitos de sentido que o discurso do Programa produz e me posicionar criticamente em relação a eles. Para os geógrafos, segundo Rolnik (1989:15),

---

são a grande "novidade" do programa e cantadas em verso e prosa. Literalmente. Mas essa grande novidade, ela só é dita e dita com essa ênfase porque há condições para que esse discurso seja dito. E um pesquisador curioso vai buscar os elementos que permitem a produção desse discurso. E a "novidade" se releva uma tendência geral do Governo Lula. Essa "novidade" já foi feita e muitas vezes de maneira bem mais radical, em governos municipais ou estaduais. Enfim, em vez de aceitar por novidade o que o gestor que vender como novidade, busco confrontar o que é dito com o que é feito, ou nos meus termos, o imaginado com o vivido.

[69] Um exemplo caricato, o gestor anuncia aos quatro ventos que seu ministério é prioridade para o governo federal e que tal secretaria é agora a mais importante, mas ao *seguir os números* vemos que o orçamento se mantém nos mesmos índices das gestões anteriores e a tal secretaria recebe menos recursos que outras. Assim, qual a evidência dessa importancia, para além do plano discursivo? Na gestão pública é prioridade o que recebe mais recursos orçamentários, os gastos que não sofrem contigenciamento, as instituições que conseguem mais recursos humanos. Enfim, é prioritário o que recebe prioridade da administração pública.

[70] Por vários planos narrativos entendo que não há uma história linear, há sobreposição de narrativas. Sempre. Para exemplificar, retomo e expando o exemplo anterior: o gestor exalta a priorização do programa por parte do governo federal, o relatório de gestão demonstra que o orçamento foi reduzido, um beneficário da política não recebe os recursos e fecha as portas, outro também não recebe, mas fez parcerias na comunidade e mantém suas atividades, outro recebe e compra roupas novas pros seus brincantes, outro recebe e foge com o dinheiro, um pesquisador lê a cartilha do programa e acredita em tudo, outro não acredita em nada e vai à campo, um grande evento acontece e todos falam bem do programa, um grande evento não acontece e todos falam mal do programa, um gestor imagina que pode ascender na política, outro quer voltar a cantar, um poeta vira gestor, um gestor vira beneficiário do programa e vice-versa, redes solidárias são formadas, grupos hierárquicos se apelidam de rede, gestores passam no doutorado e querem entender o que é mesmo que andam fazendo no governo federal, o programa perde prioridade e recursos, dois programas se tornam um, um acadêmico lê Paulo Freire, outro Antonio Negri, outro Teixeira Coelho e outro Celso Furtado, todos imaginam compreender o programa. E tudo isso ao mesmo tempo. Todas as narrativas falam de um aspecto - um *pequeno mundo de sentido* - que em algum momento também constitui a política.

"a cartografia é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem".

> Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, **acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – uma perda de sentido – e a formação de outros**: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos.
> Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para **afetos que pedem passagem,** dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fizerem necessária (ROLNIK: 1989, p.15-6, grifo meu).

A opção metodológica em escrever uma *cartografia* em vez de um relato linear, monológico e com a presença do outro apagada pela posição-autor, se justifica porque prefiro deixar que as *narrativas* já estabelecidas contem essa história. Deleuze e Guattari (1995: p.11-13) propõem *rizoma*[71] como *metáfora* de uma escrita que contemple o múltiplo a partir de alguns princípios que, na minha leitura, convergem com os princípios do estudo ora proposto. Nessa concepção rizoma é discurso.

> Resumamos os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. (...) Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. (...) Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear. Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. (...) Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, enter-ser, *intermezzo* (DELEUZE;GUATTARI:1995, p.32, 37).

Entendo que a escrita é heterogênea na sua constituição, que em um texto outros textos falam, diretamente (citações) ou indiretamente, e que podemos relacionar ou conectar os enunciados "*colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também diferentes estatutos de estados de coisas" (op.cit).* Se entendermos o

---

[71] A ideia de rizoma apresenta-se em Deleuze; Gauttari (1995). Ler: Introdução: rizoma (p.11 a 28).

discurso como um rizoma, vamos conectar cadeias de sentidos, organizações de poder, ocorrências que remetem à ideologia, à política e à história.

A polifonia na escrita é entendida como a capacidade de, no fio do discurso, evidenciar a exterioridade e as condições de produção que o constitui: acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais (DELEUZE; GUATTARI: 1995, p.18). Esta cartografia organiza uma parte da história do Cultura Viva, uma versão entre outras, contada pelo enredados, em textos dispersos nas redes e que proponho recuperar e mapear.

Latour (1994) relaciona rizoma como uma metáfora adequada para estudo de redes, pois ela é aberta e heterogênea, passível de estabelecer todo e qualquer tipo de conexão. Rizoma é uma dupla metáfora neste estudo: sinaliza a *heterogeneidade discursiva* e a *heterogeneidade das redes*.

> As redes como rizoma são marcadas pela transformação, pelo trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos. Fabricação que se faz em rede, através de alianças. Na noção de rede o que importa não é somente a ideia de vínculo, mas sim o que estes vínculos produzem e que efeitos decorrem de tais alianças. (...) Neste sentido, uma sociologia de redes é igualmente uma geografia, ou uma cartografia social (SANCHEZ: 2008, p.104-5).

As subjetividades individuais e coletivas adquirem um papel relevante nos "*estudos culturais sobre identidades construídas sob a forma de narrativas"* (SANTOS, 2005: p.19). Entender que práticas são desveladas e como se organizam esses novos sujeitos epistêmicos, pressupõe um novo modo de produzir conhecimentos, necessita de uma racionalidade mais ampla, em que se amplia a diversidade epistemológica do mundo ao credibilizar a experiência social e ao reconhecer que existem infinitas formas de descrever, ordenar e classificar o mundo.

2 A POLÍTICA CULTURAL DO GOVERNO LULA DETERMINAM AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DO MINC

> Boia no mar e é de graça, é de graça, é de graça
> Boia no mar e é de graça, é de graça, é de graça
> Eu vou fazer uma ciranda pra botar o disco na
> Lei de Incentivo à Cultura, à Cultura, à Cultura
> Mas é preciso entrar no gráfico
> No mercado fonográfico
> Mas é preciso entrar no gráfico
> No mercado fonográfico

Mas eu não sei negociar
Eu só sei no máximo tocar meu tamborzinho e
olhe lá e olhe lá

Ciranda do Incentivo
Karina Buhr

A Constituição de 1988 reconhece a cultura como um direito fundamental: *"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional."* (BRASIL:1988, artigo 215 e *§1*). A cultura é entendida no texto constitucional de forma ampliada, em seu sentido antropológico:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL:1988, artigo 216).

A formulação de políticas públicas[72], a partir da década de 1980, considera, ao menos formalmente, um conceito ampliado de cultura e dialoga com as referência nos documentos gerados a partir dos diálogos dos Estados-membros da Unesco desde meados da década de 1950 (vide ANEXO I)[i]. A análise do período anterior à gestão do Governo Lula - realizada sistematicamente pelo Ipea - indica que a política cultural era de cunho neoliberal, seguindo a tendência da gestão e o principal mecanismo de financiamento da cultura era a Lei Rouanet que privilegiava as belas artes, a cultura de massa e a cultura

---

[72] Inicio minha narrativa no período do Governo Lula e me abstenho do característico *histórico* das políticas culturais no Brasil. Faço este recorte com alguma tranquilidade porque entendo que outros pesquisadores já fizeram esse mapa com grande competência: não há necessidade de redizer o dito. Dorneles (2011), em sua tese de doutorado faz um estudo exemplar das políticas culturais no Brasil desde o período do império colonial, origem do investimento em cultura até a contemporaneidade, ao examinar as tendências ideológicas e políticas que conformaram o desenvolvimento cultural. Sugiro a leitura do Capítulo I de sua tese, pois assumo e parto deste contexto histórico: DORNELES,Patrícia. **Identidades inventivas: territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul.** Porto Alegre: UFRGS/POSGea, 2011.
.

erudita, deixando a cargo do mercado a decisão sobre quais as expressões culturais que receberiam ou não recursos públicos.

> Na forma da Medida Provisória 1.589, de 24 de setembro de 1997, introduz-se na Lei Rouanet a dedução de 100% para algumas categorias de projetos culturais: artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; circulação de exposições de artes plásticas; doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus. Em 2001, após a pressão de outros grupos produtores, a dedução de 100% passou, com a Medida Provisória 2.228-1, para "artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; exposições de artes visuais; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e preservação do patrimônio cultural material e imaterial" (DOMINGUES:2008, p.115).

Segundo Domingues (2008), durante a gestão de Francisco Weffort (1995-2002), no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o mercado cultural se mantinha estagnado e, fora a criação da Agência Nacional do Cinema, não havia nenhuma política específica para os setores da cultura. O Ipea, ao fazer um balanço da gestão, mostra que a execução das políticas culturais concentravam-se nas vinculadas e eram focadas em patrimônio e belas-artes:

> Como a Biblioteca Nacional, encarregada legalmente de gerir o sistema nacional de bibliotecas públicas e depositária nacional da reserva legal de livros da Biblioteca Demonstrativa de Brasília e da Biblioteca Euclides da Cunha; os museus nacionais, como o Museu Imperial, o Museu da República, o Museu Nacional de Belas Artes, a Cinemateca Nacional, entre outros; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que data da década de 1930 e tem dez superintendências regionais; o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), hoje vinculado à Fundação Nacional de Arte (Funarte), datada das campanhas nacionais de folclore das décadas de 1940 e 1950, que são importantes referências na área do patrimônio imaterial em nível internacional; há ainda a Funarte; e mais recentemente a Fundação Palmares, de 1988, que tem a incumbência constitucional de titulação, preservação e dinamização de áreas remanescentes de quilombos (artigos 215, 216 e artigo 68 das disposições constitucionais transitórias), bem como a Fundação Casa de Rui Barbosa (BRASIL:2003b, p.66).

Na gestão FHC, a área cultural era formada por duas modalidades de ações complementares a *política de eventos* e as *políticas culturais stricto sensu*. A política de eventos era baseada nos editais de premiação, *"são ações fragmentárias, desarticuladas, isoladas e sem muita continuidade, mas que bem manejadas preenchem espaços importantes e têm efeitos multiplicadores significativos" (*op.cit). As políticas culturais

eram as ações sistemáticas, institucionalizadas e com continuidade: patrimônio, cinema e bibliotecas. No entanto, ao final da gestão, grande parte das cidades brasileiras ainda não contavam com equipamentos culturais; 92,7% dos municípios não contavam com TV a cabo; 80,9% não tinham cinema; 73,2% não tinham museus; 65% não tinha loja de discos, cd ou dvd; 64% não tinham livrarias; 35% não tinham locadora e 19% não tinham biblioteca (BRASIL:2003b, p.67). Embora a cultura não tenha sido uma pauta importante nos debates para a disputa presidencial em 2002, era claro o sentimento entre os produtores culturais e artistas de um evidente esgotamento sobre o que garantia a continuidade do modelo vigente de política cultural.

O Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou o conteúdo programático para as políticas federais da cultura no documento **A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas de cultura** (2002) e, desde então, já estava pré-configurada uma proposta de demarcar um diferencial em relação à orientação neoliberal das gestões passadas.

> Escolhemos **ouvir as diferentes experiências que vamos construindo nas administrações populares** que governamos em todas as regiões do país, os grupos culturais e a reflexão dos estudiosos das questões da cultura, munidos de algumas convicções firmadas no Programa de Governo para 2002 da Coligação Lula Presidente, que defendemos para o Brasil. É necessário e urgente **por abaixo os muros do apartheid social e cultural** que fraturam a sociedade brasileira; reconhecer a **cultura como um direito social básico**, condição para o pleno exercício republicano e democrático; **conjugar as políticas públicas de cultura em todas as suas linguagens música, literatura, dança, artes visuais, arquitetura, teatro e cinema com a ação quotidiana da rede escolar**; afirmar as **identidades étnico-culturais regionais** como condição definidora da nossa identidade nacional; trabalhar políticas culturais de longo prazo, pois **uma nação que se preza não entrega ao mercado a formação de sua juventude e a transmissão dos seus valores éticos ensinados e aprendidos ao longo da história**. (...) A agenda buscou contemplar um conjunto de temas que propiciaram orientar a formulação de um Projeto de Políticas Públicas de Cultura para o Brasil: Cultura como Política de Estado - Planejamento das Políticas Públicas de Cultura como direito básico e permanente do cidadão; instituição de Políticas Públicas de Cultura de longo prazo, para além das contingências dos governos; Políticas Públicas de Cultura voltadas para as novas gerações frente a um novo Projeto Nacional; afirmação das identidades regionais e étnico-culturais.
> Economia da Cultura - Cultura como fator de desenvolvimento humano; geração de emprego e renda; fator de inclusão social; financiamento das Políticas Públicas de Cultura: fundos públicos; leis de incentivo fiscal; proposta de ampliação das linhas de crédito das agências financeiras públicas - produção e difusão cultural.
> Gestão Democrática - Concepção e estrutura do Ministério da Cultura/MinC; descentralização político-administrativa; regionalização das Políticas Públicas de Cultura; mecanismos de participação popular; conselhos; implantação de

> um Sistema Nacional de Política Cultural; ampliação do orçamento do MinC compatível com as suas tarefas constitucionais.
> Direito à Memória - Salvamento emergencial dos acervos; redefinição dos instrumentos e das políticas de preservação do patrimônio material e imaterial, inclusive a memória das lutas sociais dos vários segmentos formadores da sociedade brasileira; Projeto Monumenta (BID); política de museus e arquivos.
> Cultura e Comunicação - Novos critérios de relação com as grandes cadeias de entretenimento; Conselho Nacional de Comunicação Social; redes públicas de TV; estímulo à produção e difusão cultural regional; afirmação da identidade nacional por meio das identidades culturais regionais; respeito à diversidade étnico-cultural.
> Transversalidades das Políticas Públicas de Cultura - Planejamento das Políticas Públicas de Cultura entendidas como direito básico do cidadão e sua relação com as políticas sociais numa sociedade fraturada: educação, ciência e tecnologia, comunicação, esporte, políticas ambientais e turismo (PT:2002, grifo meu).

O PT fez um chamamento à participação das organizações não-governamentais e de movimentos populares para uma proposta de gestão compartilhada da cultura, compromissando o Ministério da Cultura com um *"Estado de bem-estar social"* por meio de ações governamentais de compensações sociais, reconhecendo uma dívida do Estado para com as populações de baixa renda, jovens e adultos e outros atores excluídos da sociedade (ANDRIES:2010, p.24). Para o Presidente Lula, a cultura tem papel *"estratégico, base da construção e preservação da identidade, espaço para exercício da cidadania e instrumento de superação da exclusão social"* (ALMEIDA et al:2013, p.79).

> A partir do Governo Lula, o Brasil retoma o desafio da construção de um Plano Nacional de Cultura, não mais a partir do argumento da unidade nacional ou da segurança, mas por compreender o papel estratégico da diversidade cultural no cenário nacional e internacional. Por isso, apóia a Declaração Universal da Unesco de 2001 sobre a Diversidade Cultural, prestigiando o diálogo intercultural entre as comunidades e povos, oferecendo substrato à criação de políticas afirmativas para as diversas regiões brasileiras, permitindo, enfim, minorar as velhas distinções hierárquicas entre culturas eruditas e populares, brancas e negras, rurais e urbanas. As políticas de fomento ao patrimônio imaterial, presentes nas culturas tradicionais populares, vêm exemplificar um olhar mais estratégico do Estado sobre a cultura, permitindo um novo posicionamento das culturas populares diante da indústria cultural (LEITÃO in LABREA et al:2010,p.19).

O Governo Federal na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva organizou uma agenda social (BRASIL: 2008a) que perpassa vários Ministérios e é um importante diferencial em relação às gestões passadas porque busca integrar e relacionar diferentes ações ministeriais visando a inclusão social e dar visibilidade a extratos da população

historicamente excluídos ou tornados irrelevantes na formulação e implementação de políticas públicas

Segundo o Ipea (BRASIL:2008a), a agenda social compreende um conjunto de iniciativas prioritárias para ampliar oportunidades à parcela mais vulnerável da população, mediante uma política garantidora de direitos, a ser efetivada com gestão integrada e pactuação federativa entre União, estados e municípios. O trabalho desenvolvido pelo Ministério da Cultura[73] faz parte da agenda social do governo federal e nela se entende que é fundamental para o projeto de desenvolvimento do país o acesso e a inclusão aos produtos culturais de populações até então excluídas ou mal incluídas na vida cultural da comunidade. Produtos culturais referem-se aqueles que expressam ideias, valores, atitudes e criatividade artística e que oferecem entretenimento, informação ou análise sobre o presente, o passado (historiografia) ou o futuro, quer tenham origem popular, se tratem de produtos massivos ou sejam de circulação limitada (COELHO: 2012, p.338). E essas prioridades não são formuladas pelo exclusivamente pelo MinC, mas são diretrizes gerais do governo federal.

Antes de olhar para a política cultural, destaco duas características gerais da gestão do Presidente Lula que, no MinC e, particularmente no PCV, serão o cerne do discurso institucional. A primeira característica é os gestores, em grande parte, virem da militância política e dos movimentos sociais[74]. Ao trazer para o Estado os ideários, os valores e, principalmente o *discurso* destes segmentos, inaugurando novos espaços de argumentação e novas posições-sujeito para a administração pública, os gestores do governo federal buscam formular políticas públicas de caráter transformador e emancipatório, a fim de instaurar uma *outra hegemonia* ou *contra-hegemonia*.

Em relação aos gestores-militantes, Andries (2010) chama atenção para uma característica do discurso dos formuladores do PCV: produzem enunciados em que colocam o Estado e sua estrutura como um *mal*, um *entrave,* dissociado da realidade e,

---

[73] Neste estudo não irei fazer uma análise das opções conceituais ou políticas do MinC. A rápida e sintética caracterização da política que faço neste capítulo é um *fato discursivo*, ou seja é uma rede discursiva de formulações que circularam no MinC, principalmente nas falas dos Ministros Gil e Juca Ferreira, que indicam as *condições de produção* do discurso sobre o Programa Cultura Viva. Para uma análise aprofundada do que significou essa política e quais seus impactos, sugiro a leitura de RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

[74] Sobre a tensão e as contradições que os novos gestores, oriundos dos espaços de militância e movimentos sociais produzem na esfera federal, sugiro a leitura de TAMAIO, Irineu. **A Política de Educação Ambiental – sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores.** Brasília: CDS/UnB, 2006. (Tese de Doutorado). Tamaio estuda os educadores/gestores ambientais do MMA, mas suas conclusões, dadas as devidas proporções, podem ser generalizadas para todas as instâncias do governo federal.

aparentemente, não se percebem como sendo parte deste Estado, falam de uma posição enunciativa *de fora*.

Nesta *posição-sujeito* de gestores-militantes, produzem um discurso em que enfatizam sua disponibilidade em tensionar e modificar as estruturas existentes, a fim de ampliar a diversidade dos beneficiários das políticas. Com isso produzem enunciados polifônicos, fragmentados em *duas posições-sujeito*, a de gestor e a de militante, e por isso produzem o efeito de falar ou mesmo pautar o Estado como se não fizessem, eles mesmos, parte da administração pública. O discurso da militância é enunciado da posição-sujeito de Estado.

Ducrot, da Semântica Argumentativa, considera a *"possibilidade de encontrar no interior de um mesmo enunciado a voz do outro, vozes diferentes, ou ainda, vozes em confronto"* (INDURSKY: 2000, p.76). A teoria polifônica de Ducrot quer mostrar como num mesmo enunciado isolado é *"possível detectar mais de uma voz, assinalando, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes, contestando o pressuposto da unicidade do sujeito falante"* (DUCROT: 1987, p.161-172). A AD trabalha a polifonia nos termos de um *enunciado dividido*. Courtine (1982: p.254-62 apud INDURSKY, 1997: p.39) mostra que existe um *"espaço de parafrasagem discursiva, no qual é possível que tanto valores semelhantes quanto valores antagônicos sejam associados ao mesmo enunciado discursivo"*. O enunciado discursivo evidencia a contradição que é constitutiva e condição do dizer. As duas posições enunciativas apontam sentidos antagônicos, característicos de FD inscritas em diferentes ideologias, cada uma responsabilizando-se por um dizer e uma direção de sentido.

Este posicionamento dúbio em relação ao Estado encontra paralelo na história da constituição do campo cultural que, desde o século XIX,

> afirma-se pela **hostilidade à racionalização burocrática, à hierarquização de prioridades, à gestão rigorosa de recursos e à avaliação criteriosa de resultados, enfim, pela referência à genialidade do artista e sua autonomia criativa**. De outra forma, **o campo cultural constrói-se historicamente contra o mundo da racionalização econômica e contra o Estado**, embora, paradoxalmente, desenvolva-se em estreita relação com esses domínios, pois tanto se apóia no campo político, quanto se desenvolve em estreita relação com as tecnologias e indústrias culturais (BRASIL:2003c, p.62-3, grifo meu).

Outra característica do Governo Lula é a ênfase aos vários espaços de participação social ampliada previstos. Segundo Dagnino (2002 e 2004), essa história

inicia formalmente com a Constituição Federal de 1988, que consagrou o princípio da participação da sociedade civil nos processos políticos.

> O reestabelecimento da democracia formal, com eleições livres e a reorganização partidária, abriu a possibilidade de que este projeto, configurado no interior da sociedade e que orientou a prática de vários dos seus setores, pudesse ser levado para o âmbito do poder do Estado, no nível dos executivos municipais e estaduais e dos parlamentos e, mais recentemente, no executivo federal, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva como Presidente da República. Assim, os anos noventa foram cenário de numerosos exemplos desse trânsito da sociedade civil para o Estado. Segundo, e como conseqüência, durante esse mesmo período, o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático. Essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade. Entre os espaços implementados durante esse período destacam-se os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os Orçamentos Participativos, que, a partir da experiência pioneira de Porto Alegre, foram implementados em cerca de cem cidades brasileiras, a maioria governadas por partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (DAGNINO:2004, p.96).

A participação social é uma premissa constitucional que encontra condições de se realizar no governo federal, com mais ou menos intensidade, desde a abertura política - em 2002, ainda no governo FHC, 81% dos programas federais tinham interfaces socioestatais, em 2010 houve um aumento significativo e 92,1% dos programas incentivavam canais de interlocução (PIRES;VAZ:2012, p.20-1).

Pires e Vaz (2012), produzem um mapeamento analítico das formas de interlocução e contato entre Estado e sociedade nos programas desenvolvidos pelo governo federal no período de 2002 a 2010. Segundo estes autores, há vários tipos desses canais: comitês, grupos de trabalho, fóruns, seminários, oficinas, redes, sistemas, ouvidorias, serviço de antendimento ao cidadão, os conselhos gestores de políticas, as conferências temáticas, os PPAs participativos, as audiências públicas, as consultas públicas, as reuniões com grupos de interesse, os canais como sítios de internet, as ações pontuais de divulgação de ações governamentais etc. Eles demonstram que a discussão sobre as interseções existentes entre Estado e sociedade nos processos públicos de tomada de decisão, especialmente no âmbito do planejamento em políticas públicas, tem raízes numa concepção de governo que confere relevância ao papel da sociedade como

partícipe da construção, direcionamento, monitoramento e legitimação da administração pública (PIRES;VAZ:2012, p.9).

As conferências nacionais se tornaram a mais importante e abrangente política participativa do Brasil. O país desenvolve uma tradição de conferências nacionais desde o início dos anos 1940, quando o governo Vargas convocou uma primeira conferência nacional de saúde. Mais recentemente, a partir de 1988, as formas de participação da sociedade civil previstas pela Constituição nas áreas de saúde e assistência social levaram à institucionalização das conferências nacionais. No entanto, o grande impulso conferido às conferências nacionais ocorreu depois de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente. Nos últimos 20 anos, 80 delas foram realizadas (72 delas no Governo Lula): 21 na área da saúde; 20 relacionadas aos temas das minorias; 6 relativas ao meio ambiente; 22 a respeito da economia, do Estado e do desenvolvimento; 17 sobre educação, cultura e assistência social; e 11 sobre direitos humanos (AVRITZER:2012).

> O atual governo brasileiro tem sustentado uma proposta de "participacção social como método de gestão", coroando e acelerando ainda mais um processo iniciado décadas atrás de institucionalização e desenvolvimento de instâncias como Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Conferências Temáticas. Mais recentemente, diversos outros fóruns públicos e canais de interlocução Estado-sociedade, como audiências e consultas públicas, mesas de negociação e ouvidorias, entre outros, têm sido criados e, principalmente, fortalecidos, no âmbito do planejamento e execução de programas federais (...) O adensamento das redes e canais entre Estado e sociedade tenderia a carregar em seu bojo o pressuposto sugerido de que a um maior número de canais de interlocução poderia corresponder certo aumento nos graus de "responsividade" e *accountability* dos processos de tomada de decisão dos programas desenvolvidos e, por consequência, incremento de suas respectivas eficiência e eficácia. (PIRES;VAZ:2012,p.07).

As condições de produção do discurso do MinC que permitiram propor um novo conjunto de políticas públicas para o país estavam dadas e, a partir de diretrizes claras, como a noção ampliada de cultura; públicos, territórios e linguagens prioritários definidos; a ampliação gradativa dos recursos orçamentários e humanos, o Ministro Gilberto Gil inicia sua gestão. Pode-se inferir que os gestores do MinC entendem a política pública cultura como uma iniciativa *contra-hegemônica* porque antes de 2003 o ministério focava em grupos culturais *hegemônicos*, instalados no circuito Rio-São Paulo, que tradicionalmente tinham acesso aos recursos do Estado, conheciam sua estrutura e mecanismos, sendo o que Boaventura Santos (2005) chama os *hiper-incluídos*. Gilberto Gil disse que antes de assumir a pasta, o MinC havia entregue a política cultural do pais

para o mercado, para os departamentos de comunicação e marketing das empresas, pela via dos incentivos fiscais (GIL in: ALMEIDA et alii:213, p.249).

Gilberto Gil, ao avaliar a estrutura herdada, afirma que a atual gestão do MINC tinha três desafios:

> Primeiro, retomar nosso papel constitucional de órgão formulador e executor de uma política cultural para o país, o que vai exigir a deflagração de um **amplo processo participativo** capaz de subsidiar a construção dessa política. Segundo, fazer a **reforma administrativa e a nossa correspondente capacitação institucional para operar tal política**. Terceiro, obter os recursos financeiros indispensáveis à implementação desta política (GIL in: ALMEIDA et alii:2013, p.249).

Esses desafios estão colocados para toda a administração pública federal: a partir de 2003, em todos os ministérios e órgãos da administração pública são criadas várias instâncias de participação social ampliada, como fóruns, grupos de trabalho, comitês, comissões, colegiados, conferências, seminários, oficinas, encontros. No PCV, e em muitos programas da administração pública, estes espaços são denominados genericamente como *rede*.

O governo federal, através de diferentes ministérios e instituições vinculadas e das pioridades da agenda social, inicia parcerias, via convênios com entidades e instituições da sociedade civil para que elas possam desenvolver projetos de base comunitária e assumem como público e territórios prioritários segmentos populares em áreas de vulnerabilidade social, econômica, cultural, ambiental, nas periferias urbanas e zona rural. Da mesma forma, o Governo Federal investe fortemente em instituições e entidades de base comunitária, que já atuem nas comunidades e tenham seu trabalho reconhecido por elas. O Programa Cultura Viva nesse sentido se insere à tendência do Governo Federal e por sua abrangência e capilaridade radicaliza essa tendência. São criados grupos de trabalho para discussão da necessária reforma na legislação e instrumentos de repasse e prestação de contas, inadequados para dialogar com pequenas entidades.

Emir Sader, na Teia 2006, lembra que nas origens da democracia a participação social era inerente à vida na *polis* e dai vem a expressão *política* (SADER in BRASIL:2006a, p.55) e há um esforço conjunto do governo em organizar esses espaços de participação política. A reforma administrativa e a capacitação é uma estratégia para retomar o papel do MinC de formulador da política cultural no país e há vários concursos

públicos e parcerias com organismos internacionais a fim de ampliar e qualificar os recursos humanos.

Juca Ferreira (ALMEIDA et alii:2013, p.78), ao se referir à herança das gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso, afirma que o MinC era então fraco e atrofiado, sem instrumentos para formulação da política, sem recursos humanos ou financeiros necessários, desarticulado dos outros ministérios e a política cultural era arbitrária, de balcão, privilegiando uma clientela restrita. Essa posição, segundo ele, é coerente com a visão neoliberal porque não interessa uma sociedade inovadora e criativa, que produz ideias e processos contra-hegemônicos.

> No Brasil, as políticas culturais dos anos 90 e início de 2000 estiveram muito marcadas, conceitualmente, pela compreensão do Estado como financiador e regulador da cultura e, na prática, pela aceitação dos mecanismos do mercado. Isso se traduziu em ações de gestão pública de intermediação e aproximação de diferentes beneficiários da política, como os produtores culturais e os organismos privados. Nesse período, houve uma expansão no campo artístico e cultural, possível de ser identificada pelo crescimento de iniciativas em todos os ramos da criação e pela inserção de diferentes setores da produção cultural na lógica mercantil (como o patrimônio cultural, por exemplo). Isso facilitou o surgimento de nichos de mercado cultural e o desenvolvimento do *marketing* cultural, o que impulsionou, por sua vez, o patrocínio corporativo (VILUTIS:2009,p.56).

Deve-se no entanto considerar que a mudança da cultura política nas políticas públicas culturais é ainda um *desafio*. Um exemplo claro do tamanho deste desafio pode ser mensurado na constatação de que em 2005, Governo Lula, portanto, a Lei Rouanet bateu recorde de arredacadação, ficando em torno de R$ 718,9 milhões. A distribuição destes recursos é profundamente desigual: o Norte arrecadou R$ 4,5 milhões, o Nordeste R$ 52,2 milhões, o Centro-Oeste R$ 18,6 milhões, o Sul R$ 77,6 milhões e o Sudeste R$ 566 milhões (ESTEVAM in BRASIL:2006). Para ficar claro: mesmo no Governo Lula, a região Sudeste continua hegemônica e as empresas direcionam seus recursos massivamente para ela. No período de 2004 a 2006, por exemplo, os pontos de cultura receberam cerca de R$ 100 milhões e o Sudeste ficou com a maior parte dos recursos do programa, com exceção das Bolsas da Ação Griô que tem predominância do Nordeste. A distribuição dos recursos nos territórios será mostrada adiante em detalhes.

Para enfrentar esses desafios, as gestões dos Ministros Gil e Juca, enfatizaram uma visão *antropológica* de cultura, pois entendem que *tudo está impregnado de cultura*

(FERREIRA in BARROSO: 2010). Essa afirmação deve ser lida com cuidado, pois não se quer dizer que *qualquer coisa* é cultura, mas busca ampliar a compreensão do que seria próprio às políticas públicas desenvolvidas pelo MinC e se afastar do entendimento de que a cultura se interessaria somente pelas belas-artes ou se limitaria a atividades de lazer e recreação - ou interessaria à elite ou ao entretenimento -, tendo valor secundário e acessório.

> Em sentido antropológico, a cultura é uma dimensão da existência social, um conjunto dinâmico de todos os atos criativos de uma sociedade. Portanto, uma forma de estar no mundo, de forma criativa, considerando tradição e novidade como inseparáveis. Nesse sentido, a sociedade é uma fato de cultura, sem o qual não se criam instituições, não se negociam significados e diretrizes, não se travam conflitos. Mas também, e por essas razões, pode-se dizer que a cultura é sintoma da sociedade. Desigualmente distribuída e desigualmente valorizada em suas manifestações, indicia desigualdades sociais mais gerais – e as reproduz (BRASIL:2003c, p.63-4).

Juca Ferreira esclarece qual o entendimento de cultura prevalece no MinC:

> **Enxergamos cultura em toda a trama social**. A cultura humana é tudo que resulta da ação humana, de suas interferências sobre o mundo; é tudo que torna visível o pensamento do homem sobre si mesmo e sobre o ambiente que o cerca. Todas as nossas práticas sociais são diferentes formas de concretização da cultura de que fazemos parte. Se estamos assistindo um show de música popular para milhares de pessoas, a tendência natural é imaginar que somente os artistas e suas canções fazem parte da cultura. Mas a tecnologia que criou a aparelhagem de luz e de som também é cultura; as bebidas e lanches consumidos pelo público são produto da cultura; o sistema econômico de cobrança de ingressos e pagamento de cachês também é resultado de uma cultura; a tradição social do congraçamento coletivo em praça pública, igualmente é cultura; os meios de transporte usados pela equipe, a rede elétrica que alimenta o palco, o palco e a engenharia de sua estrutura; tudo isso faz de um simples show o produto de um tecido intrincado de diferentes culturas superpostas, que convivem invisivelmente na mesma sociedade.
> Cultivar é ordenar e sistematizar um conhecimento, nascido de um conjunto de valores, transformando-o em uma ou mais práticas. Não se pode ter dúvida que o desenvolvimento de uma sociedade humana é a tradução mais corriqueira de um processo civilizatório mais amplo. **Projetar o desenvolvimento de uma sociedade é, em última instância, idealizar um modelo de civilização** (FERREIRA in BARROSO: 2010, p. 265-278, grifo meu).

Gilberto Gil, em seu discurso de posse[75], coerente com essa visão, percebe que "*formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura*" (GIL in: ALMEIDA et alii:2013, p.231):

---

[75] Para ler a íntegra, acesse aqui: http://www2.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/, acesso em 13/10/2013. O discurso de Gil mostra a proposta política do MINC.

> No sentido de que **toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo**, num determinado momento de sua existência. No sentido de que **toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura deste mesmo povo**. Mas, também, no sentido de que **é preciso intervir**. Não segundo a cartilha do **velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar**. Para fazer uma espécie de **do-in antropológico**, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atiçar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora deste jogo, dessa dialética permanente entre **tradição e a invenção**, numa **encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta** (GIL in ALMEIDA et alii:2013, p.23; BRASIL: 2010b, grifo meu).

Essa ideia é retomada por Gil em vários discursos que sedimentam um novo léxico para descrever as políticas culturais:

> Gostaria de retomar uma de minhas primeiras falas como ministro, quando disse que o MinC seria o **espaço da experimentação** de rumos novos, o **território da criatividade popular e das linguagens inovadoras**, o **palco de disponibilidade para a aventura e a ousadia**. Disse também que **novas e velhas tradições**, **signos locais e globais**, linguagens de todos os cantos são bem-vindos a este **curto-circuito antropológico**. A cultura deve ser pensada neste jogo, nessa dialética permanente entre **tradição e invenção**, nos **cruzamentos entre matrizes muitas vezes milenares e tecnologias de ponta**, nas três dimensões básicas de sua existência: **a dimensão simbólica, a dimensão de cidadania e inclusão, e a dimensão econômica** (GIL in BRASIL:2009a, p.12, grifo meu).

Nesse espírito, o foco da gestão do MinC foi, nas palavras de Juca Ferreira, redimensionar e ampliar a compreensão de cultura que orientava as políticas do Ministério até então.

> Passamos a operar a cultura em seu sentido antropológico. Eliminamos as caixinhas que o restringiam ao mundo das artes e da literatura. Redesenhamos a sua estrutura institucional para uma atuação mais ampla em todos os sentidos. Sabíamos que tínhamos que ativar todo o corpo cultural brasileiro. Ficou famosa a frase do Ministro Gil, que relacionava esta ação a um *do-in* antropológico. Aquela frase deixava evidente que não poderíamos administrar o Ministério da Cultura sem democratizar, sem federalizar e sem interiorizar as suas ações. Precisávamos desconcentrar a nossa política cultural, trazer para o seu raio de ação expressões culturais até então sem acesso ao apoio do Estado (FERREIRA in BARROSO: 2010,p. 265-278).

Da ideia da centralidade da cultura na vida política e social, Gilberto Gil e Juca Ferreira estabeleceram um *novo discurso que é uma poética afirmativa* sobre o *novo* papel e a importância da cultura no país e este projeto disputa com outras visões a orientação da política até então. Juca Ferreira, em 2008, declara:

> **Refundamos**[76] o Ministério da Cultura como **aliado da sociedade** criando condições para que a Cultura **se faça, se recrie e se apresente no centro da agenda do Pode**r com **novos marcos regulatórios** e ações que eliminem os guetos, reúnam aldeias e praças céu e chão, gramados e carpetes, água e terra, rompam paredes para viver em redes (FERREIRA in FONTELES: 2010, p.17, grifo meu).

Almeida et alii (2013) consideram que eles produzem *cultura pela palavra*, ou seja, ao propor o conceito *antropológico*[77] de cultura, preconizado pela Constituição

---

[76] Segundo Vilutis (2009,p.60-61): Em 2003, no início da gestão do Governo Lula, o Ministério da Cultura (MinC) estava organizado em uma Secretaria Executiva e cinco Secretarias finalísticas divididas por setores culturais: Secretaria do Livro e Leitura; Secretaria do Patrimônio; Secretaria de Museus e Artes Plásticas; Secretaria de Música e Artes Cênicas e Secretaria do Audiovisual, além de suas quatro instituições vinculadas: a Fundação Biblioteca Nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Nacional de Artes (Funarte). A *reestruturação interna do MinC,* com vistas à reformulação do perfil executivo do Ministério em um órgão de planejamento e elaboração de políticas culturais, também representou necessidades a serem executadas no início da gestão. (...) A nova estrutura regimental aprovada nesse Decreto manteve as instituições vinculadas e a Secretaria Executiva, passando a contar com um conjunto de seis secretarias ligadas ao Gabinete do Ministro: a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria do Audiovisual, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, a Secretaria de Articulação Institucional e a Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura. Como órgãos colegiados, o MinC conta com o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). A atual estrutura do Ministério é composta ainda por seis instituições vinculadas, divididas em autarquias e fundações, organizadas de acordo com setores específicos da cultura. Além das instituições vinculadas já existentes no início da gestão, foram acrescidas outras duas: a Agência Nacional do Cinema (Ancine) e a Fundação Cultural Palmares. É visível identificar que essa reorganização interna da estrutura do Ministério seguiu uma orientação diferenciada em relação ao papel do Estado na cultura. As secretarias deixaram de ser organizadas setorialmente, de acordo com as demandas específicas dos projetos e das linguagens artísticas (artes plásticas, artes cênicas, audiovisual, livro etc.), e passaram a constituir uma atuação programática, mais estratégica em termos da intencionalidade política, articulando, muitas vezes, diferentes linguagens artísticas e expressões culturais em um projeto.No primeiro ano de gestão também foi diagnosticada a necessidade de ampliar a equipe técnica do MinC, redefinir os papéis dos gestores e agentes públicos de cultura e aperfeiçoar os instrumentos institucionais e administrativos do Ministério.

[77] Cito Domingues (2008,p.123-4): "Este escopo epistemológico é marcado por mudanças radicais em determinados conceitos e categorias que vão fornecer as condições aos Estados-nação para ajustar algumas mudanças sociais que incidirão sobre a apropriação de questões populares como fundamentos para esta política cultura e da "face cultural do desenvolvimento". A primeira mudança é do próprio sentido da cultura e da diversidade cultural, discutida no plano internacional, nas convenções e Conferências Intergovernamentais da UNESCO, a partir da década de 70 e 80, quando se dá início à antropologia social e à antropologia política, sob um novo princípio epistemológico onde cada cultura é vista como singularidade, uma individualidade própria, dotada de uma estrutura específica, representando um conjunto de valores únicos e insubstituíveis (CHAUI, 2006). Apontará, portanto, para a diferença estrutural entre comunidades (estas colocadas em relações sociais concretas, efetivadas) e sociedades (essencialmente fragmentadas). Indica também para uma nova lógica política, que dirá que cada povo e cada grupo deve nutrir-se de seu passado e acolher as formas externas compatíveis com suas idiossincrasias, de maneira a perseguir seu próprio processo de criação cultural (UNESCO, 1982). Incorpora novos atores aos processos de construção das políticas culturais das nações para a materialização das condições de produção da diversidade cultural.

A segunda mudança é a atualização do papel das indústrias culturais e das novas tecnologias de produção no processo de desenvolvimento. Enquanto que o pensamento crítico, na concepção de Adorno e Horkheimer (1997), concebia a indústria cultural como uma interferência da técnica (ou da reprodução, da serialização) na realização de uma cultura pura, original, a concepção atual vai tentar perceber como se concebem, selecionam, configuram, financiam, fabricam, distribuem, promovem e consomem os produtos culturais; ou seja, a influência efetiva das indústrias culturais nos processo de reprodução da vida social e material. O que foi visto é que o mercado cultural não consegue alcançar a diversidade que é própria da dinâmica cultural (já que a atividade industrial não acompanha necessariamente as regras próprias da cultura), e isto se revela um evidente perigo à realização da pluralidade cultural. A mudança fundamental é o entendimento que as indústrias culturais

Federal de 1988[78], refletem sobre as grandes questões que a cultura vista deste modo demanda, ao se posicionar criticamente sobre os mecanismos de financiamento e se propor modificá-los, ao contemplar novos territórios e novas subjetividades, ao nomear e reconhecer a diversidade, ao dialogar com as novas tecnologias, ao reconhecer o direito ao acesso à cultura e propor um novo olhar sobre o direito autoral, eles mesmos estavam produzindo uma *nova política cultural* para o país (cfe. FERREIRA in: BRASIL:2010b). A opção política por um conceito antropológico de cultura amplia a rede de beneficiários da política cultural, mas o MinC disponibiliza ainda recursos - via incentivo fiscal, principalmente -, com grupos culturais identificados com à alta cultura, às belas letras e belas artes.

> Parte dos recursos foi direcionada a ações de inclusão e partiram de um conceito antropológico, dialogaram com possibilidades da diversidade cultural. Outra parte continuou a nutrir redes experimentais, seja com recursos do orçamento ou dos incentivos fiscais. **Ambas as políticas – via recursos orçamentários ou incentivos fiscais – têm problemas referentes à equidade e à cobertura.** Ambas têm problemas referentes a sequenciamentos políticos – elaboração, formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação. **Do ponto de vista sociológico, a escolha política de um conceito "etnográfico" gerou uma cisão na visão de mundo: de um lado os mercados e os inseridos nos mercados, de outro, os não integrados, os grupos das culturas populares** que deveriam ser incluídos pela atuação intensiva do Estado. **Nada menos antropológico do que imaginar que a arte, os produtos da indústria, os bens, os serviços e objetos não fazem parte do cotidiano. Nada menos antropológico que supor que as culturas populares tradicionais não dialogam nem usam recursos do seu entorno – linguagens da cultura erudita, referências simbólicas das indústrias culturais, da cultura *pop*,** nos usos de dispositivos tecnológicos etc. (BARBOSA DA SILVA:2011,p.21-22, grifo meu).

---

também devem ser consideradas como um direito, orientando-se segundo as demandas reais que cada da sociedade tem, estando disponíveis às classes populares, e sejam configuradas por estas classes, como forma de promover seu próprio desenvolvimento econômico e social. A terceira mudança é a nova pauta de atuação dos Bancos de desenvolvimento multilateral (especialmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento), que entenderá a ação cultural como ferramenta de inserção social e diminuição dos níveis de desigualdade social. Esta talvez seja a face mais controversa deste processo, também assimilada pela gestão de Gil em alguma medida. Todo o investimento nos processos de ação cultural destas agências é feito tendo em vista que as ações beneficiem as localidades no sentido de promover processos de pacificação ou diminuição dos conflitos sociais, para garantir investimentos posteriores. Domenech (2007) indica esta como uma forma de humanizar o liberalismo e as contradições das políticas neoliberais e guarda os limites das políticas de inserção (CASTEL, 1997, 1998)".

[78] Como exemplo, cito: (...) as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico- culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [e se obriga a proteger] (...) as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988: Art. 216).

O MinC, no período de 2003 a 2010, a partir das proposições dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira buscam desenvolver programas que enfatizem a *democracia*[79], *o direito e a diversidade cultural*. A democracia cultural se opõe à ideia de democratização cultural, entendida como um processo de popularização do acesso às artes eruditas. A democracia cultural "*não discute somente a questão da ampliação de público, mas principalmente quem controla os mecanismos de produção cultural"* (COELHO:2012, p.163). Já os direitos culturais são um desdobramento dos Direitos Humanos, que implicam, "*basicamente, no direito à fruição da vida e produtos culturais, de usufruir dos benefícios do progresso da ciência e da técnica e o direito autoral"* (op.cit: p.172). A diversidade é um valor estrutural para o MinC: "*a diversidade refletida em política pública republicana com a estética do* ***caldeirão*** *brasileiro em permanente fervura de trocas e* ***reinvenções"*** (FERREIRA in FONTELES: 2010, p.17, grifo meu).

A democracia, o direito e a diversidade são as apostas do MinC para criar uma alternativa à política cultural exercida nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e seus antecessores[80], como pode-se perceber na declaração de Juca Ferreira:

> Deslocando o MinC da posição marginal a que foi relegado em governos anteriores e ao colocar em prática a robusta – e necessariamente transversal - ação de inclusão social ora em curso, o Governo Lula optou por reconhecer a centralidade da cultura no impulso de um desenvolvimento sustentável e, em especial, a importância da cultura. Ao tomar posse, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, anunciou que haveria – como, de fato, houve – genuína transformação e ampliação do conceito de cultura nas ações de fomento e reconhecimento do Estado brasileiro. O intenso processo de redemocratização do País exigiu o abandono de histórica visão elitizada e concentradora. Visão que desembocava numa política cultural voltada para manifestações consagradas - atividades de pequena parcela da população. Ao formular programas inéditos, como o Cultura Viva, passou-se a incluir a diversidade cultural brasileira no escopo das ações de fomento, incluindo o complexo índio e o negro-mestiço e envolvendo todas as linguagens e formações (FERREIRA in: BRASIL:2004,p.10-11).

Sobre a importância da diversidade cultural para o MinC, Juca Ferreira afirma:

> Precisávamos ir ao encontro da diversidade cultural brasileira, enfim. Sabíamos que **toda forma de cultura vale a pena**. Estamos convencidos de que nossa grande contribuição para um mundo globalizado é a nossa diversidade cultural.

---

[79] LACERDA (2010) faz um estudo no qual recupera parte do histórico dos paradigmas da *democratização e democracia cultural*, mostrando como eles operaram no Ministério de Cultura da França nas décadas de 1950 e 1970, respectivamente. Ela também associa as políticas desenvolvidas pelo MinC a partir de 2003 com a **democracia cultural**. A referência deste artigo encontra-se na bibliografia ao final desta tese.

[80] Sobre a gestão da política cultura no governo FHC e antecessores sugiro a leitura de RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. Salvador:EdUFBA, 2007.

> Ativo econômico de valor incalculável. Aliás, **nossa singularidade é mesmo nossa pluralidade**. Demonstração de interação de muitas culturas (FERREIRA in: ALMEIDA et alii:2013, p.76, grifo meu).

O discurso da *diversidade*, assim como o do *direito e da democracia cultural*, sinalizam que essas categorias necessitam ser apropriadas pelo conjunto da sociedade brasileira: é o que falta, uma ausência. Existe reconhecimento, por parte do Estado e de grupos específicos, da diversidade como um valor, vários segmentos lutam pelo direito à diferença, mas a visão hegemônica ainda valoriza o branco em detrimento do indígena, negro ou povos tradicionais, a questão de gênero e de opção sexual apontam para o machismo e o homofobia, o nosso famoso sincretismo disputa com o fundamentalismo de alguns segmentos religiosos mais tradicionais, em particular os evangélicos. Da mesma forma, o controle da produção e do acesso cultural ainda se mantém restrito aos mesmos territórios e subjetividades.

O discurso da diversidade que predomina no MinC muitas vezes é minado em outras esferas do governo e no Congresso Nacional. A coligação partidária que permitiu vencer as eleições, fragmenta o Estado e não é incomum pautas totalmente divergentes e excludentes serem defendidas simultanemente no governo, em diferentes ministérios. Este aspecto *esquizofrênico* da política mostra que a disputa de valores se dá entre as diferentes posições-sujeito do governo, se estende também aos estados e municípios e polariza parte da sociedade. O MinC inicia uma disputa por valores e por espaços de argumentação que dará possibilidade a abertura para a polifonia na política e isso explica, ao menos parcialmente, porque as conquistas serão tão celebradas em textos-manifestos, em imagens visuais e textuais que mostram que nessa gestão o espaço de argumentação e, portanto, o poder está direcionado para grupos e territórios marcados pela exclusão: pobres, jovens, periferia, rural, negros, índios, povos e comunidades tradicionais, LGBT.

O Ministro Gilberto Gil (GIL in ALMEIDA et alii:2013, p.23) pauta a diversidade também para a *gestão* onde o espaço público é a arena em que se constrói a agenda de governo. Os limites da esfera pública são mais fluidos, se deslocam muito rapidamente porque os sujeitos são muitos e diversos, ocupam várias posições argumentativas na cena política. Segundo ele, a cultura hoje é dada pelo "*conjunto de subjetividades em movimento"* (p.144). A ousadia de suas formulações inicia uma narrativa da qual

rapidamente o Cultura Viva vai se apropriar e, a partir dela, criar suas próprias referências.

A abordagem do MinC nessas questões busca fortalecer as políticas culturais em três dimensões: *a simbólica, a cidadã e a econômica*.

> Inicialmente, a cultura em sua *dimensão simbólica*. A arte e a cultura intimamente conectadas com a interpretação que fazemos do mundo. Afinal, é no campo da cultura que se qualificam as relações sociais. É ela quem "dá liga" à cidadania. É através dela que nos identificamos como partes de uma mesma nação. (...)
> Depois, a *dimensão cidadã*. A cultura como fator de inserção social, como um direito fundamental, como uma necessidade humana básica, essencial, tão importante quanto a alimentação, a moradia, a educação e a saúde. Algo sem o qual o ser humano não se realiza.
> E, por fim, a cultura como matéria prima de um dos processos mais dinâmicos da economia, sua *dimensão econômica*, algo em franca expansão em todo o planeta e já, hoje em dia, responsável por uma parcela considerável de nosso PIB, superando em muito vários setores tradicionalmente dinâmicos do mundo dos negócios (FERREIRA in BARROSO: 2010,p. 265-278; BRASIL:2010b).

Vilutis (2011), sustenta que os *pontos de cultura* igualmente articulam as três dimensões da cultura - simbólica, cidadã e econômica - *"ao conectar múltiplas representações do sentir, do fazer, do saber e do pensar com o tecido social e produtivo de comunidades"* (p.05) e que induzem ações de fomento e inclusão produtiva, mesmo não havendo, por parte do MinC, uma política específica para estas ações.

> Numa perspectiva cidadã, essa ação cultural contribui para ampliar o espaço público da cultura e fomentar o exercício do direito à cultura em diversos contextos e junto a populações variadas. Além de ampliar a infra-estrutura cultural do país, os pontos de cultura constituídos enquanto empreendimentos econômicos e solidários integram redes, sistemas e arranjos produtivos no setor cultural (VILUTIS:2001, p.05).

Segundo esta autora, a dimensão cidadã da cultura foi pensada dentro da perspectiva de superação da exclusão social, eliminação das desigualdades e discriminações, a partir do reforço da autoestima e da apropriação do sentimento de pertencimento junto a comunidades. Aspectos relacionados à produção, ao consumo, à distribuição e ao emprego do setor cultural compuseram os discursos do MinC a respeito da dimensão econômica da cultura.

O MinC, seguindo esta tendência, buscou se posicionar de modo a priorizar segmentos até então secundários ou mesmo irrelevantes para a política. O PCV é uma resposta ao desejo do Ministro Gilberto Gil em desenvolver políticas públicas para as periferias e o interior do Brasil. Predecessor do PCV, o projeto das Bases de Apoio à

Cultura (BAC), previa um investimento inicial na construção de equipamentos culturais, enquanto o Cultura Viva privilegia equipamentos culturais já existentes. Ambos visavam incentivar o direito e o acesso à cultura em regiões periféricas e no interior do país. O projeto das BACs - Refavela - seria um vasto programa de apoio às iniciativas culturais de comunidades de periferia e do interior do país com a construção inicial de 50 BACs. Gil, em 2003, ao falar do Refavela, aponta as diretrizes do que virá a ser o desenho do Programa Cultura Viva:

> É um projeto que irá ao encontro da criatividade popular não apenas levar apoio institucional e técnico, oferecendo aos grupos locais condições reais de expressão, desenvolvimento dos talentos e métodos modernos de comunicação, mas sobretudo **a troca de informações e experiências que permitirão livrá-los do anonimato e dos guetos a que estão confinados** (GIL in: ALMEIDA et alii:2013, p. 255, grifo meu).

A ideia inicial do MinC era desenvolver "*a construção de equipamentos culturais pré-moldados, em periferias de grandes cidades e favelas, as BACs "* (TURINO: 2009, p. 80). Turino propõe deslocar os recursos da construção de novos equipamentos para o apoio à estruturas pré-existentes:

> Antes de oferecer **estruturas estáticas, buscamos fortalecer o fluxo, o pulsante, a vida**. Deixamos de lado **as ideias de estruturas pré-moldadas e formas prontas** que, apesar de vistosas (e caras) **só resultam na adaptação da realidade às estruturas artificiais**. Nosso caminho foi o inverso, **a estrutura é que tem que se adaptar à vida**, olhamos para o fluxo da vida, por isso potencializar o que já existe (TURINO in BRASIL:2006, grifo meu).

Há uma *narrativa alternativa*, também produzida no âmbito do discurso institucional, que indica que mesmo *estruturas estáticas* podem ser ressignificadas e *adaptadas à vida*, se houver motivação. Esta narrativa objetiva contar como a Cultura Digital chega ao MinC - em 2003 -, mas dá também elementos novos à discussão sobre as BACs.

> De uma maneira informal, **a sociedade civil apropriou-se do projeto das BACs e o reescreveu**. A princípio, o objetivo das BACs era muito mais voltado à divulgação cultural: "levar cultura para a periferia". **A atuação dos articuladores inverteu essa lógica: cada ponta seria um elo produtor de cultura e mídia, em vez de mera audiência**. Todo esse processo de reestruturação aconteceu sem um planejamento central. **Nem mesmo havia critérios ou autoridades definindo quem eram as pessoas que poderiam participar.** A lista de discussão e o wiki possibilitaram que qualquer pessoa que ouvisse sobre o projeto pudesse entrar e participar. O grupo tornou-se uma mistura de pessoas que pouco ou nunca se encontravam pessoalmente, e mesmo nessa dinâmica caótica a produção era intensa, baseada em princípios

> de igualdade de voz e ampla liberdade de opinião. Muitas pessoas que fizeram parte desse grupo já tinham um histórico em outros movimentos, coletivos e projetos relacionados a mídia, arte, tecnologia e afins. Nesse sentido, a idéia de um ciclo aberto e continuado de inovação coletiva não criava tanto conflito. (...) **Todo o trabalho no wiki e na lista, após algum tempo, gerou duas grandes propostas chamadas BACs (as Bases de Apoio à Cultura em si) e BIC (Brasil, Índia, China). As BACs seriam grandes centros de produção, distribuição e exibição de conhecimento livre e formação de teóricos dentro de uma uma perspectiva de produção que era coletiva e horizontal. BIC era a estratégia para integrar tecnologia e produção numa cooperação sul-sul, tentando criar uma aproximação entre economias emergentes como uma tentativa de consolidar uma nova ordem contra o modelo de info-política estabelecida.** Ironicamente, esses projetos seriam sustentados pelo governo de um país conhecido por sua corrupção e ineficiência endêmicas. (...) Ao contrário do que se possa imaginar, esses projetos nunca chegaram a ser executados. **Os projetos chegaram a ser enviados ao Ministério, mas os políticos por trás das decisões simplesmente ignoraram o resultado de todo aquele trabalho coletivo.** (...) Mas toda aquela energia que resultou nos projetos das BACs e BIC continuava no ar. As pessoas que ajudaram a construir a idéia queriam vê-la executada. **Logo, outro projeto tomou o lugar do projeto das BACs dentro do Ministério da Cultura.** Uma nova idéia, pela qual se poderia alcançar todos os cantos longínquos do país. Uma rede descentralizada de produtores culturais intercambiando experiências sobre os mais diversos contextos culturais do Brasil. Esse novo projeto foi denominado Pontos de Cultura (em alusão ao "do-in antropológico" que Gil defendia) e, dessa vez, os políticos por trás da proposta entraram em contato com as pessoas que haviam trabalhado nos projetos das BACs (BRASIL:2009a, p.22-3, grifo meu).

Na perspectiva discursiva, o sujeito não tem acesso ao real (ou a verdade), há narrativas de diferentes posições-sujeito que disputam *versões* e uma prevalece e vira história. A versão que prevalece, assim o faz não por ser mais verdadeira ou melhor, mas simplesmente porque tem *mais poder político e simbólico para se sobrepor às outras versões*. No caso, desde 2004 se enaltece a originalidade da proposta do PCV em que *"se inverte o fluxo dos investimentos de equipamentos estatais para equipamentos culturais comunitários"*, a *"lógica da vida se contrapõe à lógica da parede morta"*. Na sua narrativa, Turino, ao referir-se às BACs enfatiza sua característica de *"parede morta"* (op.cit), a narrativa apresentada no **Compêndio da Cultura Digital**, sugere que as BACs no encontro com o grupo de articuladores foram totalmente ressignificadas pois o grupo *"reescreveu"* o projeto e *"inverteu sua lógica"*.

Não obstante as BACs terem sido *hackeadas* e ressignificadas pela cultura digital, os problemas de gestão e questionamentos inviabilizaram sua execução:

> Se, por um lado, **o programa Refavela era aguardado com muito entusiasmo nos locais em que se projetava a construção dessas Casas de Cultura**, por outro, **a proposta de construção das BACs foi duramente**

> **criticada no meio político e artístico-cultural do país**. O maior questionamento se assentava na perspectiva de que a construção de centros culturais e casas de cultura, com as BACs, era muito onerosa e não garantia o estímulo às iniciativas artísticas e culturais das comunidades. **A manutenção de programas como esse também foi questionada, uma vez que eles dependem de parcerias entre as diferentes esferas governamentais e ficam atrelados às vontades políticas, correndo riscos de descontinuidade.** Além das construções das BACs, era preciso calcular os custos de manutenção de suas iniciativas, como água, luz, impostos e pessoal, o que também representava outro aspecto dificultador da implementação de programas como esse, cuja gestão e planejamento são organizados de forma descentralizada. **Em geral, as comunidades das localidades em que o programa seria implementado não dispunham de recursos que viabilizassem a manutenção de espaços e iniciativas como essa e teriam que buscar fontes de financiamento para poder manter suas atividades. Esse foi um argumento que ganhou força, inclusive dentro do próprio Ministério, dando sustentação à alteração de sua proposta. O programa Refavela não chegou a ser implementado e as BACs foram derrubadas antes mesmo de serem erguidas** (VILUTIS:2009, p.81, grifo meu).

Neste contexto, o MinC adere à proposta dos pontos de cultura e o novo programa se insere no fluxo narrativo que o Ministro Gilberto Gil constrói:

> Nos primeiros dias de gestão, definimos que a ação do MinC se daria a partir de um conceito com três dimensões articuladas: cultura como **usina de símbolos**, cultura como **direito e cidadania**, cultura como **economia**. Este programa se inclui na primeira e na terceira dimensões, mas diz respeito sobretudo à segunda. Os Pontos de Cultura são **intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural**, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local.
> Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a "pesca" que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotões e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indigência, não há descaso ou violência que as façam calar (GIL in: BRASIL:2005a, p.08, grifo meu).

Pode-se entender que a proposta do Cultura Viva tem pronta aceitação por parte do MinC porque ela veio ao encontro do desenho de gestão que o ministério implementou em termos de política pública. O PCV segue a tendência das políticas culturais do Governo Lula que dá espaço para que as reinvindicações dos movimentos sociais e da sociedade civil pautem a agenda social do governo federal. Assim, pode-se entender que é uma *posição de governo* que permite a criação de uma agenda de direito e cidadania que inclua a diversidade cultural e é neste contexto que o PCV se concretiza - porque existem as condições políticas para tal agenda afirmativa. Abreu e Silva (2012: p.8)

demonstram que no governo Lula uma visão de mundo se destacou: aquela que enfatiza a descentralização, com ênfase no local, gestão setorial da cultura, equidade regional.

O PCV concentra boa parte das energias e recursos do MinC porque se insere nesse fluxo histórico, é uma *narrativa* que vai ao encontro daquilo que está sendo dito e repetido em toda a esfera governamental. Como bem diz Pêcheux, os sujeitos sociais só dizem aquilo que *pode* e *deve* ser dito, a partir de uma conjuntura social e ideológica. Esse é o discurso que tem adesão tanto do governo quanto da sociedade civil porque é o discurso *possível* na atual conjuntura.

3 CULTURA VIVA, PROGRAMA NACIONAL DE ARTE, EDUCAÇÃO, CIDADANIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

> O Programa Cultura Viva está na vanguarda das políticas públicas do Estado, ao reconhecer na sociedade e nas diversas expressões regionais e estéticas, a força necessária para revelar os "brasis" ocultos ou excluídos.
>
> **Gilberto Gil - Teia, 2006**
>
> É preciso desesconder o Brasil oculto, retirar o véu da indiferença e da exclusão desses brasileiros que, embora tenham trabalhado e comprovado talento durante toda a sua vida, ainda não são reconhecidos pela mídia, indústrias e sistemas culturais. O programa traz para a estrutura do Estado a sociedade de invenção e criação em uma construção coletiva de políticas públicas que permeia todas as ações do Ministério da Cultura.
> Juntas, essas pessoas fortalecem a identidade com uma pluralidade sem igual, nascida em meio à riqueza artística e imaginativa das matrizes que deram origem à nação brasileira. Esse país rico em processo mestiço de trocas sempre permitiu a fluência no diálogo entre a arte popular e a erudita em permanente mutação.
> **Presidente Luis Inácio Lula da Silva**

A publicação **Cultura Viva, Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**[81] (BRASIL:2005a) divulga além da *teoria do programa*, os

[81] Para acessar a publicação: http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-

conceitos e diretrizes, explica como a política irá funcionar, quais são as ações serão desenvolvidas, como se pensa o acompanhamento e a avaliação, contém os textos dos primeiros editais e a lista de pontos até então conveniados. Considero essa publicação o texto que contém o *discurso fundador do PCV* porque sinaliza no plano discursivo a ruptura que o MinC, na gestão do Ministro Gilberto Gil do Governo Lula, propõe realizar com uma visão que até então era hegemônica e que orientava os investimentos e as políticas públicas culturais estatais. A Análise do Discurso caracteriza o discurso fundador como aquele que organiza espaços de identidade histórica, constitui uma memória que passa a ser institucional e legítima.

Nessa publicação são apresentados os conceitos estruturantes do Programa: *pontos, pontões de cultura, autonomia, protagonismo, empoderamento, gestão cultural compartilhada e transformadora e rede* e as ideias-forças que irão mobilizar o imaginário sobre o Cultura Viva: *diálogo entre o popular e o erudito*[82]*, mestiçagem, intervenções agudas nas profundezas do Brasil, mobilização e encantamento social, do-in antropológico, tradição e invenção*[83]*, desescondendo o Brasil profundo, gestão compartilhada e transformadora, empoderamento, autonomia, protagonismo, tradição, memória e ruptura*[84]. Essas ideias-forças são construídas a partir de contrastes e dicotomias, aspectos tradicionalmente separados que a política reúne e formarão a *memória discursiva* do Programa e enfatizarão sua *função simbólica*. O *discurso fundador* mostra o trabalho da construção da *memória discursiva* do Cultura Viva e, a partir dai, o que pode ou não ser dito em relação ao programa.

Em contexto de ampliação e interiorização das ações culturais do MinC não é difícil entender a importância que assume o Programa Cultura Viva[85], instituído pela Portaria no. 156 de 06 de julho de 2004 e desenvolvido pela atual Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural[86], desde 2004, pois, nas palavras de Juca Ferreira desde o início da

---

content/uploads/2010/11/Catálogo_-Cultura_-Viva-2005.pdf.

82 Fala do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

83 Fala do Ministro Gilberto Gil.

84 Fala do Secretário Célio Turino.

85 Vilutis (2009) e Mattos (2010) em suas dissertações de mestrado apresentam interessante histórico do PCV. Sugerimos a leitura: MATTOS, Fabrício Santos de. **Os traços da rede: Pontos de cultura e usos da cultura na Amazônia contemporânea.** Fortaleza: UFCE, 2010 e VILUTIS, Luana. **Cultura e juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura.** SP: USP, 2009.

86 O Decreto 7743, de 01/06/2012, criou a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - SDCD ao unir a Secretaria de Cidadania Cultural - SCC e a Secretaria da Identidade e Diversidade - SID e neste estudo vamos

gestão era necessário "*reconhecer uma tecnologia social desenvolvida pelo povo brasileiro, para, por meio da cultura, enfrentar a miséria, o abandono, a ausência do Estado, a violência"* (FRREIRA in ALMEIDA et alii: 2013, p.215). Juca Ferreira propõe "*a consciência crítica em processo, que não se aliena do seu tempo histórico e que faz do popular não um ícone isolado, mas um núcleo nervoso de trocas e absorções de novos suportes, linguagens e narrativas"* (FERREIRA in FONTELES:2010, p.17).

O PCV nasce com um desafio de fazer a tradução intercultural entre os vários brasis que não se (re)conhecem:

> O programa Cultura Viva traz, implícito, um movimento estratégico de interação e repactuação social e política. O programa promove e possibilita, em larga escala, o encontro entre a população de baixa renda e outra parcela que, acuada pela insegurança, filha da enorme desigualdade social, tem hoje mais acesso à Universidade, a serviços e bens culturais. Por meio de oficinas e outros meios, será possível restabelecer parte do que foi rompido, projetando um Brasil que não seja integrado apenas pela circulação - ainda que precária e não universal - de mercadorias, mas também pela circulação de valores, produções simbólicas e diálogo, acentuando o trânsito da cultura popular nos mercados de massa e o diálogo criativo entre a cultura local e a estrangeira. Uma redistribuição que também seja filha de efetiva interação, permeada de trocas reais e afetivas entre os brasileiros. O Cultura Viva pavimenta o caminho de reaproximação e repactuação entre os vários Brasis (FERREIRA in: BRASIL: 2005a,p.11).

O Cultura Viva concretizou o desejo do Ministro Gil em tornar o MinC "*o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço para a disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção"* (GIL in: ALMEIDA et alii:2013, p.234, grifo meu). O PCV tem o objetivo de "*promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade"* (BRASIL:2005a, p.47).

> O programa é de fato fonte da **reinvenção de antigas ideias que foram retemperadas, reagrupadas, experimentadas com novas fórmulas administrativas** – programas explicitamente voltados para as culturas populares e grupos não hegemônicos do campo artístico e cultural, a exemplo do que ora analisamos – e facilitadas por fatos e circunstâncias históricas já mencionadas – eleição de Lula, presidente situado no imaginário político à esquerda; gestão de Gilberto Gil, artista tropicalista que se mantém como ícone na música brasileira; e chegada ao Estado de uma coalizão política que inclui,

---

sempre grafar Secretaria ou SCDC, mesmo sabendo que, desde 2004, a Secretaria teve, respectivamente, a denominação: Secretaria de Programas e Projetos Culturais - SPPC, Secretaria de Cidadania Cultural - SCC e, desde 2012, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - SCDC.

> além do Partido dos Trabalhadores, o Partido Verde, o Partido Comunista do Brasil etc., ou seja, que ressignifica o espaço da política brasileira, tradicionalmente elitista.
> Entretanto, **os significados políticos e ideológicos dessa coalizão não são simples, são heterogêneos e convivem misturados a diferentes posições políticas. As alternativas que se abriram não convergem nem tática, nem estrategicamente** (BARBOSA DA SILVA:2011, p.55, grifo meu).

Gilberto Gil, em 2004, diz que é um programa flexível, que se *molda à realidade, em vez de moldar a realidade*.

> Um programa que será não o que o governante pensa que é certo ou adequado, mas o que o cidadão deseja e consegue tocar adiante. Nada grandioso, certamente. Mas sua multiplicação integrada (...) deve produzir uma revolução silenciosa no país, invertendo o fluxo dos processos históricos. Agora será da periferia à periferia, depois ao centro (GIL in BRASIL:2005a e BRASIL:2010b, p.37).

O Programa *"estimulará a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural"* (BRASIL:2005a, p.47).

> A *ideia-força* do Programa Cultura Viva aparentemente é singela: o Estado em vez de criar ou fomentar novos grupos culturais, sustentando projetos pontuais e que acabam junto com o governo, simplesmente reconhece e fortalece a experiência estética e artística produzida por grupos sociais historicamente excluídos do circuito cultural, tornado-a credível. Essa idéia, simples na formulação mas com uma potência criativa ainda a ser mensurada, propõe deslocamentos consideráveis na compreensão do papel do Estado junto à sociedade, porque entende que Estado e sociedade podem, em certa medida e dentro de um contexto acordado, manter relação de co-gestão e responsabilidade compartilhada de uma política pública (LABREA; RANGEL: 2009, p.15).

Estes grupos, com a chancela e o reconhecimento do Estado, tornam-se pontos de cultura e ganham recursos para que, teoricamente, façam aquilo que já faziam, agora com escala, novos equipamentos e uma certa estabilidade. Essas atividades são muito diversas e representam impacto diferenciado na instituição. Há casos em que o projeto do ponto de cultura é central na organização e constitui sua principal – às vezes, única – ação e fonte de financiamento, enquanto há casos em que o ponto de cultura é mais um projeto entre um conjunto de ações, programas e projetos institucionais (BARBOSA DA SILVA:2011, p.29). A ideia do Programa Cultura Viva é estimular iniciativas culturais já existentes: *o Ponto já é* (BRASIL:2005a, p.32).

Turino, no livro **Ponto de Cultura; o Brasil de baixo para cima** (2009) conta uma história do programa no período em que ele foi secretário, explica que quando o ponto de cultura é conveniado, esse reconhecimento cria "*novas legitimidades"* e desencadeia um processo (local) de "*articulação de rede e empoderamento social"* (p.43). Para ele, o ponto de cultura desencadeia vários processos: "*respeito e valorização das pessoas da própria comunidade, novas formas de pactuação com o Estado e a sociedade, fortalecimento da autonomia, conexão em rede, intensificação da troca de saberes e fazeres, liberação dos sonhos e energias criativas"* (p.43). Essa percepção é reafirmada em diferentes narrativas:

> Ao refletirmos sobre o Programa Cultura Viva, poderemos percebê-lo enquanto metáfora da alteridade brasileira. O Programa, especialmente a partir dos Pontos de Cultura, vem contribuindo para decifrar as estruturas simbólicas que constituem a maneira própria com a qual os brasileiros se relacionam ética e esteticamente com o mundo. No Brasil, a resistência cotidiana à morte está presente no cotidiano, seja pela teatralidade dos ritos e dos mitos, seja pela força de suas expressões artísticas e culturais. Os Pontos simbolizam essa ritualização (através dos seus fazeres artísticos e culturais) do renascimento, da regeneração, do domínio sobre o tempo, enfim, do reencantamento do mundo. (...) Os Pontos de Cultura representam, enquanto espaços do encontro e da justaposição do arcaico e do contemporâneo (arcaísmo que não significa o que não é moderno, mas particularmente o que de eterno suscita o surgimento de novas realidades), desafios fundamentais à gestão pública, a necessidade premente da construção de novos marcos regulatórios, enfim, uma aposta inadiável na nossa criatividade (LEITÃO in LABREA et al:2010, p.37).

O Programa Cultura Viva, na formulação da política, apresenta uma proposta de gestão que considera os contextos sociais, ao propor repensar as políticas públicas que tradicionalmente tendem a definir contextos preestabelecidos, fixos e muitas vezes anacrônicos (LABREA et al:2009).

> Assim, a política dos Pontos de Cultura apreende a produção cultural a partir da dinâmica dos movimentos culturais. A política dos "Pontos de Cultura" evita ao mesmo tempo a reprodução da cultura elitista, bem como sua variável especular e espetacular da cultura de massa. Contudo, ele evita também as armadilhas ideológicas do "popular". Reconhecendo a produção cultural que já existe na sociedade, o MinC operou uma inflexão política de grande porte: a democratização não apenas acontece pela definição de um marco público e transparente de política cultural (o que já seria um grande avanço), mas também pela abertura às dinâmicas de criação que são também o fato dos movimentos de resistência: é nesse sentido que o programa no qual se inscreve a Ação dos Pontos de Cultura não poderia ser mais adequado: Cultura Viva versus a hegemonia da cultura morta da espetacularização erudita e versus as identidades homogêneas de um "popular", supostamente contra-hegemônico (COCCO in LABREA et al:2010, p.39).

Turino, ao propor a base conceitual do Programa, se ampara em *Hegel, Marx, Husserl, Merleau-Ponty, Paulo Freire* e a política pública, segundo ele, tem o caráter *construtivista e fenomenológico* (2009: p.44), embora os sentidos que esta articulação teórica produzam não estejam explicitados em seu texto e não se saiba quais aspectos do construtivismo e da fenomenologia se incorporou ao desenho do PCV. Esse diálogo entre campos teóricos diferentes produziu um discurso idealizado, *a priori*, um *exercício de imaginação*. Nas palavras de Turino (2009), o programa era um "*deliberado experimento poético-filosófico"* que, em minha leitura, coincidia plenamente com as diretrizes e os instrumentos disponíveis ao MinC no Governo Lula.

O MinC organiza sua posição enunciativa a partir da ideia de que o desenho de suas ações conformam um novo Estado. Esse discurso fortalece a memória discursiva do PCV: "*As políticas públicas do MinC reinventam um novo Estado, oxigenado pela ampla participação e criando novos instrumentos de diálogo e de possiblidade de acesso; são os poros abertos das práticas democráticas"* (FERREIRA in: BRASIL:2009b).

A *reinvenção* do Estado, para além do discurso, não é algo instantâneo ou intuitivo, protagonizado por apenas um ministério ou uma secretaria. Reinventar o Estado, implica, no mínimo, em uma ampla repactuação entre os três poderes, em mudar o desenho organizacional do governo, a legislação, os instrumentos, romper e desnaturalizar práticas já arraigadas na cultura política. Ou seja, exige um esforço conjunto do executivo, do legislativo, do judicário e do apoio massivo da sociedade para efetuar mudanças estruturais. Não há indícios - além da impetuosidade discursiva - que apontem que o Estado esteja em vias de se reinventar a partir de um ministério ou programa de governo. Ao contrário, o ciclo de implementação do programa segue modelos convencionais.

> **A afirmação de um quadro valorativo global, que se compõe de ideias, como a democratização e a participação não implica necessariamente, como não implicou nos últimos anos, decisões fortes no sentido da institucionalização de formas democráticas alternativas**. Em resumo, foram sendo construídos paradigmas e neles foram sendo reconfiguradas a cultura política e a visão de mundo, mas **o desenho institucional seguiu, vamos dizer, em linguagem técnica de política pública, por um lado, a lógica incrementalista de muitas práticas administrativas e, por outro, tiveram consequências contrárias aos valores estimados ou reproduziram usos políticos particularistas em benefício de partidos ou órgãos públicos** (BARBOSA DA SILVA:2011,p.59, grifo meu).

Ao se debruçar nos instrumentos da política, Domingues (2008) entende que

> No ciclo político de implementação do Cultura Viva, **a escolha foi a de tipo clássico, concentrado nas mãos dos especialistas**, compreendidos *policy makers*. A formulação, fase onde se definem os conceitos gerais e a estratégia de implementação de uma política pública esteve assim, neste primeiro momento, centralizada dentro da própria Secretaria (DOMINGUES:2008, p.137-8, grifo meu).

Os gestores públicos, os pontos, os pontões e os pesquisadores do programa, a partir de diferentes posições teóricas e ideológicas, se identificam com os valores expressos no discurso institucional. O discurso da *novidade* dos Pontos de Cultura e do *novo* MinC quem estabelece é o Estado:

> Falta articular ações e reflexões em canais livres de trocas para irrigar o Brasil oficial e o paralelo para essa **novidade histórica que são os Pontos de Cultura**: onde **o Estado não impõe, o Estado dispõe**, e quem decide é a sociedade! (GIL in BRASIL:2010b, p.87, grifo meu).

> Não lidamos só com um **conceito revolucionário** (...). O que era **novidade**, agora, é o **novo formato** de luta, expressão e política. (...) O poder da cultura muda a cultura do poder (TT CATALÃO in BRASIL:2010b, p.99, grifo meu).

> (...) Deve orientar nossa economia, política e modelo de desenvolvimento: a **cultura da mestiçagem** fundada no humano capaz de **originais respostas em recrições permanentes**. Esta, a essência reveladora da cultura brasileira e a grande **"novidade"** para um mundo esgotado e em colapso de alternativas libertadoras de fluxos que irriguem relacionamentos individuais e coletivos (FERREIRA in FONTELES: 2010, p.17, grifo meu).

> Era preciso **"des-esconder"** este Brasil que passara a ser sujeito de um **programa inédito** na gestão pública no âmbito da cultura, em nosso país e no mundo (GONÇALVES:2010, p.6).

E a partir daí, muitos artigos e teses referem-se à *novidade* e é interessante notar nesses textos 1) *os aspectos que coincidem com o que o Estado fala de si*, novamente a *memória discursiva* atua e 2) muitas vezes, cada posição-sujeito, identifica uma *novidade diferente* relacionada ao CV. Pode-se inferir que juntas, essas várias novidades, mostram diferentes dimensões da política. Também acontece de que essa *novidade* revele, por parte do sujeito enunciador, um desconhecimento tanto das políticas desenvolvidas, das diretizes de governo e da história em geral, como pode-se inferir abaixo.

Para Andries (2010), o "*diferencial"* do PCV em relação a programas anteriores do MinC (antes de 2003) está no entendimento da cultura como direito, ao incorporar

conteúdos sociais à agenda ministerial e no pioneirismo em propor democratizar[87] as políticas públicas por meio de ações de compartilhamento de gestão e parcerias com entidades da sociedade civil.

A "*inversão no fluxo dos investimentos estatais"*, segundo Lacerda[88] (2010), é a grande *"novidade"* do PCV porque nas últimas décadas o financiamento esteve concentrado em produções culturais limitadas a segmentos específicos da sociedade que não representavam a maioria da população, através das Leis de Incentivo Fiscal.

Já Domingues (2008) vê como uma *"inovação importantíssima",* de forte impacto para as diversas ações populares, o fato do MinC investir em projetos da sociedade civil: *"A escolha feita pela SPPC nos parece uma criativa e radical reorientação no conceito do que se pensa ser as culturas populares e as políticas culturais no Brasil em todas as suas formas"* (p.137).

Andries, Lacerda e Domingues enfatizam como *"novidade"* o fato de as ações do PCV refletirem seu *alinhamento à agenda social do governo federal e às diretrizes do MinC*. Como preconiza o *discurso fundador*, direito, diversidade e democracia cultural que inclui o acesso à cultura, a ampliação do entendimento de cultura é uma estratégia do ministério para formulação de políticas culturais. Estes são os princípios que pautam todas as ações do Ministério desde 2003.

Para Cocco, o PCV é uma política *radicalmente democrática e horizontal*:

> Vários são os elementos da política dos Pontos de Cultura que indicam suas **dimensões inovadoras e potentes**. Os que nos parecem mais expressivos são os seguintes: Trata-se de uma **política de radicalização democrática, pensada e implementada para funcionar de maneira radicalmente horizontal**: de baixo para ... baixo (e não para cima!). O "fundo público" é

---

[87] Andries (2010) em seu estudo utiliza os termos democratização e democracia cultural como sinônimos, aparentemente ignorando que, nos Estudos Culturais, cada palavra designa um conceito diferente e que em muitos aspectos se opõem, como demonstra Coelho (2012). Para ele, *democratização cultural é equivalente à gestão compartilhada e transformadora* e o PCV é um exemplo de *abertura ou concessão de espaços participativos (...) com alta representação social* (p.40). Como ele enfatiza o caráter experimental de seu estudo, considero que ele produz um deslizamento de sentido do termo democratização cultural, embora este deslizamento tenha mais afinidades com o conceito de democracia cultural.

[88] Lacerda (2010:p.10) mostra que na França o paradigma da *democracia cultural* se estabelece desde a década de 1970 e isso acarreta uma ampliação do conceito de cultura, processos de descentralização da cultura e espaços de participação social no qual o cidadão interfere na definição das diretrizes e orçamentos públicos. Sugiro a leitura do seu artigo para conhecer o histórico da democracia cultural nas políticas públicas de cultura. No Brasil, podemos considerar que embora essa orientação não fosse diretriz do governo federal, há experiências importantes de descentralização da cultura, com foco em democracia e direito cultural, como os projetos desenvolvidos pelos governos municipais, em Porto Alegre, por exemplo. Sugiro a seguinte leitura: DORNELES, Patrícia. **Arte e Cidadania – Diálogos na experiência do Projeto de Descentralização da Cultura da Administração Popular em Porto Alegre.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

> mobilizado por meio de um **mecanismo de editais** (de concursos públicos) que não visa fomentar e/ou produzir "cultura" segundo prioridades governamentais, mas reconhecer a produção cultural que já existe. Por meio desse mecanismo, os recursos mobilizados pelo MinC são postos à disposição dos movimentos culturais (que se constituem como Pontos e como redes de Pontos – por meio dos "Pontões") para que eles possam dar continuidade e estabilidade às suas próprias dinâmicas de criação (COCCO in LABREA et al:2010, p.39, grifo meu).

Este entendimento coincide com o *discurso fundador*:

> Na busca por **novos caminhos** começamos a desenvolver a idéia de uma **gestão compartilhada e transformadora** para os Pontos de Cultura. A intenção é estabelecer **novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade**. Esta, em lugar de ser chamada apenas para dizer o que quer, começa a dizer **como quer**. **Esse processo tem início com o Edital** para seleção dos Pontos, numa situação em que o **Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer** e o **movimento social diz como e em que utilizará os recursos** (BRASIL:2005a, p.33; BRASIL:2010a, grifo meu).

Mas ambas afirmações podem ser modalizadas: afirmar que a política é pensada para ser realizada de *baixo para baixo*, de forma horizontal é no mínimo desconhecer ou minimizar um dos elementos mais importantes da política governamental, o Estado. Os pontos, entre si, podem estabelecer relações horizontais, mas *a relação entre Estado e Pontos é necessariamente assimétrica, vertical e hierárquica, dadas as funções sociais de cada segmento*. Além disso, há que se considerar que *toda a proposta estrutural dos pontos de cultura como a ideia de rede, protagonismo, empoderamento, autonomia é formulada pelo Estado, a priori*. Ou seja, *o Estado escolhe as categorias a partir das quais os Pontos de Cultura vão criar suas referências*. A ideia de que o Ponto de Cultura continua fazendo o que já fazia antes de receber recursos estatais também é uma ideia de Estado.

Foucault (1979) já demonstrou que poder simbólico do Estado se sobrepõe aos micro poderes locais. O fato de o Estado estar momentaneamente habitado por partidos de *esquerda*, com afinidades ideológicas com os movimentos sociais contra-hegemônicos, não é suficiente para modificar essa rede de poderes já consolidada, até mesmo porque esses mesmos partidos são coligados com outros partidos de verve conservadora. Mesmo com toda a disposição que alguns gestores demonstram em inverter essa lógica, o desenho do Estado e da burocracia dificultam muito a concretização dessa aspiração. Andries (2010), ao estudar os processos participativos no PCV, alerta que uma das fragilidades nestes processos é a pouca ou nenhuma capacidade

dos atores sociais em atuar "*em condições de igualdade com outros setores; a dificuldade de se ter instrumentos de comunicação efetivos; e o risco de manipulação das instâncias participativas por órgãos executivos e representantes legislativos"* (p.07).

Essa dificuldade não caracteriza apenas o PCV, mas as relações em geral entre Estado e sociedade. Avritzer e Costa (2004: p.724), consideram que no governo federal ainda não se tem um conceito substantivo de *espaço ou esfera pública* e é necessário entender como se constróe uma *comunicação pública* que permita legitimar o poder conquistado pela sociedade civil, para se criar consensos e não permitir ela seja usada como mais um fator de legitimação da política institucional. A esfera ou espaço público se caracteriza pelo encontro entre o Estado e sociedade civil, pela ampliação dos espaços políticos para além do eleitorado, a fim de criar sinergias e convergências entre a sociedade civil e a sociedade política (AVRITZER: 2009). Avritzer e Costa enfatizam a necessidade de *"um modelo discursivo de espaço púbico que tenha clareza sobre a necessidade de separação das funções da sociedade civil e do Estado e de autolimitação dos atores civis"* (2004: p.730).

No discurso fundador e nos discursos produzidos pelos gestores, há uma ênfase na questão da *autoria e do ineditismo* da proposta e há um apagamento do mesmo que se faz em outras esferas governamentais. Vários projetos e programas de diferentes ministérios são voltados para públicos, territórios e linguagens prioritários que coincidem com os programas desenvolvidos pelo MinC, como, por exemplo, Salas Verdes[89], Coletivo Educador[90], Arca das Letras[91], Escola Aberta[92], Territórios da Cidadania[93], entre outros tantos programas e projetos desenvolvidos pelo governo federal que recebem recursos para que as instituições *continuem fazendo aquilo que já fazem[94],* muitos pontos de

---

[89] Fonte: http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educomunicacao/salas-verdes#oprojeto, acesso em 13/10/2013.
[90] Fonte: http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores/coletivos-educadores, acesso em 13/10/2013.
[91] Fonte: http://www.mda.gov.br/portal/sra/programas/arcadasletras, acesso em 13/10/2013.
[92] Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16739&Itemid=811, acesso em 14/10/2013.
[93] Fonte: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community, acesso em 14/10/2013.
[94] Podemos citar também o Projeto de Descentralização da Cultura, desenvolvido em Porto Alegre desde 1993, que envolvia basicamente o mesmo público, território e linguagens prioritários. Sobre este assunto recomendo a seguinte leitura: **Análise do Programa de Descentralização da Cultura em Porto Alegre de** *Cíntia Betina Cardoso da Silva disponível em* http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/viewFile/237/254, acesso em 14/10/2013.

cultura são também contemplados nestes editais. Todos são selecionados a partir de editais públicos e são estimulados a organizarem *redes,* como são denominados os diversos e diferentes espaços de participação social organizados nas esferas de governo, como os fóruns, comissões, setoriais, conferências, grupos de discussão on-line, etc. O discurso da novidade é naturalizado e enfatizado para que a *potência* se destaque, mas também permite que a política se personalize e se organize a partir de liderança carismática que tem seu próprio projeto político.

Não é somente o reconhecimento pelo Estado que dá visibilidade ao ponto, a escolha de alguns pontos gera muita visibilidade para o Estado. São processos que se auto-alimentam, de visibilidade recíproca. O Centro do Teatro do Oprimido[95] de Augusto Boal, fundado em 1986, a Cuca - Circuito Universitário de Cultura e Arte da UNE[96] que existe desde 2001, a Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré do MST[97], também fundada em 2001, com mais de 40 grupos de teatros em todo o país, entre outros grupos, são pontos e pontões de cultura. Estas instituições tem sua atuação reconhecida nacional e, em alguns casos, internacionalmente, muito antes da política de Estado incorporá-la. Estes e outros pontos de cultura - como o Afro Reggae[98], funcionando desde 1992, o Museu da Pessoa[99] que atua desde 1991, a Fundação Pierre Verger[100] criada em 1988, por exemplo - *dão visibilidade e credibilidade ao programa*. O ponto passa a ser visto, nas palavras de Turino na Teia 2010, como uma *grife*, um certificado de qualidade.

Alembert, ao analisar a gestão do MinC, ressalta que a herança *tropicalista* em 2003 é *hegemônica* na ideologia cultural do país: "*Gilberto Gil é o Ministro da Cultura, orientando a burocracia estatal e Caetano Veloso estava (e está) no topo da Industria Cultural"* (BRASIL:2006, p.76-7).

> Entender como se dá essa dialética entre a *tradição* (agora razão de Estado quanto centro da Industria Cultural) e dessa *modernidade* é central para se

---

95 Centro do Teatro do Oprimido: http://ctorio.org.br, acesso em 08/10/2013.

96 Cuca da UNE disponível em:http://cucadaune.blogspot.com.br; pontão de cultura Cuca da UNE: http://www.pontaodocuca.blogspot.com.br, acesso em 08/10/2013.

97 Sobre a Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré do MST , recomendo a leitura do seguinte texto: *Banco de dados para o teatro em comunidades: a agitação e propaganda e as práticas teatrais do MST* de Márcia Nogueira e Guilherme Rótulo.
Disponível em http://www.udesc.br/arquivos/portal_antigo/Seminario18/18SIC/PDF/016_Marcia_Pompeo.pdf, acesso em 08/10/2013.

98 Afro Reggae: http://www.afroreggae.org, acesso em 09/10/2013.

99 Museu da Pessoa: http://www.museudapessoa.net/_index.php/v2013/home, acesso em 17/10/2013.

100 Fundação Pierre Verger: http://www.pierreverger.org/fpv/index.php/br/, acesso em 17/10/2013.

> compreender a questão cultural no Brasil contemporâneo, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de revitalização de uma cultura de *resistência* (ALEMBERT in BRASIL: 2006, p.76).

Para ele, a cultura como *resistência* é acesso à produção e à circulação, é uma luta de interesses e é preciso *politizar* as ações do grupo. A discussão política no PCV é pautada pelo Estado[101]. Por outro lado, as práticas dos pontos e pontões em suas comunidades - sua arte-cultura tem sentidos de *resistência* à Indústria Cultural, ao pragmatismo contemporâneo, à invisibilidade que era imposta, à redução de seu potencial criador à sua condição de probreza. Este dualismo irá acompanhar os pontos de cultura e diminuir as possibilidades de organização política - que seguirá modelos verticais já superados pelo próprio discurso da rede.

3.1 ALGUMAS IDEIAS PARA SE PENSAR O DISCURSO POLÍTICO POPULISTA: A LÍNGUA DE VENTO

> Porque há muitas linguagens para falar da dignidade humana, para falar de um futuro melhor, de uma sociedade mais justa.
>
> **Boaventura de Sousa Santos**

O que se depreende do *discurso fundador* é que, além de apresentar a *teoria do programa*, ele é *orientado para destacar o aspecto novidadeiro, a originalidade e a criatividade dos gestores*. Ele cria *imagens e uma poética* a fim de resgatar uma dimensão da cultura que até então, nas políticas culturais, ficara relegada a um segundo plano, residual, reduzida a folclore ou artesanato. Uma *outra cultura*, denominada *viva*, cria uma *nova narrativa na esfera federal* e entra na disputa pelos sentidos do que deva ser priorizado nas políticas culturais. Esta narrativa outra relaciona-se com as narrativas que a nova gestão, principalmente na agenda social, procura mobilizar.

A imaginação a serviço do Brasil (2002), programa do PT para a área da cultura,

---

[101] Em 2010, com a mudança de orientação na administração pública, uma parte dos ponteiros se coloca em uma posição crítica em relação às mudanças estatais e inaugura uma nova posição-sujeito, a de quem foi retirado - ao menos parcialmente - dos espaços de argumentação. A partir dai, os pontos parecem perceber o que Danilo Miranda já adiantava: "*é preciso mais do que a garantia básica assegurada pelo Estado*" (BRASIL:2006,p. 98). É necessário buscar informação, ter o poder de escolha, de participação e de decisão. E, acrescentaria, é preciso *descolar* do Estado, organizar-se politicamente para pautá-lo e interpelá-lo.

retoma a ideia antropológica de cultura e a participação social na construção e implementação das políticas públicas, como preconiza a Constituição Federal de 1988, mostra os públicos, a diversidade, os territórios e as identidades prioritárias na gestão do Presidente Lula e é com esses novos sujeitos que o PCV irá dialogar. A *originalidade* do PCV é a *tendência* e a *orientação* do Governo Lula e caracteriza várias políticas desenvolvidas, principalmente nas áreas sociais.

Abreu e Barbosa da Silva apontam algumas características do governo do presidente Lula na área de cultura que permearam todas as ações do MinC:

> Descentralização, com ênfase na territorialidade local (municípios e estados); gestão setorial da cultura; equidade regional, dada a desigualdade de distribuição dos recursos entre as Unidades da Federação (UF); particularidade de seu público-alvo, que estava entre as faixas mais pobres da população (o caráter redistributivo da política); expansão do programa para populações que não fossem contempladas por outras políticas culturais, particularmente as políticas do mecenato, entre outras; *ii*) também foi uma estratégia caracterizada pela transversalidade: ele uniu várias ações de secretarias e de instituições vinculadas ao MinC e procurou dar-lhe um sentido, ao mesmo tempo, específico (na medida em que defendia um conteúdo determinado para as suas ações) e genérico (na medida em que esse conteúdo se baseava numa certa maneira de perceber o papel do Estado); além disso *iii*) funcionou como agência, isto é, gestou, articulou, coordenou e organizou a implementação de ações por meio de editais e deu a todas elas uma programação global; por fim, *iv*) exigiu a administração de um orçamento, continha um componente financeiro que lhe foi central (ABREU; BARBOSA DA SILVA: 2012, p.8).

O *discurso fundador* é uma idealização do desenho da política, com base conceitual e filosófica identificada com valores *contra-hegemônicos* e é a partir dessa identificação que o discurso político faz sentido: porque remete aos valores, as lutas e a ética que é a base dos movimentos sociais de esquerda no país. O *discurso fundador* não se debruça sobre *os instrumentos* para a efetivação da política, se abstém de uma análise da *legislação* e dos *marcos legais* com os quais deverá necessariamente dialogar e prestar contas e entende a *burocracia* apenas em sua dimensão de *entrave* à efetivação do projeto que procura desenvolver. Instaura uma dicotomia: *o encantamente e a potência versus* a *crítica e a gestão*. Opta pelo encantamento e a potência. É um *espaço de experimentação* e um *exercício de imaginação* que consegue adesão de uma parcela importante da sociedade que se identifica com os valores e o desenho do programa.

Na perspectiva discursiva, Courtine (2003), fala da *língua de madeira* para

referir-se ao discurso da política[102] e do direito - hermético e opaco - e da *língua de vento* que é o discurso da publicidade - fluído, imagético, fugaz, breve. Esses são os lugares tradicionais para falar do político e da publicidade, mas cada vez mais o político se vale dos recursos e das estratégias da publicidade, basta lembrar nas eleições recentes o papel de destaque que os marketeiros assumiram, são quem orientam os políticos e eles viram uma marca, seus projetos políticos se reduzem a slogans e jingles. A língua de madeira é *sombreada* pela de vento.

No *discurso político populista* entendo que a língua de madeira é *substituída* pela de vento. Meu entendimento tem amparo em Gadet e Pêcheux que mostram que com *"a ascensão dos meios de comunicação de massa, a língua do direito e da política se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade. Uma face obscura de nossa modernidade a que uma reflexão sobre a língua não poderia permanecer cega"* (2004: p.23). Na contemporaneidade essa hibridização e sombreamento ocorrem no discurso político em geral, mas se mostram com mais clareza no de cunho populista.

Ao falar de populismo, me afasto do imaginário social que o marca como um qualificador da política necessariamente de cunho negativo e pejorativo, identificando os políticos populistas como demagógicos e superficiais. Ao contrário, entendo que o populismo *é uma prática política que se opõe aos políticos conservadores e neoliberais com uma proposta de reconfiguração da esfera pública que se contrapõe a um modelo até então hegemônico e que abre caminho para que outra hegemonia possa se instalar*. Nesse sentido o populismo é *um projeto de entremeio, configura-se como um momento necessário entre duas hegemonias, uma que é superada e outra que irá se instalar*. Se permanecer por muito tempo, se fragiliza, pois a *língua de vento* não tem condições de ir muito além da retórica e de sua função de símbolo.

Em **A razão populista** (2005), Laclau defende o populismo como práxis política, *um modo determinado de construir a esfera política*, afastando-se do cunho preconceituoso e negativo que lhe é tradicionalmente atribuído. Para ele, *o populismo é*

---

[102] A AD tem como campo de análise principalmente o discurso político e seus principais autores são Michel Pêcheux e Jean-Jacques Courtine, cuja bibliografia são minhas principais referências nessa análise de caráter ainda preliminar. No Brasil, destacam-se os seguintes estudos, os quais constituem boa parte do meu processo de aprendizado sobre o assunto: OSAKABE, Haquira. Argumentação e Discurso Político (1979), ORLANDI, Eni. A linguagem e seu funcionamento (1987), FIORIN, José Luiz. O regime de 1964: discurso e ideologia (1988), INDUSRKY, Freda. A fala dos quartéis e outras vozes (1997), ZOPI-FONTANA, Mônica. Cidadãos Modernos. Discurso e representação política (1997).

um modo de construir o político que nasce quando demandas sociais não encontram respostas no sistema institucional, isto é, o populismo se coloca como uma *alternativa possível do momento,* como resistência e desconstrução de um projeto que não mais interessa e como um esforço para impor uma nova ordem política.

Para Laclau (2005), *a opacidade do discurso populista resulta da indeterminação da própria realidade social,* isto é, em um *momento de transição, há indeterminação do modelo melhor adequado e ela se reflete e em muitos casos define os sentidos do discurso populista*. Traduzindo brevemente essa ideia para o contexto brasileiro: o discurso político se organiza a partir de posições de sujeito em campos antagônicos que pertencem a diferentes formações ideológicas. Os partidos conservadores, (neo)liberais, social-democratas disputam narrativas entre si e todos se opõem ao partido que, ao menos no plano imaginário, representa a classe trabalhadora e os ideários de esquerda. O Partido dos Trabalhadores (PT) e suas coligações tradicionais, produziram um imaginário social que beirava ao *revolucionário* nas experiências à frente das prefeituras e governos estaduais a implantação do orçamento participativo (OP), os projetos de descentralização da cultura, as mudanças nos projetos pedagógicos e na condução das escolas públicas, etc. -, produziram vários deslocamentos que sugeriam que haveria mudanças estruturais profundas quando assumiu o governo federal.

Não pretendo fazer aqui uma análise da gestão do governo Lula, apenas aponto que a agenda social foi um diferencial importante, embora a área econômica e as políticas mais estruturais sigam uma linha mais *ortodoxa* e bem menos revolucionária. No governo federal, o PT segue no *entremeio,* perde muito de sua verve novomundista, em função das novas coligações que faz para permanecer no poder: nos governos do presidente Lula com o Partido Liberal (PL) e no governo da presidenta Dilma com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

No plano discursivo, o projeto político do governo Lula procura enfatizar suas diferenças ao que até então era hegemônico, há um trabalho intenso para ressignificar os sentidos do político e o principal meio de comunicação do governo com a sociedade se dará a partir de imagens, slogans, ideias-forças. Há um esforço no governo Lula em geral e nas políticas formuladas pelo MinC ele aparece em sua forma mais bem sucedida -, de *quebrar a lógica da humilhação e as relações extremamente desiguais* que caracterizam

a burocracia do Estado brasileiro. Penso que o Estado naturalizou uma *pedagogia da desigualdade* caracterizada nos serviços que não funcionam, nas filas e longa espera, na redundância dos documentos desnecessários, na ausência de memória institucional, no burocrata que não está e quando está não serve ao público, mas o submete a um ritual repleto de falhas. O projeto político que está no poder desde 2003 deliberadamente busca romper com a *pedagogia da desigualdade* e criar mecanismos de inclusão: a burocracia não mais como *dádiva* ou como favor, mas como direito.

Assim o discurso político do governo Lula - que é também um discurso político populista -, busca projetar seus valores, enfatizar sua diferença em relação à política até então, marcar posição, valorizar suas práticas. No MinC pode-se observar essa ênfase com maior detalhamento porque neste ministério, na minha leitura, os valores contra-hegemônicos do projeto de governo se instalaram com muita força.

Não há novidade em uma política de editais, não há novidade em parcerias (convênios, prêmios, bolsas, festivais, etc.) com entidades de interesse público. A gestão FHC também caracterizou-se pela contratação de organizações não-governamentais (ONGs) para executar os serviços que o governo não consegue fazer chegar na ponta, a partir da limitação de seus recursos humanos e estruturais. O MinC até 2002[103] estruturava-se a partir de uma *política de eventos* e de uma *política pública*. As políticas de evento buscavam publicizar e criar referências nas chamadas *belas-artes, artes eruditas ou alta cultura* e as políticas públicas eram voltadas aos equipamentos culturais. As políticas culturais do governo Lula defendidas pelos ministros Gil e Juca, a partir da

---

[103] Até 2002, a forma mais importante de estímulo à produção e à circulação das produções culturais foram os inúmeros festivais, concursos, prêmios e bolsas, que também cumprem o papel de consagração e valorização das obras produzidas. Na área do cinema, o Grande Prêmio Cinema Brasil teve o mérito de mostrar ao público os resultados da retomada da produção do cinema nacional, homenageando autores e reconhecendo o trabalho de inúmeros cineastas, produtores, artistas e técnicos – depois da desorganização vivenciada no início da década de 1990. Na área do teatro, o Ministério da Cultura instituiu o Concurso Nacional de Textos Teatrais, incentivando a capacidade criadora e gerando o aparecimento da imensa produção que se esconde nas gavetas sem o estímulo para virem a público. A Bolsa Virtuose é outro importante mecanis- mo de estímulo para o desenvolvimento das capacidades profissionais em todos os segmentos da área cultural. O programa contempla artistas e profissionais com bolsas de especialização no exterior. Nessa mesma linha, realizou-se a Mostra de Curtas e Documentários do Ministério da Cultura – O Cinema dos Brasileiros. A Secretaria de Música e Artes Cênicas, do Ministério da Cultura, desenvolveu o Programa Encena Brasil, que concede prêmios a grupos de teatro e dança, além de passagens, estadia e alimentação para os grupos de todo o país durante a circulação dos espetáculos. Além disso, apoiou concessão de prêmios; fomentou projetos e concedeu bolsas; implantou e modernizou espaços culturais; promoveu o intercâmbio de eventos culturais de música e de artes cênicas no país e no exterior; e apoiou bandas de música e orquestras (BRASIL:2003b, p.66-7).

ênfase a uma ideia antropológica de cultura, contemplam estes segmentos, mas se abrem e priorizam novos repertórios.

Instala-se no primeiro ano da gestão Gil no MinC uma disputa por narrativas. De um lado a defesa da ampliação dos públicos e da interiorização das ações e de outro a resistência dos grupos até então favorecidos em abrir mão dos parcos recursos públicos. Ficou famosa a declaração de um produtor cultural de que São Paulo reuniria todos os elementos da diversidade brasileira, já que é constituída por significativa leva de migrantes e o que não estivesse representado na diversidade de São Paulo, não seria relevante do ponto de vista cultural. Por isso, seria desnecessário investir em outras regiões do país e deveria se manter a concentração dos investimentos no eixo Rio-São Paulo.

Assim não é difícil compreender a necessidade da narrativa do MinC de utilizar dos recursos da *língua de vento,* a fim de se sobrepor a um imaginário mais elitista - mas que predomina também nas classes populares - do que interessaria às políticas culturais. Havia de fato demandas culturais reprimidas, que não tinham espaço dentro do governo e que a partir de então pautam a agenda do MinC. A estratégia discursiva do MinC é criar novas imagens e uma nova poética e os ministros são profícuos na elaboração desta retórica. Nesta perspectiva, *a imprecisão* e *a indeterminação da linguagem populista*, sua *retórica*, a paixão que desperta e seus símbolos, constituem um conjunto de *estratégias discursivas* que caracterizam o discurso do PCV (LACLAU: 2005), que buscam enfatizar:

a. uma dimensão anti-institucional - o discurso que mostra o Estado como um *problema* e a burocracia como um *entrave* produzidos por gestores-militantes que produzem enunciados divididos: o equipamento cultural estatal é *"pedra fria", "estrutura sem vida"*, etc.

b. um certo desafio à normalização política - as frases-manifestos: *"des-escondemos o Brasil profundo", "nós desatamos os nós"* mostram que os gestores-militantes vão além da condução da política, eles a interpelam.

c. um desafio à ordem usual das coisas - as frases-manifestos: *"refundamos o*

MinC", "as políticas do MinC reinventam um novo Estado[104]*".*

d. um chamado *aos de baixo* - *"Milhões habitando periferias, favelas e cortiços; outros tantos em municípios desassistidos; trabalhadores sem emprego; camponeses sem terra; famílias sem teto; jovens sem perspectiva de futuro; estudantes sem ensino de qualidade; índios sem direitos; um povo mestiço mas sem igualdade racial; os esquecidos; os desvalidos ... os sem Estado".*

Há uma distância entre a ênfase que se dá discursivamente à política e o que ela de fato mobiliza: é um *processo metonímico*[105]. É um *exercício de imaginação* afirmar que um programa - o PCV - ou mesmo o conjunto das ações do MinC tenham a capacidade de, só por elas mesmas, *des-esconder os Brasis* ou *reinventar o Estado*. Não é objetivo desta tese analisar se o Estado brasileiro se *reinventou* nos termos de um *novíssimo-movimento-social*, mas a ausência de reforma política e eleitoral, a corrupção sistêmica, as emendas parlamentares e o clientelismo político como prática cotidiana, um sistema eleitoral anacrônico, entre outras mazelas, indicam que estamos longe de nos *reinventarmos*.

Ao contrário, em nome da governabilidade, essas práticas permanecem sem que haja um movimento convincente do governo para modificá-las, para além do discurso. O PT no governo optou por não se organizar como uma democracia participativa em nível nacional (SANTOS:2007, p.95). Leonardo Avritzer, em Seminário na Secretaria-Geral da Presidência da República em 2013, afirma que a opção do PT em não implantar na esfera federal o Orçamento Participativo, sua mais bem-sucedida experiência de democracia participativa, em nome de uma pretensa governabilidade sinaliza sua opção em não realizar reformas significativas no governo federal e não desafiar o *establishment*.

A política de governo, principalmente no plano econômico é afinada com o pensamento hegemônico neoliberal e nesse sentido perpetua uma *política de Estado neoliberal*, embora tenha na agenda social elementos que a aproximem de um *Estado de bem-estar social*[106]. Existem segmentos que estão no governo, e o MinC é um bom

---

[104] A ideia de *reinvenção do Estado* apresenta-se em Santos (1999; 2006) e vou apresentar seus principais argumentos no Capítulo 7 desta tese.

[105] Metonímia: emprego de uma palavra para designar um objeto ou uma propriedade que se encontram em uma relação existencial com a referência habitual dessa palavra (DUCROT; TODOROV:2001, p.254).

[106] Sob o guarda chuva de um *Estado de bem-estar social* ou *walfare* transitam diferentes modos de entender as políticas de proteção social - vai de sistemas conservadores e mesmo autoritários de assistência e proteção

exemplo disso, que tentam, através de políticas públicas, produzir ações de cunho contra-hegemônicas e organizam espaços onde a sociedade tem uma escuta. Há que se considerar que fato de o Estado responder uma demanda social não faz dele um parceiro. Responder politicamente à sociedade é a função do Estado. O sentido de parceria entre governo e sociedade em Santos (2006a), em que pode pode pensar em reinventar o Estado é na direção de *co-gestão e partilhamento de poder,* são relações horizontais que ele classifica de *democracia de alta intensidade*, e essa experiência não se concretiza no governo federal. A reflexão de Gohn continua atual:

> Na América Latina o Estado tem sido, e continua a ser, alheio e distante do cidadão, apropriado por alguns, mas não por todos. Suas políticas sociais consolidam a fragmentação social por intermédio de ações compensatórias e populistas que não têm resolvido os problemas de ordem estrutural. A institucionalização dos conflitos sociais tem sido a principal estratégia do Estado para responder aos movimentos sociais. A cada onda de movimento surgem uma série de leis e novos órgãos públicos para cuidar da problemática (GOHN: 1997, p.232-234).

Diante destas ponderações, pode-se inferir que as imagens construídas pelo discurso populista são *metonímicas*, voltadas para a função de *símbolo* a partir de elisões e *silenciamentos* - não se faz a discussão política sobre a estratégia de governabilidade adotada, por exemplo. Quando me refiro ao silêncio, o faço de uma perspectiva discursiva que distingue entre:

> o *silêncio fundador*, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito que relaciona língua e ideologia e a *política do silêncio* que subdividi-se em *silêncio constitutivo* que indica que para dizer é necessário não-dizer (uma palavra apagas as outras) e o *silêncio local*, que refere à censura – aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura (ORLANDI: 1997, p.23-4).

A censura para Orlandi (idem: p.12-3) contempla qualquer processo de *silenciamento* – que não é silêncio mas "pôr em silêncio" - que limite o sujeito no percurso de sentido. Considera-se que estar em silêncio é um modo de também produzir sentidos. Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas por silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas

---

social até os serviços sociais universais, a redistribuição e interação das rendas do objetivo maior do pleno emprego. Segundo Fiorin, a prática do welfare está imbricada com a época de ouro do capitalismo, os anos de 1980 - embora essa ideia tenha suas origens ainda no Século XIX e se concretize, ao longo de todo o Século XX na Europa e nos Estados Unidos - e com o neoliberalismo ela vai paulatinamente se enfraquecendo. Para conhecer as nuances desta política, sugiro a leitura de FIORIN, José Luiz. **Estado de bem-estar social: padrões e crises.** PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva. RJ, 7(2), p. 129-147, 1997.
Disponível in: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf, acesso em 10/11/2013.

silenciam. As palavras são cheias de sentidos a não se dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas (ORLANDI: 1991, p.14).

Ao considerar a relação com *o silêncio e o não-dito* como características fundamentais da de um discurso populista, assumo que ele é um discurso monológico, onde há abundância de informação e poucas trocas dialógicas. Ele caracteriza-se por uma língua *"de espuma"* vazia, de uso imediato, imagética, em que os sentidos não ecoam para além de si mesmo, e trabalha o poder de silenciar (ORLANDI, 1997) quando cria o efeito de evidência: *só pode ser assim*.

> É uma língua onde os sentidos batem forte mas não se expandem, em que não há ressonância, não há desdobramentos. Os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussão. Se de um lado não se comprometem com nenhuma "realidade", de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para esta mesma "realidade" (ORLANDI, 1997:102).

A *memória discursiva* enfatiza um discurso político de cunho populista que *funciona como símbolo* e cria *uma ilusão ou um efeito performativo*: parece que **dizer a política é fazer a política.** Muitas vezes, no discurso fundador do CV, parte-se da ideia de que *dizer é fazer* e *o que é dito reflete **a** realidade*. Este é um *efeito* particularmente interessante porque o discurso do programa, no espaço de formulação é um *a priori*. Essas ideias foram elaboradas **antes** dos editais de seleção de pontos e pontões de cultura[107]. O *efeito performativo* que esses enunciados produzem, como o entendo na perspectiva discursiva, caracteriza-se como um *simulacro*, uma *imitação de um enunciado performativo*[108]: *basta dizer para fazer*, a realidade se constrói somente a partir do discurso sobre ela. Isso acontece quando se utiliza *enunciados constativos como se fossem performativos*[109]. Como Austin (1990) demonstra, *quando dizer é fazer, o*

---

[107] Célio Turino fala em diversos lugares (TURINO: 2009; 2013) que o desenho do programa foi feito por ele em duas noites em 2004, antes de sua indicação ser publicada.

[108] O filósofo da linguagem inglês J. L. Austin proferiu diversas conferências na Universidade de Harvard que foram publicadas em 1962. Para conhecer mais detalhadamente a *função performativa* sugiro ler também: BENVENISTE, E. *A filosofia analítica e a linguagem.* In: **Problemas de lingüística geral I.** Campinas: Pontes, 1998.

[109] A distinção entre *enunciados constatativos e performativos* inicialmente encontra-se em Austin em **Quando dizer é fazer** (1990). Austin propõe-se a estudar alguns casos de emprego da linguagem que *"não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos fatos"* (1990: p.22), mas que a sua enunciação é uma ação e não apenas dizer algo sobre, como os constatativos. Austin trata a linguagem como ação, seguindo uma linha de pensamento aberta por Wittgenstein, para quem o sentido de uma palavra é o seu uso na linguagem (GUIMARÃES: 1995, p.37). Percebendo a deficiência dos critérios lógicos de verdade e falsidade, Austin formula a distinção entre *constatativos e performativos*, designando respectivamente os enunciados que constituem apenas afirmações e os enunciados através dos quais realiza-se uma ação. Os constatativos são verificáveis em termos de verdade ou falsidade, enquanto os performativos não.

enunciador deve ser a pessoa autorizada a dizer. Não basta, portanto, *o discurso*, é necessário *estar no lugar enunciativo de poder enunciar o discurso e fazê-lo transcender a mera retórica*.

O populismo, no discurso do PCV, é o início de uma proposta de *reconstrução mais ou menos radical de uma nova ordem política, uma vez que a anterior se encontra debilitada* (LACLAU:2005) que tem nos setores subalternos e periféricos - o povo - e em suas demandas, a principal referência para a ação cultural. O político populista, desta forma, *representa uma vontade popular*. Os até então *"sem Estado"* (TURINO in BRASIL:2005a, p.15), agora são o público prioritário das políticas culturais e são considerados também produtores de cultura e esse reconhecimento é fundamental para a penetração da política.

A *proposta de reconstrução* que é o Cultura Viva se torna maior do que o programa em si porque *agrega no plano simbólico e imaginário todas as demandas reprimidas historicamente no campo da cultura popular e periférica*. O programa se torna um *símbolo* ou, nos termos de Laclau, um *significante vazio* - retomando a dicotomia saussuriana do signo que se divide entre o significante e significado -, que irá ser preenchido por um conjunto de demandas sociais que *representa a totalidade das necessidades não atendidas destes grupos até então invisibilizados, subalternos e irrelevantes para as políticas culturais*. O programa tem adesão imediata porque se torna o *símbolo comum* - reúne Estado e sociedade em torno do mesmo projeto.

Segundo Laclau, esta é a base do populismo, quando este espaço social tende a mobilizar grupos demandantes em torno de um mesmo significante. O discurso populista representa o *reconhecimento e a legitimação destas demandas por parte do Estado e isso é fundamental para ampliar e reconhecer identidades e credibilizar as experiências culturais forjadas nestes espaços*. O reconhecimento é poder - *empoderamento*. O Estado exerce seu *poder simbólico* (BOURDIER:2002) de reconhecer e nomear os grupos e dessa forma, o poder circula e instaura um pacto entre o governo e os pontos e pontões de cultura.

A *função de símbolo* permite que um programa de governo se torne a origem de um *movimento social/cultural* - o Movimento Cultura Viva - sem que se faça uma análise dos paradoxos que isso acarreta: influência, cooptação, vinculação e dependência

econômica dos recursos estatais, pautas imbricadas, opacidades dos lugares sociais, redes híbridas; credibiliza essa experiência para além de todos os problemas enfrentados e articula identidades coletivas em torno de um projeto político para disputar, ao menos discursivamente, uma nova hegemonia. A *função de símbolo* e de *significante vazio* permite que cada um reconheça aspectos novidadeiros e originais no PCV e estes aspectos, exceção aos mais cristalizados no discurso institucional que é repetido *ad infinitum*, raramente coincidem: cada um vê na política o que quer, cada um *preenche* o *significante vazio* com os sentidos que melhor representam sua posição-sujeito, seus valores e suas demandas no campo cultural.

Boa parte do mérito do programa é atribuido aos *líderes carismáticos* - outra característica do discurso populista -, que o conceberam e, dentre eles, destaca-se Célio Turino, o *pai dos pontos de cultura*, uma versão atualizada do *pai dos pobres*. Para Laclau (2005), o líder é o sujeito que domina a *retórica* e que construi uma posição enunciativa na qual tem o *direito de ocupar este lugar de liderança*, nos termos de um representante legítimo de uma *investidura ontológica*. O líder *fala sobre* e *fala com*, atua como um mediador entre o Estado e os pontos, sendo ele mesmo um membro do Estado no papel ambíguo de gestor-militante, característico da gestão do Presidente Lula.

No populismo há a *crença na necessidade de uma liderança*. Essa crença cria a ilusão de que mesmo com problemas, o programa funciona, porque há quem o *defenda* no governo. Seu mérito advem da liderança. Da mesma forma, quando a liderança se ausenta se cria uma nova ficção, a de que essa liderança é a única possibilidade de o programa dar certo. Ou seja, *o populismo cria a crença que a política pública não é pública, mas vincula-se a alguém ou um grupo e na ausência desse grupo ou liderança ela não tem condições de funcionar.* É esta crença que fortalece uma característica das redes híbridas: a *permeabilidade* (MARQUES:2000). Esse autor defende a ideia de que são as relações pessoais entre gestores públicos e pessoas, grupos e instituições que muitas vezes definem os rumos das políticas. O Estado torna-se assim permeável aos interesses privados. Assim a política é mediada a partir de interesses e grupos que são sucessivamente favorecidos pelo Estado.

Entendo que o *discurso político populista* que caracteriza o PCV é uma *língua de vento*, fluído, rápido, efêmero e imagético, se vale das estratégias de marketing do

discurso publicitário. Essas estratégias, materializadas nos textos (verbais, imagéticos ou híbridos), trazem para a cena política a *espetacularização do político*, a primazia das imagens, da fala breve e contundente, dos valores afetivos e passionais. Para Courtine a espetacularização do político tem as seguintes características:

> As técnicas audiovisuais de comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo um objeto-farol, um recurso central da representação política**.** É como se se passasse de uma política do texto, veículo de ideias, para uma política da aparência, geradora de emoções (COURTINE:2003, p.25).

O *discurso político populista* como *língua de vento*, se compõe pela hibridização dos valores caros aos movimentos sociais; apagamentos e silêncios no que se refere ao desenho da política; elege e prioriza alguns temas, silencia e apaga outros; utiliza metáforas e metonímias e desta forma amplia a experiência; produz como resultado a *des-politização da política*, ou, nos termos que prefiro, a *"elisão do político"* (LABREA:2009).

Creio que cabe esclarecer o que entendo por elisão do político: *é o trabalho discursivo de encobrir as diferentes posições sociais no jogo enunciativo, para criar uma ilusão discursiva de horizontalidade entre diferentes posições-sujeito e orientar a direção do sentido*.

> É importante destacar que quando me refiro à elisão do político refiro ao fato de que esses dois enunciados remetem a diferentes formações discursivas e co-existem sem problematização porque essa ausência de problematização é um *efeito discursivo* produzido pela ausência de reflexão política em torno dos sentidos que a rede produz e seus enredados reproduzem. O espaço de argumentação política na rede é negado.
> **A não-politização da rede ocorre não por uma ausência de consciência política. Ao contrário essa consciência "transborda" e é pelo conhecimento dos efeitos que a inserção do político produz que ele é negado, este é um movimento deliberado para concentrar a direção dos sentidos – e portanto da rede – em determinados grupos que se perpetuam no poder - nos espaços de argumentação.**
> Idealmente, o poder muda constantemente e não se concentra em um só lugar ou em determinado grupo. Quando isso não acontece, a rede simplesmente reproduz a estrutura piramidal com base estendida ao concentrar informações e tomadas de decisões no espaço restrito (LABREA:2009, p.73, grifo meu).

O *discurso fundador* é, na perspectiva discursiva, uma *matriz de sentidos* e a partir dela se organiza o trabalho de repetição - paráfrase - e interpretação - polissemia e trabalha a fim de instaurar sua *memória discursiva*. Este *trabalho* vigiroso de paráfrases não se mostra. Aparentemente estes sentidos são apenas "transportados" de um texto a

outro, criando um *efeito de estereotipia*, enquanto do ponto de vista discursivo estes sentidos estão sendo (re)construídos o tempo todo, neste caso, *em uma mesma direção*. Orlandi (1993a) ressalta que este movimento de fechamento dos sentidos não se faz aleatória nem "impensadamente". É uma construção deliberada que, na minha leitura, **elide o político** e submete o sentido ao controle de grupos ao impedir que um espaço de argumentação se instale (LABREA:2009, p.71).

Outra característica do *discurso político populista* é o que Courtine chama de *hierarquização da memória* - a estratégia discursiva que define *o que deve ser lembrado*. No caso, o que pode e deve ser lembrado é o período entre 2004 e 2010, o período de consolidação do *discurso fundador* e da *memória discursiva.* Por isso, desde 2011, nas esferas públicas, em geral não se menciona aspectos positivos da política dos pontos de cultura, mesmo se houver. Houve, sem dúvida, uma desprioritização do programa do MinC, ele não é mais a principal vitrine do ministério. O que antes não era dito - ou era dito, mas não tinha repercussão - agora é foco do discurso institucional: há problemas de gestão. Os problemas de gestão tem como origem o desenho do programa. O problema é o programa e não os pontos, enfatizo esse aspecto. Mas as consequências destes problemas recai sobre os pontos e não sobre os gestores responsáveis pelo desenho da política.

Os problemas de gestão acompanham o programa desde sua formulação. Mas eles não se sobrepunham à potência defendida tanto pelos gestores quanto pelos pontos de cultura. O que antes não era dito, não era dito para *preservar a função de símbolo*, tão necessária para afirmar essas identidades diversas que emergiram na cena política com a existência do PCV.

A partir de 2011, embora a *memória discursiva* do programa seja uma referência constante, ele perde a função de símbolo e é por isso que na hierarquização da memória, o que é feito desde então *não deve ser lembrado* pelos ponteiros. Quando a evidência de um aspecto positivo se impõe, vem acompanhada de um operador argumentativo - *mas, embora, etc.* - que desqualifica ou minimiza o conteúdo semântico apresentado no enunciado e evoca a memória do que deve ser lembrado: *o antes*. *Antes é uma categoria temporal que evoca toda a função de símbolo do programa*. Compartilho alguns recortes discursivos que mostram como os operadores argumentativos e o advérbio de tempo

marcam a *memória preservada*.

> Embora tenham feito um esforço para montar um cronograma de pagamento a fim de dar sequência aos pagamentos, parados desde 2009, a Secretária não conversou com os pontos e isso foi muito ruim. Piorou muito.
>
> O programa tem problemas seríssimos de gestão desde o seu início mas não precisa de redesenho, precisa é que o Célio volte e dê um jeito pra gente.
>
> No Escola Viva ficamos de fora por falta de documento, aí vem Célio e diz todo mundo vai entrar, tá tudo certo. E ai me cancelam o edital. Tiram nosso direito e querem dizer que melhorou? Melhorou nada.
>
> Olha, até que a Secretária tá se esforçando, explicou os problemas e disse o que vai fazer pra resolver, conversa com a gente mas ela não é Célio e Marta não é Gil nem Juca.
>
> Antes tinha problema mas tinha esperança. A gente não tinha dinheiro, tudo atrasado e parado, mas era chamado pras reuniões, mostrava a arte, ia pra Teia, tinha festa, tinha evento, viajava, aparecia. O Ministro vinha e apertava a mão, sentava com a gente, nos reconhecia.
>
> **RDEI - Diferença entre as gestões na Pesquisa 2013.**

Nestes recortes discursivos pode-se observar os efeitos que o discurso político populista produz: a *adesão inconteste* a seu projeto, a *exaltação e supervaloriação dos resultados* obtidos, o *foco nos resultados favoráveis*, a não problematização - *minimizar, banalizar ou naturalizar os aspectos negativos*, a *legitimação do poder* a partir da *legitimação da liderança*, cria-se a ilusão discursiva de que não pode haver política senão aquela realizada pelo lider. É a cristalização da *função simbólica* (imaginária e imaginada) da *política necessária*, que fixa o efeito de evidência característico da memória discursiva: *só pode ser assim*.

4 OS CONCEITOS ESTRUTURANTES E A MEMÓRIA DISCURSIVA: O MESMO EM TODO LUGAR

> O Cultura Viva é um programa em construção, e sua própria definição metodológica e conceitual irá se desenvolver no processo de sua aplicação, a partir da observação dos fenômenos e da interação com a realidade. Desta forma, os conceitos podem ser modificados, ou apurados durante o processo

Brasil:2005a, p.32

O *ponto de cultura*, segundo **Cultura Viva ...** (2005a), não tem um modelo único, é uma *instituição da sociedade civil*, a *referência de uma rede orgânica*, um *mediador entre o Estado e a sociedade* e todos têm em comum a *gestão compartilhada entre poder público e comunidade*. Essa é uma posição argumentativa que orienta o discurso do programa, como pode-se observar na seguinte citação:

> O Ponto de Cultura é a **ação prioritária** do Programa Cultura Viva e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma **rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras.** (...) Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e **dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si**.
> O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a **gestão compartilhada entre poder público e comunidade**. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo (BRASIL: 2005a, p.20; GIL in BRASIL:2006c, p.16, grifo meu).

Os pontos de cultura se localizam preferencial, mas não unicamente, em zonas de vulnerabilidade econômica, social e cultural, dialogam com a diversidade cultural característica do país e muitas vezes são os únicos equipamentos culturais das comunidades. Turino enfatiza que os pontos de cultura são uma criação *genuinamente brasileira* (BRASIL:2009b) e a *teoria do programa* foi desenvolvida por ele em duas noites: "*Tive que agir rápido e apresentar um programa alternativo, com conceito, filosofia, objetivos, descrição, metas, orçamento e cronograma, tudo escrito em duas noites, antes da própria nomeação ser publicada no Diário Oficial" (*TURINO:2013).

A ideia dos pontos, segundo Turino (2009), surge ao observar a Casa de Cultura Tainã, ao ver que eles sobreviveram ao final dos recursos estatais porque conseguiram articular redes e por isso construir as bases de sua *autonomia*. O PCV, assim, embora tenha um idealizador, replica a metodologia social desenvolvida por um grupo cultural que, por sua vez, segue a tendência contemporânea de organizar redes contra-hegemônicas para ter visibilidade na mídia e para a sociedade e ampliar sua escala e abrangência.

O *pontão de cultura* (BRASIL:2005a) é um espaço potencializador da rede, de formação e apoio aos pontos de cultura.

> Quando em uma localidade houver certa "densidade" de Pontos de Cultura, o Ministério da Cultura proporá a constituição de Pontões. Grupos de Pontos e governos locais também poderão fazê-lo. Os Pontões serão espaços culturais, aproveitados ou construídos, geridos em consórcio pelos Pontos de Cultura, que receberão recursos de até 500 mil reais/ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento se dará por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais, e sua missão será a de constituir-se em espaços de articulação entre os Pontos (BRASIL:2005a, p.21-2; BRASIL:2009b; BRASIL:2010a).

Os conceitos estruturantes do programa são descritos inicialmente com sentidos auto-evidentes: *autonomia* se traduz pelo respeito à dinâmica local, como um processo de modificação das relações de poder:

> Ao concebermos autonomia como práticas, como processos de modificação das relações de poder e como exercícios de liberdade, poderemos traduzi-la como trabalho social, político e cultural. Nesse sentido, não é alguma prática futura, nem espontânea, nem mesmo uma técnica social, política ou cultural, mas a própria realização, os atos concretos de participação e afirmação social (BRASIL:20005a,p.34).

No entanto, a autonomia também diz respeito à capacidade de sustentabilidade do Ponto:

> A autonomia é a capacidade de governar-se pelos próprios meios, direito de tomar decisões livremente. Um projeto é tanto mais autônomo quanto menor for a sua dependência de recursos financeiros de terceiros, quanto ele puder gerar seus próprios recursos. Esse é um dos primeiros problemas a serem enfrentados coletivamente pelos gestores do Programa (no nível do governo e no dos próprios Pontos de Cultura). O campo da produção cultural engloba tanto atividades financeiramente rentáveis, como outras não comercializáveis. Alguns Pontos de Cultura vêm desenvolvendo produtos e tecnologias que contribuem na manutenção financeira da instituição. Outros vêm conseguindo somar aos recursos disponibilizados pelo Programa, os de fontes diversas, como prêmios, parcerias, convênios com outros órgãos públicos. O processo de repasse de recursos públicos de maneira contínua e ininterrupta para instituições da sociedade civil, não costuma ser bem sucedido no país, mesmo na área da assistência social (de atendimento a idosos, crianças e populações em situação de risco). Tais projetos estão sempre sujeitos às alterações oriundas do processo de descontinuidade política típico da troca de governos no país. Algumas dicotomias se apresentam na busca da garantir autonomia para as iniciativas apoiadas, tais como: a de profissionalizar as atividades culturais tradicionais afastando-as dos objetivos originários e a da opção por atividades valorizadas pelo mercado. Por outro lado também é perversa a situação de dependência infinita do repasse de recursos do Estado (CALABRE in LABREA et al:2010,p.41, grifo meu).

O *protagonismo* diz respeito aos atores sociais se assumirem enquanto sujeitos de suas práticas e ao reconhecimento de que todos os grupos sociais, independentemente de origem, produzem conhecimentos e linguagem simbólica esteticamente elaborada:

> O protagonismo dos movimentos sociais aparece à medida que suas organizações são entendidas como sujeitos de suas práticas, que intervêm nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas (BRASIL:20005a, p.34).

Uma outra leitura possível para protagonismo relaciona-se a liberdade parcial que os pontos possuem para decidir como utilizar os recursos do MinC:

> O Programa foi elaborado de maneira a permitir o **livre gerenciamento das atividades**. O **edital prevê alguns pré-requisitos**, que ao serem cumpridos permitem aos gestores a liberdade de utilização dos recursos. A forma da utilização dos recursos estará vinculada a proposta de atividades apresentada no projeto, o acompanhamento da utilização dos recursos é feito de maneira pontual. Os maiores problemas surgem no final do convênio. Este procedimento tem seu lado positivo e o negativo, na medida em que **a autonomia das decisões é um elemento importante, mas, efetivamente limitado, pelas regras legalmente estabelecidas de utilização de recursos públicos**. A principal conseqüência é uma **inadequação da proposta de gerenciamento de recursos inanceiros estabelecida pelo Programa às formas tradicionais de investimento público, convênios e repasses**. Quanto maior o percentual de recursos públicos utilizados nas atividades, mais restrições nas formas de utilização enfrentarão as instituições e grupos conveniados (CALABRE in LABREA et al:2010, p.41, grifo meu).

O *empoderamento* evoca o reconhecimento e a afirmação pelo qual os sujeitos transformam as relações econômicas e de poder:

> Entendido como um processo, o empoderamento social nos Pontos de Cultura pode ser caracterizado como o instrumento pelo qual podem se transformar as relações econômicas e de poder. Como o programa visa potencializar ações culturais já desenvolvidas por setores historicamente alijados das políticas públicas, cria condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para a sustentabilidade da comunidade. Da mesma forma, à medida que os movimentos sociais são reconhecidos como sujeitos de manifestações culturais legítimas, os poderes locais passam a respeitá-los e a reconhecê-los (BRASIL:2005a, p.35).

Calabre, novamente, revela um sentido diferente para os conceitos estruturantes:

> **Potencializar, valorizar, reconhecer publicamente a importância de uma determinada atividade ou ação** são determinantes para a efetivação do terceiro princípio que é o do empoderamento. Dentro de uma sociedade desigual, capitalista, na qual, cada vez mais, nos tornamos cidadãos a partir da nossa capacidade de consumo, como sugeriu Nestor Garcia Canclini, ações que reconheçam o valor das atividades culturais ditas periféricas são fundamentais. Nós, brasileiros, estamos ainda muito marcados por uma herança colonial, na qual, o externo, o outro, é melhor do que o nosso. A relação de centro/periferia se reproduz de micros e macroambientes ou regiões. O processo de reconhecimento do valor de uma atividade pelo Ministério da Cultura, através de um processo de conveniamento, termina **agregando um significativo valor as atividades**. A partir de agora mais do que fornecer **chancelas de valor e reconhecimento** o desafio é o de **contribuir para o processo de auto-reconhecimento e auto-valorização** (CALABRE in LABREA et al:2010, p.41).

Fér (LABREA et al:2009, p.35-6), faz uma leitura interessante dos três conceitos a partir de Paulo Freire que entende o *protagonismo* social como valorização do ser humano enquanto sujeito que realiza intervenções críticas no mundo, tornando-se conscientes dos problemas do mundo e agindo para resolvê-los - *empoderamento* - em comunidade, na relação com os outros - *autonomia*. Na perspectiva freiriana, estes conceitos são mobilizados para permitir que o homem se torne sujeito de sua própria história, a partir de sua conscientização possa construir mecanismos, junto com sua comunidade, para mudar e tranformar o mundo.

Já Sousa e Silva (2009) relaciona esses conceitos ao fortalecimento dos grupos sociais:

> Pode ser pela garantia do acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, ou pela potencialização das capacidades expressiva e criativa, na perspectiva anotada por Montesquieu de 'ampliação da esfera de presença do ser'. Pode passar também pela ampliação da capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural, atualizando-se as tradições culturais locais e adaptando-as às necessidades contemporâneas da comunidade. Ou pelas oportunidades de sustentabilidade financeira e de desenvolvimento técnico dos grupos, ao incorporar novas relações, ao incrementar sua capacidade de estabelecer parcerias e agregar diferentes atores sociais (públicos ou privados). Ou, ainda, pelas possibilidades de identificação de demandas culturais locais, assim como pela criatividade e flexibilidade para o atendimento dessas demandas ou a resolução de problemas. Também pela ampliação dos canais de participação da comunidade nos processos sociais e políticos, assim como na participação nas decisões sobre o fazer cultural local e municipal. Também pela participação dos cidadãos na formulação, monitoramento e implementação das políticas públicas (SOUSA E SILVA in LABREA et al:2009, p.63-4).

O tripé *autonomia, protagonismo e empoderamento* é uma aposta do MinC no potencial dos grupos culturais que desde a abertura política, na década de 1980, produzem arte e cultura na periferia.

> Sabe-se que a partir da abertura política no Brasil, **os projetos de arte desenvolvidos nas comunidades de periferia do país, mobilizados pelos movimentos de arte-educadores e de educadores populares contribuíram para a construção de um olhar sobre as formas de produção de cultura**. Na contrapartida da cultura "bancária", fomentada pela cultura de massa, (isto é a partir da disseminação de padrões mais ou menos hegemônicos de consumo cultural) ou na manutenção das formas elitistas de produção cultural (isto é, a concentração da produção cultural distanciada das classes populares), **estas experiências apontam, como caminho possível, para o deslocamento e a emergência de novos espaços de produção cultural, a partir de uma visão marcada pela valorização da pluralidade da produção de imaginário, com capacidade de organizar novos territórios**. Estes territórios emergentes, em suas distintas formas – de organização, de produção, de reapropriação dos espaços da cidade e da periferia, entre outros -, vêm **construindo estratégias de afirmação e resistência, que alimentadas por uma ética de**

> **solidariedade, por uma política da amizade, fomentam identidades inventivas e desejantes, e são fortalecidas através dos intercâmbios de experiências com capacidade de resposta à formação de redes e de novas ações e corredores culturais** (DORNELES in LABREA et al:2009, p.50, grifo meu).

Assim, pode-se entender que *as entidades reconhecidas como pontos de cultura trazem para a política pública a autonomia, o protagonismo e o empoderamento que o Estado necessita para legitimar o seu projeto de governo, para fortalecer a sua posição argumentativa, para se reposicionar no jogo político* porque, como os Ministros Gil e Juca mesmos afirmam, com a Lei Rouanet é o mercado quem define o que é relevante para a cultura no país e não o governo. Trazer para a cena políticas novos interlocutores empodera o Estado, permite que o MinC se torne protagonista da política cultural e que conquiste certo grau de autonomia para desenhar a política. A afirmação do Presidente Lula na abertura da Teia 2007, em minha leitura, não é apenas uma figura de retórica, mas a constatação de um fato: *"Mas não são vocês que precisam do Gil e do Lula. Na verdade nua e crua, somos nós que precisamos de vocês. É o Estado brasileiro que precisa de vocês"* (LULA in BRASIL:2007).

E o desenho deste projeto de *gestão cultural compartilhada e transformadora* tem como principal instrumento o edital público.

> Com o **Edital Público de Divulgação criamos um instrumento de aproximação e compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade**, pelo qual, gestores públicos e movimentos sociais estabelecem canais de diálogo e de aprendizado mútuos, e estes, apresentam suas propostas a partir de suas realidades e necessidades.
> A intenção é estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade. (...)
> A gestão do Ponto de Cultura começa a partir do convênio que é assinado entre o Ministério da Cultura e os proponentes, definindo responsabilidades e direitos, firmando um pacto entre Estado e sociedade. O modelo de gestão precisa ser flexível e moldável, respeitando a dinâmica própria do movimento social, que continuará existindo independente de ser ou não um Ponto de Cultura. Durante o processo, sem dúvida, haverá uma tensão: por um lado, o movimento social apropriando-se de mecanismos de gestão, de recursos públicos - por outro lado, o Estado, com seu aparato burocrático, normas e regras rígidas.
> A partir desta interação poderemos estar construindo um **novo tipo de Estado**, ampliado, que **compartilha poder** com novos sujeitos sociais, ouve quem nunca foi ouvido, conversa com quem nunca conversou. E o Estado não se enfraquece (como acontece quando da transferência de atribuições para o mercado), pelo contrário, se fortalece, se engrandece ao permitir que a sociedade civil penetre em seu aparato.
> **Há o risco de que, neste processo, a sociedade vá se burocratizando, perdendo espontaneidade e até mesmo sendo cooptada**. Diante desta perspectiva, o elemento político surge como o único capaz de evitar a

> cooptação das entidades que integram a sociedade civil, preservando relativamente sua autonomia. Nesse caso, entende-se por cooptação a contaminação do "mundo da vida" pelo "mundo dos sistemas" (Estado e mercado). Para se contrapor a isso, poderemos encorajar uma ação, que desenvolva e fortaleça as estruturas que possam promover um melhor entendimento e uma melhor comunicação entre esses "mundos" (BRASIL:2005a, p.32-33, grifo meu).

A aposta da Secretaria, nesse momento, é que o *edital* poderia garantir *espaços de interlocução entre os pontos e pontões de cultura e o governo, e conseguiriam modificar, em algum termo, a estrutura do Estado*. Para avaliar se essa aposta tem condições de se concretizar, vale retomar as características de um edital público.

O edital segue normas legais - lei 8.666/93, lei 8.313/91 e, desde 2009, a portaria 29/2009 - que determinam o que pode ou não ser feito com o recurso público. O trabalho a ser desenvolvido com recursos federais deve ser *traduzido* para a linguagem da gestão: *plano de trabalho, cronograma, recursos financeiros, relatórios,* etc. Esta tradução, necessária para contemplar a legislação e dar transparência ao processo, faz com que os participantes tenham que se adequar às exigências estatais. Ao participar de um edital a entidade elabora e se vincula a um *plano de trabalho*, onde o Estado define a natureza das despesas - capital ou custeio - e os limites do que ele pode fazer com o recurso financeiro.

Os pontos são selecionados a partir de critérios[110], ações, públicos, territórios, linguagens[111] determinados pelo MinC. Nos três primeiros editais de conveniamento há menção a interface com a *cultura digital*[112] *e o software livre,* nos editais 02/2005 e

---

110 4.3–Serão adotados critérios que priorizem projetos com propostas inovadoras em relação aos seguintes aspectos: a) processos criativos continuados; b) integração entre universidade e comunidade; c) integração entre museus e comunidade; d) interface com a cultura digital em software livre; e) ações de formação cultural, documentação e registro nas comunidades em que atuam; f) geração de renda por meio da cultura; g) capacidade em agregar outros atores sociais e parceiros públicos ou privados, garantindo a sustentabilidade futura da proposta. h) integração de linguagens artísticas e da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social (ciência e tecnologia, esporte e lazer, educação, trabalho, comunicação e informação e outros); i) interação entre culturas tradicionais e novas tecnologias culturais, sociais e científicas; j) gestão cultural compartilhada (BRASIL:2005a, p.59).

111 5.2. Na avaliação dos projetos, a Comissão levará em conta propostas que atendam, ao menos, um dos seguintes públicos ou ações: a) estudantes da rede Pública de Ensino; b) adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social; c) populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos, como nos pequenos municípios; d) integração entre universidade e comunidade; e) habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio; histórico cultural e ambiental; f) habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais; g) portadores de necessidades especiais h) gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais – GLTB. (BRASIL:2005a, p.59).

112 Item 6 – DA CULTURA DIGITAL 6.1 – A ação Cultura Digital é o instrumento que permitirá a apreensão do que existe de mais "palpável na cultura brasileira, o nosso patrimônio imaterial", dando visibilidade e circulação à

03/2005, menciona-se também as bolsas da ação *Agente Cultura Viva*[113] e há a ampliação do público do ponto de cultura, incluindo gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais – público LGBT. Todos estes quesitos são definidos pelo Estado. O poder da gestão está concentrado em quem controla os recursos financeiros.

Embora discursivamente se reitere que o Estado contribui com verba pública para que o *ponto de cultura faça aquilo que ele já faz*, o ponto de cultura não tem liberdade total para definir o uso do recurso, ou seja, o que ele irá fazer, a não ser que suas atividades coincidam com o que está determinado no edital. Ou seja, *não são todas as atividades culturais que interessam, não são todos os públicos e territórios, há um alinhamento ideológico e político àquilo que interessa ao governo e dentro destes limites, o ponto pode fazer sua proposta de ação cultural*. Ou seja, sua *autonomia, protagonismo e empoderamento* está necessariamente condicionada aos interesses do Estado.

No período de 2004 a 2014 foram conveniados 3505 pontos de cultura e 158 pontões de cultura, totalizando 818 convênios (diretos com as entidades ou com governos estaduais e municipais). A distribuição por estados apresenta-se no quadro abaixo:

---

produção dos Pontos de Cultura. 6.2- A Instituição se obriga a investir, ainda no primeiro repasse dos recursos financeiros, no mínimo, a importância de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) na aquisição, adequação de equipamentos ou atividades de formação necessários para a implementação da ação Cultura Digital, conforme especificações definidas pelo MinC. 6.3-Os equipamentos multimídia, para os quais recursos estão previstos na primeira parcela, devem ser em software livre e serão configurados confor- me as necessidades do projeto. 6.4- Para essa configuração, o Ministério da Cultura disponibilizará mecanismos de orientação aos Pontos de Cultura que a requeiram (BRASIL:2005a, p. 55 e 60)

[113] Item 7-DO AGENTE CULTURA VIVA 7.1- Em razão de convênio entre o Ministério da Cultura e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, os Pontos de Cultura selecionarão até 50 jovens que receberão, durante o período de 6 meses, auxílio financeiro de R$ 150,00 por mês. 7.1.1- Havendo disponibilidade de vagas, a SPPC/MinC a seu critério, poderá atender a pontos que necessitem de mais de 50 Agentes Cultura Viva. Para tanto, o Ponto deve apresentar solicitação à SPPC, acompanhada de justificativa. 7.2- A cada ano, novos jovens serão inseridos nas ações do "Agente Cultura Viva". Para isso, será necessário que estejam enquadrados nos critérios do Programa Primeiro Emprego (MTE) estabelecido pelo Consórcio Social da Juventude, observada a Lei no 9.608, de 18/02/1998: a) ter entre 16 e 24 anos; b) possuir renda familiar per capita de até _ salário mínimo; c) cursar o ensino fundamental ou médio; d) não possuir experiência prévia no mercado de trabalho formal ou estar desempregado. 7.2.1- 25% dos auxílios poderão ser para os jovens que já concluíram o ensino médio; 7.2.2- Dá-se prioridade aos quilombolas e afrodescentes, indígenas, portadores de deficiência, trabalhadores rurais, egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas. 7.3- Os critérios citados acima são prioritários na seleção dos jovens bolsistas. Em caso do não preenchimento das vagas com base nos critérios acima descritos, poderão ser adotados os critérios abaixo, respeitada a renda familiar per capita de _ salário mínimo: a) autônomos, pessoas que trabalhem por conta própria ou façam parte de cooperativas; b) trabalhadores domésticos; c) pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social, como ações de combate às discriminações; d) gestores em políticas públicas e representantes em fóruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de políticas públicas e sociais (BRASIL:2004, p.55, 60-61).

	Dados dos Pontos de Cultura		
UF	**Convênios**	**Ponto**	**Pontão**
AC	10	26	2
AL	27	72	4
AM	5	44	
AP	4	17	1
BA	61	373	3
CE	48	240	10
DF	24	64	28
ES	13	33	3
GO	18	83	3
MA	15	74	
MG	72	192	6
MS	15	60	2
MT	11	47	3
PA	18	75	2
PB	22	66	3
PE	50	161	8
PI	19	111	3
PR	32	116	3
RJ	86	441	21
RN	16	67	1
RO	5	33	1
RR	7	19	1
RS	48	261	6
SC	23	88	3
SE	7	38	1
SP	155	665	40
TO	7	39	
Total geral	**818**	**3505**	**158**

QUADRO 02 - Pontos e Pontões de Cultura nos estados. Fonte: SCDC/2014

O edital como instrumento de fomento, apesar do discurso fundador que enfatiza o *"re-descobrimento dos Brasis profundos"*, não se mostra o instrumento mais adequado para que se possa construir novas hegemonias. O quadro acima indica que o eixo Rio-São Paulo, tão criticado por receber a maior parte dos recursos nas gestões anteriores, continua reinando absoluto. A região Sudeste recebe a maior parte dos recursos, seguida da Nordeste e do Sul. O Norte e o Centro-Oeste têm um número menor de pontos e pontões. São várias as explicações para isso: a maior concentração de população é nas zonas urbanas; as grandes cidades estão na parte litorânea do país; a experiência das entidades em fazer projetos adequados aos princípios dos editais culturais se concentram

nos centros urbanos; os moradores das zonas rurais, indígenas, quilombolas, entre outras populações tradicionais, tem maior dificuldade com a burocracia e por isso não participam dos editais, etc. A interiorização da política ainda se coloca como um grande desafio para a administração pública.

A fim de criar uma saída para os atrasos sistemáticos nos convênios, criou-se uma política de bolsas e premiações, para essas mesmas entidades terem condições de continuar suas atividades. Além do conveniamento dos 3505 pontos e 158 pontões, foram distribuídos, até 2014, 1734 prêmios e 1300 bolsas. O quadro abaixo mostra o valor dos recursos investidos no programa:

Ano de execução	Dotação inicial	Limite Autorizado	Empenhado	Pago
2004	16.160.000,00	16.160.000,00	4.073.733,28	1.324.192,06
2005	67.845.311,00	67.845.311,00	53.822.384,00	28.923.190,37
2006	49.910.801,00	49.910.801,00	45.621.413,32	16.897.585,22
2007	148.585.301,00	148.585.301,00	126.550.088,32	12.015.080,10
2008	120.362.722,00	120.362.722,00	119.713.542,2	23.983.903,11
2009	139.993.000,00	139.993.000,00	119.547.736,62	36.002.160,46
2010	216.114.705,00	127.191.657,00	107.876.527,62	14.436.324,60
2011	99.000.000,00	79.000.000,00	78.533.308,45	12.247.842,72
2012	113.624.780,00	81.570.445,00	69.690.474,31	34.002.678,99
2013	69.633.603,75	67.047.610,67	67.047.610,67	27.268.922,75
Total geral	**1.037.621.889,75**	**896.644.506,75**	**743.096.329,80**	**183.099.536,51**

QUADRO 03 - Evolução orçamentária e financeira da SCDC 2004 - 2013. Fonte:SCDC/SIAFI

Os prêmios e as bolsas fazem parte da estratégia desenvolvida pela Secretaria para superar os problemas de gestão que os convênios provocaram. Com os recursos dos prêmios e das bolsas muitos pontos e pontões puderam dar continuidade ao trabalho nas comunidades e se esta estratégia serviu para mantê-los na ativa, também provocou novo paradoxo em relação ao *que se diz* no discurso institucional e o *que se faz*. Barbosa da Silva (2011) traz para essa reflexão alguns elementos importantes:

> A política de editais do ministério vem sendo adotada com o objetivo de evitar o "clientelismo" praticado em outros tempos da história, garantindo **o princípio da equidade, com base no reconhecimento do direito de cada um e, consequentemente, de todos ao acesso dos recursos**. Contudo, o que se verifica na prática é que a lógica propagada pelos editais ao longo da história das políticas públicas no país fez emergir uma série de intermediários da cultura altamente especializados na formatação de projetos, captação de recursos, advindos da constante profissionalização do setor, bem como criou uma diferenciação entre os que aprenderam a operar nessa lógica e os que ainda lutam para entender e apreender tais mecanismos. Generalizações à

> parte, no caso do Cultura Viva, a capacidade argumentativa dos primeiros pode ser vista na quantidade de projetos e prêmios conquistados, já que o processo de seleção exige a elaboração de uma proposta de ação que defenda a sua intenção. Além da capacidade argumentativa de muitos, é possível refletir que **algumas instituições acumularam uma quantidade significativa de prêmios muito por conta do capital político que dispõem e das contribuições que isso pode trazer para o Cultura Viva.**
> Cria-se a partir daí um **paradoxo entre as diretrizes promulgadas pelo programa de equidade e acesso de grupos originalmente não contemplados pelas políticas**, e os projetos beneficiados, **alguns agraciados em todas as áreas de atuação do Cultura Viva e, por vezes, triplamente: no convênio realizado diretamente com o MinC, nos prêmios e, posteriormente, nas parcerias realizadas com as secretarias estaduais de cultura por meio do processo de descentralização do programa**. Trata-se de um processo contraditório, pois, por um lado, há uma concentração de recursos que impedem outros grupos de serem beneficiados, potencializando suas ações com o recebimento do financiamento. No entanto, por outro lado, esse movimento acaba por garantir uma extensão maior da sustentabilidade das ações e, consequentemente, das instituições, ponto abordado anteriormente. O que não significa, neste momento, não reconhecer a tentativa do MinC de contornar os problemas que foram surgindo no desenrolar do programa, como a continuidade das ações dos pontos que não estão mais conveniados; a facilitação do repasse de recursos e da prestação de contas; o uso do incentivo liberal para atingir pessoas que não eram antes contempladas, pelo excesso de exigências do convênio; e o reconhecimento de boas práticas no programa, entre outros. Contudo, entende-se que o processo de premiação traz consigo problemas, como **ausência de critérios e transparência nos processos de seleção**. Tampouco, favorecem o monitoramento do programa e **não constróem políticas públicas** (BARBOSA DA SILVA: 2011, p.87, grifo meu).

Não obstante essas questões, que não aparecem ou aparecem muito tangencialmente nos estudos sobre o programa, muitas entidades foram selecionadas e os a secretaria realizou vários eventos para articular os pontos de cultura. O programa, na perspectiva dos gestores, mostrou sua " *potência para des-esconder os brasis*, *reconhecer e reverenciar a cultura viva do seu povo"* (GIL in BRASIL:2010b, p.37), organizou muitos eventos, encontros e as Teias para dar visibilidade às atividades desenvolvidas pelos pontos e pontões de cultura e tornou-se referência e consolidou-se como a principal ação do ministério.

Os gestores ligados à Secretaria apontaram que a lógica dos editais de conveniamento produziu uma série de *elementos desfavoráveis*. São eles:

> Insuficiências do quadro de pessoal envolvido diretamente com a gestão do programa, composto por um número baixo de servidores estáveis, o que gera dificuldades no processo de gestão, tendo em vista que esta característica reforça tendências de alta rotatividade, dada a presença de terceirizados, e dificulta tornar rotineiro o domínio de procedimentos e do processo de qualificação;

> Dificuldades na celebração de convênios, devidas em especial a interpretações divergentes de normas, situação de inadimplência dos proponentes, ou não apresentação de documentação obrigatória;
> Inexistência de norma legal que fundamentasse especificamente o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização ou institucionalização; e
> Insuficiência e inadequação dos fluxos de recursos e dificuldades com relação à coordenação das ações por parte da administração pública (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.31).

Os editais não mencionam monitoramento, acompanhamento, avaliação[114] e tampouco o detalhamento do processo de prestação de contas a ser realizado pelos pontos de cultura. A ausência de informações de como se relacionar com a burocracia é a responsável pelos problemas de gestão que irão caracterizar o programa. Essa ausência - uma opção dos gestores -, será elidida pelo discurso do *Estado como entrave* que atribui à burocracia a responsabilidade pelos erros de gestão.

A secretaria, no entanto, posteriormente busca organizar informações sobre as atividades desenvolvidas pelos pontos de cultura. O **Primeiro Relatório de Avaliação do Programa Cultura Viva** (2005b) foi organizado pela então SPPC, em forma de questionários e enviados aos 86 pontos de cultura conveniados. Destes, apenas 34 responderam e a secretaria percebeu que teria que fazer visitas *in loco*, a fim de conhecer a realidade dos pontos e esse foi o início das inúmeras parcerias que a secretaria realizou a fim de obter dados primários sobre as atividades dos pontos de cultura. Neste relatório está presente a proposta de sistema de acompanhamento e avaliação do PCV, com indicadores e procedimentos para mensurar as práticas dos Pontos de Cultura utilizada na pesquisa: *indicador de condições sociais, índice de acesso a equipamentos culturais dos usuários dos pontos de cultura e o indicador de capacidade de gestão dos pontos de*

---

[114] A publicação **Cultura Viva...**(2005a) descreve um desenho genérico para os futuros instrumentos de avaliação da política: ***Entre os objetivos do programa Cultura Viva, construir instrumentos de avaliação*** *que contribuam para mensurar os impactos sociais e econômicos da cultura.* ***A coleta dessas informações terá a finalidade de mensurar o potencial mercadológico, ou, o retorno financeiro da produção cultural dos Pontos.*** *O interesse ao colher esse tipo de informação, é o de* ***identificar o potencial da cultura para a formação humana e crítica dos indivíduos e detectar em que medida ela pode ser capaz de mudar as condições de vida dos sujeitos coletivos****. Para este tipo de avaliação os retornos econômicos são importantes, mas não podem ser tratados como relação custo/benefício, inclusive, porque pela própria escala do projeto e da produção cultural que dele resultar, seria pouco realista estabelecer parâmetros de comparação com outras formas de produção e disseminação de cultura, como as da indústria cultural. Assim sendo, em consonância com o tratamento dado à cultura, pode-se dizer que espera-se, a partir desses instrumentos, captar o alcance dos objetivos do programa em seus conceitos básicos: as trocas culturais, o fortalecimento de iniciativas culturais locais, e o desenvolvimento, nos indivíduos, da consciência crítica e do espírito solidário e cooperativo, incluindo o respeito às diferenças* (BRASIL:2005a, p.30 grifo meu).

cultura (BRASIL:2005b, p.2). Desta avaliação destaca-se alguns dados:

> A principal **motivação** para as entidades se constituirem em pontos de cultura foi **a possibilidade de acesso a bens culturais em suas comunidades**. A segunda motivação foi a necessidade de preservar as tradições. O público dos pontos são os **jovens** sem acesso a bens culturais e em situação de vulnerabilidade social. As principais linguagens são **a música, o teatro e o vídeo**. Grande parte dos projetos entendem a **arte como mero instrumento de inclusão social ou de conscientização** para questões de interesse público, como a preservação do meio ambiente (BRASIL:2005b, p.3-4, grifo meu).

Os resultados orientaram a secretaria na condução da política e ela resolveu, entre outras coisas, empreender um esforço de sensibilização junto aos pontos para que eles tivessem condições de se transformarem em referência cultural em suas comunidades, porque, ao contrário dos postulados do Programa, *os pontos de cultura até então conveniados, em sua grande maioria, não articulavam redes locais e esta não era uma questão relevante para eles.*

Os gestores, no **Primeiro Relatório**, deram destaque à importância de acompanhar a atuação dos pontos de cultura e mensurar os resultados e impactos na "*dinamização da rede de relações econômicas pré-existentes ao início do apoio financeiro concedido pelo MinC e/ou incentivo à formação de novas redes de relações sociais ou econômicas"* (BRASIL:2005b, p.36). O MinC deveria, também, acompanhar os resultados e impactos na dinamização da *rede de organização e meios de mobilização social das comunidades* em que os pontos foram instalados, conectar os pontos de cultura para formar uma *rede de produção compartilhada e de troca de produtos simbólicos*,

> fortalecendo as relações (o reconhecimento do outro) entre as comunidades abrangidas pela rede, horizontalizando a relação entre essas comunidades (mediando e procurando reduzir as clivagens de exclusão simbólica presente na relação rural/urbano, favela/asfalto, etc.) e colaborando com a construção de uma corrente solidária e contra-hegemônica em relação a um complexo simbólico globalmente pasteurizado (BRASIL:2005b, p.37).

O **Primeiro Relatório** é, como o nome sugere, o primeiro *retrato* do programa e *mostra uma imagem diferente da idealizada no discurso fundador* e não somente no que diz respeito a capacidade de articulação em rede. Os pontos de cultura têm muitas dificuldades em dialogar com os instrumentos de gestão: plano de trabalho, cronograma, recursos financeiros, etc.

Estas questões acompanharam o PCV ao longo da gestão e as pesquisas do Ipea, realizadas a partir de 2007, apontam que na secretaria não havia planejamento para

monitoramento e avaliação das ações, o banco de dados sobre os pontos/pontões era incompleto e falho, não se sabia a condição dos convênios e nem mesmo o mailling estava atualizado ou digitado de forma correta (BARBOSA DA SILVA:2011, p.80). Ou seja, ao longo da gestão, não obstante o fortalecimento da política, havia fraquezas de ordem estrutural:

> (O PCV) sempre enfrentou diversos problemas, pois **os instrumentos jurídicos e normativos e as políticas de fomento disponíveis não dão conta adequadamente dessa experiência social**. Existem igualmente **limitações de ordem prática como o contigenciamento orçamentário, a escassez de recursos humanos, a mudança de orientação política e a ausência de um sistema de informações adequados** para o monitoramento do desenvolvimento das ações (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, grifo meu).

A questão extrapola a burocracia e revela que o Estado foi formatado a partir de uma posição ideológica para a qual não interessa ou é irrelevante as camadas populares.

> Os maiores problemas do Programa Cultura Viva e seu Projeto Pontos de Cultura são (paradoxalmente) suas maiores virtudes. Eles expressam a novidade potencial inscrita no programa/projeto: a abertura (escancarada) do estado para modalidades de cultura antes sistematicamente excluídas e, por conseguinte, a necessidade de acolhimento de novos atores culturais. (...) **O descompasso entre estado e culturas não (ou contra) hegemônicas aparece, por vezes, nos discursos acerca do programa/ projeto como (meros) problemas burocráticos. Enganosa aparência comum às ideologias. Os entraves, a rigor, denunciam algo mais profundo: o imenso fosso entre o estado nacional realmente existente e as necessidades, interesses da maior parte da população brasileira, inclusive no campo cultural.** O Programa Cultura Viva/Projeto Pontos de Cultura, ao fazer interagir o estado com tais modalidades culturais e seus atores, **expõe de modo contundente este caráter excludente e denuncia a grave inadequação existente no país entre estado e sociedade**. **Transformar este sintoma em mera questão de ajustes formais e burocráticos é destruir seu potencial de rebeldia contra o estado elitista.** O programa/projeto exige, pelo contrário, refazer o estado, em uma perspectiva radicalmente democrática e republicana. Ser coerente com o Cultura Viva/Pontos de Cultura é, antes de tudo, não esquecer seu traço inovador, nem perder seu caráter potencialmente subversivo. A utopia de um outro estado, uma outra sociedade e um outro mundo possíveis deve ser assumida como algo imanente e essencial (RUBIM in LABREA et al:2010, p.13-4; RUBIM:2011, p.65-6).

O programa enfrentou inúmeras dificuldades, *"burocratismo no processo de conveniamento, normas inadequadas à realidade, atraso nos pagamentos de bolsas para jovens, atraso no repasso de recursos aos Pontos, prestação de contas emperradas e em desajuste com a dinâmica da vida"* (TURINO:2009, p.87).

"A maioria dos convênios parou entre 2006 e 2007" (TURINO:2009, p.45), poucos editais foram pagos entre 2010 e 2012, editais foram cancelados, a média de

tempo para o pagamento de uma parcela de convênio é de 2 anos (ou seja, um convênio de 3 anos se estende por 6 anos), em 2012 a SCDC ainda tinha passivo de editais de 2004, e em 2014 ainda há 45 pontos/pontões remanescentes dos editais de convênio direto com a secretaria. Muitos pontos de cultura fecharam as portas, desacreditados em suas comunidades, muitos pontos de cultura abandonaram o programa, as redes de pontos de cultura tem pouca ou nenhuma mediação por parte da secretaria desde 2010 e isso possibilitou que estruturas verticais, hierárquicas e centralizadas se tornassem o interlocutor preferencial com a SCDC, entre outros impactos que serão descritos e analisados adiante. Ou seja, há muita dificuldade para traduzir a força do discurso fundador aos instrumentos de gestão disponíveis no Governo Federal.

A primeira pesquisa avaliativa do Ipea (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010) contemplou 386 (73%) pontos de cultura dos 526 conveniados até o final de 2007, e ela consegue, ao dialogar tanto com os gestores quanto com os pontos e pontões, mostrar que embora esses editais tenham permitido o acesso de novos atores sociais aos recursos estatais e dado visibilidade a iniciativas culturais até então restritas às suas comunidades, criando novas legitimidades. Porém, o *ineditismo* da proposta não esconde diversas dificuldades em sua implementação.

> A primeira pesquisa mostrou a riqueza de produção do plano cognitivo com a mobilização discursiva e de valores da cultura política; constatou que a política funcionava, mas não a partir do planejamento integrado, e sim conectando os diversos momentos – formação de agenda, formulação, implementação, execução etc. – de forma ad hoc. (...) Uma das escolhas da primeira avaliação, talvez uma das mais importantes como já se viu, era focar os pontos de cultura, não as ações do programa, a qualidade dos seus recursos humanos, eficiência, efetividade ou impactos. A delimitação se devia às dificuldades dos avaliadores em entender o desenho das ações, mas também o seu número elevado. Elas pareciam vagas e as apostas – soluções e alternativas – eram apenas interessantes, não eram avaliáveis no desenho ou na prática – não havia monitoramento – e nem sempre correspondiam ao que era proposto pela secretaria em termos do objeto de avaliação – o objetivo era construir indicadores para o programa. Um ponto deve ser enfatizado. As escolhas dos gestores eram motivadas. Acreditavam fortemente que as lacunas poderiam ser colmatadas pela atuação da sociedade civil, das associações e pelos grupos culturais envolvidos nos diferentes temas. O processamento propriamente "técnico" poderia ser abstraído – mesmo que se constituísse 95% da realidade e das necessidades do programa – e seria realizado pelas associações. A política por si e com seus recursos específicos poderia contornar os problemas que eventualmente aparecessem diante da implementação da política pública. A experiência demonstrou que as coisas não se dão necessariamente dessa forma (BARBOSA DA SILVA:2011, p.18-9).

A fim de dar escala ao Programa e resolver, ao menos parcialmente, os problemas estruturais do PCV, a Secretaria propôs um processo de descentralização para que Prefeituras Municipais e Governos Estaduais e Distrital, pudessem acessar os recursos da secretaria e realizarem seus próprios editais de seleção de pontos e pontões estaduais ou municipais, a partir da adesão ao Mais Cultura[115], programa *guarda-chuva* do MinC que buscava articular as ações de todas as secretarias e federalizar a política.

> A operacionalização do Cultura Viva firmou como estratégia as parcerias entre o MinC e os governos locais para a criação de novos convênios, ou seja, os governos estaduais e municipais passaram a conveniar diretamente os Pontos de cultura, realizando o papel antes desempenhado pelo ministério. A expectativa era de que tal caminho solucionasse ou, ao menos, amenizasse as dificuldades próprias da gestão e, principalmente, da continuidade e expansão do programa, no que se refere aos seus processos gerenciais e orçamentários. Dessa forma, os governos estaduais e municipais passaram a se responsabilizar pelo processo de seleção dos Pontos, assinatura dos convênios, capacitação dos gestores, execução de contrapartida financeira, repasse de recursos, gestão e prestação de contas, entre outras atividades inicialmente de responsabilidade exclusiva do governo federal (BARBOSA DA SILVA: 2011, p.77).

A descentralização pareceu, em um primeiro momento, a solução do problema de conveniamento, prestação de contas, monitoramento e avaliação - que seria executado pelos governos estaduais e municipais. Entretanto, a ausência de uma *metodologia* que acompanhasse a descentralização deixou que cada governo local fizesse a gestão dos projetos sem modelos ou padrão comuns. A dificuldade em organizar estes documentos orientadores mostraram que a Secretaria corria o risco de "*se converter apenas em um repassador de recursos, já que as funções de coordenação, qualificação e acompanhamento de ações são frágeis"* (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.32-3) e além disso, inseriu outros agentes públicos, nem sempre alinhados com as premissas do Programa, no processo de consolidação das ações. Na segunda avaliação do Programa,

---

[115] Lançado em outubro de 2007, o Programa Mais Cultura insere a cultura na Agenda Social do Governo Federal, transformando o acesso aos bens culturais em política estratégica de Estado para reduzir a pobreza e a desigualdade social. A estrutura do Programa está divida em três dimensões, articuladas entre si: Cultura e Cidadania (que executa o programa Cultura Viva), Cultura e Cidades e Cultura e Economia. Todas essas ações buscam a ampla participação da sociedade civil e dos poderes públicos. O Programa contempla prioritariamente as áreas de maior vulnerabilidade social, foi estabelecida uma territorialização com base no mapa dos Territórios da Cidadania – que atendem especialmente áreas rurais – e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que atua em regiões metropolitanas com forte índice de violência. O Programa Cultura Viva ganhou nova dimensão com o Programa Mais Cultura, que possibilitou que a Secretaria firmasse convênios com 24 estados e 16 municípios para implantação de Redes de Pontos de Cultura, ampliando o alcance do Programa Cultura Viva e criando redes de Pontos de Cultura. Fonte: http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontos-de-red/, acesso em 19/09/2013.

realizada em 2010, o Ipea mostraa necessidade de uma nova pesquisa, com foco na descentralização, a fim de analisar de maneira profunda seus efeitos e impactos, já que foi inferido pelos pesquisadores, com base nos relatos dos interlocutores, que "*questões relacionadas ao uso político dos pontos de cultura e mesmo de uso de recursos do programa para realizar outras políticas no nível local decorrem dessa descentralização, que coloca em movimento velhos modelos defazer política"* (BARBOSA DA SILVA: 2011, p.72).

Outro problema é uma Secretaria de Cultura municipal ou estadual atuar como pontão de cultura:

> O processo de descentralização fez que fossem acumuladas funções que seriam próprias da sociedade civil, no modelo de pontos de cultura, para membros da administração pública direta, por meio da figura do pontão gerido por secretarias de cultura. Nesse caso específico, a descentralização se deu no momento em que o pontão foi criado e passou a acumular as funções de articulação e fortalecimento da rede de pontos de cultura do estado em questão, além de tarefas referentes ao processo de conveniamento, como edital de seleção, transferência de recursos, capacitação, prestação de contas, gestão, etc. Sob um ponto de vista mais amplo, a questão que nos salta aos olhos é a articulação e a concomitância da função do pontão propriamente, de animação da rede, por exemplo, e as demandas próprias da gestão pública. Ou seja, durante a pesquisa de campo foi possível perceber que os encontros, debates, capacitações e fóruns de discussão são exclusivamente tomados por tentativas de esclarecimentos de dúvidas sobre os procedimentos relacionados à gestão dos convênios com a secretaria de cultura. Isso, por si só, não seria um problema, podendo inclusive ser considerado como um fator positivo da descentralização, na medida em que a gestão é um dos grandes entraves do programa. A questão é reduzir o papel do pontão às funções das secre- tarias. Percebe-se que ele opera como intermediário entre a secretaria e a rede de pontos de cultura, e não desempenha funções destinadas a um pontão exatamente (BARBOSA DA SILVA: 2011, p.72).

O Ipea faz a seguinte avaliação do processo de descentralização, depois de escutar os pontos e os gestores:

> A despeito do reconhecimento da necessidade de articulação com as secretarias estaduais e municipais, há um grande temor no que se refere às ingerências político-partidárias, o que denota ceticismo quanto ao processo de descentralização dos editais para estados ou municipalidades. Além disso, a atual capacidade do MinC de acompanhamento, avaliação e descentralização é vista como insuficiente para garantir autonomia, transparência e participação. Entende-se que, onde houver mecanismos de participação e controle social, a regionalização poderá ser um sucesso. (...) A impressão da maioria, depois do longo processo de pesquisa, é que o MinC não se preparou institucionalmente para a complexidade do desafio, seus desdobramentos e articulações, em termos de pessoal, infraestrutura, e fluxos técnicos e administrativos. (...) Houve certo consenso sobre a necessidade de se investir na formação e capacitação dos responsáveis pelos Pontos de cultura, tanto no que se refere à gerência de projetos quanto ao planejamento estratégico no campo da cultura.

> **Verificou-se que são realizadas muitas reuniões e processos coletivos de tomada de decisões, mas que tais instrumentos não garantem eficiência e eficácia na execução dos planos e ações. Além disso, o Cultura Viva parece ainda não ter consolidado uma espécie de comunidade de práticas capaz de reinventar modelos de gestão cultural. Os problemas e as contradições entre o instituído e o instituinte são grandes** (BARBOSA DA SILVA & ARAÚJO: 2010, p.33, grifo meu).

A descentralização foi mal planejada, ao transferir os problemas que existiam inicialmente no governo federal para o âmbito estatal e municipal. A Secretaria demonstrou as mesmas dificuldades de operacionalizar os convênios com os entes federados que já tinha com as associações da sociedade civil e estas dificuldades aparecem igualmente nos convênios entre governos estaduais e municipais com os pontos (BARBOSA DA SILVA: 2011). Ou seja, os problemas apenas mudaram de escala. A descentralização, por envolver outro ente federado, em alguns casos acabou por dificultar ainda mais a parte jurídico-administrativa da execução dos convênios, dado que cada ente tem sua própria estruturação jurídica. Tal procedimento acabou ocasionando grandes atrasos – cerca de um ano para a maioria, para outros ainda mais tempo – para que o processo fosse desenrolado, o convênio assinado e o repasse de recurso executado (op.cit). Mesmo assim, se bem formulada, esta estratégia parece ser ainda a melhor opção para o programa ampliar a política.

> Neste sentido, a estadualização do Cultura Viva representa, por um lado, uma possibilidade real para sua reestruturação, e por outro, mais desafios para os órgãos públicos estaduais de cultura, co-responsáveis pelo Programa, que terão ainda que articular sua política com a de outro órgão público (MinC) e aproximar a rede de Pontos de Cultura já existente naquele estado com os novos projetos conveniados. Além disso, apresenta-se claramente uma questão muito mais complexa: a inadequação do sistema jurídico brasileiro para o desenvolvimento de uma política pública de cultura. Ainda que as organizações da sociedade civil tivessem o hábito de dialogar com o Estado e que possuíssem uma estrutura administrativa capaz de entender e obedecer a todas as exigências, está cada vez mais claro que determinadas orientações legais não são compatíveis para projetos culturais, e o Ponto de Cultura é atualmente o maior exemplo disso (ROCHA in LABREA et al:2009, p.48).

Diante deste cenário, em que os problemas de gestão - entenda-se prestação de contas, atraso nos pagamentos dos editais, contigenciamento dos recursos, ausência de memória instuticional e pouco recursos humanos -, não se resolveram com a descentralização, ao contrário foram também descentralizados, a SCDC continuou suas atividades a partir dos editais de prêmios que permitiu que os pontos/pontões de cultura continuassem recebendo recursos da Secretaria, via entidade ou pessoa física. Esses

editais ampliaram as redes do Programa e muitos pontos/pontões participavam simultaneamente de várias ações.

Os responsáveis pelos pontos de cultura, nas entrevistas avaliativas realizadas em 2011, corroboraram as percepções dos gestores do programa, e mostram que o programa emperra na gestão, há uma *assimetria tremenda entre o dizer e o fazer* (BARBOSA DA SILVA et alii: 2011). Não obstante essas questões, há o entendimento de que o cultura Viva têm vários aspectos positivos que justificavam sua continuidade.

> Nesse quadro, em que as dificuldades se destacam, o desempenho do programa foi positivo, se tomado em termos quantitativos e qualitativos. **Os resultados foram surpreendentes, mesmo que as evidências de que a administração pública deveria ser aperfeiçoada em seus procedimentos e regras tenham se sobressaído aos olhos dos avaliadores.** A situação dos atores mudou e é muito grande o número daqueles incluídos nas políticas. O contexto institucional e a percepção do que é relevante em termos de políticas públicas também se deslocou, associando-se às ideias de democratização, democracia cultural e direito cultural. O alargamento do conceito de cultura foi levado a sério, o que implicou a valorização e o reconhecimento de um largo campo de expressões e práticas (BARBOSA DA SILVA: 2011, p.13, grifo meu).

Neste contexto, como *gestão compartilhada* pode-se entender que a partir da adesão da entidade aos critérios e às prioridades do Estado, ambos compartilham, em diferentes níveis de intensidade, a gestão do plano de trabalho, mas essa é uma relação assimétrica, atravessada pela burocracia. O que se pode inferir deste discurso é que ele é um *a priori*, que não encontra respaldo nos instrumentos de gestão disponíveis.

A proposta de *gestão cultural compartilhada e transformadora,* na minha leitura, pode ser traduzida pela proposta de *ação cultural* que, na acepção de Francis Jeanson, remete à criação ou organização das condições necessárias para que as "*pessoas inventem seus próprios fins no universo da cultura"* (COELHO:2012, p.42). Coelho afirma que a ação cultural é uma aposta: "*dados certos pontos de partida e certos recursos, as pessoas envlvidas no processo chegarão a um fim não inteiramente especificado, embora provavelmente situado entre certas balizas. Ou não..."* (op.cit: p.43).

O MinC em 2010, ao fazer a análise de suas políticas no período entre 2003 e 2010[116], não fala em *gestão compartilhada*, mas em *"diálogo, debate e co-responsabilidade".*

---

[116] Para conhecer a análise, recomendo a leitura de MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura em três dimensões. Material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010.** Brasília: Ministério da Cultura,

> Trata-se de uma co-responsabilização entre Estado e sociedade civil, que **assumem papéis complementares** nas etapas de planejamento, formulação, execução e acompanhamento. (...) A mobilização de esforços coletivos fortalece o chamado controle social, permitindo que a população monitore a conduta das instituições públicas, de forma a cobrar o respeito à legislação, a garantia dos direitos e o cumprimento dos acordos. **Para que essa realidade se efetive, é necessária a construção de instâncias adequadas** (BRASIL, 2010, grifo meu).

Os conceitos dos programa aprofundam e adensam o discurso política populista que caracteriza o *discurso fundador* e a *memória discursiva* do Cultura Viva. A *função de símbolo* e de *significante vazio* (LACLAU:2005) cria uma *realidade possível* - se todos os complexos elementos que caracterizam os conceitos se concretizarem. Entre o idealizado e o realizado há espaços. Será interessante verificar como ressoa essa *língua de vento* nos espaços de formulação e interlocução e quais sentidos se mantém e quais se transformam em outros.

4.1 A MEMÓRIA DISCURSIVA: O RITUAL DISCURSIVO DE CONTINUIDADE

> Como um discurso político funciona? O que é enunciar, manter o fio de um discurso, mas também *repetir, lembrar, esquecer*, para um sujeito enunciador tomado nas contradições históricas do campo político?
>
> **Jean-Jacques Courtine**

Pêcheux entende que *"a memória*[117] *discursiva seria aquilo que em face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os implícitos - os pré-construídos, elementos citados ou relatados, discursos transversos - de que sua leitura necessita*: *a condição do legível em relação ao próprio legível"* (PÊCHEUX in ACHARD et al:1999, p.52).

> Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição "no vazio" de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas

---

2010.

[117] Neste estudo foca-se a memória discursiva que, a partir da narrativa do poder, imbrica memória social e memória institucional. Jacques Le Goff (2003), faz um estudo exemplar sobre história e memória e recomendo a leitura de sua obra a quem interessar conhecer a historicidades destes conceitos. Do ponto de vista da AD, a memória interessa pelo modo como inscreve acontecimentos em uma base discursiva, a partir de uma posição-sujeito e de uma FD.

> jamais poderemos provar ou supor que este implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo (ACHARD et al: 1999,p.13).

Os *pré-construídos*, na AD, são todos os enunciados possíveis, têm suas origens no interdiscurso que é o espaço anterior à enunciação e se caracteriza como a *memória do dizer*. O *discurso transverso* funciona pela substituição simétrica e orientada de certas palavras por outras equivalentes a fim de estabelecer posições subjetivas condicionadas pelo contexto sócio-histórico e pelo inconsciente. As relações que o discurso transverso produz remetem a ordem da metonímia, das relações de causa e efeito, etc. (PÊCHEUX: 1995, p.188).

Para Pêcheux os fatos do discurso se inscrevem em uma *memória discursiva* que produz efeito de repetição ou reconhecimento (PÊCHEUX in ACHARD et al:1999, p.51).

> A repetição, do ponto de vista discursivo, é um efeito material que funda comutações e variações, e assegura (...) o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrásica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material. A repetição também pode caracterizar uma divisão da identidade material" (op.cit.,p.53).

Sob o *mesmo*, abre-se a possibilidade da metáfora e da interpretação, que caracteriza o espaço de interlocução. A *memória discursiva* produzida nos documentos do Programa Cultura Viva imbrica a *memória social* e a *memória institucional* e mostra como um discurso político funciona, a partir do que Corten denomina "*cena das forças políticas construídas pelo discurso"* ou "*representação do político"* (in INDURSKY:1999, p.37), a partir de uma posição de sujeito inscrita em determinada FD. Como as redes, a *memória discursiva* é também *híbrida*, lacunar, parcial, fragmentada, resulta de um esforço de inscrever determinados acontecimentos em uma narrativa que se fixa como história a partir de processos parafrásicos que estabelecem uma versão que prevalece sobre outras.

A formação discursiva que organiza o que pode ou não ser dito no governo federal, mobiliza um esforço imenso, a partir da forma-sujeito, em criar uma narrativa que se afastasse dos valores e diretrizes da gestão anterior (FHC) e que reiterasse os valores e a *novidade* da sua gestão. É muito sugestivo o bordão do Presidente Lula: *"nunca antes na história deste país..."*. Busca-se a *novidade* para romper com a gestão anterior, para enfatizar e valorizar um esforço de ruptura, para criar uma identidade

singular, para marcar uma posição de *esquerda* com um projeto político diferenciado. Entendo que a posição-sujeito do MinC atualiza o discurso da *novidade*, iniciado na Presidência da República.

O MinC, inscrito nessa FD, a partir da sua posição-sujeito, disputa valores com a sociedade, com o mercado, com governos não alinhados e dentro do próprio Governo Federal e organiza sua posição argumentativa para instalar uma narrativa que enfatize suas próprias questões. *É a "língua de vento"* da política, instáveis e fluídas do discurso político populista.

Como a FI do Governo Federal é hegemônica e seus enunciados são a base discursiva da rede parafrásica das outras posições de sujeito, os ministérios comprometidos com a agenda social, em geral, ocupam posições enunciativas que dialogam com estes princípios porque trabalham com os mesmos grupos de beneficiários, nos mesmos territórios, desenvolvem projetos de cunho social, pedagógico, cultural, ambiental - reproduzem os valores e a ideologia da forma-sujeito que organiza a FD. No entanto, o Programa Cultura Viva absorveu estas características ganhou visibilidade em tal escala e intensidade que para além do seu próprio discurso, produz um *efeito de novidade* no campo das políticas públicas. Esse reconhecimentose dá em função do trabalho da *memória discursiva* que mostra como evidente e naturalizado um esforço brutal de reiteração: as retomadas e paráfrases produzem *memória*. Essa memória retorna com efeito de *pré-construído*, de *já-dito*, de *implícitos,* se atualiza nos novos discursos produzidos.

Neste jogo entram em cena os *textos-manifestos* que são reproduzidos *literalmente* em vários documentos oficiais: por exemplo, o discurso de posse do Ministro Gil está no site do MINC, está no **Cadernos do Do-in Antropológico** (BRASIL:2003), no **Cultura Viva...** (BRASIL:2005a), no **Programa Cultura Viva...**(BRASIL:2010a), na **Teia** (BRASIL:2006b), no **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL:2010b), no **Cultura pela Palavra** (ALMEIDA et al:2013); outro exemplo, o texto *Desescondendo o Brasil Profundo* de Célio Turino aparece no **Cultura Viva...** (BRASIL:2005a), no **Programa Cultura Viva**... (BRASIL:2010a), no **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL:2010b), o *Teias - cada ponto cria um centro* de TT Catalão está no **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL:2010b) e no **Nem é erudito, nem é popular**

(FONTELES:2010), suas *ideias-forças e sua poética* são repetidas e reforçadas nos eventos, citadas nas falas dos outros gestores, reproduzidas nas falas dos Pontos, aparecem nos estudos e pesquisas, ganham força nas imagens que são produzidas e veiculadas pelo MinC, imagens e textos são usados para validar a atuação do Governo e ganham o estatuto *de verdade, de fato*. Essa matriz de sentidos estabilizados vai sendo incorporada e repetida de várias formas diferentes inclusive ao referir outras redes, inscrevendo-se na configuração típica dos discursos pedagógicos que é a *circularidade:* discursos que se auto-alimentam, repetindo o mesmo (ORLANDI:1996, p.15). A repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido passa a constituir a *memória discursiva*.

A narrativa do poder, segundo Corten, determina *"o fechamento do espaço político"* (CORTEN in INDURSKY et al:1999, p.40). Entendo que este fechamento implique em *monologia*, embora crie o *efeito de polifonia: todos falam o mesmo*. Há muitas vozes, mas todas em *uma mesma direção de sentidos*.

> Citação, recitação, formação de pré-construído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrência das formulações (COURTINE in INDURSKY et al: 1999, p.20).

O trabalho de *lembrar o acontecimento* é feito pelo Estado que (re)produz os textos e as imagens que irão circular no conjunto da sociedade: *o sujeito lembra o que foi dito do acontecimento e não o acontecimento em si*. No caso da imagem fotográfica, neste estudo considerada como discurso, a lembrança do acontecimento é um recorte: "*o tempo fotográfico recompõe o tempo da memória, alheio ao tempo cronológico"* (KOURY:2001, p.12).

Criam-se, nas palavras de Courtine, "*rituais discursivos da continuidade, que produzem um corte temporal ligando o presente da enunciação ao passado - e também ao futuro - discursivo, em uma anulação imaginária do processo histórico"* (in INDURSKY et al:1999, p.20). O *ritual discursivo* aponta para uma memória já *interpretada*, recorte do real, com os sentidos já dados. Os enunciados que compõem a memória discursiva definem "*os limites para os outros enunciados*" (CORTEN in INDURSKY et al:1999, p.43). Por este motivo entendo que *a memória institucional se entrecruza com a memória social na memória discursiva*: o Estado institui o ritual

discursivo de continuidade que mais o favorece e escolhe e legitima o que deve ser lembrado. O ritual, no PCV, adquire característica de uma *mística*: tem os cantos, as danças, as cores, a ciranda, os depoimentos, as imagens que circulam. O Pontos aderem ao ritual, acolhem e ampliam essa memória com suas próprias narrativas e rituais porque interessa a eles ver-se empoderados e reconhecidos daquela forma.

O MinC, ao fortalecer os pontos em seus discursos, se fortalece porque mostra como a política pública foi bem sucedida, e os pontos - ao repetirem o discurso institucional - se fortalecem porque ocupam espaços de interlocução antes a eles vedados. Com este duplo fortalecimento, apaga-se o trabalho de tornar evidente alguns acontecimentos - e não outros - e naturaliza-se uma versão do programa, que passa a ser história. No entanto, a questão do fortalecimento recíproco, motivo da parceria, não é explicitada, é velada. A representação do político construída no espaço de formulação cria uma *ficção* porque a questão do poder é elidida. Governo e sociedade ocupam os mesmos espaços de argumentação, ocultando as diferentes posições sociais ocupadas por cada grupo: eles são parceiros[118]. Da mesma forma não se diz, nem governo nem sociedade, que eles querem se manter no poder, querem continuar ocupando os espaços conquistados. A questão do poder é o *implícito* com o qual todos dialogam. "*E o poder, tal como é percebido é produzido pelo relato do poder"* (CORTEN in INDURSKY et al:1999, p.40), no caso do PCV se produz a elisão do político.

Courtine (INDURSKY et al:1999,p.19), ao estudar o discurso político, se questiona: *como um espaço de repetição inscreve-se num conjunto desnivelado de discurso*? Retomo essa questão para entender como a memória discursiva do PCV se instala como memória social e memória institucional, simultaneamente, forjando a história dos pontos de cultura. Do ponto de vista do sujeito enunciador a estratégia é a *paráfrase* e a *heterogeneidade mostrada*:

> As diferentes formas do discurso relatado, através das quais materializam-se as remissões de discurso a discurso e, notadamente, a relação e a citação ao texto primeiro (COURTINE in INDURSKY et al: 1999, p.19).

---

[118] Aqui vale lembrar a definição de Carl Schmitt do político: "a distinção específica do político, à qual se podem reduzir os atos e as motivações políticas, é a discriminação do amigo e do inimigo" (SCHMITT apud CORTEN in INDURSKY:1999,p.39).

Os discursos produzidos sobre o PCV necessariamente dialogam com o *discurso fundador*, com a *memória discursiva*, a partir de citações e de retorno ao conteúdo semântico que ele expressa. O *discurso fundador* cria um fato discursivo quando torna-se um *ritual de continuidade*. O MinC e os pontos de cultura se colocam em uma mesma posição argumentativa, a do Estado.

Eni Orlandi (ACHARD et al:1999) mostra que há acontecimentos que não se inscrevem na memória, há uma falta. Estas ausências, no entanto, segundo Courtine (INDURSKY et al:1999) deixam a *marca do seu desaparecimento*.

Em *O chapéu de Clémentis*, Courtine retoma uma passagem de Milan Kundera em **O livro do riso e do esquecimento**, que descreve uma imagem: um dirigente comunista fala ao povo em um sacada em Praga, cercado de seus camaradas, entre eles Clémentis que, atencioso, nota que o dirigente está sem chapéu e coloca o seu na cabeça de seu chefe. Muitas fotos são tiradas deste momento, circulam e são reproduzidas, produzem uma memória institucional. Alguns anos mais tarde, Clémentis é considerado um traidor do regime e é enforcado. Sua imagem é retirada de todas as imagens oficiais, de todos os textos, ele é expurgado da história do Partido. No entanto, a marca de sua presença no mundo existe: seu chapéu na cabeça do dirigente comunista.

Da mesma forma, pode-se pensar que entre 2003 e 2010 há um esforço do Estado em enfatizar uma visão da política pública, focada na potência e no encantamento. A *memória discursiva*, nos textos e imagens do PCV, exalta *a novidade, a ruptura, a vanguarda, o deliberado experimento poético-filosófico, a estética, a poética*. A memória discursiva produzida, segundo Courtine, é própria das *"línguas de Estado"* que "*dividem em pedaços lembranças dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação e a queda. Memória saturada e lacunas, "memória com eclipses"* (COURTINE in INDURSKY et al:1999, p.16).

A *gestão*, (o ordenamento, os instrumentos, a estrutura, a legislação) nessa metáfora é Clémentis. Ela está presente, impõe sua presença, até um limite. Se não é enforcada, pois aqui é uma impossibilidade - ela tem mais força que o infeliz do Clémentis -, com certeza é secundária, é citada como um *entrave* para o desenvolvimento do Programa. Ela é apagada do *discurso da potência*.

No entanto, as dificuldades de gestão do Programa são amplamente mapeadas, desde o primeiro Relatório de Avaliação elaborado pela Secretaria (BRASIL:2005b), os problemas estão descritos. Depois são reiterados e aprofundados pelas pesquisas do Ipea (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2010; BARBOSA DA SILVA:2011). Para manter o ritmo de crescimento acelerado do Programa opta-se por não fazer ajustes radicais no seu desenho[119]. Assim, essas questões pouco aparecem ou se mostram secundárias na *memória discursiva*, embora na vida real e complexa dos pontos de cultura a gestão é o grande desafio: como dialogar com os instrumentos e o arcabouço legal e como dialogar com uma Secretaria que não tem a estrutura necessária para unir *potência e gestão*?

A questão da *gestão* aponta, ela se impõe. É o *chapéu de Clémentis* que mostra a fragilidade desta *memória* que é formada por uma *língua de vento,* cuja função é manter uma política funcionando. O *chapéu de Clémentis* aponta que tudo o que se pode ver ou se mostra não é tudo que de fato existe. A *memória* se mantém a partir de um discurso político eloquente e de caráter populista, da função de símbolo que o programa adquire, de imagens grandiosas e da parceria entre o Governo e a sociedade, unidos para manter o estado das coisas inalterado, pois ambos se fortalecem mutuamente nessa situação. A esperança de ter um edital pago em algum momento futuro é melhor que não haver edital, uma Teia a cada dois anos é melhor do que não ter Teia alguma e esta esperança mantém a coesão entre o governo e os pontos de cultura até 2010.

Em 2011, o *ritual discursivo de continuidade* é rompido com a desprioritização do Programa Cultura Viva pelo MinC e a desprioritização do MinC pela Presidência da República. Outros programas são agora prioridade, outra memória luta para se instalar e o *chapéu de Clémentis* é agora estruturante: programa que não tiver condições de gestão será redesenhado. Ou seja, agora todos são obrigados a usar *chapéu*. A potência interessa muito, não se ignora o que foi feito, mas se colocam outras questões.

Parafraseando Courtine, diria que a memória discursiva do PCV é um "*produto da história real, mas é, ao mesmo tempo, produção de uma história fictícia"* (COURTINE in INDURSKY et al: 1999, p.21), um recorte do real que atuava como se fosse **o** real. O MinC, a partir de 2011, ao priorizar um outro recorte do real, provoca a desestabilização do Programa porque escolheu produzir um outro discurso, de uma outra posição

[119] Os convênios são substituídos por prêmios e bolsas e os editais continuam (vide Anexo II).

enunciativa. O novo discurso da gestão é gestão. Essa nova opção provoca deslocamentos importantes que iremos acompanhar no *espaço de interlocução*.

Neste capítulo, apresentei as linhas gerais do contexto sócio-histórico e político que criaram as condições da memória discursiva do PCV se instalar. Agora, passo à discussão sobre os diferentes conceitos de redes que permeiam os *espaços de formulação e de interlocução* do PCV e às questões que orientam este estudo.

5 A NOÇÃO POLISSÊMICA DE REDE NO PCV: A REDE COMO *METÁFORA*

> *Mélange*, mistura, um pouco disso e um pouco daquilo, é *dessa forma* que o novo entra no mando. (...) Celebrar o hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação, que vêm de novas e inesperadas combinações de seres humanos, culturas, idéias, políticas, filmes e músicas.
>
> **Salman Rushdie, 1991.**

5.1 A SOCIEDADE EM REDE, AS REDES HEGEMÔNICAS E AS REDES CONTRA-HEGEMÔNICAS: A DANÇA DOS SENTIDOS

O discurso sobre as redes do Programa Cultura Viva insere-se em um fluxo narrativo que tem suas origens na reflexão sobre *a sociedade em rede* e *as redes sociais* que foram tematizadas por diversos autores[120], desde meados da década de 1980, quando novas tecnologias e o processo de globalização transformaram as relações sociais ao ampliar as percepções de espaço e tempo.

Julgo importante estabelecer um diálogo mais linear com as teorias de redes[121] e várias de suas categorias: *sociedade em rede, rede hegemônica* e *rede contra-hegemônica*, porque estas ideias, neste estudo, falam de processos específicos que me parecem pertinentes distinguir e nomear a fim de entendermos a ideia de rede do PCV.

---

[120] Entre eles, destacam-se neste estudo: Castells (1999a, 1999b, 1999c), Giddens (1991), Santos (2005a, 2005b, 2006a, 2006b, 2007).

[121] Nesse trabalho optou-se por não realizar uma resenha de toda a extensa bibliografia existente sobre o conceito de rede, pois essa pesquisa já existe e é acessível. Assim, para quem quiser acompanhar o percurso de leitura que produziu o recorte teórico que adotou-se nessa pesquisa, sugiro a leitura de Castells (1999a, 1999b, 1999c), Mance (2002), Marques, (2000 e 2010), Lima (2006), Scherer-Warren (1993), Makiuchi (2005), Sanchez (2008), Sposito (2008), Villasante (1998a e 1998b).

5.1.1 As redes e a teoria: confluência e alteridade

> As mudanças sociais são tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica. (...)
> Houve uma redefinição fundamental de relações entre mulheres, homens, crianças e, consequentemente, da família, sexualidade e personalidade. (...)
> Os sistemas políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura de mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos.
> Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmero, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia.
> Neste mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. (...)
> A busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. (...)
> A identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. (...)
> Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particularistas historicamente enraizadas.
> *Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser.*"
>
> **Manuel Castells**

A civilização moderna[122] ocidental disseminou-se globalmente a partir do seu poder econômico, político e militar fundado sobre a conjunção de quatro dimensões

---

[122] Para Giddens, a modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornariam mais ou menos mundiais em sua influência (1991:11) e que construíram as condições para a globalização se instalar. Pode-se entender que estamos em um período limítrofe, em uma fase de transição, entre a superação de um paradigma e a emergência de outro. Este reconhecimento não indica que o novo paradigma já exista ou que a modernidade esteja superada ou em vias de sê-lo, mas revela a dimensão utópica necessária à construção de alternativas para a relação entre conhecimento e poder.

institucionais da modernidade: capitalismo, industrialismo, aparatos de vigilância indireta e baseada no controle de informação e o monopólio dos meios de violência pelo Estado (GIDDENS:1991, p.61-64). A partir da década de 1970, até os nossos dias, a modernidade foi marcada pela reestruturação do capitalismo - com o triunfo do *estado neoliberal* e de um *modelo hegemônico de produção e consumo* -, associado à revolução tecnológica advinda do acesso à informação em tempo real e do surgimento de novas mídias que apagam as distâncias, modificando antigas estruturas, transformando-as, criando novas formas de representações sociais, desejos, necessidades, territórios, redefinindo a base material da sociedade.

> Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade. (...) O capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-a-vis* o trabalho, com o declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográfico e culturais para a acumulação e gestão de capital (CASTELLS, 1999a: p.39).

Um novo tipo de estrutura social descreve essa re-elaboração dos imaginários sociais, ressignificando práticas e instaurando culturas padronizadas. É a *sociedade em rede*[123] que surge na cena mundial.

> A *sociedade em rede* é caracterizada pela globalização das atividades econômicas; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pelas transformações das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo (...) abalando instituições, transformando

[123] Nesse trabalho optou-se por não realizar uma resenha de toda a extensa bibliografia existente sobre o conceito de rede, pois essa pesquisa já existe e é acessível. Assim, para quem quiser acompanhar o percurso de leitura que produziu o recorte teórico que adotou-se nessa pesquisa, sugiro a leitura de Castells (1999a, 1999b, 1999c), Mance (2002), Marques, (2000), Lima (2006), Scherer-Warren (1999), Makiuchi (2005), Sanchez (2008), Labrea (2009).

> culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo (CASTELLS, 1999a: p.17).

A *sociedade em rede* caracteriza-se por uma mudança significativa nos espaços, que passam a estar interconectados e sob influência das redes globais. Ao *espaço de lugares*, historicamente enraizado e onde ocorre a experiência da vida cotidiana, justapõe-se um *espaço de fluxos*. Ainda que a lógica espacial de um lugar histórico seja mantida, tanto o *espaço de fluxos*, quanto o *tempo intemporal* prevalecem por causa da articulação da elite em torno do seu paradigma. Enquanto fomenta um processo de conexão entre o local e o global, a rede e seus fluxos também conduzem a uma segregação social, onde as distâncias são infinitas em contraponto a distância nula daqueles que estão integrados a ela. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história. Portanto, quanto mais uma organização social baseia-se em fluxos a-históricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicas (CASTELLS, 1999a: p.440).

Segmentos sociais estão literalmente desconectados deste cenário e isso aponta *novas formas de desigualdades,* pois o poder que representa o acesso a essas novas tecnologias de informação é "*seletivo tanto social quanto funcionalmente*" (CASTELLS, 1999a: p.70) e seu acesso restrito a grupos sociais específicos acentua processos excludentes.

A elite e suas atividades transformam as bases materiais da vida – o tempo e o espaço – a partir da criação de *espaços de fluxos* e de um *tempo intemporal* (CASTELLS:1999b, p.17). O *esvaziamento do tempo* condiciona o *esvaziamento do espaço* na medida em que a modernidade amplia o tempo ao permitir relações entre *ausentes*. O dinamismo dos processos de globalização deriva da *separação do tempo e do espaço*; do *desencaixe* dos sistemas sociais e da *ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais* a partir de *inputs* de conhecimento que afeta e modifica continuamente indivíduos e grupos (GIDDENS:1991). Essa compreensão sugere um alongamento das relações sociais de seus contextos locais, para a qual as inovações tecnológicas teriam

encolhido o mundo de forma a reproduzi-lo no nível local, pois "*o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a forma visível do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza"* (idem: p.27) .

A s*ociedade em rede* também impõe uma mudança significativa nos espaços, que passam a estar interconectados e sofrem influência das redes globais. O *espaço de lugares* privilegia a interação social e a organização social tendo por base a contiguidade física, concentrando a maior parte das experiências e significados humanos, historicamente enraizados. O *espaço de fluxos* organiza a simultaneidade das práticas sociais a distância, sem presença ou memória, por meio dos sistemas de informação e telecomunicações cujo tempo é determinado pela velocidade das conexões. Estes fluxos são caracterizados por "*sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade"* (CASTELLS:1999a, p.436).

Na *sociedade em rede* a tendência é o estabelecimento de espaços de fluxos a-históricos, visando impor sua lógica em lugares segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais. A menos que, deliberadamente, se construam pontes culturais e *físicas* entre essas duas formas de espaço, podemos estar rumando para a vida em universos paralelos, cujos tempos não conseguem encontrar-se porque são trabalhados em diferentes dimensões de um hiperespaço social (CASTELLS:1999a, p.451).

Assim o espaço do lugar é penetrado e moldado por influências sociais distantes, favorecendo a padronização sociocultural e os mecanismos de *desencaixe* que é este deslocamento das relações sociais dos contextos de presença e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço (GIDDENS:1991, p.29). Giddens analisa a globalização a partir de quatro dimensões: a economia capitalista mundial, o sistema de estado-nação, a ordem militar mundial e o desenvolvimento industrial, principalmente a transformação das tecnologias de informação, pois elas tornaram possível a globalização cultural a partir da mídia.

A globalização impõe uma padronização de consumo, valores e comportamento porque compartilha e disponibiliza apenas uma única matriz produtiva hegemônica. A hegemonia é entendida como

> A capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante na forma de abordagem de uma determinada questão (...) todo processo hegemônico produz um processo contra-hegemônico no interior do qual são elaboradas formas econômicas, políticas e morais alternativas" (SANTOS, 2003: p.43).

Sua forma organizacional característica é a *rede neoliberal* que reafirma seus valores e permeia todas as relações da contemporaneidade, se naturalizando e afetando a vida social e cultural. Ela enreda diferentes territórios e contextos culturais "*de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância"* (GIDDENS:1991, p.69) em processos dialógicos e complexos onde a transformação de um território é influenciada tanto pela globalização quanto pelas relações locais. Esta influência do local é denominada *reencaixe* (op.cit: p.83) e permite a apropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las – mesmo que provisória ou parcialmente – a condições de tempo e lugar. Assim enquanto a globalização tende a padronização e uniformidade, a dimensão local pode vir apontar tendências divergentes o que resulta que as transformações nunca são totalmente homogêneas e regulares. Os arranjos locais podem mudar radicalmente o sentido de uma ação.

Enquanto Castells justapõe o *espaço de lugares* ao *espaço de fluxos*, Haesbaert (2004) propõe duas lógicas de territorialização: o *território-zona* e o *território-rede*. O primeiro diz respeito ao controle de áreas e espaços físicos, e o segundo ao controle de fluxos na rede. Estes seriam acompanhados, ainda, por *aglomerados de exclusão*, noção que contempla aqueles espaços desencaixados de um ou outro processo territorializante. Enquanto o *território-zona* é criado nos limites tradicionais ou zonais das fronteiras da contigüidade onde, assim como no *espaço de lugares*, comunidades estão historicamente enraizadas, o *território-rede* é um espaço dinâmico e dotado de mobilidade, onde territorializar-se significa controlar fluxos e conexões na rede.

Diferente do *espaço de fluxos*, porém, esta noção de *território-rede* traz em si a apropriação que se julga necessária dos fluxos. Não é, assim, apenas espaço, mas também ato e própria possibilidade de subversão, expandindo a ideia de Castells no que tange a participação e criação identitária. A ideia de multiterritorialidade surge do transitar entre ambas esferas de espaço: entre os lugares ou fluxos, zona ou rede. As diferenças no acesso e na velocidade das relações, porém, são também representantes de uma

segregação talvez ainda pior que aquela promovida pelos fluxos: uma população não apenas excluída da configuração das redes telemáticas, mas de toda uma dinâmica sócio-espacial.

> (...) o grande dilema deste novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou os "aglomerados" crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão sócio-espacial (HAESBAERT, 2004).

O conceito de tempo cronológico, linear, mensurável e previsível dominou a sociedade contemporânea e foi fundamental para a consolidação do capitalismo e do estatismo moderno. Na sociedade em rede o tempo fragmentou-se, emergindo um novo conceito de temporalidade, caracterizado pela simultaneidade e a intemporalidade:

> É a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: *tempo intemporal*, utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno (CASTELLS: 1999a, p.526).

Os processos da globalização não afetam a todos indistintamente e nem da mesma maneira e há vários modos de inclusão e de exclusão e existem imensos grupos sociais que estão totalmente fora do mundo globalizado. Enquanto os grupos sociais dominantes têm na globalização um modo de reafirmar seus valores e naturalizar seu modo de vida, transitando e produzindo dentro deste *tempo intemporal,* a maior parte da população ainda vive inscrita no tempo biológico, circunscrita ao local, sem condições de acessar essas tecnologias em *tempo real* e, mais importante, não tendo visibilidade, condições de acesso ou voz política.

Mesmo admitindo a existência dos *espaços de lugares*, o *espaço de fluxos* e o *tempo intemporal* predominam nas *redes hegemônicas*, pois *articulam a sociedade civil hiper-incluída* em torno do seu paradigma. Enquanto fomenta um processo de conexão entre o local e o global, a rede e seus fluxos também conduzem a uma segregação social, onde as distâncias permanecem, em contraponto a distância nula daqueles que estão integrados na rede.

5.1.2 As redes de movimentos e os novos espaços de participação social

> Para entender o protagonismo de algo deve-se ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam, qual o projeto de sociedade que estão construindo ou abraçam, qual a cultura política que fundamenta seus discursos e práticas, que redes criam e se articulam, quais suas relações com conjuntos sociopolíticos maiores.
>
> **Maria da Glória Gohn**

A possibilidade de subverter o *espaço de fluxos,* reencaixando-o, passa pela afirmação do poder da experiência, utilizando-o para construir lugares de pertença e enraizamento, apropriando-se dessa conexão a partir de experiências locais e criando novos territórios na rede. Essa apropriação idealmente transforma as relações de poder existentes nos espaços de fluxos e torna possível a criação de redes contra-hegemônicas por parte dos movimentos sociais. Recupero aqui as condições de produção que possibilitaram o surgimento das *redes de movimentos*, como denomina SCHERER-WARREN (1993), cuja metodologia torna-se referência para o governo federal, a partir de 2003, organizar suas próprias redes.

Giddens diz que na modernidade a *reflexividade do conhecimento* constitui a base do sistema "*de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados em si"* (GIDDENS:1991,p.44) e assume um caráter diferenciado porque nas culturas tradicionais o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contém e perpetuam a experiência de gerações a partir das narrativas orais. Com a escrita expande-se o distanciamento com o passado, criando uma perspectiva entre passado, presente e futuro e a apropriação reflexiva do conhecimento se distingue da tradição designada, embora no pré-modernismo a reflexividade está em grande parte limitada à reinterpretação e esclarecimento da tradição (op.cit).

> A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que **as práticas sociais são constantemente examinadas e reformatadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter**. (...) Somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em principio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica. (...) O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão (GIDDENS, 1991: p.45-6, grifo meu).

Isso contribui para fortalecer os movimentos sociais na medida em que permite que a reprodução do sistema e a rotinização da vida cotidiana sejam constantemente problematizadas e modificadas e ressignificadas ao serem inseridas em novos contextos. É assim que reações locais nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais (CASTELLS, 1999b). Essas reações locais mostram que existe por parte dos sujeitos uma resistência à homogeneização e indiferenciação associados à *globalização hegemônica*[124] que faz da ausência de fronteiras um instrumento de inferiorização e desqualificação do outro.

À globalização hegemônica organiza-se uma *globalização política alternativa*, a partir das lutas que ocorrem nas periferias e semiperiferias do mundo. Os protagonistas dessa *outra* globalização, que contesta e apresenta alternativas ao modelo hegemônico são *os movimentos sociais e seus aliados*. Na concepção desenvolvida por Melucci

---

[124] A globalização enquanto um fenômeno homogêneo e linear é uma falácia. A ideia de globalização tenta encobrir a hierarquia entre os sistemas mundiais. Para a globalização neoliberal, a nova divisão de trabalho não ocorre entre países, mas entre agentes econômicos, não tendo mais sentido distinguir centro, periferia e semiperiferia no sistema mundial. Outra questão importante é o fato de que não existe uma única globalização, mas *globalizações* no plural, ou seja, conjuntos diferenciados de relações sociais que envolvem conflitos, vencedores e vencidos. Santos distingue quatro formas de globalização: localismo globalizado, globalismo localizado, cosmopolitismo, patrimônio comum da humanidade (SANTOS: 2005b:65-70). Por *localismo globalizado* descreve-se o processo pelo qual *determinado fenômeno local é globalizado com sucesso* (ibidem: 65). Isso implica em *determinar os termos da integração, da competição e da inclusão e a conseqüente exclusão ou inclusão subalterna das diferenças alternativas* (ibidem). O *globalismo localizado* consiste no *impacto específico nas condições locais produzidas pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados* (ibidem: 66). Santos relaciona o localismo globalizado e a globalização localizada como manifestações da globalização hegemônica. Os processos de globalização dão origens a diferentes lutas em torno do direito da *igualdade na diferença e da diferença na igualdade*, assentadas na etnia, identidades, culturas, tradições, sentimento de pertença, imaginário, rituais, literatura escrita ou oral. Essa *transconflitualidade* ocorre também em função dos diferentes tempos, durações e ritmos das várias dimensões que compõem os conflitos que, em última instância, produzem as hierarquias, particularmente a dicotomia global/local (SANTOS, 2005b: 60). O global e o local são socialmente produzidos no interior de processos de globalização. Santos (2005b:63) define o modo de produção da globalização: É o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais, e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival.
As implicações mais importantes desta concepção são as seguintes. (...) Perante as condições do sistema mundial em transição não existe globalização genuína; aquilo que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. (...) Não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica. (...) A globalização pressupõe a localização. O processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior (p.63). O *cosmopolitismo* e o *patrimônio comum da humanidade* são formas de resistências relacionadas à globalização contra-hegemônica. Nestes termos, os grupos sociais usam em seu benefício as possibilidades de interação transnacional para transformar trocas desiguais em *trocas de autoridade partilhada, e traduz-se em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção* (p.67). Essa luta inclui também a proteção e a desmercadorização dos recursos e ambientes naturais considerados essenciais para toda a humanidade (cfe. LABREA:2009).

(2001), movimento social é toda e qualquer "*ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere"* (MELUCCI:2001, p.35). Neste processo, este autor dá particular ênfase à construção da identidade coletiva que, para ele, não é um dado ou uma essência e sim "*produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores"* (idem, p. 35), ou seja, é uma identidade interativa e compartilhada, resultante do que "*vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e o campo de oportunidades e de vínculos que esta ação se coloca"* (ibid, p. 36). É através deste processo que se criam novos códigos culturais e novas alternativas simbólicas que definem a identidade coletiva que não é produto somente de decisões pautadas na *racionalidade instrumental,* ou seja, na obtenção de demandas concretas, pois incorporam fortes ingredientes emocionais.

Segundo Melucci, o papel dos movimentos sociais é "***provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma"*** e, deste modo, eles "*explicitam conflitos e necessidades de mudança, operam como motores de transformação e como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar* (MELUCCI:2001, p.123). Esta definição indica que o conceito *movimento social*, mais do que dar conta de um determinado fenômeno empírico, com características claramente definidas, serve como *lente* para nomear determinados fenômenos associados a lutas sociais, cuja classificação nesta categoria pode facilitar a compreensão de aspectos fundamentais de uma determinada sociedade, mais particularmente, onde se dão seus conflitos sociais mais intensos (LERRER: 2008, p.24).

Gohn (1997) analisa o contexto brasileiro e suas especificidades e propõe a seguinte noção de movimento social:

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política do país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações na esfera pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política do país, e contribuem para o desenvolvimento

> e a transformação da sociedade civil e política. (...) Os movimentos participam da mudança social histórica e o caráter das transformações geradas poderá tanto ser progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 1997: p.251-2).

Os movimentos sociais e seus aliados ou mediadores (SCHERER-WARREN:1993, p.49) criam uma agenda política e se estabelecem com a proposta de subverter os sentidos hegemônicos e possibilitar que grupos socialmente discriminados se organizem a partir das questões identitárias e resistam a processos de homogeneização, formando *redes sociais contra-hegemônicas*.

Nesse cenário, não deve-se compreender o virtual apenas como espaço desencaixado sob o controle e domínio das elites, mas também como local de quebra de hierarquias e criação de linhas de fuga que possibilitam novas territorializações. Pode-se identificar na expansão da produção e colaboração em comunidades virtuais, listas de discussão, ações ciberativistas, *blogs* elementos que criam novas significações na rede, liberando a emissão e possibilitando o controle tanto dos fluxos quanto dos próprios espaços físicos (PILLAR: 2006). Estes *territórios-redes,* a partir do qual a contestação dos poderes pode acontecer, criam novas significações e novas formas de controles. Com a justaposição ou próprio entrecruzamento do virtual com o real, do ciberespaço com a dimensão física das redes sociais, a tecnologia pode ser usada como ferramenta de territorialização tanto nos *lugares* quanto nos *fluxos*. Deste modo, o virtual torna-se espaço para a fomentação do local, e, interconectado com os espaços urbanos em des-re-territorializações, colocam as redes sociais como palco da experiência e da transformação (LABREA:2009).

> As redes sociais se apropriaram das novas tecnologias e subvertem seus princípios para produzir *outros* discursos, impondo *novos* sentidos que não os hegemônicos, questionando os sentidos estabilizados e naturalizados, utilizando os mesmos recursos materiais do estado neoliberal e as mesmas estratégias do mercado, agora, para um *retorno ao essencial* ou os valores que estes movimentos entendem importante incluir em um novo paradigma.
> Este movimento de *resistência do sujeito* se realiza nas *brechas* do sistema, e torna possível que uma *outra* globalização, *contra-hegemônica,* se instale e produza seus sentidos, ressignificando práticas, reafirmando a singularidade dos sujeitos, a valorização do território e da identidade local, do multiculturalismo e da diversidade, organizando mercados alternativos e solidários (LABREA:2009, p.51).

Para Makiuchi (2005), a distinção fundamental entre as duas estruturas organizadas em rede – *hegemônica e contra-hegemônica* - é a noção de *poder e a gestão interna*. Nas redes neoliberais o poder é concentrado em algumas conexões, tendo uma arquitetura vertical, piramidal, enquanto as redes sociais solidárias ou contra-hegemônicas são caracterizadas pela dissolução de poder a partir de processos de auto-gestão e multilideranças, num processo de gestão horizontal.

A discussão sobre os efeitos de sentido que o discurso sobre as redes do PCV produzem dialoga com as teorias contemporâneas de rede. Embora essa reflexão não esteja nomeada ou mesmo seja citada no discurso fundador, entendo que pode-se perceber a presença deste discurso *outro* na forma de *heterogeneidade constitutiva*, ou seja, é o *a priori*, um *já-dado* que permite que a ideia de rede seja colocada sem que seja necessário explicitar de que rede se está falando. Este *efeito de evidência* será desconstruído e reconstruído a partir da análise do discurso produzido nos espaços de formulação e de interlocução, porque as ideias de rede no discurso do Programa Cultura Viva, como veremos abaixo, se tornam uma *metáfora* para falar de vários processos e eventos distintos, em geral organizados de forma bastante tradicional, sem considerar as questões que envolvem *a simultaneidade de tempos e espaços* (CASTELLS:1999a; GIDDENS:1991), que as redes pressupõem e a caracterizam. As redes do PCV falam principalmente da *ampliação do local*, isto é, de uma articulação comunitária, tendo como base o *território*. Em função da mobilização em torno de algumas ações criou-se redes virtuais para discussão geral e partilha de informações[125].

5.2 ENTRE AS REDES VIVIDAS E AS IMAGINADAS

> Tudo partiu do ponto e o ponto que faz a linha é o ponto que se entrelaça e desfaz o nó da impotência para formar a teia. É a teia que sustenta a força coletiva da rede. Na teia a tua cultura é tua. Na teia tua cultura atua. Parimos a rede que se espalha no terreiro e no asfalto; que navega rios, mares e ares. Sobe morros, desmontam guetos, desce sertões, vales,

[125] Essas redes virtuais, com exceção das originadas para atuação em rede (cultura digital, tuxáuas, interações estéticas, mídia livre) partilham uma linguagem ou tema, mas não um *projeto* comum. Quando há um projeto, a articulação predominante é a territorial.

> redescobre outros brasis e principalmente tira a carga de tragédia da exclusão.
>
> **Gilberto Gil - Teia 2006**

Gilberto Gil, então Ministro da Cultura, ao falar dos Pontos afirma que eles "*estarão em rede, a fim* de *trocar informações, experiências e realizações"* (BRASIL: 2005a, p.9). A ideia de rede é explicitada na fala de Célio Turino em que as *trocas* acontecem em um contato *horizontal* entre os Pontos, "*sem relação de hierarquias ou superioridade entre culturas"* (p.16). Tal rede, nas palavras de Turino,

> Deve ser **maleável, menos impositiva** na sua forma de interagir com a realidade, e, por isso, **ágil e tolerante como um organismo vivo.** O objetivo é fazer uma **integração** dos Pontos em uma **rede global que aconteça a partir das necessidades e ações locais** (BRASIL:2005a, p.16; BRASIL:2010a; BRASIL:2010b, grifo meu).

Essas são as primeiras formulações de *rede* que aparecem no discurso fundador do PCV e diz respeito à forma de organização entre os Pontos de Cultura. Seu campo semântico organiza um imaginário de rede fundado nos seguintes itens lexicais: *maleabilidade, agilidade, tolerância, organicidade, trocas, horizontalidade, relações não-hierárquicas, global, local*. As ideias mobilizadas descrevem, ao menos parcialmente, algumas das características das redes contra-hegemônicas (CASTELLS:1999a, 1999b, 1999c), tal como as descrevi acima.

Há um primeiro deslocamento quando se evoca a rede tanto para

- descrever a ação de *articulação dos Pontos de Cultura entre eles* e *a articulação dos Pontos de Cultura e a comunidade* - REDE1 - Articulação entre os Pontos de Cultura e os Pontos e a comunidade;
- descrever o Programa Cultura Viva como uma *rede de gestão cultural*. Mais adiante, na mesma publicação, acrescenta-se qualificadores e assume-se uma proposta de *gestão compartilhada e transformadora* (p.16) como pacto entre Estado e sociedade - REDE2 - Ponto de Cultura como mediador entre Estado e sociedade;
- apontar o ponto de cultura como *mediador da relação entre o Estado e a sociedade* - REDE3 - Programa Cultura Viva como rede - gestão compartilhada em rede e

- mobilizar uma *rede virtual* - REDE4 - Rede virtual da Ação Cultura Digital.

Pode-se observar esses deslocamentos nos recortes discursivos abaixo:

> O Programa Cultura Viva é concebido como uma **rede orgânica de criação e gestão cultural**, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um **processo contínuo e dinâmico** e seu desenvolvimento é semelhante ao de um **organismo vivo**, que se **articula com atores pré-existentes**. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa **estimula a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social**. **Encantamento social** pressupõe envolvimento intelectual e afetivo, criando uma **mágica motivadora** em que as pessoas cada vez mais são estimuladas a criar e participar. (...) O papel da coordenação do programa será o de fomentar o **processo de reinterpretação cultural**, estimulando a aproximação entre diferentes formas de representação artística e visões de mundo. "Aqui se faz cultura" pode ser um dos lemas dos Pontos de Cultura, que, ao serem reconhecidos como sujeitos, também reconhecem os outros, intensificando a troca entre si. **O papel do Ministério da Cultura é o de agregar recursos e novas capacidades a projetos e instalações já existentes**, oferecendo equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades (BRASIL: 2005a, p.18, grifo meu).
>
> (...) o **Ponto de Cultura como espaço de sedimentação da macro rede Cultura Viva - de organização da cultura em nível local e de mediação na relação entre Estado e sociedade e entre os outros Pontos**, constituindo redes por afinidade; **a Cultura Digital como um instrumento de aproximação entre os Pontos**, que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo (por isso, o software livre, adotado como opção tecnológica e filosófica (...) (BRASIL:2005a, p.17; BRASIL:2010a; BRASIL:201b, grifo meu).

Em 2010, a nova edição do **Cultura Viva**...(2005a), revisada, ampliada e agora denominada **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania; Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sociocultural para o Brasil** (2010a), reitera as noções acima, ampliando-as ao entender novas ações e eventos do PCV como redes, atualizando o campo semântico inicial, reforçando-o e complementando-o com novos atributos: *articulação, mediação, integração, mobilização, protagonismo, gestão compartilhada, conexão, inovação, concepção ampliada de participação social, movimento*, entre outras palavras-forças, como pode-se observar nessa nova rede de formulações, apresentadas no quadro abaixo:

Noção	Recortes discursivos - Espaço de Formulação
REDE1 - Articulação entre os Pontos de Cultura e os Pontos e a comunidade	RDEF1 - **Todos** os Pontos de Cultura estarão em rede (p.9).* RDEF2 - A capacidade para buscar micro-soluções a partir da construção de redes locais e a **disposição para conectar em rede**, foi um dos critérios para a escolha dos Pontos de Cultura (p.37).*

	RDEF3 - Caberá à rede colocar os **produtos culturais** em **circulação**, em um primeiro momento criando **espaços de trocas** desses bens e produtos culturais entre os Pontos de Cultura (p.31)**.
REDE2 - Ponto de Cultura como mediador entre Estado e sociedade	RDEF4 - O Ponto de Cultura é a referência de uma **rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras**. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si (p.20)* e (p.14)**.
REDE3 - Programa Cultura Viva como rede - gestão em rede	RDEF5 - O Programa Cultura Viva é concebido como uma **rede orgânica de criação e gestão cultural**, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação (p.18)* e (p.10 e 36)**. RDEF6 - O Cultura Viva é uma **rede horizontal de articulação, recepção e disseminação** de iniciativas culturais inovadoras e o Ponto de Cultura é a ponta desta rede, um **organizador** da cultura em nível local, um **centro de referência** para novas **conexões** em rede.* RDEF7 - Enquanto o Cultura Viva pode ser identificado como uma **macro-rede**, o Ponto de Cultura pode ser definido como uma **micro-rede** (p.37)* e (p.28)**. RDEF8 - A rede Cultura Viva possibilita o ensaio de um novo tipo de **trocas simbólicas**, onde a **conexão** local se articula com a global (p.38)* e (p.30)**. RDEF9 - O Ponto de Cultura sedimenta o Programa Cultura Viva que é concebido como uma **rede orgânica de criação e gestão cultural**, exercitando novas práticas na relação entre Estado e sociedade (p.36)**. RDEF10 - O funcionamento da rede pressupõe, sobretudo, **motivação e encantamento social**. Mais que um conjunto de obras físicas, o Cultura Viva envolve a **potencialização das energias criadoras** do nosso povo (p.55)**.
REDE4 - Rede da Ação Cultura Digital	RDEF11 - Uma **rede digital interligando** todos os Pontos de Cultura viabilizará, em escala nacional, experiências de **compartilhamento da gestão pública**, inovando no processo de **controle e participação em políticas públicas**. Trata-se de uma tentativa de adotar uma **concepção ampliada de política** na qual a sociedade civil deve ocupar **espaços participativos de deliberação pública**, sem ter que assumir responsabilidades que deveriam ser próprias do Estado, preservando sua **autonomia** (p.25)*. RDEF12 - A Ação Cultura Digital surge como **catalisadora da rede** formada pelos Pontos de Cultura e como **ação transversal** do CV e Mais Cultura destinada a **fortalecer, estimular, desenvolver e potencializar redes virtuais** e presenciais entre os Pontos de Cultura (p.53)**.
REDE5 - Pontos de Rede - descentralização para governos estaduais e municipais	RDEF13 - **Pontos de Rede são todos os Pontos de Cultura** que passam a integrar a Rede de Pontos de Cultura e que, atuando em diferentes níveis - municipal, estadual e federal, passam a também participar dos **encontros setoriais** que definem a **gestão compartilhada** do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura **entre o poder público e a sociedade civil, por meio de Fóruns, Teias e Comissão Nacional dos Pontos de Cultura** (p.40)**.
REDE6 - Pontões - Rede de integração dos Pontos de	RDEF14 - O Pontão de Cultura é o grande **nó articulador da rede** do Cultura Viva, que **conecta e mobiliza** não só instituições que são os

Cultura	Pontos de Cultura como diversas outras entidades da sociedade civil, criando um **movimento amplo, orgânico e integrador**. Trabalha sob a perspectiva de capacitar produtores, gestores, artistas e de difundir produtos. **É a própria gestão compartilhada.** Os pontões, além de **articuladores, são capacitadores e difusores da rede**, **integram ações** e atuam na esfera **temática ou territorial** (p.44)**.
REDE7 - Gestão intrarrede	RDEF15 - Forma de buscar **os mecanismos de gestão na própria rede**, sem agentes externos, contando com a **capacidade e competências dos próprios integrantes da rede** (p.44)**
REDE8 - Rede de articuladores - os Tuxáuas	RDEF16 - Iniciativas de **mobilização e articulação** de redes protagonizadas por pessoas físicas que demonstram histórico de atuação relevante junto às ações e redes relacionadas ao Programa Cultura Viva. O objetivo é reconhecer a ação **protagonista** de indivíduos que fomentam a **mobilização e articulação** de diversas redes socioculturais, alimentando conceitual e politicamente as ações do Programa Cultura Viva (p.44-5)**.
REDE9 - Rede como circuito cultural - Interações Estéticas	RDEF17 - Do **diálogo entre artistas, Pontos de Cultura e comunidades**, estabeleceu-se a criação de um importante **rede social e cultural**, que se articula **para além dos limites entre a "cultura erudita" e a "cultura popular",** através do **circuito** Interações Estéticas que ocorre nas principais capitais brasileiras (p.63)**.
REDE10 - TEIA	RDEF18 - A Teia é o **encontro** dos Pontos de Cultura, o **momento em que a rede se repensa, organiza e apresenta sua arte** (p.64)**.

QUADRO 04 - Rede de Formulação - A noção de rede no Cultura Viva; Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária (2005a)* e no Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania; Cultura Viva: Autonomia, Protagonismo e Fortalecimento Sociocultural para o Brasil (2010a)**

Os recortes discursivo que compõem EF1 contemplam a fase da teoria do programa que diz *o que as redes do PCV idealmente são* e *o que elas idealmente farão*. Para compreender o contexto em que EF1 se insere e que ações de fato mobilizam, convém ir para além do discurso e recuperar, parcialmente, a historicidade do Programa. Uma das chaves para se entender o programa é buscar um diálogo entre o discurso das redes e os instrumentos de gestão.

Nesse histórico não aparece REDE2 e REDE3 porque, para além do discurso fundador, essas ideias não ancoram em práticas concretas, e minha hipótese é que essas ideias foram *imbricadas* e convergem na proposta de *gestão compartilhada e transformadora*. A fim de organizar essa parte da narrativa vou articular algumas ideias que, me parecem, estão relacionadas: Rede de Pontos e Pontos de Rede (REDE1 e REDE5), Rede da Ação Cultura Digital, Gestão Intra-rede e Rede dos Pontões (REDE4, REDE6 e REDE7), Redes formadas a partir das Ações Tuxáua e Interações Estéticas (REDE8 e REDE9) e finalizo com a "rede das redes", a Teia (REDE10).

5.2.1 Da Rede de Pontos aos Pontos de Rede: as estratégias para superar os entraves da gestão

> E o semelhante é um ponto de partida, não de chegada.
>
> **Boaventura de Sousa Santos**

No que refere à articulação entre os pontos de cultura, REDE1 é detalhada na fala de Turino:

> **Os pontos de cultura, ao atuarem em rede, superam os limites da sua atuação local**. Cada Ponto se reconhecendo no outro, aprimora as soluções alternativas e autônomas de uma gestão cultural que entende a cultura como um poderoso instrumento de desenvolvimento humano e de transformação social (TURINO in FONTELES:2010, p.19, grifo meu).

Essas redes se organizam a partir dos editais públicos de conveniamento[126], prêmios[127] e bolsas e são denominadas Rede do Programa Cultura Viva. Os pontos de cultura são formados por "*instituições e organizações de natureza cultural, legalmente constituídas, sem fins lucrativos* que conveniaram diretamente com a Secretaria (BRASIL:2005a) ou, a partir de 2005, com Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura, para desenvolver projetos culturais ao longo de três anos.

Nos editais no. 01/2004, 02/2005 e 03/2005 **não** há menção a organização de **redes** entre os pontos de cultura, embora mencione como um item a ser avaliado a "*capacidade em agregar outros atores sociais e parceiros públicos ou privados, garantindo a sustentabilidade futura da proposta"* (BRASIL:2005a, p. 49), que pode ser entendida como uma *rede local de parceiros*. O Edital 03/2005 mostra uma novidade em relação aos anteriores, pois um dos itens de avaliação é "*gestão cultural compartilhada"* (op.cit, p.59).

---

[126] Editais no. 01/16 de Julho de 2004, 02/29 de Março de 2005, 03/20 de Abril de 2005 (BRASIL:2005a).

[127] Embora os editais de conveniamento com entidades e, posteriormente, com governos estaduais e municipais, tenham originado o conjunto de pontos de cultura, historicamente a SCDC adotou a premiação como principal instrumento de fomento de iniciativas culturais. Essa opção esteve associada à implementação da estratégia de mapeamento de iniciativas e estímulo à formação de redes temáticas e, ainda, à busca por desburocratizar o repasse de recursos de modo a democratizar seu acesso. Foram lançados, entre 2007 e 2011, 19 editais de premiação que distribuíram entre 12 a 500 prêmios, com valores entre R$ 5.000,00 a R$ 120.000,00, conforme os objetivos e a amplitude das iniciativas, totalizando 1382 iniciativas premiadas e um investimento de R$ 53.410.690,00. No período de 2006 a 2009 a Secretaria, através de suas diferentes coordenações, lançou 04 Editais de bolsas, totalizando 1300 bolsistas beneficiados e um investimento de R$ 5.496.012,00.

A partir do Edital 04/2005, inicia o processo de descentralização do programa para os governos estaduais e municipais. A secretaria considera que *o conjunto de pontos e pontões selecionados pelos estados e municípios configura REDE5 - Ponto de Rede*. Também nomeia genericamente como *as redes estaduais* quando refere-se aos convênios realizados com os governos estaduais. É opaco, portanto, até para a secretaria a composição dos Pontos de Rede. Esta expressão, a partir de 2010, é descartada e fala-se das *redes estaduais* ou *redes de pontos*, indistintamente para referir-se aos pontos conveniados com a secretaria ou com os governos locais.

Com a descentralização do programa para os governos estaduais e municipais, aumentou drasticamente o número de pontos e pontões de cultura, ao longo dos anos de implementação. Idealmente, REDE1 e REDE5 articulariam suas ações e fortaleceriam o programa. As redes organizadas a partir dos convênios diretos com o MinC ou dos prêmios têm dimensão nacional, articulam pontos/pontões distribuídos em todo o território nacional. Os pontos e pontões organizados a partir dos editais estaduais e municipais, ao contrário, compartilham um mesmo território e isso facilita o contato presencial. Muitos *Pontos de Rede* organizam redes ou fóruns temáticos e territóriais (locais, estaduais, regionais), comissões e grupos de trabalho, cuja coordenação fica a cargo das Secretarias de Cultura, que, em muitos casos, organizam um pontão de gestão do convênio.

Em geral, o MinC não participa destes espaços e até 2012 não tinha conhecimento de quantos estados e municípios tinham redes organizadas e como os pontos/pontões atuavam e quais atividadades desenvolviam. Os Pontos de Rede e a Rede de Pontos tampouco dialogavam ou ao menos se conheciam, mesmo dividindo o mesmo território, embora alguns pontos conveniados inicialmente diretamente com o MinC, depois de finalizado o convênio, participaram e foram selecionados nos editais descentralizados. Atualmente, há poucos remanescentes dos convênios diretos e a grande maioria dos pontos e pontões estão vinculados aos projetos descentralizados.

5.2.2 Cultura Digital e os Pontões: a ética hacker

> Atuar em cultura digital concretiza essa filosofia, que abre espaço para redefinir a forma e o conteúdo das políticas culturais, e transforma o Ministério da Cultura em ministério da liberdade, ministério da criatividade, ministério da ousadia, ministério da contemporaneidade. Ministério, enfim, da Cultura Digital e das Indústrias Criativas.
> Cultura digital é um conceito novo. Parte da idéia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da Internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte.
>
> **Aula Magna na Universidade de São Paulo,**
> **Ministro Gilberto Gil**

O **Compêndio da Cultura Digital** (BRASIL:2009a) conta a história da Cultura Digital no Governo Lula, a partir da inserção de gestores-militantes com experiência em âmbito estadual ou municipal:

> Com a posse do Presidente Lula em 2003, os setores de tecnologia da informação e comunicação do Governo Federal unem-se em torno de uma política de adoção de softwares livres na esfera pública e de uma postura ampla em relação a liberdade de circulação de conhecimentos. Cargos estratégicos como a presidência do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, vinculado à Casa Civil da Presidência da República e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, passam a ser ocupados por pessoas com ampla experiência em projetos implantados que com sucesso como as rede de telecentros paulistanos e porto-alegrenses. Em constante diálogo com as universidades e com setores da sociedade civil, e fundamentadas em conceitos e ideologias que prezam pelo compartilhamento de conhecimentos, pela economia de orçamento público, pela liberdade e segurança do desenvolvimento tecnológico, pelo crescimento dos serviços na área de informática e pela redução da evasão de divisas, os responsáveis por essas áreas estratégicas do governo iniciam a implementação de uma política de uso e desenvolvimento de softwares livres. (...) Em pouco tempo essa política implementada pelo governo é assimilada por outras instâncias do poder executivo e ganha força também no Congresso Nacional, com a criação de uma frente parlamentar destinada exclusivamente ao tema. São criados então comitês interministeriais para discussão de modelos de migração de softwares proprietários para softwares livres, e de modelos de inclusão de digital (BRASIL:2009a, p.115).

A Cultura Digital penetra no MinC e, posteriormente, no Cultura Viva porque as condições políticas são extremamente favoráveis a essa inserção. E no caso da Cultura

Digital, o Governo Lula é extremamente favorável a ela, e inicia assim um discurso (e uma práxis) possível. Ao Ministro da Cultura interessa incorporar a *ética hacker* e pautar essa discussão porque, entre outras coisas, ela trabalha com a ideia de comunidades de cultura compartilhada.

> A mentalidade hacker não é confinada a esta cultura do hacker-de-software. Há pessoas que aplicam a atitude hacker em outras coisas, como eletrônica, música e nas ciências humanas. Na verdade, pode-se encontrá-la nos níveis mais altos de qualquer ciência ou arte. Hackers de software reconhecem esses espíritos aparentados de outros lugares e pessoas, e podem chamá-los de "hackers" também. A natureza hacker é independente da mídia em que o hacker trabalha. Mas a origem do movimento hacker nasce dos hackers de software, e nas tradições da cultura compartilhada, que é a essência filosófica da ética "hacker" (GIL in BRASIL:2009a, p.13).

A Cultura Digital, no MinC tem características bem definidas:

> Ela pretende difundir as implicações culturais, sociais, políticas e econômicas da Era Digital. Busca aproveitar ao máximo as possibilidades geradas por meio de uma política que vise democratizar e fomentar a utilização das ferramentas tecnológicas digitais de uma maneira crítica e criativa, estimulando os valores da liberdade, autonomia, colaboração e compartilhamento em rede. Ela visa popularizar as novas tecnologias digitais e suas implicações tanto dentro do governo quanto para a sociedade em geral, com especial ênfase para o público jovem, bem como facilitar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação e estimular a utilização crítica e criativa das tecnologias digitais, propiciando a produção e preservação cultural e a difusão do conhecimento. Para completar, ela tem ainda como base a difusão da utilização do software livre (BRASIL:2009a, p.47).

A Cultura Digital entra no Programa Cultura Viva:

> O grupo Articuladores, com alguns de seus integrantes já trabalhando dentro do MinC, **participa da concepção do Cultura Viva desde seu início e contribui fundamentalmente com sua experiência para a criação da ação Cultura Digital**, visando estimular e orientar o uso de ferramentas digitais e de softwares livres pelos Pontos de Cultura. As propostas pensadas para o projeto das BACs, de postura ativa em relação aos meios de comunicação, de produção colaborativa, de generosidade intelectual e de independência tecnológica, ganham ainda mais força com a perspectiva de parceria com centenas de projetos independentes (BRASIL:2009a, p.120, grifo meu).

FOTO 01: Arquivo Programa Cultura Viva. Imagem: TT Catalão

Esta ação está presente em todos os editais, sendo comum a todos os Pontos de Cultura a compra do kit multimídia e o estímulo ao uso de software livre. Claudio Prado (BRASIL:2009a) afirma que o Estúdio Livre foi a inspiração para o kit multimídia e que, no período de início do PCV a Cultura Digital era governamental e não-governamental, simultaneamente, e propunha a construção de *"ilhas"* de conhecimento livre.

> A maioria das pessoas que pensaram o projeto das BACs ficaram satisfeitas por tomar parte nos Pontos de Cultura. Tal pode ser explicado por diversas razões, a maioria delas relacionadas com o **fato pragmático de que esse seria o único modo de ver algumas daquelas idéias concretizadas**, além das experiências isoladas que já realizavam. Este grupo de pessoas que iniciou todo o esforço coletivo de pensar/trabalhar, não têm necessariamente comprometimento com o governo em si, ou com sua ideologia. O que não significa que não considerem o projeto como essencialmente de natureza política, mas que **agem como uma invasão hacker dentro do sistema, com gestão própria e objetivos bem definidos**. A maioria só quer ver o projeto funcionando, pontos de cultura organizados em rede, autonomos e sustentáveis, distribuidos pelo país, colaborando e compartilhando sua produção cultural livre. **Uma das mais importantes características desse novo projeto e, talvez, um dos motivos que fez com que muitas pessoas mantivessem seu apoio à idéia, mesmo em períodos de cortes orçamentários, quando não**

> **haviam quaisquer perspectivas factíveis de remuneração ou benefícios, foi uma espécie de fé no fato de que uma vez iniciado todo o processo, a rede construída entre os Pontos, com participantes espalhados por todo o Brasil, seria auto-suficiente, não mais demandando apoio governamental para sua manutenção** (BRASIL:2009a, p.24, grifo meu).

A gênese da **Ação Cultura Digital** (REDE3) no MinC, como se percebe das narrativas acima, possui uma inegável verve novomundista, fortemente influenciada e desenhada pela sociedade civil. Sua principal característica é a *ética hacker* que pode ser traduzida nas ideias de produção colaborativa e generosidade intelectual:

> Produção Colaborativa e Generosidade Intelectual caminham juntas: a Generosidade Intelectual é um dos pilares da criação colaborativa. Pode ser pensada como uma série de iniciativas, quanto à forma de criação e utilização artística, alternativas ao regime de utilização de obras intelectuais da Propriedade Intelectual em favor da criação livre e isenta de amarras jurídicas e burocráticas (BRASIL:2009a,p.49).

Essas ideias passam a caracterizar a Cultura Digital. Turino, no **Cultura Viva** (2005a, p.17) descreve a ação em termos parafrásicos: "*instrumento de aproximação entre os Pontos, que desencadeia um novo modo de pensar a tecnologia, envolvendo generosidade intelectual e trabalho colaborativo (por isso, o software livre, adotado como opção tecnológica e filosófica)"*. Esta lógica permeia o desenho da ação. Nesse aspecto, a CD se distingue do desenho do PCV, que embora também influenciado por uma experiência da sociedade civil - a Casa de Cultura Tainã -, tem um *criador, um pai,* nas palavras de alguns ponteiros, nominado.

Na narrativa do **Compêndio**, o que se percebe é que a Ação Cultura Digital precede o programa e é desenhada pela militância hacker. As atividades desenvolvidas pelos articuladores da Ação Cultura Digital são as responsáveis pela visibilidade e importância que adquire o programa no MinC e na sociedade e pela articulação inicial das redes - e pelos parcos momentos de gestão compartilhada - que irão consolidar a memória discursiva do Cultura Viva e isso se deve, ao menos parcialmente, pelo modo como foi pensada e desenhada e pelo modo como o grupo articulador, agora equipe de trabalho da Secretaria, assumiu esse projeto.

Como mencionei, grande parte do grupo inicial de articuladores compôs a primeira equipe de trabalho da CD no Cultura Viva. Nos primeiros meses de 2005, alguns articuladores são contratados por meio da entidade Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI) e começam a pôr em prática o planejamento criado no fim do ano

anterior. A equipe define um cronograma para visitas e reconhecimento das iniciativas dos Pontos de Cultura selecionados pelo MinC e cria o sistema informatizado online Mapsys para documentar as informações colhidas durante essas visitas (BRASIL:2009a, p.126). A equipe de articuladores tem clareza do desenho e objetivos da ação, conta com suporte de uma rede de ativistas parceiros do projeto e, em suas palavras, *"hackeia um programa de governo"* (op.cit, p.26). Estes são os motivos pelos quais entendo que no período de 2004 a 2009 a CD produz tantos impactos e se coloca como a principal e mais bem sucedida ação do PCV. Com esta ação, a proposta de rede se desterritorializa, e passa a ser também uma **rede virtual** e o local passa a ter maior amplitude.

> A Ação Cultura Digital se materializa como um **processo híbrido entre o poder público e a sociedade civil**, principalmente grupos, movimentos e indivíduos que buscam transformações sociais e grupos, comunidades e povos tradicionais e/ou situados nas periferias tanto fisicamente como culturalmente, para a proteção e promoção do direito a inovação, acesso e uso da cultura (BRASIL:2009a, p.29, grifo meu).

A Ação Cultura Digital foi responsável por importantes processos formativos em que a secretaria procura desenvolver uma metolodogia para gestão compartilhada e para a articulação de redes. Em 2004, os pontos de cultura ainda não haviam recebido os kits multimídia e foram realizados 14 encontros com foco na *cultura livre,* da gestão compartilhada, da geração de autonomia tecnológica e na produção de conteúdos midiáticos, junto a diversas iniciativas de inclusão digital do governo federal, movimentos sociais e pontos de cultura da região. O grupo de articuladores, junto com Instituto Paulo Freire (IPF), continua a desenvolver em 2006 a série de oficinas de *Gestão Compartilhada e Articulação de Redes*.

A Cultura Digital, depois do início da entregados kits em 2006, trata também da parte técnica da implementação dos kits multimídias que compõe os pontos, surge para atender às demandas dos pontos de cultura em relação à implementação e disseminação da cultura de uso continuado de ferramentas digitais; desenvolvimento técnico, implementação e divulgação dos ambientes livres, desenvolvimento de proposta de capacitação e de metodologia para as oficinas e o atendimento de suporte técnico, bem como a execução de oficinas de capacitação e encontros regionais com o objetivo de aprimorar a gestão de conhecimento gerado pelos pontos de cultura.

Em 2007, foram realizadas 37 oficinas, em 117 pontos de cultura. as ações em 2008 foram executadas principalmente pelos pontões de cultura digital, com oficinas e outras atividades em suas comunidades e região.

> **Durante o ano de 2007, o desenvolvimento das metodologias e práticas da ação Cultura Digital caminha no sentido de preparar a transição para a descentralização.** Conforme o planejamento da Secretaria de Programas e Projetos e da área de Cultura Digital do MinC, a ampliação do projeto deve seguir em 2008 de forma descentralizada e por isso **a equipe da ação Cultura Digital no Programa Cultura Viva, até então organizada a partir um único contrato com o MinC, deve ser distribuída em um conjunto de projetos de Pontões de Cultura Digital interligados porém independentes uns dos outros. Nesse sentido, a equipe da ação produz ao fim de 2007 documentos que descrevem o legado metodológico a ser apropriado pelos Pontões** (BRASIL:2009a, p.127, grifo meu).

Em 2009, a Cultura Digital foi realizada por 26 bolsistas vinculados ao projeto de pesquisa Integração de Políticas de Inclusão Digital: Ação Cultura Digital do Programa Cultura Viva[128] e Projeto Casa Brasil[129]. Os *Editais de Divulgação n.º 1 de 26 de janeiro de 2009 - Prêmio Mídia Livre*[130] e o n.º 5 de 09 de março de 2010 - *Prêmio Pontos de Mídia Livre 2010*, dialogam com a ação, embora tenham um foco mais específico: "*iniciativas de comunicação compartilhada e participativa que reúnem pelo menos dois membros em sua equipe editorial e que buscam interatividade com o público"*. Elas podiam desenvolver-se em qualquer suporte típico das comunicações – texto escrito, som, imagens, vídeos e multimeios – e se utilizar tanto de suportes físicos quanto

---

128 O projeto surgiu a partir da parceria firmada entre o MinC e o Ministério de Ciências e Tecnologias (MCT). Por meio de aditivo de bolsas ao projeto Casa Brasil, do MCT, foi possível a formação das equipes para acompanhamento do Cultura Digital e unidades Casa Brasil, além do mapeamento das redes. O custeio das bolsas ficou a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os bolsistas selecionados foram divididos em três equipes: Articuladores Regionais, com bolsa de Técnico de Instrução Continuada (TICs), Equipe Nacional Estratégica – com bolsas de Técnico de Capacitação e Técnicos Especializados em Software (TES) e Coordenação Nacional, responsável pelo acompanhamento da ação Cultura Digital, convergência de políticas de inclusão digital e mapeamento de redes colaborativas. Fonte: http://blogs.cultura.gov.br/culturadigital/, acesso em 03/10/2013.

129 O projeto Casa Brasil leva às comunidades localizadas em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano computadores e conectividade, priorizando ações em tecnologias livres aliadas à cultura, arte, entretenimento, articulação comunitária e participação popular. O projeto Casa Brasil leva às comunidades localizadas em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano computadores e conectividade, priorizando ações em tecnologias livres aliadas à cultura, arte, entretenimento, articulação comunitária e participação popular. As atividades desenvolvidas estimulam a apropriação autônoma e crítica das tecnologias, como, por exemplo, o Software livre, a democratização das comunicações e o desenvolvimento local orientado pelos princípios da economia solidária. O Casa Brasil é um Programa de Inclusão Digital da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (SECIS – MCT). A Equipe Casa Brasil, vinculada à SECIS/MCT e com o apoio da UnB e do CNPq, oferece suporte administrativo a distância por meio das listas de email, site e ambientes destinados às unidades.
Conheça mais sobre o projeto: http://www.casabrasil.gov.br/

130 Edital: http://www.canalcontemporaneo.art.br/saloesepremios/archives/002025.html, acesso em 02/10/2013.

eletrônicos, tais como televisões e rádios comunitárias, blogs, sites, publicações impressas, agências de notícias, produtoras de audiovisual ou qualquer outro meio que claramente se preste a atividades de comunicação (cfe. Edital n.º 01/2009).

Em 2010, já sem os bolsistas e contando com apenas 03 consultores contratados até o meio do ano, a ação concentrou-se em eventos: FISL[131], Consegi[132], 9a. OID[133], Feira do Livro Pan-amazônica e na interlocução com o GT Cultura Digital[134]. Foi lançado o *Edital Prêmio Cultura Digital Esporos de Pesquisa e Experimentação*[135], que premiou 40 projetos que com "*um histórico de protagonismo em ações de Cultura Digital no contexto do Programa Cultura Viva*", com foco "*na pesquisa, registro, preservação e experimentação em práticas socioculturais*" (Edital n.º 04/2010). Após este período, a Ação ficou limitada ao pagamento dos editais de prêmios, à interlocução com os pontões com convênios ainda vigentes e repasse de recursos ao pontões de cultura digital.

Para além dos conteúdos das oficinas e da implementação do kits, a *ética hacker* se difunde junto aos pontos de cultura e modela o discurso das redes do programa.

> Isso significa que os usuários dos Pontos de Cultura não terão apenas acesso a computadores e ferramentas de criação. Terão também a possibilidade de se comunicar entre si, criando no computador, trocando experiências, idéias, sugestões pela internet, dialogando pelo Conversê e viabilizando novas formas de criação no meio virtual. Sem a exigência de conhecerem ou terem se encontrado presencialmente, ampliam suas potencialidades. Tal forma de criação colaborativa não é algo inédito e já possui sólidos exemplos em todo o mundo, não limitada por fronteiras geográficas e territoriais. As possibilidades de comunicação entre os pontos são diversas e um dos objetivos maiores dos Pontos de Cultura é viabilizar a intercomunicação artística e cultural dos seus usuários e criadores com os usuários dos outros pontos (BRASIL:2009a, p.50).

A Cultura Digital foi a ação que permitiria a articulação de rede para além dos muros da cidade ou região e que tornaria possível falar em circuitos culturais de forma plena - produção, circulação, fruição, etc.

O MinC, no entanto, não teve condições de dar sequência à política de forma a permitir que essas ideias enraizassem e se tornassem de fato uma realidade em todos os

---

131 FISL, acesse: http://softwarelivre.org/fisl14.
132 CONSEGI, acesse: http://www.consegi.gov.br/
133 OID, acesse: http://oficina.inclusaodigital.gov.br/.
134 Há um grupo de discussão virtual, denominado GT Cultura Digital, "que faz parte do Fórum e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, mas é também um espaço aberto, de articulação de diversos movimentos que não estão diretamente ligados ao Movimento dos Pontos de Cultura", que conta atualmente com 298 membros. Além disso, tem espaços nas plataformas http://www.culturadigital.br/movimento e http://blogs.cultura.gov.br/culturadigital/.
135 Edital: http://www2.cultura.gov.br/site/2010/03/10/edital-cultura-digital-2010/, acesso em 02/10/2013.

pontos de cultura. No espaço de interlocução veremos que são muito poucos os pontos que participaram destes momentos formativos - apenas uma pequena parcela dos pontos conveniados nos primeiros editais, mas eles repercutem até hoje no imaginário social e fortalecessem a memória discursiva do programa.

A memória da ação é bem documentada até 2010 e está disponível no **Compêndio da Cultura Digital** (BRASIL:2009a), que é a base desta narrativa. Ele é formado por uma parte introdutória e três "Almanaques da Cultura Digital" que mostram a base conceitual, uma série de referências que ajudará os pontos a encontrar soluções e parceiros para os seus problemas de inclusão digital e relatos de experiências. Esse material foi organizado pelo grupo do IPTI - Instituto de Pesquisas em Tecnologia da Informação -, responsável por implementar a ação neste período. Depois que o projeto terminou e os bolsistas foram dispensados, a Secretaria contratou alguns consultores para acompanhar as ações, agora desenvolvidas pelos Pontões de Cultura Digital (REDE6) que atuam como articuladores e capacitadores das redes de pontos. Até 2010 havia cerca de 20 pontões de cultura digital conveniados diretamente com a secretaria e vários dos convênios descentralizados, mas destes não há informações sistematizadas.

A **gestão intra-rede** (REDE7) se refere à organização - por parte da rede formada pelos integrantes dos Pontões selecionados nos primeiros editais -, de Grupos de Trabalho Temáticos em que propunha a discussão e a busca de soluções para os problemas comuns à implementação da ação.

> Esse conceito busca fazer com que os Pontos de Cultura tidos como referências em determinadas áreas possam assumir formalmente o papel de Pontão e consequentemente dispor de recursos para o desenvolvimento de trabalhos, pesquisas e atividades junto à rede dos Pontos. (...) A prática de gestão intra-rede na ação Cultura Digital começa a ser implementada no primeiro semestre de 2007 de forma a fazer com que as atividades antes desenvolvidas sob coordenação da equipe contratada pelo IPTI passem a ser promovidas por entidades distribuídas regionalmente e articuladas entre si, os Pontões de Cultura Digital. Assim, o processo de transição para os Pontões de Cultura Digital começa a ser feito pela Secretaria de Programas e Projetos do MinC com o apoio da equipe contratada pelo IPTI. Essa equipe, a partir da experiência acumulada entre 2004 a 2006, define o escopo das atividades de oficinas, pesquisas e assistência técnica remota, bem como dos softwares livres e dos ambientes web utilizados no desenvolvimento da ação Cultura Digital. (BRASIL: 2009a, p.130).

Na formulação inicial do conceito de pontão havia o entendimento que quando houvesse uma *certa densidade de pontos de cultura compartilhando um território*, a

SCDC, os próprios pontos ou os governos estaduais ou municipais poderiam propor a organização de um pontão. Esta formulação é interessante porque propôs que o Pontão fosse gerido em *consórcio* pelos próprios pontos de cultura e este seria, de fato, um exercício de *gestão compartilhada* (BRASIL:2005, p.21) ou gestão intra-rede.

O edital n.º 04/2005 - que trata dos projetos de pontos de cultura organizados por governos estaduais e municipais -, traduziu essa ideia na proposta de articular um pontão quando houvesse *mais de dez pontos* na região. O pontão, neste edital é um *espaço cultural*:

> O Pontão de Cultura constituir-se-á em espaço cultural de articulação dos Pontos de Cultura, de irradiação da ação cultural regional, e de apresentações das diversas linguagens artísticas, de cursos e oficinas, de experimentações em software livre, e outras iniciativas culturais que a gestão compartilhada entre poder público e comunidade achar conveniente (Edital no. 04/2005/SCDC/MINC).

Nos editais n.º 02/2007 e 04/2009, este entendimento muda - passa-se a uma visão *instrumental* do pontão e a cultura digital aparece como elemento distintivo - ele passa a ser descrito nos seguintes termos:

> Pontão de Cultura é um instrumento de promoção do intercâmbio e difusão da cultura brasileira em suas mais diversas linguagens e formas, no âmbito regional ou nacional, gerido por ente público ou privado sem fins lucrativos, que desenvolverá ações que visem: a) a capacitação e formação dos agentes de cultura vinculados aos Pontos de Cultura; b) a criação e apresentação de obras artísticas realizadas em conjunto por 2 ou mais Pontos de Cultura; c) a criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura; d) a organização de festivais, encontros, fóruns e atividades correlatas que promovam o encontro, a troca de experiências e articulação entre Pontos de Cultura. Pontão de Cultura Digital é um instrumento que atende a todas as características do subitem 4.1 tendo como elemento diferenciador a utilização predominante dos meios digitais para a promoção de suas atividades e objetivos (Editais n.º02/2007, e 04/2009/SCDC/MINC).

No **Compêndio** há um documento chamado *Aprendizado na Cultura Digital*, considerando e valorizando as realidades locais, conhecimentos tradicionais e populares associados a processos e conhecimentos globais e contemporâneos, utilizando principalmente as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação para a formulação e fomento a redes sociais e culturais, na transformação social e política e a geração de autonomia das realidades locais (BRASIL:2009a, p.171). A proposta sugere processos que estimulem o desenvolvimento das capacidades cognitivas e que valorizem a

experiência cognitiva individual e comunitária, a generosidade intelectual, os auto-didatismos (o *se-virismo*, nas palavras de Gil), a valorização do meio ambiente e das culturas ancestrais, a geração de autonomia pelos e dos "pontos", assim como a diversidade cultural e a descentralização das práticas de aprendizado, tanto dos seus conteúdos, espaços quanto dos sujeitos responsáveis por construir, trocar e vivenciar conhecimentos (idem). Este documento, feito a várias mãos, será a referência para o desenho da rede de governança proposta no Projeto de Redesenho do Cultura Viva que será apresentado no espaço de interlocução.

5.2.3 Ações Tuxáua e Interações Estéticas

> Nasço amanhã
> Ando onde há espaço:
> – Meu tempo é quando.
>
> **Vinicius de Moraes**

A noção de rede é ampliada para ações de prêmios em EF3-REDE8 e EF3-REDE9, pois infere que os premiados dos Editais Tuxáuas[136] e Interações Estéticas[137] se articulem em rede. O Tuxáua é um articulador de redes, que com a premiação ganha fôlego para desenvolver suas ações por mais dez meses.

> Prêmio criado em 2009, quando selecionou 80 iniciativas de mobilização e articulação de redes, que prevessem continuidade de dez meses e fossem protagonizadas por pessoas que demonstravam histórico de atuação relevante junto às ações e redes relacionadas ao Programa Cultura Viva. Tuxáua deriva de idiomas de etnias indígenas brasileiras e denomina a figura do articulador e mobilizador na aldeia. Os projetos selecionados propuseram ações de fomento a mobilização e articulação de diversas redes socioculturais, alimentando conceitualmente e politicamente as ações do Programa. Cada projeto recebeu R$ 38 mil, em duas parcelas. Em abril de 2010 foi lançado um novo edital que premiou 45 novas iniciativas.
> (Fonte:http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/mobilizacao-e-articulacao/tuxaua/, acesso em 28/05/2012).

Há um grupo de discussão virtual - a lista Tuxáua, ancorada no googlegroups -, com 121 membros e um blog ancorado no http://culturadigital.br/tuxaua/ para divulgação

---

136 Fonte: http://www.cultura.gov.br/site/2010/03/11/premio-tuxaua-cultura-viva-2010/, acesso em 03/10/2013.

137 Fonte: http://www2.cultura.gov.br/site/2009/07/01/premio-interacoes-esteticas-residencias-artisticas-em-pontos-de-cultura-2009/, acesso em 03/10/2013.

dos relatos e relatórios do trabalho desenvolvido, notícias e eventos, mostrando um excelente nível de articulação entre os Tuxáuas.

> A grande diferença deste edital para outros já existentes é que, quem recebe o Prêmio Tuxáua, fica legitimado para continuar sua história e seu trabalho sem precisar ser um agente do governo. A verba vai diretamente para uma pessoa, ao invés de ir para um coletivo. "Faltava um espaço para o articulador cultural. Antes do Tuxáua só existiam iniciativas para coletivos, agora as coisas funcionam de maneira simples e dinâmica: você recebe um prêmio para fazer uma ação, sem envolver organizações e nem prestar contas muito complexas", explicou Pedro de Castro, contemplado com o prêmio em 2009. (Fonte: http://www.encontrodeculturas.com.br/2010/noticiasDetalhe.php?id=353, acesso em 28/05/2012).

O **Prêmio Interações Estéticas**[138](EF1-REDE9) é uma residência artística desenvolvida em um Ponto de Cultura.

> É uma ação da SCC-MinC em parceria com a FUNARTE, que promove o **intercâmbio, o compartilhamento e a troca de experiências por meio de residências artísticas** em Pontos de Cultura de todo o país. Deste diálogo entre artistas, Pontos de Cultura e comunidades formou-se uma nova e importante rede social e cultural, que se articula para além dos limites entre a **"cultura erudita" e a "cultura popular".** A aliança criativa entre artistas e Pontos de Cultura estabelece um território comum para a diversidade cultural brasileira atuar em parceria com o panorama artístico contemporâneo do país. Para dar visibilidade aos projetos selecionados ocorre nas principais capitais brasileiras o "Circuito Interações Estéticas". Já participaram do prêmio 233 artistas e 233 Pontos de Cultura, das cinco regiões brasileiras. (Fonte: http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/mobilizacao-e-articulacao/interacoes-esteticas/, acesso em 28/05/2012, grifo meu).

Vasconcelos (2011), realizou uma análise das edições de 2008 e 2009 do Prêmio, considerando os artistas, os Pontos de Cultura e os gestores públicos envolvidos. Para ela, refletir sobre o cenário das políticas públicas federais de cultura "*implica necessariamente observar e analisar o discurso e a relação existente entre grupos que desempenham, a partir de seu lugar político, social e simbólico, papéis diferentes e igualmente importantes"* (VASCONCELOS:2011, p.01). Assim, ela colheu diversos depoimentos que mostram de diferentes perspectivas como foi a residência artística nos pontos. Para o Mestre Luiz Paixão, o edital representou a primeira experiência com

---

[138] O edital foi lançado novamente, em 2012, com o nome de Bolsa Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura e contemplou mais 52 trabalhos, com bolsas de R$ 50 mil cada um. As seleções dos editais ficam a cargo de comissões, compostas por especialistas de diversos setores da arte. A SCDC e a FUNARTE lançaram em 2012 o **Catálogo do Prêmio Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura**. A publicação abrange desde o ano de 2008 – quando foi criado o programa – até 2010. Ela registra exposições, espetáculos, intervenções urbanas e rurais, livros, filmes e CDs, feitos a partir da iniciativa. Fonte: http://www.funarte.gov.br/artes-integradas/publicado-o-catalogo-do-premio-interacoes-esteticas-residencias-artisticas-em-pontos-de-cultura-20082010/, acesso em 21/01/2014.

oficinas do cavalo-marinho fora da cidade de Condado, local de origem desta manifestação da cultura popular (op.cit., p.03). Ele conta que o ponto de cultura em que ele fez sua residência enfrentava problemas com a prestação de contas com o MinC e, por isso, estava bastante desestruturado:

> O Programa de Ponto de Cultura é o único que conseguiu colocar no mesmo plano organizações comunitárias e de ação cultural, dando-lhe voz e verba para difundir e fortalecer suas ações. O problema é que muitas destas organizações não têm pessoal qualificado/amadurecido com desenvolvimento de projetos, formulação, concepção e sobretudo difusão. O imediatismo que as seqüelas sociais impõem associam/empurram os projetos ao assistencialismo – se não tiver camiseta, alimentação, transporte de pessoas ou ajuda de custo para deslocamento os projetos não funcionam e encarecem muito as planilhas que devem investir mais na formação de pessoas. Assim, o que resta é quase ínfimo para pagar pessoal qualificado e as programações previstas (PAIXÃO, 2009 in: VASCONCELOS:2011, p.03).

A artista Renata Amaral enfrentou problema semelhante:

> O Ponto de Cultura estava desativado. Problemas com as prestações de contas impediram o recebimento de novas parcelas do convênio e o ponto estava sem atividades há quase dois anos (atividades ligadas ao Cultura Viva, já que é um terreiro com um calendário repleto de celebrações e outras atividades que não se interrompem em nenhum momento). O kit digital estava completamente deteriorado. Sem uso por falta de atividades e de capacitaçao, ficou fechado meses em um quartinho quente e úmido (São Luís é uma ilha com altos níveis de calor e umidade), de forma que quando propus iniciar uma capacitação quase nenhum equipamento funcionava e boa parte deles estava irremediavelmente estragado. A solução foi fazer um trabalho administrativo no Ponto de Cultura, assumir junto às responsáveis técnicas do Ponto − duas moças da comunidade com boa vontade mas nenhuma experiência administrativa – a reabilitação do ponto, refazer planilhas e relatórios, conseguir notas fiscais e documentos, contatar o MinC inúmeras vezes, contratar um contador para regularizar a situação fiscal da casa, reabrir conta bancária e outras incontáveis questões estruturais, como mandar equipamentos para conserto, organizar arquivos, etc, que consumiram boa parte do meu tempo na residência e do dinheiro do prêmio. (AMARAL, 2010 in: VASCONCELOS:2011, p.04).

Houve concentração de projetos em determinados pontos de cultura, em 2008, os Pontos de Cultura Caminhos do São Francisco no município de Piaçabuçu, Alagoas, e Lia de Itamaracá em Recife, Pernambuco, receberam cada um dois projetos. No ano de 2009, os Pontos de Cultura Fundação Pierre Verger e Associação Cultural Liberdade é Barra, ambos no município de Salvador, Bahia, e Ponto das Tradições, em Juazeiro do Norte, Ceará, receberam cada um dois projetos de residência artística (op.cit.: p.06). Outros Pontos receberam projeto de residência artística nas duas edições do prêmio 2008 e 2009, a saber: Fundação Pierre Verger, Associação Cultural Liberdade é Barra e Cine

Solar Boa Vista, em Salvador, Bahia; além do Coco de Umbigada em Olinda, Pernambuco (op.cit.: p.07). A justificativa para tal concentração foi a importância e melhor estrutura oferecida aos artistas residentes. Todos os pontos afirmaram que as dificuldades foram solucionadas em conjunto com os artistas e consideram a experiência muito bem sucedida (idem).

A entrevista com as servidoras da Funarte responsáveis pelo edital mostra os seguintes dados:

> O primeiro deles é a unidade no discurso acerca dos objetivos do edital e de como ele alcança seus objetivos por meio da premiação dos artistas que realizam residências artísticas em Pontos de Cultura nas diferentes linguagens. O segundo dado fica expresso na preocupação sobre o planejamento, ou seja, a falta de uma política de gerenciamento de projetos, cronograma, metas e, sobretudo, a inexistência de uma política de avaliação de resultados que possa subsidiar possíveis alterações necessárias, continuidades ou até mesmo extinção do edital, caso seus objetivos não estejam sendo atingidos e a relações custo-benefício para a sociedade não seja positiva de acordo com a avaliação dos gestores públicos responsáveis pela mesma. Desta maneira, falta ao edital controle, monitoramento e avaliação sobre suas ações, que se configuram em estratégias de gestão imprescindíveis a qualquer política pública orientada por resultados e voltada para o cidadão (VASCONCELOS:2011, p.10).

A pesquisadora finaliza sua análise com as seguintes considerações:

> No caso do Prêmio Interações Estéticas, é preciso construir mecanismos de articulação e diálogo entre estes três atores: artistas, Pontos de Cultura e Estado, de forma a proporcionar bases sustentáveis para a política cultural. Torna-se prioritário uma gestão eficiente para que as políticas públicas não se transformem em meros instrumentos de dependência de grupos artísticos, mas que, ao contrário, se consolidem enquanto ações de fomento e valorização da diversidade de expressões artísticas do país, capaz de incentivar as redes de economia criativa proporcionando uma real sustentabilidade para o cenário cultural (idem).

Chama atenção que esta pesquisa não refere à *Rede* Interações Estéticas. Vasconcelos, ao analisar o discurso de Célio Turino sobre a gestão compartilhada e transformadora que repensa o Estado, etc., e ao comparar o discurso ao quadro da ação, reflete que

> ainda nos falta percorrer um longo caminho, no qual as políticas públicas possam ser pensadas à luz da governança colaborativa e da sustentabilidade, deixando para trás o Estado assistencialista que cultiva a dependência de artistas em relação a ele. Devemos, assim, refletir sobre o papel do Estado como formulador e executor das políticas públicas de fomento e difusão da cultura brasileira em toda sua diversidade e desigualdades. Dentro de "distantes" gabinetes ou "repartições públicas", elaboram-se políticas públicas que conseguem alcançar "pessoas reais" imersas em seus universos particulares e coletivos, que em algum ponto de intersecção se encontram e produzem algo completamente inusitado, novo ou mesmo familiar e próximo de seu cotidiano.

> Esse encontro em qualquer ponto do país não se dá de maneira ingênua ou sem propósito. É um encontro da arte, ou melhor, das artes compartilhadas nos pontos de uma grande rede. (...) Diante disto, somos levados a compreender que uma outra gestão cultural se faz necessária e urgente. Na realidade, precisamos de uma outra gestão cultural em que o cidadão não somente faça parte mas também seja responsável por seus resultados e alcance de suas metas. Uma outra gestão cultural, na qual o interesse de grupos seja colocado de lado em nome do interesse de todos, faz-se urgente nos canais de diálogo que vão se abrindo. Uma outra gestão cultural, em que a sustentabilidade dos projetos seja discutida em detrimento da exclusiva preocupação na execução do orçamento público, torna-se fundamental nos dias de hoje. Uma outra gestão cultural marcada por servidores públicos de carreira que não "flutuam" conforme os interesses ou partidos no governo, mas que estão continuamente a serviço da sociedade, é o que se precisa, com base em uma gestão pública por competência. E, finalmente, procuram-se pessoas dispostas e comprometidas com tudo isso, sejam artistas, membros de Pontos de Cultura, servidores públicos, acadêmicos, cidadãos, sobretudo (VASCONCELOS:2011, p.15-6).

Em 2010 aconteceu em Minas Gerais e no Rio de Janeiro encontros da Rede Interações Estéticas, a etapa do RJ do Circuito Interações Estéticas propôs a **Carta do Rio**[139] para o aprimoramento do projeto, mas os desdobramentos do grupo virtual e de encontros presenciais ainda estão opacos e não contam com sistematização da Secretaria e essa ausência de acompanhamento, monitoramento e avaliação é responsável por essa dificuldade em visualizar os resultados e produtos culturais produzidos por estas iniciativas. Muito se faz dentro destes projetos, mas ainda é muito pouco o que se pode visualizar dessas redes.

5.2.4 As Teias

> Quando o tambor toca todo mundo sai da toca
> poetas, burocras, bacanas e sacanas
> quando o tambor toca todo mundo sai da toca
> técnicos, pirotécnicos, sanos e insanos
> quando o tambor toca todo mundo sai da toca
> governos, cavernas, infernos e santos
> quando o tambor toca todo mundo sai da toca
> palavra sons gestos cores e cantos
> quando o tambor toca todo mundo sai da toca
> bits e bytes batem tum tum tum tum desde o
> primeiro toque na barriga materna desde o
> primeiro rito do ritmo da terra fraterna
> quando o tambor toca todo mundo sai da toca
> e se toca e se troca nessa teia digitada e de
> digitais nessa volta do dragão aos novos
> mares não é mais de um nem de poucos é mais

[139] A Carta do Rio não estava disponível no site do MinC ou do projeto e não consegui acesso, portanto, ao seu conteúdo.

da libertação dos pares quem está longe fica
mais perto é quando a abolição dos
escravos permite a ebulição dos libertos
teia libertária dos corpos e dos signos teia que
aperta o laço nos espertos teia dos contras e dos
prós nós desatamos os nós
quando o tambor toca todo mundo sai da toca
e se toca e se troca
se tem o dom…reparte com…

TT Catalão, Teia Tambores Digitais, 2010

A **Teia - Encontro Nacional dos Pontos de Cultura** (REDE10) é um evento organizado pela Secretaria, CNPDC e parceiros, que busca dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos/nos Pontos e Pontões de Cultura.

Já foram realizados os seguintes encontros:

- Teia – 2006 – São Paulo - Venha ver e ser visto
- Teia – 2007 – Belo Horizonte – Tudo de todos
- Teia – 2008 – Brasília – Direitos Humanos: Iguais na Diferença
- Teia - 2010 - Fortaleza - Tambores Digitais

Sua trajetória está bem documentada pela SCDC e busco referências em seu histórico para entender em que sentido a Teia pode ser considerada uma rede mais do que um evento. E quem dá a pista é Turino, ao se referir a Teia como uma *rede de redes*. "*Nós achamos mais apropriado, em lugar de chamar esse encontro de rede, chamar de teia, porque aqui é uma rede de redes, onde elas vão se estabelecendo"* (TURINO in BRASIL:2006, p.106). Em sua fala na abertura da Teia 2006 diz que a *arte da periferia* chegou à Bienal de São Paulo:

> No evento Teia houve arte solidária, inovação, estética e ética e tudo feito de forma descentralizada. É isso que queremos mostrar. Mostrar e transformar e mostrar de novo e transformar novamente. (...) Na Teia há arte de vanguarda, criação, reflexão... Tem também o sócio-educativo para os pobres, tem também tradição, cultura popular. Por que não? Na tradição encontramos forças para dar saltos, entender nossas origens, voltar para o círculo, romper com o círculo e e crescer em espiral; no sócio-educativo encontramos um dos caminhos para tornar mais suportável nossa vida tão maltratada: unir arte, com cidadania e economia e entender que tudo isso é cultura. (...) A Teia serve para isso, é um momento de parada, de reflexão para a ação, fazendo que o trabalho de cada um se potencialize no contato com o outro, na articulação em Rede (TURINO in: BRASIL:2006).

FOTO 02 Arquivo Programa Cultura Viva. Imagem: TT Catalão

As ideias-chave do PCV são reiteradas nos documentos técnicos produzidos pelos consultores da Secretaria. Vejamos:

> Em 2006, dois anos após a implantação do Programa Cultura Viva, como meio de fortalecer a recém-formada **Rede de Pontos de Cultura**, o Ministério da Cultura constata a necessidade de incluir como parte do programa a realização de um encontro presencial anual, que reunisse as lideranças e as produçõesdos Pontos de Cultura em nível nacional. O encontro Teia visa dar oportunidade de troca de conhecimento entre as iniciativas que participam do programa, reunindo, em torno de suas atividades, representantes de Pontos de Cultura, pesquisadores e gestores públicos. O evento abre espaço não somente para encontro entre os Pontos de Cultura de todas as regiões do Brasil, mas para o encontro entre a sociedade civil e o Estado. Nela, gestores públicos e representantes dos Pontos de Cultura saem de seus universos particulares e reencontram e ressignificam a dimensão coletiva de suas práticas cotidianas. A programação da Teia é pensada como espaço para a reflexão, capacitação, e divulgação. Ou seja, o objetivo é planejar atividades que promovam a reflexão sobre temas prioritários para a melhoria na condução do Programa Cultura Viva e para o aprimoramento de suas ações (nos fóruns, palestras, debates e seminários), contribuindo para a capacitação de seus agentes em encontros e oficinas e divulgando seus resultados para a sociedade (mostra artística e feira de economia solidária) (GONÇALVES: 2010, p.6, grifo meu).

Desde a Teia de São Paulo os Pontos iniciaram mobilização da Rede Cultura Viva a partir da criação dos fóruns de Pontos de Cultura (VILUTIS:2011) e na *Teia – 2007 – Belo Horizonte – Tudo de todos* foi organizado o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura que é a instância política dos Pontos que reúne os representantes dos demais encontros e fóruns municipais, estaduais ou regionais, além das áreas temáticas e redes que compõem o Cultura Viva. Outra instância importante nesse processo é a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura que articula a participação dos Pontos nos encontros e garante a participação do grupo no Fórum Nacional e outros eventos relevantes no processo (BRASIL:2010b, p.61).

Um sentido de *rede* a que se refere o discurso institucional do CV ao falar da Teia diz respeito a uma característica das redes solidárias, cujos processos de gestão são compartilhados igualmente entre os Pontos e Pontões de Cultura, a partir da interlocução com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Falar de *um atributo* de rede solidária como se fosse a rede é um processo *metonímico*, que toma a parte pelo todo. A *rede como gestão compartilhadado de um evento* enfatiza o processo de articulação entre MinC, Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e demais parceiros (pontos, governos municipais e estaduais, ONGs, governo federal, etc.).

> Em todas as Teias, os proponentes do projeto do evento, portanto, as entidades que apresentaram o projeto para aprovação nas leis de incentivo cultural e que se responsabilizaram pela captação e administração dos recursos financeiros, são entidades culturais definidas por estatuto, como organizações civis, de natureza privada e sem fins lucrativos. No caso de Fortaleza, organização social privada de interesse público. Este dado é relevante, indicando que, desde o início, o Ministério da Cultura enxergava a importância em **compartilhar a gestão do evento com a sociedade civil** (GONÇALVES: 2009, p.54).

A construção de uma instância política de participação e inclusão social foi importante na medida em que inseriu os pontos e pontões de cultura e realizou junto com eles vários encontros preparatórios para a discussão do formato, conteúdo e metodologia, desenvolvendo mecanismos democráticos de participação dos sujeitos do Programa no Encontro Nacional (GONÇALVES:2010, p.52). Segundo o discurso institucional, gestão compartilhada da Teia colaborou para

> Explicitar o **novo direcionamento que o Estado** dava, naquele momento, para a gestão pública da cultura no país, incentivando as produções artísticas e as tecnologias socioculturais populares, tornando-as visíveis. (idem: p.51, grifo meu).

Os pontos de cultura se posicionaram criticamente em relação à fragilidade organizacional das Teias e o discurso institucional da gestão compartilhada é totalmente esvaziado de sentido. O Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, na avaliação da Teia 2006, deixa claro que o evento não é um espaço de debate político e que não houve gestão compartilhada:

> O TEIA é um evento integrante deste programa e teve a sua primeira edição no ano de 2006. Ocupou o espaço da Bienal de São Paulo, onde diversas manifestações populares estiveram reunidas, apresentando as várias caras, sons e gestos dos Brasis. Entretanto, além de não ter primado pela organização, o TEIA 2006 **não se apresentou como espaço para um debate político**. (...) **O evento TEIA tem sido outro fator de insatisfação, pois está sendo realizado com baixa participação dos PCs em sua concepção, execução e programação**
> (Fonte: http://forumpontosdecultura.blogspot.com.br/2007/12/apresentao-do-frum-nacional-dos-pontos.html, acesso em 2310/2013, grifo meu).

A *assimetria entre dizer e fazer* aponta novamente. A avaliação da Teia 2007 pelos pontos de cultura é mais densa: novamente **a gestão compartilhada só existe no discurso do MinC, os pontos não se envolveram na construção do evento**, o ministério trouxe grupos não conveniados, a Teia teve formato de mega-evento da indústria cultural, houve problemas com a recepção, o transporte, a hospedagem, a metodologia e a logística do evento, opacidade nos critérios de seleção da empresa que organizou o evento (Fórum Nacional dos Pontos de Cultura in BRASIL: 2010b, p.119). Estes problemas são sistêmicos e acompanham as Teias 2008 e 2010, embora os Pontos tenham conseguido maior espaço na organização do evento.

É necessário refletir sobre a capacidade do MinC e da secretaria em responder às demandas dos pontos de cultura levantadas nas Teias. Por um lado, adiante veremos que há uma tremenda coincidência entre a agenda do MinC e a dos pontos de cultura, as demandas são comuns. De outro, há baixa capacidade institucional de responder pela gestão da política, não dando conta nem mesmo do que já está posto. Muitas questões, são assim, colocadas de lado.

As Teias são espaços privilegiados para consolidar a *memória discursiva* do Programa Cultura Viva, pois reúnem os formuladores da política, pontos e pontões de cultura, pesquisadores e parceiros e, de cada posição-sujeito, as diretrizes do Programa são reiteradas e as imagens que são criadas tem forte aderência destes interlocutores. São

também espaços que legitimam, consolidam e articulam todas as noções de redes do PCV que se encontram neste evento.

FOTO 03 Arquivo Programa Cultura Viva

"*Nós desatamos os nós"* encerra a fala do Ministro Gil na abertura da Teia 2006. Nas Teias as imagens discursivas tomam forma, a rede é uma ideia-força que move e justifica o PCV: "*Esse programa só pode ser chamado Cultura Viva se for legitimado pelo rede, pelas trocas, pelos* ***circuitos*** *e até pelos contraditórios do processo em* ***curto-circuito"*** (GIL in BRASIL:2006). A ideia de rede fortalece o imaginário que articula estética e política, que pode ser sintetizado no que Gil denominou *príncípio do a fim*:

> Essa gente que não se entrega, não se dobra, que se move por estar a fim de querer, a fim de crescer, a fim de tecer e acontecer e dar um fim nesse fatalismo chinfrim que nos deseja frágeis, desorganizados, impotentes, acuados, passivos. (GIL in BRASIL: 2006).

Na Teia 2007, Gilberto Gil, diz que o evento será o "*pacto inicial para a consolidação da rede que já somos de fato"* (BRASIL:2010b, p.87). Na perspectiva discursiva, o uso verbo na na 1a. pessoa do plural pelos gestores do MinC busca enfatizar

que Estado e sociedade são parceiros em condições iguais. E apaga a assimetria constitutiva entre Estado e sociedade, embora o poder simbólico que essa assimetria produz reverbere: os lugares sociais são diferentes. Fazer da diferença o mesmo é uma das características da elisão do político, da recusa em politizar as ações.

FOTO 07 Arquivo Programa Cultura Viva

Não há clareza de quais são os mecanismos e instrumentos que a sociedade dispõe para decidir - nem os conteúdos que ela decide e em que termos. E sua retórica, de cunho populista, mesmo não sendo muito esclarecedora, ressoa:

> Vocês são os reais construtores dessa Teia porque **vocês só existem pela trama da rede coletiva de saber e de pensar que alimentamos e por ela somos alimentados** todo dia. O MinC tece esse enredo como **aliado** e não como **regente**. **Em tudo, em cada um de nós, está um pouco de todos vocês**. O MinC pratica e acredita que uma política pública só será legítima se estiver fundamentada no diálogo e na liberdade de expressão da **gestão compartilhada** (GIL in BRASIL:2010b, p.87, grifo meu).

Na Teia 2008, em Brasília, os Pontos de Cultura lançam um documento com um nome audacioso, *"Carta de Re-Proclamação da República",* divulgado pelo Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. O conteúdo da Carta, não obstante a eloquência do título é, basicamente, *paráfrase* do discurso do Estado e suas reinvindicações, *coincidem* com a proposta do MINC:

> O que começou como um programa governamental, extrapolou as fronteiras institucionais e hoje os Pontos de Cultura emergem com a força de um movimento social presente e organizado em todo o país. Nos últimos três anos este movimento se (re)conheceu, se encontrou e se fortaleceu. Os Pontos de Cultura apontam para o surgimento de **novas formas de relação entre o Estado e a sociedade**. Reconhecem a necessidade da mobilização organizada da sociedade para um profundo debate com os poderes executivo e legislativo sobre as políticas públicas para a cultura no Brasil para a criação de novos marcos legais em que **o Estado, ao invés de impor, dispõe** as condições e os meios para **o exercício da autonomia, protagonismo e empoderamento social** (Fórum Nacional dos Pontos de Cultura in BRASIL:2010b, p.126, grifo meu).

Essas *coincidências do dizer* caracterizam a interlocução dos pontos de cultura com o MinC. Pode-se reconhecer no recorte acima, enunciados ou palavras (em negrito na citação) que caracterizam o *discurso institucional*. Os pontos de cultura aparentemente não perceberam ou não problematizaram os diferentes sentidos que esse discurso produz ao ser enunciado de diferentes lugares sociais, característica da *elisão do político*. Boa parte da pauta política do MinC é assumida como reinvindicação[140] do movimento social e essas *coincidências do dizer* apontam que de fato, nesse período, existiam espaços qualificados de interlocução entre o Estado e a sociedade e uma agenda comum.

---

[140] Garantia da permanência dos Pontos de Cultura como política de Estado, com dotação orçamentária prevista em dispositivo legal, mecanismos públicos de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil; - Aprovação da PEC 236, que pretende acrescentar a cultura como direito social no Capítulo II, artigo 6° da Constituição Federal; - Aprovação da PEC 150 que vincula 2% do Orçamento Federal, 1,5% do Orçamento Estadual, 1% do Orçamento dos Municípios para a Cultura; - Garantia da Inclusão do Programa Cultura Viva no Plano Nacional de Cultura; - Regulamentação e implantação do Sistema Nacional de Cultura em todos os níveis da federação com definição de suas atribuições, e ampla participação da sociedade; - Revisão da legislação que rege os convênios entre a sociedade civil e o Estado, garantindo transparência, funcionalidade, e agilidade nos processos administrativos, regulamentando a transferência de recursos públicos para ações da sociedade civil com finalidades sociais e culturais; - Reconhecimento pelo Estado brasileiro dos saberes e fazeres dos mestres e griôs de tradição oral e da cultura popular, com a criação de mecanismos permanentes de apoio e incentivo às redes de transmissão oral e seus vínculos com a educação formal, bem como suas práticas nos diversos grupos étnico-culturais que formam o povo brasileiro; - Incentivo à participação da juventude nas políticas públicas de cultura, através do estímulo ao envolvimento da juventude em programas de formação, criação e atuação comunitária em atividades culturais, artísticas e de comunicação. - Por fim, reconhecemos o avanço das Políticas Públicas Culturais desse país e confiamos na sinergia de propósitos entre as resoluções do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e as prioridades do MINC (Carta de Reproclamação da República: 2008). Fonte:ww.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4343, acesso em 21/08/2013.

> Os Pontos de Cultura são parte do Programa Cultura Viva, experiência **original, ousada e inovadora** no âmbito das políticas públicas para a área cultural. O Programa Cultura Viva reúne governo e sociedade civil em uma proposta de **gestão compartilhada**, baseada no reconhecimento e valorização de grupos, entidades e manifestações culturais em todo o Brasil. A construção deste programa afirma novas possibilidades de inserção política de diversos setores envolvidos nas atividades culturais, exercitando sua **autonomia, protagonismo e empoderamento social**. Os pontos de cultura formam hoje uma **rede** nacional que reúne e identifica a própria diversidade cultural do país (Carta Aberta dos Pontos de Cultura ao MINC, 29/11/2009 in BRASIL:2010b, p.114, grifo meu).

As coincidências do dizer, ou nos termos da AD, a *heterogeneidade mostrada*, indicam que o discurso político populista trabalha para cristalizar alguns sentidos, produzindo e fazendo circular seus valores, suas ideias em cadeias parafrásicas que naturalizam alguns enunciados. A *função de símbolo* do programa, como já mencionei anteriormente, colabora da cristalização da *memória discursiva* do PCV.

5.3 A REDE COMO *METÁFORA*: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO COMPARTILHADA COM QUEM?

> Das margens se veem melhor as estruturas de poder.
>
> **Boaventura de Sousa Santos**

Organizar *redes com os grupos culturais beneficiários dos editais do* Programa Cultura Viva é uma iniciativa do governo federal para fazer a gestão compartilhada do programa e para criar uma esfera pública que articule o governo e os grupos culturais beneficiários das políticas públicas. As noções de rede que o CV mobiliza são *polissêmicas*, dizem respeito a articulações locais, regionais, estaduais e nacional, entre os pontos e pontões de cultura e comunidades, às relações entre pontos, entre pontos e pontões, às redes virtuais, à espaços e eventos de inclusão e participação social, à mobilizadores regionais, aos circuitos culturais e à forma de gestão do programa. São, discursivamente, *redes dentro de redes*.

A rede, para o Estado é uma *metáfora*[141] para os espaços de participação social, indistintamente, sem considerar seu desenho, que envolve tanto espaços e territórios, como descreve a gestão e as ações do programa, os grupos de discussão vitual, a forma dos pontos se organizarem, os eventos. Um olhar atento diria que no programa, *tudo é rede*.

> Podemos seguramente afirmar que "as redes", tomadas aqui de maneira mais ampla – como **metáfora conceitual** adequada para descrever um modo descentralizado de organização e de distribuição de bens, de ajuda, de oportunidades, de conhecimento entre indivíduos pertencentes a grupos sociais diversos (...) (GOMES in LABREA et al:2009, p.38).

O discurso que caracteriza tal descrição é focado unicamente nos aspectos positivos de ser/estar em rede e reproduz um saber institucionalizado sobre o funcionamento da rede e esse discurso é referendado como *matriz de sentido*. Essa *matriz de sentidos* estabilizados vai sendo incorporada e repetida de várias formas diferentes inclusive ao referir outras redes, inscrevendo-se na configuração típica dos discursos pedagógicos que é a *circularidade:* discursos que se auto-alimentam, repetindo o mesmo (ORLANDI:1996, p. 15). A repetição de um enunciado discursivo e a regularização de seu sentido passa a constituir a *memória discursiva*. O discurso institucional do CV repete os atributos das redes, mas não mostra como viabilizar essas articulações, o projeto compartilhado, nem tampouco como mensurar se elas estão sendo bem-sucedidas, do ponto de vista da efetividade da política que se pretende implementar.

O sentido de rede expresso nos recortes discursivos acima é uma concepção *à priori* de redes – contra-hegemônica -, idealizada, baseada apenas na sua forma aparente e desconsidera a lógica de produção de dinâmicas de relacionamento, afastamentos e aproximações, tensões e contradições entre os ponteiros, característica da rede real.

Assim, para ter uma resposta à pergunta que este estudo propõe responder - qual o sentido de rede assumido discursivamente pela SCDC que passa a constituir sua memória discursiva? - já podemos inferir que não existe **o** sentido de rede, mas vários sentidos - de diferentes escalas e registros - que dialogam e formam uma noção polissêmica e de difícil ancoragem em práticas concretas.

---

[141] Metáfora: emprego de uma palavra num sentido que se assemelha e no entanto difere do seu sentido habitual (DUCROT; TODOROV: 2001, p.254).

As diferentes noções de rede presentes no *discurso fundador* do PCV, reiterado nos documentos institucionais, mostram que há uma assimetria constitutiva no discurso do PCV entre o dizer e o fazer. Essa assimetria é característica do discurso político populista: a memória é seletiva, os governos em geral enfatizam os aspectos positivos da política e minimizam os negativos, quando o mencionam.

As categorias descritas a partir do discurso institucional do CV não são suficientes para descrever *tipologias* de redes, pois essas dependem da descrição dos objetivos, metodologia de articulação, acompanhamento e avaliação dos resultados e processos, envolvendo aspectos que não são contemplados na proposta de rede do programa. Mas a descrição das características idealizadas pelos formulares do programa para cada uma das redes acima descritas servem para que possamos visualizar que a noção de rede e seus atributos permeiam todo o discurso sobre o programa, tanto no nível de formulação da política - que pretende uma rede que mobiliza a gestão compartilhada em que a definição das ações, a natureza das articulações e eventos que o CV organiza seriam decididos em instâncias participativas – quanto no nível operacional, das relações entre os pontos e pontões de cultura e comunidades ou instituições parceiras.

A formação de redes é uma aposta incial do MinC. A primeira pesquisa avaliativa do PCV, realizada pelo IPEA ao longo de 2007 e 2008, mostra que *"apenas 10% dos pontos tiveram como motivação para ingresso no programa a articulação de redes"* (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.65, grifo meu).

> Portanto, se o dinamismo das parcerias, articulações e capacitação é apresentado enquanto preocupação, elas já **resultam de processos de desenvolvimento do programa** e, provavelmente, **implicam ampliação das necessidades** sentidas e observadas pelos coordenadores dos pontos, não decorrendo da motivação inicial para a adesão. (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.66, grifo meu).

A ideia da rede não é inicialmente uma necessidade dos pontos, mas eles aderem a proposta do MinC e "*68% dos pontos ouvidos na pesquisa interagiram com a rede de pontos, 60% interagiram com os pontões e 46% com o Sistema Nacional de Cultura e 91% participaram da Teia"* (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.67, grifo meu). Creio que já descrevi o suficiente sobre a natureza convencional destes espaços e a rede como *metáfora,* é utilizada pelos gestores do programa para designar um *conjunto de rotinas já tradicionais na administração pública*. A ressignificação destes espaços faz

parte do *ritual discursivo de continuidade* que visa manter e atualizar a *memória discursiva* do programa e é uma estratégia para destacar o aspecto *inovador* da política.

A proliferação de categorias não vem acompanhada da devida descrição de como irá se estruturar a rede como esfera pública e, principalmente, como o poder irá circular entre sujeitos que ocupam diferentes posições enunciativas e sociais. Boaventura de Sousa Santos vincula o hibridismo à falta de elucidação das relações de poder *"que presidem à produção tanto de homogeneização (ou paráfrases) quanto de diferenciação (ou polissemia)"*. Sem tal elucidação não se diferenciam vinculações e hierarquias entre eles (SANTOS:2005b, p.46).

EF mostra diferentes dimensões de uma política cujo desenho enfatiza a *articulação entre o governo e a sociedade*, *a participação social realizada a partir da noção de rede e de gestão compartilhada*. São dimensões extremamente valorizadas no Governo Lula e essa aproximação entre governo e sociedade já é uma marca dos governos petistas em nível estadual e municipal, desde a década de 1980. Essa ideia está presente em todos os discursos institucional sobre o PCV:

> A aplicação do conceito de **gestão compartilhada e transformadora para** os Pontos de Cultura tem por objetivo estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e sociedade. No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo. O aspecto comum entre os Pontos de Cultura no Brasil é a **gestão compartilhada entre poder público e comunidade**. O MinC atua como agregador de recursos e de novas capacidades para projetos e instalações já existentes através de subvenção; como também, oferece equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico (MIRANDA in LABREA & RANGEL: 2010, p.52).

O discurso de *gestão compartilhada* acompanha o PCV desde sua formulação. No entanto, esse entendimento não está acompanhado da necessária descrição dos espaços e dos limites desta interlocução e isso reduz bastante o entendimento da materialidade deste discurso. Quais são as práticas, os fóruns, os eventos, os interlocutores que de fato realizam uma gestão compartilhada? Quais aspectos da gestão pública podem ser compartilhados com a sociedade civil? Outra questão que me parece importante refletir é como essas estruturas *em rede* dialogam com as estruturas formais de participação social já instituídas pelo MinC, como o Sistema Nacional de Cultura, a Conferência Nacional de Cultura e seus GTs Setoriais, o Plano Nacional de Cultura, os fóruns municipais e

estaduais de Cultura, entre outros? Todas essas instâncias podem ser consideradas redes contra-hegemônicas? Mesmo quando elas se organizam historicamente de forma vertical, tenham representantes com mandatos, sejam coordenadas, mantenham um sistema hierárquico bem demarcado e o poder esteja concentrado em certos espaços enunciativos?

Embora o discurso do Programa repita ao longo dos anos a ideia de *gestão compartilhada*, ela é uma *intenção* e como tal é entendida e apreendida pelos Pontos e Pontões:

> A gestão compartilhada, envolvendo instâncias de governo e sociedade civil, ainda que **não ocorra de forma efetiva**, é considerada uma **intenção** positiva do Ministério da Cultura (LYRA et alii:2011,p.66).

O **Almanaque Cultura Viva** esclarece que a Rede de Pontos de Cultura é organizada a partir "*encontros setoriais que definem a gestão compartilhada do Programa Cultura Viva e dos pontos de cultura entre o governo e a sociedade, mediante fóruns, Teias e Comissão Nacional dos Pontos de Cultura"* (BRASIL:2009b), além de reuniões, encontros, oficinas, eventos culturais. Todos os espaços que o governo designa para o diálogo com a sociedade é considerado *rede* e a ausculta de suas demandas e experiências considerada *gestão compartilhada*. Nestes termos, a rede e a gestão compartilhada do PCV se concretizam em espaços verticais, estruturados de forma tradicional: há representantes, que são eleitos, há hierarquia entre essas representações, há controle dos espaços de argumentação por grupos que se mantém indefinidamente no poder, há listas abertas e listas fechadas de interlocução, há pessoas ou grupos de pessoas mais próximos e outros mais distantes dos interlocutores na secretaria, as relações são assimétricas e monológicas: há muita informação e pouco diálogo. Enfim, o discurso aponta para *redes contra-hegemônicas*, mas a realidade aponta para *redes hegemônicas* (CASTELLS:1999a, 1999b, 1999c). Embora a proposta do programa seja a gestão em rede, ela não é *compartilhada e tranformadora* porque *a rede é atravessada pela burocracia*. Esta rede é organizada para manter os espaços de argumentação e de poder em estruturas fixas.

Domingues (2008) apresenta alguns dados sobre *gestão compartilhada* obtidos na pesquisa realizada pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do

Estado do Rio de Janeiro em 2006. As entrevistas com gestores do programa mostram que eles entendem que *"a participação dos pontos no processo de gestão do programa ajudaria a reduzir os problemas de execução"*. Ou seja, os problemas de gestão são acentuados porque os pontos não participaram do processo de gestão. A pesquisa mostra que, à época, o Cultura Viva conseguiu um *"alto grau de aprovação dos objetivos e concepções do programa por parte dos pontos de cultura",* muito embora, quanto à adesão ao processo participativo houve uma *"escassa participação dos pontos do processo de gestão do programa"* (DOMINGUES:2008).

A Avaliação Piloto do LPP nos fornece alguns dados sobre a participação dos Pontos de Cultura na gestão do Programa e ilustram a novidade que o Programa inaugura. A pesquisa concluiu ao mesmo tempo que **68% dos Pontos de Cultura afirmaram não participar da gestão do Programa Cultura Viva** – um número muito baixo de adesão para o conceito da gestão compartilhada, embora a pesquisa não investigue os motivos para a não adesão –, embora **86% dos Pontos de Cultura consideram que deveriam estar participando mais ativamente deste processo.** Este segundo dado deve ser relativizado quanto ao item "Grau de conhecimento sobre o Programa Cultura Viva e seus componentes", que concluiu que **17% dos Pontos de Cultura nunca ouviram falar no conceito de gestão compartilhada e transformadora**, enquanto que 33% dos Pontos conhecem bem o conceito de gestão compartilhada e transformadora; 26% ouviram falar várias vezes nele; 24% ouviram falar poucas vezes (DOMINGUES:2008, p.188-9, grifo meu).

No **Almanaque Cultura Viva** (BRASIL:2010b) e, depois reiterado nas pesquisas do Ipea, é dito com todas as letras: a gestão compartilhada em 2010, após 6 anos de programa, só existe no discurso institucional, é ainda um *desafio.* Os espaços de participação social, característicos de toda a administração federal, desde a época da redemocratização, não promovem *gestão compartilhada* da política pública, e sua eficácia como escuta da sociedade ainda deve ser estabelecida: é público e notório a grande dificuldade em traduzir em ações concretas as reinvindicações das Conferências Nacionais, dos Fóruns, dos GTs, mesas de negociação e Conselhos.

No mapeamento que faz das instâncias de participação social no governo federal, Pires e Vaz (2012) argumentam que cada um dos diferentes canais de interlocução com o

Estado *"carregam em si variações na capacidade de tornar o Estado mais ou menos permeável às demandas e, principalmente, em assumir corresponsabilização no planejamento público"* (p.15). As redes, não são sequer citadas nessa pesquisa como *canal de interface socioestatal*, porque dadas sua baixa institucionalidade, é um canal com baixo ou nenhum poder decisório, possui no máximo um caráter consultivo. As redes do PCV possuem significativo poder *informacional*.

Estes autores propõe a expressão *interface socioestatal* em vez de *participação social* para se referir a estes canais. Esta opção decorre da ideia de participação social estar usualmente

> associada às negociações estabelecidas entre Estado e sociedade que resultam, em geral, em **questões definidoras de alocação e distribuição de bens e serviços públicos numa perspectiva ampliada**. Sob sua égide, as ações dos agentes tendem a redundar num espectro de atuação – tanto objetiva, quanto temática – de ordem primariamente coletiva, como no caso das políticas de saúde, assistência social, e educação, entre outras (PIRES;VAZ:2012, p.16, grifo meu).

No caso do governo federal, segundo eles, não é o caso. Para eles, o que ocorre em nível federal caracteriza, no máximo, um *"contato entre Estado e sociedade **nos extremos de atribuição consultiva e de atribuição de corresponsabilização, ou cogestão"*** (op.cit, p.16, grifo meu). Os canais de corresponsabilização ou cogestão se dariam nos conselhos e em algumas mesas de negociação. A *inteface socioestatal* tem um caráter mais comunicacional em relação ao Estado.

> Podem se subdividir em interface de contribuição, na qual a sociedade informa ao Estado acerca de sugestões e/ou demandas; interface de transparência, na qual o Estado informa à sociedade suas perspectivas e ações; e interface comunicativa, na qual ambos os atores se informam mutuamente (PIRES;VAZ:2012, p.16).

Para entender a relação entre as *redes imaginadas* e as *redes vividas*, busco o *espaço de interlocução* que se abre para as narrativas dos pontos e pontões de cultura, dos gestores, dos pesquisadores e dos parceiros do PCV para verificar a efetividade das redes, o que de fato elas mobilizam, do ponto de vista da gestão pública e como esse discurso se materializa nas práticas dos pontos e pontões de cultura. Talvez o espelho que mostre o que é a rede seja aquele que reflita os protagonistas desta ação política.

6 ESPAÇO DE INTERLOCUÇÃO: PEQUENOS MUNDOS DE SENTIDO

> De que forma nos Pontos de Cultura, a emergência da cultura popular e esta sociodiversidade que estará sendo alimentada pela inclusão digital e formando a Rede Cultura Viva, é capaz de alimentar a narrativa, o outro discurso baseado na universalidade empírica, colaborando e permitindo "conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história"? De que forma esta narrativa, constituída a partir das tecnologias sociais construídas por cada comunidade a partir de sua realidade se constituí como um instrumento de uma mudança social local, que é capaz de influenciar e ser influenciado pelo diálogo com outras experiências desta rede?
>
> **Patrícia Dorneles**

O *espaço de interlocução* (EI) organizado para esse estudo prioriza narrativas textuais ou orais colhidas em eventos organizados pela SCDC: relatos dos pontos e pontões de cultura durante o Seminário Internacional do Programa Cultura Viva (2009), depoimentos colhidos pelos pesquisadores do Ipea durantes suas oficinas e visita aos pontos e pontões de cultura (2010), artigos e publicações sobre/dos pontos, relatos descritos nos documentos técnicos produzidos pelos consultores do programa em suas visitas de campo, artigos, monografias, dissertações e teses produzidas pelos pesquisadores sobre o programa e os pontos de cultura, diálogo dos enredados nos grupos de discussão virtual, material resultante do Projeto de Redesenho do Programa Cultura Viva, realizado em parceria pelo Ipea e pelo MinC em 2012.

Realizei em 2013 uma pesquisa em que convidei os ponteiros a responder questões sobre os sentidos de rede que circulam no imaginário social e consegui atualizar algumas reflexões à luz da nova configuração política do MinC instaurada desde 2011. Em seu conjunto, esse material produz um *arquivo* que mostra como funciona a atualização da *memória discursiva* do Programa Cultura Viva.

6.1 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA

> Porque é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade. Porque há muitas linguagens para falar da dignidade humana, para

> falar de um futuro melhor, de uma sociedade mais justa.
>
> **Boaventura de Sousa Santos**

Em 2009, a SCDC organizou um Seminário para reunir os diferentes protagonistas do programa - pontos e pontões de cultura, gestores, pesquisadores e parceiros - para produzir conjuntamente uma reflexão crítica das diretrizes conceituais do Programa Cultura Viva, "*a partir da experiência vivida nos pontos e pontões de cultura e das outras ações do programa, visando a convergência entre os conhecimentos estruturantes e os saberes que emergem da experiência social"* (LABREA et al:2009). Havia a percepção de que os conceitos estruturantes do programa eram insuficientes para traduzir as práticas de pontos e pontões. A ideia era ter elementos para sistematizar a experiência e poder ampliá-la.

O Seminário foi entendido como uma *parada necessária* e foi proposta uma metodologia[142] que considerasse os deslocamentos e a renovação epistêmica que os Pontos de Cultura protagonizam. O Seminário teve como objetivos:

> Reflexão crítica das diretrizes conceituais do Programa Cultura Viva, a partir da experiência vivida nos Pontos de Cultura e das outras ações do programa, visando a convergência entreos conhecimentos estruturantes e os saberes que emergem da experiência social.
> Problematizar temas e questões estruturantes, buscando convergir conceitos de diferentes discursos e escalas para um processo coletivo de construção social de conhecimentos que surpreenda, interrogue, perturbe e sugira o cenário de futuro do Programa Cultura Viva (LABREA et al:2009, p.16).

Para o Seminário, a secretaria produziu um texto, na mesma linguagem imagética característica do programa, que *procurava dialogar com o que já se dizia sobre o programa* - sua *memória discursiva* -, cristalizando um sentido para os conceitos estruturantes, ao mesmo tempo que demonstrava conhecer os aspectos problemáticos da política, embora o foco do texto sejam os aspectos inovadores e bem-sucedidos do PCV. Este texto se alinha politicamente às diretrizes do programa e busca traduzi-las a partir de uma perspectiva muito influenciada pela reflexão empreendida por Boaventura de Sousa Santos:

---

[142] Sugiro a leitura do artigo *Seminário Internacional do Programa Cultura Viva, a tradução intercultural como metodologia,* disponível em Labrea et al (2009 e 2010).
Disponível in: http://pt.scribd.com/doc/28555012/Programa-Cultura-Viva-analises-e-observacoes, acesso em 08/02/2014.

Fundado sobre a dimensão da **cultura como direito e como cidadania**, o Programa Cultura Viva tem como objetivos ampliar e garantir os meios de fruição, produção e difusão cultural; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora; promover a **cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito e economia**.

O grande êxito do programa reside na formação de redes culturais com o objetivo de desenvolver e aprimorar soluções alternativas e autônomas para a gestão cultural, entendendo a cultura como um poderoso instrumento de desenvolvimento humano e transformação social, valorizando o "saber da experiência feita", nos termos de Paulo Freire.

O programa se relaciona com os mais variados grupos sociais: crianças, jovens, mulheres, indígenas, comunidades da periferia de grandes metrópoles do país, comunidades afrodescendentes, associações de bairro e populações camponesas, ribeirinhas, rurais e sem-terra. As organizações são selecionadas por edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializar seus trabalhos.(...)

O Cultura Viva **inova ao ampliar, em uma perspectiva horizontal, a relação entre Estado e Sociedade, construindo em conjunto as políticas públicas**. O programa incentiva o empoderamento da sociedade civil ao propor uma nova versão para o papel que o Estado deve desempenhar.

Neste processo, muitos desafios se impõem. Os produtores de cultura precisam se aproximar do Estado e compreender seu funcionamento para que possa intervir nos processos de gestão, enquanto o programa precisa lidar com **realidades diversas partindo de um arcabouço legal padronizadoe pouco flexível de um Estado engessado e rígido**. O que a experiência tem mostrado é que, por vezes, **ainda que pareça que os processos burocráticos prevalecerão sobre os processos criativos, tem-se encontrado caminhos para a concretização e o amadurecimento da relação da gestão compartilhada entre o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura**.

Trata-se, pois, de uma **experiência** em curso, até o momento **bem sucedida de gestão pública compartilhada**, o que significa um grande avanço na construção de uma **relação mais democrática entre o poder público e a sociedade civil**. O entendimento atual é de que o Programa deve **direcionar suas forças para consolidar-se buscando, por um lado aprofundar e divulgar seus conceitos, histórias e experiências e, por outro, fortalecer as iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil com foco na apropriação, na autonomia e sustentabilidad**e.

Ao longo de cinco anos o programa vêm sendo "traduzido" em diferentes linguagens, a partir da experiência vivida desses novos agentes de transformação cultural, criando diferentes alternativas culturais e estratégias políticas que geram ações coletivas em vasta escala territorial. Ou seja, o **Cultura Viva é um programa em abertura que se dispõe a traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, buscar inteligibilidade sem homogeneização, articulando estes saberes oriundos de diferentes lugares com os produzidos no país sobre as experiências culturais locais**.

Esta estrutura acolhe a diversidade e a heterogeneidade dos grupos que compõem os Pontos de Cultura, assim, é necessária uma parada para observar confluências e alteridades e construir uma visão de futuro, criando as condições para sua sustentabilidade, a partir do encontro entre pesquisadores/acadêmicos e seus intérpretes/tradutores (LABREA et al:2009, p.18-9).

Optei por iniciar a análise do *espaço de interlocução* pelo Seminário Internacional porque este evento sinaliza, como percebe-se na citação acima, por parte da secretaria, a necessidade de conhecer e mapear o que de fato os pontos e pontões fazem, para com essas informações alinhar e política. Em 2009, após cinco anos de programa, os conceitos estruturantes já faziam parte do vocábulário dos gestores e ponteiros, eram tematizados em pesquisas e movimentavam o imaginário que se construiu a partir da memória discursiva. A SCDC investia fortemente em editais de prêmios - que passaram a ser o principal instrumento de repasse de recursos - e em eventos que reuniam os protagonistas das ações. Gestores estatais e ponteiros eram aliados a fim de fortalecer a política - havia o desejo de que ela passasse a ser uma política de Estado e não apenas política de governo. Não obstante todo este esforço conjunto, os problemas de gestão, os contigenciamentos e atrasos sistêmicos nos pagamentos dos convênios e na aprovação dos relatórios de prestação de contas se impunham e mostravam o avesso do discurso institucional.

O Seminário dialoga com os resultados da primeira pesquisa avaliativa do programa, produzida pelo Ipea. Os resultados preliminares deste estudo foram apresentados na primeira reunião da rede de pesquisadores do programa, organizada no Rio de Janeiro, pela Fundação Casa de Rui Barbosa e, pela primeira vez, tinha-se os dados organizados, uma narrativa linear, tabelas e quadros que sistematizaram o funcionamento da política, tanto da perspectiva do MinC quanto dos pontos de cultura. Esse estudo, quando apresentado, materializou o *interlocutor oculto* que aparecia fortemente na fala dos pontos e dos gestores sobre os problemas do desenho do programa. Na apresentação da publicação, o Ministro Juca Ferreira e o Presidente do Ipea Marcio Pochmann, finalizam o texto dizendo que *"o Estado brasileiro ainda não dispõe de instrumentos adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e a forma de execução do PCV"* (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2010, p.7) e este reconhecimento das limitações do programa, principalmente no que se refere aos aspectos da gestão por parte do MinC, é fundamental para que possa ir além do discurso fundador.

Os pesquisadores, até então, aderem ao discurso institucional, dando-lhe um estatuto de *verdade dos fatos* e, a partir dele, realizam suas análises. Não por acaso, essas análises acabam por corroborar a *memória discursiva* do programa, porque os sujeitos na

posição-autor assumem a posição-sujeito dos formuladores do PCV. O Ipea considera os conceitos e o desenho, mas ao conversar com os gestores e pontos de cultura, procura ir além do que é dito e verifica o que é feito. De outra posição-sujeito, consegue um recuo crítico que lhe permite ir além da paráfrase discursiva e provoca deslocamentos importantes no entendimento do programa. Dessa posição enunciativa irá se constituir no *interlocutor oculto* ou, no *terceiro incluido*, nos termos de Nicolescu, com o qual se dialoga durante o Seminário, seja para se apropriar dos dados, seja para refutá-los.

Um aspecto interessante da pesquisa do Ipea é que a ideia de rede é associada à REDE4 **- Rede da Ação Cultura Digital** e REDE5 - **Pontos de Rede - descentralização para governos estaduais e municipais.** A questão dos conceitos estruturantes não é uma questão na pesquisa do Ipea e *rede* só é citada ocasionalmente, como no exemplo abaixo:

> Os *kits* também têm como objetivo **interligar os pontos em rede via internet banda larga**, contribuindo para abrir canais de comunicação direta entre as ações do poder público e as ações da comunidade, e destas entre si (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2010, p.39, grifo meu).

A pesquisa de campo levou em conta a totalidade dos pontos de cultura conveniados até dezembro de 2007, segundo as informações disponíveis no cadastro do SPPC/MinC. O objetivo era visitar e entrevistar todos os pontos, não apenas uma amostra desta população. Os 544 pontos que constituíram o universo da pesquisa estavam distribuídos como segue:

- 457 pontos de cultura conveniados diretamente ao MinC;
- 36 pontões diretamente conveniados ao MinC;
- 33 pontos de cultura conveniados a uma rede municipal ou estadual; e
- **18 redes.**

Para a pesquisa, foram considerados os 526 pontos e pontões de cultura, uma vez que ***"as 18 redes são as próprias prefeituras*** *conveniadas ao MinC, que por si só não atuam como ponto de cultura"* (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2010, p.34, grifo meu).

A questão da *rede* aparece nas respostas do questionário com certa ambiguidade. No gráfico que apresenta as dificuldades enfrentadas pelos pontos para a elaboração do seu plano de trabalho 10% apontam dificuldade de comunicação com o MinC/Rede

(BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2010, p.66). Nesse caso, pode-se inferir que a "rede" refere-se a Pontos de Rede (REDE5), às redes municipais ou estaduais.

Já na tabela que apresenta as atividades realizadas pelos Pontos, 68% afirmam que interagiram com a "rede" (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2010, p.67). Não há descrição do que se entende por *rede*.

A ideia de *rede* na Cultura Digital é ainda mais ambígua porque não esclarece o que entende por rede, além disso, trabalha com dois números diferentes:

> No caso da ação Cultura Digital, 53,1% dos pontos respondentes receberam ou compraram o *kit;* 37,3% adotaram ferramentas livres; 35,5% utilizaram conhecimentos técnicos; 29,5% adotaram conceitos da ação Cultura Digital; **17,4% participaram da rede e 10,1% criaram rede.**
> Entre aqueles que adotaram a ação Cultura Digital, 87,2% receberam ou compraram o *kit* multimídia, 61,3% adotaram ferramentas livres, 58,3% utilizam conhecimentos técnicos específicos, 48,5% adotam conceitos adequados, **27,5% participam da rede e 16,6% criaram rede** (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2010, p.67-8, grifo meu).

Creio que aqui temos duas situações: de um lado refere-se aos pontos que foram *incluídos na ação* e no outro caso, os pontos que *desenvolvem ações* de cultura digital. De toda forma, os índices de adesão à rede e criação de rede são extremamente baixos. Como vimos na análise dos editais dos pontos de cultura em EF, o edital previa a adesão de **todos** os pontos conveniados na Ação Cultura Digital: 100% dos pontos conveniados deveriam ganhar ou comprar o kit multimídia. No entanto, a pesquisa mostra que isso não aconteceu:

> O percentual de adesão ao conceito de cultura digital é menor para os pontos que não adotaram a ação, fato que mostra, por um lado, a **dificuldade geral de entendimento do conceito e, por outro, o desinteresse pelo tipo de atividade proposta**. De fato, muitos são os pontos que desenvolvem atividades sem relação ou sintonia com a proposta da Cultura Digital. (...)
> Acrescente-se que as visitas possibilitaram observar que **muitos pontos haviam recebido os kits, mas que estes estavam embalados, ainda sem uso**, ou que neles não havia a possibilidade de continuação das atividades, dadas certas dificuldades técnicas ou insegurança quanto ao uso de recursos. Em alguns pontos, por exemplo, havia insegurança a respeito da necessidade de devolução dos equipamentos após o fim do prazo de conveniamento ou em decorrência da não aprovação das prestações de contas (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2010, p.68-9, grifo meu).

Descrita a forma como aparece a noção de rede[143] na pesquisa do Ipea - a questão

---

[143] O Ipea, como mencionei, não trata da questão das redes e da gestão compartilhada nessa pesquisa. Ele opta, no entanto, por adotar o termo **circuito cultural** como objeto das políticas culturais. Os circuito envolvem um fluxo de eventos articulados, realizados por agentes culturais e articuladas por formas de organização social

da gestão compartilhada não faz parte da pesquisa - retorno ao Seminário.

A metodologia criada para o Seminário permitiu a produção de vários produtos: duas publicações[144], um relatório contendo a sistematização dos grupos de discussão, um vídeo[145] contendo depoimentos dos participantes. A análise preliminar destes materiais, na perspectiva discursiva, apontam formas variadas de repetição e abertura para polissemia.

Na situação enunciativa, paráfrase e polissemia ocorrem muitas vezes em um mesmo enunciado. O movimento de repetir o mesmo, modificando-o ligeiramente permite organizar redes de formulações parafrásicas que regulam a retomada e a circulação do discurso e fortalecem a memória discursiva do PCV. A constituição da memória pode ser produzida a partir de 3 formas de repetição do saber discursivo: *a repetição empírica, a repetição formal e a repetição histórica*. Na primeira há mero exercício mnemônico. Na segunda, já temos uma elaboração, mas que não produz transferência de sentidos. É na terceira forma de repetição, a histórica, que o homem integra o discurso outro em seu discurso (ORLANDI, 1996).

A publicação **Programa Cultura Viva: Análises e Observações** (LABREA et al:2009) reúne uma série de artigos produzidos pela incipiente rede de pesquisadores que estava sendo organizada pela secretaria e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Os pesquisadores foram convidados a refletir sobre a forma que os conceitos estruturantes do programa eram traduzidos nas pesquisas sobre o Cultura Viva. Alguns artigos assumem os conceitos do PCV como um *dado* e repetem literalmente o discurso institucional, como pode-se perceber na *rede de formulação parafrásica* abaixo:

> (...) partindo da visão do Cultura Viva como um **programa em permanente construção**, com vistas à autonomia, o protagonismo e o empoderamento e, sobretudo, a gestão em rede e a articulação entre os diversos pontos, voltados à

(BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.13). Esta descrição é adequada para descrever, por exemplo REDE1 - Articulação entre os Pontos e os Pontos e a comunidade. Esse termo não tinha sido utilizado para descrever as atividades dos pontos, mas a partir de então é como a SCDC passa a descrever suas ações.

144 LABREA, Valéria Viana; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. **Programa Cultura Viva; análises e observações.** BSB: SCC/MinC/PNUD, 2009.

LABREA, Valéria Viana; DOUNIS, Sumaya; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva; novos mapas conceituais.**BSB: SCC/MinC/PNUD, 2010. Disponível in: http://pt.scribd.com/doc/43440134/Novos-mapas-conceituais-versao-com-letras-maiores, acesso em 08/02/2014.

145 LABREA, Valéria Viana; BANDEIRA, Claudia; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. **A vida do Cultura Viva.** BSB: SCC/MinC/PNUD, 2009.

formação de uma rede geográfica social e cultural autônoma e geradora de novos nós (LABREA et al:2009,p.30, grifo meu).

(...) o Cultura Viva é **centrado na redescoberta do Brasil**, no maravilhamento do Estado com tanta diversidade cultural que seu povo apresenta, distribui, encanta... (...) uma **nova concepção política, um redescobrimento do sentido de democracia**, um exercício de ausculta do Estado, uma valorização do saber dos cidadãos. Afinal, a vida não está no órgão, no governo, no poder. (...) O Cultura Viva é mais vivo e pulsante do que uma definição cartesiana de ordem e assimilação. **"O todo é maior do que as partes"!** A apropriação crítica e criativa dessas idéias, mais o potencial de reinvenção das mesmas é uma das grandes riquezas desta potência (LABREA et al:2009, p.33, grifo meu).

Uma relevante característica do Programa Cultura Viva, especialmente dos Projetos Pontos de Cultura, é a **inversão da lógica em investir recursos aonde há carência e passar a investir aonde há potência criativa**, apostando em iniciativas que já existem nas comunidades, enquanto **organismos pulsantes e vascularizados**, que irradiam cultura pelas veias das comunidades (LABREA et al:2009, p.55, grifo meu).

O MinC concebeu o **Projeto Pontos de Cultura como um mediador entre Estado e sociedade, referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras** (LABREA et al:2009, p.58, grifo meu).

Com a Gestão Cultural Compartilhada e Transformadora, o Programa Cultura Viva comporta-se como uma rede horizontal de produção, articulação e disseminação de iniciativas culturais. Como o o próprio nome incita, **transforma-se num organismo vivo**, e sua definição metodológica e conceitual tende a se desenvolver no processo de sua aplicação, a partir da observação dos fenômenos e da interação com a realidade. O programa aposta na potencialização do que já existe, apresentando inclusive uma **perspectiva de repensar o Estado** e suas definições e funções, permitindo que por suas portas entrem novos e tradicionais sujeitos sociais, dividindo espaços e possibilidades, partilhando poder e conhecimento (LABREA et al:2009, p.70, grifo meu).

O programa funciona também como espaço de construção de redes dos movimentos culturais e pontos de cultura entre si. A rede virtual se atualiza nas atividades dos Pontões e, pelo menos uma vez por ano, nos encontros da Teia e outros seminários e encontros, o debate político e teórico é completamente atravessado pela própria dinâmica da produção cultural: os encontro são eventos, multiformances (sic) de resistência e criação (LABREA et al:2010, p.39).

O Cultura Viva não tenta implementar ou programar ou produzir. Em vez disso, responde às energias culturais que são tão vitais nas maneiras pelas quais as comunidades e os indivíduos se definem e defendem. Isto é contrário à dinâmica familiar de programas governamentais que trabalham de cima para baixo, onde as agências estatais determinam prioridades culturais relacionadas com modelos pré-estabelecidos criados em resposta às realidades do passado (LABREA etal:2010, p.47).

Os recortes discursivos citados acima encontram-se entre a repetição empírica e a formal, pois em muitos textos há o simples decalque: "recorta-se" o conceito e o "cola"

em outro texto, sem nenhum tipo de posicionamento ou questionamento, como por exemplo, quais os instrumentos ou espaços em que os conceitos estão presentes na implementação e gestão do Programa? Com quais referências teóricas dialogam? Qual o papel do Estado e dos Pontos nesses contextos? O que cabe a cada um deles? Quais as evidências empíricas de que os conceitos estão sendo aplicados?

Estes recortes (re)afirmam os conceitos porque são formulados de uma posição-sujeito em que há identificação com o discurso institucional. Mesmo quando repetem literalmente ou fazem paráfrases simples, facilmente identificável do discurso fundador do Programa, não utilizam a citação ou referência bibliográfica - *heterogeneidade mostrada* - para mostrar uma diferenciação entre suas formulações e o que vem de outro texto. Esse é um efeito que a *memória discursiva* produz: a de *evidência do sentido*. Pode-se inferir daí que foi bem sucedido o esforço do MinC em fechar alguns sentidos em torno do seu programa de gestão: a *memória discursiva* é absorvida como fato, não produz questionamentos, tampouco deslocamentos a partir dessa posição-sujeito. A memória, no entanto, não reproduz somente o mesmo, ela também trabalha na opacidade: quando se diz o mesmo de outra posição-sujeito *o mesmo é diferente*. É assim que funciona a repetição histórica, que abre para a polissemia. Essa abertura irá permitir compreender o sentido de *rede* e de *gestão compartilhada,* da perspectiva dos pontos e pontões de cultura.

Uma das questões trabalhadas no Seminário diz respeito à *gestão das redes dos pontos e pontões* e os participantes dos grupos temáticos deveriam descrever sua compreensão do funcionamento das redes e como elas eram integradas às suas práticas culturais. A partir do relato dos participantes do Seminário, organizei uma rede de formulação que dialoga com as noções de rede propostas no espaço de formulação e contém as falas documentadas nos Relatórios dos Grupos Aglutinadores sobre o funcionamento das *redes* e como ocorre a *gestão compartilhada ou em rede*, que nesse contexto específico, são tomadas como sinônimos.

A rede de formulação apresenta uma narrativa entrecortada, fluida, uma fala complementa outra, há ideias que são citadas e não desenvolvidas, ideias retomadas e aprofundadas, como é característico dos diálogos presenciais. O que pode-se perceber nos recortes discursivos abaixo é que a maior parte das narrativas reiteram o campo

semântico do *espaço de formulação* no discurso dos participantes do encontro, tornando evidente que a *memória discursiva* influencia fortemente o *espaço de interlocução*.

A fim de explicitar como funciona discursivamente produzir memória, dividi os enunciados parafrásico em a) E1 - *repetição formal e empírica:* há uma grande apropriação por parte dos participantes do Seminário do léxico e das expressões que compõem o campo semântico do PCV, a repetição *literal* de enunciados ou reformulações, sem agregação de novos sentidos e b) E2 - *repetição histórica*, a fim de evidenciar o deslocamento dos sentidos, quando houver. Além da paráfrase discursiva, há também abertura para certo grau de polissemia e interpretação. Os recortes discursivos polissêmicos (E3), também farão parte destes quadros, para possibilitar a leitura nestes três diferentes níveis de apropriação e diálogo com as noções do programa.

REDE1 - ARTICULAÇÃO ENTRE OS PONTOS DE CULTURA
EI1 - PARÁFRASE - REPETIÇÃO FORMAL E EMPÍRICA RDEI - A articulação entre as redes fizeram com que as pessoas pudessem "se des-esconder", mostrar a cultura do local, da comunidade. RDEI - A gestão em rede possibilita as trocas de forma horizontal entre as experiências de grupos de lugares diferentes e com diversos elementos.
EI2 - PARÁFRASE - REPETIÇÃO HISTÓRICA RDEI - O ponto de cultura abre espaço que muitas atividades que surgiram ali possam ser ampliadas e desenvolvidas em outros espaços. O ponto não tem toda a infraestrutura necessária para realizar algumas atividades, então busca-se articulações com outros espaços, com outros pontos, ampliando as atividades e mesmo melhorando a forma como elas ocorrem. RDEI - O reconhecimento da rede é mais importante que o reconhecimento dos pontos em si. Dá a possibilidade de fazer com menos hierarquia e proporciona, ao mesmo tempo, autonomia.
EI3 - POLISSEMIA RDEI - Redes são formadas por trocas. Temos que verificar a capacidade de fazer trocas dentro da rede. RDEI - Temos que pensar em políticas que empoderam realmente que dêem essa autonomia. RDEI - As redes mais sustentáveis são as redes por afinidades. RDEI - Redes por afinidades e não por proximidade – mais liberdade nos editais. RDEI - Falar em rede dentro do Cultura Viva é mentira. Não existe. Isso se mostra nas realizações de prêmios. Em qualquer atividade mandamos e-mails para todos os projetos e ninguém respondeu. Ninguém divulga suas atividades. RDEI - (a rede) Não é usada ainda em mutirões, o trabalho coletivo ou de gestão efetiva em rede ainda não está acontecendo, é precisar ir mais além. A gestão do programa ainda não é compartilhada. RDEI - Essa rede que já existe dos pontos de cultura é fechada, não é acolhedora.

QUADRO 05 EI1, E2, E3 - Rede de Formulação - A noção de rede nodiscurso dos Pontos de Cultura (paráfrase e polissemia) **- Grupo Aglutinador - Seminário Internacional do Programa Cultura Viva - REDE1**

REDE3 - PROGRAMA CULTURA VIVA COMO REDE - GESTÃO EM REDE

EI1 - PARÁFRASE - REPETIÇÃO FORMAL E EMPÍRICA

RDEI - Gestão em rede para a gente é sinônimo de fortalecimento dos trabalhos. A rede é um sonho e uma luta comum. É uma partilha e um diálogo entre todas as experiências. A gente não trabalha sozinho. A gente precisa estar com o outro, só assim a gente consegue melhorar a sociedade. As pessoas se unem para promover o bem comum, para atingir objetivos em comum.

EI2 - PARÁFRASE - REPETIÇÃO HISTÓRICA

RDEI - Rede é um universo de afinidades, é intercâmbio dentro desse universo. A rede funciona de acordo com as suas finalidades, sempre buscando a horizontalidade como um mecanismo que amplia a ação e as possibilidades de fala. A gestão em rede tem um elemento de aproximação, de troca de experiências, buscando saídas, soluções para problemas semelhantes; gerando também uma reflexão coletiva sobre diversas questões.
RDEI - Gestão em rede, utopias das utopias... através do Cultura Viva perdemos a sensação de isolamento, percebemos que éramos muitos espalhados e as novas tecnologias é que permitiram mostrar para todo mundo ver.
RDEI - Para qualificar a gestão em rede faz com que os Pontos entrem para dentro do Estado. Temos uma rede viva, imensa e um tanto desarticulada.
RDEI - Gestão em rede deve ajudar o Programa virar lei. Tudo isso passa de como o indivíduo pensar na sua sustentabilidade, ou seja, em sua autonomia, manutenção e relação com a rede. A gente está num momento único.
RDEI - A forma do ponto de cultura trabalhar é bem diferente da forma como o Estado trabalha. Essa aproximação é importante porque é bom que o Estado saiba como o ponto funciona, como a comunidade o percebe e, da mesma forma, com a comunidade e o ponto em relação ao Estado. Buscar essa interação onde as pessoas percebam as dificuldades do Estado e também as demandas dos pontos.
RDEI - A relação com o governo, com o Estado tende a ser muito conflituosa, então é importante que os pontos busquem a sua autonomia, sem depender totalmente de recursos do governo, da política de editais. Uma relação harmoniosa que se estabelece com o Estado uma hora acaba e o conflito volta. Como fica então? Quando falamos de rede, então, é preciso pensar também em autonomia.

EI2 - POLISSEMIA

RDEI - Se tiver hierarquia, não é rede. Quanto à gestão... Tem que ter intencionalidade? Objetivo de administrar? Organicidade? Para gerir tem que ter inteligência coletiva.
RDEI - O problema é metodológico.
RDEI - Há grandes desvios dos papéis.
RDEI - Não existe rede sem pessoas. Temos que abstrair as instituições e olhar quem são as pessoas que interagem na rede.
RDEI - Preciso considerar, para uma correta apreensão do conceito, o a papel das diversasmediações Estado/Instituições/Comunidade. Devemos considerar a confusão que existe entreo papel do Estado e dos movimentos sociais.
RDEI - A rede tem que ter alguém com iniciativa e gente que mantenha a rede viva.
RDEI - Quem pode exercer cada função? É necessário o reconhecimento das capacidades e a promoção das mesmas.
RDEI - Isso porque se espera que alguém crie esse espaço de discussão. Mas poderíamos nos reunir, com autonomia, e promover esse diálogo.
RDEI - Espaço de circulação, a SCC tem que dar resposta.

QUADRO 06 EI1, E2, E3 - Rede de Formulação - A noção de rede no discurso dos Pontos de Cultura (paráfrase e polissemia) **- Grupo Aglutinador - Seminário Internacional do Programa Cultura Viva - REDE3**

REDE4 - AÇÃO CULTURA DIGITAL E
REDE6 - PONTÕES - REDE DE INTEGRAÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA

EI1 - PARÁFRASE - REPETIÇÃO FORMAL E EMPÍRICA
RDEI - Os pontões podem ser a origem da gestão em rede. RDEI - No caso da rede, o pontão também ajuda na articulação, em como fazer para que as relações se estendam, para que não fiquem só no âmbito regional. Nesse ponto é importante também o uso das ferramentas virtuais.
EI2 - PARÁFRASE - REPETIÇÃO HISTÓRICA
EI3 - POLISSEMIA
RDEI - A não inclusão da Cultura Digital atrapalha a comunicação com os atores dos pontos. Precisa-se educar para e no trabalho em rede. RDEI - Criar um espaço de convergência para essas produções é importante. Ainda não existe essa plataforma. RDEI - Falta um portal ou similar. RDEI - Um portal de relacionamento possibilita interação maior do que outros sites. Local de compartilhamento de imagens produzidas pelos pontos de cultura. RDEI - Necessidade de criar uma ferramenta de comunicação que agregue todos os sistemas. Isso é fácil. O que é difícil? Criar redes sociais por afinidade. Quais os gargalos para atingir as metas de integração, convergência, apropriação? RDEI - Gestão em rede – gestão interna do dia-a-dia. A Cultura digital não pode estar escolada de qualquer outra atividade dos Pontos de Cultura.

QUADRO 07 EI1, E2, E3 - Rede de Formulação - A noção de rede no discurso dos Pontos de Cultura (paráfrase e polissemia) **- Grupo Aglutinador - Seminário Internacional do Programa Cultura Viva - REDE 4 e REDE6**

REDE10 - TEIA
EI1 - PARÁFRASE - REPETIÇÃO FORMAL E EMPÍRICA
RDEI - A Teia é a nossa grande experiência de rede onde cada nó é um centro.
EI2 - PARÁFRASE - REPETIÇÃO HISTÓRICA
RDEI - A rede tem os nós. A Teia não: talvez seja justamente o nó que sustenta a rede.

QUADRO 08 EI1, E2, E3 - Rede de Formulação - A noção de rede no discurso dos Pontos de Cultura (paráfrase e polissemia) **- Grupo Aglutinador - Seminário Internacional do Programa Cultura Viva - REDE10**

As **redes de formulação parafrásicas** acima indicam que a *memória discursiva* do Programa, em 2009, já estava conformada e estabilizada. Grande parte do discurso dos pontos, pontões, acadêmicos, gestores e parceiros *repete literalmente o discurso institucional*, situando-se entre a **repetição empírica e a formal**. A paráfrase é responsável pela constituição da *memória discursiva* e os recortes discursivos acima mostram o trabalho da memória se atualizando.

Mas o discurso não é constituído somente de estabilidade e do mesmo e a partir dos atributos descritos na coluna **repetição histórica** do quadro acima, pode-se caracterizar os sentidos de *rede e de gestão em rede ou compartilhada*, que deixa em evidência a perspectiva dos pontos de cultura. Segundo os participantes dos Grupos

Aglutinadores, as redes organizadas a partir das ações do Programa Cultura Viva permitem *articulação com outros espaços, articulação com outros pontos, ampliação e qualificação das atividades e dos espaços de fala, relações horizontais entre os pontos, conquista da autonomia, encontro de pessoas com afinidades, possibilidade de intercâmbio.* Os pontos reconhecem que as redes são desarticuladas e que a relação com o Estado é permeada de conflitos, que sua autonomia passa por criar alternativas para sua sustentabilidade e por não depender exclusivamente de uma política de Editais. A gestão em rede é entendida como uma *utopia que pode aproximar o Estado dos pontos e os pontos e a comunidade do Estado, de inserir os Pontos dentro do Estado, que permite uma reflexão coletiva para encontrar soluções para problemas semelhantes (entre os pontos).*

A abertura para a **polissemia** aparece em espaços delimitados: em REDE1, REDE3 e REDE4/REDE6 (desde a descentralização a Ação CD é desenvolvida pelos pontões) e descrevem da dificuldade de articulação entre os pontos, entre pontos e pontões e não conseguem realizar a gestão compartilhada com a secretaria. Essa posição-sujeito sugere que a instância de articulação nacional de todos os pontos e pontões em rede ainda está por ser construída e deverá ser protagonizada por uma articulação entre a SCDC/MinC e os pontos e pontões e há necessidade de definir as atribuições dos articuladores em nível nacional.

A *rede de formulações polissêmica* mostra as dificuldades dos pontos e pontões em atuarem em rede e que o sentido de rede do PCV está longe de ser estável e homogêneo, como sugere o discurso institucional e as paráfrases de EI. Paráfrase e polissemia mostram diferentes níveis de compreensão de um mesmo objeto: ao falar da experiência vivida em ser/estar em rede, dois campos de EI convivem, em um (EI1 e E2) a *rede idealizada* pelos formuladores do CV resiste discursivamente, em outro (EI3) a *rede vivida* mostra a distância e a dificuldade entre o dizer e o fazer. O espaço de interlocução mostra outras dimensões das redes do PCV que ficaram fora do discurso institucional: rede com o desenho fechado, vertical e sem metodologia, em que não há definição ou clareza dos papéis institucionais quando refere-se a REDE3 e a rede dos pontos - REDE1 - mostra-se um espaço de trocas, para além do plano de trabalho.

Os enunciados polissêmicos de REDE1 mostram uma dimensão da rede que é valorizada entre os pontos e que foi construída por eles: *a capacidade que ela tem de contribuir para a circulação de produtos culturais, metodologias sociais, informações, a partir de redes temáticas, de sujeitos que estão juntos por suas afinidades e pela possibilidade de trocas.* Idealmente essas trocas seriam facilitadas ou moderadas pela gestão compartilhada, mas como a gestão compartilhada - entre pontos, pontões e SCDC - ainda está para se concretizar, os pontos e pontões compartilham *entre si* e esta é uma dimensão fundamental da articulação entre eles, são relações reais que se apresentam.

> A prática dos "Pontos de Cultura" é um exemplo extraordinário da dignidade da prática e significa assim a recuperação, reconquista e desenvolvimento da categoria do Social. O Social representa algo autônomo, com um sentido próprio, que não pode ser reduzido às estruturas sociais, nem à Sociedade, nem aos processos psíquicos internos dos indivíduos. O conceito do Social é direcionado às relações reais – relações que são também encontradas nas relações "submersas na multidão e nas suas singularidades". A categoria do social permite contestar e questionar a categoria do econômico como norteador de práticas sociais. A prática dos "Pontos de Cultura" coloca a força e o caráter emancipatório das práticas da vida cotidiana na periferia, na vida dos marginalizados, subalternos e excluídos (FICHTNER in LABREA et al:2010, p.17).

Esta é uma dimensão da rede que foi desenvolvida principalmente graças às iniciativas dos próprios pontos e pontões, a partir de encontros presenciais - Teias, seminários, fóruns, etc. - em que eles puderam identificar grupos culturais afins e se articular em projetos comuns e dos grupos virtuais - em que podem manter vivas as relações, mesmo a distância. As trocas culturais fazem parte das características dos pontos, pois antes mesmo de serem reconhecidos como pontos, muitas dessas instituições já desenvolviam atividades e articulações para além de sua comunidade restrita, como pode-se inferir da citação abaixo:

> Em relação à escala dos pontos ou ao seu âmbito de atuação, verificaram-se diferentes alcances. Deles, 16 (4%) têm inserção internacional e 16 (4%), nacional. Outros 106 (27%) atuam no âmbito estadual e 160 (41%), no municipal. Interessante observar que 74 – apenas 19% – atuam somente na comunidade em sentido estrito (as tabelas 3A e 3B do anexo apresentam as informações por estado e região). **Portanto, o localismo e a ênfase em política de proximidade, embora sejam aspectos relevantes, devem ser recontextualizados a partir da observação de que as articulações e escalas de atuação dos pontos e, por que não dizer, do programa, são mais extensas, atingindo um âmbito maior que o comunitário** (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.79, grifo meu).

Essa capacidade para trocas e articulação é um dos atributos dos pontos e, na distância da SCDC da gestão da rede, eles mesmos iniciaram um processo compartilhado, entre eles. A grande maioria dos coordenadores de pontos - 85% realizam articulações com outros pontos e utilizam essa articulação como estratégia para minimizar as dificuldades de comunicação com o Ministério da Cultura, *"as quais geraram problemas para o esclarecimento das regras e critérios de aplicação dos recursos"*. Essa estratégia também ameniza *"a distância do MinC em relação a necessidades concretas de capacitação, esclarecimento de dúvidas, indefinição de procedimentos e critérios, etc."* (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.99-100)

Como resultado do Programa Cultura Viva, as atividades *"agora podem fornecer pagamentos regulares e uma melhor estrutura para os outros nas oficinas, mas estas atividades não estão acontecendo por causa do programa. É a* ***rede social e a organização comunitária*** *que tornam possíveis tais atividades, independentes de qualquer programa ministerial e é de esperar que sobreviva à sua eventual extinção ou transformação"* (HERITAGE in LABREA etal:2010,p.48. grifo meu).

A criatividade dos pontos, como se vê, vai além de sua capacidade de fomentar circuitos culturais e dar visibilidade à produção cultural até então periférica, mas está nessa disposição para fazer junto, de trocar experiências e tecnologias sociais. São essas práticas que mostram efetivamente como os conceitos estruturantes do Programa são vividos no dia-a-dia dos pontos.

> Autonomia, empoderamento, protagonismo, gestão em rede – cada uma dessas quatro palavras sugere uma série de conceitos que permitem atingir o seu verdadeiro significado, **na passagem para a ação**. Cada um destes termos demanda uma série de traduções que os leva **além de fórmulas para as coisas da vida diária**. **Sem esse tipo de tradução, eles permanecem como mera retórica**. No entanto, uma vez que estes termos encontram seu caminho em formas e práticas de arte individuais, são transformados em um empreendimento coletivo (SLATER in LABREA et al:2010,p.18, grifo meu).

Quando questionados, os coordenadores dos pontos apontam as motivações principais desta rede de trocas:

> Compartilhamento de dúvidas e experiências; realização de atividades em conjunto; intercâmbios de pessoal; divulgação de trabalhos; elaboração de projetos em comum e captação de recursos (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO: 2010, p.100).

Uma outra questão que busco compreender nas narrativas do Seminário é o que é *a rede dos pontos*. O que se quer dizer quando se diz *a rede dos pontos?* Aonde ela se materializa? Uma *pista* para responder a estas questões surge com o relato da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC):

> A Rede Nacional dos Pontos de Cultura tem como instância **representativa, mobilizadora, articuladora e legítima** a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), formada por **representantes eleitos** no Fórum Nacional, que acontece durante as TEIAs, contendo Representações dos 27 GTs Estaduais e Temáticos, sendo estes: Ação Griô, Audiovisual, Criança e Adolescente, Cultura de Paz, Cultura Digital, Economia Solidária, Escola Viva, Estudantes, Gênero, Grupo Amazônico, Hip-Hop, Juventude, Legislação, LGBT, Literatura, Matriz Africana, Música, Patrimônio Material, Pontões e Articuladores de Rede, Rádios Comunitárias, rede da terra, ribeirinhos, sustentabilidade, dança, circo, teatro, matrizes indígenas, memória e patrimônio, capoeira, artes visuais, cultura e uma educação transformadora.
> A comunicação virtual é realizada por meio de redes autônomas do Programa Cultura Viva, interligadas por grupos de discussão virtual (listas diversas) das ações do Programa Cultura Viva, como Rede Ação Griô Nacional, Cultura Digital, Matriz Africana, Rede Estaduais, Tuxáua, Cultura de Paz, etc.
> As principais ferramentas utilizadas para a comunicação entre essas Redes são: Lista Nacional de e-mails da CNPdC, aberta ao público; comissaoprefnpc@lists.riseup.net; site da CNPdC, aberto ao púbico http://pontosdecultura.org.br/; blog inicial da Comissão - http://forumpontosdecultura.blogspot.com.br/; rotina de reuniões virtuais semanais (segunda-feira), por SKYPE, tendo como articuladores dessas ferramentas a Equipe do Pontão da Comissão e a CNPdC (CNPdC: 2012, p.2).

Assim, se infere que *a rede de pontos* se refere a uma rede nacional articulada a partir da CNPdC, mas em 2009 não havia consenso entre pontos e pontões ouvidos[146] sobre a existência de uma rede nacional. Suas narrativas mostram que *não há uma rede única*, que o que existe para materializar redes - sempre no plural - são as articulações envolvendo os pontos e pontões de cultura contemplados nos diversos editais. Em geral, cada edital resulta em um grupo de discursão virtual que pode ser considerado uma rede, em um sentido antropológico, *rede de relação, convivência ou de informação,* onde sujeitos que buscam estreitar laços identitários se reúnem para troca de informação e debates.

Este é o caráter dos diversos grupos de discussão virtuais criados a partir dos editais das ações: uma lista para troca de informação em que os pontos e pontões de

---

[146] A primeira pesquisa do Ipea - em 2007 e 2008 - ouviu 73% dos Pontos e Pontões conveniados até então. A segunda pesquisa do Ipea - em 2010 - dialogou com cerca de 10% dos Pontos e 68% dos Pontões. O Seminário Internacional de 2009 reuniu 200 participantes e o questionário on-line sobre as redes do PCV que fiz em 2013 recebeu 430 respostas, que representa mais de 10% do número total de pontos conveniados.

cultura de todo o país, conectados pela internet, se encontram no espaço de fluxos, trocam textos informativos, notícias, eventos, cursos e oportunidades profissionais, e há discussões onde são veiculados diferentes perspectivas sobre algum tema cultural ou a condução da política. Os pontos e pontões de cultura e os gestores públicos raramente dialogam através das listas, pois os gestores não transitam nestes grupos e, mesmo quando estão inscritos, raramente se colocam discursivamente. E, como se sabe, a rede só existe para quem está plenamente conectado a ela, em diálogo a partir de um *projeto* comum.

Os principais espaços onde os pontos, pontões de cultura e gestores se encontram e dialogam são *presenciais* - Teias regionais e nacional, fóruns, seminários, reuniões, visitas técnicas, eventos em geral, etc. - que permitem que eles se vejam, se reconheçam e possam se articular. Os eventos presenciais não mantêm uma regularidade e constância e não há publicização dos acordos e combinados ou uma sistematização da memória destes encontros que seja divulgada nas redes ou mesmo no site do MinC, o que torna o ideal de gestão compartilhada um grande desafio, pois não há espaços instituídos para isso.

Se ainda não há consenso sobre a efetividade da rede de pontos, e só podemos falar de redes no plural, pois são muitas e não articuladas, não há dúvidas da importância da CNPdC enquanto uma instância política, representativa, formal, que tem relevante papel na interlocução institucional com a SCDC/MinC, mas ela mesma não é uma rede, em função de sua opção por ser uma comissão[147], com representantes eleitos, de formato tradicional e hierárquico.

As falas dos participantes do Seminário mostram que há uma assimetria entre o dizer e o fazer, embora o discurso institucional do PCV enfatize as características das redes solidárias, o discurso sobre as práticas, presentes em EI, mostram a dificuldade dos pontos, pontões e da SCDC em conseguirem internalizar redes de gestão compartilhada. Existe confusão entre os papéis institucionais para identificar e localizar quem compartilha o que, para articular os pontos e pontões a partir de agendas comuns e a rede ainda é fechada, não dá respostas, é organizada de forma hierárquica. Os recortes

---

[147] Conjunto de pessoas designadas por uma autoridade ou escolhidas por uma assembléia para estudar determinado projeto, para dar pareceres etc. Fonte: http://www.dicio.com.br/comissao/, acesso em 28/05/2012.

discursivos mostraram que não há uma metodologia que explique aos enredados o que se espera deles dentro das redes, qual o projeto comum, quais as articulações possíveis.

As redes solidárias, idealmente, atuam a partir de projetos comuns, da criação de uma agenda de trabalho em que cada enredado se responsabiliza por uma tarefa. A ausência de uma metodologia para atuação em rede, a esvazia e o que era rede vira mais um grupo de discussão virtual onde a característica principal são mensagens que não têm respostas. As redes viram espaços monológicos. No Seminário, procurou-se compreender como essa assimetria se instala:

> **Boa parte das tensões explicitadas são desdobramentos do lugar particular que os Pontos de Cultura ocupam dentro do Programa**. Tais atores estão **posicionados na fronteira tênue entre dois modos e lógicas organizacionais muito distintas** - a do âmbito formal Estado e do âmbito informal das comunidades e localidades que representam e onde atuam. Cada um desses campos de relações envolve, por conseguinte, diferentes grupos apresentando suas próprias demandas e particularidades que em parte se complementam e criam tensões ao entrarem em relação umas com as outras. Destarte, os Pontos de Cultura, bem como os coletivos independentes e representantes das equipes de Cultura Digital, se configuram dentro do Programa como um **agente duplo em sua relação com o Estado e com as comunidades - são simultaneamente formuladores e implementadores de Políticas Públicas, além (e obviamente não menos importante) de serem representantes de um universo cultural próprio**. E essa é uma das principais características da gestão em rede proposta pelo Programa, é o que lhe confere tanto complexidade e potencialidade, quanto conflitos e tensões constantes (GT CULTURA DIGITAL in: LABREA & RANGEL: 2010, p.54, grifo meu).

Na época, não havia clareza dos papéis de cada enredado, faltava explicitar os *direitos e deveres* recíprocos para que um grupo pudesse atuar como rede. O que se vê no discurso dos pontos e pontões é que embora a SCDC propusesse essas redes como dimensão estruturante do programa, ela mesma não tinha uma atuação qualificada dentro delas. As *ausências e o silêncio* documentados nos recortes discursivos de EI são ausências produzidas basicamente pelo modo que a SCDC atuava nas redes, de maneira intuitiva, sem uma metodologia compartilhada. Os questionamentos dos pontos ficavam sem respostas, as informações não eram compartilhadas em tempo hábil, eram dispersas, contraditórias, seletivas, e os gestores da SCDC, dentro das redes, muitas vezes limitavam-se a *escutá-las*, se inteiravam dos problemas mas não se manifestavam sobre eles. Muitos gestores disseram claramente que *o Estado não deve intervir nas redes* e a questão é: se não devem intervir, devem *estar lá*, *escutando* a sociedade mesmo sabendo que só irão responder a partir de espaços institucionais? O que essa *escuta* significa? A

quem interessa um Estado - silencioso - dentro da rede? Esta ideia de que o Estado não deve intervir nas redes, desconsidera que foi o próprio Estado quem propôs as redes como um espaço de gestão compartilhada. As redes do PCV só fazem sentido com a presença do Estado.

Outra discussão que aparece no Seminário diz respeito ao papel da Ação Cultura Digital (CD) no PCV. Na ideia dos formuladores do programa a CD seria a ação integradora que poderia dar condições do ponto realizar sua vocação para articular com outros pontos e com a comunidade.

> A Ação Cultura Digital, assim como o Projeto Ponto de Cultura e articulando-se com ele, é uma iniciativa no âmbito do Programa Cultura Viva compondo, assim, a política do MinC de democratização da produção, acesso e distribuição dos meios e produtos culturais da sociedade brasileira. **A Ação Cultura Digital tem origem nas idéias e conceitos defendidos por ciberativistas do MTB – Laboratório Brasileiro de Mídia Tática e dos articuladores do projeto BAC – Bases de Apoio a Cultura, que juntos culminaram na versão atual defendida pelo MinC desde 2003**.
> Por isso a Ação Cultura Digital, em consonância com o Programa Cultura Viva e o Projeto Pontos de Cultura, utiliza-se, desde sua origem, de conceitos da cultura hacker, tais como: liberdade, colaboração, compartilhamento e generosidade intelectual, baseando sua estrutura informacional em um modelo horizontal e multilateral, com diversos emissores e receptores, quebrando a lógica do monopólio da emissão dos grandes meios de comunicação (LACERDA; LIMA:2008,p.06, grifo meu).

A Ação Cultura Digital está impregnada da ética e da estética da cultura hacker que é baseada na virtualidade, na liberdade, na informalidade, no software livre, no código aberto, na cooperação e na circulação livre de conhecimentos (FÉR:2009, p.36-7). Nessa perspectiva a internet se constitui em esfera pública (HABERMAS:2003), um espaço para o encontro da diversidade cultural e para a discussão de políticas públicas.

> Nesse sentido, as redes digitais se apresentam como novos territórios coletivos de ação cultural e articulação política, mas não como um espaço dado e pronto e sim como ambiências em permanente processo de construção e de remodelamento demandando um esforço contínuo de manutenção de canais de conectividade entre seus milhares de pontos. (...) Atuar em rede significa não apenas adentrar em uma esfera mais ampla, mas principalmente em habitar, construir e atualizar permanentemente novos sentimentos de pertença e vínculos de solidariedade em um terreno desconhecido. A adoção de metáforas como a do Mutirão e da Gambiarra, por exemplo, evidenciam o desejo de mais do que meramente "transformar" ou "incluir" a diversidade cultural das "periferias" ou das comunidades "tradicionais" dentro de um formato pronto. Parecem ressaltar o potencial criativo destas diversas localidades e assinalam a urgência de se lançar um olhar mais atento aos modos próprios de compartilhamento, de criação de ambientes e redes de solidariedade que fazem frente à escassez de recursos, buscando as potencialidades que esses movimentos trazem consigo de forma a se criar um ambiente propício para

> uma ação coletiva em maior escala. Não se trata de um regionalismo simplista ou uma tentativa de "fazer o povo entender" os novos paradigmas de produção colaborativa em rede, colocados a partir da emergência de novos espaços e esferas publicasde debate, mas nos parece mais a manifestação de uma nova sensibilidade frente às potencialidades organizacionais, criativas e inventivas que estão sendo gestadas em distintas localidades difusas em todo território nacional e de compreensão da importância das formas organizacionais populares como tecnologia social a ser apreendida e incorporada (GOMES in LABREA et al:2009, p.40).

No Seminário, o Grupo Aglutinador (GA) Cultura Digital foi formado quase exclusivamente por gestores do MinC ligado à ação e pesquisadores, tendo - em um público estimado em 20 pessoas - três pontos de cultura.

> Tal ausência foi sentida pelos participantes do GA e talvez possa nos provocar a refletir sobre **o lugar que vem sendo construído para a Cultura Digital**, e de que maneira ele vem sendo apropriado e ocupado pela rede de Pontos de Cultura (GT CULTURA DIGITAL in: LABREA et al: 2010, p.54, grifo meu).

Essa ausência sinaliza uma dificuldade da CD de inserção junto aos pontos, principalmente em função da adoção do *software livre*.

> Embora tenha sido ressaltada e louvada a adoção do software livre pelo atual governo – não apenas como solução economicamente viável, mas também como uma escolha política mais consequente, quando se almeja atingir autonomia tecnológica – foi identificada também a ainda **fragilidade das estruturas fornecidas para a efetivação de tal política pública** frente ao desafio inovador colocado pelo atual governo. A escassez de recursos e o número reduzido de implementadores para abarcar um universo tão amplo de atores, dentro da perspectiva transversal que a Cultura Digital foi idealizada, por certo dificultou e ainda dificulta uma realização plena da Cultura Digital junto aos Pontos (GT CULTURA DIGITAL in: LABREA et al: 2010, p.55, grifo meu).

Mesmo reconhecendo essa dificuldade, o GT considerou que a experiência da Ação Cultura Digital no CV é estratégica pois criou uma *"demanda política de apropriação de tecnologias para a qual o programa não possui respostas prontas, e que os pontos estão buscando solucionar localmente"* (GT CULTURA DIGITAL in: LABREA et al: 2010, p.55). O GT percebe que boa parte das tensões dos pontos se devem ao lugar particular que eles ocupam dentro do programa.

> Tais atores estão posicionados na **fronteira tênue entre dois modos e lógicas organizacionais muito distintas** - a do âmbito formal Estado e do âmbito informal das comunidades e localidades que representam e onde atuam. Cada um desses campos de relações envolve, por conseguinte, diferentes grupos apresentando suas próprias demandas e particularidades que em parte se complementam e criam tensões ao entrarem em relação umas com as outras(GT CULTURA DIGITAL in: LABREA et al: 2010, p.55, grifo meu).

Uma percepção importante é a dificuldade da SCDC em sistematizar a experiência e colocá-la em comunicação. Esta percepção é confirmada nos documentos produzidos pelos consultores da Ação Cultura Digital em 2009:

> Desde o início do Programa Cultura Viva, em 2004, **a Secretaria de Cidadania Cultural tem investido pouco em análise e acompanhamento de seus processos internos**, a fim de elaborar estratégias e adotar ferramentas e diretrizes de comunicação e gestão numa perspectiva das possibilidades de uso de tecnologias digitais.
> Dentro dessa realidade, é preciso reconhecer que as equipes responsáveis pela **Ação Cultura Digital também não se incumbiram de fazer essas reflexões e demandar esses processos**. (...)
> Durante os cinco anos e meio de gestão da Secretaria e da Ação Cultura Digital, algumas abordagens isoladas somaram-se aos esforços de sistematizar informações e possibilitar interações via internet entre os projetos e pessoas participantes das redes. (...)
> Da mesma forma, ao longo desses anos foram **criados diversos ambientes destinados a facilitar a interação entre as pessoas** vinculadas aos Pontos de Cultura. Afora as muitas listas de discussão criadas a partir de serviços *web* comerciais ou independentes, destaca-se como pioneiros nessa área o Conversê, aliado ao Estúdio Livre e seu acervo de mídias digitais. Porém, algumas falhas na sua concepção, além da descontinuidade de manutenção, deram espaço para que surgissem novas e variadas iniciativas com o mesmo objetivo, originadas de diferentes pontos da rede.
> **O resultado desse histórico é a dispersão de informações, que poderiam estar disponíveis e contribuir tanto para uma gestão burocrática mais eficiente e ágil, como para promover ainda mais o reconhecimento, a interação e a convivência entre as pessoas que fazem a cultura viva** (BRASIL:2009, p.228, grifo meu).

Esses acervos - que continham todo o histórico e acúmulo das articulações que a Ação Cultura Digital construiu junto aos pontos e pontões de cultura e com as demais ações do programa -, foram perdidos porque os sites estão fora do ar desde meados de 2010. Várias iniciativas de mapeamento e sistematização das ações realizadas por pontões de cultura foram igualmente perdidas porque não há um processo contínuo de acompanhamento e sistematização do acervo produzido pelos beneficiários das ações. Ao mesmo tempo há muito material produzido pelos consultores da SCDC ao longo destes anos que contém ao menos parte deste histórico, mas estes estudos muitas vezes não são acessado pelos gestores e os dados produzidos são irrelevantes para a formulação e qualificação das políticas. Desde 2009 se fala em um sistema de monitoramento e acompanhamento das ações, ancorado em uma plataforma web, como podemos ver na proposta abaixo:

> A proposta apresentada aqui parte da premissa que as informações sobre a rede Cultura Viva, hoje dispersas em muitos ambientes e bases de dados, públicas ou não, são valiosas e justificam os esforços de serem referenciadas e

> disponibilizadas. E, como já foi defendido aqui, isso depende de uma abordagem estratégica e sistemática da SCC. Portanto, é preciso um **plano que contemple a agregação dos diferentes ambientes e espaços existentes na rede, assim como uma análise profunda dos processos internos da secretaria, a fim de definir um plano para a utilização de um sistema *online* de acompanhamento e atualização de informações dos pontos**.
> Muito desse fluxo pode ser incorporado pelo Salic Web, mas é importante lembrar que boa parte dos entes que hoje compõem a rede Cultura Viva extrapolam os convênios assinados diretamente com o MinC, como é o caso das redes formadas a partir de editais estaduais.
> Levando-se em conta os ambientes já existentes e sabendo-se que cada Secretaria estadual, por exemplo, adota uma maneira diferente de sistematização dos dados de seus convênios, uma forma de referenciar as informações de Pontos, Pontões e pessoas a eles relacionadas é o desenvolvimento de um sistema comum, que faça a agregação e intermediação entre o Salic Web, ambientes como o iTeia, o Mapas da Rede, o MapSys, o Conversê, as informações das redes estaduais, municipais e temáticas, entre outros.
> Certamente, um modelo de troca de dados como esse, que envolve muitos atores, não pode ser desenvolvido por alguns deles e imposto aos demais. Com essa preocupação, essa proposta frisa a importância de uma estrutura da Ação Cultura Digital voltada à articulação entre as equipes de desenvolvimento (BRASIL:2009, p.229, grifo meu).

Esta proposta[148], formulada em 2009, propõe um importante deslocamento do foco da Ação Cultura Digital, que passaria das ações regionais de formação - desde meados de 2007 com os pontões - para ações de articulação entre equipes de desenvolvimento, pois embora essas equipes tenham muito em comum, não trabalham de forma integrada.

> Dentro da rede Cultura Viva, a descentralização da Ação Cultura Digital teve como ponto positivo desencadear processos autônomos regionais. Contudo, com o tempo ficou evidente a necessidade de que os Pontões trabalhassem de forma mais integrada, principalmente para somar os recursos investidos em desenvolvimento (BRASIL:2009, p.231).

A proposta formulada pelos consultores da SCDC era que o programa contasse com um profissional dedicado exclusivamente para o papel de articulador, que pudesse cuidar do contato diário e constante com os parceiros para reunião de um *consórcio de projetos* que contribuísse com a definição de diretrizes de desenvolvimento do MinC e trabalhasse na identificação, no planejamento e na realização de demandas comuns (BRASIL:2009). O mérito desta proposta é trazer para a SCDC a responsabilidade por articular e hospedar a memória e o arquivo das ações desenvolvidas pelos pontos, a partir

---

[148] Essa proposta será, em 2012, referência para o desenho da rede de governança no Projeto de Redesenho do PCV.

do processo formativo executado pelos pontões e pela integração de suas equipes de desenvolvimento, realizando plenamente a vocação da Cultura Digital no CV.

Para além da memória e arquivo das ações, da divulgação e visibilidade das atividades desenvolvidas nos pontos, esse consórcio de projetos tornaria possível a agregação e o cruzamento de dados, sistematizar as ações dos Pontos em uma única rede de dados que facilitaria tanto para os pontos quanto para a SCDC criar um modelo para a documentação necessária à prestação de contas**.** Essa integração de dados é possível a partir da integração da identidade dos pontos, utilizando o serviço de um sistema de identificação como o OpenId[149], por exemplo.

> Os agentes dos pontos de cultura têm disponíveis hoje diversos tipos de sistemas para cadastrar projetos ou interagir entre si. Conversê, Estúdio Livre, MetaReciclagem.org, Overmundo, iTeia, Mapas da Rede, ONID, Ponto por Ponto, Cirandas.net, Fórum da Cultura Digital, SalicWeb, SICONV, Orkut, Flickr, YouTube, Twitter e Identi.ca são só alguns exemplos. Em cada um desses ambientes, a pessoa precisa fazer um cadastro, adicionar seus dados pessoais, identificar amigos, etc.
> Sem dúvida, é importante que exista essa diversidade de ambientes, com focos, públicos e funcionalidades diferentes. Tentar unificá-los ou criar um 'ambiente oficial', seria ir contra a lógica distribuída da rede. Nesse sentido, alguns colaboradores da Ação Cultura Digital pesquisam, desde 2004, soluções de integração de identidades de usuários que utilizam tecnologias que possibilitam que, através do uso de protocolos e linguagens comuns entre os sistemas, seja possível o intercâmbio descentralizado das informações e da autenticação nos sistemas. Para que isso se realize, é preciso definir regras comuns - quais tecnologias, linguagens e padrões a serem utilizados, e articular entre os responsáveis a utilização e implementação dessas regras nos diferentes sistemas. Também é recomendado que estas definições de tecnologias e padrões sejam acordados no ato de conveniamento dos produtores culturais ao serem contemplados com recursos públicos. Ao precisar publicar a contrapartida de divulgação nas plataformas definidas (seja agregando *feeds* ou incluindo fotografias), o produtor cultural estará automaticamente participando da rede.
> Depois de integradas as identidades, é preciso garantir a possibilidade de intercâmbio de informações entre os diferentes sistemas. Um sistema que permite a publicação de conteúdo multimídia pode permitir que uma rede social recupere ou insira novas produções em seu banco de dados, diretamente, sem a necessidade de o usuário acessar dois sistemas diferentes. Também para isso, é preciso definir protocolos e tecnologias comuns, que sejam implementadas em todos os sistemas (BRASIL:2009, p.233).

---

[149] Trata-se de uma rede distribuída na qual a identidade do utilizador é dada por uma URL ou XRI que pode ser verificada por qualquer servidor executando o protocolo. Em sites que suportam OpenID, utilizadores não necessitam de criar uma nova conta antes de poder a aceder. Só é necessário autenticação por um site que suporta OpenID, chamado provedor de identidade. Esse provedor pode então confirmar o dono da OpenID para outro site que suporta OpenID. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/OpenID, acesso em 27/05/2012.

6.1.1 Algumas considerações sobre hibridismo, elisão do político e a política do a fim

O Seminário Internacional do Programa Cultura Viva foi um momento de reflexão importante por várias razões:

- A SCDC, ao organizá-lo, reconhece que os conceitos do programa não são suficientes para traduzir a experiência vivida, os saberes e fazeres dos pontos de cultura;
- A SCDC busca meios de aprimorar o programa e recolocá-lo conceitualmente;
- A metodologia do Seminário priorizou a escuta de todos os participantes e conseguiu, com isso, um panorama fluido dos vários sentidos que atravessavam as práticas dos pontos;
- A interlocução dos Grupos Aglutinadores foi documentado em Relatórios e constitui arquivo da memória do programa;
- Foram organizadas duas publicações: a primeira com textos e artigos da rede de pesquisadores e dos gestores do programa apresentando a metodologia do Seminário e a segunda com textos coletivos produzidos pelos participantes dos Grupos Aglutinadores e por alguns membros do Conselho Consultivo do programa;
- A produção acadêmica sobre o programa e suas ações serviu como subsídio à reflexão e deu visibilidade à rede de pesquisadores que estava sendo organizada pela Secretaria e Fundação Casa de Rui Barbosa;
- Foi organizado o primeiro encontro do Conselho Consultivo do programa e marcado o segundo encontro na Teia 2010.

O Seminário pode ser entendido como um momento em que os problemas de gestão estão se sobrepondo ao ritual discursivo de continuidade, voltado para celebrar a memória discursiva do programa. Os problemas cotidianos da secretaria para dar conta dos processos de conveniamento são públicos. O ministro Juca Ferreira, junto com o presidente do Ipea, afirma que o MinC não consegue dar conta do desenho da política. O Ipea enumera todas as dificuldades, constrói uma base de dados cuja fonte são os pontos conveniados e os gestores do programa. A secretaria necessariamente tem que se posicionar. Ela acolhe todas essas questões e faz uma *autocrítica* - e esta é uma estratégia

discursiva muito interessante: quando o sujeito afirma seus problemas, não há mais o que ser dito sobre eles que não soe redundante.

Os desdobramentos do Seminário, no entanto, não foram muito longe: embora a secretaria perceba a insuficiência dos conceitos e a necessidade de realinhar a política e, com o Seminário e, mais tarde, com a Teia 2010 se tenha elementos para propor mudanças no desenho do programa isso não acontece por vários motivos: Célio Turino deixa a secretaria para ser candidato a deputado federal, TT Catalão que o substitui faz uma gestão de *continuidade* e busca somente finalizar os processos, visando a mudança de gestão em 2011. A secretaria em 2010 se vê tendo que administrar várias situações ao mesmo tempo: a organização da Teia, o contingenciamento e a paralisação dos recursos financeiros durante o período eleitoral, o lançamento de vários editais simultaneamente, tomando todo tempo dos consultores e técnicos da secretaria, a pressão para o pagamento de vários editais dos anos anteriores, a finalização do contrato com o PNUD (o que deixa parte da secretaria sem consultores a partir de junho/2010), o déficit de recursos humanos, a eleição presidencial e um enorme passivo atrasado: relatórios a serem aprovados e parcelas de convênio a serem pagas. A memória do Seminário e suas publicações só serão retomadas pela Secretaria em 2012 quando servirão, ao menos parcialmente, para subsídio ao Projeto de Redesenho do Programa Cultura Viva.

Como resultado dessas dificudades, vários processos importantes ficaram no meio do caminho: o Conselho Consultivo[150] do Programa reuniu-se novamente na Teia 2010[151] e depois não houve continuidade dessa ação, a portaria de criação do Conselho não foi publicada no Diário Oficial da União e o grupo não foi mais contatado pela secretaria. A

---

150 Membros do Conselho Consultivo em 2010: Alfredo Manevy – Secretário Executivo MinC; Américo José Córdula Teixeira - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural – SID/MinC; Antônio Albino Canelas Rubim – Universidade Federal da Bahia; Aritana Yawalapíti – Cacique dos Yawalapiti; Bernd Flechtner – Universidade de Siegen/Alemanha; Boaventura de Sousa Santos - Universidade de Coimbra; Candace Slater – Universidade de Berkeley; Claudia Leitão – Universidade Estadual do Ceará; Célio Turino – SCC/MinC; Danilo Miranda – SESC-SP; Emir Sader – Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Guiseppe Cocco – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Idelette Muzart-Fonseca dos Santos – Universidade de Paris X; Ivana Bentes – Universidade Federal do Rio de Janeiro; João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira) – Ministro de Estado da Cultura; Leonardo Boff - teólogo; Lia Calabre – Fundação Casa de Rui Barbosa; Mãe Lúcia de Oyá T'Ogùn – Ponto de Cultura Coco de Umbigada; Maria Benites – Instituto Vigotsky; Maria Lúcia Montes - USP; Mestre Lumumba; Moacir Gadotti – Universidade de São Paulo/IPF; Nelson De Luca Pretto – Universidade Federal da Bahia; Paul Heritage – Universidade de Londres; Paul Singer – MTE; Sérgio Mamberti - Fundação Nacional de Arte - Funarte; Silvana Lumachi Meireles - Secretaria de Articulação Institucional – SAI/MinC; Silvio Pirôpo Da-Rin - Secretaria do Audiovisual – SAV/MinC; TT Catalão - SCC/MINC.

151 A memória deste encontro não foi sistematizada porque, na ausência de relatores, o evento foi filmado (em alguns momentos) e não houve degravação.

rede de pesquisadores reuniu-se novamente na Teia 2010, em evento coordenado pela Casa de Rui Barbosa, foi feito um esforço para reunir as monografias, dissertações e teses para futuramente serem disponibilizadas no sítio eletrônico do MinC. Em 2012 uma parcela deste grupo reuniu-se a convite da secretaria e Ipea para acompanhar o Seminário do Redesenho do Programa Cultura Viva. Desde então, a ideia é organizar um Observatório de Políticas Culturais, vinculado à Universidade de Brasília.

A descrição dos desdobramentos do Seminário aponta uma característica não só da secretaria, mas do governo federal em geral: uma agenda intensa de eventos[152] que produzem muito subsídios para qualificar a política pública, mas que não tem consequência nem tampouco continuidade. Essa agenda cumpre finalidade política, serve para criar vínculos entre gestores e beneficiários das políticas, permitem a circulação dos grupos e a troca de experiências, geram notícias, dão visibilidade ao governo e setores da sociedade, mas há muita dificuldade em implementar ou mesmo criar uma memória dos subsídios produzidos durante esses eventos[153].

Pode-se, no entanto, dentro dos objetivos dessa pesquisa, refletir sobre os diferentes efeitos de sentido que a noção de rede e de gestão compartilhada produzem, a partir da análise dos recortes discursivos. A fim de caracterizar as condições de produção deste discurso, resgato a historicidade em que se inscreve o Seminário: momento de reflexão após cinco anos do Programa, a publicação da primeira pesquisa avaliativa do Ipea, a participação muito bem sucedida do Programa no Congresso Iberoamericano de

---

[152] Na gestão FHC, o MinC diferenciava suas ações em política de eventos (eventos, editais de premiação, etc) e política pública (ações visando estruturar políticas contínuas) (BRASIL:2003b). Acho fundamental essa distinção principalmente porque o PCV se estrutura a partir de editais de premiação. Quando se argumenta que edital de prêmios não estrutura política pública - a resposta vai na direção de que esta é uma demanda dos próprios pontos e que não há outro jeito porque a Secretaria não tem como investir na sistematização da memória institucional e nem em processos formativos que mostrem aos pontos como se relacionar com os instrumentos.

[153] Um exemplo da opacidade do que é produzido nos eventos organizados pelo governo federal pode ser visualizado na dissertação de mestrado de Eneida Lipai. Nela se estuda as Conferências Nacional de Meio Ambiente. Estes espaços são considerados os principais canais de participação social ampliada e no Governo Lula são vários os Ministérios que promovem Conferências Nacionais, inclusive o MinC. Na análise das Conferências de Meio Ambiente, Lipai percebe que *as deliberações não permitem visualizar claramente as diferentes correntes, pois a metodologia utilizada nas Conferências não possibilita a explicitação dos conflitos e as diferenças existentes nesta área de estudo. As Conferências ao invés de mediar os conflitos, promovem seu abafamento e a homogeneização do discurso.* (LIPAI, Eneida. **Sentidos da educação ambiental: o que emerge das deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente?** Brasília: UnB/CDS, 2010). Outra questão importante é saber o que é implementado dessas deliberações, quem decide sobre essa questão? Estes questionamentos podem ser ampliados aos demais espaços de participação social ampliado, em todos os Ministérios, incluindo o MinC, e em relação às redes, estas questões se aprofundam, incluindo outras: quais os papéis institucionais de cada membro da rede?

Cultura, uma agenda repleta de eventos, as Teias regionais, a Teia em 2010, a política de prêmios e bolsas, a descentralização e ampliação da política, um secretário extremamente popular. O evento reuniu os Secretários do MinC e algumas vinculadas, pesquisadores, pontos de cultura que já tinham uma relação constituída com os gestores do Programa, algumas instituições parceiras. Era um público favorável ao programa, que conhecia os conceitos estruturantes, era alinhado politica e ideologicamente às diretrizes do MinC. A proposta era uma escuta qualificada e direcionada à fortalecer a política. Como percebe-se nos artigos que compõe as duas publicações e nos depoimentos gravados, nesse quesito o evento foi bem-sucedido. O que surge dali é uma narrativa coletiva, afirmativa, que reafirma a importância do programa e do seu desenho. O alinhamento ao que os pontos identificam com a *proposta filosófica* do programa aparece também nos depoimentos colhidos pelo Ipea:

> RDEI - A filosofia do programa, sim. O programa deu a oportunidade da cultura realmente ser viva, mas a burocracia não. É preciso mudar a parte burocrática, ela amarra a filosofia da coisa.
>
> RDEI - Como teoria, está. O problema é a gestão.
>
> RDEI - Conceitualmente, sim. O que não está adequada é a gestão do programa [pelo MinC], pois devido à descontinuidade as conquistas obtidas acabam sendo prejudicadas.
>
> RDEI - Em termos de filosofia, a proposta está adequada; porém, na operacionalização, os requisitos legais tornam difícil a realização das atividades (BARBOSA DA SILVA; ARAÚJO:2009, p.36-7).

Como resume um ponteiro: ***"quem tem problema de gestão é o MinC, não os pontos de cultura"***. De fato, o MinC não consegue organizar processos formativos que permitiriam que os pontos se apropriassem dos instrumentos de gestão, nem organizar um modo mais simples de prestação de contas, o MinC não dispõe de recursos humanos suficientes e os relatórios de convênio enviados pelos pontos ficam parados à espera de aprovação pelo período médio de dois anos; o MinC não mantém registro da memória institucional e cada gestor orienta de forma diferente os procedimentos. Além disso, o MinC atrasou sistematicamente o pagamento de todos os convênios e prêmios que se dispôs a pagar, pois não planejava suas ações para coincidir com as datas de liberação de recursos.

Retornando à questão das redes do Programa, aparece nas discussões REDE1 - Articulação entre os Pontos de Cultura; REDE3 - Programa Cultura Viva como rede - gestão em rede; REDE4 - Cultura Digital, REDE6 - Pontões - Rede de integração dos Pontos de Cultura e REDE10 - Teia. As outras categorias propostas pelo MinC não encontram respaldo no discurso dos pontos e isso é um indício da dificuldade da secretaria em construir coerência entre o que se diz e o que se faz. Retomando Courtine, é a *língua de vento* do discurso político populista, em que o muito que se diz, não ressoa.

Os recortes discursivos prafrásicos apresentados demonstram que estas noções transitam entre a repetição empírica e a formal, reforçam a memória discursiva, o imaginário de *identidade compartilhada,* e mostram a identificação dos pontos com o discurso institucional: muitos pontos *imaginam* que compartilham da mesma posição-sujeito dos gestores. Essa ilusão se mantém a partir da elisão do político e de uma política do silêncio que não politiza o debate e torna *igual* posições sociais deferentes.

Mas nem só de paráfrase vive o homem. Dentro do mesmo, há lugar para a diferença a polissemia sinaliza que há outros sentidos para a rede: REDE1 como Rede de trocas e REDE3 mostra um desenho de rede fechado, vertical, sem metodologia, com papéis institucionais sem definição. REDE3 aponta para a opção da SCDC que ao considerar que *tudo é rede* - comissão, fóruns, GTs, reuniões, eventos, Teias, privilegia um desenho de rede hierárquico, com um *centro organizador*, vertical, fechado, com membros pré-determinados, caracterizada pela *permeabilidade* que é uma característica de certas redes em que as relações pessoais e relações políticas determinam, em muitos casos, quem as integra e o que deve ser considerado prioritário.

A hierarquia é uma característica dessas redes e isso é visível nos *rituais discursivos de continuidade*. Em geral nos eventos organizam-se mesas com autoridades: Secretários, membros do staff das Secretarias (MinC, governos, etc.), *representantes* dos pontos de cultura (Comissão Nacional, etc.). Mesmo nas rodas, o espaço de fala segue as mesmas regras: primeiro falam os gestores públicos de alto escalão até chegar aos representantes e, se houver, tempo, à plateia. São redes hegemônicas, nos termos de Castells, alinhadas com o desenho privilegiado pela globalização e pelo mercado - matriz e filial, chefes e subalternos, centro e periferia, uns falam e outros ouvem, uns calam e outros silenciam, etc. A proposta filosófica inovadora quando vista de perto se vale de um

discurso eloquente e de práticas absolutamente (absurdamente) tradicionais. Isso se explica em termos bem simples: há um esforço em manter o poder centralizado em certas posições enunciativas, em determinar os sentidos (e o que pode ou não ser dito) da rede e criar uma rede de relações que se auto-alimentam, se fortalecem mutuamente para ali permanecerem. Esses processos ficam evidente nos depoimentos dos pontos na pesquisa de 2013, como mostrarei adiante.

Uma característica das *redes híbridas* é a *elisão do político* e a falta de clareza dos papéis institucionais dos membros da rede (LABREA:2009). O governo Lula trouxe a metodologia das redes contra-hegemônicas como proposta de participação social e muitos militantes dos movimentos sociais, partidos políticos e terceiro setor vieram para o governo, para ocuparem cargos na Administração Pública. Isso é um procedimento que é praxe tanto no executivo quanto no legislativo: cada partido monta seu staff e o primeiro e segundo (e muitas vezes, o terceiro, o quarto e o quinto) escalões são compostos por pessoas que, em geral, não pertencem ao quadro da Administração Pública[154]. O gestor que ocupa a posição enunciativa do militante, tornou opaco - e no entendimento de alguns gestores, totalmente desnecessário - elucidar os papéis institucionais dos membros: cria-se a ilusão discursiva de que *somos todos iguais*.

E essa é, na minha leitura, o maior problema da *rede híbrida* porque a presença dos gestores nas redes muitas vezes silencia, desqualifica ou reorienta o debate, privilegiando a pauta e os interesses do Estado (LABREA:2009). Há muitos exemplos da *elisão do político*: o entendimento de que *uma crítica a uma determinada questão* é estar *contra* (o projeto, o partido, o governo); o entendimento de que certas discussões fortalecem a *oposição* e, portanto, *não devem ser feitas*; a utilização da rede para

---

[154] E este é um dos motivos pelos quais as políticas públicas muitas vezes são sazonais: terminam junto com os gestores que as formularam. E é um dos motivos porque se tem gestores tão despreparados e sem nenhum conhecimento da gestão da coisa pública. Mas isso é outra tese. Que, a propósito, já foi feita: OLIVEIRA, Nelson do Vale. **O COTIDIANO DA BUROCRACIA. O amadorismo no dia-a-dia do Serviço Público Federal.** Brasília: Instituto de Ciências Socias/UNB, 2009. Segundo esta tese, a burocracia pública federal está em constante reformulação, repleta de novos projetos, vale-se de procedimentos obscuros e instáveis, é generalista e apressada. Com uma organização resultante de sucessivas e inacabadas reformas, trabalha sem gestão de pessoas ou de materiais. Não há aumento de responsabilidade, complexidade das tarefas ou hierarquia ao longo dos anos de serviço: os chefes são nomeados sem qualquer critério formal, não têm mandato e são removidos sem aviso prévio. Projetos novos são iniciados usando os mesmos recursos dos antigos, que são, simplesmente, esquecidos. Até mesmo repartições inteiras são criadas e extintas ao sabor das circunstâncias. O burocrata, na verdade, nunca sabe o que fará na semana seguinte. Poderá passar os dias carimbando papéis ou reunindo-se com embaixadores, ou mesmo ficar sem qualquer tarefa específica. O resultado é um ambiente de trabalho marcadamente amador, no qual as atividades se dão de forma exploratória e incipiente.

fortalecer projetos políticos pessoais; o Estado, ao estar na rede, conhecer as demandas e não respondê-las, pois não foram feitas através dos canais institucionais, entre tantos outros exemplos.

Neste aspecto, quero enfatizar que, se a interlocução entre Estado e pontos de cultura é problemática, se faz entre grupos restritos, já entre os pontos o diálogo flui com maior intensidade. Eles têm dificuldade em fazer o que o discurso institucional propõe, mas, por outro lado, entre eles, os pontos fazem **outras coisas**. E são essas outras coisas, as **redes de relações** que estabelecem entre si, que permite que a rede, não obstante tantos percalços, prospere. O espaço de interlocução indica que alguns grupos de pontos ressignificaram a *rede como metáfora* e, na impossibilidade de criar redes com o Estado, em função da ocupação dos espaços enunciativos por estruturas formais. Ao participarem da agenda de eventos e encontros, eles criaram ***redes de pontos de cultura***, baseada na troca de tecnologias sociais, em processos formativos e intercâmbios artísticos. Estas redes sinalizam que para além do plano de trabalho há processos criativos, e se têm dificuldades em dialogar com a gestão, conversam entre si. A solidariedade e a colaboração é a tônica destas relações.

Estas redes são as que mais se *aproximam* da ideia de *circuito cultural* pensado como fenômenos que envolvem, ao mesmo tempo, as dimensões simbólica, estética, social e econômica (BARBOSA DA SILVA;ARAÚJO:2010). Do que se viu das condições de sustentabilidade dos pontos, nas pesquisas do Ipea, bem poucas atividades conseguem desenvolver o viés econômico e poucas atividades culturais conseguem articular todas as dimensões previstas em um circuito cultural. Entendo que essa noção estabelece uma *referência* – um cenário desejável.

Estas redes dos pontos de cultura podem ser descritas como *solidárias*:

> A rede (social solidária) é auto-regulável, está em constante processo de auto-organização, autoproduzindo-se, em autopoiese. Esta autopoiese supõe a dialógica entre ordem/desordem/organização, isto é, um movimento contínuo onde ordem e desordem atuam numa dupla lógica entre antagonismo e complementaridade. Isso significa que na rede os momento de ordem (estabilidade, consenso) são seguidos de momentos de desordem (instabilidade,conflitos) e nesse movimento a rede segue consolidando-se Nesta auto-organização estão as idéias de recursividade e retroalimentação. (...) Esmiuçando um pouco mais, uma rede real nunca está pronta, terminada, pois ela é um sistema aberto, permanecendo à temperatura de sua própria destruição. Este é um ponto extremamente delicado ao se tratar de redes sociais, a idéia de que por meio de uma ação externa à rede se possa impedir que esta se extinga. É um erro crasso. Ao fazer isso, a intervenção externa cria

> um foco de poder e hierarquia e joga por terra a própria rede. No caso das redes sociais solidárias a aposta que deve ser feita reside na própria regulação interna da rede que se dá a partir de seus fundamentos valorativos e nos laços solidários que realimentam (MAKIUCHI: 2005, p.132).

A *rede dos pontos* fala da articulação entre eles, que estão juntos porque compartilham uma ação ou território e se conheceram, têm afinidades e resolvem por em prática a *política do a fim* que Gil menciona na abertura da Teia 2006: estão a fim de fazer e acontecer e trabalhar juntos, estão a fim de *transcender a realidade chinfrim* (outro termo de Gil) e mudar seu rumo. Essa é uma *rede dentro das redes*, uma rede solidária, horizontal, a fim e por afinidade, que permite a troca de tecnologias e metodologias sociais. Esta rede permite, por exemplo, que os hackers do Pontão de Cultura Tapajós de Santarém no Pará possam ensinar aos ponteiros do Bruxa Tá Solta de Rorainópolis em Rondônia a trabalhar com a Cultura Digital e eles possam gravar os cantos que aprenderam com o povo do Guaimbé de Pirenópolis, Goiás e fazer circular sua produção a partir do repositório virtual construído pelo iTEIA e esse canto percorre vários cantos do Brasil.

6.2 OFICINAS DE AVALIAÇÃO SITUACIONAL DO IPEA

> A proposta de avaliar as políticas públicas utilizando as narrativas parte de um princípio que, correndo o risco de um vocabulário que não parece apropriado, diríamos "singelo". A formulação cândida deste princípio é a seguinte: "o que as pessoas dizem é importante".
>
> **Barbosa da Silva & Abreu**

O Ipea realizou em 2010 uma segunda pesquisa avaliativa do PCV, cujo principal objetivo foi levantar as percepções dos gestores dos pontos e pontões de cultura que compõem a Rede do Programa Cultura Viva sobre suas práticas. O projeto da segunda avaliação do PCV foi realizado em três módulos: as Oficinas de Avaliação Situacional, com os pontões de cultura que apresentarei em seguida, outro foi uma imersão em 16 pontos e pontões, distribuídos em todo o território nacional no qual não foram discutidas as questões que norteiam esta tese e por isso não farão parte deste estudo e o terceiro módulo foi um questionário enviado aos pontos de cultura que será tratado no subitem 6.2.1 adiante.

Realizadas por meio de encontros regionais com representantes dos pontões de cultura, as Oficinas de Avaliação Situacional levantaram questões relativas ao papel dos gestores do programa e do pontão de cultura; à articulação em rede – entre pontão e pontos de cultura; à formação e difusão; à expectativa de futuro; e às propostas de ação para o fortalecimento da rede e do programa Cultura Viva. O Ipea realizou seis Oficinas Regionais de Avaliação Situacional, tendo ouvido 64 pontões de cultura, de todas as regiões do país (BARBOSA DA SILVA:2011).

> A Oficina de Avaliação Situacional foi utilizada como instrumento de coleta de 'dados', envolvendo os representantes dos Pontões de Cultura e teve como objetivo fundamental levantar suas percepções, considerando as diferentes dimensões: Perfil dos Pontões; Rede do Programa Cultura Viva; Instrumentos de Articulação da Rede de Cultura; Gestão do Programa Cultura Viva; Impactos Sociais, dentre outros (LYRA et alii: 2011, p. 26-7).

Utilizo como arquivo o relatório bruto das Oficinas (LYRA et al:2011) que contém a transcrição dos depoimentos dos pontões, além da organização de um quadro analítico inicial. Esse material irá resultar na publicação **Cultura Viva; as práticas de pontos e pontões** (BARBOSA DA SILVA: 2011).

A proporção de Pontões convidados, por região geográfica, ficou configurada conforme o quadro abaixo:

Local	Data	Pontões Participantes
Brasília	29 e 30/09	Região Sul[155]: 09 Região Centro-oeste[156]:07
Rio de Janeiro	14 e 15/10	Região Sudeste[157]: 07
Recife	25 e 26/10	Região Norte[158]: 05 Região Nordeste[159]: 06
Recife	28 e 29/10	Região Nordeste[160]:10

[155] Projeto Ganesha (SC), Estúdio Araújo Viana(RS), Focu - Pontão Fomento Cultural (RS), Pontão de Cultura Digital Minuano (RS), Pontão de Cultura de São Leopoldo (RS), COLENDA(PR), Centro Cultural Solar dos Guimarães (PR), Kuai Tema Integração pela Liberdade(PR), Pontão UFSC (SC).

[156] Rede de Cultura Yawalapiti (MT), Ação Cultural em Rede(MT), Pontão de Cultura Guaicuru (MS), Ponto de Cultura Tenda Cultural Jovem de Anápolis (GO), Pontão de Cultura de Goiânia - República do Cerrado (GO), Rede Comunitária de Produção Audiovisual (DF), Pontão de Cultura Escola Viva (DF).

[157] Integração Regional do PIRPIM (RJ), Centro Teatro do Oprimido-CTO (RJ), Rede Pontos de Cultura Nova Iguaçu (RJ), Pontão da Serra do Rio (RJ), Pontão de Cultura do Jongo-UFF (RJ), Pontão Preto Goez-Juventude Digital (RJ), CONCULTURA-UFRJ (RJ).

[158] Rede Amazônica de Protagonismo Juvenil (AM), Navegar Amazônia (AM), Pontão de Cultura Nauas (AC), Pontão de Cultura Aquiry (AC), Ariquemes Arte e vida (RO).

[159] Dragão do Mar (CE), Pólo de produção de audiovisual no Ceará (CE), Terra Viva, terra de Arte (CE), Aldeia Digital (CE), Fundação Casa Grande (CE), Rede Boca no Trombone – a cultura do Semi-árido Brasileiro navegando nas ondas do radio (CE).

[160] Pontão – UFPE (PE), Pontão de Cultura Canavial (PE), Pontão Esperança da Terra (BA), Pontão da Ação Griô Nacional (BA), Pontão de Cultura Digital Juntadados (BA), Pontão RNA-Rede Nacional de Audio-Visual(PB), Pontão Guerreiros Alagoanos (AL), Pontão Harém de Interações Estéticas (PI), Preto Ghóez Vive (PI), Pontão

São Paulo	18 e 19/11	Região Sudeste[161]: 08
São Paulo	22 e 23/11	Região Sudeste[162]:12

QUADRO 09 Pontões participantes das Oficinas Situacionais

Os pontões de cultura participantes das Oficinas foram selecionados em 03 Editais publicados em 2005[163], 2007[164] e 2009[165], respectivamente. O edital de 2005 foi destinado a formação de pontos e pontões de cultura sob a coordenação de estados e municípios, sendo a primeira experiência da SCDC em descentralizar os recursos do programa e *compartilhar a gestão* da rede de pontos e pontões com outros entes da federação. Os editais de 2007 e 2009 permitiram a participação de governos estaduais e municipais e entidades privadas, a fim de ampliar o número de pontões de cultura em função da necessidade de formação e de ampliar as redes entre os pontos de cultura já conveniados, bem como intercâmbio de experiência, oficinas e cursos de capacitação e articulação de eventos.

A análise do discurso institucional da SCDC/MinC e dos editais nos mostra que, entre 2005 e 2009, a gestão compartilhada entre a SCDC e os governos locais nunca se realizou e a secretaria não obteve informações consistentes sobre os pontos e os pontões conveniados nos estados e municípios. Por consequência, não houve sequer a tentativa de gestão compartilhada do programa entre a SCDC e os pontos e pontões. Os estados e municípios conseguiram organizar redes temáticas, linguagens afins ou territoriais e no que cabe aos Pontos de Rede, nunca houve qualquer tentativa por parte da SCDC ou dos governos locais em conformá-los nas 10 noções de redes que compõe o discurso institucional. Também houve um *deslocamento do sentido* do conceito e atribuições dos pontões, em relação ao que está posto no discurso institucional e o que está aparece nos

---

Cultura Digital Avenida Brasil (SE).

161 Pontão Temático de Cultura de Convivência e Paz-Pólis (SP), Ligando Pontos-Artesol (SP), Ponto por Ponto-InstitutoPaulo Freire(SP), Pontão Coletivo Digital (SP), A cultura Lúdica e a Formação do Brincante-FAPE-Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (SP), Pontão Estúdio do Latão Programa Interações Dialéticas (SP), Frutos do Brasil: Juventude em Debate (SP), Nós Digitais (SP).

162 Cultura e Meio Ambiente Tecendo o Saber (SP), Crescendo Juntos – Taboão, arte, cultura, memória e cidadania (SP), Pontão de Cultura Kaos (SP), Pontão Sete Cidades (SP), Pontinho de Cultura Infantil Bola de Meia (SP), Bem-te-vi (SP), Projeto Hortolândia (SP), Projeto Hortolândia – Escola Viva (SP), Nos Trilhos da Cidadania Cultural (SP), Pontão de Cultura da UFMG (MG), COMUNA - Programa de Formação em Gestão Cultural (MG), Pontão Animazul(ES).

163 http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/02/sppc_pontosculturagovernos-2005_edital.pdf.

164 http://www.capitalbrasileiradacultura.org/pontao/downloads/Edital_022007_PontoesdeCultura.pdf.

165 http://www.cultura.gov.br/site/2009/07/23/edital-pontoes-de-cultura-2009/.

editais. Segue abaixo a rede de formulação organizada a partir dos recortes discursivos compostos pelo discurso dos editais.

> O Pontão de Cultura constituir-se-á em **espaço cultural** de **articulação dos Pontos de Cultura**, de irradiação da ação cultural regional. (...) Atividades desenvolvidas: **apresentações** das diversas linguagens artísticas, de **cursos e oficinas**, de **experimentações** em software livre, e outras **iniciativas culturais** que a gestão compartilhada entre poder público e comunidade achar conveniente (cfe. Edital no. 04 de 2005, grifo meu).

> Pontão de Cultura é um **instrumento** de **promoção do intercâmbio e difusão da cultura brasileira** em suas mais diversas linguagens e formas, no âmbito regional ou nacional. Desenvolverá ações que visem:
> a) a **capacitação e formação** dos agentes de cultura vinculados aos Pontos de Cultura;
> b) a **criação e apresentação de obras artísticas realizadas em conjunto** por 2 ou mais Pontos de Cultura;
> c) a **criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais** produzidos pelos Pontos de Cultura;
> d) a **organização de festivais, encontros, fóruns e atividades correlatas** que promovam o encontro, a troca de experiências e articulação entre Pontos de Cultura (Editais no. 04 de 2007 e no. 04 de 2009, grifo meu).

Os editais de 2007 e 2009, definem o pontão de cultura *a partir das atividades desenvolvidas* e se no discurso institucional sua capacidade de articular, capacitar e difundir a rede estão expressas, nestes editais elas não são mencionadas ou são mencionadas de modo muito periférico, como pode-se observar nas citações acima. O edital de 2005 é voltado para governos estaduais e municipais e as redes são consideradas como espaço de gestão compartilhada.

A descrição das atividades a serem desenvolvidas nos Pontões são genéricas: apresentações das diversas linguagens artísticas, cursos e oficinas, experimentações em software livre e outras iniciativas culturais, capacitação e formação dos agentes de cultura, criação e apresentação de obras artísticas, criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais, organização de festivais, encontros, fóruns e atividades correlatas que promovam o encontro, a troca de experiências e articulação entre pontos de cultura. Elas abrem um leque de possibilidades para a atuação, os pontões podem realizar uma dessas atividades ou todas elas, a depender do plano de trabalho aprovado, e fica difícil mensurar o alcance destas iniciativas e o tipo de articulação que produz entre os pontos e o papel dos pontões para a institucionalidade da política. Por esse motivo, entre outros, o Ipea reuniu 64 pontões e perguntou a eles o que eles de fato fazem e como se articulam em rede.

Segundo a pesquisa (LYRA et alii:2011), nem mesmo entre os pontões havia clareza sobre suas características e atribuições, pois dentre os pontões participantes das oficinas havia casos em que não se sabiam pontão, casos que sabiam ser pontão porém atuavam como ponto, casos que sabiam e consideravam o papel do pontão como sendo a de articulador de rede.

Havia uma confusão entre os representantes dos pontões, que desconheciam outras "formas de atuação", bem como muitos tinham dificuldade em definir quais seriam suas diferenças em relação aos pontos de cultura. Em algumas oficinas foi pedido que as pesquisadoras do Ipea definisse essas diferenças, pois os representantes não tinham tanta certeza de quais seriam as atividades que deveriam realizar como pontões. Esta incerteza em relação à própria atuação se deve principalmente devido à dificuldade da SCDC "*em definir as características de atuação dos pontões de cultura e pensar estrategicamente sua atuação junto às redes dos pontos de cultura"* (BARBOSA DA SILVA:2011, p.31).

Entre os Pontões presentes nas oficinas, 14% correspondem a pontões de cultura digital e entre eles há clareza de que o trabalho desenvolvido é para formar e fortalecer as redes do CV. Essa clareza pode ser atribuida à forma como os pontões de cultura digital se organizaram a partir do edital de 2007. Conforme previsto no edital público, foram selecionados nove pontões de cultura digital, distribuídos regional e estrategicamente de acordo com a necessidade da rede Cultura Viva (BRASIL:2009, p.130).

> Durante o ano de 2007, o desenvolvimento das metodologias e práticas da ação Cultura Digital caminha no sentido de **preparar a transição para a descentralização.** Conforme o planejamento da Secretaria de Programas e Projetos e da área de Cultura Digital do MINC, a ampliação do projeto deve seguir em 2008 de forma descentralizada e por isso **a equipe da ação Cultura Digital no Programa Cultura Viva, até então organizada a partir um único contrato com o MinC, deve ser distribuída em um conjunto de projetos de Pontões de Cultura Digital interligados porém independentes uns dos outros.** Nesse sentido, a equipe da ação produz ao fim de 2007 documentos que descrevem o legado metodológico a ser apropriado pelos Pontões (BRASIL:2009, p.128, grifo meu).

Os pontões formados a partir do edital de 2005 - com governos estaduais e municipais - exercem tanto o papel de formadores das redes por meio de encontros, oficinas e cursos formulados para contribuir na gestão dos pontos, quanto de difusores de linguagens e expressões culturais (LYRA et alii:2011, p.35). A relação entre pontões e pontos - 23% dos pontões pesquisados - algumas vezes é conflituosa, pois em alguns

casos, o pontão é formado pelo próprio governo o que gera uma série de problemas, pois nesse caso ele realiza, prioritariamente, a agenda cultural do estado ou município.

> RDEI - O Pontão é voltado para oficinas nas instituições da cidade. **(O Estado) Instrumentalizou os Pontos** [...] (O Estado) Acompanha todo processo desde planejamento até a prestação de contas [...] Participa de conselho de cultura onde 50% governo, 50% sociedade civil.
>
> RDEI - Estrutura do poder público. Foi criada a Secretaria de Cultura com estrutura de 45 trabalhadores para contratações dos programas (LYRA et alii:2011,p. 36, grifo meu).

A pesquisa do Ipea aponta que, dentre os Pontões institucionais, observou-se que o fato de serem instituídos por entes públicos e geridos por funcionários que atuam em várias frentes de trabalho dentro da instituição, pode ocasionar certo alheamento, por parte do gestor do pontão, quanto aos propósitos que regem sua existência. Essa situação foi relatada por participante que até desconhecia sua condição de pontão de cultura (idem:p.36).

Os pontões temáticos - Escola Viva, Pontinho, Griô, Interações Estéticas, Cultura e Saúde, etc. - correspondem a 48% dos pontões ouvidos e em geral, já tinham um trabalho constituído anteriormente e entram no programa para alavancar atividades complementares às existentes nas suas instituições. Articulam-se mais facilmente com os pontões de cultura digital e com outros pontos, a partir dos trabalhos afins, configurando redes de atividades correlatas (ibidem:p.37).

Entre os pontões temáticos, a Ação Griô tem uma metodologia diferenciada, pois a coordenação da ação deveria ser partilhada entre a SCDC e o Ponto de Cultura Grão de Luz. Na prática a ação não foi compartilhada, a SCDC teve muitas dificuldade em ter acesso aos relatórios dos Mestres e Mestras, organizados pelos aprendizes, e a coordenação da Ação ficou concentrada no Grão de Luz Griô. Alguns relatórios eram enviados para a secretaria, outros para o Grão de Luz e isso dificultava o acompanhamento da ação.

A partir do Pontão Grão de Luz Griô foram organizados os pontões *regionais*: Bahia, Ventre do Sol, Nascentes e Veredas, das Águas, Amazônica, Terra e Rio. É interessante que a estrutura é tradicional, em forma piramidal, hierárquica, mas mesmo assim a palavra *rede* (no sentido contra-hegemônico) descreve as articulações. A característica principal das redes solidárias - distribuição de poder, que deve circular e

não se concentrar em pontos focais - neste caso é minizada, para favorecer de articular os Mestres e as Mestras e aprendizes de todo o país.

Depoimentos de Mestres e Mestras, colhidos durante roda de conversa realizada no *Fórum Internacional de Software Livre - FISL 2010,* em Porto Alegre, dizem que muitas vezes o Mestre ou a Mestra de tradição oral não tinham relação direta com o ponto de cultura que o convidou para o projeto e, mesmo com a bolsa, continuam não tendo. Segundo eles, tal convite teve como motivação principal dar acesso aos pontos às bolsas de Griôs Aprendizes, que ficam para alguém vinculado ao ponto de cultura. Muitas vezes, o Mestre ou a Mestra não conseguem ter interlocução direta com o MinC - elas são mediadas pelos Aprendizes. Segundo eles, são sempre os mesmo Mestres e Mestras que participam dos eventos e se limitam aos que estão alinhados com a coordenação da Ação. Outra questão recorrente é que a *obrigação* do Mestre ou da Mestra em realizar atividades nas escolas é um problema: *eles preferiam continuar fazendo o que já faziam* e muitos não gostam de adotar uma metodologia que não é a sua. Muitos também fazem uma distinção semântica: a Ação é *Griô*, mas eles são *Mestres e Mestras da Tradição Oral* e quando a Ação acabar, eles continuarão mantendo seus rituais e tradições em suas comunidades, como sempre fizeram e, antes deles, seus pais.

Em comum a todos os pontões ouvidos, o discurso sobre articulação em redes - locais, temáticas ou por afinidades, com pontos e não-pontos. Retomo as categorias que descrevem as redes do CV para verificar se o discurso que os pontões atribuem às suas práticas dialoga com as ideias de REDE3 e REDE5. O verbo mais utilizado é *articular*, mas vem acompanhado de outros como *organizar, atuar, mediar, formar, animar coordenar, planejar*, tudo isso, em *parceria*.

> RDEI - Articular os pontos de cultura, trazendo ferramentas digitais de multimídia para propiciar a integração e o trabalho em rede.
>
> RDEI - Articulação das Redes, parceria política, organizar e atuar junto com o grupo do ponto as ações planejadas.
>
> RDEI - Incentivo ao protagonismo local; formação; registro da cultura local a partir do ator local; transversalidade; veiculação.
>
> RDEI - Animador da Rede interna; alinhamento aos objetivos do projeto; institucionalidade; gerenciamento estratégico.
> EI - Rede de Formulação - Oficina com os Pontões de Cultura - II Pesquisa IPEA.

Nestes recortes discursivos, não houve problematização sobre o sentido da rede posto nos documentos do PCV, os recortes discursivos acima indicam uma adesão ao discurso institucional, pois o campo semântico do espaço de formulação é atualizado e reafirmado constantemente, a partir de processos parafrásicos (repetição formal, empírica e histórica).

O discurso dos pontões sobre as redes - presenciais e virtuais - mostra que, na maioria dos caso não há definição clara a respeito do número de pontos atingidos pelo pontão ou pontos sob a sua alçada (ainda que em alguns haja clareza, por exemplo, no caso das secretarias municipais e estaduais); há atividades envolvendo pontos de cultura conveniados e outras instituições que formalmente não são pontos, mas podem ser consideradas enquanto tal; há muitas redes próprias de cada pontão (enquanto grupo cultural) externos ao programa - muitas vezes articulação é anterior à formalização, contatos e trocas existem independente do Cultura Viva (LYRA et alii, 2011).

A interação entre pontão e pontos e entre os pontos a partir dos pontões trouxe novos atores e contato com outras linguagens que permite o compartilhamento de mecanismos e dinâmicas entre redes, de modo a obter maior interação entre os pontões. A articulação dos pontões - a partir de uma agenda comum - proporcionaria a efetividade dos instrumentos de informação, divulgação e organização, contribuindo com a disseminação de práticas comunitárias e colaborativas. Seriam redes dentro de redes em funcionamento, articulando.

Para os pontões pesquisados, a *rede* se revela como espaço de elaboração, articulação, formação e difusão das ações desenvolvidas pelos pontões e pelos demais que integram o Programa Cultura Viva.

> A rede tende a ancorar toda a estrutura de movimentação e 'agitação' cultural prevista nos alicerces do Programa, tendo em vista que, a partir dela, as relações se solidificam e se ampliam, no sentido de promover a propagação dos efeitos das ações individuais e coletivas. Compreende-se, assim, a importância e a necessidade de se constituir uma *rede de cultura* para o desenvolvimento do Programa Cultura Viva, espalhando seus 'nós' pelas diversas comunidades da sociedade brasileira (LYRA et alii:2011, p.57).

Os Pontões articulam igualmente com redes culturais que não são formadas pelos recursos estatais, mas são *espontâneas,* ou seja, formadas pelas iniciativas autônomas da sociedade civil.

> Geralmente, uma *rede espontânea* é estabelecida a partir dos contatos e das experiências, para além da relação Pontão/Pontos, bem como das fronteiras territoriais, sinalizando a possibilidade da conformação de uma rede sistêmica que transponha os limites da ação voluntária.
> Observa-se que esse movimento é muito ancorado nos Pontões de Cultura Digital os quais estabelecem articulações que extrapolam as identidades de linguagem ou geográficas, atingindo os mais variados tipos de atividades (LYRA et alii:2011, p.57).

Os pontões reconhecem que sua articulação com outros pontos não é *natural* ou *espontânea* e sim forjada pelo Estado, com considerável aplicação de recursos financeiros neste investimento e que essa articulação é uma estratégia possível para a sustentabilidade dos pontos e pontões para além dos editais, a partir de relações que extrapolam o circuito convencional entre pontões/pontos a eles vinculados (idem: p.57).

Os pontões, idealmente, são interlocutores diferenciados dentro da estrutura do programa, pois se os pontos recebem recursos para serem aquilo que *já são* e continuarem suas práticas culturais, os pontões, ao contrário, chegam com o objetivo explícito de articular e formar agentes culturais - embora, como já foi citado, nem todos os pontões tivessem clareza do que deveriam fazer em relação a isso. Existe, entre os pontões ouvidos, uma preocupação com a estrutura de poder que se estabelece a partir da influência que os próprios pontões exercem, principalmente aqueles que dispõem de maior capacidade de gestão e de infraestrutura, bem como maior identificação ideológica com os princípios do programa.

Entre alguns pontões há a percepção de que seu trabalho é temporário e datado, realizado para suprir demandas internas do PCV, a fim de qualificar os pontos e as redes que eles formam. Esse entendimento é interessante, principalmente se confrontá-lo com a percepção de outros que sequer sabiam que eram pontões ou aqueles que não conseguem definir sua especificidade. Essa assimetria entre os níveis de entendimentos mostra diferentes modos de apropriação da proposta dos pontões e isso pode ser explicado facilmente se retomarmos a falta de clareza das atribuições dos pontões nos editais de 2005, 2007 e 2009 e a ausência de acompanhamento, monitoração e avaliação do trabalho desenvolvido pelos pontões, exceção feita aos pontões de cultura digital que entre 2007 e 2009 realizaram uma série de encontros de conhecimentos livres e instituíram os grupos de trabalho para a gestão compartilhada desta ação.

O **Compêndio da Cultura Digital** (2009a), diversos blogs e sítios eletrônicos reúnem o arquivo das atividades e encontros realizados e mostram o vigor e a especificidade da Cultura Digital em relação às outras ações do CV, principalmente em função desta ação iniciar a partir de consultores vinculados à SCDC que posteriormente se vincularam ao trabalho desenvolvido pelos pontões. A origem da CD lhe deu uma visibilidade, um arquivo e um acompanhamento sistemático por parte da SCDC incomum se considerarmos sua dificuldade em acompanhar e avaliar as demais ações. Um fator relevante é o sistema de comunicação e informação - grupos de discussões on-line, até 2009 encontros regulares a partir de uma agenda de trabalho, participação de eventos, organização de eventos próprios, vários sítios eletrônicos e blogs, parcerias e intercâmbios - que revela um nível de organização relevante e, principalmente, conforto em utilizar as ferramentas digitais, seu objeto de trabalho.

A Oficina contempla aspectos da gestão do programa em que fica claro que o discurso de *gestão compartilhada e transformadora* não ancora em práticas concretas porque não há espaços para o compartilhamento da gestão do programa. Os depoimentos que seguem - e mostram diferentes questões relacionadas à gestão - mostram que o PCV tem dificuldade até mesmo em em concretizar uma gestão nos moldes mais convencionais. Em relação à comunicação e aos fluxos de informações, a pesquisa do Ipea mostra que nem sempre flui conforme o idealizado, sofrendo interferências do contexto, das distâncias, dos mecanismos de contato - muitas vezes ineficientes ou insuficientes -, do descompasso entre um momento e outro entre os pontos, além das dificuldades decorrentes do processo normal de trabalho (LYRA et alii: 2011,p.60).

Segundo os pontões, há muita dificuldade em acessar informações com os gestores da SCDC. A ausência de procedimentos padronizados, de modelos disponíveis no que se refere à prestação de contas geram muitos ruídos e desgastes.

Estas questões inevitavelmente apontam para os problemas de gestão interna da SCDC. A pesquisa Ipea mostra que de modo geral, considera-se que há uma *relação favorável* entre MinC e pontões. Os participantes das Oficinas Avaliativas reconhecem aspectos positivos na sua relação com o MinC, considerando relevantes os atendimentos com *cordialidade, receptividade, boa vontade e facilidade de diálogo*. O acolhimento dos gestores, no entanto, não oculta que falta de conhecimento técnico e dos procedimentos

de gestão. As dificuldades mais freqüentes estão relacionadas, prioritariamente, à assessoria inadequada para a implantação e implementação dos projetos vinculados ao pontão de cultura, e a rotatividade de profissionais do MinC, tendo em vista que isso gera interrupções nas ações de acompanhamento dos projetos em questão.

> Muitas vezes, os técnicos não conhecem o Programa Cultura Viva e os projetos dos Pontos e Pontões de Cultura. Isso faz com que, de forma recorrente, tenha que retomar a origem e a história de suas instituições, porque os profissionais do MinC desconhecem suas realidades. Alegam, ainda, que os técnicos não têm conhecimento da dinâmica das ações culturais e dos instrumentais necessários para sua implementação (LYRA et alii:2011, p.62).

Além disso, conforme o relato dos pontões, há um descompasso no tempo de credenciamento ou reconveniamento dos pontões e isso traz prejuízos para a implementação e consolidação das redes, na medida em que quebra a sincronicidade necessária para a efetivação das ações propostas de forma integrada (idem:p.70). Da perspectiva do funcionamento interno dos pontões, a descontinuidade se faz sentir na medida em que gera um *hiato* entre o tempo de repasse dos recursos financeiros por parte do Ministério e a programação dos projetos vigentes, provocando a desagregação das equipes de trabalho, que se desvinculam em busca de outra colocação no mercado, além do descrédito do público alvo que se vê frustrado em suas expectativas (ibidem:71).

Neste sentido, o atraso no repasse das parcelas dos recursos do programa foi considerado pelos pontões participantes das Oficinas um dos pontos fracos da gestão do MinC, fato que gerou muito desconforto na relação entre pontões e pontos de cultura e na relação entre profissionais contratados e comunidade atendida porque ao não receberem o pagamento pelos seus serviços, estes profissionais deixaram de cumprir os compromissos assumidos com a comunidade. Este fato provocou como conseqüência imediata a interrupção do atendimento ao público, fazendo com que ações programadas e assumidas junto aos pontos de cultura e comunidades fossem canceladas, gerando desconforto e descrédito em relação às ações dos pontões de cultura, conforme depoimento de dois pontões abaixo:

> RDEI - Ideologicamente, a proposta do Programa é genial, inovadora, mas houve desrespeito e descontinuidade do trabalho. Estamos falando de Política Pública nessas condições. **É demagógico, pregamos algo que não se pratica: transparência, rede, coletivo.** É uma desqualificação quando trabalhamos sem receber pelo serviço. De repente puxaram o tapete. A proposta é muito sedutora. Queremos ver a proposta

> vingar. É um projeto significativo. Tem que ter financiamento, isso é obrigação do Estado. Ainda é uma política de governo não é uma Política Pública.
>
> RDEI - Houve desmobilização das equipes. Caso haja continuidade, será com um custo muito alto: reencontrar equipes, formar equipes, contatos, é tempo e dinheiro. São custos que não estão postos, terá que fazer tudo de novo. É o custo da frustração das pessoas, gerado pelo hiato. As pessoas vão embora e desacreditam do Programa. É uma desqualificação do trabalho. (LYRA et alii:2011, p.67, grifo meu).

No que se refere aos repasses de recursos feitos em parcelas, os participantes afirmaram que estes foram repassados com atraso ou mesmo não foram repassados, fazendo com que os gestores e profissionais dos pontos e pontões de cultura passassem por situações constrangedoras junto a suas comunidades e grupos de formação (idem: p.73). Em alguns casos, a comunidade passou a duvidar da idoneidade dos sujeitos dos pontos e pontões de cultura, colocada em cheque muitas vezes por seguir orientações conflituosas do próprio MinC:

> RDEI - Houve situações concretas que geraram desconfiança junto às entidades, em função do não cumprimento de compromissos do MinC. Algumas instituições foram desacreditadas na comunidade. Perderam o grande caminho trilhado. [...] A criança fez o cadastro, abriu conta. Prejuízo para o desenvolvimento da criança. Perguntaram para onde foi o dinheiro. (LYRA et alii:2011, p.73).

O descumprimento dos prazos do MinC em relação ao repasse de recursos foi responsável pela não execução da programação divulgada, tendo como consequência imediata a incerteza da comunidade e dos próprios profissionais dos pontos e pontões quanto a continuidade do Programa Cultura Viva. Outro aspecto identificado foi a falta de transparência do MinC na relação com os pontões, no que se refere aos repasses de recursos e continuidade do Programa Cultura Viva.

> RDEI - Ninguém sabe de fato o que aconteceu para a descontinuidade do Programa. Há várias versões: prazos, correção para novo convênio, período eleitoral. O SICONV é para tapar o escoamento de dinheiro [...] (LYRA et alii:2011, p.73).

Além da descontinuidade das ações e dos recuros, outro aspecto comentado nas Oficinas foi a página institucional do MinC e da SCDC em particular não ter as informações mínimas necessárias. Um exemplo são os editais em que o leitor é remetido

a um sítio eletrônico que não contém o projeto, mas apenas uma descrição parcial da ação. Outro exemplo é a ausência das publicações dos pontos e pontões, embora nos relatórios de prestação de contas eles enviem exemplares do material publicado em papel e no formato digital. A SCDC também não mantém on-line os produtos de seus consultores, grande parte de seus documentos técnicos, agenda das ações e sequer sua lista de contatos atualizada.

Outro dado muito ressaltado diz respeito ao cadastro, sistema de informações sobre pontos e pontões, de responsabilidade do Ministério da Cultura:

> RDEI - Cadastramento desatualizado, que não é acessível para todos os Pontos de Cultura. Não existe cadastro atualizado dos Pontos de Cultura.
>
> RDEI - O MinC não tem dados sobre os Pontos. As atividades são completamente fracas e comprometidas. É difícil mobilizar sem recursos. Alguns Pontos nem tinham mais suas sedes. Dos quarenta Pontos, uns dez estavam totalmente desarticulados, sem recursos. Dificuldade de acompanhamento das atividades. Passaram a utilizar a plataforma, o que ajudou um pouco (LYRA et alii:2011, p.63).

Se de um lado, a possibilidade de ampliação da comunicação entre pontos, pontões e Secretaria se efetiva pela *democratização do acesso*, de outro a *má burocracia, proveniente da má gestão, resultado de uma máquina estatal aparelhada com cargos de confiança e consultores* foi apontada como um dos pontos críticos do programa (idem:p.67). Alega-se que a *linguagem complexa* dos manuais disponíveis e o desconhecimento dos procedimentos técnicos por parte da equipe responsável pelos convênios no MinC, desconsidera a especificidade dos produtores culturais e dificulta o processo de conveniamento, a prestação de contas e coloca em risco a continuidade do projeto ao exigir dos coordenadores dos pontos e pontões muito tempo dedicado ao aprendizado das exigências formais - embora reconheçam que este aprendizado é uma necessidade se quiserem continuar dialogando com as estruturas estatais e acessando recursos e espaços institucionais.

> Cabe ressaltar que os participantes não questionam a necessidade de instrumentos de controle dos recursos e execução dos projetos. O que reforçam é o fato de que a legislação vigente não condiz com a realidade dos movimentos culturais.
> **A dificuldade dos Pontões e Pontos de Cultura de compreender e se apropriar da legislação está diretamente relacionada com os processos de formação, assessoria e acompanhamento dos projetos por parte do MinC.**

> Compreendem a importância do controle e prestação de contas dos projetos implementados, inclusive por se tratar de recursos públicos e entenderem que, tanto as instituições governamentais quanto as próprias comunidades, têm o direito e o dever de controlá-los e de terem assegurada transparência em sua destinação. Desse modo, apenas reforçam a idéia de que devem ser buscadas outras formas de controle e prestação de contas que tenham referência na especificidade do Programa Cultura Viva (LYRA et alii:2011, p.67).

Na percepção dos participantes das Oficinas, há um desnivelamento das informações nas instâncias internas do MinC, particularmente o jurídico e o operacional. Apesar de ter sido identificado como *entrave* existente *desde a formulação do Programa*, os relatos dos participantes apontam para a ausência de uma ação efetiva por parte do MinC, com vistas à superação do problema (LYRA et alii:2009, p.69).

O MinC adotou como estratégia para superar algumas destas dificuldades e manter a sustentabilidade do programa a descentralização dos recursos e ações para governos estaduais e municipais, como vem ocorrendo desde 2005. Os pontões presentes nas Oficinas refletiram sobre essa forma de reorganizar o PCV:

> RDEI - A *descentralização* foi o aspecto da *gestão* levantado como de importância fundamental para a continuidade do programa, visto que, os problemas vivenciados pelos Pontões na relação com o MinC vem demonstrando a incapacidade de se gerir um programa da abrangência do Cultura Viva, contando apenas com uma estrutura centralizada na instância federal.
> Por isso, em vários momentos, apontou-se a necessidade de descentralizar, para órgãos estaduais e municipais, algumas das fases do processo, nos moldes do que se tem hoje no Sistema Único de Saúde (SUS). Alguns participantes declararam, inclusive, que, quando se tem uma regional do MinC no Estado, o acesso à equipe e às informações fica mais fácil, pois o deslocamento até a capital federal seria inviável, reforçando os benefícios trazidos pela proximidade geográfica das instancias decisórias.
> A descentralização é boa para o Pontão e para o MinC, é ruim para os Estados. O Pontão presta conta ao Estado e este ao MinC. [...] É uma ação que dificulta o mau uso dos recursos.
>
> RDEI - Ainda no que diz respeito à *descentralização*, houve a ponderação de que nem sempre descentralizar é a solução, visto que isto acarretaria outros problemas, conforme defendido a seguir por gestora de Pontão institucional:
> Descentralização é mais negativa que positiva. A perspectiva foi uma estratégia de crescimento. Fica na mão de Estado e município, gerando problemas de cima pra baixo. Pois existe problemas em São Paulo e Rio Grande do Sul. Trocar pneu com carro andando cria muitos problemas. (LYRA et alii:2011, p.67).

Um aspecto a ser considerado na descentralização é a ausência de acompanhamento e monitoramento do projeto desenvolvido pelos pontos e pontões

vinculados às redes estaduais e municipais por parte da SCDC. O adequado seria que junto com os recursos e a ação, uma *metodologia* fosse igualmente descentralizada para que os pontos de rede pudessem se integrar às redes de pontos. O que se vê é que essas duas dimensões do programa até então estão desconectadas e, mesmo quando no mesmo território, muitas vezes não dialogam, as trocas e articulações são mínimas, muitas vezes inexistentes ou limitam-se a eventos ou reuniões que não possuem consequência ou desdobramentos. Outro aspecto importante é a SCDC avaliar quais as ações podem ser descentralizadas e quais devem permanecer sob coordenação direta do MinC e quais processos têm recursos - humanos, orçamentários, estruturais - para acompanhar com qualidade em todas as fase: elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, redes. Essa decisão é política e depende do planejamento estratégico para esta gestão possa ser compartilhada ao menos entre SCDC e os governos estaduais e municipais.

Outra questão que foi discutida na Oficina fala sobre a *sustentabilidade* dos pontões e mostrou três dimensões importantes, deste discurso: a existência de pontos e pontões *não-sustentáveis* e que teriam que ter suas ações continuamente *sustentadas* pelo Estado, a *auto-sustentabilidade* dos pontos e pontões a partir das redes que o programa articula, e a *sustentabilidade como uma estratégia* de não responsabilização pela política. A questão da sustentabilidade é chave para se entender a *temporalidade* e a *permanência* das redes porque dependendo de como essa questão se apresenta para os pontos e pontões, as redes podem acabar quando acaba o recurso, as redes podem se apresentar como fonte de recursos ou serem irrelevantes e não afetarem os pontos e pontões.

A pesquisa com os pontões mostrou que existem instituições já estabelecidas, que têm vários projetos simultâneos sendo desenvolvidos e que podem deixar de ser pontão quando o recurso do convênio acabar, mas não deixarão de lado suas outras atividades, pois têm outras fontes de financiamento e desenvolvem produtos e serviços culturais. Esses pontões poderiam continuar atuando nas redes do PCV, como de fato muitos atuam, independentemente de recursos financeiros.

Estas instituições são *auto-sustentáveis* e sua entrada no programa e nas redes agrega qualidades às mesmas em função de sua experiência e da disponibilidade para trocas. A *auto-sustentabilidade* fala da capacidade de geração de emprego, renda e

produção de produtos e serviços culturais. Esta abordagem considera que o Programa Cultura Viva teria como função dar apenas o apoio inicial, mas, em um processo dinâmico, os pontos e pontões de cultura constituiriam suas próprias redes, para além do Programa Cultura Viva. Além disso, a capacidade que a SCDC teve de articular, junto aos pontos e pontões, cursos, eventos e oficinas de formação e capacitação tem como resultado profissionais capazes de multiplicar o conhecimento adquirido e promover a geração de emprego e renda.

Nesta perspectiva, algumas ideias de *sustentabilidade* podem estar refletidas na geração de emprego e renda, na profissionalização de membros das comunidades, na valorização e reconhecimento de culturas e manifestações culturais antes marginalizadas e excluídas do "olhar" formal da sociedade (idem;p.77).

Os discursos produzidos a partir da *posição-sujeito auto-sustentabilidade*, sugerem que estes pontões estão alinhados com a ideia inicial do programa: *o ponto já é* (BRASIL:2005a). No caso, o pontão já tem uma experiência e um enraizamento comunitário que lhe permite várias opções para manter suas atividades com autonomia em relação ao recursos do PCV. Isso pode acontecer porque ele recebe recursos de outros programas governamentais[166] ou porque desenvolve tecnologias sociais, atividades culturais, processos formativos que dão retorno financeiro.

Mas nem todos os pontões têm essa vocação para buscar várias fontes de financiamento e muitas vezes suas atividades são muito específicas e não geram produtos ou serviços, seu valor é intrínseco, são processos que se desenvolvem ao longo dos anos, são de natureza imaterial ou vinculados à tradição. Há uma relação de dependência que se estabelece pela falta de condições objetivas de se manterem efetivamente ativos caso não haja o repasse dos recursos financeiros. Para esses pontões, a estratégia é demandar um reconhecimento das suas especificidades que justifiquem recursos contínuos. Essa posição-sujeito, no entanto, tem matizes: vários Mestres e Mestras afirmam que sempre *benzeram, brincaram, rezaram, cantaram, organizaram suas festas, folias e rituais* independente do recurso estatal e que o que aprenderam com seus pais, passarão para

---

[166] E isso é recorrente, vários pontos e pontões que são Salas Verdes, Casa Brasil, Pontos de Presença, Pontos de Memória, Pontos de Leitura, Pontos indígenas, etc., participam de editais de outras secretarias do MinC, da Petrobras, enfim, recorrem contínua e sistematicamente os editais públicos e com isso conseguem fazer vários projetos simultaneamente.

seus filhos ou familiares. De outro lado, há os que defendem uma ação mais sistemática - que demanda recursos: oficinas e cursos, processos que ampliem o número de brincantes, etc.

Há outros pontões que adotam a posição discursiva de que o *Estado tem que prover* as necessidades do pontão porque ele está realizando *um serviço cultural que de outra forma a comunidade não teria acesso*. Esses pontões, *não-sustentáveis*, defendem a idéia de que *cabe ao Estado o fomento das políticas culturais* e questionam *a necessidade de auto-sustentação por parte dos pontões* e adotam uma postura frente a essa dependência.

> RDEI - Nas reuniões com o Ministério se fala em auto-sustentabilidade dos Pontos. Enquanto política pública, é algo muito seletivo. Deixa de ter norte social. (LYRA et alii:2009, p.75).

Outra posição-sujeito entende que o discurso da *auto-sustentabilidade*, por parte da SCDC vem para *marcarar o fato de que ela não dá conta nem mesmo dos pontos e pontões selecionados em seus editais, em função da sua estrutura inadequada e ineficiente*. O discurso da sustentabilidade é visto como *estratégia do MinC para não assumir o PCV como política pública de fato*, com toda a estrutura que a política acarreta. A seguir o depoimento dos pontões que ilustram esse entendimento:

> **RDEI - A incompetência do MinC é camuflada com o discurso da sustentabilidade.** Uma coisa é buscar sustentabilidade da organização, outra coisa é a sustentabilidade do Ponto, que é um programa do Ministério. Noção de que a gente tem do papel da nossa instituição perante o Estado. Não queremos substituir o Estado na hora de fazer a Política Pública. Garantir o acesso à cultura é função do Estado. Não é virar uma escolinha de informática. Já existíamos antes do Pontão. **O MinC tem um projeto baseado na militância das pessoas [...]. Não tem que ser militância. Tem que ser Política Pública.** A sustentabilidade da instituição passa por trabalhar com outros projetos. A cultura é tratada como voluntariados. É uma auto-critica. Tem uma coisa que não é problema do MinC, mas de todos: **o governo, em todas as suas instâncias, não tem capacidade para implementar suas ações**.
>
> RDEI - A sustentabilidade vem para tampar o buraco da incompetência. O MinC não consegue fazer outro contrato, outro convênio e vem com a idéia de que os Pontos e Pontões de Cultura têm que se virar e se auto-sustentar (São Paulo:2).
> Há a ideia de que a ONG que "se vire", quando **as ONG's estão executando as políticas culturais**, independente do Programa. (LYRA et alii:2009, p.77, grifo nosso).

Por fim, os pontões sintetizaram as necessidades de readequação, planejamento e coordenação para um verdadeiro, amplo e efetivo atendimento à comunidade são necessários, ressaltando-se os seguintes aspectos: **revisão de parâmetros administrativos e jurídicos; revisão e atualização permanentes do Programa Cultura Viva; avaliação do Programa Cultura Viva**. Estas questões apontam para a necessidade de *redesenho* e alinhamento do PCV.

Os representantes dos pontões de cultura consideram que a Gestão Compartilhada deve ser potencializada para a efetividade do Programa Cultura Viva, pois ainda *não existe efetivamente no CV*, ressaltando-se: ausculta efetiva do MinC; maior participação dos coletivos nas instâncias de decisão; descentralização do Programa em vários projetos no Brasil; descentralização da cultura e constituição de uma rede colaborativa de pontões e pontos de cultura. Estas questões apontam elementos para um desenho de gestão compartilhada que estão descritos desde a gênese do programa, no *discurso fundador*. Seis anos após o início do CV, os pontões sugerem implementação de quesitos que foram alvos sistemáticos de discursos afirmativos por parte dos gestores, outro sinal da assimetria estrutural entre o que se diz e o que se faz no discurso político populista do PCV.

6.2.1 A pesquisa do Ipea com os Pontos de Cultura

O terceiro módulo da segunda pesquisa do Ipea foi um questionário enviado aos pontos de cultura. Obteve-se 331 respostas, o que equivale a cerca de 12% dos Pontos conveniados até então (2010). Estas respostas deram subsídios a uma reflexão sobre as redes do programa que mostra elementos importantes com os quais dialogarei.

Na pesquisa do Ipea os principais espaços de participação e articulação da Rede Cultura Viva citados pelos pontos correspondem aos fóruns regionais/estaduais de pontos de cultura; às Teias; às listas de e-mails; aos grupos de trabalho – tanto da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, quanto de ações do programa, entre outras; aos portais e redes sociais digitais; às atividades de formação promovidas pelos pontos, pontões e MinC; e às articulações políticas de pautas em torno do programa Cultura Viva e dos

pontos de cultura (BARBOSA DA SILVA:2011, p.63). Ou seja, a Rede Cultura Viva, nessa perspectiva é *tudo o que se faz no Programa com os pontos e o que os pontos fazem entre si e nas comunidades*. Tudo é rede, como preconiza o discurso institucional.

O Ipea propôs uma tipologia para diferenciar os diferentes níveis de apropriação[167], por parte dos pontos, dos valores do programa:

> Há pontos de cultura que apresentam laços mais fortes com o programa e entre si, o que corresponde a atuação intensa em diferentes espaços de articulação do programa e na elaboração conjunta de projetos, como iniciativas entre pontos, ações de integração produtiva, debates, formações e proposição política, para mencionar os mais recorrentes. Esses pontos dinamizam a rede ao mobilizar relações de troca e parcerias entre os pontos. Isso nem sempre está previsto inicialmente no projeto original do convênio com o MinC, sendo recorrente que apareça nos pro- jetos enviados em um segundo momento, para prêmios ou ações específicas do programa, como cultura digital, economia viva, griôs, entre outras.
> Há, entretanto, pontos de cultura cujo projeto não se articula diretamente a outros pontos, e tampouco, passam a desenvolvê-lo ao longo de sua execução e interação com outros pontos. Nesses casos, a atuação no programa a partir da ideia de rede ocorre com menos intensidade, de forma mais fraca, menos dinâmica e em menos espaços. Os desdobramentos desse tipo de pontos de cultura para a rede também são minimizados, muitas vezes ficando restritos a momentos como a Teia (...). Além da articulação em rede para dentro do programa ou dos próprios pontos de cultura, é fundamental abordarmos sua atuação junto à comunidade. (...) Há pontos de cultura cujos projetos nascem junto à comunidade, há outros em que, após aprovação de seu projeto junto ao MinC, a instituição procura a comunidade para realizá-lo com ela; há ainda pontos de cultura que definitivamente não trabalham com comunidades (BARBOSA DA SILVA:2011,p.64).

O sentido de rede que prevalecia na primeira pesquisa avaliativa era REDE4 - **Rede da Ação Cultura Digital** e REDE5 - **Pontos de Rede - descentralização para governos estaduais e municipais**. Nesta segunda pesquisa, os pontos se referem à Rede Cultura Viva como o espaço preferencial para o desenvolvimento das atividades e para a

---

[167] Outro aspecto apontado nos questionários é a dependência em relação aos recursos do governo federal em virtude de fragilidades institucionais, embora mantenham a retórica autonomista. Os recursos financeiros vem acompanhados da necessidade de prestação de contas e relatórios e isso dificulta muito a ação do Ponto que não está preparado para a burocracia envolvida. "Todas, ou grande parte das associações, sabem dessas dificuldades e ainda assim, nos quadros de um discurso de autonomia mantém a disposição de continuar a receber recursos que representam tamanhas dificuldades. O que dá coerência a essa aparente contradição é a crença na capacidade do Estado em ser um agente de transformação e por parte dos movimentos sociais e culturais, a disposição em pressionar para mudar a atuação do próprio Estado. O Estado, na sua forma e natureza é o espaço pelo qual as relações fundamentais na área cultural devem ser pensadas do ponto de vista normativo. Essa consideração é clara nas narrativas dos pontos e pontões. Nesse sentido, reformar o Estado e seus processos é um dos objetivos para o qual se deve ter estratégias. Agora, depois de alguns anos de experimentação e de um ano como o de 2010 com fortes conteúdos eleitorais nos processos de gasto público, há enormes pressões para mudanças na direção do programa Cultura Viva. O principal desafio é de reformular conceitos, o desenho geral do programa. Este não precisa ser simples, mas relativamente claro. Depois é necessário estabelecer estratégias de implementação" (BARBOSA DA SILVA: 2011, p.66).

sustentabilidade das ações, enfatizando **REDE1 - Articulação entre os Pontos de Cultura e os Pontos e a comunidade**, principalmente nas articulações comunitárias. As respostas dos questionários esclarecem que as articulações principais dos pontos são anteriores ao conveniamento, com outros grupos culturais e que, entre os pontos, as articulações que predominan são aquelas que compartilham temas e linguagens (e não necessariamente territórios).

O depoimento de um ponto mostra que a articulação entre eles, em 2010, era precária: "*a alcunha de ponto de cultura dá chance de outros encontros, mas ainda não senti o fato de virar ponto de cultura, porque a gente fica esperando troca entre pontos e isso não tá acontecendo"* (BARBOSA DA SILVA: 2011, p.90).

Os pontos de cultura se mobilizaram para enfrentar coletivamente o momento de crise e de dificuldades na execução do programa - e 2010 foi um ano em que todos os pagamentos dos convênios pararam, ao mesmo tempo em que havia grandes expectativas em relação aos editais de bolsas e prêmios - e as discussões nas redes giravam em torno dos problemas de gestão e nas estratégias para mobilização e obter respostas da secretaria (op.cit., p.88).

Os depoimentos dos pontos mostram que existe uma necessidade premente de readequação conceitual do CV e de um novo alinhamento da gestão interna do programa. As duas pesquisas do Ipea apontam que planejar e construir redes efetivas implica, por parte da secretaria, a formulação de estratégias que aumentem a capacidade sistêmica das associações em articular circuitos culturais. Esta preocupação deve estar acompanhada de processos sistêmicos que permitam que os pontos possam dar respostas aos desafios institucionais do programa.

6.3 O REDESENHO DO PROGRAMA CULTURA VIVA E A REDE DE GOVERNANÇA

> A ciranda reposiciona o estado e faz a ponte entre a sociedade, os pontos e o estado. Soma da diversidade com a cidadania – é da maior importância reconhecer o que já foi feito pelas administrações passadas mas todo programa governamental deve estar preparado para se reinventar/redesenhar.

O redesenho do PCV vem de 2007 quando já se identificava a necessidade de estratégias de implementação - como dialogar com as criticas? Quais as motivações para o redesenho - melhorar a gestão pelo reconhecimento de crise e rearrumação, elaborar a tipologia dos pontos. É preciso fazer apostas o Relatório do Redesenho traz algumas propostas.

A proposta de Redesenho é excelente, tempo de análise, meta altíssima.

O esforço do redesenho é muito importante para a expansão do PCV com consistência e racionalidade – a lógica de reconhecer grupos já existentes não exclui outros modelos de gestão com foco na expansão.

O redesenho oportuna uma abordagem quantitativa à lógica do encantamento do PCV para permitir avanço.

Discordamos de quase tudo desse processo e o resultado é ruim – as perguntas eram mesmo muito ruins. Estamos querendo estragar o bom para atender ao ruim quando o problema é a burocracia.

Associar a poética e resultados – grande chave da saída do PCV – requalificar ponto de cultura – não dá conta da dimensão do que acontece lá.

O Redesenho é uma balela.

EI - Rede de Formulação - Seminário do Redesenho do Programa Cultura Viva – 2012

O Projeto de Redesenho do Programa Cultura Viva[168] inicia no final de 2011 como uma resposta da SCDC aos problemas de gestão e de institucionalização do Programa Cultura Viva, presentes nas narrativas dos pontos e pontões de cultura, descritos pelos gestores do Programa, documentados pelos Relatórios de Auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) e mapeados nas pesquisas realizadas pelo Ipea. Seu objetivo principal é redesenhar o Programa Cultura Viva, considerando uma política de continuidade e aprofundamento.

A justificativa do projeto de Redesenho pode ser sintetizada no seguinte enunciado: *ausência de protocolos claros no que se refere a procedimentos e armação normativa e legal que dê maior estabilidade e segurança jurídica para que as Entidades da sociedade civil envolvidas no Programa possam agir com maior desenvoltura no desenvolvimento dos seus Projetos*. O Estado não tem instrumentos jurídicos e de gestão, ou eles não são adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e forma de execução do Programa Cultura Viva (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al:2012a). O Programa deveria se ajustar à nova metodologia inserida no novo modelo de planejamento governamental empregado no Plano Plurianual 2012 – 2015 e adequar o Programa ao ciclo político conduzido pela presidenta Dilma Rousseff, que visa imprimir na política pública um programa de qualificação da gestão e de transparência em sua execução (op.cit).

O Redesenho, idealmente, seria o momento em que a SCDC, junto com o IPEA[169] e um Grupo de Trabalho[170] interinstitucional, investiria recursos humanos e materiais

---

168 Todo material produzido no Projeto e sua memória institucional está disponível no site do MINC, no link: http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/redesenho-2/, acesso em 11/11/2013.

169 Equipe de pesquisadores do IPEA no Projeto de Redesenho: Frederico Augusto Barbosa da Silva (Coordenação Geral), Bolsistas-pesquisadores: Valéria Viana Labrea, Mariana Oliveira Marchão, Sumaya Dounis, Roberto Freitas.

170 Membros do Grupo de Trabalho: Ministério da Cultura:Secretaria de Cidadania Cultural; Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (futura Economia Criativa); Secretaria Executiva; Secretaria de Políticas Culturais eSecretaria de Articulação Institucional. Representações Regionais do Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM; Fundação Nacional de Artes - FUNARTE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação Joaquim Nabuco; Fundação Nacional do Índio; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC; Serviço Social do Comércio – SESC; Comissão Nacional de Pontos de Cultura - CNPdC: Região Nordeste, Região Centro-Oeste, Região Norte, Região Sul, Região Sudeste; Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas. As reuniões do GT foram acompanhadas por representante da Controladoria-Geral da União.

para ir além de levantar problemas - os problemas eram públicos, como vimos ao longo deste estudo, foram mapeados desde o **I Relatório** (BRASIL:2005b) - e propor soluções para alinhar e qualificar a política.

A aposta da Secretaria para melhorar os procedimentos, no entanto, encontrou resistência entre os pontos de cultura em função principalmente do contexto institucional do MinC. O discurso de *desmonte e criminalização* dos pontos de cultura aparentemente encontra no Redesenho mais um elemento para fortalecer seus argumentos:

> (...) o Ministério da Cultura parece desdenhar uma de suas políticas de maior êxito, a dos Pontos de Cultura. Essa sinalização de uma possível descontinuidade ou descaracterização não vem apenas da redução orçamentária de um ministério já caracterizado pelos seus parcos recursos, como da possível fusão da Secretaria de Cidadania Cultural e da Secretaria da Diversidade Cultural em uma só Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural, e também de uma tentativa de reconceituação do Programa Cultura Viva por parte de seus novos gestores (SZANIECKI; SILVA: 2011, p.2).

Se em 2009, quando ocorreu o Seminário Internacional, o MinC e os pontos eram *parceiros e aliados,* trabalhando juntos para que a política fosse bem-sucedida e, nesse contexto, o discurso que explicitava que os conceitos não davam conta da experiência dos Pontos não foi alvo de nenhuma comoção para mantê-los inalterados. Ao contrário, a aposta de então era qualificar a política, ganhar escala, ampliar os recursos e estava valendo o discurso que o *"Programa Cultura Viva estava em permanente construção..."* que aparece como característica do programa em Cultura Viva (BRASI:2005a).

Em 2011 o clima político era outro e a ideia de *redesenho* foi vista com desconfiança pelos ponteiros e o *redesenho* foi entendido por uns como uma estratégia para acabar com o programa, outros entendiam que não havia necessidade de *redesenho* - os conceitos eram adequados e suficientes, não precisava mudar nada, a necessidade era de retorno ao que era antes. Se até então as análises do Ipea eram referência e apareciam como argumento - tanto para gestores, ponteiros e pesquisadores - para qualificar a política, a partir de então as credenciais dos pesquiadores, seu alinhamento *conservador*, sua metodologia *positivista,* sua *parcialidade* foram objetos de críticas e questionamentos.

Houve, por parte de uma parcela dos pontos, um *movimento deliberado para não entender* o sentido de *redesenho* proposto pela secretaria e ressiginifica-lo à luz da disputa por sentidos que se instaura entre o MinC e os ponteiros a partir de 2011. Aderir

ao projeto significava de alguma forma *legitimar a nova gestão*, *aceitar o novo lugar que o MinC relegou os pontos*; encarar o programa como um *problema* a ser resolvido. Os ponteiros, como estratégia de *resistência*, não aderiram ao projeto. Na primeira edição dos Diálogos Virtuais 177 pontos e pontões responderam às questões e na segunda apenas 55, na terceira reunião não houve Diálogo Virtual, embora todas as questões e materiais de subsídios ficassem disponíveis on-line e os pontos poderiam respondê-las e desse modo influenciar o novo desenho do programa.

Não obstante ter sido uma *opção política e uma estratégia de resistência* não participar de forma plena, em janeiro de 2013, alguns pontos de cultura e a CNPdC, ao reunirem-se com a Ministra Marta Suplicy e falarem do Redesenho, entre outras críticas, mencionam que

> O redesenho poderia ter sido feito em **regime de co-pesquisa com os Pontos de Cultura**, que detém um enorme conhecimento e expertise sobre as possibilidades e limites do Programa, diminuindo as distorções e análises apresentadas.
> (Fonte: http://www.overmundo.com.br/overblog/reuniao-entre-pontos-de-cultura-e-marta-suplicy, acesso em 1/11/2013).

Ou seja, os ponteiros na reunião, *apagaram da história do Redesenho o fato de que eles foram convidados pela SCDC e pelo Ipea a estabelecer uma interlocução com o projeto, a partir da participação da CNPdC no GT e dos Diálogos Virtuais e optaram por não participar destes espaços de forma contundente e organizada*. Também apagaram o fato de que poderiam ter modificado a pauta, as questões e os temas e que igualmente abdicaram desta posição. Sua leitura do Relatório foi política e ignoraram ostensivamente todos os aspectos ali presentes que iam de encontro à sua narrativa[171],

---

[171] Exemplos: "o Ipea não analisou as dificuldades burocráticas para operar os convênios do ponto de vista dos Pontos de Cultura, que foram reduzidos ao estatuto de inadimplentes".
Fonte: http://www.overmundo.com.br/overblog/reuniao-entre-pontos-de-cultura-e-marta-suplicy, acesso em 1/11/2013. O Relatório Final mostra uma análise detalhada de todos os Relatórios de Auditoria da CGU que mapeiam todas as dificuldades burocráticas para operar os convênios do pontos de vista dos Pontos e faz extensa lista de todos os procedimentos para corrigir esses problemas (cfe. Relatorio Final p.37-8; Relatório Parcial p.18-21; o livro **Cultura Viva; Práticas dos Pontos e Pontões** (2011) descreve, do ponto de vista dos pontos/pontões todas suas dificuldades burocráticas). "A ideia de que os Pontos não gerariam recursos próprios e não são "sustentáveis" norteou o redesenho do IPEA que compara os Pontos com as atividades culturais tradicionais (a industria cultural e outras atividades formais) que vivem da renúncia fiscal, também dependendo de financiamento público e não são "mais sustentáveis" que os Pontos".
Fonte: http://www.overmundo.com.br/overblog/reuniao-entre-pontos-de-cultura-e-marta-suplicy, acesso em 1/11/2013. A posição do Ipea, desde **Cultura Viva; Práticas dos Pontos e Pontões** (2011), é exatamente o contrário do sugerido neste relato: a narrativa dos pontos/pontões mostra que existem diferentes níveis de sustentabilidade: dependência total do recurso do MinC, dependência parcial e autosustentabilidade. Para cada tipo, o redesenho sugere níveis diferentes de recursos, a fim de estimular a autonomia financeira dessas

inclusive o fato de que os principais pontos do redesenho dialogavam diretamente com as reinvindicações e proposições dos próprios pontos e pontões de cultura, feitas e documentadas em reuniões e publicações anteriores. Como bem disse um ponteiro:

> RDEI - A política não tem memória, **não importa que o conteúdo do Redesenho seja uma resposta a demandas antigas**, mas sim o que ele representa **aos que querem manter as coisas como estavam antes**: prêmios, prêmios, prêmios para tapar o buraco dos convênios. Quase ninguém leu o Relatório, quem leu não entendeu, ninguém fez críticas pontuais, questionou os números, as fontes, se deteve no que estava proposto. Se organizaram para repudiar publicamente o que ele representa: a mudança de prioridade, a alternância de interlocutores. E deu certo.
> EI - Rede de Formulação - Seminário do Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012

Mas o *chapéu de Clementis* sempre deixa marcas para quem está disposto a procurar por ela, e nesse tópico proponho refletir sobre o conceito de rede mobilizado no Redesenho e refletir no funcionamento das redes neste processo. Proponho seguir as pistas presentes nas narrativas dos pontos/pontões que participaram dos Diálogos Virtuais, da CNPdC e do mapeamento de alguns sentidos evocados pelos participantes das redes do Programa.

Em 2011 houve uma reorientação na gestão do MinC e a consequente despriorização do programa no MinC com a chegada de Ana de Hollanda. Inicia-se ai uma disputa por um modelo de gestão e pelos valores a ele agreagados. Esta disputa envolve inicialmente os pontos e os pontões e seus aliados e depois chega à mídia a partir do posicionamento da Ministra ao *selo creative commons*, à política direito autoral e ao papel do PCV no MinC.

Ana de Hollanda indica Marta Porto que fica poucos meses no cargo (de maio a setembro de 2011). Permanece o tempo necessário para mudar o foco da gestão, embora sua saída sinalize que não estava em sintonia com a nova orientação do MinC. Após sua saída abrupta do ministério, faz uma análise da sua gestão - e da gestão anterior - em uma entrevista que deu ao jornal O Globo:

---

instituições. Outro aspecto que aparece neste relato é a "criminalização" dos Pontos. Esse discurso tem como origem os próprios Pontos, que assim interpretaram os procedimentos do MinC a partir de 2011. Em nenhum momento do Relatório o Ipea sugere que os Pontos sejam responsáveis pelos problemas de gestão. Ao contrário, reconhece que o problema é o desenho do programa e sugere investimentos por parte do MinC em formação, RH, memória institucional para dar suporte ao trabalho desenvolvido pelos Pontos.

> Assumi o comando de duas secretarias complexas e com maior relação com os movimentos culturais, a de Cidadania e a da Diversidade com um **quadro administrativo e de gestão caótico**. Desde o princípio tinha a firme convicção que era possível atravessar esse primeiro momento atuando em duas frentes: **mobilizando a capacidade técnica instalada no MinC para identificar e apresentar soluções rápidas, imprimindo mais transparência aos processos**, e em paralelo **ampliar o debate político, dentro e fora do governo, da necessidade de estabelecermos um novo marco para a política de cidadania e diversidade cultural, a partir de macro programas com maior inserção no debate feito do Estado e na sociedade brasileira, juventude, infância, direitos culturais** (PORTO in O GLOBO, 14/09/2011, grifo meu).

Com Marta Porto, os problemas de gestão do programa são escancarados e o *discurso da incompetência e da criminalização dos pontos* se instala, no entendimento dos pontos. Nas redes circula a declaração atribuída a Marta Porto: *"o social está mantando a cultura. O social é o lado obscuro da cultura"*[172], e os pontos criam níveis variados de resistência ao seu nome. Parcela dos pontos, depois da primeira reunião com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, questiona a dicotomia que ela colocou: *ou expandir ou qualificar*. Um exemplo de argumento que circula nas redes se apresenta no artigo de Ivana Bentes, coordenadora do Pontão da ECO/UFRJ:

> Colocada várias vezes pela Secretária do MinC, Marta Porto, na primeira reunião com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, em Brasilia. A meu ver não existe incompatibilidade entre "expandir e qualificar"! Ao contrário, é **a expansão e suas dinâmicas que qualifica, muito simplesmente a rede**. É o processo todo que vai qualificando a rede e o Programa Cultura Viva, **um dos mais inovadores em termos de Politicas Públicas no Brasil, apesar dos muitos problemas de gestão**. Esse velho dilema foi muito usado pela aristocracia economicista que vem desde lá o Delfim Neto que dizia "primeiro fazer crescer o bolo e depois dividir" e nessa de esperar crescer o bolo, os recursos, a economia, iam privilegiando só uns poucos. **A nova fórmula: "qualificar" primeiro e DEPOIS expandir também não faz sentido.** São argumentos "dualistas" que não levam em conta os processos.
> (...) **Tem claro que expandir ao máximo a Politica dos Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva, universalizar a tal ponto que a pergunta da nova secretária Marta Porto "o que é um Ponto de Cultura?" perca o sentido, pois na realidade vale a resposta que foi dada, melhor recolocar a**

---

[172] Cito: "Provavelmente o momento mais incendiário de sua palestra foi quando ela declarou: "O social está matando a cultura. O social é o lado obscuro da cultura". Marta acredita que a cultura não consegue superar a realidade e as limitações de uma sociedade onde um jovem de favela pode até ter reais talentos artísticos, por exemplo, mas continuará sujeito ao toque de recolher imposto pela governança do tráfico ou em permanecer à margem da inserção no mercado de trabalho. Uma frase de Marta durante sua participação em um debate durante a Teia 2007, que recolhi pelo Google, talvez possa dar uma idéia mais clara de seus discurso para quem não estava presente no seminário ou não conhece suas idéias: "O papel da cultura não deve ser, portanto, algo como reduzir a violência. Isso pode ser conseqüência, mas não paradigma. Ao pensar a cultura sem levar isto em consideração, cai-se no jogo de estereótipos, não justificando o projeto cultural para a libertação do cidadão, e sim para a contrapartida social para os editais de financiamento".
Fonte: https://groups.google.com/forum/#!msg/pontospr/HgPUb-2nGog/LTPE-f5ZWpYJ, acesso em 10/11/2013.

> **pergunta: "O que afinal NÃO é um Ponto de Cultura?"** dentro do cenário da produção cultural atual. **Estamos falando aqui de uma disputa por modelos de pensamento e gestão política.** Pois se não tivesse sido essa a decisão do MinC nos últimos 8 anos, a expansão, levar para os Estados, Municipios etc. ai a rede dos Pontos seria hoje sim "um programa de bolsas" como disse a Secretária e não um movimento, uma rede de redes que se constitui e ganha visibilidade por ter encarado as urgências do presente.
> **Durante esses últimos anos de MinC trabalhamos, da favela a Universidade, em uma experiência única na politica pública de co-gestão política da pauta do MinC**. **A rede Cultura Viva se sente parte de uma experiência de governança que pautou e ajudou a orientar o MinC na sua politica, ações e Editais, assim como os documentos que norteiam hoje politica de cultura no governo Dilma: o Plano Nacional de Cultura, a Reforma da Lei do Direito Autoral, o Marco Civil da Internet, etc. São o fruto de 8 anos de discussões e estão ai.** São incontornáveis.
> **Se a presidenta Dilma quer que o MinC implemente o PAC da Cultura nas Favelas, tem que ouvir a rede dos Pontos que está nas favelas.**(...) O MinC afinal, somos nós, os produtores, gestores, conceituadores, fazedores da cultura.
> (BENTES in TREZENTOS. Fonte: http://www.trezentos.blog.br/?p=5531, acesso em 11/11/2013).

O argumento de Ivana Bentes que a mera expansão da rede já a qualifica é modalizado nos depoimentos dos pontos e pontões sobre a qualidade de sua inserção nas redes do programa, sem uma metodologia e um projeto compartilhado. É inegável que quanto maior uma rede, maior a probalidade de diversidade cultural e maior a possibilidade de troca de experiência e metodologias sociais. Se houver um método para essas trocas acontecerem.

Os relatos dos pontos e pontões em EI mostram que embora houvesse uma agenda intensa e contínua de reuniões e encontros, a pauta era construída sem consulta ao conjunto dos pontos e pontões, os critérios para participar nestes espaços eram opacos, não havia renovação dos interlocutores, a memória destes encontros não era partilhada com as redes. Defende-se a ideia de *redes dentro de redes como experiência de governança,* mas os depoimentos dos pontos e pontões demonstram que há muito pouca articulação entre eles. Assim, cada rede e as redes dentro de redes têm sua experiência particular de articulação e não há governança entre elas, ou mesmo delas com o programa. Os pontos conveniados com os governos estaduais e municipais nunca foram realmente incorporados à política, eles formam redes locais que raramente se articulam com as redes dos pontos conveniados diretamente com o MinC. Aparece novamente o *efeito metonímico*: alguns pontos e pontões de fato se colocavam bem próximo aos gestores da política, alguns ao longo da gestão participaram sistematicamente das

reuniões com a secretaria e influenciaram de algum modo os rumos da política. Havia (e há) um grupo seleto de pessoas e instituições que ocupam os espaços de interlocução com a secretaria. O restante ficava (e fica) de fora destes espaços, não havia (e não há) renovação ou rotatividade entre eles. Mas imaginar que isso configure uma *experiência de governança* que envolva todas as redes, ou mesmo um número mínimo delas, é tomar uma parte da política como se fosse sua totalidade.

Não é objetivo deste estudo analisar o projeto defendido por Marta Porto, até mesmo porque não há clareza do que ela propunha e os documentos institucionais deste período não são suficientes para mapear o que iria permanecer e o que de fato mudaria na política. O que se pode inferir de sua entrevista é que a **despriorização** do Programa Cultura Viva era um fato dentro do MinC - que questionava a condução da política nas gestões anteriores e que queria mudar alguns aspectos importantes, no que tange a novas articulações e novas prioridades: direitos humanos, infância, juventude.

> Tenho que reconhecer que houve um grande esforço (da atual gestão do MinC) de agir para **colocar todas as dívidas com os Pontos de Cultura em dia**, para compreender as complexidades do programa e buscar soluções. **Mas desde o princípio a prioridade política foi estruturar a Secretaria de Economia Criativa e apostar politicamente nesse caminho**. Perdemos a chance de propor uma política de cultura sintonizada com os principais desafios da sociedade brasileira para além da economia: a democracia e todos os valores culturais que ela exige para ser mais do que um regime político. Criar as condições de participar da elaboração de uma nova agenda de direitos e cidadania onde o acesso a cultura - como oportunidade de criar e ser reconhecido, mas também de conhecer o desconhecido - **se estabelece como um direito do cidadão, discutido não mais como discurso, mas como plataforma de Estado** com os recursos necessários para engajar municípios, estados e redes culturais para superar as condições de desigualdade que se mantém há séculos nesse país. **Estávamos desenvolvendo as condições técnicas e políticas para que isso fosse possível em pouco tempo, estimulando o debate intergovernamental e com as redes de produção cultural, mergulhando nas pesquisas, debatendo internamente.** Como esse é caminho que vem sendo discutido amplamente nos últimos anos no país, não foi difícil encontrar as condições na sociedade para rapidamente colocar algumas propostas objetivas, mas aí faltou a prioridade política que cito no texto que publiquei[173]. A equipe foi sentindo que estava no lugar certo, mas no momento errado.

---

[173] Texto de Marta Porto publicado em seu Facebook quando sai do MinC: **Vamos que vamos -** 2 de setembro de 2011 às 19:52 **-** A todos e todas que manifestaram seu apoio e carinho, aqueles que aguardam uma confirmação, SIM, oficialmente me desliguei das funções de Secretária de Cidadania Cultural do MinC. Continuamos na luta pela cultura do Brasil e de todos os recantos do mundo, onde ela seja voz, dança e som da liberdade, da justiça, da paz, do encontro consigo, com o diferente, com o inusitado. (...) só tem sentido estar a frente de um cargo público se há espaço e confiança para desenvolvermos um projeto de verdade, com as redes da cultura, mas

Não acho que há má vontade, mas **se criou em torno do programa uma visão quase messiânica[174] o que não ajuda o debate político**. **Para se estabelecer como política pública e não como política pessoal ou privada que faz uso de recursos públicos, é necessário que o programa seja visto com racionalidade e a luz das informações e resultados que vem produzindo. Há problemas evidentes de gestão, de transparência no processo decisório, de relação Estado-Sociedade[175]. Há também uma falta de clareza institucional para lidar com a diversidade dos próprios pontos de cultura e as condições de desigualdade que se instalaram dentro do próprio programa.** O Cultura Viva é uma grande ideia, que permitiu ao Estado reconhecer e impulsionar um sem número de instituições culturais que antes não tinham acesso ao Estado, e isso em si já é uma grande vitória. **Mas por**

---

também dos direitos humanos, da infância, da juventude, daquelas que ampliam nosso processo democrático. (...) Para organizar uma Secretaria complexa, dar respostas, e em especial elaborar um projeto de Direitos e Cidadania Cultural, onde o acesso a cultura, as trocas culturais, a conquista das causas que marcam o nosso tempo - Meio Ambiente, Direitos Humanos - fosse uma marca de um trabalho renovador para a cultura, em prol do chamado da Presidenta Dilma: "contribuir para a alma da democracia brasileira". (...)Hoje, tínhamos a certeza que poderíamos renovar esses compromissos a luz do espírito que marca o nosso tempo e a isso nos dedicamos dia e noite. Aprofundar a experiência do Cultura Viva, um legado inegável para a política cultural brasileira, mobilizar os jovens com suas formas de participação social distintas da nossa geração, pensando as redes, a cultura digital; mobilizar a sociedade e os atores culturais para uma reflexão sobre os valores de cidadania e nosso passivo com os direitos humanos e a justiça social. Colocar ricos, pobres, mestres da cultura popular, artistas consagrados em processo de trocas e de mobilidades simbólicas, através de nossos caminhos da diversidade, um grande projeto nacional de identidade e circulação da nossa diversidade criadora, que vem dos indigenas, das favelas, dos ribeirinhos, das mulheres, mas também das festas populares, das redes conectadas, das artes urbanas e de rua. Fizemos pouco, mas nos dedicamos e acumulamos um legado de reflexões e programas prontos para serem debatidos por todos nós. Estávamos iniciando essa agenda de trazer para a sociedade nossas propostas, na Política para a Juventude, parceria inédita com o Ministério da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, Fundação Palmares e Secretaria Nacional de Juventude; da Politica para a Infância que reuniu em dois meses, em três encontros históricos, pensadores, artistas, fazedores e que iria conectar nossos pontinhos de cultura com creches, escolas e redes governamentais além de propor formas para que cada Prefeitura desse país pudesse promover uma política sólida de cultura para as nossas crianças, monitorada pelo Unicef. Um programa de acesso a cultura pensado em conjunto com a equipe do economista Ricardo Paes e Barros, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, onde estava em elaboração 5 mapas para desenvolver uma plataforma metodológica indicativa de como compreender e propor as condições de acesso a cultura, em especial em situações de vulnerabilidade. Preparávamos dois grandes Protocolos, um de Acessibilidade, dedicado a pessoas com deficiência, e outro de Atendimento Cultural em Situações de Tragédia e Emergência como as que vivemos na Serra Fluminense há tão pouco tempo e que deixou familias e famílias em abrigos e ginásios. Mas um projeto desses precisa de liderança, de priorização. Não pode ser interditado, mal compreendido. Temos compromisso e história e se podemos avançar vamos felizes, se não, não há cargo que nos mantenha no lugar.

174 Marta Porto toca em questões que não são debatidas publicamente no MinC - são os *interditos, aquilo que não se diz*, mas que circulam e produzem sentidos mesmo assim, e são temas dos *bastidores*: o uso dos pontos como palanque eleitoral, o culto à personalidade de Célio Turino, autoproclamado *pai dos pontos de cultura, idealizador, mentor intelectual,* etc., não favoreceu a política, pois todos os aspectos favoráveis são imputados unicamente a ele e os problemas de gestão só foram tratados como problemas, depois de sua saída do MinC, como já mencionei ao caracterizar o discurso político populista. As tentativas, articuladas nas redes sociais, portanto, públicas, de recolocá-lo novamente no MinC também não colaboraram para que o programa descolasse de seu *idealizador* e pudesse se integrar as demais políticas da pasta e isso enfraquece a posição política dos Secretários que passaram pela SCDC. Os interditos circulam e, no silêncio, produzem sentidos que também não são expressos abertamente, mas que influenciam a politica.

175 Outro interdito: a *base popular* do programa é tão forte porque alguns pontos receberam recursos sistemáticos: algumas instituições foram pontos, pontões, pontinhos, premiadas, bolsistas. Correu uma lista em 2010 que mostrava que cerca de 100 entidades receberam recursos de praticamente todos os editais de prêmios e bolsas, além do convênio. Editais foram cancelados porque foram questionados a falta de clareza e impessoalidade em sua condução. Ou seja, há questionamento sobre essa base popular e os interesses que sobrepõem. **Novamente a *permeabilidade* da rede, em que questões de governo são conduzidas a partir de relações políticas ou pessoais**.

> **outro lado, em 7 anos não criou as condições objetivas para preparar o Ministério da Cultura, e portanto o governo como um todo, para compreender e gerenciar as pecularidades dessa produção e dessas organizações. As dívidas são reflexo desse descontrole, do desejo de expandir cada vez mais as redes e da incapacidade do Estado de dar resposta efetiva para isso. Muitos dos recursos não são repassados por inadimplência das organizações ou por atrasos nas prestações de conta pelo próprio MinC** (PORTO in O GLOBO, 14/09/2011, grifo meu).

Em meio a boatos que estaria se mobilizando politicamente para ocupar o cargo da fragilizada Ministra Ana de Hollanda, Marta Porto deixa o MinC e assume a pasta Márcia Rollemberg. A nova Secretária é vista com certa desconfiança - havia, entre os ponteiros, quem defendia o retorno de Célio Turino. Nas redes enfatiza-se que é uma *gestora*, vinda do IPHAN. Bem menos polêmica que sua antecessora, inicia sua gestão levantando os números do programa, conduzindo o cronograma de pagamento, fazendo mutirões para dar conta do passivo, marcando conversas com os ponteiros. Também não é objetivo deste estudo analisar o perfil da nova Secretária, basta dizer que com ela inicia-se o Projeto de Redesenho e que a SCDC buscou construir um espaço de escuta bem amplo que, de certa forma, determinou o desenho da metodologia. Essas são as *condições de produção* dos discursos que disputam os sentidos no Redesenho.

A metodologia do Redesenho propôs a organização de um Grupo de Trabalho (GT) que se reuniria peridiocamente para tratar dos temas do Redesenho e, assim, ajudar a equipe do Ipea a pensar os elementos para a proposta de realinhamento da política. No meio e no final do processo, um Seminário para compartilhar os principais resultados do projeto. A fim de ampliar esta interlocução foi proposto pela equipe de pesquisadores do Ipea que as questões e o material de subsídio da Reuniões Temáticas fossem compartilhados com o conjunto dos pontos de cultura, a partir dos grupos virtuais (GT Cultura Digital, Lista Tuxáua, Lista dos Pontos de Cultura, site do iTEIA, mailling, etc.), e as respostas dos pontos fossem sistematizadas pelos representantes no GT da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Esta iniciativa foi chamada de Diálogos Virtuais. Também foram realizadas várias reuniões entre o Ipea e o IBRAM, IPHAN, alguns pontões de cultura digital, representantes da Ação Griô, alguns remanescentes da rede de pesquisadores, em encontros focados com questões específicas.

> A escolha para o redesenho foi abordar aspectos instrumentais em relação às estruturas estatais e manter a interação aberta com as redes da sociedade civil. Insere-se neste contexto a conjuntura política e as estratégias dos participantes do GT, que fizeram com que o redesenho se limitasse, na perspectiva do GT, a

> tratar de alguns problemas conceituais e outros mais relacionados às estratégias gerais da SCDC e do MINC para consolidar o programa.
> No contexto do processo de Redesenho do Programa Cultura Viva buscou-se um equilíbrio que permitisse um olhar mais sistemático, englobando os dois aspectos. Assim, optou-se por um raciocínio de *entremeio*: a formalização de conceitos e critérios ajuda a pensar a política em médio e longo prazo, mesmo que eles não devam ser tomados de forma rígida. Por outro lado, a historicização na forma de raciocinar sobre o programa é imprescindível, especialmente para se delimitar aliados e antagonistas, valores, princípios e crenças que foram mobilizados e que configuram o quadro cognitivo da ação pública; mas a historicização deve ser articulada a uma proposta de organização analítica e simultaneamente normativa que lhe dê orientação, mesmo que a direção e o cálculo político venham à frente da reorganização das ações a partir de instrumentos de política pública (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al:2012b, p.34).

A I Reunião de Redesenho[176], realizada em dezembro de 2011, antes da constituição do grupo pesquisador ligado ao Ipea e da constituição do GT, teve como objetivo levantar os temas pertinentes ao projeto. Uma questão que apareceu foi a *imprecisão do conceito de redes*. Assim, o Projeto de Redesenho se propôs a refletir sobre *os sentidos das redes* do PCV e propor elementos para sua efetividade. Proponho recuperar a *discussão sobre as redes e a gestão compartilhada* - o entendimento que se tinha desses conceitos, como eles dialogam com a *memória discursiva* do programa e a proposta de alinhamento resultante: a rede de governança do PCV, vinculada a um sistema de gestão do conhecimento. Parece interessante refletir sobre os sentidos que o Grupo de Trabalho do Redesenho produziu. Os GTs, como vimos nos capítulos anteriores, no entendimento do PCV, *funcionam como rede*. As Reuniões Temáticas se mostram campos propícios para ver como essa dimensão de rede funciona, a partir de

---

[176] Estavam presentes: Secretária de Cidadania Cultural, Márcia Helena Gonçalves Rollemberg, Frederico Barbosa do IPEA, Márcio Caires Chaves – Grãos de Luz e Griô, Maurício Dantas – Secretaria de Articulação Institucional – SAI/MinC, Adélia Zimbrão – Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, Ana Regina Carrara – Cenpec, Ioná Damiana de Souza – SESC/SP, Alceu Castelo Branco – Secretaria de Cidadania Cultural – SCC/MinC, Maria Isabel Rodrigues – Fundação Cultural Palmares – FCP, Maria Teresa Huang – Secretaria Executiva – SE/MinC, Wagner Martins – FIOCRUZ/Brasília, Cecília Andrade – FIOCRUZ/Brasília, Fabio Kossmann – Conselho Nacional dos Pontos de Cultura – CNPdC, José Maria Reis (Zehma) – Conselho Nacional dos Pontos de Cultura – CNPdC, Mateus Guimarães - Conselho Nacional dos Pontos de Cultura – CNPdC, Patricia Ferraz da Cruz – COEPI/Pontão, Luiz Dantas – ACAI, Marcelo Alves – NINA, Jackeliny Suzane – FIOCRUZ/Brasília, Geo Britto – CNPdC/Teatro do Oprimido, Cláudio Prata – SCC/MinC, Alexandre Santini – CNPdC, Marly Cuesta – CNPdC, Alice M. Lima, Representante do Governo do Estado da Paraíba, Suzete Nunes – SEC/MinC, Carla Dozzi – SPC/MinC, Buda Lira – Centro Cultural Piollin, Silvana Meireles – FUNDAJ, Selma Santiago – SEC/MinC, Fabiano Santos Piúba – DLL/MinC, Davy Alexandrisky – Campus Avançado, Rômulo Santiago – FIOCRUZ/Dineb, Thiago Skárnio – Alquimia/Pontão Ganesha, Pedro Domingues – SCC/MinC, Célia Corsino – IPHAN/MinC, Wellington Nascimento – Fórum Nacional dos Secretários de Cultura, Miriam Araújo – SAV/MinC, Magali Moura – SEC/MinC, Célio Turino – Historiador, Américo Córdula – SPC/MinC, Raoni Machado - SCC/MinC.

posições-sujeito diferenciadas, dos múltiplos interesses e entendimentos que circulam e das estratégias de cada grupo para que alguns sentidos prevaleçam.

Foi combinado que as redes e a proposta de gestão compartilhada do Programa seriam temas de uma reunião - a II RT - , a fim de entender o que funciona e propor um novo funcionamento. Partiu-se do entendimento de que no PCV

> as redes se relacionam com a ideia de valorização e reconhecimento da diversidade cultural, democratização cultural, com ideias de equidade (preocupação em aumentar as capacidades e a visibilidade dos excluídos, com um tratamento baseado no igual respeito pelas suas potencialidades, realidades culturais e sociais). Também se relaciona com a ideia de que a sociedade civil se articula para defender posições políticas e realizar atividades culturais. Esses elementos juntos seriam potencializados pelas redes do programa. As redes permitiriam uma articulação de projetos políticos comuns e sua defesa (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al: 2012b, p.55).

Na II RT os subgrupos seriam focais - Secretarias do MinC, vinculadas, representações regionais, CNPdC, parceiros a fim de conhecer as especificidades de cada interlocutor. As questões elaboradas para o Diálogo Virtual buscavam mapear um desenho para as Teias (regionais, estaduais e nacional), a peridiocidade de encontro, uma proposta de cronograma, as formas de registro e memória, os critérios de avaliação. Outra questão fala sobre as articulações possíveis entre os pontos e pontões, da necessidade de uma agenda comum. A intensidade das relações - se articula, com quem articula, o que se faz nessas articulações - entre os pontos e a necessidade de registro, memória e acervo também foram pautadas. As duas últimas questões falam da gestão compartilhada, dos espaços e da presença do Estado nas redes.

Para a II RT a ideia era que a CNPdC organizasse, por região, as respostas dos pontos e pontões de cultura e que as respostas dos Diálogos fossem incorporadas à reflexão do GT. Na reunião, a CNPdC leu o rol de respostas, em plenária, sem problematizar ou aprofundar as questões, sem organizar categorias e níveis de entendimento, e no entendimento do Ipea não atingiu o objetivo proposto que era a abertura para a polifonia e a proliferação de ideias. As respostas dos pontos e pontões[177] são relativamente extensas e bem detalhadas e merecem, por si só, uma análise porque mostram várias dimensões e percepções da política. O discurso dos pontos e pontões

---

[177] O conjunto das respostas pode ser acessado em https://docs.google.com/spreadsheet/lv?key=0AgrIADFypVo1dC0zVWN5dzF6TEpXNFdnUURyR3l0Rnc&rm=full#gid=0acesso em 14/11/2013.

sobre *redes* e *gestão compartilhada* é heterogêneo, há vários níveis de entendimento, algumas posições absolutamente contrárias (precisa de rede/não precisa de rede; há gestão/não há gestão; etc.), eles ocupam diferentes posição-sujeito em relação às questões propostas que refletem o lugar que ocupam no Programa: alguns pontos e pontões foram conveniados diretamente com o MinC, outros são Pontos de Rede, alguns são membros da CNPdC, alguns estão no Programa desde o início, outros foram recentemente conveniados. Eles representam um recorte de uma realidade heterogênea mais ampla e assim, não pretendo apontar **o** entendimento dos pontos e pontões sobre as questões, porque não há consenso, pode-se pensar em algumas *tendências*, a partir do discurso produzido em posições-sujeitos diferenciadas, que apontam a necessidade de um desenho de rede focado na gestão e aspectos comuns aos pontos.

O GT da II Reunião Temática discutiu as mesmas questões sobre o desenho da rede de governança e da gestão compartilhada que ficou disponível on-line no II Diálogo Virtual. Nas discussões o posicionamento dos *subgrupos* reproduziram as características dos lugares sociais que ocupam os membros do GT em relação ao programa. A *abordagem setorial* foi interessante porque conseguiu marcar os múltiplos enfoques dos temas e pode-se ver diferentes aspectos de diversas perspectivas, mas produziu pouco material de subsídios porque, com exceção dos subgrupos das vinculadas e da CNPdC, os subgrupos dos parceiros, das secretarias do MinC e das representações regionais não apresentaram as respostas sistematizadas e, assim, elas pouco influenciaram no redesenho.

Durante a II Reunião, o Ipea, a partir de levantamento preliminar[178], apresentou um mapeamento dos espaços que se entendem por *rede* no PCV. Estes espaços coincidem com cinco categorias já mapeadas a partir do discurso institucional: REDE1, REDE3, REDE4, REDE5 e REDE10 e apresenta uma nova categoria, REDE11.

- REDE01 - Articulação entre os Pontos de Cultura e os Pontos e a comunidade
- REDE03 - Programa Cultura Viva como rede - gestão em rede
- REDE04 - Rede da Ação Cultura Digital

[178] Para conhecer todos os materiais de subsídio produzidos pelo IPEA (apresentações power point, análises, etc.), acesse: http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/redesenho-2/, acesso em 13/11/2013.

- REDE05 - Pontos de Rede - descentralização para governos estaduais e municipais
- REDE10 - TEIA
- REDE 11 - CNPdC

Entende-se, no redesenho, que as redes funcionam, como as demais categorias da teoria do programa, como uma *metáfora*, uma ideia-força que congrega os pontos, os pontões e a SCDC em um projeto comum *idealizado*. Essa ideia-força é tão poderosa que transforma estruturas convencionais e hierárquicas em *redes*, reuniões e eventos sem consequência ou memória em *gestão compartilhada* e apaga ou miniza os problemas que acompanham o programa desde seu início. Optou-se pela potência e as redes, vividas ou imaginadas, são quem mais e melhor representam essa opção.

A noção de REDE1 - **Articulação entre os Pontos de Cultura e entre os Pontos e a comunidade** mostra que o espaço para articulações locais ou regionais é importante para articular projetos comuns. Nos recortes dicursivos do II Diálogo Virtual, pode-se observar que enquanto alguns pontos articulam-se com outros - sem mediação do MinC ou SECULT - outros reivindicam tal articulação porque ela não acontece (marcada nos verbos: *temos que garantir, deve-se estimular, seria interessante*).

> RDEI - Por outro lado, **temos que garantir** espaço para os temas de interesse regional, tendo em vista que articulações entre Pontos vizinhos, de uma mesma região, são interessantes e podem render projetos colaborativos. **Deve-se estimular** ainda as conexões/encontros regionais, presenciais, que possibilitem a criação de uma coesão maior entre eles e a formulação de projetos comuns.
>
> RDEI - Vou dar como exemplo o ponto do qual faço parte: desde 2005 já trocamos de diferentes formas com mais de 25 pontos de cultura (digo trocas diretas, sem mediação do MinC ou da Secult, sem ser capacitações oferecidas por pontões, por exemplo).
>
> RDEI - **Seria interessante** promover uma espécie de intercâmbio entre os pontos, o que facilita o contato e é possível ver na prática as atividades desenvolvidas.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE1 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

Estes recortes discursivos reforçam a dimensão de espaço de trocas, já apontada na análise do Seminário Internacional, e mostra que os pontos e pontões, para além do

Estado e sem a ajuda dele, formam muitas vezes **redes de relação** que permitem **trocas, articulações e formação de circuitos culturais**. A percepção de muitos pontos e pontões é que embora apareça muito no discurso institucional como um fato o enunciado *"os pontos articulam-se em rede"*, a realidade modaliza essa afirmação, alguns articulam e outros não e a dimensão da rede poderia ser melhor explorada dentro do PCV:

> RDEI - A **articulação dos pontos em rede talvez seja a maior fragilidade na estrutura do Cultura Viva** já que muitos Pontos acabam não se conectando à rede e não compreendendo o papel fundamental da articulação em rede dentro do programa. Seria muito interessante que os Pontos/Coletivos de Pontos **fossem provocados a elaborar projetos** de ações compartilhadas e de interação entre fazeres e saberes.
>
> RDEI - Temos nos deslocado de um estado a outro para participar de Teias **sem nenhum conhecimento/envolvimento prévio com os pontos de cultura sediados no território**. Nós **desconhecemos o potencial dos pontos do próprio município** sede da teia nacional, observando que **há pouca interação da comissão organizadora com os pontos locais**.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE1 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

Os pontos têm dificuldade em articular redes porque elas não estão previstas em edital. Na descrição dos primeiros editais - no. 01/2004, 02/2005 e 03/2005 **não** há menção a organização de **redes**. Se a articulação de redes não é mencionada, não há, portanto, recursos previstos no edital para encontros e processos formativos nesta área:

> RDEI - **Não existe fomento entre as ações para articulação, encontros e atividades entre os PCs das redes locais.**
>
> RDEI - Projetos colaborativos entre dois pontos, conservando-se a autonomia de cada um, devem ser incentivados por **linhas de financiamento específicas** para esse fim.
>
> RDEI - Os Pontos de Cultura tem que passar por **formação** para terem a consciência do que é fazer parte de Uma REDE, do que é ser Uma REDE. **Ainda não temos essa consciência de trabalhar em REDE**.
>
> RDEI - Em rede, não vamos só fazer divulgação de atividades. É fazer o **trabalho de troca de experiências e saberes, trocar produtos e serviços, formas de mobilização e articulação para escoamento, exposição e comercialização** que são os grandes gargalos da Economia Solidária da Cultura.
>
> RDEI - **Cada ponto de cultura deveria articular ações com a participação presencial de, pelo menos, outros 2 pontos de**

> **cultura** (no período total de 3 anos de convênio). Isso como uma meta, que pode depois ser avaliada.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE1 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

Assim a capacidade de articular ou não redes locais, seja entre pontos, seja entre a comunidade, depende do histórico de cada ponto e não é um atributo inerente ao programa. Ao contrário, é algo que alguns pontos fazem cotidianamente, mesmo sem recurso disponível no edital. Nesse sentido, REDE5 - **Pontos de Rede - descentralização para governos estaduais e municipais** - estão melhor articulados entre si porque as redes estaduais e municipais em geral contam com um pontão organizado pelo poder público para fazer a gestão do projeto e promover encontros locais. Por outro lado, estas redes em geral não participam das atividades dos pontos conveniados diretamente com o MinC, mesmo quando ocorrem nos estados e municípios em que tem Pontos de Rede e Rede de Pontos.

Além disso, como pode-se observar no depoimento abaixo, muitas vezes *confunde-se lista de e-mail ou grupos on-line com rede*, da mesma forma que é praxe na SCDC *confundir reunião, Fórum, Comissão e eventos pontuais, sem nenhuma repercussão ou consequência com rede*. Quando perguntados se participam de alguma rede do Cultura Viva, 85% pontos que responderam às questões do Diálogo Virtual respondem que participam das redes.

Ao serem questionados sobre quais redes participam, as redes mencionadas estão sistematizadas no Quadro 10 abaixo. Neste quadro interessa salientar que REDE5 - **Pontos de Rede** são os mais mencionados: os pontos e pontões indicam principalmente as redes estaduais, as redes regionais e as redes municipais, totalizando 42% da menções. As respostas dos pontos mostra que a **rede de relações**, atribuída à REDE1, que se constitue pelas articulações na sua comunidade, cidade e região e não constam nos planos de trabalho dos pontos é uma das atividades mais desenvolvidas, envolvendo cerca de 20% das menções. As outras menções se diluem nas redes relacionadas as ações do PCV, à Rede do PCV e Rede dos PdC que se sobrepõem e a rede da CNPdC.

Nome da Rede	Número de Menção
Rede Estadual (qualquer estado)	119
Outras Redes (não ligadas ao PCV)	76

Rede do PCV/ Rede Nacionao dos PdC	36
Rede Regional (qualquer região)	30
CNPdC	26
Rede da Ação Grio	19
Rede Cultura Digital	18
Rede Tuxáua	12
Rede Municipal (qualquer município)	11
Rede Economia Viva	10
Rede Pontinhos/Ludicidade	7
Fórum Nacional dos PdC	5
Rede Cultura e Saúde	4
Rede Cultura de Paz	3
Rede dos Pontões de Cultura	2
Rede da Ação Interações Estéticas	1

QUADRO 10- EI - Rede de Interlocução - Que rede seu Ponto de Cultura participa? – I Diálogo Virtual.

Outra questão importante é sobre a efetiva participação do ponto e do pontão nas redes: um e-mail inscrito em uma lista não garante espaço de escuta e fala[179], ao contrário, a grande maioria dos membros em geral permanece silenciosa e não participa das discussões on-line. A leitura dos e-mails que circulam nessas listas sugere que elas são utilizadas principalmente para tornar público cursos, eventos, notícias da área cultural. São avisos, editais, convites, projetos, abaixo-assinados e textos diversos que alimentam o fluxo de informações e produzem grande número de mensagens. Essa ausência de diálogo entre os ponteiros passa muitas vezes despercebida, pois as listas *transbordam* de e-mails que não dependem da resposta do outro, são monológicos.

> RDEI - Na lista virtual tem muitos e-mails. Todo mundo manda mensagem. Mas ninguém responde essas mensagens, conversa entre si, os grupos que conversam entre si, só conversam entre si. O resto fica de fora.

> RDEI - Na rede atual os pontos tem um **único espaço de articulação permanente que é a lista de discussão por e-mail**. Porém, embora a participação venha crescendo ao longo do tempo, ainda tem **um número muito grande de pontos que não participa das discussões**, o que acaba os afastando do programa Cultura Viva, deixando-os como meros receptores de 60 mil

[179] Na lista virtual do GT Cultura Digital, por exemplo, há 298 membros entre Pontos/Pontões, gestores públicos, militantes da Cultura Digital. No entanto, somente dez membros postam mensagens regularmente. E fora mensagens bem específicas, em geral suas mensagens não tem respostas e não iniciam diálogo entre os membros do grupo. E quando uma mensagem provoca um debate, este, em geral, abarca cerca de, no máximo, 15 pessoas. A maioria das mensagens são agendas de eventos (boletins, programação, convites, debates, transmissão on-line, etc.), notícias culturais, artigos que não exigem respostas ou comentários. Raramente são discutidos e organizados espaços de gestão compartilhada em grupos on-line, principalmente pelo fato de que os gestores do Estado raramente participam destes debates.

> reais anuais e não como participantes de uma rede de âmbito nacional.
>
> RDEI - Os **encontros somente virtuais não atendem as expectativas da rede** devendo ser considerada as dificuldades de acesso a internet vivenciada por muitos municípios brasileiros, em especial da região amazônica.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE4 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

A rede de formulação acima remetem a processos de *silenciamento* (ORLANDI, 1997), que indicam distância do poder e sujeitos que não conseguem se alçar à condição de *narrador*, pois não possuem um interlocutor, sendo fadados ao anonimato, com seus saberes e experiências não compartilhadas sendo desperdiçadas e tornadas invisíveis mesmo para o grupo que, idealmente, deveria acolhê-los. Outra questão importante é a sensação de censura, pois os ponteiros sabem que há gestores nas redes virtuais, que não respondem às questões levantadas, mas tem acesso ao que é dito. Essa presença constrange a circulação de alguns sentidos.

> RDEI - A gente sabe que a pessoa está lá só para assuntar. Quieto, olhando tudo, se preparando. Porque conversar, só conversa com a CNPdC.
>
> RDEI - Muitos dizem o que pensam nas redes, tentam mobilizar politicamente a rede. O resultado é que não são mais chamados para as reuniões, são limados. Simples assim.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE4 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

A censura, na perspectiva discursiva, é entendida como uma "língua de espuma" que produz uma *política da palavra que separa a esfera pública e a esfera privada*, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no sujeito (ORLANDI, 1997: p.97). A censura não é vista em seu sentido maniqueísta – *mal ou bem* – mas como um fato heterogêneo que resulta de processos mais ou menos conscientes e que reportam a diferentes ordens: política, moral, estética, epistemológica, ideológica, etc. (idem: p.107). Em nenhum dos casos trata-se da oposição entre sentido verdadeiro e o sentido falso, mas do sentido imposto e do sentido recusado, sejam quais forem. É pela relação de forças

(marcando os sentidos pela posição dos que os produzem) que se instala o confronto e não pela sinceridade, ou falsidade dos que os produzem (ORLANDI: 1997, p.112).

Embora a maioria dos pontos não participem plenamente das discussões on-line, e o silêncio e a censura produzam monologia, os grupos virtuais e as listas de e-mail ainda são os espaços em que se pode circular as informações de um modo mais democrático.

> RDEI - A **agenda desses encontros deve ser formulada, coletivamente, a partir das discussões virtuais**, que já acontecem, entre os Pontos de cada estado. Deve-se compartilhar as discussões nacionais para que os temas que são de interesse do Movimento e do Programa possam ser tratados pela rede, como um todo.
>
> RDEI - Acho fundamental que **divulguem amplamente e publicamente a agenda das ações** que estão realizando (principalmente para a rede de conveniamento na qual estão inseridos) e que seja possível a participação de outros pontos além dos já mobilizados/próximos dos pontões.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE4 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

Neste quesito, a Ação Cultura Digital teve um papel importante na formação e para instituir uma cultura de redes. A Ação foi desenvolvida intensamente na época dos primeiros editais (2004 a 2008), mas desde a descentralização são os pontões de cultura digital quem realizam as ações e estes são em número insuficientes para atender à totalidade dos pontos conveniados. O resultado é que nem todos os pontos conhecem os pontões e não há uma metodologia para articular as redes do programa. REDE4 - **Cultura Digital** e REDE6 - **Pontão** se sobrepõem (desde, aproximadamente, 2008), pois a Ação Cultura Digital é realizada pelos pontões de CD.

> RDEI - Os **Pontões de Cultura Digital deveriam garantir aos demais pontos de cultura cursos, oficinas e demais ações** para empoderamento da utilização das mais diferentes ferramentas virtuais atuais, sem contudo nenhuma exigência de um ou outro software, ou programa, levando em consideração as preferências, qualidades e necessidades de cada usuário.
>
> RDEI - **Não conheço a articulação entre Pontos e Pontões**. Isso pode ser atribuído à minha falta de informação. Mas com certeza deve haver uma falha de comunicação ai também. **A qual Pontão estamos vinculados? Essa vinculação é "natural", orgânica, definida por localização espacial, por afinidade de projetos, ou ela simplesmente acontece de forma espontânea ou pode não acontecer? Existe alguma vinculação necessária entre Pontos e Pontões? Como veem, temos perguntas e não**

> **respostas em relação ao entrosamento entre Pontos e Pontões**.
>
> RDEI - **Nos seis meses em que trabalho no Ponto de Cultura nunca soube de uma oficina, encontro, seminário, fórum que fosse promovido por Pontão para Pontos. E mesmo que soubesse, não temos rubrica para esse investimento, ou poderíamos usar a rubrica de transporte e encontro de reuniões para esse fim? Não sei!**
>
> RDEI - Toda Rede local **deveria ter ao menos um Pontão fazendo essa formação continuada** e de qualidade em cultura digital, audiovisual, política e gestão cultural.
>
> RDEI - Os **pontões, por sua vocação de articulação em rede, formação artística e cultural** poderiam propôr entrevistas, visitas, pesquisas, registros, publicações, programas de tv, etc... de forma mais abrangente, com atuação nacional, prevendo em seu plano de trabalho um número determinado de pontos de cultura em estados específicos de acordo com o tema abordado.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE4 e REDE6 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

A vinculação dos pontos de cultura à Ação Cultura Digital está prevista em edital e as instituições selecionadas devem comprar o kit multimídia porque a SCDC não distribui mais os kits. Outras entidades argumentam que a natureza de suas atividades é outra e gostariam de priorizar a compra de instrumentos ou outros materiais, avaliados como mais necessários.

> RDEI - A Orquestra ficou indignada por ter que gastar, obrigatoriamente, quase R$20.000,00 na compra de equipamentos para captação e edição de vídeo (câmera, tripé, material de iluminação, ilha de edição, etc), com tanta demanda por instrumentos musicais.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE4 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012.

Essa questão relativiza a afirmação do *discurso fundador* de que quem define as atividades é o ponto, que "*o Estado não impõe, o Estado dispõe*", porque essa *disposição* do Estado é seletiva. Essa questão aponta para o que se entende e o que se faz enquanto *gestão compartilhada* com os pontos. Entre eles há diferenças na abordagem da questão, mas de modo geral, apontam os espaços que, em seu entendimento, devem ser compartilhados: formulação, implementação, avaliação do PCV. Os *instrumentos de gestão compartilhada* poderiam ser as consultas públicas, os fóruns, as comissões, os

conselhos, os comitês, as conferências e as redes virtuais, como depreende-se nos recortes discursivos abaixo:

> RDEI - A gestão compartilhada deve ter, a principio, interlocução em **todos os momentos de construção e execução** do programa, mas sabemos que nem todos os pontos podem/conseguem colaborar nessa gestão.
>
> RDEI - A **agenda** é uma questão de administração da política – que já esta estabelecida – e portanto pode ficar a cargo do Governo.
>
> RDEI - O processo de construção no contexto da gestão compartilhada envolve a ampla participação popular na **formulação, na implementação, na execução e avaliação das ações**. A **consulta pública** é uma estratégia que se configura nessa linha de participação.
>
> RDEI - Em **todos os momentos do processo de consolidação de uma politica publica democrática**, a gestão deve ser compartilhada, seja por meio dos espaços de interlocução como **fóruns, conferências, conselhos, encontros presenciais/virtuais**, e ou outros mecanismos que contribuam para a transparência e clareza de propósitos e ações.
>
> RDEI - Acho que **a agenda, a formulação e a implementação** deveriam ser momentos onde o poder público trabalha junto com os pontos/sociedade civil. Nos momentos de execução e avaliação esse trabalho pode ocorrer de forma paralela.
>
> RDEI - **As redes podem ser a principal fonte de informações para a gestão e a via de acesso e interlocução entre governo e pontos.**
>
> EI - Rede de Formulação - REDE3 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

A CNPdC, na II RT, adota uma estratégia discursiva interessante, ao responder as questões sobre gestão compartilhada: de um lado atualiza a *memória discursiva* do Programa, amparando suas respostas na teoria do programa, divulgada na publicação **Cultura Viva...** (BRASIL:2005a, p.9), citando-a literalmente. Esse recurso discursivo mostra a identificação do sujeito na posição-autor com a narrativa da gestão anterior. Ele, dessa posição discursiva, busca qualificar seus argumentos ao citar o Ministro Gil, "*devidamente avalizado pelo Presidente Lula*". Ou seja, se ancora no *discurso do poder*. Ao buscar na *origem* do PCV seus *corretos fundamentos*, apaga ou minimiza o fato de

que a nova gestão é *igualmente avalizada pela Presidenta Dilma: é igualmente legítima*. O retorno às origens busca desqualificar a tentativa de redesenho da nova gestão e com isso desqualificar a nova gestão[180]. Esta estratégia resulta de um *discurso político populista* bem sucedido: a liderança carismática se impõe, mesmo como memória, e os outros interlocutores têm dificuldades em se legitimar.

Não obstante sua reticência em relação ao projeto, a CNPdC reconhece os espaços das Teias, os fóruns estaduais, a articulação com as representações regionais do MinC, os editais, as redes virtuais, os GTs temáticos, as reuniões, os planos de trabalho, os seminários, as listas de e-mails como *instrumentos de gestão compartilhada*, mediadas sempre pelo *diálogo permanente*. Esse entendimento corrobora o depoimento dos pontos e pontões acima. Para a CNPdC, as redes são *um dos instrumentos de gestão compartilhada* (CNPdC:2012). Este entendimento difere da teoria do programa que entende que *todos esses instrumentos são rede*. Essa questão não é mero jogo de palavras.

A proposta da rede de governança que resulta do Redesenho é um modo para diferenciar as *redes temáticas* do PCV e os outros espaços e instrumentos de participação social a partir da *constituição de um espaço institucional para a gestão do Programa*. É uma tentativa de se afastar da ideia de que *tudo é rede* e nomear de rede somente os espaços presenciais e virtuais de diálogo e de projeto compartilhado - as redes temáticas. Já para a CNPdC, que diferencia os instrumentos de gestão compartilhada e as redes temáticas, o que se necessita é qualificar e ocupar os espaços de *gestão compartilhada*.

No II Diálogo Virtual, alguns pontos e pontões enfatizam a necessidade da sua participação nos espaços de diálogo ser mais diversificada, eles tem a impressão que são sempre os mesmos pontos que ocupam os espaços de interlocução: *"os mesmos falam entre si, se congratulando porque pensam igual"* (RDEI). Outros entendem que o grande número de encontros, sem que esteja acompanhado da diversificação do interlocutores e da publicização do que foi combinado, causa um desgaste e uma banalização da ideia de gestão compartilhada:

> RDEI - **O grande número de encontros presenciais para as discussões tem banalizado a questão.** A sua insistência

[180] Um dos modos de desqualificar o projeto de redesenho é criticar as questões: "é flagrante o erro da ordem da pergunta. A prática da gestão compartilhada, ao longo do tempo é que materializa o discurso". Mas este equívoco é da CNPdC porque antes da prática da gestão compartilhada havia o discurso, feito a priori, que descreve como ela, idealmente, deveria acontecer.

> excessiva tira a concentração dos membros da rede de seu verdadeiro foco de atenção que são seus projetos.
>
> RDEI - Promove a **dessacralização do grande momento de encontro** entre todos; cria **patamares de conhecimento** dentro do sistema; cria **escadas para cargos públicos**.
>
> RDEI - Muitos acabam por não vir a participar principalmente, quanto os assuntos começam a se elitizar e não despertar mais interesse, pois **a partir do momento em que o ponto de cultura consegue cumprir ao que se propõe, sem participar das reuniões ou mesmo participando, elas não contribuem para suas ações**, então acontece a falta de interesse em participar dessas reuniões.
>
> RDEI - Essa participação eventual deve ser financiada pelo poder público (estabelecer um nº de representantes por região), consensuada entre os pontos e deve haver uma rotatividade de participação, pois o que observamos é que **sempre são as mesmas poucas pessoas que participam de tudo**.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE3 no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

A questão da gestão compartilhada aponta para as formas em que a interlocução entre os pontos e a SCDC acontece. O discurso institucional, os espaços de interlocução enfatizam a rede ou as redes do programa como espaços em que a gestão compartilhada acontece, mas verifica-se na prática as mesmas e tradicionais formas hierárquicas de representação setorial. Não há nenhuma inovação nesses espaços, ao contrário, é a velha mesma forma de fazer política.

Originada do Fórum dos Pontos de Cultura, realizados desde a segunda Teia, a Comissão Nacional é uma estrutura convencional, hierárquica, representativa e setorial criada com a finalidade de fazer a gestão compartilhada do Programa Cultura Viva junto à secretaria. Pode-se perguntar se a estratégia de *sustentabilidade* da CNPdC é a melhor opção e relativizar sua *autonomia* em relação ao Estado se seus recursos são provenientes exclusivamente do MinC e sua agenda - mesmo a de enfrentamento e reativa, desde a saída de Célio Turino - é pautada em grande parte pelo ministério. Embora participe das reuniões, os pontos raramente reconhecem a CNPdC como uma instância que lute por eles. Muitos pontos defendem que *"ela tem sua própria pauta política e essa luta passa por recursos para se manter próxima ao poder"* (RDEI). A posição enunciativa vinculada

à CNPdC enfatiza a fragmentação das redes do PCV, como demonstra este recorte discursivo:

> RDEI - **As ações e Redes do Programa Cultura Viva não estão articuladas numa Rede Nacional**. A CNPdC sentindo essa necessidade, **resolveu abrir** o site da comissão para a participação aberta, buscando juntar as lideranças, mobilizadores e agitadores culturais. Deveríamos ter um portal para nossa divulgação e registro e uma rede nacional para comunicação e articulação política.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE12 - CNPdC no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

E busca enfatizar seu próprio lugar como o mais adequeado para a interlocução institucional:

> RDEI - Acreditamos que a melhor maneira de se fazer uma interlocução seja presencial, **nós temos a CNPdC e é onde devemos sempre discutir e propor** não só entre os PCs mais principalmente com o MinC.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE12 - CNPdC no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

Mas, como tudo que se relaciona ao PCV não há consensos e há posição-sujeito que questiona a necessidade de uma *comissão* se o objetivo é formar *rede*.

> RDEI - Do meu ponto de vista, **o movimento nacional de pontos de cultura não deveria ter intermediadores**. Eu pessoalmente **não compartilho da ideia de uma Comissão de Pontos de Cultura, esse movimento não é HORIZONTAL e compromete a partilha e decisões coletivas**. Acredito numa rede HORIZONTAL, um espaço realmente aberto para o diálogo entre toda a rede.
>
> EI - Rede de Formulação - REDE12 - CNPdC no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012, grifo meu.

Como pode-se perceber nos recortes discursivos acima, os pontos questionam sua legitimidade, em função de que suas articulações com eles não tem densidade suficiente para sustentar essa ideia. Com a existência da Comissão, a *ideia de rede como espaço de gestão compartilhada torna-se obsoleta e desnecessária* porque uma rede não tem função "consultiva" e a Comissão ocupa as posições de argumentação e é reconhecida pela SCDC como legítima para fazer essa interlocução.

Entendo que a necessidade de organizar um fórum e uma comissão revela um certo desconforto com a fluidez, a descentralização do poder e a ausência de hierarquias que as redes pressupõem. De ambas as partes, gestores e pontos. Se a aposta fosse de fato estruturar redes, quando essas ideias surgem, governo ou sociedade poderiam politizar e problematizar o retorno a um formato convencional. Mas como rede era uma *metáfora*, mais um espaço convencional não mudaria a estrutura do programa. Uma interpretação possível dos depoimentos dos pontos, em EI, sugere que se a Comissão, em um primeiro momento surge como uma alternativa para estabelecer relações mais profícuas com o governo, há o entendimento da grande maioria dos pontos que ela tem agora sua própria pauta e cria estratégias para permanecerem aonde está. Segundo essa lógica, cria-se um *círculo vicioso* porque torna-se mais difícil e problemático situar-se ao lado de práticas contra-hegemônicas quando o formato não favorece a redistribuição de poder e governança compartilhada.

Santos alerta que quando segmentos organizados incialmente para produzir contra-hegemonia, assumem formas próprias da hegemonia, há a possibilidade de formação de grupos tornarem-se poderosos e privilegiados *"capazes de distorcer a vontade geral em favor dos seus interesses particulares"* (SANTOS, 2006a: p.352). É como Paulo Freire (1997) explica: a *educação bancária* busca manter o oprimido e o opressor em seus lugares, nos mesmos lugares, e quando o oprimido consegue superar sua condição, torna-se ele o opressor. Na educação bancária não há transcendência. A educação para liberdade permite que o oprimido quando consiga superar sua condição, esteja em *outro lugar*. Da mesma forma, algumas iniciativas emancipatórias produzem colonização.

Boaventura de Sousa Santos (2007) defende a existência de dois tipos de conhecimento: o *conhecimento regulação* e o *conhecimento emancipação* e eles produzem uma tensão epistemológica que é também político-ideológica, porque reflete a disputa entre uma matriz econômica-cultural hegemônica e as tentativas dispersas no tempo e no espaço em produzir conhecimentos "emergentes", que são trazidos a partir da experiência vivida pelos grupos que são historicamente excluídos dos processos decisórios. O *conhecimento emancipação* em uma versão mal sucedida reproduz o

colonialismo, entendido como a *"incapacidade de reconhecer o outro como igual"*, mas quando plenamente realizado leva à *autonomia solidária* (SANTOS, 2007:53).

Esta é uma dimensão da articulação governo-sociedade que deve ser tema de reflexão, para que possa se reestruturar de uma outra forma. Essa questão pode muitas vezes traduzir-se como *permeabilidade,* a capacidade de sobrepor os interesses pessoais aos coletivos e com isso determinar o rumo da política (MARQUES:2000; 2003).

Uma estratégia para evitar que os interesses particulares se sobreponham aos coletivos, pode ser a opção por redes pequenas, como as temáticas e as territoriais, que elas sejam em grande número, que se evite a desigualdade de poder entre seus membros e que estejam ancoradas em locais concretos e em lutas locais concretas para criarem, em si mesmas, as condições de sua sustentabilidade (SANTOS:2005b, p.74). Neste formato, é desnecessário a formação de grupos representativos, que atuam como intermediários entre governo e comunidade.

Pode-se argumentar, assim, que assumir um formato que historicamente aprofunda a desigualdade e a assimetria entre os sujeitos, pode até fazer com que os pontos tenham mais agilidade nas respostas, mas com certeza essas respostas não irão intensificar a vontade e promover subjetividades "rebeldes" (SANTOS: 2007) e processos emancipatórios. Santos (2007:41) entende ser necessária uma maneira nova de relacionar os conhecimentos e é preciso captar toda a riqueza da diversidade para não *desperdiçar a experiência* e esse processo tem um sentido político e também um sentido epistemológico e visa criar uma *nova concepção de dignidade humana e de consciência humana*. Deve-se*"credibilizar as articulações e tentar que elas se sustentem, se ampliem, se densifiquem, e para isso é necessário manter a luta política da pluralidade. O capitalismo vive da possibilidade de que as classes populares confundam o inimigo e pensem que o que está mais próximo é o mais importante como inimigo, de fato, quase nunca é"* (SANTOS: 2007, p.120).

No Redesenho foi proposto pensar uma estrutura em rede que atendesse, ao menos parcialmente, as necessidades dos pontos de cultura em relação aos trâmites da gestão e, ao mesmo tempo, fosse um espaço de discussão política, em que as questões dos pontos chegassem ao MinC de forma direta, sem intermediários, nem tradutores e que, à medida em que o MinC se posicionasse também fosse de um modo claro, público. As

questões do II Diálogo Virtual e da II RT foram elaboradas para que se tivessem elementos para pensar o desenho desta rede.

As respostas dos pontos/pontões no II Diálogo Virtual mostraram um caminho possível: **diferenciar as redes temáticas de uma hiper-rede de gestão; organizar espaços para a memória institucional, para o acervo produzido, para os planos de trabalho e os relatórios de prestação de contas, organizar e divulgar a agenda de eventos dos pontos/pontões e da SCDC, mapa dos pontos/pontões com descrição de sua localização e atividades desenvolvidas.** Essas sugestões dialogam em vários aspectos com o desenho sugerido pelos consultores e militantes da Cultura Digital (BRASIL:2009a).

Há necessidade de um espaço de partilha geral, vinculado ao MinC, para a *gestão compartilhada das informações*. O **Compêndio da Cultura Digital** (BRASIL:2009a) mostra que alguns integrantes da Cultura Digital já discutiam redirecionar o papel da Ação em 2008/2009. Para detalhar melhor esssas questões e buscar ajuda no desenho dos instrumentos, o Ipea convidou três ponteiros que desenvolvem projetos para articular redes e registro de memória e acervo virtual, coordenadores de pontões de cultura digital (em SC, PE/BA e SP). Esses ponteiros foram convidados em função de suas respostas a uma mensagem postada no grupo de discussão virtual do GT Cultura Digital. Nessa conversa, o histórico da Cultura Digital foi retomado e a proposta criada nesse coletivo - registrada no **Compêndio...** (BRASIL:2009a) foi a referência para o desenho do que se convencionou chamar de Rede de Governança do PCV[181].

Entende-se por governança: uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes. (LÖFFER, 2001:212 apud KISSLER; HEIDEMANN:2006). A opção pelo nome *governança* busca: a) enfatizar a ideia de gestão compartilhada, com espaços e instrumentos delimitados, b)

[181] A primeira versão deste desenho foi apresentada no VIII ENECULT de 2012, como resultado das reflexões preliminares do Redesenho. Este projeto foi depois ampliado para um sistema de gestão do conhecimento que integraria tanto a SCDC quanto os Pontos e compôs o Relatório Final do Redesenho do Programa Cultura Viva. LABREA, Valéria Viana Labrea; BARBOSA DA SILVA, Frederico Augusto. **As redes imaginadas e as redes vividas do Cultura Viva: a tensão entre o dizer e o fazer.** Salvador: VIII ENECULT, UFBA, 2012.

inserir a SCDC no fluxo de iniciativas que busca modernizar o Estado e c) se diferenciar das redes temáticas do PCV.

A proposta inicial seria distinguir entre as *redes temáticas*, já instituídas, e uma *rede mais estruturada, voltada à governança* do PCV. As redes temáticas se manteriam em espaços amplos de formação, trocas, compartilhamento de experiências e tecnologias sociais em que a SCDC entraria com o recurso financeiro – a fim de instituir o *projeto compartilhado* entre os membros da rede – voltado ao tema – e organizaria os grupos de discussão virtual, uma agenda anual de encontros e seminários, um plano de comunicação, mediaria alguns processos, mas no geral, essas redes seriam *autogeridas pelos próprios membros*, mais orgânicas e fluidas e o Estado entraria nelas quando fosse pautado. Considera-se que as redes temáticas, se organizadas a partir de um projeto compartilhado e com uma agenda consistente, poderiam se constituir o diferencial do programa, pois sua articulação daria melhores condições de sustentabilidade aos pontos de cultura porque possibilitaria a inclusão em circuitos culturais mais amplos e a possibilidade de trocas de tecnologias sociais, oferta de produtos e serviços culturais.

A *rede de governança* seria um espaço de *articulação política* e teria como finalidade *articular os pontos/pontões a fim de poder acompanhar, monitar, avaliar e dar visibilidade ao plano de trabalho* desenvolvido. A participação dos pontos e pontões seria *institucional,* formalizada pelo convênio, bolsa ou premiação, e a SCDC faria o acompanhamento diário deste espaço, tendo uma pessoa qualificada para fazer essa interlocução.

A ideia seria criar um espaço para convergir as informações e adotar ferramentas e diretrizes de comunicação e gestão mais eficazes. A necessidade de um espaço de memória e acervo aparece repetidamente como uma demanda dos pontos/pontões de cultura:

> RDEI - É preciso pegar os centenas de cadastros dispersos de pontos de cultura que foram se acumulando ao longo dos anos (Teias, inscrições em editais, Mapas da Rede, cadastros de secretarias estaduais e representações regionais do MinC) e, a partir destas listas, consolidar um grande mapeamento que contenha localização, temáticas, linguagens trabalhadas, etc. Esse grande cadastro, que deve sempre ser categorizado e interativo, deveria então ser disponibilizado publicamente na rede de forma transparente.

> EI - Rede de Formulação - REDE13 - Rede de Governança - no II Diálogo Virtual da II Reunião Temática do GT Redesenho do Programa Cultura Viva - 2012.

A *rede de governança* realizaria um processo contínuo de mapeamento e sistematização das ações realizadas por pontões de cultura e dialogaria com os diversos ambientes e bases de dados já produzidas pelos pontos/pontões. Para tal, seria necessário um planejamento estratégico que contemplasse a agregação dos diferentes ambientes e espaços existentes nas redes temáticas, assim como uma análise profunda dos processos internos da secretaria, a fim de definir um plano para a utilização da platafoma de acompanhamento e atualização de informações dos pontos.

Esta plataforma seria um *ambiente comum que integraria as bases de dados das redes de pontos e pontos de redes*, os blogs e sítios eletrônicos já existentes, os dados do SalicWeb[182], Siconv e, futuramente, SNIIC[183]. As experiências de manter os mapeamentos dos pontos sob a responsabilidade dos pontões não foi bem sucedida, pois quando acaba o convênio perdem-se os dados. Para além da memória e arquivo das ações, da divulgação e visibilidade das atividades desenvolvidas nos pontos, a *rede de governança* tornaria possível a agregação e o cruzamento de informações, sistematizar as ações dos pontos em uma única rede de dados que facilitaria tanto para os pontos quanto para a SCDC criar um modelo para a documentação necessária à prestação de contas**.**

Mais do que uma plataforma e um grupo de discussão virtuais, a *rede de governança* seria uma *estratégia política* que asseguraria que mesmo com as ações de descentralização e o foco no crescimento do número de pontos e pontões se garantisse uma certa estabilidade dos conceitos estruturantes do programa a partir do compartilhamento de metodologias, da visibilidade das ações do pontos e pontões, da criação de uma agenda comum, do acompanhamento e avaliação do plano de trabalho, e da interlocução qualificada entre os gestores e os pontos e pontões. Também seria importante que nessa plataforma estivessem presentes os arquivos com os produtos dos consultores da SCDC, que a rede de pesquisadores do CV fosse reestruturada e o banco de dissertações, teses e artigos sobre o programa fosse disponibilizado, que se modelasse

---

[182] Para conhecer o Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura acesse, http://novosalic.cultura.gov.br
[183] Para conhecer o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais acesse, http://sniic.cultura.gov.br

um plano de comunicação consistente - com e-mail, fone de contato, boletim semanal e equipe qualificada.

A proposta de *rede de governança* não conseguiu adesão no Seminário Final do projeto e foi substituída no Relatório Final do Redesenho pela proposta de um *sistema de gestão do conhecimento*[184], considerado mais adequado ao PCV e em seu lugar optou-se por reforçar a ideia de uma Rede Cultura Viva:

> Espaço de interlocução institucional e estratégia política protagonizado pelo MinC, gestores dos entes federados, Pontos e Pontões de Cultura e o conjunto de instituições, entidades, agentes culturais, grupos formais e informais que são beneficiários das políticas públicas sob a responsabilidade da SCDC/MinC.
> A *Rede Cultura Viva* será um espaço de participação social ampliada que assegure, mesmo com as ações de descentralização e o foco no crescimento do número de pontos e pontões, certa estabilidade dos conceitos estruturantes do programa e o compartilhamento de metodologias entre o conjunto de instituições, entidades, agentes culturais, grupos formais e informais que são beneficiários das políticas públicas sob a responsabilidade da SCDC/MinC.
> Será criada uma agenda comum, um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos planos de trabalho e seu foco será a interlocução qualificada entre os gestores e os benificários da política.
> A Rede CV é coordenada pela Secretaria/MinC e é composta pelos fóruns, eventos e Teias. (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al:2012b, p.17).

Também optou-se por reforçar as redes temáticas:

> Redes temáticas resultam da articulação de pontos e outros grupos e entidades em torno de temas específicos; podem ser constituídas e fomentadas por editais ou através do trabalho de mobilização desenvolvido pelos Pontões de Cultura. São fluidas, temporárias e flexíveis, caracterizadas como espaços de educação, de comunicação e informação, troca e potencialização de Circuitos Culturais, a partir de objetivos compartilhados.
> As redes temáticas se constituiriam em espaços amplos de compartilhamento de experiências e tecnologias sociais em que a SCDC pode participar com recursos financeiros a fim de instituir um projeto compartilhado entre os membros da rede, voltado a tema de interesse do CV.
> O projeto compartilhado visa organizar os grupos de discussão virtual, uma agenda anual de encontros e seminários, um plano de comunicação, mediaria alguns processos, mas no geral, essas redes seriam autogeridas pelos próprios membros, e podem contar com a participação dos entes federados e da SCDC.
> As redes temáticas permitem a construção de condições de sustentabilidade aos Pontos de Cultura e outros grupos e entidades; também possibilitam a construção de de Circuitos Culturais mais amplos, percursos, mobilizações

---

[184] "O sistema de gestão do conhecimento tem como finalidade articular os gestores culturais dos entes federados, pontos e pontões e o conjunto de instituições, entidades, Mestres, grupos formais e informais que são benificiários das políticas públicas desenvolvidas pela SCDC, a fim de poder acompanhar, monitorar, avaliar, dar visibilidade ao plano de trabalho desenvolvido e manter a memória viva do programa. Esse instrumento terá os seguintes componentes: 1) sistema de monitoramento de projetos dos pontos de cultura, 2) plataforma virtual, 3) sistema de gestão da informação, 4) plano de comunicação. O sistema realizaria um processo contínuo de mapeamento e sistematização de informações sobre as ações realizadas pela Rede Cultura Viva e dialogaria com os diversos ambientes e bases de dados já produzidas pelos pontos e pontões" (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al. **Relatório Final do Redesenho do Programa Cultura Viva.** Brasília: MINC/IPEA, 2012, p.17).

> sociais e culturais etc. Esses podem ser construídos pela sociedade civil ou dialogar com as Estado, caso em que se transformariam em redes de políticas públicas, tendo no poder constituido um aliado na construção de estratégias de desenvolvimento e garantia dos direitos culturais (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al:2012b, p.17).

No **Relatório Final**, buscou-se harmonizar as redes temáticas à ideia de uma rede com função mais política, a Rede Cultura Viva. Note-se que nesse desenho, uma estrutura como a CNPdC torna-se obsoleta:

> Em resumo, se viu que as redes fazem parte do plano das representações do programa Cultura Viva. Que não há apenas uma forma de rede que seja passível de um tratamento padrão, mas que há necessidade de conhecimento e institucionalização capaz de promover ações tempestivas e cooperativas entre Estado e sociedade.
> As redes empíricas têm formas variadas, têm recursos e estruturas singulares. É possível abstrair esses elementos, mas sob pena de deixar as redes se organizarem de forma autônoma (o que pode ser interessante) e sem a possibilidade de terem na participação ativa do poder público na sua dinamização e qualificação, um dos recursos estratégicos mais relevante (o que pode ser negativo, no que tange a aproveitamento de oportunidades políticas).
> Há uma indecisão em tratar as redes como redes temáticas ou como redes de política. É possível que a dicotomia conceitual não ofereça uma boa descrição das realidades e das opções abertas, mas imponha uma norma ideológica entre maior ou menor participação do Estado no enriquecimento e institucionalização de processos culturais. Nesse caso, a dissolução ou esclarecimento das opções pode beneficiar o programa no sentido de pluralizar suas estratégias e adequá-las às realidades.
> Viu-se que os territórios de cultura são produzidos pelas redes. O programa, apesar de falar de redes territoriais, não processa o problema "território" como instrumento de política. Tratar o território como parte das estratégias é um desafio.
> Esses elementos, se considerados como relevantes, exigiriam desenhos e estratégias diferenciadas para a articulação de redes do programa. Desafio que está aparentemente fora do alcance político dos gestores e participantes do programa, pelo menos em meados do ano 2012, dada complexidade do problema e as diminutas capacidades organizacionais da SCDC (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al:2012b, p.68-9).

O **Relatório Final do Redesenho do PCV** foi apresentado conjuntamente pelo Ipea e a SCDC em um Seminário realizado em dezembro de 2012. De modo geral, a proposta de Redesenho não teve adesão por parte dos pontos/pontões participantes e a CNPdC ficou de fazer uma nova proposta à proposta de redesenho. O Ipea encerrou ali sua participação no projeto.

Em 30/12/2013, a SCDC publicou a Portaria 118/2013 que reformula o PCV que agora passa a se chamar Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural - Cultura Viva. Essa portaria concretiza a fusão da SCC com a SID - SCDC, ampliando os públicos prioritários, em diálogo com o Modelo Lógico (ML) construído na

oficina de redesenho que o Ipea realizou com a coordenação da SCDC (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al: 2012b, p.12-3). Destaco os públicos prioritário do novo PCV:

> Art. 2º O Programa Cultura Viva tem como beneficiária universal a população do Brasil, com prioridade para os povos, grupos, comunidades e populações:
> I - em situação de vulnerabilidade social e com restrito acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural;
> II - ameaçados pela desvalorização de sua identidade cultural; ou
> III - que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais.
> Parágrafo único. Consideram-se prioritários para os efeitos deste artigo:
> I - povos indígenas, quilombolas, povos de terreiro, povos ciganos, outros povos e comunidades tradicionais e minorias étnicas;
> II - mestres, praticantes, brincantes e grupos das culturas populares, urbanas e rurais;
> III - artistas e grupos artísticos;
> IV - crianças, adolescentes, jovens e idosos;
> V- pessoas com deficiência;
> VI - mulheres;
> VII - população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis - LGBT;
> VIII - pessoas em situação de rua;
> IX - pessoas em situação de sofrimento psíquico;
> X - pessoas ou grupos vítimas de violência;
> XI - pessoas em privação de liberdade;
> XII - populações de regiões fronteiriças;
> XIII - grupos assentados da reforma agrária;
> XIV - população sem teto;
> XV - populações atingidas por barragens; e
> XVI - comunidades de descendentes de imigrantes (BRASIL:2013 in: http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXI1QMnlPZ8/content/portaria-nº-118-2013-minc/10937, acesso em 27/01/2013).

O público prioritário é muito extenso e reflete a grande dificuldade em priorizar que houve na oficina de modelo lógico. A SCDC trouxe para a portaria todo o conjunto construído no ML e mais algumas categorias que lá não apareceram. Suponho que a priorização se dará no momento de formulação dos editais. No **Relatório Final de Redesenho** considerou-se que este público era muito grande e difuso, não permitindo um dimensionamento adequado e uma orientação para a ação:

> Na oficina de ML, o público-alvo foi listado e enumerado e não foi possível uma priorização mais explícita por parte dos gestores, dado que o escopo do programa e o arco de atores potencialmente envolvidos com os temas abrangidos pelos pontos e pontões de cultura e com a diversidade cultural são muito amplos. Um critério de base, no entanto, foi definido: seria objeto de maior atenção o público situado em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica e cultural. O mesmo aconteceu com as faixas de idade, quando não se estabeleceu com precisão um recorte preciso. Na discussão de ações específicas o tema do público-alvo voltará e algumas ações têm público melhor delimitado. Na impossibilidade de precisão maior, o foco voltou-se para metas de implementação de Pontos, Pontões, Prêmios e Bolsas.

> Entretanto, é bom lembrar que a definição do público-alvo é condição para dimensionar e orientar as ações, bem como delimitar as possibilidades de avaliação. Na ausência ou na impossibilidade de definição precisa de público-alvo são necessárias medidas de monitoramento de ações que deem conta dos resultados e do atingimento de metas das ações programadas. Também são necessários debates e uso de critérios internos à SCDC que orientem a alocação de recursos do programa e a definição de critérios de priorização de ajudam nessas escolhas (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al: 2012b, p.12-3).

A nova portaria conceitua ponto e pontão:

> I - Pontos de Cultura: parcerias executadas com pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou grupos e coletivos sem personalidade jurídica que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades, contribuindo para o exercício em prol dos direitos culturais, sociais, ambientais, econômicos e humanos;
> II - Pontões de Cultura: parcerias executadas com pessoas jurídicas de natureza ou finalidade cultural que desenvolvam, acompanhem ou articulam, em rede, atividades culturais com os Pontos de Cultura ou com outras redes socioculturais, com vistas à troca de experiência e ao desenvolvimento de ações conjuntas, em nível estadual, regional ou por áreas temáticas de interesse comum (BRASIL:2013 in: http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXI1QMnlPZ8/content/portaria-nº-118-2013-minc/10937, acesso em 27/01/2013).

Esta descrição dialoga com a apresentada no **Relatório Final de Redesenho,** em que se tentou *preservar* os conceitos originais de ponto e pontão, acrescentando suas funções e algumas particularidades:

> Os Pontos de Cultura são grupos informais e entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, de natureza/finalidade cultural, que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades: a) Selecionados por edital público e conveniado preferencialmente com governos estaduais, municipais ou consórcios intermunicipais;
> b) Reconhecidos como pontos a partir de processos de certificação (editais, concursos ou incubadora de projetos); c) O Ponto de Cultura não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade.
> Para convênios realizados na Região Norte, deve-se levar em consideração o custo amazônico.
> Pontões de cultura são entidades jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos, de natureza/finalidade cultural, que desenvolvem e articulam atividades culturais, nos eixos da informação, comunicação e educação, em parceria com as redes temáticas da cidadania e da diversidade cultural e/ou os Pontos de Cultura.
> Os Pontões são selecionados por edital público e conveniados diretamente com a Secretaria e/ou com entes federados e outros instrumentos jurídicos de repasse. As atribuições dos Pontões serão definidas pela Secretaria em editais a serem lançados e uando houver disponibilidade orçamentária e de recursos humanos para fazer repasses dos recursos em dia e um acompanhamento da execução do Plano de Trabalho. Os Planos de trabalho dos Pontões devem conter todas as ações a serem desenvolvidas;
> O Pontão vincula e articula Pontos oriundos de um edital descentralizado às redes (temáticas e territoriais) e ao Sistema de Monitoramento e Mapeamento do programa Cultura Viva da Secretaria; Poderá atuar em regiões com pouca densidade de Pontos , como incubadora de projetos de novos pontos de cultura,

> a partir do reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas instituições locais. Estes novos pontos serão reconhecidos a partir de um processo de certificação e chancela;
> No Plano de Trabalho do Pontão, deverá constar: a) o número estimado de Pontos com os quais pretende trabalhar; b) detalhamento das etapas do mapeamento que se propõe realizar; c) detalhamento da proposta de formação continuada que pretende desenvolver junto aos Pontos; d) estratégia de articulação da rede local de Pontos e estratégia de vinculação às redes temáticas e nacionais; e) descrição do trabalho a ser desenvolvido junto ao Sistema de Monitoramento da Secretaria. O Pontão poderá realizar o inventário participativo dos equipamentos, produtos e serviços culturais locais, a fim de inseri-los nos circuitos culturais que os pontos de cultura mobilizam; Os Pontões acompanhariam e formariam redes de pontos e associações que não são necessariamente recebedores de recursos do programa. Para convênios realizados na Região Norte, deve-se levar em consideração o custo amazônico. Os pontões também poderão atuar como incubadoras de novos pontos: Os pontões de cultura - em locais com baixa densidade de pontos de cultura - poderão mapear, localizar e propor a chancela de novos pontos de cultura. Os novos pontos de cultura serão chancelados e poderão a partir daí participar de editais de premiação, bolsas e convênios. Poderão igualmente integrar as redes temáticas e territoriais e a Rede Cultura Viva da SCDC (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al: 2012b,p.14-7).

O ponto de maior distanciamento entre o que foi proposto no redesenho e a portaria está na forma de repasse de recursos. A portaria prioriza *transferências voluntárias e subvenções sociais e editais de bolsas e prêmios*. Há, no entanto, entendimento que não se constrói política pública a partir de editais de prêmios e bolsas. A natureza dos prêmios (reconhecimento de atividade já desenvolvida ou a desenvolver) e das bolsas (recursos mensais por tempo determinado a pessoa física) não é o mais adequado: os prêmios reconhecem uma prática e é apenas isso, não há compromisso com continuidade ou ações de longo prazo e as bolsas demandam uma burocracia que torna inviável monitorar, avaliar ou ampliar a ação. Todos os problemas que a SCDC enfrentou com a política de bolsas está muito bem documentada no Relatório Parcial de Redesenho (BARBOSA DA SILVA; LABREA et al: 2012a). Para esclarecer algumas questões referentes à portaria, a fim de entendê-la melhor, enviei algumas perguntas para a SCDC, através do sistema de acesso à informação. Uma das questões perguntava sobre as formas de acesso aos recursos. Sobre esta questão, a SCDC encaminhou o seguinte posicionamento:

> Com relação às formas de repasse citadas, informamos que serão trabalhadas de acordo com a legislação vigente, a saber:
> As transferências voluntárias, de acordo com o que a legislação específica conceitua "são os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares cuja finalidade é a realização

> de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas do Governo. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se por transferência voluntária "a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde".
> As Subvenções Sociais, consoante arts. 16 e 19, § 3º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e art. 41 da Resolução nº TC-16/94, destinam-se, precipuamente, a auxiliar entidades privadas na prestação de serviços essenciais de assistência social, assistência médica e educacional. A concessão de subvenções deverá levar em consideração as possibilidades financeiras do ente concedente, de forma criteriosa e depois de atendidas as necessidades próprias do poder público municipal
> (Fonte: http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=t7yzIR7kEK8=, acesso em 27/01/2014).

Outro esclarecimento solicitado foi sobre o que a SCDC entende por *unidade de base comunitária*, expressão que passou a ser utilizada para referir-se aos pontos e pontões de cultura e que está presente na portaria de reformulação do PCV.

> Temos que, a partir dos resultados do PCV em sua trajetória e das estratégias junto aos seus públicos-alvo, destacadamente os Pontos de Cultura, foram criadas medidas específicas para lidar com estes públicos. Deste modo, a atual gestão cunhou a expressão "unidade cultural de base comunitária" para explicitar os Pontos de Cultura enquanto instrumentos da política pública de cultura para promoção da diversidade e da cidadania cultural e visando a ampliação do acesso à cultura por parte da população. Como se trata de uma ação de reconhecimento de compromissos e propósitos visando o pleno exercício de cidadania e direito cultural, **o Ponto de Cultura não pode ser considerado, para a política pública, pelo mérito em si mesmo e, sim, pelo que, por sua ação, beneficia a comunidade**. Daí a conjunção das expressões "base comunitária" e "unidade cultural". Sob este aspecto, tal desinência pode multiplicar o reconhecimento de Pontos de Cultura, para além do projeto aprovado em editais, que gerou o compromisso de repasse de recursos, potencializando a ação de reconhecimento que, neste caso, pode incluir os Pontos de Memória e Pontos de Leitura, dada sua similaridade com o conceito de "unidade cultural" (estrutura) de "base comunitária" (compromisso). Para tanto, torna-se fundamental o estabelecimento de um conceito o mais ampliado possível para a "base comunitária" dos Pontos de Cultura para que não se restrinja a um reconhecimento de comunidade como território, dada a diversidade de comunidades e relações comunitárias que uma rede (inclusive virtual) e uma ação cultural ensejam.
> (Fonte: http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=t7yzIR7kEK8=, acesso em 27/01/2014).

Por fim, perguntei pelo sentido do conceito de rede que seria utilizado a partir de então:

> Informamos que o conceito vigente de Rede é o proposto pelo Relatório IPEA – "A Rede Cultura Viva é um espaço de participação social ampliada que contribui para a estabilidade dos conceitos estruturantes do programa e o

> compartilhamento de metodologias. É fomentada pela SCDC/MinC e composta pelos fóruns, eventos e Teias e visa integrar todas as redes temáticas, institucionais e convergentes do Programa Cultura Viva. As ações estruturantes do Programa possibilitam constituir redes por afinidades territoriais, identitárias e temáticas, definindo, assim, espaço de interlocução institucional e estratégia política. É um processo de troca essencial para o desenvolvimento social por meio da cultura que acontece num contato horizontal entre os Pontos de Cultura, sem relação de hierarquia ou superioridade entre culturas". (Fonte: IPEA. Redesenho Do Programa Cultura Viva. Relatório Parcial – Resumo Executivo. Brasília: DISOC/IPEA 2012; e IPEA. Relatório Final do Projeto de Redesenho do Programa Cultura Viva. Brasília: DISOC/IPEA, 2012.).
> A SCDC tem adotado até então o termo Rede Cultura Viva como proposto pelo Projeto IPEA, citado acima. O termo Rede de Pontos e Pontões se refere ao estrato constituído por estas unidades específicas, apoiadas pelo Programa e que doravante poderão ser melhor conhecidas ou "reconhecidas" , ampliadas e gerenciadas quanto a sua operacionalidade física e financeira e aderência conceitual, com a contribuição do instrumento da Chancela (Fonte: http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=t7yzIR7kEK8=, acesso em 27/01/2014).

No início de 2014, aconteceu a I Reunião de Elaboração Compartilhada de Ferramentas para o Aprimoramento do Programa Cultura Viva. Este encontro foi o primeiro passo para a formação de um Grupo de Trabalho intersetorial que terá a missão de otimizar o planejamento estratégico do programa. Esta ação está sendo adotada em todas as demais secretarias e vinculadas do Ministério da Cultura (MinC) e faz parte dos esforços do Governo Federal de modernizar a administração pública.

O plano de modernização do Programa Cultura Viva tem três metas prioritárias a serem alcançadas nos próximos meses, que são a consolidação do programa como uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura; a estruturação da participação social e a qualificação da gestão do programa.

Para a consolidação do Cultura Viva, o entendimento do MinC é que a secretaria precisa avançar no fluxo de avaliação dos resultados do programa, na definição de parâmetros de avaliação, para que se possa identificar o impacto que as políticas públicas causaram nas comunidades. Há a necessidade de dar continuidade ao estreitamento das relações com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e à articulação em rede com os gestores do programa de todo o país, inclusive, com os procuradores dos governos estaduais, para minimizar a sobreposição de legislações que interessam ao conjunto de políticas públicas do Ministério da Cultura. Na busca da consolidação de uma política nacional para o Cultura Viva, a secretaria propõe a elaboração de uma ação de

planejamento unificado entre todos os atores do Programa Cultura Viva, dentro e fora do MinC (cfe. BRASIL:2014).

6.4 A PESQUISA COM OS PONTOS DE CULTURA EM 2013

> Porque a utopia de uma ecologia dos saberes é que possamos aprender outros conhecimentos sem esquecer nossos próprios conhecimentos.
>
> **Boaventura de Sousa Santos**

Em 2013, ao analisar o material disponível, verifiquei a necessidade de atualizar o espaço de interlocução, pois há, de fato, mudanças na gestão do programa e pressumi que as posições-sujeito de EI deveriam refletir de algum modo o novo cenário. Assim, fiz um pequeno questionário[ii] (ANEXO II), com cerca de 13 questões que enviei a 3560 pontos e pontões de cultura, além de divulgá-lo nas listas da Cultura Digital, Pontos de Leitura, Tuxáua, Pontos de Cultura do RS e divulgação pelo facebook. Recebi 443 respostas, a maior parte delas de pontos e pontões conveniados com os governos estaduais e municipais, até mesmo porque em 2013 havia somente 45 pontos (21) e pontões (24) conveniados diretamente com a Secretaria com o convênio vigente.

No acordo entre os entrevistados e a pesquisadora, foi combinado que todos os depoimentos não seriam identificados (nome do entrevistado ou do ponto/pontão) e que os dados não seriam compartilhados, preservando o anonimato dos respondentes. Também ficou acertado que não havia necessidade de responder a todas as questões, que todas as questões seriam de múltipla escolha, que poderiam citar (no caso de público e linguagens, por exemplo) várias opções e todas seriam consideradas. As percentagens representam a totalidade de respostas, não sendo consideradas nessa conta as perguntas sem respostas.

Pontos e Pontões de Cultura de todas as regiões do país participaram da pesquisa, distribuindo-se da seguinte maneira: 50% da Região Sudeste, 22% da Região Nordeste, 17% da Região Centro-Oeste, 8% da Região Sul e 3% da Região Norte. Os representantes de pontos e pontões que responderam ao questionário localizam-se prioritariamente em zona urbana (73%), seguida de locais onde encontram-se povos e comunidades tradicionais (12%), zona rural (10%), aldeias indígenas (3%) e

comunidades quilombolas (2%). Participaram da pesquisa representantes de Pontos de Cultura (72%), pesquisadores (12%), gestores públicos (9%) e parceiros ou colaboradores dos Pontos (7%). No ANEXO III[iii] estão disponíveis os gráficos que representam a distribuição de linguagens, público e outras informações sobre o perfil dos participantes da pesquisa.

As perguntas tematizaram as redes e os modos que os pontos e os pontões se articulam entre eles e com os entes federados e sobre os espaços e modos de gestão compartilhada. Outra questão buscou compreender o que efetivamente mudou em relação à gestão passada, já que o discurso sobre *o retrocesso e o desmonte do PCV* circula nas redes e mídias alternativas e apareceu em várias respostas.

Dos pontos e pontões entrevistados, 77% afirmam que participam de redes, seja as organizadas pelo PCV, sejam outras redes, ligadas ao trabalho desenvolvido nas comunidades e linguagens e temas afins (outros equipamentos culturais, escolas, comunidade, governos locais, fóruns e GTs, etc.). Dos entrevistados que participam das redes do PCV, 52% afirmam participar dos Pontos de Rede, 9% da Rede de Pontos e 39% afirmam que no PCV não há rede estuturada em sua região. Entre os que participam das redes do PCV, 43% participam da REDE5 - **Pontos de Rede[185] - descentralização para governos estaduais e municipais**, 21% participam de redes temáticas ou identitárias, 22% redes regionais, apenas 8% participam da REDE1 - **Articulação entre os Pontos de Cultura e os Pontos e a comunidade** e 6% REDE6 - **Pontões - Rede de integração dos Pontos de Cultura**. A discrepância entre os dados das duas questões (por exemplo, 52% Pontos de Rede e, abaixo, 43% Pontos de Rede), pode ser explicada em função de que algumas redes estaduais se organizaram por região ou temas e algumas redes organizadas pelo MinC também se organizaram desta forma. Essa questão era aberta e alguns pontos responderam que participam de redes estaduais e municipais, temáticas, regionais e do MinC simultaneamente ou de algumas delas. São vários os espaços em que as redes se concretizam:

> RDEI - Participo ativamente como "animador de Rede" (...). Desde 2006, quando foi instalado o Fórum dos Pontos de Cultura

---

185 Na prática, como já mencionei, desde 2009, não se distigue Rede de Pontos e Pontos de Rede, o MinC e os enredados referem-se a Rede de Pontos Estadual, Rede Estadual, Rede Municipal, Rede de Pontos do Estado de SP, Rede de Pontos da Bahia, etc., e ela só é aplicável para fins de pesquisa, para continuar mapeando a tipologia proposta pelo MinC, no discurso fundador.

> RJ/ES, criamos uma Rede de Ponteiros para troca de e-mails; daí sucederam outras Redes em que atuo regularmente: CNPdC; GT do Audiovisual da CNPdC; Tuxáuas; Interações Estéticas; Rede dos Pontos do ES; Agente Escola Viva. (...)Tem ainda a de Mídia Livre e Cultura Digital(...). Isto fora as "sub-redes" de discussões específicas, como, por ex., a do próprio "redesenho", a da Ação Griô, entre outras.
>
> RDEI - Participo das redes presencialmente, frequentando encontros presenciais "oficiais", encontros promovidos pelas esferas federais, estaduais e municipais, como as TEIAS, mas também encontros elaborados pelos próprios "membros da rede", como em situações ocasionais em que tive oportunidade de estar com 5 a 6 pontos geograficamente próximos em algumas ações. Já estive também nas reuniões da comissão nacional e nas reuniões da comissão estadual (de São Paulo) de pontos de cultura. Também participo em espaços virtuais, nas comunidades criadas para o tema em redes sociais e em listas de e-mails, como na lista de Pontos de São Paulo pontossp e na lista temática do GT de Cultura Digital.
>
> RDEI - Outros espaços presenciais são as reuniões das comissões: comissões municipais, estaduais e comissão nacional de pontos de cultura. Estas comissões se reúnem periodicamente (mas sem datas previamente definidas, pois as agendas são definidas em cada nova reunião) para conversar e deliberar sobre toda e qualquer temática ou ação relacionada ou de interesse da rede. A participação do poder público (...) é quase nula ou muito pontual, pois os mesmos são considerados espaços de participação e organização da sociedade civil. Há regulamentos, isto é, regimentos que dizem sobre a participação nesses espaços e estes são elaborados durante os fóruns, municipais, estaduais e federais da rede.
>
> EI - Rede de Formulação - Espaços das redes do PCV na Pesquisa 2013.

As redes temáticas, identitárias ou regionais, em geral organizadas pelos governos estaduais e municipais são os modos preferenciais que os pontos e os pontões se organizam em nível local. No entendimento de vários respondentes, no PCV existem várias redes, de diferentes e variados desenhos.

> RDEI - Acho que o conceito deve ser 'pluralizado': **não existe uma rede de pontos mas redes ainda em processo de reconhecimento dos seus pares**. Mesmo como uma representação política nacional, a Comissão Nacional, vejo que é **indispensável oxigenar os processos decisórios**, especialmente após a lei Cultura Viva, ampliando a Participação Social através das ferramentas disponíveis.
>
> RDEI - Considero difícil tratar apenas de uma Rede no âmbito do Cultura Viva, visto que há **variadas redes com atuações diversas**; mas de modo geral, sinto que **as redes não estão num formato que proporcione maior engajamento e envolvimento**

> dos Pontos de Cultura junto ao programa. São **espaços que reforçam a representação política** quando o processo de gestão e implementação da ação pública do cultura viva é muito mais fluído e dinâmico.
>
> EI - Rede de Formulação - As redes do PCV na Pesquisa 2013.

As redes do PCV caracterizam-se pelos diferentes espaços de diálogo, em geral estruturados de forma hierárquica e convencional (comissões e fóruns) e por serem em boa parte mantidas pelo MinC:

> RDEI - **A rede é frágil e pouco dialoga**, mas (...) ficou claro que os **participantes não querem experimentar um novo modelo**, apesar de concordarem com a ineficiência da rede.
>
> RDEI - É importante dizer que, mesmo sendo comissões cuja ideia de atuação e organização se daria em rede e horizontalmente, os graus de participação nesta são diversos e heterogêneos, não tendo portanto o mesmo grau de validação, reconhecimento e participação pelos Pontos de Cultura, conveniados ou não.
>
> RDEI - É interessante observar também que, tanto no caso das TEIAS como dos Fóruns de pontos de cultura, até o presente, houve financiamento (custeio) do poder público para que tais espaços/eventos ocorressem, sendo também o poder público que inseriu muitas das pautas políticas do programa com maior ênfase em algumas situações.
>
> RDEI - Mas o importante a destacar é que estas Redes não foram geradas espontaneamente nem, tampouco, são uma construção unilateral da Ponteirada. Para compreender o Programa Cultura Viva é fundamental vê-lo como um processo em permanente formação e transformação. Por isso sempre rejeitei o "clichê" que afirma que todos já éramos Pontos de Cultura antes do Conveniamento com o Governo. Ou que há milhares de Pontos de Cultura sem serem conveniados com o Governo: definitivamente, esta afirmação não procede. Justamente porque o Programa se materializa na relação com o MinC, onde cada um dos atores (MinC e Pontos) vão ajustando seus "papeis" diariamente, para encontrar o tom adequado nesta interlocução, que nunca estará totalmente ajustada. Pois é esta busca de afinação é que mantém e manterá Viva a Cultura.
>
> EI - Rede de Formulação - As redes do PCV na Pesquisa 2013.

Ao serem questionados se essas diferente redes *conversam* e se articulam, 32% responderam que não, cada rede trabalha de modo separado das outras redes, 31% não sabem se elas se articulam porque não participam ativamente da rede, 23% afirmam que as redes trabalham de modo articulado com outras redes e 14% afirmam que não há redes locais. As redes se organizam de diferentes maneiras e não há um desenho como

referência, embora, pela natureza das redes, a distribuição por território (regionalização) e por temas sejam recorrentes.

Os recortes discursivos acima demonstram que as redes são formadas, prioritariamente, por pontos e pontões conveniados com governos estaduais e municipais. As respostas se dividem em relação a questão se o formato ou desenho da rede permite efetiva e ativa participação dos membros: 25% afirmam que permite, 25% afirmam que não permite, 25% afirmam que agora não mais ou que pode melhorar o desenho, 18% afirmam que não há rede locais e 7% não sabem avaliar. As redes estão pulverizadas, dialogam somente com secretarias estaduais e municipais, enraizadas em territórios e linguagens, articulam-se em nível local e, desde 2010, não houve encontros nacionais que pudessem ampliar o campo de interlocução. Este dado explica, ao menos parcialmente, o motivo de as redes nacionais encontrarem-se tão esvaziadas, para além da falta de interlocução do MinC nas redes e da CNPdC ocupar os espaços de interlocução com a SCDC. Os pontos e os pontões - a partir de diferentes posições-sujeito, têm várias explicações para a dificuldade em articular e atuar de fato em rede, como pode-se verificar nos recortes abaixo:

> RDEI - Antigamente tinha bagunça... mas como tinha encontros e dinâmicas as coisas buscavam equilíbrios, consensos.... Desde Dilma não há diálogo nem estadual, nem federal, nem regional, nem temático....há conexões intrapontos, mas micromovimentos em comparação com o estágio em que deveríamos estar hoje.

> RDEI - A distância geográfica entre os PCs é muito grande. A política territorial não é prioridade dos governos estadual e federal. A articulação e trocas entre os grupos se dá com mais facilidade por linguagens e atividades afins.

> RDEI - Fica muito difícil esta articulação devido a falta de politicas de fomento por parte do MinC, que aumentou os números de pontos sem planejamento. Depois da mudança de governo passamos dois anos sem atenção do nosso parceiro maior que é o MinC que desarticulou muito a Rede de Pontos. Há quatro anos que não temos a TEIA NACIONAL, muitos pontos estão inadimplentes, outros não receberam as outras parcelas. Todos estes fatores foram fundamentais para a desarticulação da Rede que procura se manter através da Comissão Nacional dos Pontos que a 5 anos não se renova.

> RDEI - Pensando a rede como uma comunidade de propósito, acredito que sim, pois em diferentes escalas há uma troca entre os pontos. O programa inicialmente, dando suporte as Teias regionais e nacional, proporcionam no encontro novas articulações e fortalecimentos de aproximação. Mas o que se

> observa é que sem um aporte de investimento do estado, da instituição pública, seja ela qual for, os pontos ficam frágeis nas trocas e intercâmbios. (...)
>
> RDEI - Em função da expansão do Programa e dos novos convênios com estados e municípios, também se observa um redesenho novo, que surge não só pelo comportamento da instituição publica como dos próprios pontos novos, que os fazem mais distantes nas potencialidades de sustentabilidade de troca na rede, tornando a rede mais burocratizada e formal. Esta é a complexidade que o Programa vive atualmente. Somente um controle social engajado poderia mudar a perspectiva de perfil deste processo, mesmo assim, não há garantia.
>
> RDEI - O que dá origem a uma Rede é uma "intenção". Sem uma "intenção" clara e definida não existe uma Rede. No máximo uma efêmera troca inicial de e-mails. O que garante a Rede é a sua "intenção" definida.
>
> EI - Rede de Formulação - As redes do PCV na Pesquisa 2013.

Os Pontos de Rede e as redes temáticas conseguiram em alguns estados e municípios um nível de organização que possibilita que seus integrantes tenham uma atuação de mais qualidade, embora em alguns casos as dificuldades encontradas em nível estadual ou municipal sejam semelhantes às encontradas nas redes organizadas pelo MinC:

> RDEI - Penso que através dos territórios de identidades tivemos primariamente uma noção de identidade por região, o que é fundamental para unirmos por afinidades identitárias. Essa identificação nos fortalece quanto região, transcendendo as barreiras do município ou cidade potencializando o poder politico através destas micro redes.
>
> RDEI - A REDE.PE tem sérias dificuldades de atuação. O primeiro problema se refere as dificuldades relacionadas a comunicação entre os parceiros. Como os Pontos de Cultura se encontram espalhados em mais de 60 municípios no Estado e possuem diferentes realidades estruturais, muitos não contando com internet, por vezes nem telefone, complexifica o processo mais importante para sobrevivência dos nós da Rede que está diretamente relacionado com o alcance das articulações. Desta forma, as reuniões ficam muito centralizadas na região metropolitana, onde está a sede da Fundarpe e muitas vezes devido a questões financeiras, como também de disponibilidade, os parceiros do interior não podem estar presentes. Acredito ainda que a quantidade de representantes é muita, mas de dez, o que termina pulverizando as responsabilidades. Outro ponto importante se refere a questão da representatividade, ocorre muitas tensões e distorções dentro da REDE, que se divide em grupos políticos os quais tendem a rejeitar e muitas vezes até boicotar o trabalho dos representantes, o que termina

> demonstrando a fragilidade do processo e a falta de entendimento dos mecanismos de fortalecimento de um coletivo. Aqui os interesses pessoais parecem sempre falar mais alto.
>
> RDEI - A rede funciona muito precariamente com muita força de vontade de alguns representantes. Pois, há mais de 4 anos não há nenhum Fórum dos Pontos apenas reuniões sem agendamento prévio da comissão com os representantes do estado. E isso só aconteceu depois de muita pressão por parte da comissão representativa. O desmonte do programa Cultura Viva, por parte do Governo Dilma e da gestão de Ana de Holanda contribuiu para o enfraquecimento da rede e do fechamento dos Pontos em muitos lugares da Bahia. É importante ressaltar que desde 2011 não se vê nenhum investimento para a continuidade do programa e para o fortalecimento da rede por parte do Governo Federal. Sabemos que o que acontece hoje é crédito da mobilização da rede.
>
> RDEI - A promessa de internet gratuita par conexão dos pontos foi só uma falácia. Por outro lado no nosso território, por ser pequeno, conseguimos nos articular e nos encontrar e fazer trocas mais vezes. Noso estado tenta promover encontros, são poucos, mas que ajudam a manter nossa ligação.
>
> RDEI - A rede ficou esvaziada, com o fim dos convênios federais e o surgimento dos convênios estaduais. (...) Não teve muito diálogo entre pontos federais e estaduais. Portanto a rede ficou "furada", ao meu ver. A gente conhecia os pontos conveniados pelo MINC, mas de muitos atualmente não sei se continuam ou não, e assim o diálogo só existe de forma parcial.
>
> RDEI - O Estado (compreendendo-o em suas 3 esferas, a saber: federal, estadual e municipal) quanto a sociedade têm culpa por isso. O Estado por ser demasiado centralizador e burocrático e a sociedade, por sua igualmente demasiada dependência e falta de aptidão para o exercício da autonomia e do protagonismo, ambos conceitos e ações que deveriam nortear a diretriz de pressão para com os órgãos públicos de Cultura.
>
> EI - Rede de Formulação - As redes do PCV na Pesquisa 2013.

Em relação aos espaços de participação, **48%** dos pontos/pontões **não tem qualquer interlocução nesses espaços**. Assim, embora 82% dos Pontos já tenham participado de encontros ou eventos organizados pelo poder público, não têm voz nos espaços representativos ou deliberativos. Estes espaços são ocupados pela CNPdC.

A CNPdC, não obstante ser o principal espaço de interlocução entre a SCDC e a sociedade, é conhecida por apenas **39% dos entrevistados**, **61% dos Pontos não fazem parte da Rede Nacional dos Pontos de Cultura** que ela se propôs organizar e não tem qualquer tipo de interlocução com a Comissão Nacional. Com exceção dos membros da

CNPdC que responderam ao questinário, **100% dos demais respondentes questionam a atuação da CNPdC**, sua *representatividade*, o fato de que *os membros não se renovam e são sempre os mesmos* que ocupam os espaços de interlocução com o MinC, e o fato de mesmo tendo recursos de um Pontão *"não há um trabalho real para ampliação dos membros e dos espaços de diálogo e não tem transparência no uso dos recursos públicos: falam da Rede Nacional, mas nunca perguntaram para a rede como deve ser a organização, quem deve ir falar com o MinC, não usam a expertisse dos ponteiros, como e em que se deve gastar o dinheiro do Pontão, tudo fica só entre eles mesmos e a Rede Nacional é usada como pretexto para eles ficarem cada vez mais perto do poder*" (RDEI). A CNPdC é um espaço onde há concentração de poder e a luta, no entendimento de 87% dos respondentes é para *"manter os mesmos no poder"*. Também avaliam que *"com as redes desestruturadas e sem organização em nível nacional, a CNPdC ocupou o espaço de interlocução com o MinC, foi legitimada pela atual Secretária que não conhecia as redes e não dialoga com elas e será muito difícil quebrar esse círculo vicioso"* (RDEI).

> RDEI - A CNPdC foi alimentada pelo MinC através do Pontão de Administração, uma aberração burocratizante do movimento, um erro que atrelou o movimento ao MinC deixando-nos reféns da burocracia e das políticas cambiantes.
>
> EI - Rede de Formulação - As redes do PCV na Pesquisa 2013.

Ao serem questionados sobre os espaços de diálogo e a qualidade desta interlocução dos pontos com a CNPdC, cerca de 80% dos Pontos responderam que a) não há espaço de diálogo ou b) não conhecem esses espaços.

> RDEI - Não há espaços de diálogo, o representante da CNPdC pouco compartilhou o que foi feito e quando compartilhou, foi pra levar resultados e nunca pra consultar, construir coletivamente. (...) O diálogo e vontade de escuta por parte da CNPdC inexiste, ao contrário, colocam-se em um pedestal de poder, exatamente como acontece no Congresso.
> RDEI - Participamos do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, mas da rede proposta pela Comissão Nacional não. De fato, NÃO foi formada uma rede a partir da inciativa da Comissão. Não concordamos com esse modelo de representatividade, a exemplo do Congresso Nacional, onde alguns poucos legislam por um coletivo que na maioria das vezes não é ouvido…. e no final das contas, o grupo seleto e elitista legisla em causa e benefício próprios.

> RDEI - Em nosso estado o representante CNPdC, não mantém diálogo com o segmento.
>
> RDEI - A interlocução do meu ponto com a CNPdC foi importante, pois tivemos muitas dúvidas no começo e o trocar de ideias com outras pessoas que já tinham experiência nos ajudou muito no nosso crescimento e desenvolvimento do ponto como um todo.
> EI - Rede de Formulação - A CNPdC no PCV na Pesquisa 2013.

O papel do MinC nas redes é sempre referido a um "antes" e um "depois", como já mencionado, marcado pelo diálogo e a situação presente, que melhorou em relação à gestão da ex-ministra Ana de Hollanda, mas que ainda está longe do ideal.

> RDEI - Antes ou depois da Ministra Ana de Holanda? Antes havia muito mais interlocução. Depois houve uma quebra no interesse da parte do MINC com essa interlocução.
>
> RDEI - Sobre política pública cultural para mim e muitos Pontos só existiram Gil, Juca Ferreira e Célio Turino. Depois deles tivemos uma sequência de decepções, ausências, atrasos, ruídos e falta de respeito com todas as conquistas realizadas pelos citados gestores culturais e Pontos de Cultura, que mudaram a direção do Ministério da Cultura e entraram para a história.
>
> RDEI - São dois momentos distintos, de Gil/Juca e depois. Então inicialmente teve interlocuções, inclusive como MinC, mas parece que hoje tem quase nada em comparação.
>
> RDEI - Lula e Gil são estrelas políticas que brilham com luz própria... puderam enfrentar a sanha dos segundos e terceiros escalões em luta pela perpetuação de siglas no poder, abriram caminhos que foram fechados com a política pragmática e pouco sensível culturalmente de Dilma... O terceiro setor organizado de aliado passou a vilão. Observe as declarações de Gilberto de Carvalho desde que era chefe de gabinete de Lula, quando assumiu a secretaria de governo e as mais recentes.... O governo mudou o discurso e a prática nas relações com a sociedade civil organizada.
>
> RDEI - Na primeira gestão, já observamos uma notável diferença quando Juca Ferreira assumiu o lugar do Gil. Juca, apesar de totalmente favorável ao programa Cultura Viva e todas as novas possibilidades de fomento à cultura do povo brasileiro, pode-se dizer que tinha uma certa avidez por deixar também sua marca pessoal. No que se refere aos programas vinculados à então SCC, todos os editais foram interrompidos em sua gestão, os pagamentos cancelados e a partir daí, iniciou-se de fato o processo de desmonte do programa. Com a entrada de Ana de Holanda, a catástrofe se instalou definitivamente e o movimento dos pontos de cultura, acostumado que estava com os fóruns de diálogo direto com os gestores do programa, não foram às ruas clamar à Presidenta Dilma pela imediata substituição da ministra. O caos instalou-se seriamente no MinC e o Programa ficou

100% comprometido. Com a entrada, mesmo que tardia de Marta Suplicy, houve uma retomada do diálogo que existia, mas mesmo assim, observou-se um total desconhecimento por parte dela de todo o Programa e consequente mobilização que ele gerou. O momento atual é de volta a algum diálogo, mas eu pessoalmente observo que o MinC ainda está muito na defensiva ao invés de se lançar no pleno diálogo pra ouvir as demandas da comunidade. Nesse sentido, acredito que a interlocução da CNPdC tenha acentuado ainda mais esse fraco diálogo e real escuta da rede de pontos.

RDEI - A partir de Dilma a coisa toda desandou... não só paralisou senão pior foi de retrocesso.... nos últimos meses, com achegada de Suplicy, melhorou uma pisquinha as coisas...

RDEI - Na gestão Marta Porto houve perseguição e criminalização de varios ponteiros, foi um periodo de "trevas". Com a entrada da Marcia Rollemberg se alterou radicalmente a oportunidade de dialogo e ela reconheceu a Comissao Nacional dos Pontos. (...) A Marta Suplicy esteve uma vez com a comissão, mas depois de quase um ano e de ter antes recebido vários outros movimentos que não eram pontos mas se diziam ponteiros. A questão é maior, mais complexa, não adianta muito ter alguém mais aberto, como a Marcia Rollemberg, se você tem na presidência da república alguém que não enxerga a cultura como prioridade, como é o caso da presidenta Dilma.

RDEI - Não tem como comparar as duas gestões, a primeira compreendia os princípios do programa e buscava ampliar essa compreensão entre os participantes através de ações concretas. A última parece não compreender bem o programa e ainda desarticula também através de ações concretas.

RDEI - Olha, percebo uma diferença brutal. A gestão anterior tomava o programa como prioridade e tudo parecia voltado para o seu desenvolvimento, aprofundamento e fortalecimento. Com a mudança de governo a sensação que passou, principalmente para os governos estaduais, que pareceram incorporar rapidamente esse "direcionamento", era que o foco da gestão não estava mais no programa, que este era uma "dor de cabeça" devido aos problemas de prestação de contas e ao envolvimento quase maternal com a gestão anterior. No fundo, isso representa uma questão mais estrutural que se refere ao desenvolvimento das políticas culturais no país. Elas são vistas como ferramentas de poder e de manipulação de governo, cada governo cria o seu "instrumento manipulativo" e não se estabelece uma política de Estado para a cultura. Antes era o Cultura Viva, que equivocadamente e erroneamente se alicerçou como "filho de alguém", o que reduziu seu enorme poder transformador ao personificar uma política de dimensões internacionais. Depois a bola da vez foi a economia criativa, que agora é sufocada pelos CEUs. No final das contas todos são projetos importantes, que devem ser utilizados como políticas interligadas e em constante diálogo. O Brasil precisa entender que quando se fala de investimento público, de política pública não exite pai e se este o existir é a sociedade civil através de uma representatividade

política, que ela elege a partir de um reconhecimento e de uma concordância com um programa de governo que direciona os tipos de programas. Ou seja, se existe o cultura viva foi por que o país concordou e elegeu um governo voltado para a população historicamente alijada das estruturas de poder.

RDEI - Considerando o período de 2004 a 2010, o Ministério da Cultura teve uma gestão de uma mesma linha teórico-política. Foram os anos de fundação do PCV e os anos em que a filosofia de Do In Atropológico esteve bastante presente. Alguns vão afirmar que foram anos áureos do PCV. Em 2010 ocorre uma ruptura, uma mudança grande na linha filosófica e de gestão, provocando uma transformação e um achatamento de diversos aspectos antes mais diversos e respeitosos.

RDEI - Não foram tempos excelentes, mas bastante coisa interessante aconteceu. Transformações entraram em curso e mudaram muito as oportunidades dadas. Algumas crises que permanecem até hoje, como por exemplo os sistemas de repasse e controle de recursos do Estado para a Sociedade, nasceram nesse período.

RDEI - Em 2011 há uma ruptura de gestão. A então nova ministra Ana de Holanda era avessa e incompreendia muitas da ideias postas e fundadas nos ideais de igualitarismo, protagonismo, autonomia, fomento público, etc. E essa gestão também tinha herdado dívidas enormes das gestões anteriores, o que dificultava novos investimentos. Houve pressão popular pública e bastante desarranjo no cenário como um todo.

EI - Rede de Formulação - O MinC no PCV na Pesquisa 2013.

Célio Turino, agora ex-Secretário, faz uma crítica contundente ao *"desmonte do PCV no Governo da Presidenta Dilma"*:

> Passados nove anos desde a formulação inicial do programa, o Cultura Viva está reduzido a algumas centenas de Pontos de Cultura que efetivamente receberam algum recurso no período de doze meses, além do estrangulamento aos Pontões de Cultura, que não mais recebem recursos (e que tinham um papel estratégico na consolidação de redes temáticas ou territoriais, como redes horizontais de formação, difusão e articulação entre os próprios Pontos de Cultura), bem como os editais para as Ações do programa foram praticamente abandonadas (exceto Interações Estéticas, em edital realizado pela Funarte, para intercambio entre artistas profissionais e Pontos de Cultura). Há que perguntar: o que representou todo este esforço em conceituação, gestão e aplicação desta política pública e qual o motivo de o programa Cultura Viva estar sofrendo tamanho retrocesso nos tempos atuais? (TURINO:2013).

Ele mesmo responde a questão, colocando cinco motivos para o desmonte do PCV:

> Uma política pública como o Cultura Viva e os Pontos de Cultura só pôde surgir em um **momento político muito determinado**. Não me refiro ao ponto de vista político-partidário, mas ao **simbolismo da eleição do presidente Lula, em 2002, que abriu um novo ambiente para o protagonismo popular**.

> A história de vida do presidente Lula se mistura com a história do povo e sua imagem provocou uma simbiose que permitiu que as pessoas acreditassem mais nelas mesmas, colocando-se em movimento. Foi esse caldo de cultura que arou um terreno fértil para a experimentação de políticas públicas participativas e inovadoras;
> A **inclusão social** foi a marca do novo ciclo governamental iniciado em 2003, os dados são incontestáveis. Todavia, apesar do forte componente inclusivo do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura ("reconhecer e apoiar grupos sociais e culturais historicamente alijados"), o programa pretendia além, apresentando o componente emancipatório, alicerçado no tripé autonomia, protagonismo, empoderamento. Por diversas vezes, eu próprio dizia que o grande indicador de êxito do programa estaria na "perda do controle", o que era uma contradição para alguém que ocupava cargo de gestão de Estado;
> A lógica do Estado é a lógica da imposição e controle. Porém, a lógica do Cultura Viva era outra: "do Estado que impõe para o Estado que dispõe", "do Estado que controla para o Estado que está disposto a perder o controle". A imposição e controle do Estado são estabelecidos pela técnica (principalmente quando técnica se transforma em ideologia), que se traduz na burocracia, com suas normas, portarias, decretos e leis, e *habitus* (no conceito de Bordieu) burocrático, como uma maneira de ser do aparato de controle estatal. Aí reside a contradição entre a lógica de um governo reformista e com proposta de inclusão social, mas subordinado à lógica de controle de Estado e de manutenção do equilíbrio de poder que o sustenta. Como o Cultura Viva se propunha ir além da inclusão, houve o embate e o programa travou;
> Na primeira fase do governo Lula, sobretudo no Ministério da Cultura, havia algum **espaço para experimentações** de políticas públicas inovadoras, principalmente pela carga simbólica representada por um deslocamento de classes no exercício de governo. Foi nesta brecha que o Cultura Viva surgiu, como se tivesse entrado por uma pequena fresta de porta que logo mais se fecharia. Enquanto houve vontade política combinada com a baixa institucionalidade no Ministério da Cultura, foi possível avançar. Depois, tudo tornou- se mais difícil;
> Sob o governo Dilma estas poucas frestas simbólicas foram ainda mais fechadas. E o **império da técnica e da gestão se sobrepôs ao mundo dos sonhos** (ou da experimentação, para manter o termo no léxico tecnicista). Não que tenha sido uma intenção perversa e premeditada, buscando conter inovações para além das formas tradicionais, mas foi da própria lógica do Sistema Estado, que precisa se autopreservar. Cultura Viva diz respeito à pluralidade da vida, de suas expressões e desejos, mas o mundo da técnica transforma tudo em coisa, até mesmo a gratuidade da vida. Com isso, Oficinas de Conhecimentos Livres tiveram que ceder lugar à Economia Criativa (submetendo a Cultura à lógica da economia e não o contrário) e processos formativos horizontais (em que um Ponto contribuía com outro via afecções e as ideias se disseminavam de forma virótica) passaram a ser substituídos por formações verticais. E tudo amparado no discurso da qualificação técnica, em que os agentes do Estado são os qualificadores e os representantes da sociedade os desqualificados (TURINO:2013).

O campo semântico que acompanha os depoimentos dos respondentes mostra uma recorrência nos termos que caracterizam a interlocução do MinC com as redes: *pouco ativo, retrocesso, ausente, ineficiente, desarticulado, fraco, desinteressado*, só atuando sob pressão:

RDEI - Houve uma desarticulação das redes do Programa Cultura Viva muito radical. Foi um retrocesso.

RDEI - Há uma opção estratégica por enfraquecer e desmantelar o Programa Cultura Viva.

RDEI - (Há) graves questões relacionadas à descontinuação e esvaziamento do Programa Cultura Viva enquanto opção estratégica do atual governo.

RDEI - Atualmente o MinC está **muito ausente do processo**, muitas vezes **atuando de maneira reativaa cobranças** sobre a continuidade ou não do programa.

RDEI - Atualmente parece haver uma **decisão estratégica pelo descontinuamento** dessa importante ação de governo que para mim ainda não se consolidou enquanto política pública de Estado ou mesmo de governo.

RDEI - Hoje o MinC encontra-se mais **distante e burocratizado**, num outro momento de institucionalização e fortalecimento da política num contexto nacional.

RDEI - **Extremamente fraco**. Muito pouca articulação, **só há encontros e diálogos depois da pressão da rede.**

RDEI - Hoje mantemos as nossas atividades não por causa das redes, mas por causa da nossa vontade de continuar trabalhando com as comunidades ao redor da instituição, buscando o que for possível de parceria e de interlocução.

RDEI - Hoje o MinC, sua ministra, está preocupado com o CEU das Artes, nao tem olhos para o Cultura Viva, basta ver que os editais praticamente acabaram.

EI - Rede de Formulação - O MinC no PCV na Pesquisa 2013.

Há também posicionamentos que avaliam favoravelmente a atual gestão da SCDC, como pode-se perceber nos RDEI abaixo:

RDEI - Hoje existe o inicio de um diálogo caso a caso.

RDEI - Nada mudou para o nosso Ponto de Cultura.

RDEI - Na minha opinião a gestão atual na acredita no Programa Cultura Viva.

RDEI - A gestão atual é mais participativa, mais madura, mais experiente e os resultados são mais efetivos.

RDEI - Não posso opinar nesta questão, pois não sei como foi a gestão de 2004, mas na gestão de 2011 para nós foi boa, mesmo com algumas falhas, pois estávamos conhecendo o que era Ponto de Cultura.

RDEI - A primeira gestão foi mais orgânica, a segunda busca uma estruturação e um suporte maior para esta ação como politica nacional. Os processos então se tornam mais burocraticos com o objetivo de garantir a existencia da programa na politica nacional.

RDEI - Acredito que entre 2004 e 2010 foi um período importante para a consolidação do programa Cultura Viva, acredito que a partir de 2011 a visão do programa já havia sido ampliada, que tanto os gestores quanto a sociedade civil está mais esclarecida de como é o programa, mas vejo que ainda faltam investimentos, e até mesmo a busca de maiores financiamentos para os pontos.

RDEI - São fases diferentes: o primeiro momento foi o da criação, ampliação e fortalecimentos dos pontos de cultura, e posteriormente das suas redes, assim como o início do processo de autocrítica diante dos vários problemas, especialmente administrativos, relacionados ao programa. A partir de 2011 tem início um processo de revisão, que ainda está caminhando - o que ensombreou momentaneamente, digamos, a visibilidade dos pontos. Com a aprovação da lei Cultura Viva, e sua posterior sanção e regulamentação, espero que estes dois novos momentos encontrem um ponto de convergência que propulsionem o programa.

RDEI - No período de 2004 a 2010 o programa era as pupilas do MinC a partir de 2011 tivemos duas fases uma de desmonte do programa e outra de reconstrução e de respeito para como programa bem como de valorização desse como espaço de democratização no acesso a cultura nesse país.

RDEI - Realmente houve uma ampliação dos recursos, mas em muitos municípios as ações são incipientes. As ações ainda se encontram centralizadas nas capitais, principalmente nas regiões sudeste e sul.

RDEI - Reduzindo a sua mínima essência eu diria que a diferença fundamental é que no primeiro período (2004/2010) o gestor do Programa foi o seu formulador, que tinha como princípio focar nas potências que sustentavam o Programa. Enquanto a partir de 2011 os gestores que se sucederam tiveram o olhar voltado exclusivamente para a gestão, com a cultura do foco nas carências/problemas. Isto pode parecer pouco, mas não é. Muito pelo contrário, isto é que faz a diferença. Porém, pela responsabilidade que me cabe, diante das possíveis implicações que as minhas resposta tenham no resultado final desta Tese, a bem da verdade, não há nenhuma garantia de que se a gestação permanecesse com o formulador do Programa, neste novo cenário que se configurou no Governo Dilma e nas condições globais da economia pós 2010, o Programa estaria melhor do que está agora.
Porque tirando a inoperância do MinC no exercício de 2010 e a reação contrária ao Programa Cultura Viva na gestão de 2011, o Programa, de um modo geral, tem dado sinais de franca recuperação, voltando a se aproximar de sua gênese, numa

> extraordinária resistência à inexorável esquizofrenia crônica na relação entre o Governo e a sociedade civil.
>
> EI - Rede de Formulação - O MinC no PCV na Pesquisa 2013.

Alguns depoimentos mostram como diferentes posições-sujeito interpretam a perda de prioridade do PCV na agenda do ministério e o papel do MinC nessa nova conjuntura.

> RDEI - Essa é uma questão difícil também porque o MinC é uma instituição e quem se comunica são pessoas. Pessoas são mais transitórias e mais subjetivas do que instituições. Avaliar o papel de uma instituição é antes olhar para os sujeitos que adquirem voz institucional.
>
> RDEI - O papel do MinC já esteve melhor definido. Hoje, até por conta do **estágio de descaso e quase abandono** do governo federal para com o programa Cultura Viva, esta interlocução tem se dado, quase que solitariamente, via Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, ainda assim de uma forma bastante conflituosa, com um foco bastante claro e intenso na **"criminalização"** das entidades que se tornaram Ponto de Cultura.
>
> RDEI - Apesar de conhecermos que o MinC exerce grande papel nestas redes, afinal os recursos em sua maioria originam-se daí, não temos um contato direto com esta esfera governamental. O diálogo é **distante, com ausência de transparência** em algumas ações.
>
> RDEI - **O MinC se limita, quando muito, a dialogar com a CNPdC**.
>
> RDEI - O MinC preparava o terreno para que a própria comunidade pautasse o governo federal, como deve ser em um governo que se pretende de fortalecimento social. Não é o que acontece hoje em dia, apesar da **nova abertura** com a entrada da atual ministra, a postura do MinC ainda é de **defensiva ao invés de colaborativa**. Não exclui, é verdade, como lamentavelmente aconteceu com a ex-ministra, mas ainda não reflete as demandas reais dos Pontos de Cultura, principalmente no que se refere ao diálogo que passa sempre pela tal **comissão nacional nada representativa**.
>
> RDEI - Percebo pouca integração com a representação da rede de pontos e falta de orientação e formação em relação a parte burocrática. As informações nem sempre chegam, as formações em relação a gestão financeira e administrativa não foram suficientes, é só notar a quantidade de problemas em prestações de contas, muitas vezes por falta de orientação e até mesmo falta de assessoria do MinC. Os atrasos nos repasses de parcelas, prêmios, cancelamento de editais e outros descumprimentos interferem bastante no desenvolvimento dos trabalhos e na relação dos pontos de cultura com seus públicos.

> RDEI - Olha, a realidade é que o MinC se mantinha muito afastado do diálogo tanto com o Estado, quanto com as entidades. No processo de gestão dos convênios existia muita dificuldade no contato e demora nas respostas sobre eventuais dúvidas jurídicas e técnicas para o desenvolvimento das prestações de conta. Houveram muitas informações desencontradas que sacrificaram as entidades na prestação de contas. Houveram reuniões com a representação regional na tentativa de criação de parcerias, realização de capacitações e estas nunca foram atendidas, pelo menos no período em que estive na gestão.
>
> EI - Rede de Formulação - Papel do MINC nas redes do PCV na Pesquisa 2013.

Os diferentes entendimentos sobre o papel do MinC nas redes remete à noção de *gestão compartilhada* e o que se entende que é compartilhado. Os respondentes, a partir de diferentes posições, constróem seus entendimentos:

> RDEI - Creio que não há um conceito cristalizado e nem acordado entre os pontos de cultura sobre o que seria gestão compartilhada. Talvez nem mesmo algo uníssono ou de entendimento pleno entre os membros do poder público. Eu entendo, assim como demais companheiros e companheiras aqui do nosso ponto, que Gestão Compartilhada compreende espaços de validação e de execução de políticas em que exista paridade e equidade entre os membros que compartilhariam a gestão. Sendo assim, creio que ela aconteceu muito pouco entre Pontos de Cultura (sociedade civil, digamos, organizada) e Poder Público (esferas federais, estaduais e municipais). Talvez uma experiência de gestão conjunta tenha se dado em alguns momentos nos quais a organização de eventos, como as TEIAS por exemplo, tenha sido importante.
>
> RDEI - Resumindo, creio que a gestão compartilhada pressuporia o desafio de uma gestão total, ou ao menos de uma gestão mais abrangente em seus aspectos de controle e poder, que fosse precedida da discussão, elaboração e aceitação ampla de conceitos-base como democracia, autonomia, independência, diversidade, Estado e Trabalho. Só dessa forma, creio, uma gestão compartilhada estaria apta a operar num nível mais ético e progressista, com valores que coadunaria em cheio com as ideias centrais do PCV.
>
> RDEI - É a gestão que além das 03 esferas governamentais (município, estado e união), tem participação efetiva da sociedade civil.
>
> RDEI - Gestão compartilhada foi um termo criado para designar o repasse de recursos financeiros pelo estado para grupos organizados da sociedade civil atuarem em rede e diretamente com comunidades excluídas das políticas públicas, mas na hora da prestação das contas o compartilhamento desapareceu e os

pontos estão ai da sendo criminalizados por erros de gestores bem intencionados mas sem experiência com as lutas intestinais pelo poder que permeiam as relações políticas no Brasil.

RDEI - A gestão compartilhada deve ser construída de baixo para cima, dos micro-grupos constituídos por afinidade local ou temática (regional não no sentido das regiões do país, mas das micro-regiões em cada estado e assim por diante), passando por grupos locais, estaduais, regionais (aqui sim, das regiões do país), até chegar ao grande grupo nacional. É uma gestão que demanda maior tempo de reflexão e construção para garantir a fala de todos e todas, mas apesar do tempo maior, o resultado é mais efetivo e eficiente, no sentido que reflete exatamente o que é demanda das pontas. Atualmente o modelo de gestão é viciado, pautado no modelo de democracia por maioria e representatividade que exercemos no Congresso Nacional. Os "representantes" dos pontos, a exemplo de nosso representantes no Congresso, legislam, na maioria das vezes, em causa e benefício próprios, buscando auto-projeção nos espaços já estabelecidos de poder. Atualmente o governo dialoga com a CNPdC achando (e tenho certeza, sabendo que não) que dialoga com toda a rede de Pontos do Brasil.

RDEI - A gestão democrática antes de tudo tem a ver com controle social, como a nossa cultura está distante desta pratica resta o compartilhamento como dádiva e mesmo assim as responsabilidades ainda são negligenciadas de ambos os lados e o máximo que se consegue são as parcerias ainda pouco democratizadas. A sociedade não se apoderou do conceito de cidadania e tanto negligencia deveres como abre mão de direitos.

RDEI - Entendo que deve ser a busca da autonomia por ambas as partes mas deveria ser mais pautada em processos educativos transformadores e não em simples repasse de funções burocráticas.

RDEI - Gestão compartilhada é uma proposta que parece democratizar a gestão dos recursos públicos. Acontece em vários espaços e áreas. O que é compartilhado é o planejamento do investimento público em termos de repasse de recursos, que se dá após aprovação do plano de investimentos financeiro.

EI - Rede de Formulação - Gestão Compartilhada no PCV na Pesquisa 2013.

Há diferentes efeitos de sentido sobre o que é a gestão compartilhada e como ela acontece no PCV, como pode-se observar pelos recortes discursivos acima. Embora reafirmada constantemente nos discursos do MinC, ela faz parte de um discurso que encontra dificuldades em ancorar em práticas concretas. Pelo que pode-se perceber abaixo houve épocas em que essa ideia se fazia mais presente, há pontos que participaram

dos espaços de interlocução e outros nunca vivenciaram estas práticas, estão afastados do MinC.

> RDEI - A primeira grande experiência neste sentido aconteceu no Rio de Janeiro, quando o convênio entre o MINC e o MTE começou a "*fazer água*". As Bolsas dos Agentes Cultura Viva não foram pagas, colocando vários gestores de Pontos de Cultura que trabalhavam em comunidades de baixa renda e iminente rico social, sob ameaça de morte, pelos "donos dos Morros".
> Era uma situação dramática, é verdade, mas, de certa forma, corriqueira no Brasil, principalmente no RJ. (...)
> Esses gestores, ameaçados de morte, marcaram uma reunião com o Célio Turino na Representação do MINC RJ/ES e disseram que não sairiam de lá sem uma resposta concreta e objetiva do MINC.
> Sabe qual foi a resposta? No dia seguinte desembarcaram no RJ o Ministro Gil e o Secretário Executivo do MTE, para uma reunião histórica, que duraria o dia inteiro, para encontrar uma solução imediata para o problema.
>
> RDEI - É na primeira TEIA Nacional, na Bienal de SP, que o Fórum do RJ articula com os outro grupos do Brasil a formação de um Fórum Nacional.
> Mais uma vez os gestores públicos, responsáveis pelo Programa, se sentam para dialogar com a Ponteirada. Inclusive o Ministro da Cultura, Gil. No que, a meu juízo, pode ter o nome que se quiser dar, mas, definitivamente, se configura em uma forma - heterodoxa, talvez – de gestão compartilhada.
> A TEIA, naturalmente, pelo seu ineditismo, teve toda sorte de contratempos possíveis e imagináveis. Inimagináveis, também.
> E ali mesmo, no calor da emoção, num ambiente de muitas queixas e reclamações (eu estava lá por minha conta) ficou decidido que a próxima TEIA teria sua gestão compartilhada entre a Ponteirada e o MINC.
> Neste momento ainda não existia a CNPdC, que seria criada, justamente, na TEIA seguinte.
> Nem a Ponteirada nem o Governo sabia muito bem como se daria este processo de gestão compartilhada. Só sabíamos que seria compartilhada. E foi. (opinião pessoal: a 2ª TEIA – compartilhada – foi muito pior do que a primeira, que motivou a gestão compartilhada).
> Coube ao MINC desenhar o processo.
> Foi negociado a realização das TEIAS Estaduais por conta e risco da Ponteirada, com um pequeno apoio financeiro e político do MINC, para elegermos uma delegação de 5% do número de Ponteiros e Ponteiras participantes das TEIAS Estaduais para um primeira grande reunião em BH, para tirarmos os nomes para a Comissão Organizadora da 2ª TEIA Nacional e da criação do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (de onde derivou a CNPdC).
>
> RDEI - Não existe gestão compartilhada.
>
> RDEI - Vejo a gestão compartilhada só existir dentro do Ponto.... Não nos Pontões... Não muito nas Redes...E pouco ou quase

nada fazendo dialogar A SOCIEDADE CIVIL com o/s ESTADO/s.

RDEI - A gestão compartilhada não acontece em momento algum, pois nem a própria CNPdC dialoga com suas pontas, mas sim, articula questões de interesse pessoal com o MinC, como a construção da próxima Teia Nacional e a apresenta para a rede como algo pronto e estabelecido ou em construção por esta comissão, ou seja, nem em momentos presenciais, como as Teias estaduais e regionais, a construção coletiva é garantida.

RDEI - Ainda não atingimos este grau de cidadania, principalmente o cidadão comum, de se perceber um ser Republicano, ou inserido numa Democracia republicana que lhe outorga o poder de compartilhar a gestão de seu território, cidade, bairro etc. Porém, a criação dos Fóruns das diversas Linguagens Artísticas e regionais deu um grande avanço para organizar os grupos nas articulações em pro de suas causas e lutas.

RDEI - Não existe gestão compartilhada. Existe a ausculta aos PCs durante as reuniões, Teias e Fóruns dos PCs. O que existe é a produção colaborativa, em parte, de algumas Teias, eventos, reuniões e fóruns.

RDEI - É sempre complicado, por uma vocação autocentrada do Estado e as instâncias de governo, por uma falta de cultura de participação realmente democrática. Não há equidade na distribuição do poder.

RDEI - A sociedade civil através dos Pontos faz o papel do MINC nas bases, porque o Ministério não tem pernas para chegar. Esta ação onde sociedade e governo são parceiros tem que ter o compromisso dos dois, e isso muita das vezes não acontece.

RDEI - No modelo atual, o MinC com a CNPdC articulam, propõem um modelo pronto e a rede .... aceita!

RDEI - Seria nos conselhos...mas que como disse...é manipulado pela força do Estado. Nossas instâncias de governanças são manipuladas e comprometidas com o poder e não com a cultura local.

RDEI - Há limites em "compartilhar" a gestão, construir uma relação onde o Estado "compartilha poder com novos sujeitos sociais". Estado e sociedade possuem interesses diversos e, muitas vezes, contraditórios. No caso do Cultura Viva, é possível considerar que havia uma gestão participativa, requerida pelos sujeitos culturais e reconhecida pelo Ministério.

RDEI - Percebo que são compartilhados apenas os problemas. Não vejo transparência, preparo prévio e formação dos responsáveis pelas ações.

RDEI - Não se sabe muito bem como esta gestão compartilhada deva ser realizada. O entendimento dos pontos sobre isto está muito pautado em observar o Estado como financiador e não como parceiro. O estado se ausenta de seu papel de coordenador desta REDE, se ausenta de seu papel de monitoramento, acompanhamento e muitas vezes quer se reduzir a uma instituição que corrige e pune através das prestações de conta, sem se atentar para as questões conceituais, para sua função formativa e fomentadora para além do convênio assinado.

RDEI - O Movimento (do PC) não chegou a adquirir maturidade e os papéis ainda não estavam bem definidos quando o governo deu uma guinada e passou a criminalizar os pontos de cultura ao invés de ajuda-los a se entenderem em redes e representações num país tão diverso e imaturo politicamente que hoje não se pode falar em papeis e sim em crise de representação desses fóruns distanciados de seus representados.

RDEI - Entendemos que o governo federal nesta atual gestão não deu a devida atenção à importante rede que foi tramada no Brasil durante a gestão Gil. (...) Afirmo uma vez mais que não compactuamos com o modelo atual estabelecido e que a política de pontões deveria ser melhor discutida, de maneira horizontal e não no gabinete, com alguns poucos representantes da tal comissão nacional, que tem interesse pessoal em se manter nesse lugar de poder.

RDEI - Esse modelo que repete o modelo vertical proposto no Congresso Nacional é decadente, desmoralizante e não reflete a real vontade e demanda da população. A princípio, o MINC só escuta quando há protestos ou então pelo que é levado pela CNPdC.

RDEI - Fóruns criados de cima pra baixo...é difícil de atuar em prol das minorias...

RDEI - Acho o papel dos Fóruns, comitês importantes, pois é neles que há a integração de todos os Pontos, Pontões e Pontinhos de Cultura. As dúvidas, sugestões e propostas de melhorias são expostas, a interlocução com MINC é direta, as vezes são esclarecidas as dúvidas e em outras vezes não. Os fóruns deveriam ser mais propositivos e deliberativos, com o MinC disposto a participar deles com mais disposição para o encantamento e o diálogo e menos enfrentamento e pragmatismo.

RDEI - Funcionários e/ou em maior medida consultores contratados pelo ministério da cultura para desempenhar diversos papeis no PCV, por vezes, participaram e participam de espaços presenciais e virtuais onde Pontos de Cultura se encontram. Essa participação, embora muitas vezes bastante cuidadosa e compromissada, pode ser vista muito mais como uma participação de ausculta e de colaboração do que como uma participação que permite alterar estruturas de poder ou alterar as gestões estratégicas, orçamentais ou legais do PCV.

> RDEI - Um outro aspecto da interlocução pode ser observado ao notar os canais digitais institucionais que o MinC mantém. Há um site no ar que posta conteúdo, responde questões, mantém um sistema de acompanhamento de propostas de projetos. Há perfis em redes sociais e há mailings que são lançados periodicamente. E estas instâncias funcionam para quaisquer projetos e ações em que o Ministério atue, então não é algo voltado exclusivamente para o PCV (nem poderia), mas abarca este com algum alcance. É funcional? É. Mas funciona para o que pretende ser em muitas das vezes: divulgação de eventos, ação, projetos, editais, etc; manutenção de contatos; resoluções de dúvidas sobre programas ou convênios. Nada mais do que isso, salvaguardadas raras exceções.
>
> RDEI - O Ministério não mantém por exemplo um tipo de interlocução promovida por uma equipe de campo, que alimente por exemplo, do lado digital, uma base de informações integral, uma base de dados pública ou fechada, que mapeie dados e relações políticas, sociais, produtivas e geográficas dos participantes do PCV ou de quaisquer outros projetos ou programas (pelo menos de que tenho conhecimento) em constância. Em geral, se isso se dá de alguma forma, é por intermédio de dados objetivos, formulários, índices e quase nunca por um tipo de interlocução calcada na ausculta ou em canais presenciais de maior proximidade, quiçá legalmente validados. Isso, ao que parece quanto ao PCV, foi tentado enquanto iniciativa de reformulação, de redesenho, por profissionais que naquele momento (recentemente Ipea elaborou isso) mesmo não sendo diretamente o Ministério eram, em partes, os ouvidos e os olhos deste e que estavam debruçados sobre uma ampla pesquisa sobre o programa (ainda que incompreendia e/ou criticada por muitos). E bem antes disso, se quisermos ampliar essa ideia, isso ocorria enquanto tentativa no momento em que membros, e/ou representantes de Pontos de Cultura, e consultores do MinC, e/ou representantes de modo geral, estavam juntos em eventos e ações coordenadas de articulação da rede, como em eventos, a exemplo das Oficinas Nacionais para Inclusão Digital, FISLs, etc. (de 2004-2010). Mas, reiterando, não existe uma interlocução comunicacional constante e plena a todo instante. Existem tentativas. Talvez isso tenha de ser experimentado e gestado a diversas mãos.
>
> EI - Rede de Formulação - A Gestão Compartilhada no PCV na Pesquisa 2013.

Reuniões e grupos de trabalho que não repercutem além deles mesmos e não mudam a forma de gestão, não são considerados instâncias de gestão compartilhada pela maioria dos respondentes, indo em direção contrário ao que preconiza a SCDC. Há - e sempre houve no CV - uma agenda intensa de encontros e reuniões. A pauta, o que foi acordado e os prazos não são publicizados e essa interlocução fica sempre restrita aos presentes. Essa prática, mais do que qualquer discurso, demonstra o papel das redes no

PCV. As Teias geraram vários documentos e manifestos, mas ainda não há um estudo analítico por parte da SCDC que mostre o que aconteceu com essas diretrizes. Os depoimentos dos gestores públicos mostram que os relatórios das Teias não pautaram o planejamento da SCDC, a não ser onde coincidiam com o que a Secretaria já estava organizada para fazer de qualquer modo.

A pesquisa 2013 sobre o PCV aponta vários sentidos para as redes e a gestão compartilhada: *há rede, não há rede, não sei se há rede, precisa de rede, não precisa de rede, tem gestão, não tem gestão, não sei, etc. ...* as diferentes posições-sujeito mostram diversos níveis de entendimento e de vinculação à política. São respostas nascidas da experiência de fazer parte do programa e cada posição tem uma percepção singular do modo como ele funciona, não há muitos elementos para generalizações. As narrativas dos respondentes mostram com muita eficácia o que é o *efeito de sentido* que a AD defende e *como o sentido pode ser outro* a partir da inscrição do sujeito na história e na ideologia. Para ser clara: o PCV tem um *discurso fundador*, dito e repetido ao longo de toda a gestão, que constitui sua *memória discursiva* e houve por parte dos gestores um esforço contínuo para cristalizar algumas ideias como a rede e a gestão compartilhada. Ou seja, o sentido deveria ser evidente para todos, o trabalho do discurso populista é no sentido de consolidar a memória discursiva do programa. E é bem sucedido até certo ponto, até 2010, quando repercute em posições-sujeito que se identificam e aceitam as premissas do discurso fundador.

Mas a FD-MinC2011-2014 é constituída de várias posições e os níveis de identificação com a forma-sujeito varia e, a partir delas, reestruturam os sentidos que estão postos, de diferentes lugares sociais, políticos e ideológicos, organizam narrativas plurais que mostram interpretações possíveis para a mesma materialidade textual. A política *se apresenta e funciona* de modo diferente para cada um dos respondentes.

Ao considerar os diferentes momentos do PCV - o Seminário Internacional e no período da primeira pesquisa do IPEA (2007 a 2009), a segunda Pesquisa do IPEA (2010-2011), o Redesenho (2012), a Pesquisa 2013 -, podemos ver nos depoimentos disponíveis que até 2009 o discurso dos pontos e pontões era mais *parafrásico*, de adesão e parceria, a descrição dos problemas de gestão apontavam que eles eram resultado do *excesso de burocracia* do Estado. A partir de 2010, os respondentes entendem que se

configura um olhar mais crítico - na perspectiva discursiva, há um recuo e um descolamento da *memória discursiva*, vários elementos são problematizados e há o início da percepção de um "antes" idealizado e um "depois" que tende para considerar o PCV como um *problema*. A partir de 2011 essa percepção se consolida como o modo de falar sobre o programa e o "depois" simboliza um "retrocesso" na política cultural.

No discurso dos pontos e pontões há o entendimento que ocorreu uma inversão: se antes a burocracia era vista como um "entrave", agora os pontos são responsabilizados, "criminalizados" por suas dificuldades em lidar com os intrumentos. E todo o discurso sobre redes e gestão compartilhada é desconstruído e reelaborado, como fica patente na Pesquisa 2013.

Por outro lado, os depoimentos dos pontos e pontões que têm convênio com os governos estaduais e municipais e não faziam parte, portanto, da agenda política do MinC, tem uma avaliação favorável da atual SCDC. A atual política da SCDC funciona de maneira distinta para quem tem a *memória discursiva* como *legado* e para quem não tem experiência anterior com o programa. Creio que vale uma reflexão sobre os *pequenos mundos* de sentido que o espaço de interlocução expõe.

6.5 PEQUENOS MUNDOS DE SENTIDO

> O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.
>
> **José Guimarães Rosa**

O que explica narrativas tão diferenciadas para falar de uma mesma política? Como entender posições excludentes, que revelam diferentes *níveis entendimento* do funcionamento do programa? Como o programa funciona para alguns e não para outros? Que Estado é esse que se conforma com tal grau de ambiguidade? O espaço de interlocução, mais do que responder questões, inspira novas questões.

Os pontos, os pontões, os gestores, os parceiros, os intelectuais configuram, literal e metaforicamente, *pequenos mundos de sentidos*. Estes *diferentes níveis de entendimento* mais do que referirem-se a possíveis diferenças cognitivas, epistemológicas ou

ontológicas, na perspectiva discursiva, falam de *posições sociais, políticas e ideológicas* que conformam a identificação ou contra-identificação com os conteúdos semânticos-discursivos do Cultura Viva. Essa *metáfora* que adoto para referir a este amplo espectro de sentidos e narrativas aponta para uma *forma rizomática de articulação da experiência*, que parte de realidades fluidas, heterogêneas, polifônicas e, muitas vezes, experimentais que se encontram *no espaço de interlocução*.

O *espaço de interlocução* se configura como uma atualização do discurso fundador e aponta diversas direções de sentidos que denominei, metaforicamente, *pequenos mundos* porque mostra diferentes modos de se relacionar com o Programa Cultura Viva e descreve, parcialmente, a relação entre os pontos e como organizaram suas *redes de relações*. Defendo que *os pequenos mundos* produzem reflexões consistentes sobre a implementação da política pública, como ela ancora em práticas concretas e com isso produz elementos importantes para pensar sua qualificação e alinhamento. Os discursos mostram uma relação conflituosa com a burocracia que aparece somente como um entrave. Esta posição é apresentada também do discurso fundador e não ajuda a construir pontes de compreensão. A burocracia, nesta perspectiva é o *Outro*, o *estrangeiro* de que fala Bauman (2009) para tratar da *alteridade*, e muitos ponteiros *esquecem* o discurso da inclusão e da diversidade que pontua suas narrativas e mostram o mesmo preconceito e desdém que sofrem e muitas vezes recusam-se a dialogar com seus conteúdos, tomando-os inevitalvemente por "tentativa de desmonte". Essa é uma dimensão que urge ser superada de ambos os lados, para que se possa construir elementos que superem o senso-comum, o olhar estreito que um tem do outro e se crie as condições para as mudanças necessárias.

Pêcheux, em *Ler o arquivo hoje* (ORLANDI:2010), critica o que ele denominada de tradicional *"divisão social do trabalho da leitura"* (p.52), ao afirmar que a sociedade construiu formas de dominação política quando reservou a alguns (os especialistas, os intelectuais, os literatos, os cientistas, etc.) o direito de produzir leituras *originais* ou *interpretativas* enquanto que outros (a grande maioria) se limitam a reproduzir o que o *texto quis dizer*, tem sua leitura dirigida. O *espaço de interlocução* aponta para um início de uma reestruturação da *"divisão social do trabalho da leitura"* no momento em que os *pequenos mundos* encontram-se com a política e a burocracia e, a partir do seu lugar

social, se permitem ir além do discordar ou concordar com a política - *leituras parafrásicas orientadas pela ideologia* -, mas também se posicionar e expressar diferentes *níveis de entendimento*, perceber *nuances* na política, desenvolver *estratégias* para se inserir nela de um modo mais qualificado ou mesmo negá-la.

O mosaico de narrativas produzidas no *espaço de interlocução* contam várias histórias, de diferentes posições-sujeito, que mostram que para além do discurso idealizado, *a priori*, parcial e *feliz,* cristalizado na *memória discursiva* do MinC, que as instituições reconhecidas como pontos e pontões de cultura não são meras espectadoras no jogo político e nele se colocam de diferentes formas, algumas de modo bem tradicional, hieráquica, representativa, vertical e outras de forma mais fluída e horizontal. Existem várias maneiras de habitar os espaços que metaforicamente, denomina-se Rede dos Pontos de Cultura e não é objetivo decidir *o melhor* modo. Antes, afirmar: há modos plurais de compreender esta *metáfora*.

Isso se dá porque cada sujeito tem uma ideia do que seja uma rede: para alguns *todo e qualquer conjunto de pessoas reunidas* conforma uma rede e por isso os fóruns, as reuniões, os encontros, os eventos, as festas, as conferências, as comissões são consideradas redes. Esse modo de conceber rede é intuitivo, dialoga com o senso comum e não se pergunta sobre a especificidade de uma rede, o que a distingue de outros espaços de participação social. Ao longo do próximo capítulo apresento uma teoria de redes que busca pelas categorias que irão distingui-las destes outros espaços.

Uma das características do *espaço de interlocução* é a presença simultânea da *paráfrase* e da *polissemia*: o *já-dito* é *redito*, porém às vezes atualizado a partir de uma reformulação que instaura novos sentidos e abre para a interpretação. Desse modo pode-se perceber que o *trabalho* vigoroso do MinC para estabilizar certos enunciados - em redes de formulação parafrásicas, caracterizadas por um discurso político populista que estabeleceu um *ritual discursivo de continuidade* que aponta para um recorte da realidade, como se fosse **a** realidade. Este *discurso* é frequentemente um *exercício de imaginação*, uma retórica impecável produzida por poetas que ocupam provisoriamente a função de gestores.

A *memória discursiva* produzida pela repetição do discurso institucional se instala a partir de apagamentos fundamentais: *a crítica, a gestão, o político, a permeabilidade, o*

silenciamento[186]. Mas como bem demonstra o *chapéu de Clémentis,* o apagamento deixa *rastros na memória* e ela aponta em um outro espaço, o de interlocução. Aqui, a partir dos enunciados já consagrados, tantas vezes ditos que viraram *verdade institucionalizada*, pode-se perceber como eles produzem novos sentidos a partir da sua imbricação com as práticas dos pontos e pontões de cultura. A polissemia mostra que a gestão compartilhada é um desejo ainda não concretizado, que o Estado não consegue dar conta da gestão dos instrumentos do programa, que a rede é todo e qualquer lugar e por isso *lugar nenhum*, a assimetria entre o que se diz e o que se faz é muito grande.

No *espaço de interlocução*, a rede do programa seria idealmente o espaço de gestão compartilhada e transformadora. No entanto, embora se mantenha uma agenda de eventos e reuniões com gestores e grupos locais, aos poucos os espaços de interlocução direta com a SCDC vão sendo ocupados por grupos representativos dos segmentos, em particular a CNPdC. Essa opção se justifica em função da secretaria reconhecer a representação que foi eleita por seus pares, na Teia. No entanto, não há por parte dos pontos ou da secretaria uma reflexão ou problematização sobre o sentido que produz um grupo restrito, representativo, setorial, em uma *rede* dita *horizontal*. A rede nessa construção, se retira do espaço de interlocução e a CNPdC se torna a instância legítima para defender os interesses coletivo. Esse desenho torna a ideia de rede como espaço de gestão compartilhada desnecessária, principalmente se considerar as declarações dos pontos que afirmam que a CNPdC não os consulta e as pautas de discussão não são construídas coletivamente, na rede.

A necessidade dos pontos de construir uma instância representativa sinaliza que a ideia de rede no CV é idealizada e despolitizada e não representa o real de uma rede social solidária. No entanto, mesmo não tendo função política, se mantém através do discurso naturalizado, memória discursiva, e sua presença encobre relações e organização hierarquizadas e centralizadas, em função do poder não ser distribuído entre os enredados, mas se manter estabilizado porque se concentra em um grupo pequeno, cujos membros são estáveis.

---

[186] Sobre essas questões, até aqui apenas tangenciadas, aprofundo no próximo capítulo que reflete sobre as redes híbridas.

Essas relações são constituídas discursivamente. Para Foucault (1979:74), o discurso, é um espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de um lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Este discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber – o saber institucional – é gerador de poder. A produção deste discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência deste poder. Nessa reflexão, é possível pensarmos como se dá este jogo de poder. O ponteiro é assujeitado, e ele próprio, a partir do momento em que elege um grupo e abre mão da gestão compartilhada, legitima o controle dos sentidos por parte de um grupo representativo. A rede não tem poder internamente para definir a relação com o governo, porque esta construção se dá em outra instância, mas por outro lado, permite que os grupos se organizem para enfrentamento de problemas coletivos na esfera pública.

Guarnieri (2004) argumenta que acreditar que apenas os valores e as premissas do trabalho horizontal, democrático e participativo darão conta da efetividade da ação em rede, independentemente da forma de gestão adotada é uma postura ingênua e pode contribuir para a descaracterização do trabalho em rede. A vontade, a identidade e os objetivos comuns reúnem, aparentemente, os *iguais* - mas, muitas vezes, com o desenvolvimento e o crescimento das redes, questões que antes não faziam parte deste mundo aparentemente tão igualitário começam a aparecer. As diversidades culturais, as diferentes maneiras de pensar, de atuar política e socialmente, colocando em conflito hábitos e culturas que vão do clientelismo, do assistencialismo e do centralismo à participação horizontal, podem transformar as redes em atores ineficientes, pesados e de poucos. E aí, todos muito ávidos por resultados, passam a agir ou até a transformar redes em associações e organizações piramidais. Fica mais fácil e ágil, o exercício da democracia é lento, complicado e exige compromisso e responsabilidade de todos. Exige respeito à diferença. Exige alimentação constante do processo, para que ele não se transforme em sua antítese (GUARNIERI, 2004 apud LABREA:2009,p.60).

Do *lado de lá*, na relação entre eles, os pontos e pontões de cultura produzem uma outra narrativa porque eles fazem *muitas outras coisas* além das previstas em seu plano de trabalho, ampliam o que já vinham fazendo, conversam entre eles, se articulam, se posicionam e produzem, efetivamente, Cultura Viva, nos seus termos. A partir de sua

interlocução com a Ação Cultura Digital, do kit multimídia, da articulação com outros pontos e pontões, de uma agenda de eventos, de cursos e oficinas, uma *rede de relações* é formada a fim de se compartilhar os modos de vida, os saberes e os fazeres que, regra geral, envolvem conhecimentos e tecnologias do campo cultural - comidas, vestuário, cantos, instrumentos musicais, territórios e construções, práticas e modos de fazer, rituais, lendas, mito, rezas, crenças e religião, histórias e narrativas tradicionais, muitas vezes de base oral, até então restritos as suas comunidades. É possível localizar histórica e ideologicamente a rede organizada entre os pontos. É a rede solidária, uma organização descentralizada que propõe alternância no poder e rompe com as relações piramidais tradicionais, características da sociedade de consumo. Ela se organiza em torno de paradigmas emergentes, caracterizados pela complexidade e o diálogo de saberes e entre diferentes segmentos que prezam suas identidades e singularidade e, portanto, precisam de um novo espaço de poder (LABREA:2009).

Sobre a capacidade de articulação comunitáriadas redes solidárias, Makiuchi (2005:126-7) afirma:

> A partir de suas práticas e fundamentos estas organizações que emergiram da sociedade civil contribuem para a criação de uma nova cultura, pois questionam a exclusão social, o domínio do mercado sobre as relações sociais no ambiento do privado e do público e a posição do Estado em relação ao mercado e à sociedade. Nesse sentido, o que se coloca em questão é a própria democracia e a necessidade de se instituir mecanismos democráticos onde a sociedade civil possa ter controle tanto sobre o Estado como do mercado. (...) Estas redes vêm constituir-se como verdadeiros nichos comunitários, espaços possíveis para a criação de subjetividades coletivas e pessoais autênticas, isto, é eticamente referenciadas e (...) buscam tornar possível a criação de condições políticas e materiais de vida, o fluxo de informação e formação educacional, balizados pela relação ética de respeito à alteridade (MAKIUCHI:2005, p.126-7).

Gomes afirma que as redes solidárias ao incorporar a tecnologia, se transformam e potencializam suas ações.

> Sejam lá quais forem os suportes adotados por cada grupo particular dentro de seus contextos e demandas específicas, tal modo horizontal e descentralizado de organização já estava entrelaçado, mesmo quede maneira silenciosa, ao tecido social. Entretanto, essa tendência organizacional preexistente em nossas sociedades, ao encontrar as redes digitais provenientesda ainda recente revolução das tecnologias de informação e comunicação, se depara com uma série de desafios e potencialidades a serem apropriadas e, porque não, também transformadas. Isso porque ao mesmo tempo emque tais tecnologias digitais vêm para ressignificar uma série de práticas e contextos culturais, as mesmas, ao serem inseridas nessas diversidades de contextos, vão sendo progressivamente redefinidas e transformadas. Entendemos que a formação de tais redes é um movimento de mão dupla que vai transformando

> simultaneamente todos os atores envolvidos emtais processos de articulação e de conversação (GOMES in LABREA et al:2009,p.39).

Para Santos (2005b:72), a resistência mais eficaz contra a globalização neoliberal consiste em promover o local e a comunidade – em pequena escala, diversificada e auto-sustentáveis, ligadas às formas exteriores, mas não dependentes delas. Uma das respostas possíveis à globalização neoliberal são as redes locais. Ele propõe a "localização" - entendida como o "conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relação face-a-face, orientadas para a auto-sustentabilidade e regida por lógicas cooperativas e participativas" (idem:p.72), como um paradigma coerente para a promoção das sociabilidades locais – organizadas em redes, em abertura e comunicação com outras redes – associada à resistências globais ou translocais. Estas redes têm potencial para provocar a transformação contra-hegemônica:

> Construção do multiculturalismo emancipatório, ou seja, na **construção democrática das regras de reconhecimento recíproco**, entre identidades e entre culturas distintas. Este reconhecimento pode resultar em múltiplas formas de partilha – tais como, identidades duais, identidades híbridas, interidentidade e transidentidade – mas todas elas devem orientar-se pela seguinte pauta transidentitária e transcultural: **temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza** (SANTOS, 2005b:75, 2006a:313, grifo meu).

7 AS REDES E SEU AVESSO: A REDE SOCIAL HÍBRIDA E O ESTADO NO MEIO DO CAMINHO

> En los últimos años, al volverse rutinarias las denuncias sobre el "imperialismo cultural", vemos multiplicarse los trabajos que descubren por todas partes la resistencia popular, basándose más en aspiraciones políticas que en las escasas descripciones científicas (o confundiéndolas). Se atribuye propiedades de resistencia contra el poder a fenómenos que son simples recursos populares para resolver sus problemas u organizar su vida al margen del sistema hegemónico (solidaridad barrial, fiestas tradicionales).
> En otros casos, las manifestaciones de pretendida "impugnación" o "contrahegemonía" representan más bien la ambigüedad, el carácter irresuelto de las contradicciones en las clases subalternas (por ejemplo, defensas de intereses localistas que no cuestionan los resortes básicos del capitalismo). Para saber si estos hechos pueden pasar de la mera autoafirmación conservadora a la resistencia revolucionaria hay

> que empezar reconociendo en ellos componentes que mezclan lo autónomo con la reproducción del orden impuesto, que por tanto no son ubicables en una polarización extrema sólo interesada en registrar enfrentamientos entre lo hegemónico y lo subalterno.
>
> **CANCLINI: 1984, p. 72**

A fim de organizar este capítulo final, retomo algumas ideias que guiaram este estudo. Em primeiro lugar, revejo os dois objetivos da tese:

1. mostrar os *diferentes deslizamentos e efeitos de sentidos* produzidos pelas noções de *rede* e de *gestão compartilhada* no discurso institucional do Programa Cultura Viva e seus desdobramentos nos discursos produzidos pelos pontos e pontões de cultura e
2. refletir a partir do que dizem EF e EI sobre a efetividade da estratégia do governo federal de utilizar a metodologia de articulação de *redes solidárias* como instrumento de participação social e consequências no âmbito estatal e na sociedade civil.

O primeiro objetivo estruturou a tese e definiu a organização dos capítulos. O segundo objetivo se realiza a partir da reflexão produzida, dispersa ao longo deste estudo. Retomo, agora, os principais argumentos a fim de poder finalizar essa reflexão.

Para falar dos diferentes *efeitos de sentido* das ideias de rede e gestão compartilhada, refiz parte da trajetória histórica da política cultural no governo do presidente Lula e no MinC dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira porque queria enfatizar as *condições de produção do discurso fundador* do Programa Cultura Viva e inseri-lo em um *fluxo histórico de narrativas possíveis:* os gestores falam o que *pode ser dito* nesta conjuntura. Na perspectiva discursiva, as *condições de produção* mostram a conjuntura em que um discurso é produzido. A forma como se estruturou a cultura no programa democrático-popular do governo do Presidente Lula - a ideia de cultura como direito, democracia e diversidade cultural amplia o escopo de atuação -, a consequente reestruturação do MinC, a ocupação dos principais cargos (e das principais posições enunciativas) pelos militantes político-partidários e parte dos movimentos sociais, conformou o *contexto político-ideológico* que torna possível *dizer* o Cultura Viva, nos termos em que foi dito. Na AD, o sujeito é entendido como uma *posição enunciativa*, se

inscreve em determinada formação discursiva, isto é, identifica-se com alguns sentidos. Entende-se que esta vinculação a uma FD, determine o que *pode ou não ser dito*.

Os recortes discursivos mostraram como o cultura Viva foi *falado* pelos formuladores, no *discurso fundador* do Programa Cultura Viva. O discurso fundador é um discurso a priori, idealizado e se constitui em matriz de sentido para falar da política. Ele traduz no plano discursivo, grosso modo, *a verdade* ou *o real* da política. Em minha leitura, houve uma cuidadosa elaboração discursiva com conteúdos fortemente ideológicos, alinhados a uma visão altermundista que vinculou uma política a uma *poética* que articula ideias a imagens. Uma direção de sentido foi enfatizar o aspecto de *novidade e de reinvenção* da política.

Enunciados como *"re-fundamos o MinC", "reinventamos o Estado", "desatamos os nós", "des-escondemos os brasis",* etc., foram ditos e reditos pelos gestores ao se referir ao programa, e essas ideias foram apropriadas pelos pontos e pelos acadêmicos e constituem uma rede de formulação que identificam o Programa Cultura Viva e a gestão do MinC, no período do governo Lula. Essas ideias buscam ressignificar - ao menos discursivamente -, o papel do Estado, adequando-o ao *modo petista*[187] de governar. Em nível municipal e estadual são bem conhecidas as experiências de democracia participativa e participação social do PT. (AVRITZER:2002; 2012; AVRITZER;COSTA:2004; DAGNINO:2002; 2004; 2008).

Uma proposta de *reinvenção do Estado* se encontra em Santos (1999; 2007). Vou retomá-la rapidamente, a fim de colocar em perspectiva sentidos possíveis para os enunciados do MinC. Boaventura de Sousa Santos (1999)[188], ao refletir sobre como o

---

[187] A Escola Nacional de Formação do Partido dos Trabalhadores, descreve o *modo petista de governar*: O programa democrático-popular se construiu também a partir das experiências do PT nos Executivos e Legislativos (parlamentos) dos vários níveis de governos (municipal, estadual e federal) e têm configurado o modo petista de governar e modo petista de atuação parlamentar.
O compromisso com a participação cidadã, com o controle social sobre as políticas e uma cultura democrática e transformadora na vida pública; com o desenvolvimento local sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social; com a construção e desenvolvimento de políticas sociais universais de qualidade e a garantia de direitos; com uma gestão ética, democrática e eficiente; com a gestão democrática do território e a afirmação dos direitos: raça, gênero e orientação sexual foram se constituindo como eixos de nossa ação nos governos locais e referências em vários lugares do mundo (PT in: http://www.enfpt.org.br/node/80, acesso em 11/01/2014).

[188] Castells, tem uma reflexão, contemporânea da de Boaventura. Ele mostra que na década de 1990, havia análises que sugeriam que o Estado também pode se organizar *em rede*. A base deste argumento é o processo político europeu, em que a União Europeia estaria organizada em rede em função do *compartilhamento de soberania* (CASTELLS: 1999c, p.406). Nessa linha, um *Estado em rede* seria aquele capaz de *compartilhar a autoridade* - inclusive seu privilégio de impor violência legitimada (op. cit, p. 407). Castells, no entanto, pondera

Estado responde e se organiza para as questões que a globalização coloca em pauta, fala da necessidade de *reinvenção* do Estado, vinculando-a a uma reforma política. Sua pesquisa privilegia o que denomina como *epistemologia do Sul*[189], que busca atualizar e renovar a crítica a partir da produção de conhecimento fora dos centros hegemônicos (SANTOS:2007). A *epistemologia do Sul* é possível a partir de uma *ecologia dos saberes*[190] que revele a diversidade epistemológica do mundo (SANTOS:2006a). A *reinvenção* do Estado designa duas concepções diametralmente opostas, o *Estado-empresário* e o *Estado-novíssimo-movimento-social*.

O *Estado-empresário* designa o Estado neo-liberal, o Estado mínimo, a ideia de que a reforma do Estado passa pela privatização das funções que não são exclusivas a ele e que ele deve ser gerido como se fosse uma empresa - o Estado presta um *serviço* - e deve ser avaliado a partir de critérios como eficácia e eficiência. A competitividade e a

---

que não há condições políticas, nem base identitária comum que contemple todos os níveis de diversidade, para essa ideia ir além dos limites de um *mercado comum*.

189 A epistemologia do Sul fala da construção do multiculturalismo emancipatório, ou seja, na **construção democrática das regras de reconhecimento recíproco**, entre identidades e entre culturas distintas. Este reconhecimento pode resultar em múltiplas formas de partilha – tais como, identidades duais, identidades híbridas, interidentidade e transidentidade – mas todas elas devem orientar-se pela seguinte pauta transidentitária e transcultural: **temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza** (SANTOS, 2005b:75, 2006a:313, grifo meu). Santos (2007:55) diz que é cada vez mais necessária uma *utopia crítica*, que reinvente as possibilidades emancipatórias e **avance entre o silêncio e a diferença**. Superar o contato colonizador, reaprender a dizer, fazer o silêncio falar para produzir autonomia e não a reprodução do silenciamento, só é possível por meio da democratização de todos os espaços, ao "substituir relações de poder por relações de autoridade compartilhada" e da "relação entre o respeito da igualdade e o principio do reconhecimento da diferença" (p.62). O lado político dessa utopia é a incompletude de propostas políticas e a necessidade de uni-las **sem** uma teoria geral, a partir do procedimento de uma tradução para criar inteligibilidade a partir da argumentação (op.cit, p.99-100). Tais iniciativas estão enraizadas no espírito do lugar, na especificidade dos contextos, dos actores e dos horizontes de vida localmente constituídos. Não falam a linguagem da globalização e sem sequer linguagens globalmente inteligíveis. O que faz delas globalização contra-hegemônica é, por um lado, sua proliferação um pouco por toda a parte enquanto respostas locais a pressões globais – o local é produzido globalmente – e, por outro, as articulações translocais que é possível estabelecer entre elas ou entre elas e organizações e movimentos transnacionais que partilham ao menos parte dos seus objetivos (SANTOS, 2005b: p.75).

Sugiro a leitura:

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

190 A ecologia dos saberes é um conjunto de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto de que todos eles podem se enriquecer nesse diálogo. Implica em uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes (Santos: 2005, p.77-8). A ecologia dos saberes atravessa várias dimensões do humano: educação, sociedade, ideologia, política, ética e a dimensão simbólica, buscando responsabilizar-se tanto pela produção de um conhecimento elaborado no social quanto pelas transformações que esse conhecimento gera na comunidade.

meritocracia devem ser os critérios para o acesso aos serviços que ele oferece (SANTOS:1999; 2006a).

Já o *Estado-novíssimo-movimento-social* parte da ideia de que é necessário para enfrentar o princípio do mercado, o Estado articular-se com as estratégias que regulam o princípio da comunidade.

> Em verdade, trata-se menos de desestabilizar a regulação social do que de despolitizar o Estado. Do meu ponto de vista, estas transformações são tão profundas que, **sob a mesma designação de Estado, está a emergir uma nova forma de organização política mais vasta que o Estado, de que o Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais**. Esta nova organização política não tem centro e a **coordenação do Estado funciona como imaginação do centro**. A regulação social que emerge desta nova forma política é muito mais ampla e férrea que a regulação protagonizada pelo Estado no período anterior, mas como é também muito mais fragmentada e heterogénea, quer quanto às suas fontes, quer quanto à sua lógica, é facilmente dissimulada como desregulação social. Aliás, boa parte da nova regulação social ocorre por subcontratação política com diferentes grupos e agentes em competição, veiculando diferentes concepções dos bens públicos e do interesse geral. Neste novo marco político, **o Estado torna-se ele próprio uma relação política parcelar e fracturada, pouco coerente, do ponto de vista institucional e burocrático, campo de uma luta política menos codificada e regulada que a luta política convencional**. Esta descentração do Estado significa menos o enfraquecimento do Estado do que a mudança da qualidade da sua força. Se é certo que o Estado perde o controle da regulação social, ganha o controle da meta-regulação, ou seja, da selecção, coordenação, hierarquização e regulação dos agentes não estatais que, por subcontratação política, adquirem concessões de poder estatal. A natureza, o perfil e a orientação política do controle da meta-regulação são agora os objectos principais da luta política, a qual ocorre num espaço público muito mais amplo que o espaço público estatal, um espaço público não estatal de que o Estado é apenas um componente ainda que um componente privilegiado. As lutas pela democratização deste espaço público têm assim um duplo objectivo: a democratização da meta-regulação e a democratização interna dos agentes não estatais de regulação. Nesta nova configuração política, a máscara liberal do Estado como portador do interesse geral cai definitivamente. O Estado é um interesse sectorial sui generis cuja especificidade consiste em assegurar as regras do jogo entre interesses sectoriais. Enquanto sujeito político, o Estado passa a caracterizar-se mais pela sua emergência do que pela sua coerência. Daí o ser adequado concebê-lo como novíssimo movimento social. (SANTOS:1999, p.13-4; 2006a, p.363-5, grifo meu).

Seguindo essas noções, pode-se inferir que o Brasil teve sua experiência, dadas as devidas proporções e a *cor local*, com o *Estado-empresa* desde a abertura política e o processo de redemocratização: uma política de privatizações, o enxugamento da máquina administrativa, o foco no controle da inflação e no crescimento econômico, etc. Em 2002, o governo eleito, chega com um discurso que defende um outro modelo de Estado e

instala o *modo petista de governar*[191]. Este outro modelo recua e freia o processo de privatizações, mas mantém a mesma lógica (neoliberal) na política econômica. Por outro lado, investe fortemente em uma agenda social e aprofunda os espaços de participação social.

O discurso político do MinC reitera a ideia de uma *reinvenção* do Estado a fim de enfatizar o *modo de governar* da atual gestão. Mas a coligação político-partidária que permitiu ao PT chegar à presidência torna o *modo de governar* um *híbrido* que transita entre o Estado-desenvolvimentista, característico dos países periféricos e semi-periféricos, o Estado-Providência ou de bem-estar social e o *modo petista* - no que tange às políticas sociais. Pode-se entender que no que tange à Agenda Social - e a cultura faz parte dessa agenda -, há um esforço de manter as referências da democracia popular, mas não nos termos de um *novíssimo-movimento-social*. Santos (2007: p.95-6) argumenta que no Brasil, somente os governos locais, a partir da experiência da democracia participativa tensionam para mudanças estruturais, mas na esfera federal isso não ocorre porque não há articulação política. Não há condições para adensar a luta por reformas e os partidos no poder mantém as estruturas inalteradas, pois este é um dos pressupostos de sua governabilidade. Entendo que o governo Lula, na inviabilidade de reforma política estrutural, dada a natureza de sua coligação político-partidária, opta por um *retorno controlado* à *ideia* de um Estado de bem-estar social, articulado com sua democracia-popular que se concretiza nos temas, públicos e territórios prioritários da agenda social do governo federal, assim como mantém uma política econômica que transita com muita tranquilidade por muitos valores do neoliberalismo *anterior/atual*.

Para ter elementos para interpretar o processo discursivo de produção de sentido dos enunciados do PCV, parto do senso-comum. Na gramática, a figura de linguagem que *"toma a parte pelo todo"* é a metonímia. Sai do nível frasal e procurei pelos *efeitos da*

---

[191] A Escola Nacional de Formação do Partido dos trabalhadores descreve o modo petista de governar. Cito: O programa democrático-popular se construiu também a partir das experiências do PT nos Executivos e Legislativos (parlamentos) dos vários níveis de governos (municipal, estadual e federal) e têm configurado o modo petista de governar e modo petista de atuação parlamentar. O compromisso com a participação cidadã, com o controle social sobre as políticas e uma cultura democrática e transformadora na vida pública; com o desenvolvimento local sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social; com a construção e desenvolvimento de políticas sociais universais de qualidade e a garantia de direitos; com uma gestão ética, democrática e eficiente; com a gestão democrática do território e a afirmação dos direitos: raça, gênero e orientação sexual foram se constituindo como eixos de nossa ação nos governos locais e referências em vários lugares do mundo (PT in: http://www.enfpt.org.br/node/80, acesso em 11/01/2014).

metonímia no discurso do Cultura Viva e usei como *metáfora* a ideia de *processo metonímico* para descrever esse *modo de falar a política cultural* porque o discurso do programa amplia a penetração e importância da política em uma dimensão que ela, por si mesma, não poderia alcançar, em virtude de a representatividade populacional que esta política cultural atinge não ser suficiente para sustentar um imaginário em tal escala.

Se os dados[192] da política não sustentam estes enunciados, como explicar o fato deles estabelecerem relações parafrásicas tão consistentes, para além do MinC? Como explicar a regularidade em que eles tornam-se a base para outros discursos? Essa questão leva a compreensão do discurso sobre o Cultura Viva em sua *função de símbolo*, não só pelas imagens que constrói e reproduz, mas também em função da *posição-enunciativa* na qual se fala a política: a liderança carismática. Esse modo *particular* de falar a política pode ser caracterizado como um *discurso político populista* que se inscreve como uma narrativa que contém "*uma lógica de intervenção política que condensa significados, para reduzir a complexidade da esfera pública"* (LACLAU:2005, p.27).

O *discurso político populista*, característico do *discurso fundador* do Programa Cultura Viva, é uma *língua de vento* (COURTINE:2003). O populismo (LACLAU:2005) é entendido como uma prática política *com uma proposta de reconfiguração da esfera pública que se contrapõe a um modelo até então hegemônico e que abre caminho para que outra hegemonia possa se instalar*. Ele seria assim, uma política de entremeio, que cria condições para que um projeto supere outro. O *discurso político populista* é uma estratégia de o governo comunicar seu esforço em superar um projeto desgastado - mas com o qual forçosamente ainda dialoga -, e criar as condições para um novo projeto - ainda não estruturado. Este discurso populista sinaliza políticas *híbridas* - ideias inovadoras e instrumentos convencionais. E por isso a ênfase nas imagens, na retórica e nos processos metonímicos. Uma característica do discurso populista que pode ajudar a

---

[192] É dificil imaginar uma *reinvenção* do Estado, a partir de um Ministério que em recursos orçamentários só fica acima da Secretaria dos Porto, Ministério dos Esportes, Relações Exteriores, Ministério do Turismo e Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 2013 seu orçamento foi de R$ 3,5 bilhões. No mesmo período, Previdência social, R$ 362,3 bilhões, Saúde R$ 99,2 bilhões, Educação R$ 81,2 bilhões, Trabalho e Emprego, R$ 46 bilhões e assim por diante. **O PCV iniciou em 2004 com R$ 16,6 milhões - no seu ápice orçamentário, em 2010, teve orçamento de R$ 227 milhões e a partir dai estabilizou entre R$ 115 milhões.** Também fica difícil imaginar *des-esconder o Brasil* - um país-continente com que em 2013 atingiu 200 milhões de pessoas - com 3505 pontos de cultura que atingem 18,3% do total de municípios brasileiros. O desafio de reinventar o Estado e des-esconder os brasil ainda está posto.

entender a repercussão do discurso fundador é sua *função de símbolo*. Laclau busca na linguística saussuriana a ideia do signo - que é composto pelo significante e o significado -, para dizer que a *função de símbolo* é um *significante vazio* que, no caso do PCV, será preenchido pelo conjunto de demandas reprimidas que representam todas necessidades não atendidas destes grupos até então à margem da política.

No discurso populista apresenta-se várias características que relaciono à rede híbrida como a **elisão do político** que é o encobrimento no discurso das diferentes *posições-sujeito* - e, por consequencia, das diferentes posições sociais, e ideológicas -, criando a ilusão de que há simetria entre os falantes - somos iguais. No caso, *companheiros*. No discurso populista isso fica claro com o uso da 1a. pessoa do plural - no pronome *nós*[193] ou na desinência verbal (vide os enunciados: *refundamos..., reinventamos..., nós desatamos os nós*, etc.). O uso do *nós* cria um ambiguidade: de que *nós* fala o discurso? *Nós*, o MinC - referindo-se ao conjunto dos gestores ou *nós* - o MinC e os pontos? Cada um preenche o nós com o referente que preferir. O discurso populista cria essa ilusão ou imitação de simetria entre o político e o povo. Na *rede híbrida* a elisão do político pode ser vista na construção desta ilusão de simetria entre sujeitos e também quando o *gestor-militante* - um sujeito fragmentado, ao menos em duas posições enunciativas - ocupa a *posição-sujeito-militante* quando está na *posição-sujeito-gestor*. O resultado da não explicitação dos lugares institucionais é a não politização do debate. Retomando Melucci, o movimento social *obriga o poder a tomar forma*. Para isso, o Estado tem que *tomar a palavra a partir de seu lugar de poder*, para que o movimento ou a sociedade possa também ocupar o seu devido lugar de poder.

Quando a elisão do político ocorre, em geral junta-se a ela outra característica que o discurso populista compartilha com a rede híbrida: a *permeabilidade* que é a capacidade de mútua influência - entre Estado e sociedade - a partir de relações e interesses pessoais. A noção de *permeabilidade* foi desenvolvida por Marques (2000; 2003), ao analisar as *redes híbridas* de São Paulo e do Rio de Janeiro. Entre outras conclusões, ele mostra que os gestores eram *"permeáveis"* aos interesses privados. Assim, por exemplo, obras e compras eram decididas baseadas nessas relações e não no interesse

---

[193] Indursky (1997) faz um estudo exemplar, por exemplo, dos vários sentidos e referências de *povo* no discurso dos presidentes militares.

público. Esta característica, na perspectiva discursiva, é bem vísivel na rede híbrida: alguns interlocutores monopolizam os lugares enunciativos e lá permanecem.

Mais adiante, mapeei os *conceitos estruturantes* e cheguei ao *discurso fundador*, pretensa *"origem"* e *matriz de sentido* que orienta a *memória discursiva* do Programa Cultura Viva. Na minha leitura, a *memória discursiva* se constrói a partir de lacunas, de parcialidades, de fragmentos preenchidos de sentido a partir da *forma-sujeito* que regula a formação discursiva e orienta um nível de compreensão - porque ninguém lembra de tudo e niguém lembra *o mesmo,* sem que haja um esforço brutal para inscrever uma narrativa que se fixa como história e estabelece uma versão que prevalece sobre outras. Este trabalho é ideológico. A fixação da memória discursiva é *monológica*, mas produz *efeito de polifonia* porque *muitos falam o mesmo*. A *polifonia* só irá aparecer quando alguns pontos repetirem o discurso da gestão: eles *falam o mesmo* e de outra posição-enunciativa há deslizamento de sentido: o mesmo é diferente. Mas essa reflexão pertence ao espaço de interlocução.

O trabalho de *falar o mesmo* instala um *ritual discursivo de continuidade* (COURTINE in INDURSKY et al:1999) e define o que deve ser lembrado. O ritual discursivo de continuidade se organiza a partir da *mística* que acompanha o dizer o já-dito. Esta narrativa que prevalece se estrutura a partir de *esquecimentos* e o principal esquecimento na formulação da política foi não se perguntar como ela dialogaria com a burocracia. O *chapéu de Clémentis* me pareceu uma *metáfora* adequada para falar de um esquecimento que deixa suas marcas. Assumi o discurso da gestão – concretizados nas análises realizadas pelo Ipea - como o *interlocutor oculto, o terceiro incluído* principalmente porque elas colocam *o modo como o governo enxerga e avalia as políticas que desenvolve*. É o governo dialogando consigo mesmo, a partir de posições enunciativas diferentes.

No *espaço de formulação*, as noções de *rede e gestão compartilhada* são descritas no *discurso fundador* do Cultura Viva a partir de suas funções: REDE1 - Articulação entre os Pontos de Cultura e os Pontos e a comunidade, REDE2 - Ponto de Cultura como mediador entre Estado e sociedade, REDE3 - Programa Cultura Viva como rede - gestão em rede, REDE4 - Rede da Ação Cultura Digital, REDE5 - Pontos de Rede, REDE6 - Rede dos Pontões, REDE7 - Gestão Intra-rede, REDE8 – Rede da Ação Tuxáua, REDE9

– Rede da Ação Interações Estéticas e REDE10 – Teia. Estas ideias estão dispersas nos textos que compõe a principal publicação do programa (BRASIL:2005a) e foi um *gesto de interpretação* reuni-las e organizá-las em uma *imitação* de tipologia, (provisória e somente para fins de pesquisa).

Para saber se essas ideias de redes e gestão compartilhada prosperaram no discurso institucional e quais *efeitos de sentidos* produziram, lancei mão do arquivo[194] contendo as publicações do MinC e do Ipea no período e estabeleci uma interlocução entre as diferentes narrativas e análises. O discurso institucional não é homogêneo e há *níveis de entendimento* e *deslizamentos de sentidos* são produzidos de posições-sujeito diferenciadas. O *discurso fundador* cria uma série de enunciados que são repetidos e produzem a *memória discursiva* do programa e este processo de estabilização dos sentidos se dá a partir de *relações parafrásicas* - repetição formal e empírica e repetição histórica -, mas ele também produz *polissemia*: a própria ideia de rede no *discurso fundador* é *polissêmica* e idealizada. Os textos produzidos nos documentos governamentais mobilizam outros sentidos de redes que indicam um trabalho de *interpretação e ressignificação* dos conceitos propostos no *discurso fundador*, a partir de sua tradução em práticas: das dez ideias propostas, no cotidiano dos pontos e dos gestores, fala-se em *redes temáticas* (que referem-se às ações: cultura digital, tuxáua, griô, saúde e cultura, pontões, etc.) e em *redes estaduais (ou redes municipais)* (provenientes dos convênios com governos estaduais e municipais). A estes espaços denomina-se, genericamente, de "*a rede dos pontos"*.

Em relação a estratégia - porque não há metodologia nem projeto - para organizar as *redes temáticas*, a coordenação das ações criava uma lista de discussão virtual, para tratar das questões burocráticas iniciais e, aos poucos, se retirava desta lista e sua movimentação ficava a cargo dos pontos. A lista de discussão virtual, já mencionei anteriormente, acaba tornando-se um espaço monológico e silencioso, porque embora circulem vários e-mails, em geral seu conteúdo e informativo e não demanda resposta ou instaura diálogos. Algumas ações previam algumas reuniões, encontros, oficinas e seminários, organizados pela secretaria e estes eram os momentos dos encontros

---

194 Priorizei as publicações dos relatórios de acompanhamento e avaliação do programa e, no caso da Cultura Digital, da sistematização da memória institucional da ação. No caso das Teias, usei como referência os produtos de consultoria e as publicações sobre o evento.

presenciais e a pauta em geral focava na troca de experiências (por parte dos pontos) e esclarecimento de questões burocráticas (por parte da secretaria). Havia uma intensa *agenda de eventos e reuniões*, organizada pelos pontos, pelas Representações Regionais do MinC, pelos parceiros ou pelos governos locais, em que os pontos reuniam-se com a secretaria. Em geral eram reuniões e eventos dispersos, não relacionados entre si, cuja pauta e os resultados não eram publicizados. Mas nem mesmo esta rotina foi estabelecida com as *redes estaduais e municipais* e assim o contato da secretaria com os pontos era ocasional e os pontos conveniados com o Minc e os conveniados com os governos locais raramente tinham contato. Pouco se sabe das rotinas de cada rede estadual ou municipal.

Se a descrição acima descreve e sintetiza as redes do Cultura Viva, a proposta de *gestão compartilhada e transformadora* é ainda mais sucinta porque ela não ancora em práticas concretas, não há espaços institucionais, não há clareza do que deveria ser compartilhado e essa agenda de encontros e reuniões - que se entende como participação social -, se esgota em si mesma porque não há memória institucional publicizada, problematizada, debatida, conversada, construída junto.

Pode-se perguntar, então, o que acontecia nos encontros das ações e na agenda de eventos e reuniões que permitiu que o programa ganhasse corações e mentes, se tornasse a principal política do MinC, fosse tema de debates e teses, inspirasse outros países a adotar políticas semelhantes, tivesse, enfim, tamanha repercussão? Creio que não há respostas simples. De um lado, um governo que investiu fortemente para incluir segmentos populares até então neglicenciados ou mal incluídos nas políticas públicas e que busca quebrar com a *lógica da humilhação* e a *pedagogia da desigualdade* característica da relação entre Estado e segmentos sociais vulneráveis. A presença de uma retórica, para difundir seus valores, em um *discurso populista* no qual a *função de símbolo* permite que o programa absorvesse todas as demandas reprimidas até então, a presença de figuras emblemáticas e a *mística* que envolvia a todos em um *ritual de continuidade*. Isso, por parte do Estado. Do lado dos pontos, a oportunidade de apresentar e colocar em evidência a sua arte, de mostrar seus saberes e seus fazeres e vê-los reconhecidos e nomeados, a profusão de tanta diversidade tornava cada encontro um momento de *transcendência*, de ser ver no olhar do Outro.

O *espaço de interlocução* reitera, aprofunda e detalha essa constatação. O que contava no *"antes"* e que não tem no *"depois"* é este *ritual discursivo de continuidade*. Mesmo havendo problemas de gestão ao longo dos anos - problemas sistemáticos, recorrentes, contundentes -, o *ritual* sustentava a parceria entre a secretaria e os pontos. A mudança de gestão e a desprioritização do programa no MinC rompem com esse *ritual*.

Isso pode ser visto na *passagem gradual da paráfrase para a polissemia*. No Seminário, em 2009, a rede de formulações parafrásicas obtidas a partir de recortes discursivos da publicação que serve de subsídio às discussões mostra que se assume como um fato a *gestão compartilhada e transformadora*. Ao falar das redes do programa, aparecem REDE1, REDE3, REDE6 e REDE10 inicialmente em enunciados paráfrasicos. Porém quando questionados a detalhar essas duas ideias - o que é compartilhado, quando é compartilho, quem compartilha o que, qual o projeto das redes, como o governo está nelas, quem responde a quem -, a polissemia se instala e o discurso parafrásico que construíram antes mostra seu avesso. Na primeira pesquisa do Ipea aparece um dado importante, apenas cerca de 17% dos pontos participam das redes virtuais, mas 85% afirmam manter relações de trocas com outros pontos, principalmente pontos que compartilham linguagens ou temas.

A segunda pesquisa avaliativa do Ipea, com questões focadas e objetivas, amplia a polissemia e mostra que a gestão compartilhada e as redes são uma intenção: apenas 14% dos pontões tem clareza que devem articular e mobilizar as redes locais de pontos de cultura. Alguns pontões sequer sabiam que eram pontões e perguntaram às pesquisadoras do Ipea o que deveriam fazer. Na segunda pesquisa os pontos apontam que todas as atividades desenvolvidas por eles, entre eles e com o MinC é a "rede CV". Aparece novamente a relação de trocas com outros pontos, embora suas principais relações sejam com instituições com quem já mantinham relações antes do conveniamento.

No Redesenho do Programa em 2012 e na Pesquisa 2013 as condições de produção do discurso são totalmente diferentes e a discussão das redes se coloca de várias outras formas: de um lado a secretaria admite que "a rede de pontos", a "rede estadual" é uma expressão que *denomina genericamente os pontos*. Não há rede no sentido de um espaço para trocas horizontais e a partir de um projeto compartilhado. Permanece a agenda de eventos e reuniões, mas a interlocução se dá principalmente com a CNPdC e

alguns pontos *veteranos* e com os gestores públicos locais. A ideia que se tem é deixar as redes temáticas "livres" - entenda-se, sem a presença dos gestores -, e organizar uma rede de governança, para se discutir a política.

No Redesenho, predomina a polissemia: os pontos ligados à CNPdC defendem um retorno às *origens* do programa e leem o *discurso fundador* porque entendem que nele encontram-se as respostas para as questões da reunião temática. Mas, de outra posição-sujeito, *o mesmo é diferente* e este gesto parece desnecessário e confrontador: os gestores e os pesquisadores conhecem a *memória discursiva*, muitos deles literalmente a escreveram. Havia a expectativa por parte deste grupo que de esse espaço fosse preenchido com as demandas dos pontos, que esse fosse um momento para exercitar a gestão compartilhada do desenho de uma política pública. Entre os pontos que participam dos Diálogos Virtuais, há duas posições-sujeito que polarizam o debate: alguns poucos defendem um retorno aos conceitos *originais*, outros defendem a ideia de uma rede de governança e as narrativas que compõem a rede de formulações mostram o detalhamento desta rede, vários desenhos são propostos. O Relatório Final do Redesenho acolhe parte dessas propostas, dialoga com o **Catálogo** (2009a) e chega-se a um desenho denominado Rede Cultura Viva.

Em 2013 retomo o contato com os pontos para ter dados atuais sobre as questões de pesquisa. Na pesquisa, o *discurso fundador* não produz tensões - ele não é compartilhado pela grande maioria dos respondentes. A grande *novidade* dessa pesquisa é que ela obtém respostas dos pontos estaduais e municipais e consigo reunir uma série de dados que até então não conhecia. As respostas mostram novamente uma polaridade: os pontos conveniados diretamente com o MinC e a CNPdC, de modo geral, enfatizam o "antes", "o retrocesso" e a perda de posição no MinC e fazem críticas ao atual desenho do programa. Mas os pontos conveniados com os governos locais - e que não tiveram, portanto, a experiência comum do *ritual discursivo de continuidade* -, avaliam como muito boa a atual gestão, enfatizam sua postura e seu compromentimento, sua disposição para conhecê-los e dialogar. Como há bem poucos pontos remanescentes dos convênios diretos com o MinC - menos que 50 -, pode-se inferir que a tendência é que com o tempo uma outra narrativa se instale e estabeleça novas referências e novas posições enunciativas.

A pesquisa mostra que 77% dos pontos participam de redes - sempre no plural -, principalmente as organizadas pelos governos locais. Estas redes tem diversos formatos - podem ser territoriais, organizadas por linguagens ou temas, a partir de um pontão, etc. Alguns dados merecem destaque: 48% dos pontos afirmam não ter voz nos *espaços de participação* com o governo, embora 82% já tenham participado de eventos do governo. A CNPdC ocupa, segundo eles, esses espaços e a interlocução com a SCDC se dá prioritariamente com seus representantes - embora somente 39% dos pontos a conheçam e 61% dos pontos não façam parte da rede da CNPdC. Argumentam que ela não possui *legitimidade para falar por eles* e que defende seu projeto pessoal de se manter perpetuamente no poder. Essa é uma questão que produziu um rede de formulação densa, repleta de questionamentos. Na Teia 2014, prevista para maio em Natal/RN, haverá um Fórum dos Pontos de Cultura e a eleição de uma nova coordenação para a CNPdC. Até lá, a questão de como os pontos irão se organizar é uma incógnita. Acrescento um elemento a este debate: o desenho proposto para a *Rede Cultura Viva*, articulada a um sistema de gestão do conhecimento, instaura espaços de *participação direta*, não sendo necessária, portanto, uma Comissão para mediar a interlocução entre os pontos e o MinC e as Secults.

Os espaços de formulação e de interlocução mostram os diferentes efeitos e deslizamentos que o discurso fundador (re)produz. Propus uma *metanarrativa* que desse relevo à *polifonia* e para isso lancei mão das redes de formulação, muitas vezes extensas e até mesmo repetitivas - mas entendo que *a memória se faz na repetição* e a *polissemia aponta muitas vezes nos pequenos deslocamentos, nas nuances*. Também entendo que estas narrativas contém em grande medida críticas importantes mas também e principalmente, propostas de novos desenhos alternativos para construção de canais de comunicação mais efetivos e transparentes. O *espaço de interlocução* mostra o esforço da sociedade em dialogar com a política, sua disposição em responder mais um questionário, em se expor ao dar seus depoimentos, em apostar na possibilidade de transformação.

A última questão que abordarei, refere-se ao segundo objetivo deste estudo, e para responder sobre *a efetividade das rede do PCV e se elas são uma boa estratégia para construir espaços de interlocução com a sociedade* retomo a ideia de rede híbrida.

7.1 ARTICULANDO A NARRATIVA: REDE HÍBRIDA

Creio que interessa retomar[195] o que entendo por *rede híbrida* e de onde surge a ideia de que é uma forma adequada para descrever as redes formadas pelo governo e a sociedade e suas características. Entendo como rede híbrida aquela em que estão presentes Estado e sociedade. Canclini entende que a *hibridação* é a noção própria para designar *"as misturas interculturais propriamente modernas, entre outras, aquelas geradas pelas integrações dos Estados nacionais, os populismos políticos e as industrias culturais"* (CANCLINI:2011, p.30).

Assim, opção pela palavra *híbrida* como *qualificadora* de rede, busca caracterizar um *lugar particular* em que o hibridismo acontece. Este lugar caracteriza-se pela presença de grupos sociais periféricos, que atuam nas *brechas* do sistema, autodenominados e que se reconhecem como *contra-hegemônicos* e conseguem de algum modo se apropriar das tecnologias de informação e de gestores-militantes ligados ao governo que não diria híbrido, antes esquizofrênico, porque procura por *emancipação* em estruturas voltadas para a *regulação*. Assim a rede se estrutura sob duas *tensões* e elas criam um espaço de *entremeio* que denomino *híbrido* porque há, de ambos os lados, discursos de cunho contra-hegemônico e emancipatório e há igualmente de ambos os lados práticas hegemônicas e reguladoras. *A hibridação, nesse sentido, pode ser vista como um recurso de resistência aos processos de globalização - neste caso, juntam-se governo e sociedade a fim de provocar tensões e deslocamentos, através de discursos que apontam reprodução e rupturas, que afetam e desestabilizam a ordem do discurso e a ordem social.*

Canclini[196], em **Culturas Híbridas** (2011), define hibridação enquanto *"processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas"* (p.19). Ele acrescenta que as estruturas ou práticas dicretas são também *híbridas* e isso ajuda pensar as *tensões* entre *o dizer e o fazer* e o resultado muitas vezes inverso ao almejado.

---

[195] A gênese desta reflexão encontra-se em Labrea (2009) e ao longo deste estudo já apresentei seus principais argumentos. O que busco agora é ampliar a reflexão.

[196] Canclini em **Culturas Híbridas** (2011) faz um importante estudo sobre a hibridização dos processos culturais na América Latina ao longo do Século XX, em especial a cultura urbana.

Essas *tensões* caracterizam a **rede híbrida** que transita entre a rede ideal e a rede vivida, que acolhe igualmente princípios da regulação e da emancipação, que prega a horizontalidade, mas vive a verticalidade, que não diferencia sujeitos sociais a partir da elisão do político e da naturalização da diferença tornada igual.

Creio que há uma *tendência* nas redes híbridas de serem colonizadas pelo Estado a partir de um *discurso político populista*. Estudo anterior (LABREA:2009) mostra que essa colonização acontece em grande parte em função *da elisão do político, da permeabilidade e de uma política do silêncio*. A partir da análise do discurso chega-se a alguns *sentidos do silêncio* na rede:

- **O silêncio como marca da não-participação**, diz respeito aos pontos de cultura não incluídos nas redes temáticas e territoriais e que não acompanham sequer a agenda de eventos. A análise do discurso indica sentidos para este *estar em silêncio*: desconhecimento das rotinas da rede, ausência de pertença, sensação de ser invisível, indiferença dos demais membros, controle dos sentidos e falta de respostas;
- **O silêncio como marca da não responsabilização pelo dizer**, produzido quando os pontos que participam das redes abrem mão de seu papel de controle social e se anulam politicamente – efeito de elisão do político;
- **O silêncio como censura**, que é o *por em silêncio*, quando o *dizer possível* é interdito – nessa categoria encontra-se a ideia de que criticar é posicionar-se *contra* ou é " dar argumento para a oposição";
- **O silêncio como resistência**, característica dos membros que ocupam uma posição que não diz, pois recusam a *repetição do mesmo*. Alguns sujeitos ocupam *posição- sujeito dissidente* e que mesmo não tendo interlocutores e o reconhecimento da sua narrativa, a dizem mesmo assim, produzindo uma "retórica da resistência", mostrando que o consenso é imaginário e produzido a partir da censura de sentidos possíveis (LABREA:2009).

O *discurso institucional* do PCV repete vários atributos de redes, mas não mostra como viabilizar essas articulações, que aspecto da gestão é compartilhado, nem tampouco como mensurar se elas estão sendo bem-sucedidas, do ponto de vista da efetividade da política que se pretende implementar. Se realmente articulam, com quem articulam e

quais os resultados destas articulações é uma questão a ser respondida, pois como infere-se da citação acima, todos os espaços de participação, todas as atividades desenvolvidas, tudo é rede e se tudo é rede, como mensurar? A gestão compartilhada é seletiva: é compartilhada com alguns, com coordenadores ou representante, a partir de espaços institucionalizados. Seria factível no entanto, ao pensar em gestão em rede[197], criar espaços de *escuta geral*, falar diretamente às redes - mensagens nos grupos virtuais, nas listas de e-mail - enquetes, consulta pública, mas optou-se por falar com um grupo[198] - em geral um grupo estável, sempre os mesmos interlocutores, independente da pauta, o que caracteriza, para usar um termo de Boaventura de Sousa Santos, o *desperdício da experiência*, porque os saberes e fazeres do conjunto dos pontos é irrelevante, não chega à SCDC e cria-se um grupo que conversa entre si, a partir de um alinhamento político. A análise de Gomes mostra que alguns desafios se impõem:

> O Programa Cultura Viva teve como mérito trazer todos estes pontos geograficamente dispersos para um espaço comum, e de prover uma série de meios para promover esse encontro entre atores que atuavam quase que anonimamente no campo cultural sem um maior reconhecimento por parte do Estado. **Mas quais caminhos devem ser traçados para que, passada a euforia inicial de se (re)conhecer e (re)descobrir uns nos outros, desse encontro se passe efetivamente à ação colaborativa em rede? Tendo em vista que, para o desenvolvimento de projetos colaborativos nas redes digitais são necessários mais do que equipamentos e protocolos tecnológicos abertos, de que maneira poderíamos construir também "protocolos sociais" comuns a todos os participantes?** (GOMES in LABREA et al:2009,p.40, grifo meu).

---

197 Um exemplo é o Gabinete Digital do Governo Estadual do Rio Grande do Sul: www.gabinetedigital.rs.gov.br, acesso em 04/11/2013.

198 É interessante como se produz a naturalização da diferença. Na Cartilha sobre redes, elaborada pela Secult da Bahia, toma-se o PCV como um exemplo de um programa "que tem a interação em rede como fonte de sua concepção e execução" (BAHIA:2013,p.15). Cito: "*O Cultura Viva atua em rede ao prever a compra de um kit multimídia pelos pontos de cultura conveniados; ao apoiar griôs e mestres de tradição oral no registro e transmissão de seus saberes; ao articular Pontos de Cultura com as escolas e suas comunidades; ao propor interações de linguagens artísticas e expressões estéticas; ao envolver jovens nos projetos culturais comunitários; ao propor uma gestão compartilhada ascendente, em que o Estado não impõe as condições de execução do programa, mas dispõe dos meios para que os Pontos de Cultura possam exercer sua autonomia e partilhar das decisões sobre essa ação pública. (...) A gestão compartilhada do programa ocorre por meio do diálogo entre o poder público e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura do Brasil/CNPdC, formada por 27 Grupos de Trabalho Estaduais e 26 Grupos Temáticos" (op.cit, p.15).*

Esta ideia polissêmica e polifórmica de rede assimila as dicotomias que caracterizam o discurso que opõe os projetos das *redes hegemônicas* ao das redes *contra-hegemônicas* e as dicotomias que estruturam o discurso do MinC: *espaço de lugares, espaços de fluxos; urbano, rural; centro, periferia; tradição, modernidade; erudito, popular; conhecimento, senso comum; arte, cultura; cultura, folclore; arte, artesanato*. As dicotomias convivem com *as mestiçagens, o sincretismo, as rupturas, as contradições, a assimetria do mercado, a esquizofrenia do Estado, as diferentes formas de acesso* que caracterizam o espaço de formulação da política pública. Para Canclini (2011) essas ideias são também *híbridas* porque evocam simultaneamente processos que se inscrevem na *pré-modernidade, na modernidade, na pós-modernidade* e *na sociedade de informação,* que as atravessa. A América Latina, segundo Canclini, é pródiga no entrecruzamento de diferentes tempos históricos que coexistem na contemporaneidade de forma desarticulada, fenômeno que designou como *"heterogeneidade multitemporal"* (2011: p.72).

Além destes processos, nas redes há *o encontro do hegemônico e do subalterno* e nem sempre a hegemonia está a serviço do Estado e nem todos os grupos de origem popular são subalternos, há várias nuances neste encontro, e é necessário um esforço de *interlocução de entremeio*, para perceber em que os *pequenos mundos* afetam e modificam, mesmo que parcialmente, estruturas tradicionais e em que os *pequenos mundos* são eles mesmos as estruturas tradicionais. Da mesma forma, o Estado, na atual conformação, com gestores-militantes, reproduz discursos hegemônicos e contra-hegemônicos simultanea e indiscriminadamente.

Um dos motivos para que isso ocorra são os processos produção de subjetividade. Para a AD, o sujeito é uma posição enunciativa que transita por diferentes formações discursivas. A fim de criar um modo de se relacionar com o discurso fundador falei em FD-MinC, e posições-sujeito que se relacionam com a forma-sujeito desta FD. As posições-sujeito não precisam estar necessariamente na mesma formação discursiva do MinC. Quanto maior a abertura para a polissemia, maior a distância da posição-sujeito com a forma-sujeito. Assim, quando sugiro que *nem sempre a hegemonia está a serviço do Estado e nem todos os grupos de origem popular são subalternos*, faço isso de um

lugar que entende que os processos de constituição do sujeito transitam por formações discursivas bem diversas.

> Ao invés de encarar o sujeito como uma fonte que forneceria um significado ao mundo, vemos cada posição de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura. A esta estrutura ou conjunto de posições diferenciais, damos o nome de discurso. Não há nenhuma relação prévia necessária entre os discursos que formam o trabalhador, por exemplo, enquanto militante ou agente técnico no local de trabalho, e os discursos que determinam sua atitude com relação à política, à violência racial, ao sexismo e outras esferas nas quais o agente seja ativo. Torna-se, portanto, impossível falar-se do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada e homogênea. Ao invés, devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas. (...) A proliferação destas novas formas de luta resulta da crescente autonomização das esferas sociais nas sociedades contemporâneas, autonomização essa sobre a qual somente se pode obter uma noção teórica de todas as suas implicações, se partirmos da noção do sujeito como um agente descentralizado, destotalizado (LACLAU:1983, p.3).

Laclau dá uma chave para se compreender posições aparentemente contraditórias: grupos culturais formando comissões e o governo tecendo redes. As formas híbridas assim o são porque muitas vezes identificam-se com elementos de desigualdade e exclusão, demonstram dificuldade em produzir contra-hegemonia a partir da ressignificação de instrumentos hegemônicos.

As redes híbridas revelam que a comunidade disputa a hegemonia representada pelo Estado e pelo mercado, e ela se concretiza na disputa de narrativas. Os *pequenos mundos* têm, cada um, a *sua narrativa* e essas narrativas isoladas, mas principalmente reunidas, desconstróem e reconstróem o discurso do Cultura Viva. O espaço de interlocução nessa lógica, torna-se um espaço de poder, de tomar para si a posição de narrador que diz o que é a política pública.

Entendo que uma proposta de articulação de *rede contra-hegemônica*, por parte do governo, articulado com a sociedade, aponte para *horizontes de mudanças possíveis*, mas que ainda não tem as condições adequadas para se instalar, pois o grande desafio da política, lembrando Hanna Arendt, é organizar e regular o convívio entre os diferentes, não entre os iguais. Bloch, em **O Princípio da Esperança** (2005a), fala do *ainda não* como uma categoria credível que pré-anuncia uma *utopia possível*, experiências múltiplas, enraizadas, desconectadas que que se inscrevem como *tendências e latências*. Essa categoria é fecunda para pensar iniciativas que tem potencial de transformação social, entendo que a *rede híbrida pode vir a ser* um espaço para pensar o conjunto de

elementos necessários a uma reforma política do Estado[199] porque a ideia de reunir o governo e a sociedade para *gestão compartilhada da política pública* - quando isso de fato acontecer - pode criar processos *democráticos de alta intensidade* dos quais fala Boaventura de Sousa Santos. Dorneles entende que

> estes territórios emergentes − em suas distintas formas de organização; de produção; de reapropriação dos espaços da cidade e da periferia, entre outros − vêm construindo estratégias de afirmação e resistência que, alimentadas por uma ética de solidariedade e por uma política da amizade, fomentam identidades inventivas e desejantes, e são fortalecidas através dos intercâmbios de experiências com capacidade de respostas à formação de redes e de novas ações e corredores culturais (DORNELES: 2011: p.208).

Assumo, junto com Dorneles (p.309) que essas *identidades inventivas* que *os pequenos mundos* trazem para a cena cultural vão além de expressões estéticas e artísticas e, desafiadas pelos conceitos estruturantes do Programa, buscam novas formas de organizar a participação social e a gestão. Mas para criar as condições para que isso aconteça, torna necessário olhar para essa rede e descrevê-la a partir dos sentidos que de fato (re)produz e não apenas de seu desenho idealizado.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luiz Eduardo; SILVA, Frederico A. Barbosa. **Levando a sério o que nos** dizem - notas sobre narrativas e avaliação nas políticas públicas. Texto para Discussão 1730. RJ: IPEA, abril de 2012.

ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos Ministros da Cultura 2003-2010.** RJ: Versal, 2013.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

AMADEU, Sergio et alii. Diversidade digital e cultura. In: http://www.cultura.gov.br/site/2007/06/20/diversidade-digital-e-cultura-por-sergio-amadeu-e-associados/, acesso em 07/10/2012.

ANDRIES, André Luiz Fernandes. **Pontos de Cultura, uma experiência de política pública participativa.** BH: UFMG, 2010.

---

[199] A reforma política do Estado pressupõe uma reforma anterior, societal. Uma renovação dos valores e um redesenho das estruturas. É um projeto de dimensões gigantescas - de caráter utópico -, que provavelmente demoraria gerações e que para sua efetivação depende de vários outros esforços conjugados mobilizando Estado, sociedade, mercado.

ARAÚJO, Edna Maria de. **Diálogo Intergeracional e promoção da paz: pedagogia griô e protagonismo juvenil como tecnologias sociais para a prevenção da violência em feira de Santana-BA.** Bahia: Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade da Carolina do Norte – Chapel Hill, 2010.
AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: **Cadernos de estudos lingüísticos.** Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.,1990
AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas – As não-coincidências do dizer.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004, pp. 703 a 728.
AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes D. Democracia, participação e instituições híbridas. In: **Revista Teoria e Sociedade.** Número especial. Março de 2005. Belo Horizonte, UFMG. PRODEP/UFMG.
AVRITZER, Leonardo. Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In: **Texto para Discussão 1739**. Brasília:IPEA, 2012.
AVRITZER, Leonardo. Modelos de Deliberação Democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **Democratizar a Democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e deliberação política. In: **Revista Lua Nova.** São Paulo, no 49, 2000, pp.26 a 46.
BACKSO, B. **Enciclopédia 5 – Anthropos – Homem.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
BAHIA, Lia. **Discursos, políticas e ações: processos de industrialização do campo cinematográfico brasileiro.** São Paulo: Itaú Cultural, 2012.
BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: HUCITEC, 1995.
BARBOSA DA SILVA, Frederico A. **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento.** Brasília: IPEA/MINC, 2007b.
BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B (Org.). **Cultura Viva; as práticas de pontos e pontões.** Brasília: IPEA, 2011.
BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B; CALABRE. Lia (Org.). **Pontos de Cultura; olhares sobre o Programa Cultura Viva.** Brasília: IPEA, 2011.
BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B. e ARAUJO, Herton E. (Org). **Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania: Cultura Viva.** Brasília: IPEA, 2010.
BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; LABREA, Valéria Viana et al. **Relatório Parcial do Redesenho do Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2012a.**
BARBOSA DA SILVA, Frederico A. B.; LABREA, Valéria Viana et al. **Relatório Final do Redesenho do Programa Cultura Viva. Brasília: IPEA, 2012b.**
BARBOSA DA SILVA, Frederico A. **Política cultural no Brasil: 2002 -2006.** Brasília: IPEA/MINC, 2007a.

BARROS, José Márcio. **Diversidade cultural: da proteção à promoção.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Pensando sociologicamente.** Buenos Aires: Nueva Visíon, 2009.
BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
BENTES, Ivana. Expandir ou qualificar. **Blog Trezentos.** http://www.trezentos.blog.br/?p=5531, acesso em 10/11/2013.
BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral I.** Campinas: Pontes, 1988.
BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral II .** Campinas: Pontes, 1989.
BLOCH, Ernst. **O princípio esperança: volume 1.** Rio de Janeiro: EdUERJ, Contraponto, 2005.
BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas.** Volume 15; 02. Abril a Junho. São Paulo: 2001.
BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure.** São Paulo: Cultrix, 1997.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
BRASIL. **Almanaque Cultura Viva.** Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010a.
BRASIL. **Almanaque.** Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2009b.
BRASIL. **Aprimoramento da Gestão.** Brasília: MinC, 2013. Disponível in: http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade/destaque/-/asset_publisher/ycfzTtH4jQ4f/content/aprimoramento-da-gestao/10901, acesso em 27/01/2014.
BRASIL. **Cadernos do Do-in Antropológico. Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil.** Brasília: MINC, 2003a.
BRASIL. **Compêndio do Cultura Digital.** BSB: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2009a.
BRASIL. **Oficina do Sistema Nacional de Cultura.** Brasília: MINC, 2006b.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 6.** Brasília: IPEA, 2003b.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 7.** Brasília: IPEA, 2003c.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 8.** Brasília: IPEA, 2004a.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 9.** Brasília: IPEA, 2004b.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 10.** Brasília: IPEA, 2005c.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 11.** Brasília: IPEA, 2005d.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 12.** Brasília: IPEA, 2006d.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 13.** Brasília: IPEA, 2007a.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 14.** Brasília: IPEA, 2007b.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 15.** Brasília: IPEA, 2008a.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 16.** Brasília: IPEA, 2008b.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 18.** Brasília: IPEA, 20010c.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 19.** Brasília: IPEA, 20011.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 20.** Brasília: IPEA, 20012.
BRASIL. **Políticas sociais – acompanhamento e análise no. 21.** Brasília: IPEA, 20013.
BRASIL. **Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária.** Brasília: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005a.
BRASIL. **Programa Cultura Viva; primeiro relatório de avaliação dos Pontos de Cultura.** Brasília: Secretaria de Programas e Projetos Culturais/MINC, 2005b.

BRASIL. **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva: autonomia, protagonismo e fortalecimento sociocultural para o Brasil.** Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010b.
BRASIL. **TEIA: Rede de Cultura e Cidadania.** Brasília: MINC, 2006a.
BRASIL. **TEIA: Tudo de Todos.** Brasília: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2007c (DVD).
BRASIL. **Viva a Cultura Viva do Povo Brasileiro.** Brasília: MINC, 2006c.
BRUNNER. José Joaquín. **A propósito de politicas culturales y democracia: un ejercicio formal.** Santiago: FLACSO, 1985.
CALABRE L. Desafios à Construção de Políticas Culturais: Balanço da Gestão Gilberto Gil. **Revista de Antropologia e Arte**, V.01, p. 293-301, 2009a.
CALABRE L. Políticas Culturais no Brasil: Balanço e Perspectivas. In: III ENECULT - III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2007.
CALABRE L. **Políticas Culturais no Brasil. Dos anos 1930 ao século XXI.** Série Sociedade e Cultura – FGV Bolso 6. Rio de Janeiro 2009b.
CALABRE, Lia (org). **Políticas culturais: pesquisa e formação.** São Paulo: Itaú Cultural, 2012.
CALABRE, Lia (org). **Políticas culturais: teoria e práxis.** São Paulo: Itaú Cultural, 2011.
CALABRE, Lia. **Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2010.
CALABRE. Lia. Política Cultural no Brasil, um histórico. In: I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: UFBA, 2005.
CANCLINI, Nestor et al. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura.** Brasília: Unesco, 2003b.
CANCLINI, Nestor García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO. pp. 69-81, 2005. Disponível in: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/.../mato/GarciaCanclini, acesso em 30/12/2013.
CANCLINI, Nestor García. De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular? In: **Comunicación y culturas populares em Latinoamérica.** México: Gili, 1984. Disponível in: http://correo3.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/garcia_canclini_-_de_que_estamos_hablando_cuando_hablamos_de_lo_popular.pdf, acesso em 30/12/2013.
CANCLINI, Nestor García. **A Globalização Imaginada.** São Paulo: Iluminuras, 2003a.
CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** 5°ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
CANCLINI. Nestor Garcia. **A Socialização da Arte – Teoria e Prática na América Latina.** São Paulo: Editora Cultrix. 1980.
CANEVACCI, Massimo. Antropologia da comunicação visual. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora, 2001.
CARVALHO, Cristina; GAMEIRO, Rodrigo; GOULART, Sueli. As políticas públicas da cultura e a participação de novo tipo no Brasil. In: VI Congresso Português de Sociologia. Número de Série: 716. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

CASSIOLATO, Maria Marta. Modelo lógico e a teoria do programa: uma proposta para organizar avaliação. In: **Revista Desafios do Desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2010 . Ano 7 . Edição 63.
CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2.** São Paulo: Paz e terra, 1999b.
CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1.** São Paulo: Paz e terra, 1999c.
CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 3.** São Paulo: Paz e terra, 1999a.
CATELA, Hermengarda. Comunidades de aprendizagem: em torno de um conceito. In: **Revista de Educação**, Vol. XVIII, no 2, 2011. p31 - 45.
CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2008.
COELHO Teixeira. **A Cultura e seu Contrário.** Observatório Itaú Cultural. São Paulo: Iluminuras. 2008.
COELHO Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural.** São Paulo: Iluminuras, 2012.
COELHO, Teixeira; GENTIL, Geneviève; POIRRIER, Philippe. **Cultura e Estado: a política cultura na França, 1955-2005.** São Paulo: Iluminuras, 2012.
COSTA, Eliane Sarmento. **Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais.** Rio de Janeiro: FGV – CPDOC – Programa de Pós-Graduação em História, Política e bens culturais, 2011, 203 folhas.
COURTINE, J. J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN (org). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003.
COURTINE, Jean Jacques. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). In: **Cadernos de Tradução**, Instituto de Letras, UFRGS, n 6, Abril-junho de 1999.
COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propôs du discours communiste adresse aux chrétiens. In: **Langages**, 62, 9-127. Paris, juin 1981.
CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation; opérations et repreentations.** Paris: Ophrys, 1990.
CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital 2007.
DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: A transformação dos discursos e práticas da esquerda brasileira. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina. & ESCOBAR, Arturo. (orgs.) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino- Americanos: Novas Leituras.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** Dagnino, E. (org.) São Paulo, Paz e Terra, 2002.
DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.
DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia, Vol 1.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. La Filosofia en su Lengua Nacional. In: El Lenguaje y las Instituciones Filosóficas. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.
DIBA, Denise. De ponto de drogas à Ponto de Cultura: juventude, teatro e promoção de saúde – o grupo Pombas Urbanas em Cidade Tiradentes. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – Dissertação Mestrado, 2012, 265 folhas.
DIÓGENES, Glória. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 2008.
DIONYSOS. Número especial sobre o Teatro de Arena. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, n. 24, out. 1978.
DOMINGUES, João Luiz Pereira; SOUZA, Victor Neves de. Programa Cultura Viva: a Política Cultural como Política Social? Elementos de análise dos fundos públicos e do direito à produção da cultura. Bahia: UFBa, V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009.
DOMINGUES, João Luiz Pereira. Programa Cultura Viva: Políticas culturais para a emancipação das classes populares. RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em políticas públicas e formação humana, 2008, 218 folhas.
DORNELES, Patrícia. Identidades inventivas : territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul. Porto Alegre: UFRGS/POSGea, 2011 (Tese de Doutorado)
DORNELES, Patrícia. Arte e Cidadania – Diálogos na experiência do Projeto de Descentralização da Cultura da Administração Popular em Porto Alegre. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC, 2001. (Dissertação de mestrado).
DUCROT, O. O Dizer e o Dito. Campinas, Pontes, 1988.
DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2001.
DUCROT, Oswald. Analises Pragmatiques. In: Communications, 32, 1980. (xerox)
DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. (1984) In: O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.
DURHAM, Eunice Ribeiro. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
DYER, Geoff. O instante contínuo: uma história particular da fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
EAGLETON, Terry. A ideologia da estética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo: UNESP : Boitempo, 1997.
ESCOSTEGUY D. A. C. Cartografias dos Estudos Culturais – Uma versão latino – americana. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2001.
FÉR, Ester Marçal. O audiovisual na rede dos pontos de cultura da grande São Paulo. SP: Faculdade Cásper Líbero, 2009.
FERRAREZI, Ludmila e ROMÃO, Lucília Maria. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. In: Revista. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 24, p. 152-171, 2º sem.2007.
FERREIRA, Juca. A centralidade da cultura no desenvolvimento. In: BARROSO, Aloísio Sérgio; Souza, Renildo (orgs.). Desenvolvimento: idéias para um projeto nacional. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010a.

FERREIRA, Juca. Ciclo de palestras: cultura. Brasília: Presidência da Rpública, Secretária de Assuntos Estratégicos, 2010b.
FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Glossário de termos do discurso: análise do discurso. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.
FIORIN, José Luiz. Estado de bem-estar social: padrões e crises. PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva. RJ, 7(2), p. 129-147, 1997. Disponível in: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf, acesso em 10/11/2013.
FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo, SP: Ática, 2003.
FONSECA, F. I. Dêixis: Tempo e Narração. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992.
FONTELES, Bené (org.). Nem é erudito nem é popular; arte e diversidade cultural no Brasil. Brasília: MINC, 2010.
FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo, SP: Loyola, 1996.
FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Petrópolis: Vozes, 2000b.
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. RJ: Graal, 1979.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
FUCHS, C. Les problématiques énonciatives: essai d'une présentation historique et critique in DRLAV, nº25, Centre de Recherches de l'Université de Paris VIII, 1988.
GADET, F. e HAK, T. (orgs) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.
GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.
GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
GONÇALVES, Cristiane. Relatório Comparativo dos dados quantitativos (dados financeiros, estruturais e de logística, de público, de programação, pontos de cultura e comunicação), referentes às quatro edições do evento Teia, 2006, 2007, 2008 e 2010. Brasília: SCC/MinC/PNUD, 2010.
GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. (Org.). Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 21-34.
GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos. São Paulo: ClaraLuz, 2004.
GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.) Fundamentos Metodológicos da Lingüística. Campinas: Pontes, 1982.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides et al. Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia crítica. Porto Alegre: EDIPUC, 1999.
GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolíticas; cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.
GUILHERME, Mauro; KOURY, Pinheiro. Imagem e Memória: ensaios em antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
GUIMARÃES, César. O campo da comunicação e a experiência estética. In: WEBER, M.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. (orgs.). Tensões e objetos da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2002, pp.83-100.
GUIMARÃES, E. Texto e enunciação. In: Organon, UFRGS, Instituto de Letras, v. 9, n. 23,1995b.
GUIMARÃES, Eduardo (org.). História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes,1989.
GUIMARÃES, Eduardo. Os Limites do Sentido. Campinas: Pontes, 1995a.
GUIMARÃES, Eduardo. Texto e argumentação; um estudo de conjunções do Português. Campinas: Pontes, 1987.
HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.
HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência. Cadernos CEBRAP, São Paulo, n. 18, pp. 103-104, set. de 1987.
HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
HAESBAERT, Rogério. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, Â. (Org.). Espaços Culturais: Vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 3a Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
HALL, S. Da diáspora: Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Humanitas. Ed. UFMG, 2003.
HALL, S. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Caderno Educação e Realidade - FACED, UFRGS, jul./dez. 1997.
HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2010.
HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. A condição política Pós-Moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. In: Cadernos de Estudos Linguisticos, Campinas, 19, 44-60, Unicamp, IEL, jul-dez 1990. Disponível em http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/3013/2494, acesso em 11/07/2013.
HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-36.
HOLLANDA, Ana de. Discurso de posse da ministra da Cultura, Ana de Hollanda. Brasília: MINC, 2011. Disponível in http://www2.cultura.gov.br/site/2011/01/03/discurso-de-posse-da-ministra-da-cultura-ana-de-hollanda/, acesso em 15/04/2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. São Paulo: Brasiliense, 1980.
HUMBERTO, Luis. Fotografia, a poética do banal. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
INDURSKY, Freda; CRISTINA, Maria; FERREIRA, Leandro. Os múltiplos teritórios da análise do discurso. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999a.
INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.
INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Coleção Ensaios, CPG Letras/UFRGS, no 12, 1999b.
INDURSKY, Freda. A AD e sua inserção no campo das ciências da linguagem. In: Cadernos do IL, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, n. 20, p. 7-21, dez 1998b.
INDURSKY, Freda. A construção metafórica do povo brasileiro. In: Organon. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, v. 9, no. 23, 1995.
INDURSKY, Freda. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas: Ed. da UNICAMP,1997.
INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: NDURSKY, Freda & CAMPOS, Maria do Carmo (orgs.). Discurso, memória, identidade. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2003.
INDURSKY, Freda. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni P. A leitura e seus leitores. Campinas: Pontes, 1998a.
INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. In: ERNEST-PEREIRA, A., FUNCK, S. B. A leitura e a escrita como práticas discursivas. Pelotas: Educat, 2001.
INDURSKY, Freda. Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin a Análise do Discurso. In: Língua e instrumentos lingüísticos. Campinas: Pontes, n 4/5, jun.2000.
INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2003.
IÑIGUEZ, Lupicinio. Manual de análise do discurso em ciências sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
IPEA. Relatório da Pesquisa Avaliativa do Programa Cultura Viva. Avaliação dos Pontões de Cultura do Programa Cultura Viva. O perfil dos Pontões de Cultura. Os instrumentos de articulação, formação e difusão da Rede de Cultura. Brasília: DISOC/IPEA, 2011.
IPF. Programa Cultura Viva; dossiê de atividades agosto a novembro de 2006. IPF: SP, 2006b.
IPF. Programa Cultura Viva; dossiê de atividades maio a agosto de 2006. IPF: SP, 2006a.
JAMES, W. Pragmatismo e outros ensaios. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.
JAMESON, Frederic. A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
JAMESON, Fredric. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2007.
JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Descentralização, Território e Redes Sociais: uma análise do Programa Cultura Viva. Sociólogo, professor Titular da FEA/PUCSP; Administradora, Drª em Ciências Sociais, Professora da FEA/PUCSP.

KISSLER, Leo and HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. Rev. Adm. Pública [online]. 2006, vol.40, n.3, pp. 479-499. ISSN 0034-7612.
KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). Imagem e Memória; ensaios de antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
LABREA, Valéria da Cruz Viana. **Cultura Viva: redes temáticas e rede de governança como estratégia de participação social ampliada.** São Paulo: Fundação Itaú Cultural; Girona, Espanha: Universidad de Girona, 2012. (Monografia de Especialização). Orientadores: Prof. Dr. Teixeira Coelho e Prof. Dr. Alfons Martinell.
LABREA, Valéria Viana; DOUNIS, Sumaya; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva; novos mapas conceituais. BSB: SCC/MinC/PNUD, 2010.
LABREA, Valéria Viana; MAKIUCHI, Maria de Fátima; CHALUB, Leila; ZANETI, Isabel; KORNIJEZUK, Nádia. The Ecology of Knowledge and Reinventing University Extension Education. In: CORCORAN, Peter Blaze; OSANO, Philip. young people, education, and sustainable development: exploring principles, perspectives, and praxis. Netherland: Wageningen Academic Publishers, 2009a.
LABREA, Valéria Viana; MARINHO, Kleber M. Histórias de aprender-e-ensinar para mudar o mundo. Paulínia: Instituto Bioma/FNDE, 2007b.
LABREA, Valéria Viana; RANGEL, Antonia Maria do Carmo. Programa Cultura Viva; análises e observações. BSB: SCC/MinC/PNUD, 2009b.
LABREA, Valéria Viana. A vanguarda que se auto-anula ou a ilusão necessária. Cartogafia da Rede Brasileira de Educação Ambiental 2003-2008. Brasília; CDS/UnB, 2009c.
LABREA, Valéria Viana. Língua e sujeito: a busca inalcançável pela completude ou os limites do indizível. Porto Alegre: IL/UFRGS, Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, 2002a.
LABREA, Valéria Viana. O percurso do Sentido. Porto Alegre: IL/UFRGS, Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, 2002b.
LABREA, Valéria Viana. O texto jornalístico e o papel dos operadores argumentativos na formação de leitores críticos: uma abordagem semântico-discursiva. (Monografia) IL/UFRGS: 2000.
LABREA, Valéria Viana. Redes de aprendizagem: um outro espaço educativo é possível. A Experiência do FórumZINHO Social Mundial. Brasília: SENAC, 2007a. (Monografia de Especialização).
LACERDA, Alice Pires de. GOMES, Eduardo José dos Santos de Ferreira. Sentidos da Democracia e do Direito Cultural no campo das políticas de cultura. Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia; Advogado autoral, Pós-graduando em Direitos da Propriedade Intelectual – PUC/RJ.
LACERDA, Alice Pires; LIMA, Hanayana Brandão G. Fontes. Cultura digital como política cultural: possibilidades e desafios do governo Lula. In: II Simpósio Nacional da ABCiber. SP: PUC SP, 2008.
LACERDA, Alice Pires. Democratização da Cultura X Democracia Cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais; teorias e práticas. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

Disponível em http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/02-ALICE-PIRES-DE-LACERDA.1.pdf, acesso em 12/08/2013.
LACLAU, Ernesto. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
LAGAZZI, Suzy. O desafio de dizer não. São Paulo: Pontes, 1988.
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
LASSANCE JR., Antonio Ernesto et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação do Banco do Brasil, 2004.
LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
LEAL, Maria do Socorro Perreira. Raposa Serra do Sol: no discurso político roraimense. Roraima: UFRR, 2012.
LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY; Freda. Análise do discurso no Brasil; mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.
LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. A AD no Brasil: notas à sua história. Porto Alegre, UFRGS, 2006. disponível em www.discurso.ufrgs.br
LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco. São Paulo: UNICAMP, 1994 (Tese de Doutorado).
LEMOS, Eneida Braga Rocha de; COLNAGO, Ena Elvira. Políticas Públicas Culturais e Participação. II Seminário Internacional – Políticas Culturais.
LERRER, Débora Franco. Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST. 267p. Tese (Doutorado em Ciência Sociais aplicada ao conhecimento do mundo rural). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
LIMA, Deborah Rebello. Desafios contemporâneos na Gestão Pública, entre o tangível e o intangível: o caso do Programa Cultura Viva. II Seminário Internacional – Políticas Culturais.
LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. Desafios jurídicos e administrativos da política cultural comunitária: um estudo dos Pontos de Cultura no estado de São Paulo. São Paulo: USP - Programa de pós-graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes,Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2013, 323 folhas.
LÖFFLER, Elke. Governance: Die neue Generation von Staats- und Verwaltungs- modern-isierung. Verwaltung + Management, v. 7, n. 4, p. 212-215, 2001.
LOPES, Juliana. Experimentações em Cultura, Educação e Cidadania: O Caso da Associação Grãos de Luz e Griô. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2009, 136 folhas.
LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. Kriterion [online]. 2010, vol.51, n.121, pp. 227-258. ISSN 0100-512X.
LYRA, V.M.G. et alii. Pesquisa Avaliativa do Programa Arte cultura e Cidadania – Cultura Viva – O olhar dos pontões de cultura. BSB: IPEA, 2011.
MAGALDI, Sábato. Um palco brasileiro: o Arena em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1984.
MAIA, Tatyana de Amaral. Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural, 2012.
MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. Tessituras de uma rede: um bordado social. Brasília: CDS, 2005. (Tese de doutorado).

MANCE, Euclides André. Rede de colaboração solidária: aspectos econômicos-filosóficos complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
MARCONDES, D. A filosofia da linguagem de J. Austin. In: AUSTIN, J. Quando dizer é fazer; palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
MARCONDES, D. Duas concepções de análise no desenvolvimento da filosofia analítica. In: CARVALHO. M.C. Paradigmas filosóficos da atualidade. Ed. Papirus (xerox)
MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
MARQUES, Eduardo César; BICHIR, Renata M. Estado e empreiteiras II: permeabilidade e políticas públicas em São Paulo. In: Dados. Volume 46 no. 1. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro:RJ,2003.
MARQUES, Eduardo César. Estado e Redes Sociais: Permeabilidade e Coesão nas Políticas Públicas do Rio de Janeiro. RJ: Revan/FAPESP, 2000.
MARTINS, A.C. O lugar da dêixis na descrição da língua. (mimeo)
MATTOS, Fabrício Santos de. Os traços da rede: Pontos de cultura e usos da cultura na Amazônia contemporânea. Fortaleza: UFCE, 2010.
MEDEIROS, Anny Karine de. Política de financiamento cultural: análise do programa cultura viva em três estados brasileiros. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
MENDES, Pedro B. O Trabalho da Cultura e a lógica dos pontos. II Seminário Internacional – Políticas Culturais.
MICHALSKI, Yan. O palco amordaçado: 15 anos de censura teatral no Brasil. Rio Janeiro: Avenir, 1981.
MICHALSKI, Yan. O teatro sob pressão: uma frente de resistência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaína de Jesus. Análise do discurso, sujeitos, lugares e olhares. São Carlos: Claraluz, 2009.
MORENO, A. Wittgenstein através das Imagens. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.
MORIN, Edgar. Ciência com consciência. RJ: Bertrand Brasil, 2002.
MORIN, Edgar. O método I: a natureza da natureza. Porto Alegre:Sulina, 2005.
MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
MOSTAÇO, Edelcio. Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião. São Paulo: Proposta, 1982.
NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. Global: biopoder e luta em um América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.
NUNES, Ariel F. Articulações entre ponteiros, sociedade e política pública cultural: uma abordagem antropológica dos pontos de cultura. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.
NUNES, Ariel F. Pontos de cultura e os novos paradigmas das políticas públicas culturais: reflexões macro e micro-políticas. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

NUNES, Ariel F. Por um “do-in antropológico” - Pontos de Cultura e os novos paradigmas nas políticas públicas culturais. MG: UFG – Programa de Pós-Graduação em antropologia social, 2012, 99 folhas.
OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Boaventura e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
ORLANDI E. P. (org.) Gestos de Leitura: Da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
ORLANDI, Eni P. (Org.) Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993a.
ORLANDI, Eni P. & GUIMARÃES, Eduardo. (org.) Língua e cidadania; o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996b.
ORLANDI, Eni P. A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. Disponível em: www.discurso.ufrgs.br, acesso em 10/12/2012.
ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4 ed. Campinas: Pontes, 1996c.
ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000a.
ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio: o movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1993b.
ORLANDI, Eni P. Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez, 1988a.
ORLANDI, Eni P. et al. Sujeito e Texto. São Paulo: EDUC, 1988b.
ORLANDI, Eni P. Para onde vai a Análise do Discurso? Conferência no V Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Vídeo disponível em http://www.cienciasdalinguagem.net, acesso em 26/07/2013.
ORLANDI, Eni P. Quem foi Michel Pêcheux. Disponível em: www.labeurb.unicamp.br, acesso em 14/12/2012.
ORLANDI, Eni Puccinelli. A leitura e os leitores. Campinas, SP: Pontes, 1998.
ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001a.
ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
ORLANDI, Eni Puccinelli. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996a.
ORLANDI, Eni Pulcinelli. Cidade atravessada: os sentidoss públicos no espaço urbano. São Paulo: Pontes, 2001b.
ORLANDI, Eni Pulcinelli. Gestos de leitura: da história no discurso. São Paulo: UNICAMP, 2010.
OTTERLO, Aldalice et al. Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: RTS, 2009
PARRET, H. Enunciação e Pragmática. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
PARTIDO DOS TRABALHADORES. A imaginação a serviço do Brasil: programa de políticas de cultura. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/aimaginacaoaservicodobrasil.pdf.
PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1997.
PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1995.

PEDROSO, Julio César; MARTINS, Carlos José. Pontos de Cultura enquanto movimento social: uma pesquisa netnográfica. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 2013.
PILLAR, Gabriel Gomes. Cidades híbridas: um estudo sobre o Google Earth como ferramenta de escrita virtual sobre a cidade. Porto Alegre: FABICO;UFRGS, 2006.
PIÑERO, Laura. Salir del descarte: Construyendo participacíon em el conurbano bonaerense. Buenos Aires, Argentina: CICCUS/FOC, 2006.
PINTO, Cristiano Paixão Araujo et al. Redefininindo a relação entre o professor e a universidade: emprego público nas instituições federais de ensino? Brasília: Faculdade de Direito/CESPE, 2002.
PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. Participação social como método de governo? Um mapeamento das "interfaces socioestatais" nos programas federais. In: Texto para discussão 1707. Brasília: IPEA, 2012.
PIRES, Vera Lúcia; TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. In: Estudos semióticos. vol. 6, no 2 p. 66–76, novembro de 2010.
PONTE, Elizabeth. Por uma cultura pública: organizações sociais, Oscips e gestão pública não estatal na área da cultura. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.
PORTO. Marta. A cultura ainda não se tornou prioridade. Jornal O Globo. http://oglobo.globo.com/cultura/marta-porto-cultura-ainda-nao-se-tornou-prioridade-4294248, acesso em 10/11/2013.
RANCIÈRE, Jacques. A Partilha do Sensível: estética e política. São Paulo: Ed.34, 2000.
REBELLO, Débora. Desafios contemporâneos na gestão pública, entre o tangível e o intangível: o caso do programa cultura viva. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
REIS, Paula Félix dos. Estado e Políticas Culturais. II Seminário Internacional – Políticas Culturais.
REIS, Paula Félix dos. Políticas Culturais do Governo Lula: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura. Bahia: UFBa – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2008, 140 folhas.
RENNÓ, Lucio. Coletânea de políticas públicas de cultura: práticas e reflexões. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2011.
Revista Observatório Itaú Cultural/ OIC – n.1 (jan./abr. 2007). - São Paulo: Itaú Cultural, 2007.
Revista Observatório Itaú Cultural/ OIC – n.11 (jan./abr. 2011). - São Paulo: Itaú Cultural, 20011a
Revista Observatório Itaú Cultural/ OIC – n.12 (maio/ago. 2011). - São Paulo: Itaú Cultural, 2011b.
Revista Observatório Itaú Cultural/ OIC – n.13 (set. 2012). - São Paulo: Itaú Cultural, 2012.
RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.
ROCHA, Sophia Cardoso; ARAGÃO, Ana Lúcia. Direitos Culturais no Brasil e uma breve análise do programa Cultura Viva. II Seminário Internacional – Políticas Culturais.
ROCHA, Sophia Cardoso. Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia. Bahia: Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Comunicação, 2011, 233 folhas.
RODRIGUES, A.D. Introdução à Semiótica. Lisboa: Presença. 1991.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. SP: Estação Liberdade, 1989.
RUBIM, Albino. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.
RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010.
RUBIM, Antonio Albino Canelas. As políticas culturais e o governo Lula. São Paulo: Edi. Fundação Perseu Abramo, 2011.
SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologia do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2005a.
SANTOS, Boaventura de Sousa. A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2005b.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006b.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005c.
SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo; para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006a.
SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado. Coimbra: CES:1999.
SANTOS, Boaventura de Sousa. A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória. SP: Exposição realizado no Seminário: "Estudos Territoriais de desigualdades sociais", 16 e 17 de maio de 2001. (mimeo).
SANTOS, Boaventura de Sousa. O fórum social mundial: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005d.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2006c.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006d.
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.
SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas. Brasília: ENAP, Volume 1, 2006.
SARTOR, Carla Silvana Daniel; QUIROGA, Ana Maria. As Políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura. Rio de Janeiro, 2011. 416 p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
SARTOR, Carla Silvana Daniel. As políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura. RJ: PUC – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2011, 20 folhas.
SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística Geral. 30ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras; ações coletiva na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
SCHERRER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1993.
SCHERRER-WARREN, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (org.). ONGs e universidades. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002.
SCHERRER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Vol. 21, n° 1. Brasília: 2006.
SEARLE, J. Expressão e Significado. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
SEARLE, J. Os Atos de Fala. Coimbra: Almedina, 1984.
SIDEKUM, Antônio. Alteridade e multiculturalismo. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003.
SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
SODRÉ, Muniz. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
SPANIOL, W. Filosofia e Método no Segundo Wittgenstein. São Paulo: Loyola, 1989.
SPOSITO, Eliseu Savério. Rede e cidades. São Paulo, SP: UNESP, 2008.
STANGL, Andre. Pontos de Cultura – por uma política cultural mestiça, digital, tropicalista e global. Atopos – ECA/USP.
SZANIECKI, Barbara Peccei; SILVA, Rocilei da. Políticas Culturais Vivas: raízes e redes do Movimento Enraizados. II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
TAMAIO, Irineu. A Política de Educação Ambiental – sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores. Brasília: CDS/UnB, 2007. (Tese de Doutorado).
TURINO, Célio. O desmonte do programa CULTURA VIVA e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma. Disponível em: http://revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/, acesso em 20/09/2013.
TURINO, Célio. Ponto de Cultura – O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda, 2009.
VASCONCELOS, Ana Teresa A. Múltiplos olhares sobre as políticas públicas de cultura: artistas, pontos de cultura e estado. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
VILUTIS, Luana. Cultura e juventude: a formação dos jovens nos Pontos de Cultura. SP: USP, 2009 (Dissertação de Mestrado).
VILUTIS, Luana. Pontos de cultura e economia solidária – aproximações e possibilidades. In: II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
WIGGERSHAUS, Rolf. A escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: DIFEl, 2006.
WITTGENSTEIN, L. Fichas. Lisboa: Edições 70, 1989.
WITTGENSTEIN, L. Investigations Philosophiques. Paris, Gallimard, 1990.
WITTGENSTEIN, L. Tractatus Logico-Philosophicus. São Paulo: Edusp, 1993.
ZANDWAIS, A. A noção de dêixis: da lógica formal às teorias enunciativas. Nonada, ano2, nº 3, ago/dez, 1999.

ZANDWAIS, A. Tratamento de significações não-literais: limites e fronteiras de questões pragmáticas. In Ensaios: relação entre pragmática e enunciação. Porto Alegre: Sagra/Luzzatto, 2001.

ANEXOS I A III

---

[i]**ANEXO I**

CRONOLOGIA DE DOCUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL

1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos - O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, idealizado pela declaração Universal dos Direitos Humanos. A proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que ele não seja compelido à revolta contra a tirania e à opressão, foi proclamada em Assembleia Geral como ideal comum para atingir todos os povos e todas as nações. A finalidade é de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade se esforcem pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional.

1954 – Convenção Para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado - Estabelece entre seus contratantes que eles comprometam-se a respeitar os bens culturais situados em seus territórios. Não permitir a utilização desses bens, de seus dispositivos de proteção e dos acessos imediatos para fins que poderiam expô-los a uma possível destruição ou deterioração em caso de conflito armado. Compete ainda aos países participantes, que proíbam e previnam todo o ato de roubo, pilhagem ou desvio de bens culturais e vandalismo.

1954 – Protocolo à Convenção Para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado - O protocolo vem firmar os deveres dos países que adotaram a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.

1976 – Recomendação para Participação e Contribuição das Pessoas na Vida Cultural - Esta recomendação foi fruto da preocupação com a formação cultural dos indivíduos, na prerrogativa de criar acessos a mecanismos de fomento para a produção cultural. Com isso busca-se a criação de condições econômicas para livre acesso à informação, formação, conhecimento cultural e ao patrimônio cultural de cada país. Entendendo que é imprescindível a abertura de oportunidades para que grupos culturais se expressem promovendo o desenvolvimento de uma identidade, troca de informações, novos conhecimentos e uma cultura de paz.

1989 – Convenção para Povos Indígenas e Tribais - A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho – OIT, convocada em Genebra no dia 7 de junho de 1989, reconheceu as aspirações dos povos indígenas e tribais para assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida, de seu desenvolvimento econômico e fortalecimento de suas identidades, línguas e religiões dentro do limite dos Estados em que vivem.

1989 – Recomendação para a Salvaguarda das Tradições Culturais e Folclóricas - Considera que o folclore é uma forma de herança universal da humanidade que agrupa diferentes pessoas e classes sociais em torno de uma identidade cultural, econômica e politicamente importante e presente na cultura contemporânea.

1995 – Relatório Nossa Diversidade Criadora - "Nossa Diversidade Criadora" é o título da obra de Javier Pérez de Cuéllar que trata as novas perspectivas sobre as relações da cultura com o desenvolvimento. Fornece subsídios valiosos para ampliar a noção de desenvolvimento e ajudar os povos do mundo a abrir seus próprios caminhos sem perder a identidade e o sentido de comunidade.

1996 – Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos - Esta declaração parte do pressuposto de que a língua é o resultado da interação de fatores sociais, políticos, territoriais, históricos e ideológicos de determinada região. Sendo considerada como expressão de uma identidade coletiva e distinta de apreender e descrever a realidade.

2001 – Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural - A declaração é o ato inicial de uma nova ética da UNESCO para o Séc. XXI, onde dispôs um instrumento capaz de abranger as questões relacionadas com a diversidade cultural e o diálogo intercultural.
Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf, acesso em 02/01/2014.
2003 – Declaração sobre a Intenção de Destruição do Patrimônio Cultural - Esta declaração expressa a preocupação sobre o crescente número de atos que intentam destruir o patrimônio cultural. A UNESCO busca assegurar a conservação e proteção dos livros, obras de arte e monumentos históricos, incentivando a realização de congressos internacionais, seminários e outras atividades na busca pela salvaguarda do patrimônio cultural.
2003 – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - Após a adoção da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, alguns Estados-membros manifestaram interesse em ver criado um instrumento de proteção do patrimônio imaterial. Este interesse resultou, em 2003, na elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que entrou em vigor em 20 de Abril de 2006. Esta Convenção criou um Comitê Intergovernamental, encarregado de promover os objetivos buscados, por meio da divulgação de práticas exemplares, e de recomendações sobre medidas de salvaguarda do patrimônio imaterial.
2005 – Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - Foi adotada pela Conferência Geral da UNESCO em 2005, e ratificada pelo Brasil em 2007, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Essa nova Convenção constitui, juntamente com a Convenção de 1972, relativa ao patrimônio mundial, cultural e natural, e a de 2003 para a salvaguarda do patrimônio imaterial, um dos três pilares da promoção da diversidade criativa. Juntos, esses três instrumentos reforçam a ideia expressa na Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001), de que esta última deve ser considerada um "patrimônio comum da humanidade" e sua defesa "um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana".
Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf, acesso em 02/01/2014.
2006 – Senado brasileiro aprova a Convenção da UNESCO sobre Diversidade das Expressões Culturais - Foi aprovada pelo Senado brasileiro, no dia 19 de dezembro de 2006, a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. A proposta havia sido aprovada há menos de um mês na Câmara Federal. A Convenção foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007.
2007 – Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas - Negociada desde 1985, esta Declaração foi provada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 13 de setembro de 2007, com 143 votos a favor, dentre os quais o Brasil. O documento é uma importante ferramenta para a defesa dos direitos dos povos indígenas em todo o mundo. Nele são colocados direitos como: direito à participação política; à terra, aos territórios e aos recursos naturais; ao consentimento prévio, livre e informado; às normas não escritas que regem internamente a vida das comunidades indígenas; e o direito de propriedade intelectual.
2007 e 2009 – 1ª e 2ª Conferências das Partes da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural - A Conferência das Partes é um órgão plenário e supremo da Convenção da Diversidade Cultural. Essa conferência se reúne a cada dois anos com intuito de aprovar as diretrizes operacionais preparadas pelo Comitê intergovernamental, adotar medidas, eleger membros do Comitê Intergovernamental além de adotar quaisquer outras medidas que considere necessárias para promover os objetivos da presente Convenção. Na primeira Conferência das Partes da Convenção para Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, em 2007, estavam presentes as delegações dos 57 Países Partes da Convenção até então. Em junho de 2009, a Conferência das Partes reuniu representantes dos 98 países que já tinham ratificado a Convenção até aquela data. Em maio de 2010, a Convenção estava com 110 membros, sendo 109 países e uma organização de integração econômica regional, a Comunidade Europeia.
2007/2010 – Comitê Intergovernamental da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - O Comitê Intergovernamental da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura (UNESCO), é integrado por um total de 24 países. O Brasil foi eleito membro desse Comitê, inicialmente para um mandato especial de dois anos (12 países foram sorteados para cumprir um mandato mais curto, de modo a permitir a renovação da metade dos membros a cada dois anos). Expirado esse primeiro mandato, em junho de 2009 o Brasil foi reeleito por mais quatro anos. O Comitê se reúne ordinariamente uma vez por ano, mas já realizou três reuniões extraordinárias. Ele tem trabalhado, principalmente, na elaboração de diretrizes operacionais para os artigos da Convenção, bem como na busca de formas alternativas para captação de recursos para alimentar o Fundo Internacional da Diversidade Cultural.

2010 – Abertura do primeiro processo de recepção de programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Internacional da Diversidade Cultural - Essas demandas foram avaliadas por uma comissão de especialistas nomeados pelo Comitê Intergovernamental (em dezembro de 2009). Em dezembro de 2010, o Comitê avaliou os projetos recomendados pelos especialistas e aprovou o financiamento de 31 projetos, sendo 19 de países da África e 8 de países da América Latina. O total de recursos aplicados nesses projetos será de mais de um milhão e meio de dólares.

2012 – Países elaboram 1º relatório sobre implementação da Convenção - Os países que ratificaram a Convenção da UNESCO até o final de 2008 estão elaborando seus relatórios quadrienais, sobre como a estão implementando. A novidade desse relatório é a demanda formal da UNESCO de que a sociedade civil também participe. No Brasil, o relatório está sendo redigido pela equipe do Ministério da Cultura, com contribuições do Ministério das Relações Exteriores, Conselho Nacional de Política Cultural, Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, IPEA, Coalizão Brasileira pela Diversidade Cultural e do Observatório da Diversidade Cultural.

2012 – Criação da Comissão da Diversidade Cultural no MERCOSUL Cultural - Durante a XLIII Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), realizada em junho de 2012, na Argentina, foi aprovada a estrutura do MERCOSUL Cultural, compreendendo, dentre outros âmbitos, a Comissão da Diversidade Cultural (CDC), de acordo com proposta brasileira. Segundo a decisão, a CDC deve reunir-se a cada seis meses. A primeira reunião da Comissão foi realizada pelo Brasil, em novembro do mesmo ano.

2012 – Declaração de Brasília – Acordo Brasil e Argentina - Assinado em agosto de 2012 pelos Ministros da Cultura dos dois países, esta Declaração tem como objetivo o aprofundamento do diálogo e da cooperação bilateral, e dá continuidade à implementação das ações conjuntas previstas na Declaração de Buenos Aires, de 15 de novembro de 2001, no âmbito do acordo de integração cultural entre Brasil e Argentina, de 10 de novembro de 1997. Em Brasília, os dois países concordaram em avançar na implementação de fóruns temáticos bilaterais nas áreas de políticas culturais, economia criativa e patrimônio cultural. Dispuseram-se, também, dentre outros temas, a trocar experiências relacionadas ao desenvolvimento de políticas que integrem cultura e educação, bem como aprofundar o intercâmbio de conteúdos culturais audiovisuais.

2013 – Relatório da ONU sobre Direitos Culturais - Elaborado pela relatora especial das Nações Unidas na área dos direitos culturais, Farida Shaheed, o relatório sobre liberdade de expressão artística foi realizado por solicitação do Conselho dos direitos humanos, órgão oficial da ONU. Divulgado em março de 2013, o relatório mostra que "os direitos culturais se referem a um conjunto de questões, tais como a expressão e a criação, especialmente no âmbito de diversas formas materiais e não materiais de expressão artística; a informação e a comunicação; a língua; a identidade e o pertencimento a comunidades múltiplas, diversas e mutantes; a construção de sua própria visão do mundo e a liberdade de adotar um modo de vida específico; a educação e a formação; o acesso, a contribuição e a participação na vida cultural; o exercício de práticas culturais e o acesso ao patrimônio cultural material e imaterial". Disponível em inglês: http://artsfreedom.org/wp-content/uploads/2013/04/A-HRC-23-34_en.pdf

2013 – Declaração do Suriname - Nos dias 14 e 15 de março de 2013 a cidade de Paramaribo, no Suriname, acolheu o XIX Fórum de Ministros de Cultura e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e do Caribe, juntamente com a 1ª Reunião de Ministros de Cultura da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), que assinaram a Declaração do Suriname. Lembrando a importância simbólica dessa primeira reunião de Ministros de Cultura no âmbito da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), a Declaração afirma a decisão do grupo de "avançar no

caminho da integração cultural da região, preservar o patrimônio cultural e promover a cultura a favor do crescimento econômico, da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável", e ratifica "o respeito pela diversidade cultural que caracteriza as identidades latino-americanas e caribenhas, enquanto sociedades multiétnicas, multiculturais e plurilinguísticas". O documento também ratifica a importância dos direitos culturais no âmbito dos direitos humanos, e a apoia a adoção "das medidas necessárias para recuperar e salvaguardar os conhecimentos e saberes tradicionais dos povos indígenas, das comunidades afrodescendentes, bem como das comunidades de outra origem geográfica e que hoje fazem parte das identidades latino-americanas e caribenhas".

2013 – Relatório da UNESCO – Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural - Esse segundo Relatório mundial visa fazer um balanço de tudo o que se diz, se pensa e se faz em nome da diversidade cultural, bem como identificar as condições necessárias para fazer da diversidade uma vantagem e não uma ameaça, uma fonte de renovação para as políticas públicas a serviço do desenvolvimento, da coesão social e da paz. A partir de análises das novas iniciativas, de exemplos, de estudos de casos e de boas práticas, esse relatório avança algumas pistas a serem exploradas para renovar as estratégias de desenvolvimento em prol da erradicação da pobreza e da ação ambiental, e a favor de uma governança baseada no humano.

Disponível em espanhol: http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755S.pdf

Organizado por Giselle Dupin – Assessora da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, e Ponto de Contato da Unesco no Brasil para a Convenção de 2005. (Fonte: http://observatoriodadiversidade.org.br/site/pesquisa/linha-do-tempo/, acesso em 02/01/2014).

[ii] **ANEXO II**

As redes do Programa Cultura Viva: algumas questões condutoras da pesquisa

Valéria Viana Labrea
Doutoranda FE/UnB

Prezad@s,

Gostaríamos de conhecer melhor o funcionamento das redes que compõem o Programa, sob o ponto de vista dos pontos/pontões e gestores que formularam e fizeram o acompanhamento da política e, para isso, propomos algumas questões.

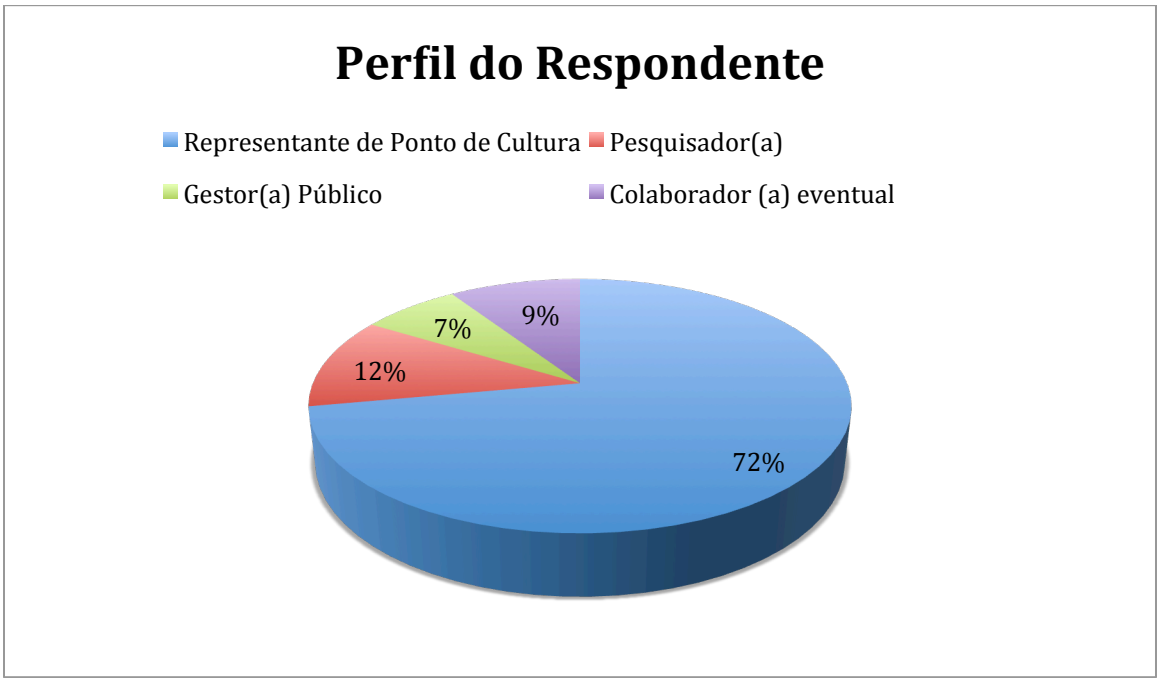
DADOS SOCIOECONÔMICOS
Nome:
Instituição:
Cargo:

QUESTIONÁRIO
Qual o desenho adotado no seu Estado para a composição da Rede dos Pontos de Cultura? (Por segmento? Região? Quantos representantes no total?)
Em sua opinião a Rede está num formato que possibilita sua efetiva e ativa atuação? Justifique sua resposta.
Qual a função da Rede dos Pontos de Cultura em sua opinião? (Essa pergunta pode fazer um contraponto entre narrativas e teorias de redes)
Você participa das redes dos pontos de cultura? De quais redes?
Quais são os espaços (virtuais e presenciais) e a periodicidade de encontro e diálogo destas redes?

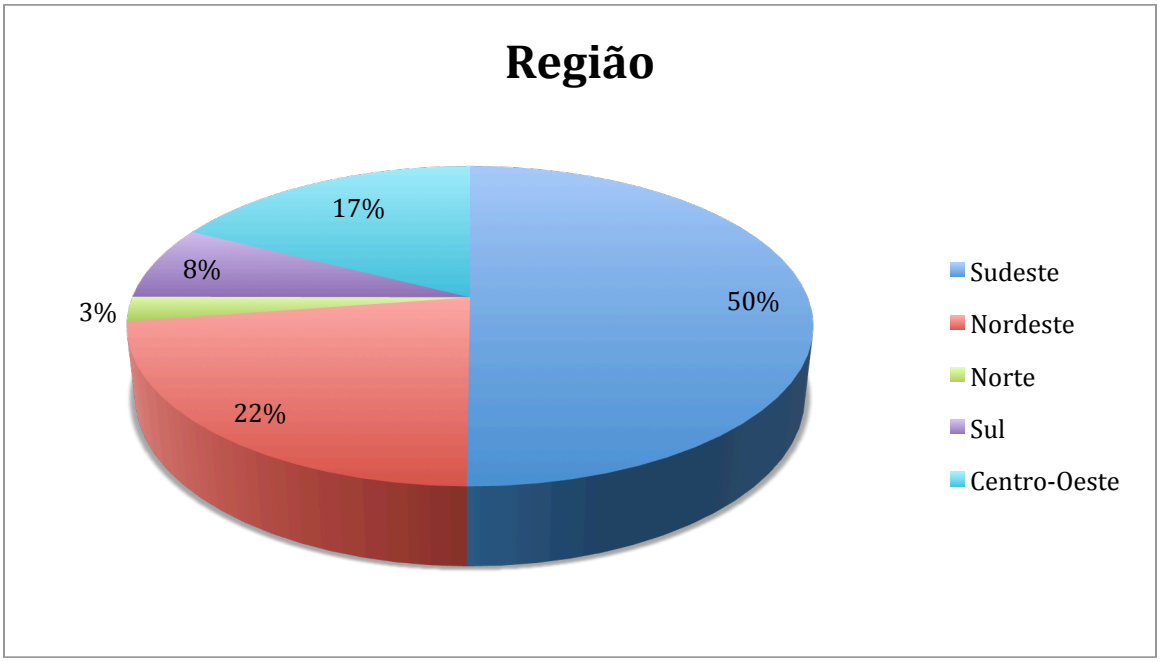
Quais são os espaços (virtuais e presenciais) de encontro e diálogo destas redes com o MINC?
Como você percebe o papel do MINC nestas redes? Como acontece a interlocução com o MINC através das redes do Programa Cultura Viva?
Como você percebe o papel do Estado nestas redes? Como acontece a interlocução com o Estado através das redes do Programa Cultura Viva?
O que você entende por *gestão compartilhada*? Em quais os espaços ela acontece? O que é compartilhado entre Estado e sociedade e em que termos? (Quais as responsabilidades e papéis que são compartilhados entre Estado e sociedade no funcionamento da Rede?).
Qual o papel dos fóruns, comitês municipais/estaduais e regionais do Programa Cultura Viva? Como é a interlocução dessas instituições com o MINC?
Como se dá a participação do MINC nas redes estaduais e municipais?
Como se dá a interlocução do MINC com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura? Quais os espaços de diálogo com a CNPdC?
Qual a maior diferença que você vê entre as gestões do MINC no período de 2004 a 2010 e a partir de 2011, em relação às redes do Programa?

Obrigada por ajudar a construir essa pesquisa, sua colaboração será anônima, a fim de preservar sua privacidade. A menos que você autorize citá-lo nominalmente, sua narrativa será identificada por letras e números, por exemplo EI01 (espaço de interlocução 01). Se houver qualquer dúvida, estou à disposição,
Obrigada,
Valéria Viana Labrea
valerialabrea@gmail.com

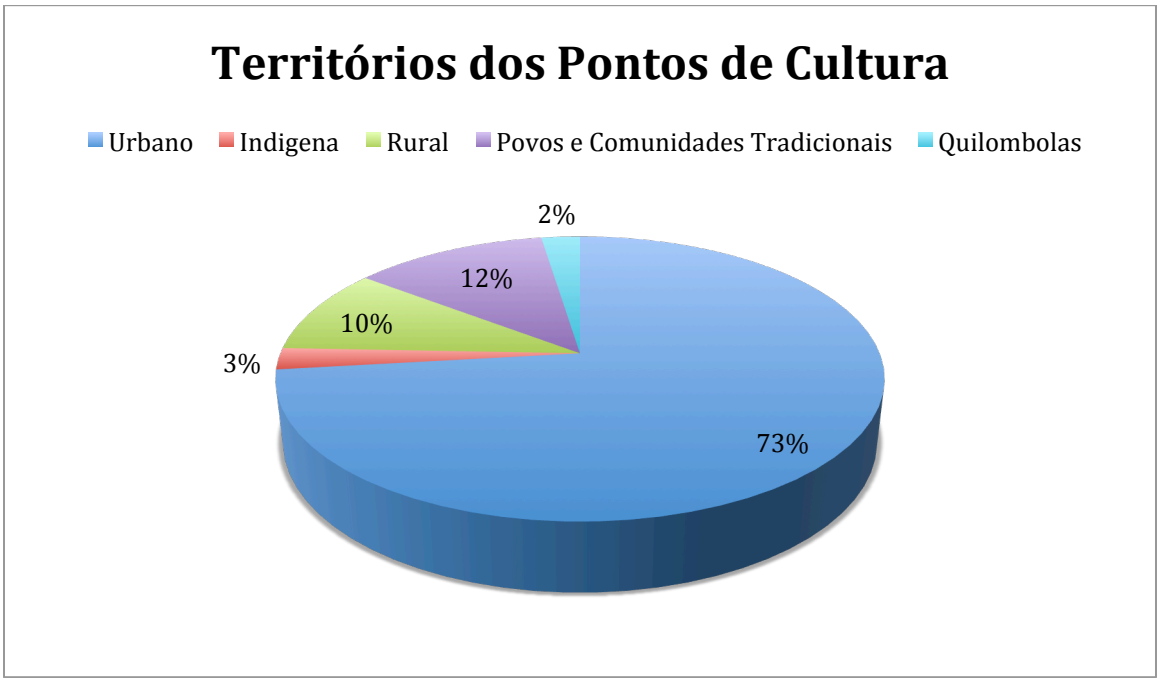
[iii] **ANEXO III**
DADOS DE PERFIL DOS PONTS/PONTÕES DO QUESTIONÁRIO 2013
Quadro 1



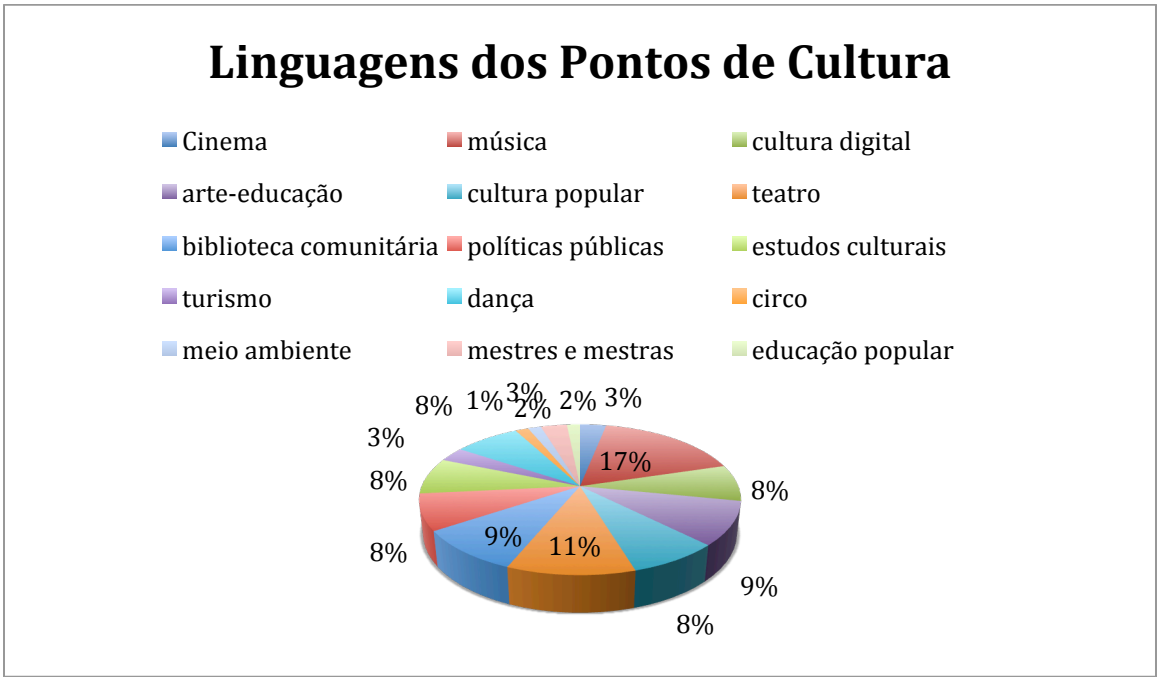
Quadro 2



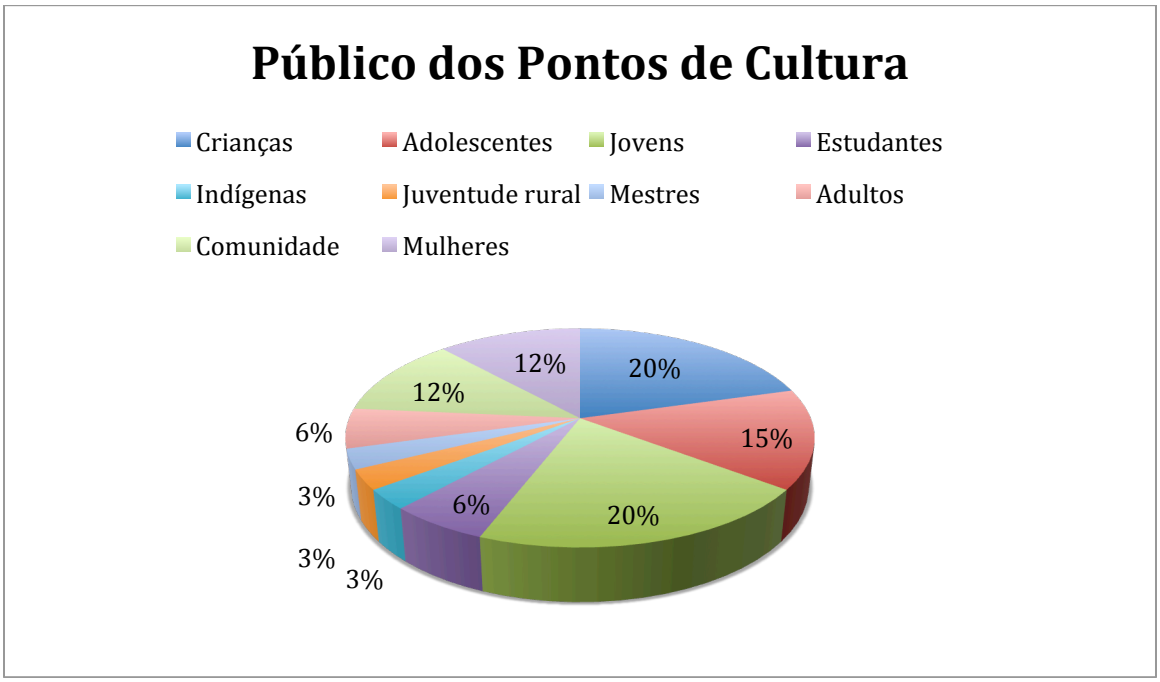
Quadro 3



Quadro 4

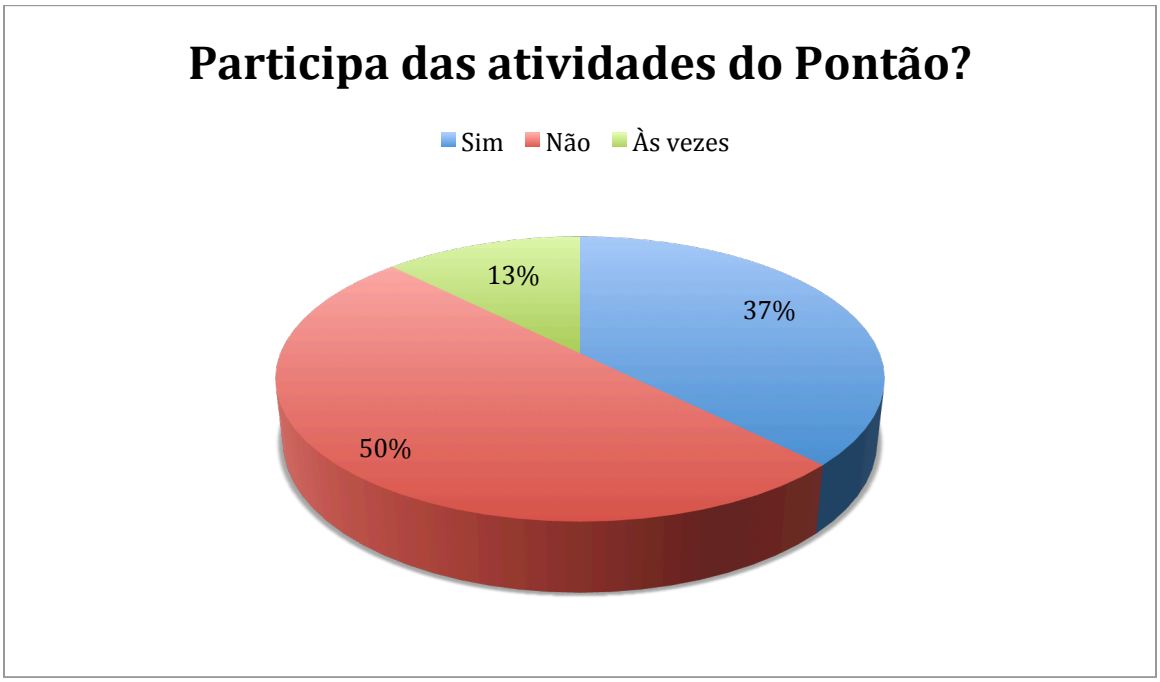


Quadro 5

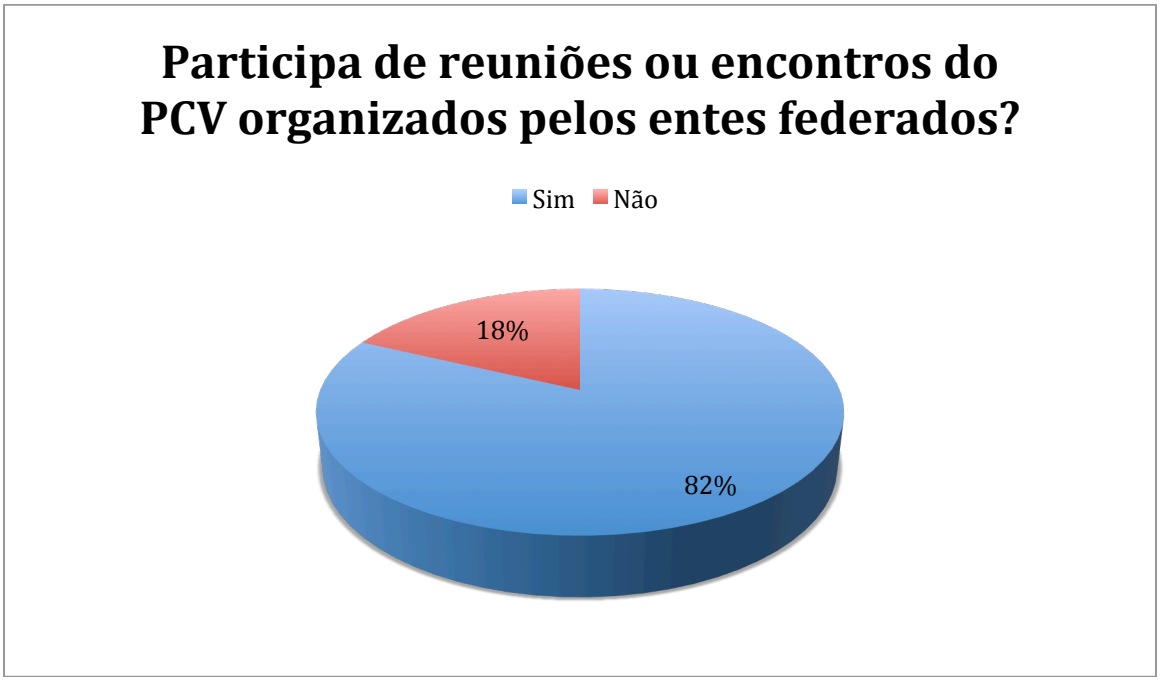


Quadro 6

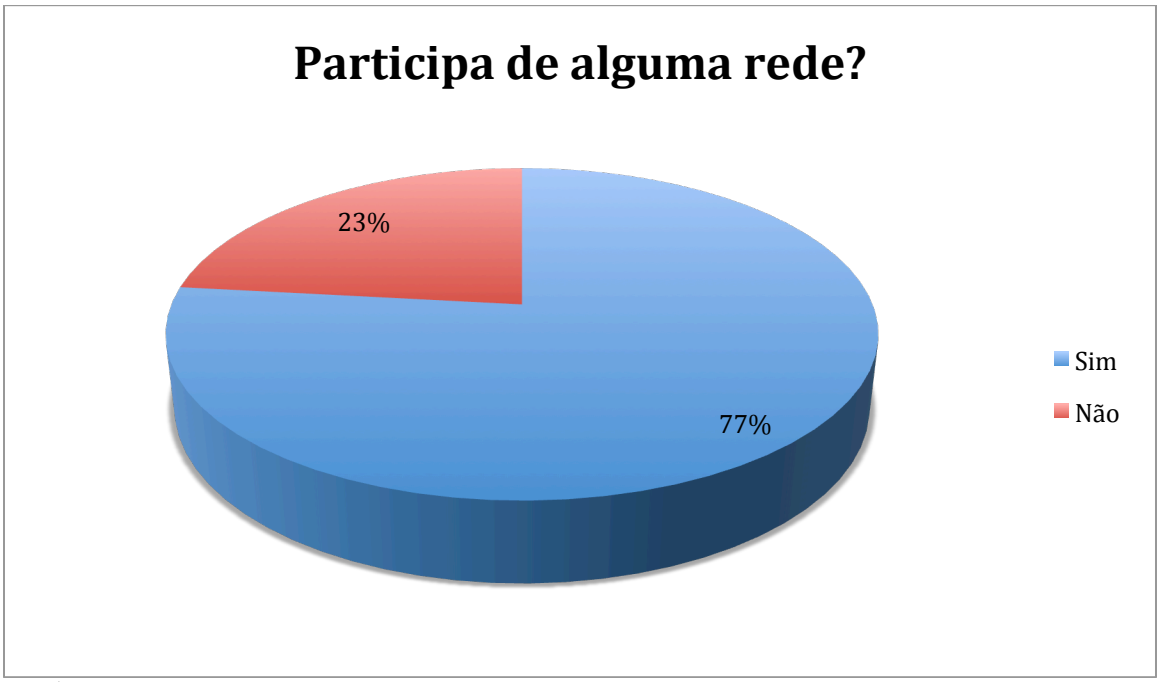
Quadro 7



Quadro 8

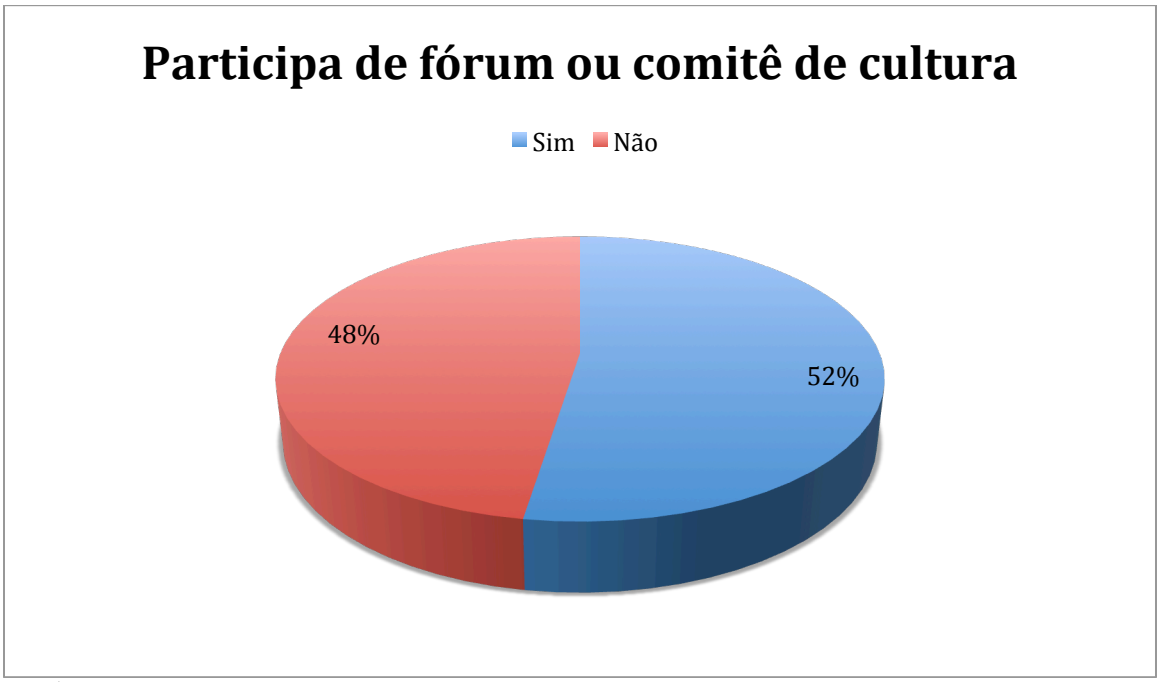


Quadro 9

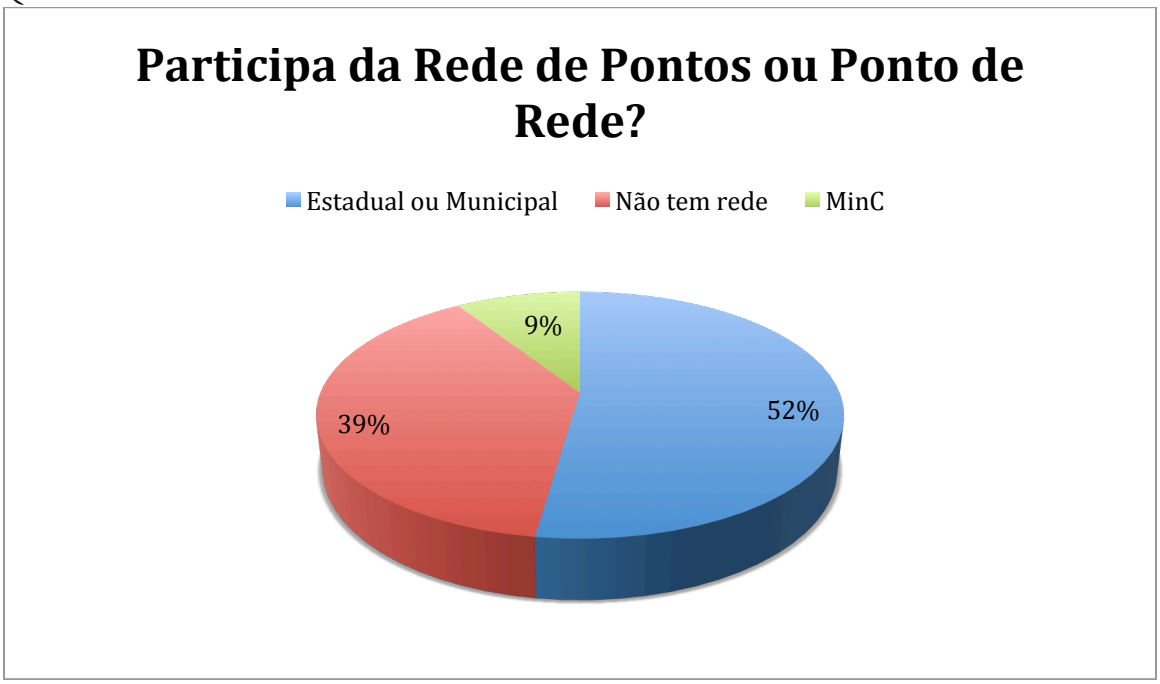


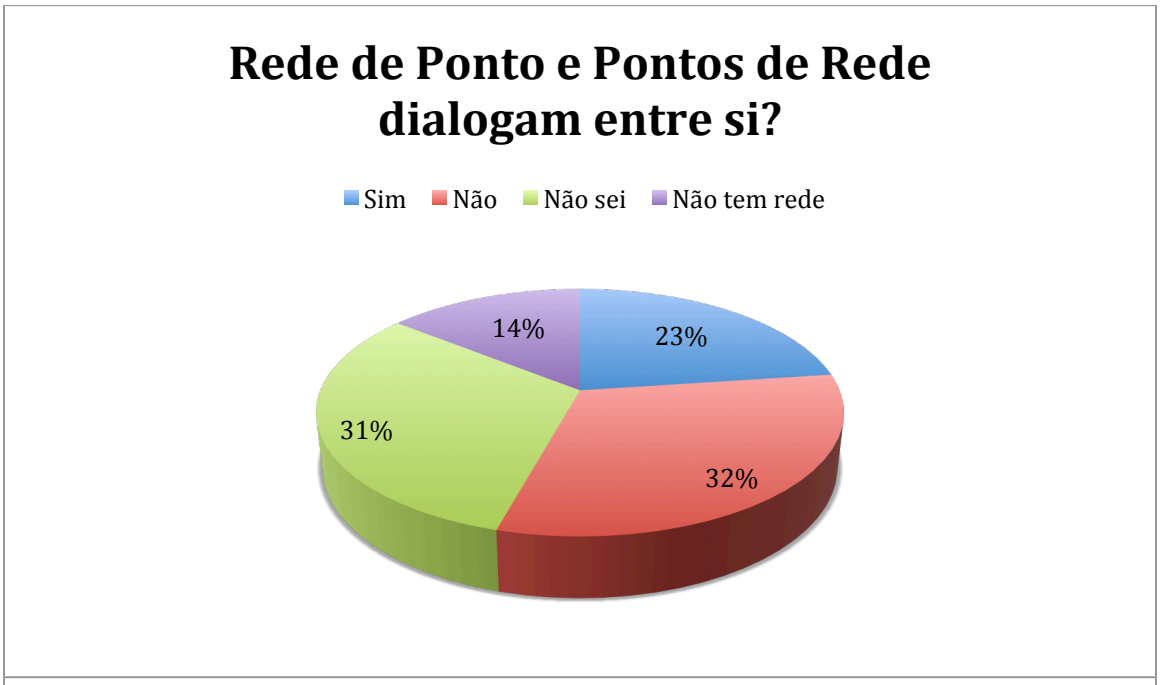
Quadro 10

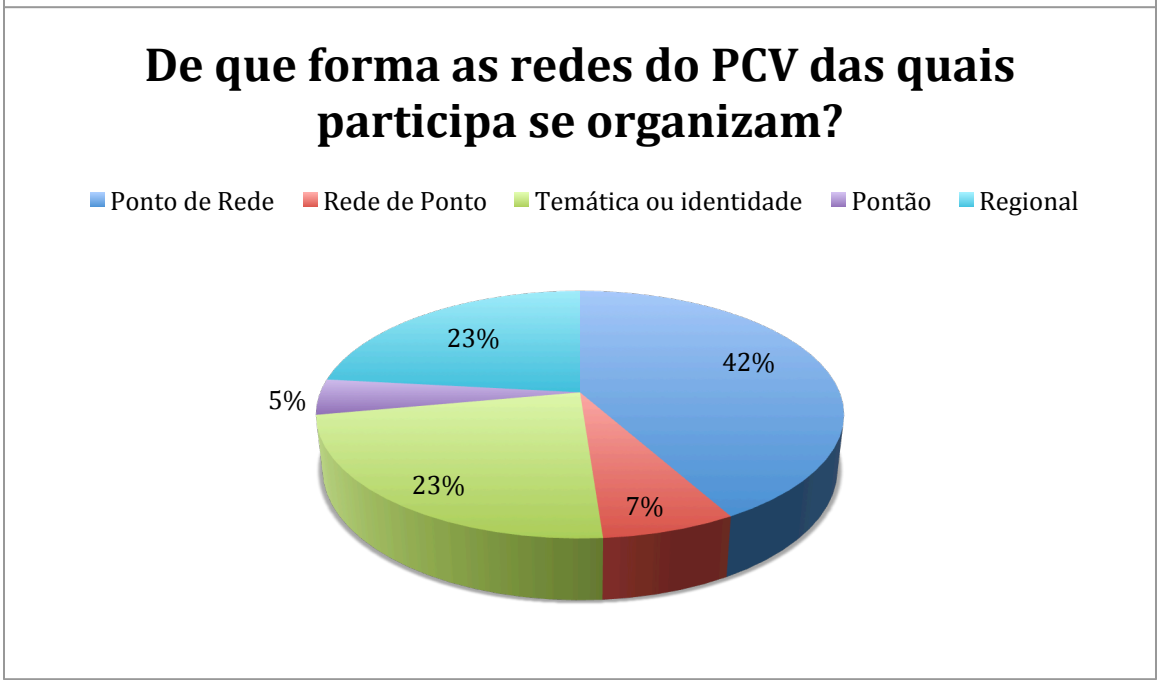
Quadro 11

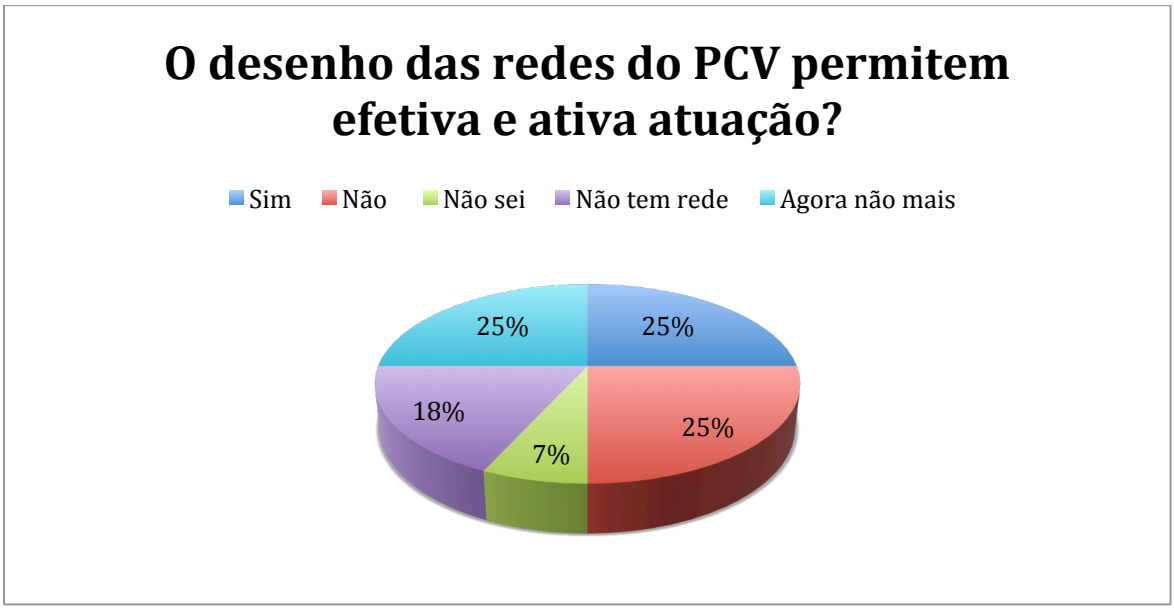

Participa de fórum ou comitê de cultura
Sim
Não
48%
52%

Quadro 12


Participa da Rede de Pontos ou Ponto de Rede?
Estadual ou Municipal
Não tem rede
MinC
9%
39%
52%


Rede de Ponto e Pontos de Rede dialogam entre si?
Sim
Não
Não sei
Não tem rede
14%
23%
31%
32%


De que forma as redes do PCV das quais participa se organizam?
Ponto de Rede
Rede de Ponto
Temática ou identidade
Pontão
Regional
23%
42%
5%
23%
7%


O desenho das redes do PCV permitem efetiva e ativa atuação?
Sim
Não
Não sei
Não tem rede
Agora não mais
25%
25%
18%
25%
7%